Gelson Fonseca Junior foi diplomata de carreira entre 1968 e 2016. O Embaixador hoje é Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Antes, foi Representante Permanente junto às Nações Unidas em Nova York (1999-2003), Embaixador no Chile (2003-2006) e Cônsul-Geral em Madri (2006-2009) e no Porto (2012-2016). Desempenhou várias funções no Brasil, na Presidência da República e na Secretaria de Estado. Foi professor de Teoria das Relações Internacionais no Instituto Rio Branco entre 1980 e 1998. É bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara (agora UERJ), mestre em Estudos Latino-Americanos da Universidade de Georgetown e doutor em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Bruno Zilli é coordenador editorial da *CEBRI-Revista*. Possui amplo conhecimento de práticas editoriais, de publicações acadêmicas e de periódicos científicos. Tem graduação, bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), título de Doutor em Ciências Sociais pelo Departamento de Ciências Sociais (PPCIS/UERJ), onde foi professor substituto, e Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ), onde ocupou a posição de pesquisador de pós-doutorado e lecionou na pós-graduação.

Tive o privilégio de ter Marcos Azambuja como chefe na Embaixada em Paris. Foi um sagaz observador dos assuntos internacionais e também das coisas humanas. O presente volume, que reflete a sua inteligência e o seu espírito, é uma necessária homenagem do Itamaraty na despedida a esse diplomata memorável.

Mauro Vieira
Ministro das Relações Exteriores

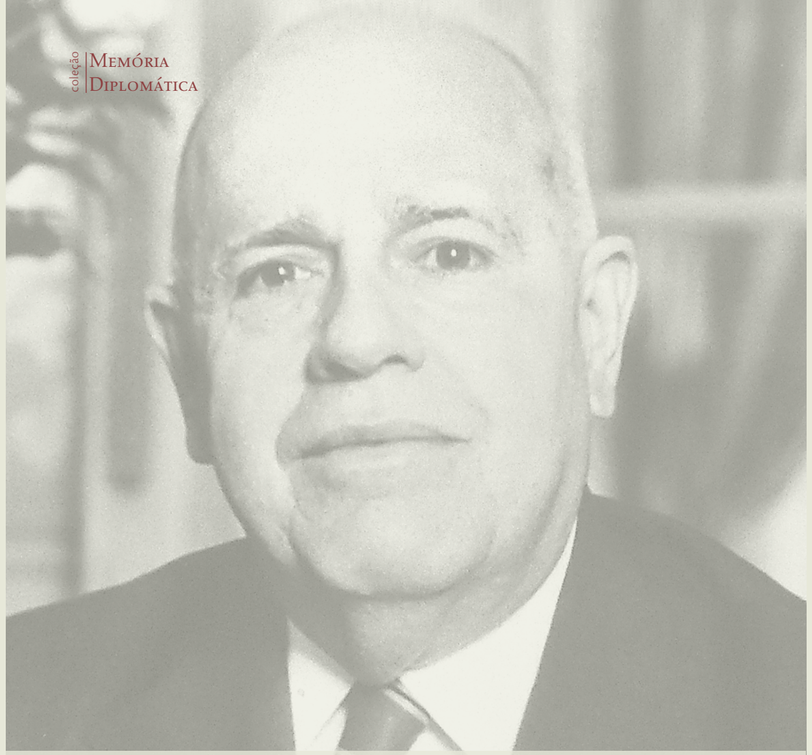
ISBN 978-65-5209-006-5

coleção Memória Diplomática

Gelson Fonseca Jr.
Bruno Zilli
(Orgs.)

Marcos Azambuja:
coletânea de textos

FUNAG



coleção Memória Diplomática

Gelson Fonseca Jr.
Bruno Zilli
(Orgs.)

Marcos Azambuja:
coletânea de textos

Centro Brasileiro de Relações Internacionais
Fundação Alexandre de Gusmão

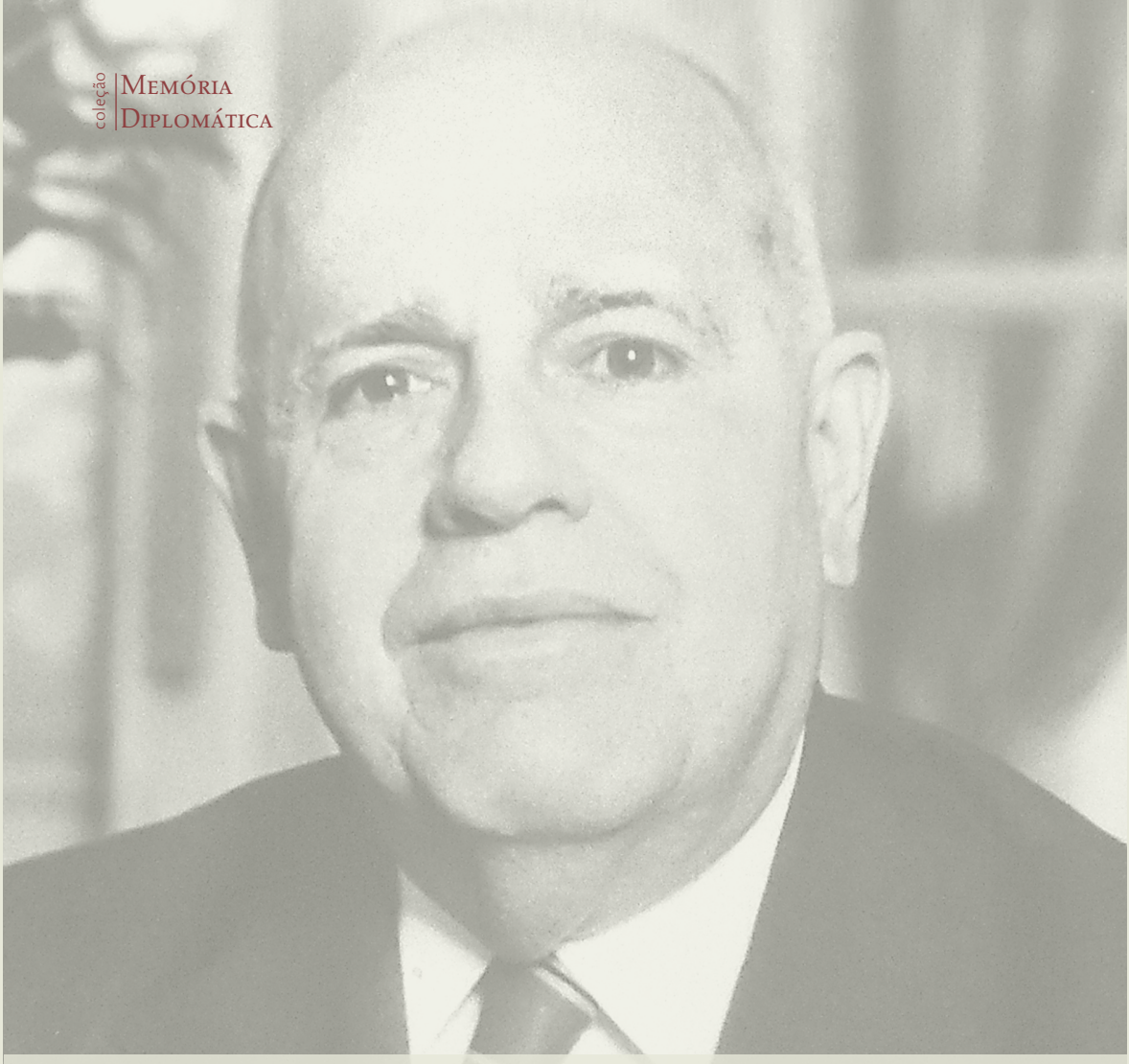
"A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) têm a satisfação de apresentar esta coletânea de textos do embaixador Marcos Azambuja. A obra reúne, em um único volume, discursos, artigos e ensaios produzidos ao longo de sua longa e brilhante trajetória, como intelectual e como diplomata.

Ao promoverem esta publicação, a FUNAG e o CEBRI reconhecem, nesse conjunto de escritos, não apenas o valor intelectual de um dos mais destacados diplomatas brasileiros, mas também um modo particular de exercer a vida pública: aquele que aposta na clareza, no diálogo e na circulação responsável das ideias. Em uma conjuntura global marcada pela transformação da ordem mundial e pelo enfraquecimento dos consensos multilaterais, as reflexões de Marcos Azambuja emergem como guias indispensáveis. Seus escritos abordam questões centrais – da arte da negociação à arquitetura da confiança entre as nações – de forma acessível e profunda".

Raphael Azeredo
Presidente da FUNAG

Julia Dias Leite
Diretora-Presidente do CEBRI

coleção | Memória Diplomática



Gelson Fonseca Jr.
Bruno Zilli
(Orgs.)

Marcos Azambuja: coletânea de textos

Centro Brasileiro de Relações Internacionais
Fundação Alexandre de Gusmão

coleção | Memória Diplomática

Marcos Azambuja: coletânea de textos

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado	Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira
Secretária-Geral	Embaixadora Maria Laura da Rocha

Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente	Embaixador Raphael Azeredo

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais

Presidente do Conselho Curador do CEBRI	José Pio Borges
Diretora-Presidente do CEBRI	Julia Dias Leite

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um *think tank* independente e plural, que há mais de vinte anos se dedica à promoção do debate propositivo sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil. Reconhecido internacionalmente, o CEBRI é uma instituição sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro, que propõe soluções inovadoras e multidisciplinares para alavancar o protagonismo do país no contexto global. Idealizado pelo ex-Chanceler Luiz Felipe Lampreia, o CEBRI reuniu, entre seus fundadores, personalidades dos setores público e privado como o Embaixador Gelson Fonseca Junior, Celso Lafer, Walther Moreira Salles, Daniel Klabin, João Clemente Baena Soares, entre outros.

Gelson Fonseca Jr.
Bruno Zilli
(Orgs.)

Marcos Azambuja: coletânea de textos

Brasília – 2026

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2030-9117/9128
Site: gov.br/funag
E-mail: funag@funag.gov.br

Coordenação-Geral de Publicações e Eventos:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Coordenação de Publicação e Editoração:

Fernanda Antunes Siqueira

Equipe Técnica:

Alessandra Marin da Silva
Ana Clara Ribeiro Teixeira
Eliane Miranda Paiva
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio Gusmão
Nycole Cardia Pereira

Programação Visual e Diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a posição oficial do Ministério das Relações Exteriores e da Fundação Alexandre de Gusmão.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M321m Marcos Azambuja: coletânea de textos / Gelson Fonseca Jr., Bruno Zilli (Orgs.). -- Brasília : FUNAG; CEBRI, 2026.
523 p. –- (Memória diplomática)

ISBN: 978-65-5209-006-5

1. Azambuja, Marcos, 1935-2025 - Diplomata. 2. Discursos e artigos - Diplomacia. 3. Literatura - Ensaios. 4. Diplomacia brasileira. I. Fonseca Jr., Gelson. II. Zilli, Bruno. III. Título. IV. Série.

CDD-923.272

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.
Elaborada por Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Apresentação

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) têm a satisfação de apresentar esta coletânea de textos do embaixador Marcos Azambuja. A obra reúne, em um único volume, discursos, artigos e ensaios produzidos ao longo de sua longa e brilhante trajetória, como intelectual e como diplomata.

Além de uma justa homenagem a um dos mais completos diplomatas brasileiros – que nos deixou em maio de 2025 – esta publicação atende a dois compromissos centrais à missão da FUNAG: preservar a memória diplomática brasileira e estimular o pensamento crítico sobre a política externa do país. O vínculo de Marcos Azambuja com a Fundação é parte relevante dessa história. À frente da instituição entre 1985 e 1987, contribuiu de forma decisiva para consolidá-la como um espaço de diálogo e produção intelectual, deixando um legado perene na formação de novas gerações de diplomatas e internacionalistas.

Marcos não aposentou seu brilhantismo após sua carreira no Itamaraty. Sua ligação com o CEBRI é uma das muitas provas de seu compromisso com pensar o Brasil no mundo, como Conselheiro emérito do Centro, e como um de seus primeiros colaboradores. Parte dessa mestria está no livro *Memórias de Marcos Azambuja*, editado pelo CEBRI, homenagem *in tandem* com o presente volume. As *Memórias* traçam o percurso de vida e de serviço público, enquanto este livro permite que o próprio autor dialogue diretamente com o leitor através de seus textos. A parceria entre FUNAG e CEBRI celebra, através de um diplomata e pensador irrepetível, a dedicação entre o setor público e a sociedade civil voltada à preservação da memória diplomática e à promoção do debate sobre a política externa do Brasil.

Um traço distintivo do conjunto aqui reunido é a diversidade dos meios e dos registros pelos quais Marcos Azambuja escolheu expressar suas reflexões. Seus textos transitaram por livros, revistas especializadas,

imprensa, intervenções públicas e registros de caráter pessoal, refletindo uma atenção constante às circunstâncias, aos interlocutores e aos espaços de difusão das ideias. Essa multiplicidade não decorre de um propósito uniforme, mas revela uma disposição recorrente de adaptar a forma e a linguagem ao contexto, tornando inteligíveis temas complexos da diplomacia sempre que o momento e o público o exigiam.

Ao promoverem esta publicação, a FUNAG e o CEBRI reconhecem, nesse conjunto de escritos, não apenas o valor intelectual de um dos mais destacados diplomatas brasileiros, mas também um modo particular de exercer a vida pública: aquele que aposta na clareza, no diálogo e na circulação responsável das ideias. Em uma conjuntura global marcada pela transformação da ordem mundial e pelo enfraquecimento dos consensos multilaterais, as reflexões de Marcos Azambuja emergem como guias indispensáveis. Seus escritos abordam questões centrais – da arte da negociação à arquitetura da confiança entre as nações – de forma acessível e profunda.

A obra, primorosamente organizada por Gelson Fonseca Jr. e Bruno Zilli, é um convite a diplomatas, acadêmicos e todos que buscam compreender, com o rigor necessário – mas com a *verve* insubstituível de Marcos – o papel do Brasil em um cenário internacional em constante mudança.

Embaixador Raphael Azeredo
Presidente
Fundação Alexandre de Gusmão

Julia Dias Leite
Diretora-Presidente
Centro Brasileiro de Relações Internacionais

Sumário

Prefácio **11**
Joaquim Falcão
Introdução **17**

Ensaios e comentários sobre o Brasil e o mundo

Brasil

Taunay e Euclides revisitando Laguna e Canudos **25**
O caminho equivocado **31**
O Brasil é descoberto desde o mar **35**
Casa do Saber – Quarta Palestra **41**
Com a faca e o queijo na mão **59**
O tombamento do antigo prédio do Supremo Tribunal Federal no Rio de Janeiro **67**
O Barão hoje e os desafios do ofício **71**
A vez e a hora da diplomacia presidencial: os anos FHC **83**

Mundo

Intervenção em seminário sobre Brasil-Argentina **97**
As Nações Unidas e o conceito de segurança coletiva **111**
Rio de Janeiro, pedra angular das relações França-Brasil **123**
Clima e Diplomacia **133**

Onde está o meu voto **137**

O Club dos BRICS **149**

As potências emergentes **161**

A Brazilian Perspective on Nuclear Disarmament **167**

A fala do rei **181**

Irã e Turquia **187**

Ocupem Wall Street **199**

A diplomacia de Salazar (1932-1949) **213**

A Nova Ordem Mundial **217**

Bom cinema, má diplomacia **229**

O defunto era maior **233**

E ele, enfim, se calou
Mas sua retórica messiânica persiste por estas bandas de realismo fantástico, avalia embaixador **237**

Aposta em Teerã **241**

Política Externa e as forças políticas no Brasil **245**

Receita de discurso **249**

O caminho pela frente **253**

O elogio da moderação **265**

O Tratado (TCA) e a Organização de Cooperação Amazônica (OTCA) **275**

O declínio do Império americano e o Brasil **287**

Diplomacia brasileira **299**

A renúncia de Jânio **311**

Personalidades

Nelson Mandela **321**

Merquior: Dois Momentos e Duas Dimensões **323**

Freitas-Valle: Despedida do Itamaraty **329**

José Manuel Durão Barroso **337**

Os desafios (e contentamentos) de assessorar Antonio Houaiss ... **341**

Pepe Mujica e o novo populismo sul-americano **345**

Quatro brasileiros (talvez cinco) de uma nota só **351**

Evocações (*In memoriam*)

Gilberto Amado e eu **357**

Raul de Vincenzi – *In Memoriam* **367**

Mario Gibson Barbosa **369**

Olavo Setubal: lembranças **371**

Nelson Mandela (1918 – 2013) **375**

No centenário de Azeredo da Silveira **377**

Sobre Helio Jaguaribe **387**

Carlos Castello Branco – 100 anos **389**

Piauí

Casa bem-assombrada **393**

Videla é a mãe **413**

A encrenca **427**

A morte sem os mortos **439**

Recordações alucinatórias **451**

Obama nas alturas **465**

As regras do jogo **475**

Réquiem para um motel **487**

A geopolítica do "vírus chinês" **491**

O fim da subordinação **505**

Fragmentos

Uma casa nova para o CEBRI **511**

Cinco frases – cinco anos **513**

Casa do Saber – Esboço para uma palestra **515**

Meus livros de cabeceira **517**

Apontamentos **519**

Negociar – A mais útil das artes **523**

Prefácio

É melhor ser alegre

"As perguntas dos amigos eram afetuosas, mas insistentes. Quando finalmente sairia meu livro de memórias?".

Respondia que tinha preguiça de escrever. Empurrava tudo com a barriga. Do que gostava e teria até transformado em arte.

Acrescentava:

"Memórias costumam ser interessantes quando maledicentes. As minhas não são".

Não escreveu. O livro não saiu. Aliás, é este agora. É todo Marcos. Do começo ao fim. E, se tivesse saído, não teria sido muito diferente deste.

Até que tentou. Juntou tudo o que lhe foi possível de "papelada". Até lhe deu nome: "Memórias Quase Póstumas de Marcos Azambuja".

O que temos aqui, caro leitor, é o conjunto de seus escritos na desordem de sua multiplicidade. Sem a cronologia da vida vivida. Mas desde então, antes de ter sido, já os considerava como sendo suas "Obras Completas".

A tarefa do prefácio está, portanto, clara (sobretudo diante do alerta que ele mesmo tinha para si): tudo são escolhas.

Quais algumas das principais características de Marcos, a escolher a partir deste seu livro que não escreveu? Desta autopapelada?

Primeiro, a brevidade. Sempre buscar... *"com mais ou menos sucesso... encontrar, na brevidade, o ponto exato de cozimento do que eu queria dizer".*

Foi disciplinarmente sintético e sincrético. Sabia que as mensagens seriam tanto mais poderosas quanto mais curtas e resumíveis.

"As boas frases são o prêt-à-porter do pensamento. Leves, fáceis de usar e de lembrar, são capazes de cristalizar o que de outra forma teria de ser dito

de maneira longa e elaborada. Não saio de casa sem algumas no bolso como se fossem trocados que em qualquer momento podem ser úteis".

Não importa se para recepção social, conversa entre amigos no Country ou no Marimbás, reunião profissional de ministros e diplomatas no Itamaraty ou para algum conselho empresarial.

Saía de casa sempre acompanhado de Oscar Wilde, Talleyrand, Groucho Marx. E vários outros. Além, é claro, de Gilberto Amado – a quem considerava seu *maître à penser*.

Levava também suas próprias pensatas que, deliciando-se, as inventava e colecionava. Quase dando razão a Guimarães Rosa, que foi seu examinador no exame de entrada no Itamaraty e pelo qual tinha grande amizade. Rosa diz (sobre outro personagem): "De tão egocêntrico, ele se colecionava". Marcos também?

Saboreava de antemão as pensatas como quem escolhe a gravata, o traje adequado. O que parece fácil, mas não é. Mesmo porque tinha uma ética na sua estética conservadora. Seja no clássico vestir. Seja na decoração da casa. Seja à mesa, nos jantares. Seja no comportar-se. No gesto.

As pensatas não podiam ser gratuitas. Críticas. Inoportunas. Tristes. Ou revelar desatenção passageira durante a reunião. Tinham função na sua participação. Eram seu estilo.

O sucesso dependia do *timing* em que seriam ditas. Do quando. E esta era sua especialidade. Não podiam ser nem antes nem depois. Serviam tanto para anunciar sua chegada como sua partida. Dizer, sem dizer: "olhem, estou aqui".

Era um marcador de presença. Aviso? Busca por atenção?

O sucesso das brevidades também dependia dele ter previsto de antemão ou mesmo criado o clima e o conteúdo das reuniões. Revelava visão abrangente do que se passava e do que poderia se passar.

Sublinhava, dava luz, aos significados nem sempre capturados pelos presentes. Não vinha para complicar. Mas sugerir o detalhe que conduziria à visão abrangente.

Não por menos, no CEBRI, Pio Borges sempre pedia que resumisse a reunião e as decisões. O que fazia com brevidade. Extraía a brevidade do complexo.

Observava o que não era visto. Fazia como ninguém.

Quando o Fundo Monetário Internacional interveio e mandou seus agentes de segundo ou terceiro escalão para auditar nossas contas – em episódio que muito lhe tirou a alegria – isto ficou visível.

"Fui ao Palácio do Planalto em fim de tarde para tratar de algum assunto com a missão de fiscalização. Encontrei instalada em uma sala cuja localização e dimensões indicavam o prestígio que atribuíamos ao ocupante circunstancial: uma representante do Fundo. Operando na própria sede de nosso governo, monitorava dali o que fazíamos. A imagem dessa situação humilhante não é fácil de esquecer".

Compreensível. Sobretudo pelo seu entendimento do que era ser diplomata. Uma profissão onde o representante confunde-se com o representado, dizia. O embaixador com o Brasil.

O sucesso do *timing* com certeza foi decorrente de sua experiência como diplomata, onde a cautela é sempre arma disponível. Era sua própria maneira de fazer um *understatement* que acreditava virtude.

Tinha a perfeita noção de que as palavras e os gestos podem ser longamente memoráveis e servem para assinalar momentos cruciais. Cuidado com elas. Nunca eram ou são gratuitas.

Tanto as palavras ditas como as não ditas – mas sobretudo estas.

Astúcia e humor não se desassociam das suas pensatas; nem *timing* e conteúdo de Marcos. Do próprio Marcos em si.

"Já pensei em escrever um livro sobre tudo aquilo que sendo previsto, não ocorreu na minha vida. E um segundo volume sobre tudo que era imprevisto e que de fato aconteceu".

Nestes seus escritos, vamos encontrar desde análises argutas sobre política externa e sobre o Brasil de ontem e de hoje até humor jornalístico.

Que fez arma poderosa da comunicação. Sobretudo das relações humanas – em que era especialista. Decifrava o interlocutor em segundos.

Capaz, por exemplo, de diferenciar o diplomata do jornalista. E explicar:

"Para a diplomacia o não acontecimento é, de certa maneira, o objetivo maior. A diplomacia ideal talvez se desse em uma folha de papel em branco. Nada teria acontecido...".

"No jornalismo, o tempo é a morte em horas, na diplomacia é a salvação em meses".

Mesmo assim, era capaz de descrever e dar uma monumentalidade ao motel VIP's de maneira talvez mais detalhada que qualquer jornalista pudesse.

"Assim como Bayreuth esta para Wagner e Salzburg para Mozart, o VIP's tinha em Roberto Carlos seu trovador indispensável. Acho mesmo que não poderia haver um sem o outro".

"Era o mundo dos lençóis macios, travesseiros soltos e roupas pelo chão".

Era a alegria do humor.

Não gostava de derrotas. Queria logo transformá-las em vitórias. Um vício diplomático com certeza. Conseguia quase sempre. Enquanto isso, com humor, adaptava-se ao passar dos tempos. Adaptava, como dizia, seu "termostato diplomático". Dos perigos nucleares aos perigos climáticos.

Saiu da Embaixada da França, seu último posto, com reservas sobre o Brasil. Mas, antes de mesmo desembarcar aqui, já adorava o Parque do Flamengo, onde morava aqui no Rio.

Achava que o ofício do futuro é ser perigoso.

Sua experiência mostrava que o que temos de permanente é "a moda".

Inclusive se compadecia com o auto-humor.

"O Itamaraty é um armazém de inteligências".

"Nunca vi uma criança que quisesse ser diplomata".

Quando a filha de um colega seu teve de responder à pergunta da professora sobre qual era a profissão do pai, a menina não hesitou: *"Meu pai é diplomata. Faz discursos em francês"*.

"Chega-se a ela [a diplomacia] mais por exclusão de alternativas e por avaliação de conveniências do que por uma irresistível vocação".

Não foi o caso de Marcos com certeza. Pois, no fundo de tudo, suas escolhas sempre procuraram igualar o que Vinicius de Moraes poetou no Samba da Bênção.

"É melhor ser alegre que ser triste / Alegria é a melhor coisa que existe / É assim como a luz no coração".

Saravá!

Obrigado, Marcos.

Joaquim Falcão

Introdução

O livro *Marcos Azambuja: coletânea de textos* coleciona e organiza um conjunto significativo de escritos que apresentam as reflexões do embaixador sobre o exercício da diplomacia e muitos outros temas. Publicada em parceria pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), a coletânea torna acessível ao público uma amostra representativa da produção intelectual de Azambuja, até aqui dispersa em livros, periódicos e arquivos pessoais.

A ideia da coletânea nasceu durante as entrevistas realizadas em março de 2025, destinadas a complementar os depoimentos orais sobre sua trajetória profissional, que resultaram no livro *Memórias de Marcos Azambuja*, publicado pelo CEBRI. Em um primeiro momento, os textos serviriam de apoio à entrevista. Azambuja mencionava a "gaveta" onde estavam e adiantou que não estavam organizados. Ao mostrar a coleção, ficou clara a riqueza do material e evidente para os que conduziam a entrevista que os textos mereciam publicação em volume próprio. O embaixador concordou e buscou auxílio para levantá-los, não em uma, mas em várias "gavetas". Parte significativa do material estava guardado por sua secretária de muitos anos, Eloisa Reis de Castro Leite. E sua companheira, Liliane Magalhães, foi ajuda valiosa para completar a coleção.

Os temas eram vários, certamente a maior parte em torno de questões internacionais e de política externa, mas ia além: descrevia personalidades, analisava acontecimentos recentes, falava do Rio de Janeiro, do Brasil e do mundo. Diversos os formatos e gêneros: artigos, ensaios, resenhas, perfis, homenagens, elegias e fragmentos, o que confere ao conjunto o caráter de panorama sobre o pensamento de Azambuja. Lidos em sequência, os textos revelam o percurso de um autor que acompanhou as transformações da política internacional e do Brasil nas últimas décadas, registrando suas observações de maneira equilibrada, clara, acessível, muitas vezes irônica, quase sempre com humor. Mostram a consistência intelectual do diplomata e revelam a forma singular como entendia pessoas e acontecimentos.

A organização do volume segue um critério temático, agrupando os textos em cinco conjuntos principais.

O primeiro conjunto, "Ensaios e comentários sobre o Brasil e o mundo", se divide em duas partes: a primeira traz considerações sobre o papel do país no cenário global e sua política interna e externa, enquanto a segunda apresenta textos de análise sobre temas de política e conjuntura internacional.

A segunda seção, "Personalidades", reúne escritos dedicados a figuras públicas e intelectuais com quem o embaixador conviveu ou sobre as quais escreveu em diferentes momentos de sua carreira diplomática. Os textos associam lembrança pessoal e registro histórico, compondo uma galeria de gente de relevância para a vida diplomática e cultural brasileira.

A seção seguinte, "Evocações (*In memoriam*)", são homenagens a colegas e amigos falecidos. Combinam memória e reconhecimento que lembram personagens importantes de um período e uma geração da diplomacia brasileira.

A quarta seção, "Piauí" reúne os artigos publicados na revista *piauí*. São os únicos originalmente escritos para uma publicação de grande circulação e, por isto, certamente os mais conhecidos. Azambuja escreve sem uma pauta pré-fixada e com liberdade nos temas e no estilo. Fala de questões geopolíticas, da ascensão da China, mas também da FIFA, de problemas do prédio da missão do Brasil na ONU e de uma "casa bem assombrada". Fariam parte de qualquer antologia de crônicas brasileiras.

Por fim, a seção "Fragmentos" reúne observações breves, anotações, listas e aforismos. São registros rápidos de ideias e impressões que ajudam a compreender o modo de pensar de Azambuja.

A coletânea não pretende ser completa, mas representativa. Busca preservar a variedade de interesses e de estilos, mantendo o texto original com ajustes mínimos para uniformização editorial. A ausência de datas exatas em alguns casos – uma idiossincrasia do autor – foi resolvida por aproximação temática e, por vezes, os textos permanecem não datados.

O CEBRI e a FUNAG, ao promoverem esta publicação, buscam contribuir para o registro e a difusão do pensamento diplomático brasileiro,

valorizando a dimensão intelectual e cultural da trajetória pública de um grande diplomata, um grande brasileiro. E, ao mesmo tempo, prestam uma homenagem a Marcos Azambuja, que deixa legado nas duas instituições. Ele presidiu a FUNAG entre 1985-1987 e, pela presença constante e liderança, teve contribuição única para o prestígio do CEBRI.

O volume inclui prefácio de Joaquim Falcão, amigo e interlocutor de longa data de Marcos Azambuja. A partir de convivência próxima, traça um retrato sensível e revelador de nosso autor, que será imediatamente reconhecido por quem o conheceu, ou irá conhecê-lo por este livro.

Marcos Azambuja: coletânea de textos reúne o pensamento de um observador agudo e singular de seu tempo. Os seus textos certamente ficam como referência necessária para quem quiser compreender a diplomacia brasileira, as transformações do Brasil e do mundo contemporâneo.

Gelson Fonseca Jr.

Bruno Zilli

Ensaios e comentários sobre o Brasil e o mundo

Brasil

Taunay e Euclides revisitando Laguna e Canudos[1]

A Retirada da Laguna e *Os Sertões* são, acredito, os dois maiores textos de temática militar, produzidos no Brasil. O primeiro aparece em 1869 e o segundo em 1902. Bem antes Basílio da Gama com o seu *A Uraguai* sobre as guerras guaranis e Santa Rita Durão com o seu *Caramuru* e as aventuras de um náufrago em terra desconhecida tinham sido os precursores entre nós de um dos gêneros literários de maior tradição e hierarquia.

A literatura épica tem sua origem em grandes obras, originalmente escritas ou narradas em verso e que representam, em vários contextos históricos, modelos que ajudam um grupo, uma sociedade ou uma nacionalidade a identificar seus valores básicos e a construir o seu imaginário.

A literatura épica não está circunscrita necessariamente aos fatos da história. Pode tratar de grandes mitos (o do rei Arthur em Camelot) ou de coisas que flutuam entre a história e o mito (a Guerra de Troia, por exemplo) ou dar a fatos históricos um sentido e uma roupagem que elevam esses feitos a um outro e mais alto patamar (Vasco da Gama, nos Lusíadas).

As grandes civilizações produziram sempre grandes relatos épicos. Não trato aqui dos textos formadores do imaginário dos povos e das culturas asiáticas, de que estamos distantes, em mais de um sentido, mas bastaria lembrar como os heróis da Grécia clássica: Leônidas, Ulisses Aquiles, e Heitor continuam a nos acompanhar com outras roupagens, mas expressando valores perduráveis cuja leitura e interpretação vai evoluindo com o próprio passar do tempo. É fácil encontrar outros exemplos.

Volto aos nossos dois clássicos – que faz pouco tempo reli – e nos quais episódios militares adquirem uma dimensão épica. Ambos tratam de campanhas realizadas no interior do Brasil. Nos dois casos – além do adversário armado que se combate (os paraguaios) na obra de Taunay e (os jagunços) na obra de Euclides – a luta de trava também contra as adversidades da fortuna e os obstáculos da terra e da natureza.

1 "Revisitando Laguna e Canudos". *Revista DaCultura*, Ano IX, n. 15, jun. 2009, p. 9-12.

Não há, em Taunay ou Euclides – o desejo de promover um herói ou a intenção de defender uma causa. A bravura excepcional aparece, no livro de Taunay, nas figuras do Guia Lopes, do Coronel Juvêncio e em vários outros oficiais e soldados. Contudo o que ele proclama mais do que qualidades individuais é a resistência física e psíquica de um grupo humano assediado e fustigado por tantos fatores adversos.

Em *Os Sertões* o herói é, a rigor, coletivo. Euclides comemora, sobretudo, a força do homem do interior do Brasil, cuja tenacidade observa nos dois lados do enfrentamento no arraial da Canudos.

Reli *A Retirada da Laguna* de uma só assentada. A extensão da obra (que é breve) e o encadeamento de eventos que descreve permitem – quase obrigam – o leitor a não se afastar do fio condutor de uma narrativa tão densa. Ler a obra de Taunay é, assim, empresa fácil porque o estilo é simples e direto e porque ele, ao fazer obra de historiador, não deixava de ser, também, o romancista que iria ser e que já possuía as técnicas para ganhar e prender a atenção do leitor. Isso foi verdade quando a obra foi publicada em 1869 e não é menos verdade hoje, em 2008.

Outra coisa a destacar é que *A Retirada da Laguna* descreve, com poucas digressões, fatos que centralmente ocorreram durante um período de apenas 35 dias que é o quanto dura a retirada, núcleo central do relato. Pelos sacrifícios, frustrações e perdas humanas e materiais que vão se acumulando nesse intervalo pareceria mais longa a marcha de regresso e da perspectiva daqueles que a viveram, deve ter parecido interminável.

A natureza e paisagem cumprem aqui um papel decisivo. Imensos campos, numerosos rios, matas e bosques, e um vazio também de ocupação humana feito ainda mais dramático pela devastação que sucessivas incursões paraguaias haviam causado entre os já escassos moradores e seus bens que eram, essencialmente, o gado que ali encontrava como encontra hoje um habitat quase natural.

A expedição sobre Laguna não teve um efeito significativo sobre os rumos e os prazos da guerra da Tríplice Aliança. Não se inscreve, assim, na moldura maior das grandes operações estratégicas que se foram montando até a vitória final e parece hoje, com a perspectiva do tempo, uma aventura mal concebida e que foi realizada por um contingente

inadequado, em termos de números de tropas e de equipamento, para enfrentar os riscos que havia que superar e as dificuldades do objetivo que se pretendia alcançar. Sem cavalaria e sem a proximidade de suas bases – que eram o grande trunfo dos paraguaios – e sem números suficientes para a magnitude da tarefa a cumprir só restava a vontade de resistir e a determinação de prosseguir caminhando.

Meu interesse é assim – como o terá sido para gerações e gerações de leitores brasileiros e estrangeiros – com a dimensão épica do episódio. Aqui faço uma pausa necessária para destacar dois ou três momentos cruciais na obra: o sofrido, mas necessário abandono dos coléricos a sua sorte o que leva, como se vê, a sua sumária execução pelos paraguaios; a cheia fora de época do Rio Miranda e os perigos de sua travessia e a marcha incessante e inclemente através de campos que, incendiados pelo inimigo, se haviam transformado em um círculo de fogo que buscava aprisionar e destruir a coluna. A mesma terra por vezes tão hostil produz, contudo, em um certo momento um pequeno milagre. O encontro de um pomar de laranjas que traz aos famintos e sedentos um comovedor alívio. A narrativa atinge então nesses momentos aquela grandiosa simplicidade que é a essência mesma do relato épico.

Se a narrativa da retirada é, no essencial, linear a grande tapeçaria de *Os Sertões* é um projeto muito mais ambicioso e complexo.

O livro está dividido em três grandes partes: a Terra, o Homem e a Luta. Quando jovem e no dever de ler um grande clássico brasileiro comecei a leitura pela primeira parte da obra. Não fui longe cansado pelo relato minucioso de uma geografia e de uma geologia que eu não conhecia, pessoalmente e que constituíam assunto pelo qual não tinha, *a priori*, maior interesse Não tive mais sorte com a segunda parte que é um longo ensaio etnográfico e etnológico – cuja bases "científicas" estão hoje amplamente desacreditadas – sobre o homem do nosso litoral contrastado com a gente do agreste e do semiárido.

Só quando li a terceira parte que trata propriamente da luta foi que, absolutamente fascinado por um dos mais admiráveis relatos feitos, em qualquer língua e em qualquer época, de uma campanha militar que voltei às partes anteriores da obra buscando então – curioso e desta vez

intensamente motivado – procurar compreender onde havia acontecido aquela saga e que homens seriam aqueles que, dos dois lados, se haviam enfrentado.

Não acho inútil dar esse depoimento e oferecer minha receita a futuros jovens leitores. Comecem pela ação e ela os conduzirá irresistivelmente a querer saber quais eram os adversários e qual foi o terreno em que a luta se travou.

Apesar da complexidade do estilo euclidiano – o que se torna ainda mais evidente nas traduções – são muitos os leitores que, vindo de outros contextos e de outras épocas, não hesitaram em classificar a obra como um clássico da literatura mundial. Um grande escritor peruano, Mario Vargas Llosa, um século depois de publicação inicial usa a obra de Euclides da Cunha para fazer uma importante releitura no seu romance: *A Guerra do Fim do Mundo*. Mais surpreendente ainda um brilhante escritor húngaro, Sandor Marai constrói, em 1942, sobre *Os Sertões* seu livro: *Veredito de Canudos*. *Os Sertões* é muitas vezes apontado como o mais importante livro produzido por um autor brasileiro.

Haverá sempre variadas e contraditórias leituras do que houve em Canudos. Como aconteceu na realidade, Canudos não se renderá também à análise literária. É da essência mesma das grandes obras que elas perduram, mas são sempre abertas a releituras e revisões que correspondem a novas sensibilidades e impedem qualquer interpretação exclusiva ou leitura definitiva.

Antônio Conselheiro e Moreira César seriam ambos igualmente desequilibrados? Uma visão mais serena dos acontecimentos teria impedido o massacre? Protegia-se a República ou punia-se de maneira desproporcional um conglomerado de inocentes fanatizados por um líder carismático? Pode um Estado aceitar o tipo de desafio que representava o Arraial da Canudos? As dúvidas perduram todas.

Restam, intactas e como valor permanente, a imensa bravura dos que resistiram e a tenacidade dos que atacavam. O Brasil que se via moderno e republicano procurava reduzir uma oposição em que identificava as raízes mesmas do nosso atraso. A dimensão trágica do que aconteceu é inescapável.

O arraial está hoje submerso nas águas da represa Cocorobó que ali contém as águas do Vaza-Barris. Faz pouco tempo, em época de seca, emergiram das águas e ficaram visíveis fragmentos da igreja nova construída pelos jagunços por inspiração do Conselheiro. Para mostrar, talvez, que a história nunca fica inteiramente submersa e, de tempos em tempos, reaparece para nos fazer recordar suas terríveis lições.

Escrevo este artigo para dizer, enfim, que, embora a obra de Taunay e a de Euclides da Cunha sejam certamente clássicas, seria uma pena que esse rótulo afastasse e intimidasse novos leitores. Os dois livros são clássicos apenas porque permanecem sempre atuais e, creiam-me, absolutamente fascinantes.

O caminho equivocado[1]

A atual política externa brasileira está, a meu ver, simplesmente errada. Não aumenta o nosso prestígio e não amplia a nossa influência. Não reforça a nossa segurança. Não facilita nosso acesso nem promove nossos interesses. Não consolida antigas amizades e, ao contrário, tem criado desconfianças e perplexidade com os vizinhos e com velhos e novos parceiros.

Este parágrafo feito de negativas precisa ser logo qualificado pelo reconhecimento de que nossa política externa imediatamente anterior, apesar de numerosas virtudes, tinha também defeitos que reclamavam correção de rumos e prioridades. Havia uma tolerância excessiva com os populismos autoritários de esquerda; mostrávamos uma preferência desequilibrada pelos esquemas que privilegiavam regionalismos do hemisfério sul e desaproveitavam-se oportunidades que novas práticas e novas ferramentas criavam para uma inserção mais eficaz do Brasil nas cadeias mundiais de produção e no jogo de interesses do comércio internacional. Havia uma medida de voluntarismo em nossa ação e em nosso discurso que refletia uma certa ingenuidade. Ficávamos muitas vezes um pouco aquém do que podíamos.

Dito isso, é preciso afirmar, com clareza, que a política exterior do Brasil nas últimas décadas era fácil de entender e explicar e foi instrumento adequado para salvaguardar e promover, em linhas gerais, os nossos interesses. Não se pode dizer o mesmo da atual.

A arquitetura diplomática brasileira, de tão longa trajetória, refletia muito mais do que a prática e o discurso de agora as exigências de nossa circunstância que é, por definição, complexa como complexo é o mundo em que temos de nos inscrever e atuar.

1 Data: 2021.

Temos dez vizinhos imediatos. Só a Rússia e a China somam mais. Estamos em todas as *short lists* dos países que importam. Não preciso repetir números e fatos que todos conhecem. Somos já uma grande potência regional com uma reconhecida projeção mundial. Na produção mineral e de alimentos somos um ator de primeira grandeza. Na dimensão ambiental estamos naquele punhado de países capazes de influenciar de forma decisiva, para o bem ou para o mal, os destinos do planeta.

Somos também um imenso e influente laboratório em que se testa como sociedades construídas por muitas etnias e numerosas matrizes culturais e religiosas podem e devem funcionar dentro de regras democráticas e na prática de uma indispensável tolerância de todos com todos. Se a experiência brasileira não tiver sucesso o desafio que outros países, devem enfrentar, em outros cenários, será ainda maior. Nossa experiência não é relevante apenas para nós.

Feitas essas considerações gerais, devo ser mais claro e específico na identificação das críticas enfáticas que faço à política externa que hoje praticamos.

O nosso relacionamento com os Estados Unidos, peça essencial da nossa atuação diplomática deixou de ser prioritariamente uma relação entre dois grandes países que compartilham importantes valores e interesses para ser uma aproximação marcada por um ingênuo fascínio com a personalidade e estilo de Donald Trump seguramente um dos governantes mais polêmicos da história dos Estados Unidos e que tem criado naquele país gravíssimas tensões domésticas e produzido um isolamento e um desprestígio externos para o qual é difícil encontrar precedentes fatos que, somados, talvez lhe custem a reeleição poucos meses mais adiante. Entre Washington e Brasília havia, faz várias décadas, uma exemplar aproximação e bom entendimento dos ocupantes da Casa Branca com os do Palácio do Planalto e essa útil diplomacia presidencial sobreviveu intacta a sucessivos momentos políticos lá desde Clinton e Bush até Obama enquanto entre nós de FHC a Lula até chegar a Temer uma disposição igualmente amistosa se manifestava. Não existia um contencioso entre Washington e Brasília que reclamasse, de um lado ou de outro, importante correção de rumos ou urgente controle de avarias.

Na nossa vizinhança mais próxima e na América Central e no Caribe perdemos a fluidez dos nossos relacionamentos e não podemos mais exercer de maneira amistosa e sem estrépito, uma influência construtiva. Intervimos mais do que devíamos na política interna da Argentina e com a Venezuela fomos além do que era apropriado fazer e dizer para influenciar o regime Maduro a restabelecer e respeitar as boas práticas democráticas. Estivemos perto de nos intrometer ainda mais e não fossem vozes mais maduras e sóbrias que se fizeram ouvir, poderíamos estar hoje com um imenso problema em nossas mãos.

Com os países que formam a União Europeia somos hoje um país desacreditado pela gratuidade de ofensas feitas, pelo grave descuido com o meio ambiente e pela truculência de nossos gestos e linguagem. O nosso comportamento errático durante a pandemia é objeto de perplexidade. Comprometemos, no curto prazo, a viabilidade de um acordo entre a UE e o Mercosul.

Temos ofendido gratuitamente grandes fregueses e clientes e tanto na China, quanto na Rússia como no Oriente Médio procura-se entender o que o Brasil pretende. A África ficou esquecida. Que o mundo não nos entenda já é grave. Que nós não possamos nos explicar é mais grave ainda. O foco lúcido na perseguição do interesse nacional não parece mais ser nossa bússola. Votos recentes em grandes foros internacionais em questões que envolvem direitos humanos e a proteção a ecossistemas vulneráveis nos têm associado a minorias inexpressivas de países sectários e fundamentalistas que por trajetória e destino são muito diferentes da sociedade aberta ao novo e à ciência que o Brasil sempre procurou ser. Andamos hoje em más companhias ambientais e humanitárias e temos sido infiéis à nossa história e à nossa promessa.

Apesar disso, há sempre o que comemorar. Não nos metemos até agora em nenhum imbróglio do qual seja muito complicado ou muito caro sair. Temos dado provas no agronegócio e nas obras de infraestrutura que o Brasil dos grandes projetos e da grande capacidade de fazer continua a existir. Nesta pandemia o SUS se revelou mais eficaz do que presumíamos e o país mostrou reservas imensas de solidariedade e espírito de sacrifício. O berço continua esplêndido, a clava é sempre forte e afastada a turbulência

criada por Trump e aplaudida em Brasília é possível que os Estados Unidos e a China encontrem uma acomodação de interesses, mesmo que temporária, e que o Brasil possa se aproveitar das suas condições sempre tão favoráveis para voltar a levar o seu barco a bons e lucrativos portos por mares diplomáticos que saberemos de novo navegar.

O Brasil é descoberto desde o mar[1]

O Brasil é descoberto desde o mar. A nossa história começa nas praias e a ocupação do Brasil se faz a partir de nossas costas. A rigor, o Brasil só completa e confirma a ocupação de seus espaços como compromisso histórico e político – e aí de maneira irreversível – com a fundação de Brasília que transforma aquela civilização até então essencialmente litorânea em um projeto de incorporação definitiva e permanente das grandes terras do interior.

Ao dizer isto sei que simplifico e generalizo, mas o essencial aí está. Tínhamos avançado bem antes para dentro do continente em entradas e bandeiras pelos rios das Velhas, das Mortes e pelo Tietê e por tantos outros da bacia do Prata e do sistema Amazônico e também pelo eixo do São Francisco, mas a ocupação dos nossos grandes espaços tinha sempre uma dimensão em alguma medida precária e informal e o Brasil, em sua demografia e produção de riquezas, tinha uma presença tênue longe das costas marítimas ou das margens de alguns grandes rios.

Há várias maneiras de identificar a natureza dos grandes impérios da história. A de que vou me valer agora tem alguma utilidade e serve bem aos propósitos desta minha apresentação. Divido aqui os impérios e em terrestres e marítimos, sabendo que nenhum foi exclusivamente uma coisa ou outra. Na primeira categoria estão claramente o império chinês e o império russo resultado da agregação cumulativa de novos territórios conquistados a partir de uma base central de irradiação. Na outra estariam os grandes impérios oceânicos resultado de conquistas (ou descobertas) não contínuas e que costumavam se estender por imensas áreas e diferentes mares. Exemplos desse modelo seriam os impérios holandês e britânico e, no caso que aqui nos interessa, o de Portugal.

1 Data: 21 de maio de 2013.

O Brasil, assim, nasce da expansão do império marítimo português e se constrói, a partir daí, pelo impulso de sua gente que vai avançando a pé, a cavalo ou em canoas para o interior até que por tenacidade, por vontade ininterrupta ao longo de séculos e valendo-se de uma diplomacia avisada e astuta chega até as dimensões que hoje tem. Com a compra do Acre em 1903 alcança seus atuais limites em terra firme, mas no espaço marítimo – nossa fronteira mais dinâmica em anos recentes – o Brasil não deixa de avançar estendendo seu domínio sobre a plataforma continental e agora sobre aquilo que reclamamos como zona econômica exclusiva. Voltamos, assim, ao mar desta vez mais interessados em suas profundezas e em seu subsolo do que em sua superfície. Claramente um novo capítulo da história começa a ser escrito.

No extremo sul avançamos também, dentro das regras do jogo, na Antártica e estabelecemos – e agora recuperamos e ampliamos a – uma base permanente de pesquisa e estudos na península daquele continente.

Volto bem para trás. No século XVII, o Brasil se vê envolvido em um conflito entre dois grandes impérios marítimos: o de Portugal (por um tempo submetido à coroa espanhola) e a Holanda. O objeto dessa luta era a riqueza açucareira do nordeste, produto que então tinha uma grande valorização no mercado mundial. Nossa participação nessa luta foi, a meu ver, o processo verdadeiro de afirmação de uma identidade própria e de uma vontade nacional. Portugal, enfraquecido, estava disposto a ceder o Nordeste (pelo menos temporariamente) às ambições holandesas, mas os brasileiros resistiram e a vitória, quando veio em 1654, deveu-se mais à tenacidade da resistência da gente da terra do que à vontade e ao socorro das forças do Reino.

Se fomos descobertos a partir do mar a nossa emancipação é precipitada pela chegada de uma outra esquadra bem mais numerosa do que a de Pedro Álvares Cabral. Esta que trazia Dom João VI, sua família e boa parte da corte de Lisboa é o veículo que coloca em marcha forças inexoráveis que levariam, poucos anos depois, à independência que pela maneira como se faz permitiu que nossa herança territorial ficasse intacta e que não sofrêssemos, as fragmentações que atingiram os Estados sucessores do império espanhol na América.

É também pelo mar que as principais cidades e as grandes províncias do Brasil colonial, imperial e na República Velha se comunicam entre si. Não teria, talvez, havido uma identidade nacional consolidada e profunda não tivéssemos tido, além das forças de integração que representaram, cada uma a seu modo, a língua e a religião uma intensa navegação costeira e um intenso comércio fluvial. O Estado que nos tempos coloniais se chamou de Maranhão e Grão-Pará não se teria finalmente unido ao Estado do Brasil se não fosse a intensa rede de contatos marítimos e fluviais que, ao longo do tempo foram sendo criados.

Sem essa tradição naval e as tecnologias que havíamos incorporado a Guerra do Paraguai teria sido perdida. Chegava-se apenas por mar até a região conflagrada e era pelos grandes rios do sistema do Prata que avançamos até vencer no Riachuelo e submeter as fortificações de Humaitá. Foi uma guerra marítima, terrestre e fluvial e certamente o mais intenso e prolongado conflito militar que aconteceu na América do Sul.

Vejo assim o Atlântico como a continuação natural, na geografia e na história, do mar Mediterrâneo berço sem dúvida da civilização ocidental esse oceano que só agora, depois de séculos, é desafiado pelo Pacífico como principal espaço mundial de poder e prestígio. O Atlântico Sul do qual ocupamos boa parte da borda ocidental foi também o caminho, até que se construísse o Canal de Panamá, para que se dobrasse para o Oceano Índico pelo Cabo da Boa Esperança ou para o Pacífico por uma daquelas passagens do extremo sul da América.

No Atlântico Sul Brasil e Angola se defrontam e as promessas de uma ainda maior aproximação pela identificação de novos projetos compartilhados são muitas. Mesmo na geologia em terra firme e submarina há afinidades. Temos um destino, em alguma medida entrelaçado. Era grande o comércio entre o Brasil e as costa ocidental africana nos séculos XVIII e XIX. Além da mancha do tráfego negreiro há que destacar na coluna virtuosa o comércio de produtos agrícolas, de tecidos e os mercados que se abriram para a nossa cachaça. Não faço o elogio de nossa pauta de exportações e importações. Acentuo apenas que o que hoje acontece tem longos antecedentes e me permito fazer uma ilustração que estimo eloquente. O Brasil se comprometeu, no Tratado que assinou em 1825

com Portugal para obter o reconhecimento de nossa independência a não ajudar a liberação política de Angola tão importante era naquela quadra a influência do que acontecia no Brasil na outra margem do Atlântico Sul. Esse comércio então e longamente florescente virtualmente desapareceu nos cem anos seguintes e agora reaparece, com outras roupagens, e com considerável vigor.

Tão importante quanto a relação com Angola é a notável aproximação entre o Brasil e a África do Sul hoje reunidos sob o prestigioso acrônimo dos BRICS que corresponde ao conjunto de cinco grandes potências emergentes. Os dois países que renunciaram ambos às armas nucleares ajudam a manter nossa região – vale dizer todo o hemisfério sul – livre de armas de destruição em massa e contribuem assim para que a causa de um desarmamento nuclear, controlado e fiscalizado possa, finalmente, triunfar e engaje, sem exceções, todos os países que integram a sociedade internacional.

Os compromissos e interesses do Brasil no Atlântico Sul são, assim, múltiplos e se reforçam mutuamente. Não se trata, por certo, de um *mare nostrum*, mas de um espaço de paz e de cooperação onde o Brasil está engajado por razões comerciais, políticas e de sua segurança. Com as descobertas de imensas reservas de petróleo no chamado pré-sal – ampliando exponencialmente o que já havíamos identificado e explorado ao largo do litoral do Rio, de São Paulo e do Espírito Santo – a aposta brasileira no espaço atlântico se torna ainda maior e cabe a nós agir para que a confiança entre os ribeirinhos se reforce e para que os países fora dessa zona nela atuem de uma maneira construtiva e transparente.

A mais evidente preocupação em todo o Atlântico Sul reside na questão das Malvinas, onde ainda devem ser feitos gestos e implementadas políticas de redução de riscos e criação de condições para que ali também se confirme a tradição, tão arraigada no Atlântico Sul, de promoção de uma cooperação pacífica entre todos os atores interessados.

Falei, até agora, de maneira apenas passageira dos nossos interesses antárticos e sobre nossa presença naquela continente que é, talvez, a parte do nosso planeta mais bem regulada e onde padrões de comportamento para a preservação do meio ambiente são seguidos de maneira mais rigorosa.

O Brasil é parte ativa do Tratado e sócio de todos os acordos que dele decorrem, atento especialmente àqueles que visam proteger as espécies vivas e os recursos não renováveis da região. É crescente o interesse do Brasil em realizar pesquisas na Antártica e continuar a ter ali uma presença permanente entre outros motivos porque muito do que ali acontece afeta o clima em nosso país e tem repercussões diretas sobre a nossa fauna marítima.

O Brasil se reconhece, assim, como país atlântico e tem nesse amplo espaço e em suas projeções caribenhas, africanas, antárticas e mais remotamente europeias e norte-americanas uma vocação quase que natural para atuar e navegar para além em direção à Ásia e o Oriente Médio. O Brasil que se reconhece como uma potência emergente de dimensões continentais se identifica, ao mesmo tempo, pela afirmação de suas estratégias terrestres, fluviais e marítimas.

Claramente ancorado na América do Sul e tendo nas Américas e no Atlântico sua circunstância natural, o Brasil também pela natureza mesma de seu comércio, de sua composição étnica e de seus investimentos se define como um *global player* para quem nenhuma das grandes regiões do mundo pode ser alheia ou marginal. Os números do comércio brasileiro mostram que a Europa, a América e a Ásia têm para nós um peso quase que equivalente e que não podemos ter uma política que negligencie qualquer dessas áreas.

O Brasil busca atualmente fazer com que seus portos no Atlântico Sul (e também seus aeroportos) se façam mais competitivos e que possamos eliminar algumas das desvantagens que derivam do chamado "custo Brasil", expressão que encobre todas aquelas práticas que encarecem nossas exportações, dificultam nossas importações, tornam mais lenta e onerosa a nossa burocracia e nos fazem perder posições e competitividade com relação a outros países que disputam espaço em nosso comércio interno ou que são nossos rivais na conquista de mercados externos.

Nossos objetivos não são novos. O Brasil se viu convocado ao comércio exterior e a abastecer (e abastecer-se) em mercados fora de nossas fronteiras. Não podemos fugir desse imperativo.

Mudo de registro. Os nossos números fizeram que a nossa língua comum fosse a sexta ou sétima mais falada no mundo e que sejamos o quinto ou sexto país em número de usuários na Internet. O português, é sempre útil assinalar, é a língua mais falada no hemisfério sul.

Temos procurado contribuir para manter a unidade da língua – sem engessá-la – e somos proativos na defesa de regras compartilhadas de ortografia e temos sido sócios vigorosos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Peço-lhes que, se tempo sobrar, visitem em São Paulo o Museu da Língua Portuguesa, que é um monumento e um símbolo de nossa adesão a esta língua que, em muitos sentidos, é também a nossa pátria. Fica quase tudo por dizer. Mas em linhas muito gerais aqui vão algumas observações que quis fazer sobre este mar que daqui podemos claramente avistar e sobre a língua que permite que nos reunamos sem intérpretes e sem dificuldades de comunicação.

Fico-lhes devendo, por fim, a explicação de porque acredito que as sereias falam português. Em primeiro lugar porque no Brasil acreditamos nelas e as temos cantado (sempre em português) ao longo de muito tempo em verso e em prosa. Finalmente fizemos do culto a Iemanjá rainha do mar e, portanto, delas, que, como tanto coisa nos veio da África o objeto de uma devoção popular que se renova a cada mês de fevereiro e que aqui no Rio se celebra na passagem do ano quando ela recebe multitudinária homenagem e mais flores do receberam juntas todas as ninfas, nereidas e naiades do mundo clássico. Minha fonte principal é um pescador que conheci faz muito tempo em Natal, no Rio Grande do Norte e que me jurava que não só elas o entendiam como, às vezes, quando a brisa era favorável e a lua cheia respondiam, também em português. E com um marcado acento nordestino. Nem endosso nem descreio. Apenas repito. Muito obrigado.

Casa do Saber – Quarta Palestra[1]

A partir de 1808 não são só os de fora que nos redescobrem. É o Brasil que também inicia um processo de exame de si mesmo que até hoje continua – cada vez mais intenso, extenso e profundo – e do qual vou me ocupar na nossa conversa de hoje.

Passamos, essencialmente, de objeto da curiosidade e da interpretação de outros para sermos o sujeito de um imenso projeto de exame por nós mesmos, de nosso caráter nacional, de nossa cultura e de nossa identidade.

O Brasil é mais interessante e significativo do que a grande maioria dos países. Não vai nisso qualquer chauvinismo. Somos, sem dúvida, um dos grandes laboratórios do mundo. Aqui interagem raças, culturas, religiões e modelos alternativos de crescimento. Temos escala suficiente para viver ao mesmo tempo momentos e circunstâncias diferentes. Costumo dizer – e não é para fazer uma frase – que se o Brasil não for possível o mundo será impossível.

Ao fazermos juntos o passeio que hoje termina, vimos como desde a descoberta atraímos a atenção e muitas vezes a paixão daqueles que aqui aportaram. E, depois, dos que aqui nasceram e se criaram.

Tivemos ao longo do nosso já longo percurso uma não pequena parcela de juízo. Não é fácil encontrar na história do Brasil episódios em que tenhamos perdido o caminho e enveredado por aventuras inconsequentes.

Temos sido um país retardatário, não um país fora de rumo. Não costumamos errar muito; pecamos, isto sim, por demorar em acertar.

Resisto à tentação de dizer que essa sólida medida de bom senso está no nosso DNA político. Mas chego perto.

1 Data: 2016.

Não nos metemos em encrencas gratuitas. O nosso sentido da realidade acompanhado de um não menor sentido de humor nos tem protegido de seguir profetas lunáticos ou causas descabeladas.

O homem político brasileiro é muitas vezes medíocre e não poucas vezes fisiológico e venal. Raramente é um insensato. Encontro, naturalmente, exceções. Jânio Quadros é o primeiro nome que me ocorre. Nele havia sobrada inteligência e pouco daquele equilíbrio prudente e pedestre que é o da nossa tradição. Era lunático e errático. A melhor definição de seu comportamento ainda é a de Afonso Arinos quando disse: "O Jânio é a UDN de porre".

O nosso progresso vai em passo tardo, mas não é ziguezagueante. Temos tido pouca necessidade de proceder a importantes correções de bússola.

Temos perdido alguns bondes, raramente temos tomado um bonde errado.

A crítica que mais consistente que se faz ao Brasil de hoje – fora e dentro do país – deriva de sua incapacidade de construir um modelo que permita retomar um acelerado e sustentável crescimento econômico que assegure emprego e evite que nos distanciemos dos outros grandes países emergentes com os quais somos normalmente identificados.

Mais uma vez não estamos na contramão. Avançamos apenas em uma cadência medíocre por não termos completado, como tantas vezes antes, o nosso dever de casa.

Volto aos nossos começos como país independente. Tivemos a felicidade de que a nossa primeira geração de homens públicos foi extraordinária. Não chego ao ponto de equipará-los a Jefferson, Hamilton, Adams e Franklin que foram os *founding fathers* norte-americanos, mas não estariam longe deles, seguiam o mesmo molde e os situo muito acima, como estadistas, daqueles próceres que levam a América Espanhola, de forma esfacelada, à independência.

O caudilhismo que está na matriz das repúblicas vizinhas não é o nosso modelo. É difícil imaginar José Bonifácio, Cairu, Bernardo Pereira

de Vasconcellos ou Diogo Feijó com as virtudes e os defeitos dos nossos vizinhos. Somos farinha de outro saco.

Consumada a abdicação de Pedro I, entramos em um período em que o tino e o sentido de medida dos que então nos governavam foi extraordinário.

Pensem nisso um momento: um imenso país apenas a oito anos de sua independência, vindo de um longo período de colonização e exploração feita por uma metrópole que não tinha nem os meios nem a vontade de fazer melhor, deve ser administrado por um Conselho de Regência que devia fazer chegar ao Trono da única monarquia das Américas, em algum momento futuro, mas não distante, uma criança de 5 anos.

Nunca tivemos uma travessia tão perigosa. Tendo chegado a porto seguro hoje parece inevitável que a história fosse escrita daquela maneira.

Não era. O Grão-Pará e o Maranhão podiam ter se separado. Pernambuco (é só pensar na revolução de l817) e o Rio Grande do Sul também podiam ter tomado caminhos divergentes. As probabilidades eram de que nos fragmentássemos.

Ficou-nos enquanto aqui esteve Dom João VI e depois durante o Primeiro Reinado, durante a Regência e nos primeiros anos do Segundo Reinado uma determinação invariável de manter intacta a herança que nos vinha da época colonial.

Não importava quão legítimo fosse o protesto ou a reivindicação. E vários o foram. Se o movimento ameaçava a nossa união e continha uma semente secessionista a missão era fazê-lo abortar.

Depois da Guerra dos Farrapos a questão deixa de ter urgência já que não se sucedem novos movimentos endógenos que ameacem a unidade nacional. O Brasil herdado não encolhe; pelo contrário se amplia pelas negociações internacionais que desenham as nossas fronteiras e no caso do Acre levam à aquisição de novo território.

Volto aos anos do começo do século XIX. Mesmo antes da chegada da Corte o Brasil já contava com uma elite, embora com números relativamente reduzidos, educada muitos em Coimbra e alguns na França não poucos

aqui mesmo e já acostumada a exercer as funções de alta responsabilidade em Portugal e no Brasil.

Já a partir de Pombal – por volta da metade do século XVIII – que se cercou e promoveu numerosos brasileiros – as nossas relações com a metrópole não podem ser descritas, como se podia fazer antes, como típica e estritamente de natureza colonial.

A natureza das coisas foi aqui e, como sempre e em todos os lugares, irresistível. O Brasil não cabia mais dentro da antiga moldura e ganhava gradualmente e de facto o estatuto que lhe é depois reconhecido de jure como Reino Unido a Portugal e Algarve.

Uma elite brasileira já começava a se perceber como tal e a se articular. Estão presentes nas Cortes em Portugal como nossos Deputados; estão em muitas posições chave na administração do Maranhão, de Pernambuco, da Bahia, de Minas, de São Paulo e do Rio de Janeiro, estão nos conventos, nas igrejas e nos quartéis. Não se comportam nem se sentem como inferiores aos portugueses.

Quem são eles?

São – em boa medida os nossos primeiros homens políticos, já falei, na nossa conversa anterior de José Francisco Lisboa, Visconde de Cairu. Agora faço um elogio rasgado a José Bonifácio, a Bernardo Pereira de Vasconcellos e a Diogo Feijó que montaram nosso primeiro meio de campo no período difícil que vai da Independência até a elevação ao trono de Pedro II em 1840.

José Bonifácio é estadista e cientista e homem de letras de primeira ordem. Tivemos sorte em tê-lo naquela quadra e todo o bem que se diz dele é merecido. Podia e devia ter ficado mais tempo com as rédeas do Brasil na mão.

Bernardo Pereira de Vasconcellos é homem de envergadura e descortino admiráveis. Começa liberal e acaba conservador e explica sua viagem política e intelectual em palavras admiráveis e que vale reproduzir *in extenso*:

> Fui liberal. Então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto

> da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trânsfuga, não abandono a causa que defendi, no dia de seu perigo, de sua fraqueza; deixo-a no dia que tão seguro é seu triunfo que até o excesso a compromete. Quem sabe se, como hoje defendo o país contra a desorganização depois de o haver defendido contra o despotismo e as comissões militares, não terei algum dia de dar outra vez a minha voz ao apoio e à defesa da liberdade? Os perigos da sociedade variam: o vento das tempestades nem sempre é o mesmo: como há de o político, cego e imutável, servir o seu país?

Feijó como progressista e Bernardo de Vasconcellos como regressista estão na matriz dos dois grandes partidos do Império: os liberais e os conservadores.

José Bonifácio, Bernardo Pereira de Vasconcellos e o Visconde de Cairu deixam obra escrita de qualidade como vários outros da mesma época ou geração. Construíam o Brasil, mas também – e felizmente – pensavam o Brasil. São homens de ação e de reflexão.

A esta primeira grande geração de estadistas brasileiros se seguirão outras ao longo do século XIX. Não vou procurar organizar sequencialmente esse período, mas não posso deixar de destacar aqueles homens públicos que me parecem decisivos na construção da nossa identidade política. Eram "luzias" ou "saquaremas" para usar a rotulação da época. Talvez esqueça uns poucos, mas alinho, sem reservas, o Visconde do Rio Branco, o senador Nabuco de Araújo, o Marquês do Paraná, o Conselheiro Saraiva, Eusébio de Queirós, Alencar e Cotegipe. Vá lá: vamos incluir também Caxias. Alguns são ativos na Câmara dos Deputados, outros no Senado, mas é sobretudo no Conselho de Estado que identifico o habitat natural dessa elite que nos governou durante bem mais de meio século.

As atividades do Conselho foram o mais consistente exercício de reflexão política e administrativa que já houve por aqui.

Leio até hoje com prazer e proveito muitos dos pareceres do Conselho de Estado. Costumam ser breves, focalizados e realistas. A retórica e a gesticulação não eram do estilo dos Conselheiros, se eu posso me permitir a generalização.

Faz falta hoje algum órgão consultivo como foi aquele. Não sugiro sua recriação. Os tempos e os ventos mudaram. Mas lamento que o Estado brasileiro não possa hoje contar com alguma corporação com o calibre intelectual e a integridade que tinha o antigo Conselho de Estado. O Itamaraty tentou ser isso, durante décadas, dentro naturalmente da sua esfera de competência que era a da política externa.

Foi esse tipo de sabedoria que nos faz atravessar as guerras no Prata, a Guerra do Paraguai, a questão do tráfico de escravos, a difícil convivência com potências muito mais poderosas do que nós e que não eram cerceadas então por nenhuma organização internacional em que estivéssemos presentes. Mais tarde, já na República, é o que nos faz definir nossas fronteiras de forma tão vantajosa para nós.

Acabamos com a escravidão por etapas sucessivas. O processo podia e devia ter sido acelerado, mas poupou-nos, talvez, uma guerra civil como a dos Estados Unidos. A escravidão cai de podre e a lei assinada pela Princesa Regente em 13 de maio é apenas o golpe final.

Ficou-nos uma nostalgia do Império. Quando a velhacaria parece ser entre nós a regra do jogo reaparecem no nosso imaginário a figura do imperador e as daqueles varões honrados e sóbrios que nos governaram durante quase todo o século XIX.

Quando quero recapturar o espírito daquela época, leio um texto política e literariamente admirável. Falo de *O velho Senado*, que é a homenagem que Machado de Assis presta aos estadistas do Império. É um longo ensaio em que ele evoca os homens políticos de sua mocidade, muitos então já desaparecidos quando ele escreve seu texto.

Não resisto dar-lhes uma prova do tom e do estilo:

> Os senadores compareciam regularmente ao trabalho. Era raro não haver sessão por falta de quórum. Uma particularidade do tempo é que muitos vinham em carruagem própria,

> como Zacarias, Monte Alegre, Abrantes, Caxias e outros, começando pelo mais velho que era o Marquês de Itanhaém. A idade deste fazia-o menos assíduo, mas ainda assim era-o mais do que cabia esperar dele. Mal se podia apear do carro, e subir as escadas; arrastava os pés até a cadeira que ficava do lado direito da mesa. Era seco e mirrado, usava cabeleira e trazia óculos fortes.
>
> Tinham um ar de família, que se dispersava durante a estação calmosa, para ir às águas e outras diversões, e que se reunia depois, em prazo certo, anos e anos. Alguns não tornavam mais e outros apareciam; mas também nas famílias se nasce e se morre.
>
> Nenhum tumulto nas sessões. A atenção era grande e constante. Geralmente, as galerias não eram muito frequentadas e, para o fim da hora, poucos espectadores ficavam, alguns dormiam.

Não havia muita representatividade. Mas não se pode pedir maior respeitabilidade.

Tomo emprestado aqui, ao referir-me aos estadistas do império, no plural, o título do livro admirável que Joaquim Nabuco dedica a seu pai, o senador Nabuco de Araújo. Vai inspirar, décadas mais tarde, uma outra obra notável a que Afonso Arinos por sua vez dedica à memória e à obra de seu pai – Afrânio de Melo Franco – e que chamaria *Um Estadista da República*.

Quem cai também de maduro é o Império. Sem herdeiro, sem ideias e sem projeto o Império não tem futuro. A federação e a república são naquele momento e desde então, sem sombra de dúvida, as respostas mais adequadas aos problemas brasileiros.

Não me inspira falar de Deodoro e Floriano, embora este último desconfiado e determinado talvez fosse o homem necessário para defender um regime ameaçado pelo sentimento restaurador que ia, de maneira improvável e com motivação e matizes inteiramente diferentes, do almirante Saldanha da Gama a Antonio Conselheiro.

O Brasil, de certa maneira, volta aos trilhos com Prudente de Morais que inaugura o melhor ciclo da República Velha para chamá-la pelo nome que só viria ganhar, evidentemente, quando acabou sem choro nem vela em 1930. Com ela regressam, reciclados, alguns dos antigos Conselheiros de Estado e voltam a servir ao Brasil republicano monarquistas como Rio Branco e Nabuco.

Desses anos do começo da nossa vida republicana dois nomes avultam: Rui Barbosa e Rio Branco. Admiro imensamente por convicção pessoal e por dever de ofício o segundo. O primeiro tem evidentes e brilhantes qualidades, mas não tenho afinidades com sua retórica e sua persona. Não creio que tenhamos errado em não lhe dar o poder político nas eleições que disputou e perdeu. Continuamos a ter as luzes de sua inteligência (que eram valiosas) e evitamos quem teria sido, temo, administrador retórico e pouco eficaz.

Quero começar a crônica dos brasileiros que no século XX descrevem o Brasil por um livro que no seu tempo fez imenso sucesso e que contribuiu muito para criar o imaginário brasileiro. Falo do Conde de Afonso Celso e do seu "Porque me Ufano do meu País".

O título tornou popular a expressão ufanismo que seria ridicularizada por várias gerações de críticos que nela identificavam um símbolo do nosso patriotismo ingênuo e festivo.

Sem procurar defender aquele fiel admirador de Pedro II (dizia-se que no Império Afonso Celso havia sido republicano e, na República, monarquista) vou sugerir aqui que no começo do século XX o Brasil precisava de uma injeção de ânimo e de um reforço da autoestima coletiva.

O século XIX foi o período do apogeu da supremacia branca e europeia. Não havia, literalmente, espaço para que países como o Brasil (ou a China, a Índia e outros) pudessem ser reconhecidos como polos alternativos de civilização e progresso. Pelo contrário o estar em sua maior parte nos trópicos e contar com um segmento amplo negro e mestiço de sua população eram fatores que desqualificavam um país de ser percebido como verdadeiramente civilizado e viável.

Era difícil para o Brasil encontrar modelos conceituais ou operacionais sobre os quais apoiar o seu projeto de progresso. Estávamos pelas regras

do jogo de então, *a priori*, destinados a ocupar posições subalternas na vida internacional.

O livro de Afonso Celso vai bravamente em direção oposta e proclama as nossas superioridades. É fácil hoje sorrir das suas doze razões para orgulhar se do Brasil Na época foi o tônico de que precisávamos.

O manto do Conde é herdado mais tarde por outros profetas que irão proclamar as certezas de nosso destino manifesto.

Escolho dois favoritos pessoais: Nelson Rodrigues e Darci Ribeiro.

Comecemos com Nelson Rodrigues que é o homem da pátria de chuteiras, que vitupera contra o nosso sentimento de inferioridade e eleva o nosso esporte favorito ao nível da epopeia e da tragédia com isso nos conferindo a nós todos uma nova e insuspeitada dimensão:

> Certo e brilhante confrade dizia-me ontem que "futebol é a bola". Não há juízo mais inexato, mais utópico, mais irrealístico. O colega esvazia o futebol como um pneu e, repito: retira do futebol tudo o que ele tem de misterioso e de patético. A mais sórdida pelada é de uma complexidade shakespeariana... Se o jogo fosse só a bola, está certo. Mas há o ser humano por trás da bola, e digo mais: – a bola é um reles, um ínfimo, um ridículo detalhe. O que procuramos no futebol é o drama, a tragédia, é o horror, é a compaixão.

Continuo com Darcy e sua arrebatadora retórica:

> Meu livro mostra por que caminhos e como nós viemos, criando aquilo que eu chamo de Nova Roma com boa justificação. Roma por quê? A grande presença no futuro da romanidade, dos neolatinos é a nossa presença. Isso é o Brasil, uma Roma melhor porque mestiça, lavada em sangue negro, em sangue índio, sofrida e tropical. Com as vantagens imensas de um mundo enorme que não tem inverno e onde tudo é verde e lindo, e a vida muito mais bela... E a gente que acompanha esse ambiente com uma alegria de viver que não se vê em outras parte. Esse país tropical mestiço, orgulhoso de sua mestiçagem... Isso é que me levou muito tempo. Entender como isso se fez...Havia muita bibliografia sobre aspectos

> particulares, mas não uma visão de conjunto. Deixa eu contar para vocês como é que isso se fez?

Voltemos para trás.

Não se pode pensar o Brasil sem passar pelas mãos esclarecedoras de Oliveira Vianna, Gilberto Freire, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado, Celso Furtado, Roberto Campos e Helio Jaguaribe e esqueço muitos.

Não vou me deter em suas análises. Registro aqui apenas que a obra de cada um é fundamental e fui e sou leitor (e devedor) desses autores essenciais. A trama de nossas relações com o mundo; as nossas peculiaridades e assimetrias internas, as nossas heranças e as nossas esperanças tudo se encontra neles e naqueles que os ampliaram, comentaram e atualizaram. Teria pouco a acrescentar.

Quem quiser entender o Brasil da sua cordialidade a sua ferocidade a sua sensualidade tem de lê-los e incorporá-los.

Há um livro precioso do Francisco Weffort chamado de *Formação do Pensamento Político Brasileiro*, recém-publicado pela Editora Ática, e que eu lhes recomendo muito. Talvez seja a melhor visão de conjunto de como se formou o nosso pensamento político e a partir dele cada um de vocês pode ir aos grandes mestres aqui mencionados e ampliar sua reflexão.

Mas eu vou me valer – com a licença de vocês – da liberdade que me dá a moldura destas minhas quatro palestras para propor-lhes que façamos o nosso trajeto na busca do entendimento do Brasil por outros caminhos e pela mão de quatro outros e improváveis guias: Luis Carlos Prestes, Eugênio Gudin, Barbosa Lima Sobrinho e Sobral Pinto, que nunca se teriam imaginado juntos nem mesmo em um mesmo parágrafo.

Não pretendo – porque seria descabido – reconhecer em nenhum deles uma especial autoridade acadêmica ou sugerir que tenham desenvolvido teorias ou mesmo insights extraordinários sobre o Brasil.

Pelo contrário acho que ao longo de vidas que fizeram de cada um vigorosos nonagenários (atravessam literalmente todo o nosso século XX) foram finalmente derrotados em suas limitadas, mas obstinadas visões de um Brasil que, como sempre, recusou-se a seguir um molde pré-determinado e continuou a ser teimosamente ele mesmo.

Vou escolhê-los como emblemas de quatro claras e contraditórias, mas talvez complementares visões do Brasil.

Prestes durante muitos decênios quis um Brasil comunista; Sobral Pinto desejava um país profundamente cristão; Barbosa Lima foi o defensor permanente do Brasil nacionalista; Gudin o profeta do nosso liberalismo.

Em cada um era admirável a coerência e a fidelidade ao mesmo ideário por muitas e muitas décadas. Nenhum dos quatro pode ser acusado de oportunista. Pelo contrário, a todos faltava mesmo certa flexibilidade de espírito e a capacidade de ajustar convicções a situações cambiantes.

Nenhum dos quatro me parecia ter um senso de humor. Levavam-se e levavam suas ideias muito a sério. Talvez, ocasionalmente, Gudin tenha sido o que mais se aproximou de ter uma visão crítica sobre si mesmo. Há uma frase dele que resume as frustrações e derrotas dos quatro e, no fundo, as de todos nós.

Disse uma vez: "Só tive uma amante que foi o Brasil. Uma amante que sempre me enganou".

O essencial a reter e por isso os escolhi é que servem para ilustrar como o Brasil resiste a ser aprisionado em qualquer esquema rígido de quem deseje contê-lo dentro da camisa-de-força de uma visão ou de uma ideologia. O Brasil era e é um pouco do projeto de cada um de nós.

Ao escolhê-los e ao indicar suas derrotas conceituais quis propor que a essência mesma do Brasil é sua resistência se comportar ou se conformar dentro de alguma moldura coerente e sistemática que busque defini-lo.

Getúlio Vargas – que depois de Pedro II é quem governa o Brasil independente por mais tempo – é o exemplo mais claro entre nós do homem forte que transita da democracia ao autoritarismo e, depois, volta à democracia misturando à nossa maneira alguns dos ingredientes que os nossos ideólogos desejavam que consumíssemos em estado puro.

Getúlio juntava o populismo, o nacionalismo e o pragmatismo nas doses adequadas para responder às pressões do seu momento. A receita de JK não será diferente embora Juscelino venha de uma matriz democrática mais límpida e não tenha sido, como Getúlio, formado no tempo dos

governos e dos homens fortes e não tivesse suas origens políticas no modelo do autoritarismo gaúcho.

Fico nos dois para evitar as armadilhas e os talvez insuperáveis desafios de fazer julgamentos sobre o nosso contexto político contemporâneo. Fica o assunto para um eventual futuro exercício.

Como fica também para outra ocasião o exame da política exterior do Brasil sobre a qual quase não falei. O assunto iria nos levar longe e eu não sabia encaixá-lo no modelo que escolhi para este ciclo de quatro palestras. Basta aqui dizer que é no relacionamento para fora que o Brasil, ao longo de sua história, soma a maior parcela de acertos. Estamos de bem com o mundo e o mundo está de bem conosco. Todo o nosso esforço se pode concentrar, exclusivamente, nas tarefas impostas pela nossa necessidade de ordem e a vocação de progresso. É uma bênção. E uma imensa economia de tempo e dinheiro.

Durante muitos anos, ao longo do século passado, romancistas, ensaístas e cineastas brasileiros sonharam em produzir uma obra síntese que, ao mesmo tempo, desvendasse o Brasil e o projetasse em direção a novos rumos e a um grande futuro. Nenhum conseguiu. Os resultados desses esforços eram ora grandiloquentes ora simplesmente incoerentes. Não era por falta de talento dos que tentavam, era apenas por causa da vastidão e insuperável complexidade do tema.

O que sugiro é que o Brasil me parece, enfim, melhor revelado em obras em que ele não é o objeto de uma reflexão acadêmica formal ou o tema de uma abrangente análise política, econômica ou sociológica propriamente dita.

Como país múltiplo, diverso, contraditório e, em boa medida, imperfeitamente conhecido, o Brasil não é objeto ideal para o tipo de exercício intelectual e acadêmico que se aplica com relativa facilidade a outros países mais homogêneos e mais consolidados. Até muito pouco tempo atrás nos faltavam também as bases estatísticas, as tabelas demográficas e outros indicadores necessários para que se fizessem projeções precisas e confiáveis.

Devia ter falado deles antes, mas abro um parêntese e faço isso agora ao me referir a dois textos épicos que descrevem os brasileiros em

momentos de extraordinário sacrifício e bravura: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e *A Retirada da Laguna*, de Taunay, mostram ambos qualidades de estoicismo e tenacidade que não se costumam associar conosco.

Sigo adiante e vou pedir a bênção aos meus guias finais. Começo com Lima Barreto e o seu Policarpo Quaresma. Vou em frente com João Ubaldo Ribeiro na sua comemoração do Bravo Povo Brasileiro e termino com Jorge Amado e aquelas duas maravilhosas senhoras baianas que, na montagem de seu presépio, resumem muito da abertura ecumênica do nosso espírito e da nossa permanente disposição de somar e incorporar. Logo chego lá.

O Major Policarpo Quaresma é o nosso Quixote intoxicado de patriotismo e de ideias grandiosas. Ele está dentro de cada um de nós, felizmente que de forma atenuada. Mas há nele como no fidalgo da Mancha sonho e grandeza Leiam o livro. É um prazer.

João Ubaldo narra alguns séculos de nossa história e faz de Itaparica o epicentro do Brasil.

Vejo que não esgotei nenhum dos meus assuntos. Quantas fontes ainda me sobram? A rigor, muitas. Da literatura de cordel aos sambas de enredo. Das novelas de televisão à crônica jornalística. Dos filmes de Glauber Rocha aos programas do Chacrinha.

O que estou sugerindo nesta palestra é que embora a compreensão do Brasil e dos brasileiros deva passar necessariamente pela obra de seus grandes cientistas sociais encontro a nossa realidade mais vividamente retratada em certas obras de acentuado valor alegórico. Ouso mesmo sugerir que a realidade brasileira, como disse acima, é mais bem interpretada em sua ficção que – por sua própria natureza – comporta com mais facilidade a convivência do contraditório, do imaginário, do absurdo e do irracional.

Não posso nem devo levar muito longe esta ideia. Estendê-la é enfraquecê-la. Não é suficiente uma visão impressionista para se conhecer uma determinada realidade política, econômica e social. Contudo acho que conheço (e, sobretudo, entendo melhor) a Colômbia por causa de Garcia Márquez, melhor a Argentina por causa de Cortázar e Borges, melhor o Peru por causa de Vargas Llosa do que pelo que aprendi de autores mais academicamente qualificados.

Uso um outro exemplo: creio entender e amar mais o século XIX francês por causa de Balzac, Victor Hugo e Daumier do que pela magnífica contribuição de seus pensadores de formação acadêmica mais qualificada.

Mudo de registro e faço uma indagação final. Que importância tem essa nossa matriz inicial para aqueles milhões que chegaram aqui depois que se tinha processado a fusão inicial de portugueses, índios e negros? Em outras palavras, toda essa história que percorremos juntos será relevante para descendentes de italianos, de japoneses, de libaneses, de poloneses, de ucranianos, de alemães e por aí em diante hoje estão inscritos na nossa história e na nossa paisagem? Vários – diria, muitos – dos que estão aqui nesta sala são brasileiros de incorporação mais recente e não teriam raízes tupis, lusitanas ou em algum ponto do Golfo da Guiné.

Minha proposta é a de que todos os brasileiros, qualquer que seja sua origem ou a data se seu desembarque, se nutrem, cultural e emocionalmente, dessa célula tronco original. O Brasil se ampliou, se multiplicou, se renovou, procedeu a muitas incorporações, mas não rompeu o traço de união e o fio condutor com suas raízes primeiras. Coisa prodigiosa.

Uma vez Rubem Braga se referiu ao "absurdo tranquilo que é a unidade nacional". Literalmente do Oiapoque ao Chuí (dou aqui um testemunho pessoal de que existe o Rio Oiapoque e que existe também o Arroio Chuí por ter estado na margem de ambos) somos uma só gente.

Nessas nossas conversas, falei antes bem do que mal do Brasil. Privei-me, assim, de um dos maiores prazeres da nacionalidade que é o poder falar mal do país. Logo voltarei a dizer – para alívio meu – cobras e lagartos de nós, a descrer do nosso futuro e fulminar o nosso presente.

Não se fala mal do Brasil por desamor. A nossa maledicência é a expressão de uma monumental frustração com a demora em virmos a ser aquilo que no mais íntimo de cada um achamos que o Brasil um dia será. Não há descrença há, sim, uma enorme impaciência.

Terminado este ciclo que foi, de certa maneira, uma celebração da nossa arquitetura nacional convoco a todos para que juntos, a partir de agora, digamos ao diabo do governo e da oposição, da elite e do povo, dos civis e dos militares, da mediocridade do nosso passado, da vilania do presente e da hipoteca sobre o nosso futuro e que, finalmente, juntos

brademos da boca para fora que depois de cinco séculos de persistente e muitas vezes heroica construção este país não tem jeito etc. etc. etc.

Meu *maitre à penser* Gilberto Amado costumava dizer que era um detrator público e um adorador secreto do Brasil. Eu também. O padre Antônio Vieira – nosso companheiro de conversas anteriores – disse uma vez e não se pode dizer melhor e de forma mais concisa – "A Pátria dói".

Vou ficando por aqui. O Brasil vai indo e nós com ele. Sempre vamos juntando novos atores e novos fatores sem desfazer, acredito, a trama inicial. A última palavra ficará com aquelas duas Senhoras de Ilhéus a que já me referi e cujo assombroso presépio me parece uma metáfora do Brasil. Não saberia concluir melhor este breve ciclo de palestras.

As palavras são agora de Jorge Amado: "Ano a ano foram as meninas dos Reis aumentando o seu presépio".

Representava o presépio, como é de esperar-se, o nascimento de Cristo na cocheira pobre da distante Palestina. Mas, ah!, a árida terra oriental era hoje apenas um detalhe no centro do mundo variado, onde se misturavam democraticamente cenas e figuras as mais diversas, dos mais diferentes períodos da história. Ampliando-se ano a ano: homens célebres, políticos, cientistas, militares, literatos e artistas, animais domésticos e ferozes, maceradas faces de Santo ao lado da radiosa carnação de estrelas seminuas de cinema.

Sobre o tablado elevava-se uma sucessão de colinas com um pequeno vale ao centro onde ficava a estrebaria com o berço de Jesus, Maria sentada ao lado, São José de pé segurando pelo cabresto um tímido jumento. Essas figuras não eram as maiores nem as mais ricas do presépio. Ao contrário, pareciam pequenas e pobres ao lado de outras, mas como eram as do primeiro presépio por elas montado, Quinquina e Florzinha faziam questão de conservá-las. Já o mesmo não acontecia com o grande e misterioso cometa anunciador do nascimento, suspenso por fios entre a estrebaria e um céu de pano azul perfurado de estrelas. Era a obra prima de Joaquim, alvo de elogios que o deixavam de olhos úmidos: uma enorme estrela de cauda vermelha, tudo em papel celofane, tão bem concebida e realizada que parecia dela descer toda a luz a resplandecer no imenso presépio. Nas proximidades da estrebaria vacas – acordadas

do seu pacífico sono pelo acontecimento –, cavalos, gatos, cachorros, galos, patos e galinhas, um leão e um tigre, uma girafa, animais variados adoravam o recém-nascido. E guiados pela luz das estrelas de Joaquim, ali estavam os três Reis Magos, Gaspar, Melchior e Baltazar, trazendo ouro, incenso e mirra. Duas figuras bíblicas, as dos reis brancos, recortadas há muito tempo de um Almanaque. Quanto ao rei negro porém, cuja figura a umidade arruinara fora recentemente substituído pelo retrato do Sultão de Marrocos, profusamente divulgado pelos jornais e revistas da época (que melhor rei, em verdade, mais indicado, para substituir o estropiado Melchior do que aquele tão necessitado de proteção, lutando de armas na mão pela independência de seu Reino?).

Um rio, filete de água correndo sobre o leito de um cano de borracha cortado ao meio, descia das colinas para o vale e até mesmo uma cachoeira concebera e realizara o engenhoso Joaquim. Caminhos cruzavam as colinas, dirigindo-se todos à estrebaria, arruados levantavam-se aqui e ali. E nesses caminhos, diante de casas de janelas iluminadas, encontrava-se em meio a animais, os homens e mulheres que, de alguma forma, se haviam destacado no Brasil e no mundo, cujos retratos mereceram a consagração das revistas. Ali estava Santos Dumont, ao lado de um de seus primitivos aviões, com um chapéu esportivo e seu ar um pouco triste. Próximo a ele, na vertente direita de uma colina confabulavam Herodes e Pilatos. Mais adiante, heróis da guerra: o rei George V da Inglaterra, o kaiser, o marechal Joffre, Lloyd George, Poincaré, o tsar Nicolau. Na vertente esquerda esplendia Eleonora Duse, de diadema nos cabelos, os braços nus. Misturavam-se Rui Barbosa, J.J. Seabra. Lucien Guitry, Victor Hugo, Dom Pedro II, Emilio de Menezes, o Barão do Rio Branco, Zola e Dreyfus, o poeta Castro Alves e o bandido Antonio Silvino. Lado a lado com ingênuas estampas coloridas cuja visão nas revistas arrancava exclamações das irmãs encantadas.

– Que beleza para o presépio!

Nos últimos anos crescera grandemente o número de artistas de cinema, principal contribuição das alunas do colégio das freiras, e os William Farnum, Eddie Polo, Lylia de Putti, Rodolfo Valentino, Lílian Gish, Carlitos, Ramon Novarro, William S. Hart, ameaçavam seriamente

dominar os caminhos das colinas. E lá estava até mesmo Vladimir Ilitch Lênin, o temido chefe da Revolução bolchevique. Fora João Fulgêncio quem cortara o retrato numa revista entregara a Florzinha:

–Homem importante... não pode deixar de estar no presépio. Apareciam também figuras locais: o antigo Intendente Cazuza de Oliveira, cuja administração deixara fama, o falecido Coronel Horácio Macedo, desbravador de terras. Um desenho – feito por Joaquim a instâncias do Doutor – representando a inesquecível Ofenísia, jagunços de barro, cenas de tocaia, homens com repetição ao ombro.

Não há dúvida. Nesse presépio, felizmente, cabemos todos nós.

Com a faca e o queijo na mão[1]

Nesta época do ano em tempos passados videntes, cartomantes e outros especialistas em adivinhar o futuro consultavam os astros, as bolas de cristal, as cartas ou o que mais fosse para fazer profecias para o ano que chegava e dar seu veredito sobre o ano que terminava.

Décadas depois essa função foi transferida para cientistas políticos e analistas econômicos que, com outras ferramentas, mas não menor pretensão, procuravam adivinhar o que o futuro nos reservava. Os dois grupos, embora amplamente desacreditados, ainda não desistiram de adivinhar o que vem pela frente.

O que aproxima o primeiro grupo do segundo é a mesma extraordinária margem de erro seja em suas profecias seja em suas análises prospectivas. Faço, contudo, uma ressalva: as previsões dos bruxos e das feiticeiras mesmo quando quase invariavelmente erradas eram, pelo menos, mais divertidas e mais cheias de fantasia do que as dos analistas atuais.

Faço essa ressalva inicial para me proteger e para tranquilizar os que me ouvem. Não sei o que vai acontecer aqui no Brasil e menos ainda no mundo no ano que vem. Não falo com qualquer autoridade especial ou qualquer pretensão de saber, melhor do que os que me escutam, o que acontecerá nos próximos meses.

Não minimizo e é bom dizer isso logo e da maneira mais clara a gravidade dos problemas que o Brasil teve que enfrentar nos últimos anos e continua enfrentando. Embora acredite que, em várias dimensões, já atravessamos alguns dos piores momentos, não ignoro a extrema gravidade da crise fiscal em que ainda nos encontramos. Não vejo ainda a luz no fim desse túnel. Na mesma medida o dano causado à nossa credibilidade,

1 Data: 2017.

autoestima e prestígio internacional foi grande e ainda está longe de ter sido superado. O caminho da recuperação é longo, árduo e íngreme.

Meu primeiro ponto é dizer que fomos nós mesmos que causamos ao país esta grande turbulência. Não há como culpar forças ocultas, o cenário internacional desfavorável ou inimigos próximos ou remotos pela nossa desventura. Tenho a clara lembrança de crises anteriores em que fatores externos eram os responsáveis principais por nossos problemas. Os dois grandes choques do petróleo em 1973 e 1979 mais a crise decorrente da invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990 seriam um bom exemplo e indo mais para trás a grande depressão de 1929 contaria a mesma história.

Não desta vez. Desta vez a crise brasileira é essencialmente endógena, feita, portanto, em casa e decorreu de uma sinergia perversa de incompetência, populismo e corrupção numa escala de que não tínhamos até agora nem memória nem experiência. Se isso, por um lado, aumenta a nossa responsabilidade, por outro sugere que temos, aqui dentro, a faca e o queijo na mão para resolver sozinhos as nossas dificuldades.

Em momentos de crise anteriores, brasileiros em posição de autoridade corriam logo para Washington, para Nova York, para Londres, para a Basileia pedir socorro. A salvação, o dinheiro e a supervisão vinham de fora e tínhamos que assumir engajamentos formais (que poucas vezes cumpríamos) com o FMI, o Banco Mundial ou o BIS ou com consórcios *ad hoc* montados para nos prestar assistência.

Vou insistir neste ponto. Esta talvez seja a primeira situação crítica brasileira em que contamos com reservas (de quase quatrocentos bilhões de dólares), com um robusto saldo de nossa balança comercial, com uma inflação hoje em queda, com a extraordinária vitalidade do nosso agronegócio, com uma situação de exemplar normalidade no funcionamento das instituições enquanto que esse imenso e inestimável ativo que é o povo brasileiro, apesar de descontente e machucado, continua na sua a trabalhar bem e a esperar com confiança tempos melhores.

O que faz, assim, a novidade do momento que vivemos? Já destaquei o caráter essencialmente doméstico da crise embora reconheça que nos últimos anos se deteriorou o cenário dos primeiros dez anos do novo milênio que foram muito favoráveis ao Brasil pela liquidez internacional,

pelas baixas taxas de juros nas grandes praças, pela valorização sustentada de todas as commodities e pelo impulso criado pela emergência da China e, em grau menor, da Índia.

Em seu primeiro mandato – e em grau menor no segundo – o Governo Lula soube manter intocadas algumas das linhas mestras herdadas do período FHC. A essa herança macroeconômica virtuosa Lula soube acrescentar uma vigorosa política de inclusão social que, em boa medida, mudou a fisionomia da sociedade brasileira e tirou da pobreza extrema dezenas de milhões de patrícios nossos.

O governo Dilma, ao chegar a Brasília, acentua alguns erros já embutidos no modelo que se vinha adotando e também opera em uma conjuntura internacional menos favorável. Seria razoável prever que a performance brasileira perdesse uma medida de vitalidade se comparada com a dos anos imediatamente anteriores e que os indicadores passassem a ser menos brilhantes. Contudo o acúmulo de defeitos na condução da coisa pública, a multiplicação dos Ministérios e outras Agências, o descontrole da previdência, a oferta de numerosos e crescentes cargos em comissão exercidos por clientes políticos desqualificados, o voluntarismo substituindo o racionalismo na condução da economia, a quase ruína da PETROBRAS, os subsídios mascarando o verdadeiro preço das tarifas dos serviços públicos e encobrindo os déficits que se acumulavam precipitam a crise que se faz evidente e incontornável ao iniciar a presidente o seu segundo mandato. Para ganhar aquela eleição, números fabricados e expectativas fraudulentas foram utilizados. Aquilo não podia durar e não durou.

O Brasil quis criar, depressa demais e com mais voluntarismo do que realismo, um estado de bem estar social para o qual não dispunha, a rigor, de todas as condições necessárias. Não critico o objetivo final. Reconheço apenas que fomos, no curto prazo, além de nossas possibilidades e que comprometemos, como vemos agora, a própria viabilidade do projeto. Há um virtual consenso sobre o conjunto de erros que nos trouxeram até aqui. Os caminhos para a recuperação são mais controvertidos. Vou dar minha opinião.

Operou-se no Brasil, em anos recentes, uma tentativa feita por um grupamento político de criar condições para que pudesse ocupar o poder

de forma duradoura e virtualmente permanente protegido dos riscos naturais da alternância no poder que é uma das virtudes e exigências das sociedades democráticas. Esse aparelhamento do Estado ao longo de linhas partidárias e ideológicas serve para explicar toda uma ampla e persistente ação ilícita feita para que as alavancas do Estado permanecessem nas mãos de operadores em que o partido político então no poder confiava. Foi posta em prática uma malfadada contabilidade criativa que está na raiz de muitos dos nossos problemas e que procurou mascarar sua gravidade.

O que chamamos de corrupção ou comportamento ilícito deixou de ser um desvio provocado por atores inidôneos e oportunistas, atuando individualmente ou em pequenos grupos em busca do enriquecimento, prestígio e prazer para ser a própria regra do jogo e o principal instrumento de que o próprio poder se utilizava para perdurar e para se consolidar. O jogo político entre nós mudou de natureza e escala.

É evidente que o efeito cumulativo de reformas – mesmo que tímidas e parciais – irá criando novas condições para que retomemos o caminho do crescimento com segurança. Sou, com certeza, a favor desses esforços e trabalharei para que os bons resultados sejam alcançados.

Não vejo o Brasil saindo da crise atual de maneira centralmente orquestrada. Acredito, antes, em um somatório de decisões e iniciativas do Congresso, dos governos estaduais, de municípios, de empresas e mesmo de indivíduos que juntos vão sinalizando para dentro e para fora do país que os ventos começaram a soprar em uma nova direção. Nada me parece mais difícil de precisar e definir do que essa quase mágica recuperação da confiança que faz com que os atores políticos e econômicos passem, em um determinado momento, a apostar de novo na estabilidade e no crescimento.

Tenho hoje uma importante vantagem. A de viajar bastante pelo Brasil e verificar, com assombro, certas coisas que são, a rigor, evidentes. A primeira dimensão é simplesmente a do nosso tamanho. Vivi muitos anos na Europa e me ocupei por muito tempo no Itamaraty do Oriente Médio. Tenho sempre presente que o Brasil cobre uma área duas vezes maior do que a que ocupam juntos os atuais 27 países membros da União Europeia. As distâncias entre Beirute, Damasco, Jerusalém, Cairo e Aman seriam

na escala brasileira quase municipais. Ir de Roraima a Bagé representa 3.860 quilômetros em linha reta ou 5.295 quilômetros por estrada. Cobrir essas distâncias dentro de um mesmo país, falando uma única e mesma língua e com diferenças apenas cosméticas de valores e de comportamento nas duas pontas é coisa quase inacreditável.

Tenho hoje um remédio para meus momentos de desalento com a situação brasileira. É sobrevoar o país se possível em avião de velocidade moderada e que não se eleve às alturas dos voos comerciais. O que se desdobra debaixo dos nossos olhos é um país já amplamente ocupado por uma agricultura e uma pecuária altamente competitivas com propriedades de considerável produtividade que são irrigadas com técnicas modernas. A malha rodoviária e mesmo ferroviária é densa e complexa. Imensos rios sugerem que hidrovias serão um grande instrumento futuro. Embora o custo Brasil continue excessivo os portos e aeroportos funcionam bem melhor do que faziam alguns anos atrás. As pequenas e médias cidades brasileiras são em sua grande maioria bem administradas, limpas e seguras.

Antes e por quase trinta anos como embaixador do Brasil tive o duplo privilégio de representá-lo e vê-lo em contraste com outros grandes atores mundiais. Não saímos mal da comparação. Aprendi também a aceitá-lo como é. Mussolini dizia (admito logo que podia ter escolhido um melhor autor) em um outro contexto que não era nem fácil nem difícil governar a Itália. Era inútil. Conosco a situação não é muito diferente.

O Brasil desanima seus reformadores. É grande demais, diverso demais, complicado demais para que a ele se apliquem receitas simplistas. Continua a não ser um país para principiantes e neste caso o inventor da frase, Tom Jobim, pode ser citado sem temor.

Cheguei faz poucas horas do Rio de Janeiro, por tanto tempo o emblema mais prestigioso do Brasil e hoje sua janela mais escura. Mas mesmo o Rio continua lá pronto para uma recuperação e para retomar seu caminho. Como se fosse uma Londres tropical, o Rio sobreviveu a uma blitz doméstica e foi saqueado por aqueles que o deviam governar e conduzir. Faz poucas semanas, contudo, realizou um gigantesco "Rock in Rio" em que se divertiram, literalmente sem mortos ou feridos, durante uma semana mais de setecentos mil participantes, de fora e de dentro

do país, pelas contas confiáveis da Fundação Getulio Vargas. Logo virá o Réveillon e depois o Carnaval e a festa continuará. Minha cidade natal é rigorosamente incorrigível.

Não quero cair na armadilha de valorizar demais as extraordinárias dimensões do Brasil e seu imenso potencial nem relativizar demais os desafios que enfrentamos. Vale repetir que vamos, de uns meses para cá e de maneira fragmentada, fazendo algumas coisas certas e desfazendo outras, erradas, e transmitindo o recado – para dentro e para fora do país que voltamos a ser um ator racional e confiável. Nos últimos anos erramos no atacado e parece que, agora, vamos acertando no varejo.

Não tenho maior respeito moral pelas nossas elites. Mas nunca identifiquei nelas uma vontade de desaparecimento ou autodestruição. Nunca foram exemplares, mas não tem de forma alguma uma vocação suicida. Tem um altíssimo sentido de autopreservação. Entregarão anéis para salvar os dedos.

Se a reforma da previdência for aprovada e este é o nosso teste de curtíssimo prazo, vamos começar o ano melhor do que se previa. Caso contrário começaremos 2018 com desafios que ficaram ainda maiores por terem sido adiados. Empurrar com a barriga coisa que temos feito tantas vezes ao longo da história e às vezes com muita sabedoria não parece ser, no momento, a receita adequada.

Tempos difíceis como os que o Brasil agora atravessa são – e isto é uma obviedade – indesejáveis. Como são inevitáveis a pergunta é saber o que deles se pode extrair para diminuir sua recorrência e duração e minimizar seus efeitos perversos. Aqui vai a minha receita e algumas poucas ideias acumuladas como veterano de várias e dolorosas campanhas:

O Brasil costuma ser um país moderado nos gestos, mas bombástico e tonitruante nas palavras. Vamos usá-las melhor. Aqui as moedas e suas cotações nunca se movem; ou bem despencam ou disparam. Não há perdas, há rombos. Exageramos nosso entusiasmo quando as coisas vão bem, nos castigamos demais quando vão mal. Amamos a ênfase dos paroxítonos de origem grega. Cuidado com eles.

Abusamos das generalizações. As palavras como todos, sempre ou nunca, afloram com uma frequência perigosa e em contextos em que não

cabem. As redes sociais acentuaram essa nossa tendência nacional para a imprecisão, o exagero e a irresponsabilidade verbal.

Passamos de uma auto confiança excessiva em nós mesmos para uma avaliação aviltante das nossas limitações. A nossa mídia é uma excelente caixa de ressonância que é preciso, de alguma forma e sem qualquer censura, saber moderar. É preciso fugir das tentações dessa bipolaridade maníaco-depressiva.

Digo isso com a convicção íntima da inutilidade desses conselhos e advertências. Sempre falamos do que o Brasil deveria e poderia ser. Do Brasil visto como um projeto. Nos esquecemos do que ele de fato é.

Sobretudo no fim de ano temos uma tendência – e essa é mundial – de fazer planos e ter propósitos louváveis para o ciclo que logo se inicia. Não vamos fugir disso. Vamos nos prometer votar bem. Fiscalizar os eleitos. Cuidar da coisa pública. Reforçar os nossos compromissos cívicos. Ter solidariedade com os mais carentes. Cuidar melhor da infância e proteger a velhice. Olhar para o meio ambiente. Vamos, enfim, cumprir todo o receituário do que é politicamente correto. Mesmo sabendo que o Brasil e cada um de nós ficará aquém do prometido. Seria pior o ceticismo de achar que não vale o esforço e a esperança de que as coisas não têm remédio.

O tombamento do antigo prédio do Supremo Tribunal Federal no Rio de Janeiro[1]

O processo nº 1280-T-88, de que aceitei ser relator, trata do tombamento do prédio que, no Rio de Janeiro, durante 50 anos, de 1909 a 1959, foi a sede do Supremo Tribunal Federal vale dizer até sua transferência para a nova capital, em Brasília.

Esse processo foi examinado por nosso Conselho em sua sessão de 19 de abril de 2001 tendo sido então seu relator o Conselheiro Luiz Viana Queiroz que por razões de força maior não pode estar presente àquela reunião, dispensando-se a leitura de seu parecer que, no essencial, recomendava que o processo fosse devolvido à área técnica do IPHAN para "complementação de estudos com a análise do valor histórico da edificação".

Talvez mais relevante para a nossa reflexão hoje seja a opinião, naquela ocasião emitida pelo Conselheiro Nestor Goulart de que me permito fazer uma extensa transcrição:

> Senhor Presidente: para não retardarmos o andamento dos trabalhos gostaria, se possível, que se examinasse a possibilidade da inclusão deste edifício em um estudo de tombamento de conjunto, não da soma de edifícios, mas do conjunto urbano, considerando o seu valor urbano o e arquitetônico, enquanto conjunto e não apenas como obra de arte. Essa questão foi levantada no processo, mas não há um estudo específico. Considerando a sua colocação em diligência, para estudo de sua importância para a história do país, pediria que tivéssemos as duas alternativas. Se não é o mais importante, pelo menos é um dos importantes conjuntos urbanísticos do Brasil, pois marca toda a política da

1 Data: 2017.

> Primeira República. É um trabalho cultural e histórico, mas reluto em discutir o prédio apenas pelo seu valor histórico.

Os antecedentes do tombamento do prédio têm uma história mais antiga e, ao considerar, em 1990 o processo nº 860-T-72 com base em opinativo de Lucio Costa e da Professora Lygia Martins Costa o Conselho negou o tombamento, apesar de terem sido tombados naquela mesma ocasião outros imóveis também situados na Avenida Rio Branco.

Sempre tive um grande encantamento com a Avenida Central (foi este seu nome de batismo até que mudasse para homenagear o grande brasileiro que foi o Barão do Rio Branco) avenida que, como menino, já conheci em alguma medida desfigurada mas que ainda conservava grande parte de seu aspecto original e de seu prestigio como a artéria que melhor definia o Rio de Janeiro do fim do século e suas ambições "haussmanianas", de que entre nós foi patrono e promotor o Prefeito Pereira Passos, de abandonar seu feitio colonial e imperial para tornar-se uma cidade de urbanismo moderno. As crônicas de João do Rio definem aquele momento e as nossas ambições de atingir um novo patamar de civilização e modernidade.

Havia em todo esse impulso modernizador e que em alguma medida foi alcançado um ingrediente até certo ponto ingênuo ao expressar o desejo de criar nos trópicos uma cidade com fisionomia europeia e, mais especificamente, parisiense o que não era objetivo fácil de alcançar e sustentar.

Foram-se com o passar dos anos os Hotéis Palace e Avenida. Foi-se a antiga sede do Jockey Club, demoliu-se o Palácio Monroe e vieram abaixo também vários edifícios que compunham um conjunto originalmente harmonioso em suas linhas e seus volumes.

Só nos resta para capturar as imagens da Avenida tal como fora concebida as fotos maravilhosas de Malta e de Ferrez que preservam a mágica de nossa efêmera *belle époque* e de nossas pretensões a mostrar uma face diferente ao mundo.

Não procuro aqui reabrir velhas controvérsias. Os primeiros tempos do SPHAN foram notoriamente hostis ao ecletismo da arquitetura entre

nós e havia então a convicção de que aquilo não representava um estilo – com seu rigor e sua disciplina – mas essencialmente e apenas uma moda passageira e que as obras da época não tinham valor intrínseco estético e histórico.

Travava-se então uma luta entre o modernismo e o ecletismo de que saiu vitorioso entre nós o primeiro movimento e essa vitória me parece hoje merecida. Não teria sido preciso, contudo, desqualificar o outro caminho e muito pouco se fez para proteger os exemplos mais eloquentes daquela outra maneira de desenhar e de construir.

Passadas (e quase esquecidas) as velhas batalhas o momento me parece chegado para que tudo seja reexaminado sob uma ótica mais tolerante e que aquilo de mais significativo que se construiu no Brasil do fim do Império até a Revolução de 30 seja resgatado e, finalmente, incorporado à nossa história e tradição.

Não reclamo para o prédio que antes acolheu o Supremo e hoje abriga o Centro Cultural da Justiça Federal o reconhecimento de uma excelência arquitetônica que certamente não tem. É, contudo, testemunho de uma época e marco de nossa história institucional. Faz recordar o tempo em que a Cinelândia poderia ser chamada não de Praça dos Três Poderes como a que hoje existe em Brasília, mas talvez de Praça de um Poder e Meio por lá funcionarem, em estreita proximidade, o Senado Federal e o Supremo Tribunal.

Faço uma brevíssima digressão. Chamei a Praça Marechal Floriano Peixoto de Cinelândia nome que, como costumamos dizer, "pegou" e talvez devesse ter feito uma referência ao nome original daquelas paragens: o Largo da Mãe do Bispo". Sobre ele e sobre ela não me alongarei.

O prédio destinava-se, originalmente, a ser sede da Mitra Arquidiocesana do Rio de Janeiro e foi permutado com o Palácio São Joaquim, na Gloria, até hoje propriedade da Arquidiocese embora entenda que Arcebispos e Cardeais mais recentes tenham preferido morar, com menos pompa, mas em mais estreita comunhão com a natureza, no Alto do Sumaré.

Cumpre ressaltar que o edifício, obra do versátil e prolifico arquiteto Adolfo Morales de los Rios, nascido em Sevilha e autor de alguns milhares de projetos em diversas cidades brasileiras, já está protegido por um

tombamento municipal de caráter provisório e que, restaurado como já está e devolvido a uma situação de utilidade e visibilidade pelo Poder Judiciário, como centro cultural não corre o risco de ser demolido ou descaracterizado no futuro previsível.

Penso, entretanto, que o tombamento pelo IPHAN repararia uma omissão nossa e seria mais uma manifestação de nosso zelo na proteção daquele patrimônio das primeiras décadas do século passado e que, a meu juízo e como já disse, foi de alguma forma negligenciado.

Subscrevo as recomendações que nos vem lá de trás (e a posição de 2001 do Conselheiro Nestor Goulart continua valiosa) de que seria mais apropriado que víssemos aquela área em seu conjunto e que mais do que agir pontualmente pudéssemos apresentar recomendações mais abrangentes.

Contudo, mais uma vez, pode se dar o caso que o ótimo seja inimigo do bom (ou do possível de ser realizado em certas circunstâncias) e que na esperança de soluções mais orgânicas e coerentes deixemos de fazer alguma coisa de mais limitado, mas de manifesta utilidade e que está ao nosso alcance.

Ao preparar este parecer revisitei o prédio e pude confirmar minha impressão anterior de que, não sendo excepcional, tem a marca e o ofício da época que foi construído e que, sobretudo seu interior, tem espaços com elementos decorativos que amplamente justificam seu cuidado e conservação.

A obra parece bem assentada onde está e contribui para preservar, em alguma medida, o espírito da Avenida em suas conformações originais. Destaco, de forma quase que impressionista, a qualidade das escadarias do prédio, os vitrais de evidente inspiração francesa e as pinturas dos tetos que se devem Rodolfo Amoedo.

O Rio do começo do século XXI vive um período de renascimento não muito diferente, como impulso e intenção, do que aconteceu nos primeiros anos do século XX e seria apropriado que, aos procurar devolver à cidade beleza e prestígio valorizássemos o que restou dos edifícios que flanqueavam a Avenida Central, na sua origem e, nessa perspectiva o tombamento do antigo Supremo Tribunal Federal, a meu juízo, plenamente se justifica.

O Barão hoje e os desafios do ofício[1]

Cabia a mim, naquele momento, aprovar uma ampla restauração do Palácio do Itamaraty que o tempo e o uso tinham degradado. Os recursos estavam disponíveis e vieram, para consultas preliminares conosco, representantes do Patrimônio e outros arquitetos e especialistas que havíamos escolhido. A primeira pergunta que fizeram me desconcertou: na realização dos trabalhos até que momento da história da Casa devíamos recuar? Ao primeiro quando ela era ainda a residência dos Condes seus proprietários originais?; ao período em que o edifício havia sido a sede do governo provisório da jovem república?; aos anos dourados do Barão e do Visconde: um do Rio Branco o outro de Cabo Frio?; à grande reforma da gestão Octavio Mangabeira ou ainda à configuração mais recente e tão harmoniosa que parecia estivesse estado ali desde sempre.

As dúvidas se multiplicavam. Dependendo da escolha salas apareciam ou sumiam, paredes caiam ou eram levantadas, estábulos eram demolidos, garagens e anexos erguidos, jardins destruídos, palmeiras plantadas e lago e cisnes acrescentados. O passado não parava quieto.

Começo com esta pequena digressão para sugerir que a história, mesmo a mais recente, contém múltiplas encarnações e que, como o futuro, também está em constante transformação. Ao olhar para trás e revisitar o antigo casarão e seu mais eminente morador a pergunta que me fiz então era insistente e quase impossível de responder: voltar a qual Itamaraty?

Ao procurar trazer até aqui o legado de Rio Branco e a bagagem acumulada pela diplomacia brasileira desde então até agora, enfrento a mesma dificuldade. O que guardar e o que descartar em um processo

1 Palestra na Academia Brasileira de Letras. Data: 11 de julho de 2019.

de atualização e renovação que prossegue sem interrupções e que, pela natureza dos tempos em que vivemos, cada vez mais se acelera e diversifica.

A diplomacia e política exterior são, apesar dessa mutabilidade, talvez o mais confiável fio condutor para quem queira compreender o andar da nossa história. Permite que viajemos até mesmo para antes do nosso achamento. Há nesse trajeto, muito acima do que se possa esperar, continuidade e coerência. Pelo Tratado de Tordesilhas somos fatiados antes mesmo de sermos descobertos. Começamos a existir no Direito Internacional antes de sermos uma realidade. A obra de Rubens Ricupero *A Diplomacia na Construção do Brasil* é o guia mais seguro para quem quiser empreender essa viagem.

Volto aos séculos antes da nossa independência para sugerir que muitos dos cuidados portugueses, nas negociações em Madrid e Santo Ildefonso por exemplo, não eram tão diferentes do que viriam a ser mais tarde as nossas preocupações e objetivos como país independente. Não teria dificuldade, imagino, em entender o padre Antonio Vieira, Alexandre de Gusmão, ou o Marquês de Pombal quando em situações distantes e contextos diversos expunham interesses e objetivos que viriam a ser mais tarde os nossos. Não sei se poderia dizer o mesmo de ecos que me chegam hoje de Brasília.

Não era pouco comum nesses idos que a metrópole europeia fosse muito menor em tamanho e população do que uma sua colônia africana, asiática ou americana. Mas no caso brasileiro essa distância era extrema e mesmo bem antes do episódio da vinda de Dom João VI alguns homens de estado de Portugal – inquietos com a vulnerabilidade do Reino frente aos desígnios da Espanha e de outros poderosos atores europeus – haviam até imaginado a transferência definitiva da coroa e da sede do Governo para cá.

Nas guerras holandesas o Brasil e os brasileiros atuam com certa autonomia (e mesmo rebeldia) e são movidos por interesses próprios, diferentes em não pequena medida daqueles que a metrópole distante então podia defender e mesmo expressar. Não quero me afogar nessa praia que não é a minha e aqui na casa de Evaldo, José Murilo e Arno vou procurar não fazer generalizações imprecisas e perigosas sobre nossa história.

O que estou procurando sugerir é que quando leio papéis do nosso passado diplomático tenho pouca ou mesmo nenhuma dificuldade em compreender motivos e prioridades. Em um mundo imaginário suponho que conversaria sem esforço com quase todos aqueles atores plenipotenciários – e às vezes apenas impotentes – aos quais cabia definir sem poder mesmo imaginá-lo o nosso destino futuro. Observo que, muitas vezes, ao longo de extensos períodos mudou mais o estilo e a linguagem – mas mesmo aí nem tanto – do que a definição do que era imperativo fazer.

Sem descuidarmos do futuro éramos, os diplomatas brasileiros, guardiões de um passado. Lembro que quando tínhamos pela frente um desafio que parecia novo a exortação dos chefes de minha mocidade era, em primeiro lugar, que olhássemos para trás para ver se na história, apenas esquecida, já não existiria nos registros dos nossos arquivos a lição a ser seguida ou o caminho a ser evitado.

Quando pensei trazer Rio Branco para esta nossa conversa e para os dias de hoje levei em conta, sobretudo, dois fatores: que o Barão viaja bem e seria hoje, como foi, no seu tempo, moderno, interessante e criativo. Entrei para o Ministério quando os sinais de sua passagem eram literalmente onipresentes. Havia trabalhado nos mesmos espaços que ocupávamos. Morreu em um canto, fácil de reconhecer, da grande sala que servia de gabinete de seus sucessores. Mais do que reverenciá-lo convivíamos com ele.

É para mim quase impossível não o fazer um personagem central da *belle époque*, período que se estende, nas classificações habituais – desde o fim da guerra franco-prussiana em 1880 até o começo da Grande guerra em 1914. Aqui, entre nós, dura mais. Foi um período de exuberante otimismo e o Barão por estilo e por temperamento cabe nela perfeitamente. Entre outras e não poucas virtudes tinha uma excelsa: a de ter sorte. Teve sorte em ser filho talvez do maior estadista do Império o Visconde seu Pai, longevo para seu tempo. Teve sorte em ser afilhado do Duque de Caxias – no Brasil daquela época talvez o melhor dos padrinhos – mas quase colocou tudo a perder por um casamento imprudente e por anos de uma estroinice (a palavra tem um gosto acentuado de época) maior do que os tempos recomendavam, mas apesar disso acabou por conquistar

a indulgência afetuosa de Pedro II. Devia ser, desde o começo, muito inteligente e sedutor. Nada faz supor no início, contudo, o seu fulgurante destino futuro. Parecia armar-se para ele uma trajetória apenas prestigiosa e que, com a Proclamação da República talvez se encerrasse sem que dela ficasse registro durável.

Como aquele dono da Confeitaria do Império, vizinho do Conselheiro Aires, que recomenda naquele dia 15 de Novembro de 1889 ao pintor de tabuletas que parasse na letra "d" o Barão quando recebe o título nobiliárquico, já nos últimos meses do Império, hesita mesmo em ostentar a honraria e, sentindo os ventos que sopravam, pede à tipografia que utilizava que o papel usado na sua repartição deixe de registrar, como fazia antes, ser ali o Consulado-Geral do Império do Brasil para ser apenas o Consulado-Geral do Brasil. Está longe, no entanto, de ser um oportunista e guarda enquanto vive fidelidade ao Imperador e à princesa Isabel sua filha.

Rio Branco está no centro mesmo do jovem *establishment* brasileiro de seu tempo. Com Joaquim Nabuco, com Eduardo Prado, com Rodolfo Dantas e com outras pessoas de qualidade e talento representa a civilidade brasileira. Tem um temperamento e uma personalidade que o fazem essencialmente *clubbable* e faz parte desde o início daquelas instituições que estão no âmago de nossa cultura. Desta Academia, foi membro desde 1893; do Instituto Histórico e Geográfico que vem a presidir foi sócio por longos anos e, enfim, faz do próprio Itamaraty literalmente sua casa e aqui a evoco menos como importante repartição do Estado do que como um corpo de elite cujos destinos conduz de 1902 até sua morte em 1912. Era, ao mesmo tempo, homem de bom convívio e de bom conselho. Mais ateniense do que espartano: amigo da boa mesa e do bom vinho. Imensa vaidade. Não preciso nem devo ir além.

É difícil julgar com os valores de hoje os padrões de comportamento daquele período. O titular de uma função pública destacada não era suposto ter a diligência e assiduidade que hoje consideramos como obrigações naturais do cargo. Cuidar da rotina era dever de assalariados de menor hierarquia aos quais cabia fazer com que as coisas funcionassem e Rio Branco nunca teria imaginado ser dever seu ocupar-se do dia a dia de uma máquina administrativa. Foi cônsul-geral, por quase vinte anos, em

Liverpool, mas essencialmente vivia em Paris e somadas suas licenças e outros afastamentos essas ausências representavam uma ampla parcela do tempo que lá deveria ter estado.

Faço um outro registro sem que tenha feito sobre isto qualquer pesquisa. As pessoas então adoeciam muito e longamente. As correspondências da época são uma interminável lista de sintomas. As cartas pessoais então trocadas, aos olhos de hoje, parecem um triunfo da hipocondria e um registro minucioso de achaques. Não havendo bons remédios consolavam-se uns aos outros.

A *belle époque* é também a culminação de um grande ciclo de feiras e exposições mundiais. Houve uma verdadeira globalização desses eventos e, para um país como o nosso, deles participar com destaque era uma indispensável credencial de progresso e civilização. Rio Branco é ator nesse processo e deixa sua marca naquela imensa Exposição Universal de 1889 em Paris que marca um século da Revolução francesa e a inauguração da torre Eiffel como antes fizera na de São Petersburgo em 1884. Enquanto é ministro realizamos aqui em 1908, com sucesso, uma grande e ambiciosa feira comemorando um século da abertura dos nossos portos.

Foi também todo esse período um belo momento para a diplomacia. Acontecem nele as duas Conferências da Paz, na Haia e, na segunda, pela primeira vez deixamos, com Rui, uma marca nossa no desenho da ordem jurídica mundial. Há ali o começo do que mais tarde virá a ser a diplomacia multilateral. As mediações e arbitragens como métodos para dirimir divergências entre as nações mostram um caminho que facilita e legitima a solução para várias questões que antes, talvez, tivessem que ser resolvidas pela força ou apenas simplesmente não ser resolvidas e que encontram um novo e mais civilizado encaminhamento. Os países de menor peso identificam nelas um processo menos desigual para negociar com as grandes potências do dia.

É também, vale o contraste, o período do da Conferência de Berlim de 1884 e 1885 quando a África é recortada e o imperialismo e o colonialismo vivem seu momento mais triunfal.

Volto ao Barão e a sua boa sorte. É chamado para cuidar da diplomacia brasileira quando essas novas ferramentas são oferecidas e que, empregadas

por alguém com sua inteligência, saber e talento, de muito nos valerão. O Barão é, também, em um país de improvisadores, o homem que acredita no dever de casa bem feito e que sabia que o demônio vive nos detalhes.

Há no Barão um amor à minúcia, uma preocupação equilibrada com a substância e com a forma e uma aguda sensibilidade com os instrumentos que, no seu tempo permitiam projetar o poder e influenciar a opinião dentro e fora do país. Trabalhava mais horas e com mais afinco do que dava a entender. Em nenhum momento apesar de ser o chanceler deixa de ser também jornalista e se faz, de fato, muitas vezes porta voz de si mesmo. Procura influenciar a opinião pública para que apoie as causas que defende e, escrevendo em seu nome próprio ou valendo-se de vários pseudônimos, exerce uma ação que não seria aquela que, então ou agora, se associa ao desempenho canônico de altas funções.

O Barão é um vigoroso defensor dos usos da diplomacia, mas, ao mesmo tempo, reconhece seus limites e acredita com não menor convicção que só o poder, notadamente o militar, confere respaldo e credibilidade à ação diplomática. Procura rearmar o Brasil. Na questão do Acre identifica nos aliciantes monetários e financeiros os indutores para que aquilo que pretende para o Brasil possa ser alcançado e sabe aproveitá-los.

Uma das vantagens ao avaliar a obra do Barão é que ela pode, literalmente, ser medida e somada. É fácil medir e pesar quantas foram as centenas de milhares de quilômetros quadrados que sem um tiro e sem provocar um inimigo, acrescentou ao nosso patrimônio. Dizia- se no seu tempo que o Barão custava caro. Penso o contrário. Foi o mais enxuto investimento humano que fizemos.

Às vezes seu realismo e sua análise do possível o fazem ficar distante do que era a vontade majoritária das elites brasileiras de seu tempo a que tão claramente pertencia. Apoia o marechal Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa naquela campanha "civilista" que foi, em mais de uma dimensão, precursora dos movimentos democráticos do Brasil moderno. O Barão havia prestigiado Rui Barbosa em sua brilhante atuação na Haia e contrata mesmo um publicista para escrever o livro que ajuda a consolidar a reputação internacional de nosso representante naquela grande Conferência, mas não vê nele o homem certo para conduzir então os nossos destinos.

É um tributo extraordinário a Rio Branco observar que na condução de nossa diplomacia, até pouco tempo atrás ele era uma referência obrigatória e um guia confiável. Nosso Ministério do Exterior havia sido literalmente a sua casa e quando ali trabalhei guardava numerosas recordações de sua vida e gestão. Nunca me ocorreria chamar Rio Branco de modesto e foi, em uma época de comportamentos formalmente mais discretos, uma personalidade vigorosamente afirmativa. Não se sentiria, imagino, desconfortável nos programas de televisão e nas redes sociais de hoje.

Sua influência como inspiração e modelo para nossa ação diplomática se reduziu acentuadamente ao longo dos últimos quinze anos. Não só pela simples passagem do tempo e pela mudança extraordinária de circunstâncias, mas porque, a meu juízo, fatores ideológicos primeiro de uma perspectiva de esquerda e agora de direita erodiram a nossa fidelidade à coluna central ao seu pensamento que era a defesa lúcida e objetiva do interesse nacional. Não estou sugerindo que Rio Branco – conservador – não tivesse uma visão própria sobre a cena internacional. Mas sua perspectiva era, em ampla medida, isenta e procurava identificar em cenários complexos o encaminhamento e o desenlace que mais nos conviessem. A ideia central era a de que o diplomata brasileiro não fosse o instrumento de um partido ou grupo político, mas um funcionário que se identificava, prioritariamente, com a definição e promoção do interesse nacional e atuasse, a cada momento, como um servidor do estado e não como agente de um interesse político partidário.

Resolvidas as grandes questões de limites a diplomacia brasileira não encontra novas causas que tivessem e a mesma capacidade de mobilização do sentimento nacional. A Primeira Guerra Mundial não chega a ter esse efeito e, na Segunda, imaginamos que nosso engajamento embora tardio e modesto, nos traria maiores dividendos. Há uma certa decepção por termos sido, depois da vitória, um pouco esquecidos. Quando começa a Guerra Fria não existe apoio doméstico para que mandemos tropas para a Coreia e para o Vietnam e sobre Cuba, que é o único assunto de nossa região que importa, tínhamos consideráveis ambiguidades. Os Estados Unidos buscam então, como agora, aliados dóceis e decididos e nossas hesitações e relutâncias nos excluem da tela do radar dos interesses

prioritários de Washington. Mesmo agora não vejo como poderíamos ter jogado um jogo diferente.

O desafio central da promoção do desenvolvimento econômico e social e, depois o retorno à democracia e o combate à inflação são as causas que nos engajam por mais de uma geração. Tivemos uma ampla medida de sucesso no exercício da construção democrática e no combate à inflação, mas o ritmo e a intensidade de nosso crescimento econômico devem ser qualificados. Apenas no agronegócio mudamos de patamar e de expectativas. Apesar de desapontamentos não acho que tenhamos perdido o tempo e o barco da história.

Nos governos do PT os tempos já eram outros e procuramos e fomos atraídos por parceiros que como nosso governo daquele momento, preferiam adotar uma posição nacionalista e populista e, em alguma medida, desafiadora do ordenamento internacional com uma acentuada preferência pelos alinhamentos sul- sul.

O interregno Temer foi apenas uma transição e o atual Governo, este sim, adota uma conduta que nos afasta, de forma radical, do espírito mesmo das posições que expressamos ao longo de nossa história. Enquanto nas administrações imediatamente anteriores à atual havia apenas alguma reorientação de prioridades e de discurso agora nos afastamos de maneira abrupta de posições consagradas por nossa já longa prática diplomática.

Não parecemos estar mais, como costumávamos, no âmago do grupo dos formadores do consenso internacional sobre as grandes questões da atualidade: meio ambiente, desarmamento, direitos humanos, problemática do Oriente Médio e várias outras.

Da posição privilegiada de país que, por sua isenção e equilíbrio, era prioritariamente considerado para integrar operações de paz e servir como sede de grandes encontros internacionais parecemos nos inclinar agora por onerosas posições minoritárias que não correspondem nem às nossas tradições nem atendem a nossos melhores interesses.

Não quero dar peso excessivo aquilo que pode ser largamente retórica imprudente e que o império dos fatos e da realidade se encarregará de corrigir. O risco está em que outros acreditem em nós e que tenhamos de pagar um preço desnecessário pelos erros da nossa gratuidade.

A decadência da qualidade dos padrões de ação diplomática não é um fenômeno apenas brasileiro. Observa-se uma clara degradação do discurso e dos comportamentos na cena internacional. Depois de um longo período de construção da uma imperfeita ordem liberal internacional que nos deu décadas e paz e de prosperidade vivemos um período marcado pela desconstrução da arquitetura política que se seguiu ao fim da II Guerra Mundial e, mais precisamente, daquela que se montou depois da queda do muro de Berlim.

Seleciono com uma margem considerável de arbítrio algumas das principais condicionantes que me parecem determinam os contornos do quadro atual: A acelerada emergência da China e dos outros gigantes da região deslocou o eixo do poder internacional em direção ao leste e ao Oceano Pacífico. Com o crescimento da economia dos gigantes asiáticos os principais países europeus e os norte-americanos sentiram que haviam perdido poder, empregos e que mesmo o crescimento que se observava de suas economias era intensamente assimétrico na medida que beneficiava de maneira muito acentuada as pequenas minorias que já estavam no alto de suas pirâmides sociais. O imenso movimento migratório espontâneo ou ilegal dos anos recentes criou, por seu lado, no mundo industrializado uma forte resistência a acolher novos contingentes – sobretudo vindos de países islâmicos e africanos – e o temor de que a composição étnica e cultural do próprio tecido de cada sociedade fosse irremediavelmente alterada. A perplexidade diante do que o mundo digital e a inteligência artificial nos reserva é uma constante.

Em proporções diferentes todos estes fatores ajudam a explicar o BREXIT, a eleição de Donald Trump e permitem entender melhor as rupturas no seio da União Europeia e da OTAN, o ressurgimento da Rússia e a vitória, em eleições recentes em diversos países de grupamentos de direita críticos das linhas mestras do que vinha acontecendo desde o fim do século passado.

No caso brasileiro não são os fatores enunciados acima que determinam uma mudança de rumo, mas, acredito, essencialmente uma intensa reação a práticas massivas e persistentes de corrupção e aparelhamento do Estado

por determinados grupos políticos o que a opinião pública nacional não parece estar mais disposta a aceitar.

O que procuro dizer é que, ao contrário do que se observa no mundo industrializado, a rejeição da sociedade brasileira à política externa que vinha sendo adotada deriva sobretudo de motivos endógenos e menos de circunstâncias que decorrem de fatores que se originam, direta ou indiretamente, do próprio quadro internacional.

O longo ciclo de predominância – de quase duas décadas – na América Latina de governos de orientação mais ou menos esquerdista parece se ter dissipado e agora entre os países significativos da região apenas no México é possível identificar um regime com essa tendência, mas, mesmo nesse caso, Lopes Obrador atua com cautela e cuida, sobretudo, de preservar as complexas e essenciais relações marcadas pela forte dependência de seu país frente ao vizinho do norte.

A Venezuela continua ser o grande doente da nossa vizinhança e minha avaliação é de que fomos prematuros e excessivos ao nos envolver demais em assuntos que deveriam ser da responsabilidade exclusiva do povo venezuelano. Antes apoiamos Chávez mais do que devíamos. Agora cometemos o mesmo erro com sinal trocado. Ao respaldar Guaidó, fomos longe demais cedo demais. Talvez tenhamos apostado, simplesmente, no cavalo errado. Finalmente, Cuba continua a ser uma anomalia e sua influência hoje maior se dá através de sua presença determinante na Venezuela.

Se tivesse que isolar o fator que melhor explica a desordem em que hoje estão as relações internacionais diria que foi eleição de Donald Trump que precipitou o presente ciclo de instabilidade e incertezas. Não subestimo a capacidade dele de alterar a ordem política mundial e procurar desfazer, a partir de Washington, o sistema que os Estados Unidos, de maneira hegemônica, haviam montado e posto para funcionar desde a última guerra mundial. Existe uma tendência a caricaturar o personagem e simplificar o efeito Trump e vê-lo – como no começo foram vistos Mussolini e Lenin – apenas como um grande ator teatral e um demolidor de estruturas que até então pareciam solidas e duráveis. É mais do que isso. Temo que, se reeleito, Trump o mundo não voltará tão cedo a caminhos previsíveis e que

estará então consolidado o atual ciclo de instabilidade política que ainda mais potencializará a turbulência causada pela inacreditável revolução cientifica e tecnológica que vivemos.

Não irei além com um exercício temerário e, a rigor, inútil de futurologia. Temos que cuidar do nosso jardim e, logo que possível, trazer a política exterior brasileira de volta à moderação e à racionalidade. Agradeço à Academia a oportunidade que me deu de fazer aqui estas reflexões e penso especialmente nos seus membros, que não são poucos e que foram meus colegas de ofício e representam aqui, *fuori muri*, o que diplomacia brasileira tem de melhor. Não os menciono um a um, mas eles sabem do meu afeto e admiração. Uma palavra final para o Barão, de ontem e de hoje, que se sentia tão em casa aqui como na Rua Larga e que certamente não nos desertará agora quando tanto precisamos de seu exemplo e da sua inspiração.

A vez e a hora da diplomacia presidencial: os anos FHC[1]

Circunstâncias, formação e temperamento fizeram com que a diplomacia presidencial de Fernando Henrique Cardoso tivesse uma alta visibilidade e uma evidente importância ao longo de seus dois mandatos. Meus comentários vão procurar se concentrar nesse aspecto de sua atuação.

Vou estender esse período que, a rigor, deveria ser contado desde 1 de janeiro de 1995 até 1 de janeiro de 2003 para incluir, de maneira algo arbitrária, também os anos de 1992 a 1994 quando FHC como ministro das Relações Exteriores e depois como ministro da Fazenda foi, de certa forma, o condestável da administração Itamar Franco e ator decisivo na montagem do plano real. Creio que FHC é o primeiro presidente brasileiro que teve, antes de tomar posse experiência pessoal direta na condução da política externa brasileira. Tinha, também, e isto era evidente, gosto pelo jogo e uma tolerante curiosidade sobre o mundo. Foi, sem dúvida, o nosso presidente com as melhores credenciais acadêmicas para operar no campo dos acontecimentos internacionais e tinha uma valiosa experiência pessoal ampliada por ter estudado, escrito e vivido fora do Brasil. Fazia-se entender bem em várias línguas. Só encontro em Epitácio Pessoa uma trajetória que, dessa perspectiva, tenha pontos de convergência com a de FHC. A sua bagagem era, entretanto, bem maior do que aquela que trouxeram consigo seus predecessores. Ou, é bom acrescentar, qualquer um de seus sucessores.

Entendo aqui diplomacia presidencial como aquela em que o primeiro mandatário exerce: "a condução pessoal de assuntos de política externa, fora

1 Data: 21 de outubro de 2021. Texto originalmente preparado para o Curso CEBRI História da Diplomacia Brasileira – Do Império ao século XXI. Disponível em: <https://cebri.org/br/curso/9/historia-da-diplomacia-brasileira-do-imperio-ao-seculo-xxi-curso-completo>. Acesso em: 11 dez. 2025.

a mera rotina ou das atribuições suas *ex-officio* ou, no caso de um regime parlamentarista, as que competem ao chefe de estado e/ ou ao chefe de governo". Tomo emprestada essa definição do texto que melhor do que nenhum outro examina, considerando especialmente o caso brasileiro, o tipo de atividade que aqui busco descrever. Refiro-me ao trabalho de Sergio Danese apresentado originalmente como tese no Curso de Altos Estudos do Itamaraty em 1999 e transformado depois em livro. Vou valer-me dele em vários momentos destes comentários. Quero também mencionar, com reconhecimento, o ensaio de Guilhon de Albuquerque sobre o mesmo tema e que é fonte importante de informação e reflexão. Registro, ainda, com apreço, a obra valiosa do Professor Amado Cervo.

Como este não é um ensaio acadêmico formal, mas apenas um depoimento pessoal, não irei identificar em cada caso as fontes de que me servi. O que houver de bom, tomei emprestado. Os erros, factuais ou de avaliação, são exclusivamente meus. Registro, com prazer, que a memória organizada da política externa brasileira recente começa a se adensar. A Fundação FHC e a FUNAG me ajudaram. Existem mais e melhores textos e mais informada reflexão sobre o tema que escolhi do que eu inicialmente imaginei.

Embora em alguns momentos anteriores de nossa história diplomática o nosso governante daquelas horas próximas ou distantes tenha tomado importantes iniciativas e feito pronunciamentos com forte impacto sobre nossas relações exteriores essas manifestações eram mais bem tópicas e focalizadas em um determinado tema e não costumavam perdurar além do momento ou da crise que as provocou. O interesse dos governantes brasileiros pela formulação e execução de nossa política externa costuma ser ave de voo curto. O interesse de FHC pelo que acontece no mundo e nos afeta foi e é bem mais consistente e estruturado.

Não devo, contudo, esquecer que Getúlio, quando recebe Roosevelt em Natal, em 1943, ou busca administrar as ambições de Perón, faz diplomacia presidencial. Juscelino quando propõe a Operação Pan-Americana também. Sarney se junta a Alfonsin para encontrar acomodações na questão do aproveitamento dos recursos hídricos da bacia do Prata e para procurar superar certos aspectos de nossa então rivalidade nuclear e militar com

a Argentina. Collor em 1992 busca conciliar as nossas indeclináveis responsabilidades de proteção do meio ambiente com a obrigação de promover igualmente e de forma sustentável o nosso desenvolvimento e consolidar o Mercosul. A pretensão de que o Brasil pudesse ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas tem uma trajetória bem mais longa e interessa e motiva vários de nossos governantes (Lula sobretudo) que vão além, na promoção dessa causa, do que os obrigava uma leitura mais restritiva de suas funções. Não busco, nem de longe, esgotar uma lista e escolhi apenas alguns exemplos para melhor ilustrar o que estou tentando dizer.

Há, certamente, outros momentos e situações de nossa história em que poderíamos identificar gestos e políticas que se enquadrariam no que aqui chamo de diplomacia presidencial. Lá atrás quando Pedro II vai recuperar Uruguaiana durante a guerra da Tríplice Aliança e ali se encontra com Mitre e Venancio Flores faz de algum modo uma diplomacia que não pode ainda ser rotulada como presidencial, mas talvez, e apenas, como imperial. Nosso primeiro Pedro este sim foi o precursor entre nós desse tipo de interesse e procurou projetar o jovem poder que encarnava em gestos audaciosos nos tabuleiros sul-americanos como aconteceu na então província Cisplatina e, no europeu, ao colocar uma filha no trono em Lisboa. Paro por aqui já que as digressões devem ser evitadas ou pelo menos procurar ser breves.

É uma obviedade incontornável dizer que para haver diplomacia presidencial é preciso que haja em primeiro lugar presidentes e que estes se sintam impelidos e autorizados a atuar na arena internacional. Nossos vizinhos latino-americanos têm sido mais frequentes do que nós na produção de líderes que procuram escapar da moldura estrita de seus deveres e mandatos. Ao longo da história produziram não poucos caudilhos e lideranças carismáticas que costumavam resistir mal à tentação de exercer um ativismo maior do que a prudência e uma leitura rigorosa de suas funções parecia permitir. Não se deve confundir diplomacia presidencial com aquele protagonismo temerário exercido de maneira mais frequente por líderes ditatoriais ou autoritários. São duas coisas diferentes e é preciso separá-las. Já mencionei Perón, mas Fidel Castro e Hugo Chávez pela força de suas personalidades e alcance de seus projetos

poderiam ser talvez exemplos mais recentes do uso, em algumas ocasiões, abusivo de uma diplomacia presidencial em países próximos a nós. Não quero provocar a sensibilidade dos vizinhos sugerindo que a matriz desse tipo de comportamento remonta mesmo, na nossa vizinhança imediata, a Simón Bolívar. Não é difícil achar outros exemplos. Somos, ou éramos, no Brasil farinha de outro saco e a FHC correspondeu dever interagir longa e cautelosamente com vários de seus contemporâneos dessa outra e perigosa vertente como foram, por exemplo, Fidel Castro e Hugo Chávez.

Entre nós um sentimento contrário prevalece. Vem de Portugal a inclinação de valorizar uma sobriedade essencial e desconfiar do personalismo com gesticulação teatral. Mesmo o Marquês de Pombal (que elevo aqui à condição presidencial pela longa e imensa influência que teve) e Oliveira Salazar, muito poderosos ambos em seu tempo, são contidos por uma preferência pela atuação discreta que parece ser mesmo parte do âmago dessa maneira que herdamos de ver e fazer as coisas.

Os anos FHC correspondem quase que exatamente ao fim do século XX e ao fim também do Segundo milênio da era cristã. Contrariando profetas e profecias não aconteceram nessa mudança de era desastres e prodígios inesperados ou antecipados. Houve grande barulho por medo do que se chamou de *bug* do milênio e que levaria todos os computadores e memórias eletrônicas de que já éramos então largamente dependentes a falhar com a mudança das datas e dos dígitos. Mas o transtorno foi, no fim das contas, insignificante.

Em 1989, com a queda do muro de Berlim, acaba a guerra fria que, formal e simbolicamente, começa também naquela mesma cidade em 1949 quando a União Soviética provoca um bloqueio que uma ponte aérea norte-americana alivia e, finalmente, contorna. Alguns anos antes e sobretudo depois do esvaziamento da chamada crise dos mísseis em Cuba em 1962 as relações internacionais foram ganhando, muito lentamente, alguma flexibilidade e abrindo espaços para que se pudesse escapar do engessamento dos eixos norte-sul e leste-oeste que determinavam então a geometria das relações entre blocos e nações. Para muitos países o não alinhamento parecia ser a única alternativa. A sociedade internacional foi capaz, apesar de tudo, quando se aproximava o fim desse grande

ciclo de rigidez, de explorar brechas e oportunidades e se mobilizar, para a realização de algumas grandes conferências mundiais, de caráter normativo, através das quais se buscou um *aggiornamento* das relações internacionais que durante um longo período pareciam resistentes aos ventos de modernização que haviam marcado os tempos criativos da Carta de São Francisco e dos acordos de Bretton Woods. Eram o limite do que então parecia possível.

Assim, já em 1990 foi convocada a Conferência Mundial para Infância. A Conferência do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento veio em 1992. A Conferência sobre a População em 1994. Aquela sobre a Mulher em 1995 e a seguinte, sobre a Água, em 1997. Outras mais, com diferentes configurações, aconteceram também nesses anos de degelo. O mundo procurava fazer, atrasado, o seu dever de casa. Como a reforma da Carta das Nações Unidas e do sistema internacional continuava e continua a ser meta necessária, mas então como agora, inalcançável foram se fazendo os consertos e atualizações que as circunstâncias permitiam.

Os 50 sócios originais das Nações Unidas já se aproximavam naqueles anos dos mais de 200 membros atuais pela chegada de todos os novos países nascidos da grande descolonização e do virtual desaparecimento dos impérios tradicionais, sobretudo depois de 1960. Esses grandes encontros mundiais que acabo de mencionar anunciam também aquele sensacional *game changer* que foi a chegada de novos e influentes atores que eram as chamadas organizações não governamentais (ONGS) através das quais a sociedade civil dividiu um espaço antes ocupado exclusivamente por atores estatais.

Derrotado o totalitarismo de esquerda e amplamente desacreditados os autoritarismos militares de direita parecia que estavam dadas as condições para que se iniciasse o ciclo de construção de uma nova ordem internacional que seria verdadeiramente abrangente, mais flexível e pragmática do que ideologicamente rígida, sensível às exigências do meio ambiente e das expectativas criadas com os avanços e a extensão dos direitos humanos e das forças da globalização e que não representasse um ingênuo fim da história, mas apenas o relançamento sobre melhores bases e com metas mais claras da longa jornada do processo civilizatório. Foi uma pena que esse

momento e essa oportunidade fossem em ampla medida desaproveitados e que os Estados Unidos seduzidos pela tentação do unilateralismo não tenham aproveitado ou permitido que se aproveitassem as oportunidades que aquele momento havia criado. Essa grande janela de oportunidade teve vida breve e pode ter sido fechada com o atentado das torres gêmeas em Nova York, em setembro de 2001 e a desastrada e desastrosa invasão do Iraque em março de 2003.

Quando FHC quando chega ao Palácio do Planalto está, acredito, consciente das possibilidades que se ofereciam, mas também dos limites impostos pelas circunstâncias. Estávamos livres de algumas hipotecas que antes nos inibiam, mas havia, entretanto, uma navegação muito cuidadosa a realizar. Não seria realista deixar de reconhecer a força das novas ideias que chegavam e o envelhecimento de muitas práticas e políticas que estavam claramente desgastadas. O Brasil não podia (nem a nós convinha) aderir de maneira não crítica a um ideário que privilegiava, de forma muito radical, a primazia dos setores privados da economia. No nosso caso cabia ainda ao Estado ser o condutor de um complexo processo de modernização e encontrar os terrenos para uma indispensável acomodação entre os setores públicos e privados e para que continuasse a avançar a causa do desenvolvimento econômico e social que, entre nós, não havia perdido relevância e urgência.

FHC teve diante de si um novo e desafiador ideário, que se definia como neoliberal, e que podia se identificar em suas principais linhas de ação com tudo aquilo que recomendava o chamado Consenso de Washington. Poderosas pressões e condicionantes o induziam a ter atitudes e posições necessariamente matizadas e que não correspondiam nem às expectativas dos que queriam menos governo nem as dos que pediam mais Estado. Entre uma visão minimalista e outra maximalista FHC defendia a existência um Estado suficiente para tornar possível aquilo que era necessário. Estou procurando lembrar os termos precisos de uma colocação que costumava fazer, mas o autor estará logo aqui para nos dar a versão autorizada.

O México nesse mesmo momento era impelido pela geografia e pela história irresistivelmente em direção ao NAFTA. Menem levava a Argentina a uma associação intima demais e que se provou temerária e no fim de

contas desastrosa entre a sua moeda nacional e o dólar norte-americano. Enquanto isso acontecia o Brasil conseguia navegar entre um Scylla e um Charibdis diplomático com FHC buscando preservar um imperfeito Mercosul e conseguindo pelo menos adiar uma ALCA prematura e desequilibrada.

Não é fácil medir com a perspectiva de hoje o imenso poder e influência que os Estados Unidos, *hegemon* solitário daqueles anos, podia e sabia exercer. FHC governou o Brasil no que hoje já pode ser visto, com clareza, como o período final do século americano e nossas margens de ação eram bem mais estreitas do que hoje podem parecer. O novo século, então logo ali adiante, aparecia essencialmente como uma extensão desse mesmo poder que não parecia ter que enfrentar, até onde a vista alcançava, desafio significativo ideológico, econômico ou militar. Parecíamos nos encaminhar para mais do mesmo e apenas a ciência a tecnologia, em vertiginosa transformação, sugeriam naquele momento a possibilidade de mudanças dramáticas de rumo e de ritmo na navegação da história. A China surpreendeu a todos pela velocidade e sucesso na acumulação de seu poder e influência. A Rússia buscava recuperava influência natural que lhe dava sua imensidão territorial, seu poder militar e as qualidades de seu povo e de seus cientistas. Mas havia perdido a condição de superpotência. Putin só chega em maio de 2000 ao Kremlin o que o faz contemporâneo de apenas dois anos e meio da presidência de FHC.

Talvez o essencial seja reiterar que FHC por temperamento, trajetória política e formação intelectual é um homem confortável no seu tempo. Movia-se com informalidade e o acesso a ele não era complicado. Pude vê-lo interagir com alguns dos principais líderes mundiais e a impressão que perdura é a facilidade do diálogo que mantinha com eles. Foi assim com Clinton, com Chirac e com Menem para falar apenas de três interlocutores com os quais pude ver de perto que ele se entendia bem. A nova situação mundial permitia que fossem contornadas e mesmo ignoradas as antes rígidas disciplinas impostas pelos blocos ideológicos e pelas alianças militares e que oportunidades se apresentassem para o exercício daquela diplomacia flexível e de geometria variável dentro da qual FHC gostava de operar. É natural, assim que preferisse fazer diplomacia presidencial que é também, em ampla medida uma diplomacia pessoal e que procurasse maximizar as oportunidades que as novas maneiras de atuar lhe facultavam.

Representava, com naturalidade, um país que já era visto então como um *global player* e um *global trader* e que buscava resguardar uma boa dose de autonomia. Não éramos então – como não somos ainda – um ator realmente maior, mas tínhamos já fichas em todas as mesas e virtualmente coisas a ganhar e coisas a perder em quase todos os lances. FHC e o Brasil tinham naqueles anos livre trânsito e encontravam, felizmente, poucas resistências.

O movimento internacional do Brasil nesse tempo de intensas interações diplomáticas é sempre bom repetir era fluido e fácil. Éramos eleitos com tranquilidade para quase tudo que pleiteávamos. Embora nossa conduta fosse imperfeita não éramos vistos como infratores deliberados das regras definidas para o convívio internacional sobretudo no terreno sensível da promoção dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente. Não éramos percebidos como uma ameaça aos vizinhos ou à ordem internacional. Éramos selecionados, já na primeira chamada, para missões de paz das Nações Unidas porque reuníamos competência profissional e uma disposição vista como amistosa e construtiva. A diplomacia presidencial desse período para o exercício da qual FHC tinha as melhores ferramenta e cujos código de linguagem e comportamento dominava era um ativo valioso. Não pesavam sobre nós os ônus de qualquer conflito grave com outros países, disputas territoriais ou jurídicas a resolver nem contas vencidas a acertar.

De muitos momentos que assisti FHC em ação no exercício de sua diplomacia presidencial escolho um que quero fazer emblemático. Fora convidado a falar para o plenário da Assembleia Nacional da França. Era o primeiro chefe de estado da América Latina a quem essa homenagem era estendida. Foi ouvido com amistosa atenção. Não era novidade para nós brasileiros, que ele falasse com clareza e racionalidade. Os franceses também depois de poucos minutos de alguma surpresa se deram conta que seu convidado não só se sentia em casa em seu idioma, mas compartilhava os mesmos códigos de precisão e coerência no uso da palavra e dos conceitos que os franceses tanto valorizam.

Quero destacar esse momento e acentuar como FHC também se sentia confortável com os então líderes da nossa vizinhança. Quase todos tinham enfrentado, como ele, regimes autoritários e a América do

Sul vivia então uma primavera democrática. Um momento significativo da diplomacia daqueles anos era poder assistir os presidentes da região viajarem para estar na posse de um novo eleito e juntos sacramentar o rito de passagem do poder a quem fora legitimamente escolhido. As posses presidenciais democráticas deixavam de ser um acontecimento nacional para ser uma festa regional.

Os anos 80, por outro lado, assistiram também nos Estados Unidos e no Reino Unido ao abandono do longo ciclo de políticas socialmente engajadas e de valorização do papel do Estado que haviam começado, em Washington com Roosevelt e seu *new deal* e em Londres na longa tradição de governos trabalhistas. Assim Ronald Reagan e Margareth Thatcher virtualmente contemporâneos no poder e compartilhando uma mesma visão ideológica haviam conseguido realizar grandes mudanças na cultura política de seus países e mesmo na agenda internacional, deslocando para a direita o eixo das prioridades e colocando em destaque um ideário que foi definido como amplamente neoliberal. Nesse mesmo momento as pressões criadas por uma intensa corrida tecnológica e de armamentos finalmente desestabilizaram uma já combalida URSS desgastada pelas operações militares no Afeganistão, pelo peso de uma imensa burocracia esclerosada e pela inépcia bem intencionada de Gorbatchev.

O mundo que FHC encontra ao chegar ao poder Brasília é, assim, marcado pela fragilização e depois fragmentação da União Soviética e pelo início, na China, com Deng Xiaoping de uma outra longa marcha está iniciando o processo de volta daquele país a sua condição de superpotência global. Não era evidente então que a ascensão da China e o deslocamento do eixo do poder mundial do Atlântico Norte para o Pacífico fosse ser tão veloz nem tão profundo como se observa nem que a democracia americana mostraria as fraturas e fragilidades hoje tão flagrantes.

O Brasil dos anos FHC já era bem menos refém das extremas vulnerabilidades que ficaram tão evidentes durante os grandes choques do petróleo. Estávamos enfim com a inflação controlada e perseguíamos políticas fiscais com razoável consistência. A nossa produção de combustíveis crescia, explorávamos as oportunidades criadas por uma matriz energética crescentemente diversificada e a nossa agricultura e mineração prenunciavam

já a história de sucessos que iriam construir nas décadas seguintes. Nosso crescimento econômico, contudo, continuava a ser modesto e nosso câmbio rígido e oferecendo pequena margem de manobra diante de um quadro internacional muito dinâmico e instável.

Não teria sabido então – e continuo a não saber hoje – como rotular de maneira precisa e sintética a política externa de FHC. Sou tentado a empregar, com algum risco de imprecisão, palavras como realismo e pragmatismo, busca da normalidade, resistência a tentações hegemônicas, articulação de consensos, preferência pela conciliação e diálogo, autonomia pela integração e reforço de uma cultura de moderação e pluralismo. Todas servem, mas descrevem apenas parcialmente o conjunto de atitudes e políticas que definem aquele momento. Sou, por outro lado, inclinado a ver o período que entre nós se estende de 2003 até 2006 com alguma licença, como uma extensão do ciclo FHC por considerar que além dos prazos formais dos mandatos eletivos o nosso fio condutor ao longo de todo esse período ainda pode ser definido pelas políticas e pelo estilo de Fernando Henrique Cardoso. Ao estender esse ciclo, se me permitem, agora até 2006 estou sugerindo que Lula, em seu primeiro mandato, apesar de sua inconfundível personalidade operou, com poucos desvios, o que equivale a uma virtual continuação das políticas e práticas do período imediatamente anterior.

Gostaria também de destacar como o conceito de América do Sul foi sendo crescentemente usado por FHC e pelo Brasil em detrimento da rotulação de América Latina. O Brasil convoca em 2000 Primeira Reunião de Cúpula dos Países Sul-Americanos e, em 2002, em Guayaquil se realiza uma segunda ocasião em que se encontram os representantes do Mercosul com os do Pacto Andino. Cabe ainda ao Brasil levar nossa visão regional daquele momento ao encontro do G7 em Evian. Somos ouvidos com cortesia, mas desse encontro pouco ou nada decorreu. A UNASUL ainda estava lá adiante, mas o caminho escolhido apontava naquela direção.

Em uma outra grande dimensão, e ainda com FHC, a diplomacia brasileira faz uma importante limpeza de área. Refiro-me a nossa adesão ao TNP e a outros instrumentos que tratam de energia nuclear e da tecnologia de mísseis. O Brasil se faz membro do NSG – o Nuclear Suppliers Group –

e, com esse conjunto de passos, ficou credenciado a participar de projetos cooperativos e receber equipamento e tecnologia sensíveis vedadas a países que não haviam cumprido certos indispensáveis requisitos exigidos pelos países detentores dessas tecnologias.

Essas decisões foram, em não pequena medida, desconfortáveis para nós. O Brasil tinha uma longa tradição de crítica ao TNP por ser discriminatório e por cristalizar e legitimar divisões de hierarquia entre países que tinham ou não capacitação nuclear. As críticas brasileiras ao TNP eram procedentes, mas a fila havia andado e o Brasil não pudera ou não soubera, por mais de quatro décadas, dar os passos que o fariam uma potência nuclear ao dominar todo o ciclo do enriquecimento do urânio e desenvolver, se fosse essa a intenção, as ogivas e os vetores para seu lançamento. Nossa Constituição proibia formalmente as armas nucleares. Nossos compromissos no Tratado de Tlatelolco também. Nossos entendimentos quadrangulares com a Argentina, a ABACC e a AIEA apenas reforçavam esse compromisso. O Brasil não precisava da arma nuclear, mas devia renunciar ao acesso pleno a tecnologias que mais do que qualquer outra eram o selo de prestígio que identificava as grandes potências do nosso tempo. Fizemos então o que era imperativo fazer, mas a renúncia a uma sedutora dimensão de projeção de nossa grandeza futura foi dolorosa embora, nas circunstâncias, inevitável.

Olhando para trás e para a azáfama diplomática daqueles dias o que mais me surpreende, da perspectiva da virtual imobilidade provocada pela pandemia de hoje, é constatar como era intenso e incessante o movimento de pessoas que produziam diplomacia. Não sei se vencido o vírus que nos assola o mesmo tipo de dinamismo se reinstalará ou se faremos uma conversão em favor de práticas mais econômicas do tempo, da fadiga e dos gastos. A diplomacia poderá deixar de ser, como era antes, uma arte e um ofício quase que exclusivamente presencial e, como foi no nosso caso e nesses anos, eminentemente presidencial.

A diplomacia presidencial de FHC me parece ser, assim, uma tentativa consciente, feita domo sentido de urgência, de explorar o conjunto de circunstâncias favoráveis daquele momento e que, como o desenrolara

da história provou era ainda mais frágil e precário do que parecia. Desde então não fomos confrontados com condições mais propícias.

Derrotado o totalitarismo de esquerda e amplamente desacreditados os autoritarismos militares de direita parecia que poderia se iniciar um ciclo de construção de uma nova ordem internacional que seria verdadeiramente abrangente, mais flexível e pragmática do que ideologicamente rígida, sensível às exigências do meio ambiente e das expectativas criadas como os avanços e a extensão dos direitos humanos e da globalização e que não representasse um ingênuo fim da história, mas apenas o relançamento sobre melhores bases e com metas mais claras da longa jornada do processo civilizatório. Foi uma pena que esse momento e essa oportunidade fossem em ampla medida desaproveitados e que os Estados Unidos seduzidos pela tentação do unilateralismo não tenham aproveitado ou permitido que se aproveitassem as oportunidades que aquele momento havia criado. FHC não desanimava e procurava ajudar a encontrar os caminhos que levassem a uma maior distensão e mais diálogo, mas os interesses que desejavam outras soluções, belicistas e autoritárias, não cediam terreno e novos e intratáveis problemas, sobretudo no Oriente Médio, iam sendo criados ou agravados.

Devo logo terminar. Recebi, com prazer, o convite para fazer esta apresentação. Luis Filipe Lampreia que já não está aqui neste CEBRI que criou, e Celso Lafer fariam seguramente coisa melhor. Sobre qualquer trecho da nossa história diplomática Rubens Ricupero e Gelson Fonseca prepararam, acredito, apresentação bem mais densa e consistente do que a minha. Minhas credenciais que agora finalmente apresento são as de ter sido contemporâneo de quase tudo isso de que falei e de ter participado, com convicção de que aquele era o bom caminho, de vários dos episódios que referi.

Sou também bom amigo de FHC desde antes de sua chegada ao Itamaraty e depois de sua partida do poder. Do Brasil foi presidente por oito anos. Do CEBRI é presidente de honra sem data de vencimento. Espero ao longo destas observações não ter sido infiel nem aos fatos nem às intenções e não ter feito elogios ou críticas de menos ou demais. Embora FHC saiba, como eu, que nunca há elogios demais. Muito obrigado.

Mundo

Intervenção em seminário sobre Brasil-Argentina[1]

Eu agradeço muito a oportunidade de falar-lhes sobre um tema que não era o meu. O fato de que eu esteja aqui revela a impermanência das coisas. Era o Celso Amorim, faz dias apenas secretário-geral, que devia ser o expositor. Hoje chanceler, foi ele quem abriu a nossa reunião. De modo que a minha presença mostra que certos interesses são passageiros, que certas circunstâncias são mutáveis e diria que a primeira coisa que devemos ter cuidado é de rotular permanentemente aquilo que talvez seja apenas aleatório.

Ter esse painel presidido por Oscar Camilión é para mim uma festa de coração e do espírito. Ele é um ator permanente da nossa amizade. Referiu-se a outros companheiros de antigas jornadas, referiu-se a Antonio Azeredo da Silveira. Ele é testemunha, ele é, no sentido grego, apóstolo, que em grego quer dizer apenas isto: testemunha, desta nossa amizade.

Eu queria dizer que estar ao lado de Fernando Petrella é um pouco estar ao lado de mim mesmo. A afinidade entre nós é muito extensa. Não nos consultamos no sentido formal da palavra. Temos sintonias tão extremas e tão intensas que a consulta formal é quase desnecessária. Eu queria saudar os ministros ausentes, os dois que estiveram conosco e também os ministros passados, presentes e futuros.

Nesta sala certamente haverá os que já o foram. Celso Lafer está comigo, e o que nos preside, Oscar Camilión. Vejo em torno de mim o talento da diplomacia brasileira e da academia brasileira; o talento da diplomacia argentina e da academia argentina. Espero que estadistas do futuro se refiram a nós, em outros seminários, quem sabe se com a maneira afetuosa com que me referi há pouco aos grandes atores do passado.

---

1 Seminário "As políticas exteriores da Argentina e do Brasil frente a um mundo em transição: diversidade, convergência e complementaridade", realizado no Palácio San Martin, Buenos Aires (3 a 5 de setembro de 1993). Texto originalmente publicado em *Cadernos do IPRI*, n. 11. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão / Organização dos Estados Americanos, nov. 1994. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/cadernos-do-ipri-num-11.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.

Queria dizer que desde que estou em Buenos Aires tenho usado a retórica de dizer como esta geração é sábia, em contraposição a numerosas gerações não sábias que nos precederam e que não souberam construir aqueles vínculos permanentes de amizade, solidariedade que sempre deveriam ter existido. Acho que é bom, depois de tanto ataque retórico, que fizesse um pouco de justiça a esses nossos precursores que tiveram a sabedoria de nos deixar o terreno limpo, para que sobre ele pudéssemos construir o que hoje estamos fazendo.

Acho que é essencial acentuar que o passado argentino-brasileiro, mesmo em seus momentos de aguda rivalidade, na lógica da confrontação, foi um passado mais de gesticulação do que de fatos manifestamente hostis. Creio que este registro é devido. Como já me vejo um pouco como parte da história, começo a me preocupar com o próprio tratamento que os hoje contemporâneos eventualmente teremos.

Queremos dizer – em primeiro lugar – que entre o Brasil e a Argentina a primeira e a mais profunda permanência é a da geografia. Creio que esta permanência tem o absoluto das coisas, é um fato absolutamente permanente. Vale a reiteração do óbvio, éramos, somos e seremos vizinhos. Somos, em alguma medida, a circunstância do outro. Assim, entre nós, a geografia tem que ser sempre a base fundamental da percepção do que é permanente, do que é passageiro, e do que é apenas efêmero.

Creio que além da permanência do geográfico, deve haver o permanente do que está no âmago mesmo da civilização, da cultura que nós expressamos. Para isso, creio que contribuíram as nossas constituições políticas. No caso da Argentina, uma só antiga e boa. No caso do Brasil, várias constituições, mas que, no fundo, amplamente tem sido um pouco a mesma constituição, dizem certas coisas que enfatizam o permanente. Nas nossas constituições, desde a independência, há certos valores estáveis que nós temos sempre afirmado: paz, prosperidade, direito, reconhecimento da democracia como bem máximo, vontade de cooperação internacional, vontade de viver em paz com os vizinhos. Há, portanto, na nossa organização interna, objetivos permanentes, mas que só podem ser plenamente efetivados se eles se tornam objetivos também permanentes das relações internacionais mais significativas.

Creio que a relação entre o Brasil e a Argentina será sempre significativa, cabendo a nós apenas dar a ela um sinal positivo ou negativo. Não podemos, fundamentalmente, nada acrescentar ou subtrair a ela. Tem a absoluta permanência do que é permanentemente relevante. Creio que temos que encontrar nas nossas diretrizes internas e nas nossas circunstâncias geográficas aquilo que seria ou deveria ser a agenda dos interesses permanentes do Brasil e da Argentina.

Eu volto, se me permitem, à geografia. É uma obsessão recente minha, desde que vim para aqui e que me dei conta de sua força, de como ela é determinante. Muitas coisas se fazem em virtude dela. Tenho notado nestas construções atuais de espaços econômicos e internacionais, como a Comunidade Econômica Europeia ou o NAFTA que ainda se desenha, como o fato geográfico é decisivo. A Europa se une em torno dele. A Inglaterra, por exemplo, é muito mais afim ao Canadá, à Nova Zelândia, à Austrália, do que a Portugal ou à Grécia. Mas é o espaço geográfico compartilhado que determina a natureza do vínculo.

Da mesma maneira, não há dúvida que os Estados Unidos têm muito mais a ver com a Inglaterra, tem muito mais comércio com o Japão, mas é com o Canadá e agora com o México que procura o desenho de contorno definitivo.

Creio, portanto, que temos um espaço que obriga não só a boa vizinhança bilateral, esforço realizado por tantos dos que nos precederam, mas que neste espaço ampliado, esta plataforma de lançamento de que falava, com a propriedade de sempre Celso Amorim, para que possamos, e cito o outro Celso (nós temos hoje a riqueza dos Celsos sucessivos da diplomacia brasileira), Celso Lafer, nos inserir de forma eficaz neste mundo moderno e cambiante.

Por ser a geografia imutável e permanente é ela mesma, por sua própria lógica, que exige que o Chile se faça eventualmente sócio do jogo no Mercosul. Não há geografia límpida do Mercosul, sem o Chile. O Chile tem tudo a ver com nosso projeto. E sua integração certamente acontecerá quando as circunstâncias permitirem, quando as nossas expectativas e as nossas performances se unirem. O que digo tem a inevitabilidade e a naturalidade das coisas e que, mais cedo ou mais tarde, devem ocorrer.

Volto ao que creio serem os principais fios condutores da política argentina e brasileira e que ajudam a definir nossos interesses permanentes. Primeiro, o compromisso com a paz. Creio que, entre nós, houve sempre esta busca. Mesmo no momento em que os sabres faziam ruídos, mesmo nos momentos em que gastávamos mais do que devíamos com armas, houve sempre a ideia subjacente de que essas armas eram bem mais emblemáticas e simbólicas do que instrumentos reais a serem empregados de maneira fratricida.

Creio que, mesmo nos primórdios do século XIX, quando o Brasil e a Argentina se enfrentaram, mesmo aí não foram todos os brasileiros contra todos os argentinos, mas algumas províncias e alguns interesses que se enfrentaram. Mesmo nos nossos remotos conflitos, houve seletividade, houve sócios argentinos e brasileiros, partes naqueles casos, de certas alianças momentâneas. Não creio que tenha havido um momento em que a Argentina e o Brasil, no seu todo, tivessem se enfrentado. Felizmente, repito, a paz entre nós é o bem máximo. Dizer isso, repetir isso é tão necessário quanto é perigoso não dizer e não repetir.

Uma das grandes tentações recentes é ver o nosso momento como o começo de uma feliz e grande era. Quase todos os infortúnios da história começam com fases de grande e ingênuo otimismo. O século XX nasce com auspícios mais radiosos do que qualquer época histórica anterior. Havia a certeza de que a civilização não só brilharia, mas também – e irresistivelmente – se irradiaria. Não há nada mais otimista do que os anos que antecederam imediatamente a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Sou uma pessoa que, sem nenhum ceticismo, sabe que a construção da paz requer a retórica da paz, é sempre necessária vigilância para que o entendimento entre os povos não se degrade.

Nós países latino-americanos, fomos criados, como nações, na grande ronda liberal do fim do século XVIII, e somos filhos desta civilização e desta cultura. Não pode haver para nós interesses permanentes sem o respeito pela liberdade de um e pela liberdade de outro. Sem o respeito aos direitos humanos de um e aos direitos humanos de outro. Sem que o direito prevaleça nas relações de toda natureza, tanto de um lado quanto do outro da fronteira.

Temos, portanto, um interesse permanente naquilo que se costuma chamar de valores do iluminismo. São valores que, de certa maneira, formaram a nossa maneira de ser, de fazer, de pensar e de sentir. Também nessa outra grande área temos profunda solidariedade.

Creio que há também a percepção de que numa ordem internacional não legítima a Argentina e o Brasil não atuariam. É nosso interesse permanente defender, como bem disse Fernando Petrella, o multilateralismo legitimador. Defender o direito de participar das negociações, o direito de estar naqueles foros decisórios em que o nosso próprio destino se decide.

Eu creio que tudo isso é o permanente. É o direito, é a paz, é a liberdade. São esses valores permanentes das nossas culturas dentro da moldura também permanente de nossa geografia.

Tudo mais, eu recearia rotular como permanente. Eu que tenho fascínio pela ciência e tecnologia, que me preocupo com o acesso aos fluxos financeiros e aos grandes mercados consumidores, tudo isto não sei até que ponto se pode chamar de objetivos permanentes. Talvez sejam, mas sou talvez melhor historiador, do que profeta.

Vejo – como todos nós – com mais clareza o que já passou do que o que está por vir. Para mim, o ontem é sempre mais límpido do que o amanhã. Creio, entretanto, que estamos vivendo um momento extraordinário das nossas relações. Pela primeira vez chegamos simetricamente à democracia. Pela primeira vez estamos plenamente constitucionalizados. Pela primeira vez abandonamos a lógica da rivalidade pela lógica da sociedade. Entre nós existe hoje uma lógica tão rigorosa como a anterior, que nos levava à rivalidade. É agora a procura permanente de canais mais eficientes de cooperação.

Creio que estamos usando também, de certa maneira, a cultura e a geografia para alicerçar este entendimento. O gasoduto que virá, a hidrovia que já existe no seu traçado natural, os eixos viários que nos aproximarão. De certa maneira estamos instrumentando a geografia dando a ela os amplos meios que nos darão a capacidade da integração.

Creio que somos dois países que têm também como acervo permanente um passado em que as mágoas e os ressentimentos são quase inexistentes. Creio que não há uma crítica a fazer ao passado outra de que acusá-la de

ter sido menos eficaz do que deveria ter sido. Temos que reparar o fato de que dois vizinhos do nosso porte há tanto tempo têm convivido sem que nada entre nós de muito construtivo de fato acontecesse. Mas vamos esquecer o que poderia ter acontecido.

As chancelarias têm uma sensibilidade que é da natureza mesmo do nosso ofício. Vivemos assustados pelas hipóteses que construímos, desfazemos, e depois refazemos. Apesar de alguns sustos, de fato, há um século e meio entre nós não acontece nada que não seja benfazejo. Nada que não derive, sem tumulto da natureza das coisas. Fernando Petrella falou da natureza das coisas, que faz com que também, às vezes, o percurso seja feito de pedras e de dificuldades.

Acredito em suma que o que é permanente entre nós é a base física, a presença e a vizinhança geográfica, a comunhão da cultura e da civilização e esta percepção aguda e profunda de que temos de partir de onde estamos para entrar em um mundo que – esse sim –, por razões inteiramente novas, se faz crescentemente interdependente, se faz dramaticamente ágil. Acredito, por fim, que existem entre nós, agora, as condições de juntos chegarmos não só ao NAFTA, mas também à Comunidade Econômica Europeia, à Comunidade do Pacífico na Ásia, porque juntos e unidos somos mais eficazes.

Esses desígnios e operações conjuntas não são claramente um fator permanente. Mas acredito que nossos dois países se deram conta de que as suas massas críticas não são suficientes para, isoladamente, fazerem uma presença ativa no mundo em que se desenha. E que, portanto, juntos, somos sinergicamente melhores, nos potencializamos de forma mutuamente benéfica. Creio que, embora isto não seja talvez um fator permanente, essa nossa aliança operacional é um fator não agradável que quero terminar minhas palavras exaltando essa nova realidade e desejando quem sabe mais; isto é, expressando antes um voto do que uma constatação; a de que nossa aliança seja permanente enquanto dure.

***

Ontem fiz uma exposição que foi breve. Não teve, a rigor, o estilo deste Seminário. Eu estava representando o chanceler Celso Amorim e

não pude sequer ficar para os debates. Hoje é que participo realmente do encontro com o duplo prazer de debatedor e expositor.

Começaria pela parte antiga da nossa formulação que é a sigilosidade ou confidencialidade e depois chegaria à parte nova do tema que é a transparência. Acho que 20 anos atrás nós talvez não pudéssemos falar de nada disso porque era sigiloso falar da própria sigilosidade, e a transparência não existia ainda sequer como conceito operacional. Falava-se, então e apenas, de boa-fé. Creio assim, em primeiro lugar, que nós estamos aqui comemorando o fato de que o tema existe e pode ser discutido desta maneira.

Por longo período vivemos, os dois países, uma fase do privilegiamento do sigiloso, além de todos os limites da racionalidade. Em primeiro lugar, porque tínhamos uma tradição diplomática de velha escola e essencialmente de velhas escolas não anglo-saxônicas, em que prevalecia a ideia de que o sigilo era durador, permanente, irrecorrível e que os arquivos eram depósitos de sigilos, e esses sigilos não deveriam ser, a rigor, revistos.

A ideia da abertura de arquivos, da reclassificação de documentos, a ideia de que um segredo é essencialmente uma função temporal, é uma ideia mais bem anglo-saxônica. Lembro-me da primeira vez que soube como se fazia no Departamento de Estado norte americano o processo de abertura de arquivos e a sistemática de classificação de documentos. Tive, naquela época, como pessoa da minha geração e do meu ofício, uma sensação de alarme, de que aquilo pudesse acontecer e onde começaria ou terminaria risco tão grande para mim e para os meus companheiros, interlocutores ocasionais ou habituais de funcionários do governo de Washington. Desde então passei a falar com americanos com cuidado adicional porque sabia que neles residia sempre o perigo de que aquilo se transformasse, no curto ou médio prazo, em uma espécie de quase jornalismo.

A sigilosidade entre nós, portanto, porque a víamos eterna e permanente, foi-se tornando excessiva porque ela era o elemento de proteção essencial do escriba diplomático. Quem escrevia um texto diplomático, ao rotulá-lo – e ainda é um direito de quem escreve rotulá-lo – Buscava muitas vezes uma proteção. Houve uma espécie de metástase do que seria confidencial, que se transformou em uma espécie de mancha imensa

cobrindo terrenos legítimos e terrenos amplamente ilegítimos. Atribuo isso em parte às então chamadas "Teorias de Segurança Nacional", que estenderam a ideia do sigilo a novos terrenos e novos campos e erigiram isto em uma teoria, uma doutrina de comportamento, de conduta e de interação diplomática.

Na Argentina e no Brasil – falo pelo Brasil com convicção, e sobre a Argentina sempre na presunção de prováveis afinidades e simetrias – o sigilo se transformou quase que em um modo habitual de operação intramural, não havendo sequer a previsão da reclassificação do que fora considerado sigiloso e que claramente não mais o era.

Nós no Brasil hoje temos a possibilidade de fazer esse trabalho. Temos leis que permitem realizá-lo, mas não temos tido os meios humanos e financeiros de proceder a essa leitura e a essa reclassificação. Acho essencial a abertura de arquivos de uma maneira absolutamente respeitadora de critérios claros e estáveis. Como nós não temos os atores capazes de ler o que está nesses arquivos, a proteção então continua por motivos em ampla medida inerciais. O processo de leitura e revisão presume que o leitor seja tão inteligente, sábio ou mais do que o autor inicial, e encontrar pessoas com esse grau de informação e sabedoria, dispostas a reexaminar amplíssimos arquivos é uma tarefa difícil.

Nós sabemos que o dano a uma determinada relação diplomática não é necessariamente resultado de eventos contemporâneos. Hoje pode surgir um documento argentino do século XIX que ainda cause dano. O dano do passado não se esgota em certo período. Portanto, estou convencido da necessidade do reexame cuidadoso e prudente de arquivos antes da sua abertura aos pesquisadores e ao público.

Observei no Departamento de Estado dos EUA algumas vezes isso. É muito comum ver gente folheando os arquivos. Creio que todos os pesquisadores aqui – muito mais que eu, que sou apenas do ofício diplomático – por vezes neles encontram folhas que remetem a outro grau de classificação. Acho que todos conhecem exatamente como se opera isso. Nunca se dá uma abertura total de coisas que ainda guardam informações sensíveis e que, às vezes, com o tempo se tornam mais letais, porque elas virão à tona em um novo quadro de relacionamento no qual,

no ser revelado, o passado parece hostil e agressivo, pois está sendo visto fora de contexto.

Caberia a nós fazer um esforço comum para encontrar as práticas e os métodos para que o fim da sigilosidade corresse com naturalidade e com racionalidade em cada caso. Talvez pudéssemos reclassificar por décadas. Talvez a nossa história diplomática pudesse ir sendo aberta de uma maneira relativamente simétrica. Celso Lafer tem sobre isso relevantes preocupações.

Repito o que disse antes: quanto à sigilosidade, acho que temos que agir juntos em um processo seletivo e tão acelerado quanto possível, e quando se identificasse alguma. Eu diria que Mônica Hirst merece de todos nós o agradecimento. Coisa mais sensível, que o outro parceiro fosse previamente avisado. Em certos casos podíamos nos consultar e identificar aqueles papéis que ainda têm a capacidade de causar dano à nossa relação. Haveria formas, talvez (tenho horror de propor a criação de grupos de trabalhos, painéis, etc.), mas de qualquer maneira, alguma coisa se deveria criar, formal ou informalmente, que permitisse que nós nos sinalizássemos simetricamente sobre o processo de desvendamento do passado.

Creio que com o fim das doutrinas de segurança nacional, com o fim do autoritarismo, com o fim dos governos militares, está havendo um retorno do sigilo ao seu âmbito mais ou menos natural. Embora, como sempre, perversamente surjam áreas crescentes de sigilos tecnológicos, e científicos (a própria expressão "tecnologia sensível" é recente), áreas que antes eram menos dramaticamente confidenciais. A diplomacia hoje se faz também sócia das áreas da ciência e tecnologia e passa a ser envolvida nessa nova sigilosidade.

Creio que houve uma redução do sigilo no sentido tradicional e um aumento do sigiloso sobre métodos, meios, técnicas, sobre o saber-fazer de muitas coisas. Também sobre isso nós poderíamos encontrar formas de diálogo. Creio que nunca esse conjunto de temas foi tratado entre nós em momento algum do passado. Não tenho, de fato, nenhuma recordação de que esse assunto tenha sido tratado entre nós de alguma maneira.

A transparência é o outro lado, o lado brilhante dessa medalha. É um dever novo da diplomacia.

Quando comecei no ofício da diplomacia, o dever era a boa-fé, era a correção do gesto. Mas não existia conceitualmente a ideia da transparência. Transparência é um conceito que brota das relações do Estado com a sua própria cidadania, com sua própria sociedade, mas ganha também uma nova dimensão em suas relações com os outros atores internacionais.

A transparência é hoje um valor não só da relação do Estado com os seus governados, mas de um país com outro país. Creio que o próprio conceito de transparência é inédito, creio que a ideia não existiria, como hoje a definimos, há 15 ou 20 anos. Acredito que o próprio conceito não encontraria eco porque ele pareceria temerário, imprudente, ele não encontraria uma base, sequer conceitual, para sua expressão.

Acredito que a transparência se vai transformando em uma nova ferramenta e em uma nova virtude diplomática. O sigilo sempre foi parte do nosso arsenal. Toda a trajetória da diplomacia e da confidencialidade se cruzam permanentemente. Sempre houve setores dedicados a manter e a preparar códigos, a desenvolver e proteger a comunicação cifrada, os correios diplomáticos. Toda nossa memória profissional está marcada pelo sigilo, inclusive como parte de nosso prestígio e como parte daquilo que distinguia a diplomacia em relação a outros corpos do Estado. A ideia existia de que nós, diplomatas, guardávamos, individual e coletivamente, melhor um segredo de que os outros funcionários.

Com a transparência, com tudo o mais o que aqui hoje vemos aflorar na nova inter-relação das duas diplomacias, argentina e brasileira, do posicionamento de cada uma e de ambas perante a opinião pública e o mundo acadêmico, surgiu uma exigência de agirmos, em certa medida, contra o nosso grão. O que se convida a diplomacia agora a fazer é o que ela nunca fez, ou o que fez mal, ou de forma hesitante e intermitente.

É o imperativo de um processo de interação com a sociedade, prestando contas, dando informações, respondendo – aproveitando a expressão tão feliz do Celso Lafer – a "agenda da opinião pública". É uma agenda realmente da opinião pública. A opinião pública passa a ter uma extensa agenda de cobranças.

A diplomacia que antes se resguardava completamente dessa interação entrou em uma dança irresistível. Ontem, em outra palestra, era assunto de uma conversa entre nós que caberia ainda à diplomacia determinar os compassos dessa relação com a sociedade. A resposta talvez não deva ser tão veloz, e deva ter presente certas especificidades de preocupação que são próprias do jogo diplomático, com determinadas características que devem ser preservadas.

Em primeiro lugar, porque o ato diplomático é quase sempre mais grave e tem maior repercussão e durabilidade que o fato jornalístico, do que os impulsos da multidão, do que o discurso político na sua paixão. Ainda se atribui à diplomacia uma intenção no gesto mais perdurável, uma densidade e uma reflexão maiores. Pensa-se ainda que o ato diplomático seja mais reflexivo, mais fruto de uma maturação do que a resposta política com suas urgências habituais. Acho que cabe a ela, como ao judiciário, uma espécie maior de reflexão. A diplomacia tem também que responder à sociedade. Mas essa resposta deve ter cadências próprias, o que músicos chamariam *tempi*, próprios, tempos diferentes de resposta.

Sei que é impossível fazer o tempo voltar atrás, mas ainda tenho alguma nostalgia do tempo da diplomacia conduzida de uma maneira bem mais pausada, e controlada. Mas é apenas uma nostalgia e sei que devemos aderir ao novo processo com naturalidade.

Creio, como já disse, que não temos sobre isso procedido a nenhuma reflexão mais profunda. Não creio que tenha havido – a não ser este momento neste Seminário – entre nós nenhum momento em que se tenha examinado tão extensamente como é a nossa máquina burocrática, e como seus múltiplos setores atuam.

Porque não basta apenas a diplomacia agir com transparência se não há certa correspondência por parte dos órgãos de segurança, militares ou civis. Trata-se de um complexo jogo. O que creio que começamos a fazer é violar, se posso dizer, as regras antigas de uma maneira construtiva.

Brasil e Argentina começam a criar, por exemplo, agências consulares comuns. É claro que sempre nessa área as regras do sigilo não são tão rigorosas. Estamos a caminho de termos estagiários de um Ministério no outro, na intimidade do seu funcionamento, e isso vai gerando

evidentemente novas atitudes. Não quero sugerir que o sigilo esteja em vias de extinção, pelo contrário, ele ainda oculta e cobre muita coisa que deve ser legitimamente resguardada. Mas acho que nós estamos a caminho de outra mentalidade.

Lamento que até agora não tenhamos foros para discutir estes temas de uma maneira eficaz. Houve grandes centros, em cada país, em que se elaboraram a "doutrina de segurança nacional", com seu corolário de legitimação do sigilo. No caso brasileiro, foi na Escola Superior de Guerra onde mais claramente ela se desenhou. Creio que nós não temos ainda nenhuma instituição em que se pense essa nova diplomacia de integração, essa diplomacia de sócios que se aproximam, que elabore quais são as regras do novo jogo, que restrinja o sigilo ao seu espaço natural e que privilegie a transparência como uma nova dimensão do nosso relacionamento.

Acho que o que se busca com a transparência não é, a rigor, a transparência em si. Acho que o prêmio da transparência é a credibilidade. O que se busca, a rigor, é credibilidade recíproca. Em outras palavras, que o que um diga ao outro seja reconhecido como valioso, como verdadeiro, como construtivo. Essa credibilidade é que me parece hoje o bem maior que esse tipo de comportamento permite alcançar.

Temos que levar em conta, no processo de interação construtiva, que outras comunidades que não apenas a diplomática têm interesses e motivações diferentes. O empresariado, por exemplo, busca legitimamente seu lucro, seu ganho, seus objetivos. São outros jogos, igualmente legítimos, mas que são motivos por impulsos diferentes da diplomacia.

Também os meios de comunicação social têm outra motivação. Com eles temos uma dificuldade permanente. Sou uma pessoa totalmente favorável à busca constante da transparência, da informação transmitida, mas há entre nós, diplomatas e jornalistas, dificuldades fundamentais.

O primeiro é que para a diplomacia o não acontecimento é, de certa maneira, o objetivo maior. A diplomacia ideal talvez se desse em uma folha de papel em branco. Nada teria acontecido.

O segundo objetivo da diplomacia é utilizar o tempo em seu próprio favor para que as crises, os grandes problemas se diluam no próprio passar do tempo. O tempo, grande aliado da diplomacia, é o grande adversário do

jornalismo. No jornalismo, o tempo é a morte em horas, na diplomacia, é a salvação em meses. Temos que reconhecer uma dificuldade essencial entre nós e a "média".

Em terceiro lugar, o jornalismo procura evidentemente a magnificação do evento, a sua dramatização, sua teatralização, e nós procuramos transformar, pelas astúcias da linguagem, do comportamento e do estilo, quase tudo em rotina de consulta e troca de informação. O que a diplomacia procura é transformar o excepcional em banal, desdramatizar as situações, e evidentemente, os meios de comunicação querem que eu não mude de canal, não mude de jornal, ou seja, busca exatamente o oposto.

Da mesma forma, há percepções distintas como já apontei, nas relações com o mundo dos negócios. O meio empresarial desejaria "atrelar" a diplomacia a cada um dos seus interesses, fazendo a diplomacia sua sócia em cada gesto.

A ligação entre nós diplomatas é mais natural e mais fácil com a Academia (o Gelson Fonseca tem um trabalho extraordinário, precursor profético de tudo isso: *Diplomacia e Academia* é seu título). Aí sim há interesses que são em ampla medida convergentes: a procura do saber, a clareza do entender. Existe aí outra diferença de tempo, o tempo da academia é mais longo. É, desta forma, o oposto do jornalismo. Aí há amplas possibilidades. O único conflito se dá com esse desvendamento do sigiloso, que eles desejam amplíssimo, e nós temos que cuidar para que seja tão amplo quanto possível, mas resguardando aqueles elementos que ainda tenham capacidade de causar dano. Não creio que haja entre nós, hoje, grande problema filosófico sobre esse tema. Há apenas diferenças de instrumental.

Abrir arquivos, limitar sigilosidades é quase tão difícil como produzir aquela imensa massa de papel que, em certo momento, Deus saberá por que foi rotulado de sigiloso. Geralmente, bem mais para proteção das tolices dos autores do que por resguardo dos interesses maiores do Estado.

Isto é essencialmente o que eu gostaria de dizer. A sigilosidade perdura como ingrediente essencial do nosso ofício. A transparência é um conceito novo extraordinariamente dinâmico. Nós temos que interagir com alguns sócios naturais e com outros que não são tão naturais.

A diplomacia, no processo de se modernizar, não pode deixar de ser o que ela deve ser: uma forma mais estável de sabedoria, uma forma específica de interação entre povos e nações. Em nosso afã de atendermos a um novo eleitorado, a uma nova clientela (a opinião pública), não se deve perder certas virtudes que não são recentes, nem, a rigor, antigas. Elas fluem da percepção muito clara que nas relações entre os Estados, nas avaliações sobre pessoas e nos julgamentos de valor, o sigilo, a discrição, a confiabilidade ainda fazem mais bem do que mal.

A transparência, quando se está administrando conflito, nem sempre é, a cada momento, desejável. Vamos procurar aqui, como em tudo, e o equilíbrio.

As Nações Unidas e o conceito de segurança coletiva[1]

Quero examinar, na moldura da evolução das Nações Unidas, alguns aspectos – prospectivos e retrospectivos – o conceito de segurança coletiva, por tantos títulos estreitamente associado à história da principal organização internacional. O sucesso das Nações Unidas – que já se pode de alguma maneira proclamar nas comemorações do seu cinquentenário – deve muito ao insucesso de sua predecessora, a Liga das Nações.

Talvez às Nações Unidas possa ser aplicada a frase de um escritor inglês referindo-se aos segundos casamentos – "que são um triunfo da esperança sobre a experiência".

A melancólica trajetória da primeira sociedade internacional criada em Genebra e o seu rápido esvaziamento não fizeram desanimar os que, em 1944 e 1945, acharam que era novamente necessário arrumar a vida internacional.

A Liga das Nações tem a defendê-la, talvez, o fato de que:

- foi a primeira tentativa de organizar, de forma estável e institucional, a vida internacional;
- sofreu o golpe inicial – e que se provou mortal – da ausência dos Estados Unidos;
- foi prejudicada pela falta de sensibilidade e de sabedoria das potências vitoriosas na Grande Guerra na sua política de cobrança de reparações contra a Alemanha;
- sofreu o impacto da Grande Depressão de 1929; e

1 Dossiê ONU e a paz. *Estud. av.*, v. 9, n. 25, dez. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000300011>. Acesso em: 6 jan. 2025. Palestra feita pelo autor no Colóquio "Carta de São Francisco: 50 anos depois", organizado pela Área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados na Sala do Conselho Universitário da USP no dia 23 de junho de 1995.

- teve contra o seu êxito a ferocidade das ideologias de direita e de esquerda, que fizeram com que durante a década de 20 e de 30 virtualmente não houvesse espaço para as acomodações no centro e para os compromissos pragmáticos.

A Liga das Nações, no seu propósito de oferecer uma moldura de segurança coletiva para o mundo de seu tempo, teve também entre outros pecados o de não poder, evidentemente, incorporar os povos então colonizados; os vícios do seu juridicismo; a sua virtual cegueira para a dimensão econômica e social dos problemas internacionais, vistos apenas na configuração clássica de poder e a sua preocupação obsessiva com a problemática do desarmamento, como se esse pudesse brotar de circunstâncias de desconfiança e ressentimento e não, como sabemos agora, fosse a resultante necessária de todo um processo de *confidence building* e transparência e da aplicação de métodos rigorosos de verificação e controle.

As Nações Unidas, por serem um segundo ensaio, contaram com o aprendizado da tentativa anterior e, desta vez, tiveram os Estados Unidos a bordo desde o primeiro momento (com níveis oscilantes, desde então, de adesão e comprometimento), na qualidade de país sede da Conferência de São Francisco e, depois, como aquele que hospeda a sede principal da Organização, em Nova Iorque.

Os Estados Unidos, que não estavam em 1919 preparados a assumir responsabilidades de âmbito mundial, claramente estavam prontos para essa tarefa em 1945 e as tendências isolacionistas, vitoriosas em Washington logo depois da Primeira Guerra Mundial, não eram mais dominantes no último mandato de Roosevelt e quando assume o poder o presidente Truman.

As Nações Unidas abandonam as ideias desarmamentistas ingênuas de sua predecessora, passam a incluir no seu documento fundacional a temática econômica e social e inovam, de maneira muito significativa, ao propor que seja o princípio da segurança coletiva aquele em torno do qual se organizará a vida internacional.

A ideia da segurança coletiva universal, que oferece uma visão de ordem, estabilidade e permanência, nunca, até agora, se materializou, mas está no cerne das duas grandes organizações que nasceram após a

Primeira e a Segunda Guerra Mundiais. Certamente de maneira muito mais nítida e estruturada na ONU do que na Sociedade das Nações.

A ideia fundacional da ONU, que começa a ser desenhada bilateralmente por Roosevelt e Churchill, ao se prenunciar o fim da Segunda Guerra Mundial, e que depois é ampliada nas conversas de Yalta e Potsdam, consiste na criação de um sistema central no qual os membros permanentes do Conselho de Segurança – designado no artigo 24 da Carta de São Francisco como tendo "a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais" – atuariam como virtuais polícias da vida internacional. No mesmo artigo, fica estabelecido que o Conselho de Segurança, no cumprimento de suas funções, se guiará pelo disposto nos Capítulos VI, VII, VIII e XII da Carta de São Francisco.

É evidente que o Conselho de Segurança é o âmago do sistema criado em São Francisco e, com o risco de uma relativa simplificação, poder-se-ia dizer que tudo o mais na Carta é acessório. O que surpreende neste cinquentenário é como uma organização atingida de maneira devastadora logo nos seus primeiros anos no funcionamento do seu órgão central encontrou extraordinária legitimação periférica e foi estabelecendo, ao longo das linhas de menor resistência, um expressivo corpo de doutrina e procedimentos que, bem ou mal, foi conformando algumas das regras do jogo do mundo de hoje.

O consenso entre os membros permanentes do Conselho era tido como indispensável e o mecanismo do veto foi criado para assegurar que as decisões desse núcleo diretor da vida internacional, em todas as questões que não fossem de procedimento, sempre se dessem de forma concertada.

Os mecanismos da segurança coletiva como inicialmente concebida tiveram vida muito breve e, já em 1948, com os acontecimentos na então Checoslováquia e em Berlim, instaura-se o ciclo da Guerra Fria, que leva à virtual paralisação do Conselho de Segurança (com exceções muito ocasionais e mesmo acidentais, como foi o caso da decisão sobre a Coreia, resultado de uma momentânea e imprudente ausência na sala da delegação soviética, o que permitiu que se votasse, sem o veto russo, a intervenção militar no conflito naquela península).

A impossibilidade de cumprir as funções centrais do Conselho de Segurança não levou a que esse órgão, mesmo nos anos mais rígidos da Guerra Fria, deixasse de funcionar ainda que de forma acessória em áreas que, embora residuais, não deixaram de ter relativa importância para o processo da manutenção da paz internacional.

O Conselho de Segurança deixou de ser o centro reitor da vida internacional, tornando-se importante foro de debate e câmara de descompressão, uma *clearing house* dos grandes temas da vida internacional e – o que não é menos importante –, o teatro das grandes gesticulações dos principais atores na Guerra Fria, sobretudo aquelas relacionadas com o que sucessivamente se chamou de conflitos regionais e agora, mais comumente como guerras de baixa intensidade, consequências muitas vezes, embora nem sempre, de manobras marginais dos dois campos opostos na Guerra Fria.

Não é supérfluo assinalar como o conceito de segurança coletiva deriva daquela curiosa mistura de idealismo e pragmatismo que talvez tenha sido uma das principais contribuições dos Estados Unidos ao tratamento da vida internacional. Tanto a Liga das Nações como as Nações Unidas serão marcadas pela impressão digital wilsoniana e rooseveltiana e em ambas o impulso fundamental ético e visionário veio dos Estados Unidos, que nas duas experiências sucessivas se contrapôs ao ceticismo ou realismo das potências europeias, sempre descrentes da capacidade de qualquer grande ordenamento duradouro e consensuado da vida internacional.

A noção de segurança coletiva sobreviveu à ineficácia e à virtual paralisação do Conselho, numa demonstração talvez de que a ideia mesma tinha deitado raízes. Mesmo nos momentos mais frustrantes do longo conflito ideológico e político-estratégico que foi a Guerra Fria, não há registro de manifestação significativa de quem quisesse seja eliminar o órgão, seja declarar obsoleta a busca de um reforço da segurança coletiva.

As Nações Unidas e o conceito de segurança coletiva sobreviveram à longa travessia do deserto dos anos 50, 60 e 70 não tanto pelo sucesso do que se podia fazer em condições adversas como pela convicção difusa, mas arraigada que em um mundo crescentemente interdependente e

vulnerável não se podia perder o caminho, quaisquer que fossem os obstáculos momentâneos.

Desfeitas as esperanças de que o Conselho de Segurança pudesse atuar como harmonizador e *enforcer* das principais divergências internacionais, procurou-se, no âmbito das próprias Nações Unidas, através de uma valorização da Assembleia Geral, à qual, especialmente através da Resolução Uniting for Peace de 1959, foram conferidas atribuições não previstas na letra da Carta: encontrar capacidade supletiva de agir em situações que requeriam um tipo de ação de *peacekeeping* e outras que pertenciam, a rigor, ao âmbito privilegiado do Capítulo VII da Carta, que trata, como se sabe, de ações relativas a ameaças à paz, ruptura da paz ou atos de agressão, terreno reservado naquele documento exclusivamente ao Conselho de Segurança.

Essa usurpação de prerrogativas do Conselho de Segurança correspondeu também a um momento em que a aliança ocidental, apesar de paralisada pelo veto no Conselho de Segurança, podia ainda contar com muito significativas maiorias na Assembleia Geral.

Mais tarde, quando essas maiorias se dissipam pela presença determinante de numerosos países em desenvolvimento, com padrões de voto marcados pela neutralidade ou com um forte componente anti-Primeiro Mundo, a capacidade de atuar das Nações Unidas passa a ser virtualmente nula, já que o impasse no Conselho de Segurança e os números desfavoráveis ao Ocidente na Assembleia Geral faziam com que um caminho ou outro estivessem fechados a iniciativas controvertidas relacionadas com a restauração ou consolidação da paz e da segurança internacionais.

Não seria aqui o momento de examinar como a ideia inicial da segurança coletiva, gerenciada por uma grande organização mundial e, especificamente, pelo seu órgão central decisório, foi ultrapassada, operacionalmente, já no fim da década dos anos 40, por três grandes instrumentos que serão, até o fim da Guerra Fria, aqueles que de fato representam os caminhos pelos quais se procurará manter, nas décadas seguintes, a paz internacional.

Refiro-me às políticas de contenção (*containement*) contra ataques convencionais partindo das duas principais potências comunistas, a União Soviética e a República Popular da China, e tentativas de ampliação pela força de suas respectivas esferas de influência; às políticas de deterrência (*deterrence*), contra uma ameaça nuclear, sobretudo através de um vasto arsenal nuclear e múltiplos sistemas de lançamento (*delivery systems*) nas mãos da aliança ocidental, e à criação de subsistemas regionais de segurança coletiva que tiveram no Pacto do Atlântico Norte o seu principal modelo de referência.

Definida a paralisia do Conselho de Segurança, os sistemas alternativos a que no parágrafo anterior faço alusão foram sendo criados com maior ou menor eficácia. Creio já se poder afirmar que os conceitos gerais de contenção e deterrência foram amplamente bem-sucedidos e eficazes e que a NATO também o foi, embora enfrente hoje uma séria crise conceitual para definir seu próprio sentido futuro.

Será matéria de debate no futuro investigar se o colapso da União Soviética foi o resultado cumulativo das políticas de contenção e deterrência e crescente elevação do preço do jogo da paridade tecnológico-militar com a NATO ou se a ruína viria, de qualquer modo, por falhas estruturais do regime soviético e ineficácia insanável do próprio modelo econômico socialista.

O que também fracassou, sem dúvida, foram os subsistemas regionais de segurança coletiva, os quais presumiam que houvesse entre atores desiguais e com contraditórias motivações uma capacidade de concertação conjunta e de planejamento estratégico compartilhado.

Mencionar hoje o CENTO (Central Treaty Organization), a SEATO (Southeast Asian Treaty Organization) e o ANZUS (acordo entre a Austrália, a Nova Zelândia e os Estados Unidos) é quase uma curiosidade, tão efêmera e irrelevante foi a criação desses modelos.

A resposta do campo socialista a essas mobilizações foi a criação do Pacto de Varsóvia, que embora dispusesse de impressionantes arsenais nominais teve sempre a fragilidade de ser apenas a expressão do poder hegemônico da então União Soviética sobre os países de sua imediata circunstância da Europa Central. O Pacto de Varsóvia nunca foi mais, a

rigor, do que o poder russo ampliado pela agregação de satélites e não uma aliança potencializada pelo reforço de aliados voluntários.

No caso das Américas, o Tratado do Rio de Janeiro e os vários mecanismos de concertação previstos no quadro da Organização dos Estados Americanos sobreviveram porque, a rigor, foram minimamente testados e no principal episódio militar na região no longo período da Guerra Fria, a Guerra das Malvinas, ficou evidenciado como eram tênues os compromissos hemisféricos e os instrumentos interamericanos e como os Estados Unidos, especialmente, respondiam de maneira prioritária aos seus compromissos com o Tratado do Atlântico Norte e com o seu mais próximo aliado, o Reino Unido.

Com o risco da excessiva generalização observo que nas oportunidades em que nas Américas surgiram situações de aguda controvérsia as Nações Unidas e seus órgãos não foram invocados para instrumentar as soluções pelas quais se optou. Não seria aqui, também, o caso de examinar que outros recursos foram utilizados individualmente pelos Estados Unidos ou regionalmente no âmbito da Organização dos Estados Americanos para enfrentar esses problemas.

Não toquei até agora no que talvez venha a ser visto como o fator decisivo na qualidade das relações internacionais do após-Guerra e elemento modificador do conceito mesmo de segurança coletiva. Refiro-me naturalmente ao aparecimento das armas nucleares, utilizadas nas últimas semanas da Segunda Guerra Mundial no teatro de operações do Pacífico.

Mais do que uma nova geração de armas com seus correspondentes vetores de lançamento, as armas nucleares evidentemente representaram um revolucionário reexame da própria equação de custo-benefício de enfrentamentos bélicos entre os seus detentores ou nos quais terceiros pudessem utilizá-las ou ameaçar utilizá-las em favor de um dos lados.

Tão decisivo foi o aparecimento dos arsenais nucleares que não é demasiado dizer que toda a equação militar mundial no após-Segunda Guerra Mundial se dá à sombra de sua presença e ameaça de utilização.

O próprio conceito de deterrência a que fiz alusão anteriormente teve, evidentemente, na capacidade nuclear das potências ocidentais o seu principal ingrediente e todas as demais armas passaram a ser chamadas de

convencionais, como a indicar a extraordinária ruptura que representou no pensamento estratégico a explosão de Hiroshima.

Seria paradoxal mas não improvável se as armas nucleares e as outras chamadas de destruição em massa vistas desde o seu surgimento como a maior ameaça à humanidade pudessem ter sido, pelo seu próprio poder destrutivo e por terem eliminado as hipóteses de ganhos compensatórios em grandes conflitos armados, o fator que inaugurasse um ciclo em que, se as guerras não foram evidentemente eliminadas, tenderão a ser, doravante, basicamente os chamados conflitos de baixa intensidade (*low intensity wars*).

Para utilizar a terminologia dos anos 60 e 70: por não ser mais racional utilizar as virtualidades da retaliação maciça, sobrava apenas espaço para as respostas flexíveis.

Voltando ao meu fio condutor, que é o da evolução do conceito de segurança coletiva nesses últimos 50 anos, devo registrar que com o fim da Guerra Fria e o desmantelamento da União Soviética, o foco mesmo das preocupações centrais desde o fim da Segunda Guerra Mundial se perdeu e iniciou-se um período de profunda indefinição estratégica e conceitual.

A tal ponto isto é verdade que os 40 anos de Guerra Fria hoje são vistos com mais indulgência e favor como constituindo um período de ampla estabilidade na equação central do poder que permitiu apenas conflitos periféricos. A rigor, somente a chamada crise dos mísseis em Cuba, em 1961, aproximou realmente o mundo de um conflito nuclear, embora também a Guerra da Coreia e os conflitos no Oriente Médio tenham representado risco significativo de desestabilização do equilíbrio mundial.

Tanto os modelos e paradigmas da Guerra Fria marcaram a nossa percepção que, ainda agora, dez anos depois do fim desse período, chamamos a fase que atravessamos como de pós-Guerra Fria, como se nos faltasse ainda um rótulo próprio para identificar o momento que vivemos. Nessa nova conjuntura, assistimos à reformulação dos velhos paradigmas e, em um quadro ainda de considerável indefinição, observa-se a superação do conceito de segurança coletiva pelos de segurança cooperativa e diplomacia preventiva, além de outros, sinalizando que em um mundo multipolar

desfocalizado e marcado por uma geometria extremamente variável, novas formas de pensar e proceder são urgentemente requeridas.

Trocado em miúdos: perdida a visão inicial do imediato após-Guerra que previa o harmonioso concerto das potências e esgotada a Guerra Fria com a sua lógica adversarial rígida, é preciso nova visão e novos impulsos que substituam o que o tempo e as novas circunstâncias em certa medida esgotaram. Pede-se hoje do conceito de segurança coletiva mais e não menos do que antes.

As Nações Unidas podem e devem voltar, em alguma medida, ao tipo de pensamento organizador global de São Francisco e o Conselho de Segurança poderá vir a cumprir funções diferentes, mas tão vitais quanto aquelas para as quais foi originalmente concebido.

Quase todas as premissas que levaram à criação das Nações Unidas se confirmaram bem além do que poderiam ter antecipado os seus *founding fathers*. Os problemas hoje, como haviam previsto, são inescapavelmente globais e a participação no processo decisório terá que ser virtualmente universal. Os temas da regulação dos fluxos financeiros; da circulação de bens e serviços; dos movimentos migratórios e da mão de obra; as questões macroambientais; a proteção de direitos humanos; o combate ao terrorismo e ao narcotráfico, entre outros, têm uma tal evidente transnacionalidade, envolvem tantos e tão diversificados atores, que a necessidade de que sejam regulados por grandes sistemas diretores como aqueles expressos pelas Nações Unidas e a sua constelação de agências especializadas é *self-evident*.

A segurança coletiva deixa de ser adversarial e fundamentalmente militar e passa a ter dimensões econômica, social, ambiental etc., que fazem com que fiquem superados os debates travados faz 20 ou trinta anos sobre a extensão desses conceitos a campos outros que não o original, estreitamente associado aos componentes militares da ideia de segurança.

Novamente as Nações Unidas, como há 50 anos atrás, precisarão encontrar aquela mistura de pensamento visionário e pragmatismo operacional que permitam estruturá-la para os novos tempos.

Os conceitos de diplomacia preventiva – tão caro ao atual secretário-geral das Nações Unidas – e de segurança cooperativa – que vai mais além

ao sugerir toda uma nova metodologia e um novo universo de aplicação – apontam na mesma direção.

Trata-se, na verdade, de transformar os 50 anos das Nações Unidas não apenas em uma efeméride, mas em um importante ponto de inflexão. O que se busca, de fato, é procurar definir como será a nova ordem internacional que os novos tempos parecem exigir.

Marcam a nova configuração internacional, entre outras, as seguintes características:

- esvaziamento da ameaça nuclear;
- ausência de riscos imediatos de conflitos que afetem o equilíbrio internacional;
- singularidade do poder militar norte-americano, ao qual não se oferecem rivais expressivos;
- identificação de uma agenda crescente de temas globais, de que é emblemática a proteção ao meio-ambiente em sua dimensão atmosférica e planetária;
- surgimento e proliferação de numerosos regimes reguladores, mais ou menos informais, que operam no campo científico-tecnológico, militar e estratégico, financeiro e de propriedade intelectual.

Os antigos conceitos e ferramentas das Nações Unidas requerem urgente e extenso *aggiornamento*. A exigência de agir logo e com grande abrangência deve ser temperada por reflexão e prudência não menos profundas. Uma nova ordem mundial (a expressão é difícil de evitar, mas deve ser usada com cautela) tem de ser o resultado de um amplo processo legitimador e não pode ser o resultado da visão de um só país, mesmo que generosa.

A adequação do conceito de soberania aos novos tempos passa pelas mesmas exigências. A soberania tem que ser adaptada, mas não pode ser perdida. A ação solidária internacional, que terá de ir além das tradicionais operações de paz (*peacekeeping*) para os novos e maiores desafios da criação da paz (*peacemaking*) e da organização dos Estados (*Nation building*), requer cuidadoso desenho e engenharia.

As novas medidas de controle de armas e desarmamento, com suas diversificadas e exigentes técnicas de verificação e controle, e o efetivo funcionamento de acordos de dimensão universal que visam a proibição de armas de destruição em massa ou minimamente sua não proliferação, requerem melhores ferramentas e outras instituições.

Fica evidente que a revisão da Carta das Nações Unidas, passando pelo redimensionamento do Conselho de Segurança para equipá-lo a exercer, por fim e plenamente, as funções de oferecer ao mundo uma eficaz segurança coletiva, é tarefa já para os próximos meses.

Estamos nos aproximando de uma visão multidimensional e interdisciplinar da segurança coletiva à qual devemos chegar pelo exercício mais amplo dos procedimentos da diplomacia parlamentar de participação universal e não pela expressão da vontade de um país ou pequeno grupo de países, por mais que um e outros representem extraordinárias massas de poder e influência.

No capítulo conclusivo de seu recente livro sobre a diplomacia, Henry Kissinger sugere a continuada validade do conflito básico entre dois conceitos de segurança coletiva: os que brotam da longa experiência europeia – de que o Cardeal de Richelieu foi um dos primeiros expositores – na qual o máximo que se pode obter é o equilíbrio dos poderes com o predomínio da razão de Estado, e os que derivam da visão wilsoniana de que o mundo pode aspirar a uma grande harmonia de interesses, respeitados os interesses de cada um. Talvez não possa ocorrer a vitória de um modelo sobre o outro e talvez não se encontre uma síntese satisfatória.

Minha convicção é, contudo, de que os fenômenos da globalização dos problemas e da universalização dos atores levarão à expansão do conceito de segurança coletiva, através de níveis crescentes de legitimidade do processo decisório, e que as palavras ordem e segurança deixarão seus limites mais estreitos e encontrarão uma redefinição compatível com as esperanças do mundo em que começamos a viver.

Rio de Janeiro, pedra angular das relações França-Brasil[1]

Je veux-fois abandonner ce monde
Et hazarder ma vie aux fortunes de l'onde
Pour arriver au bord auquel Villegaignon
Sous le Antarctique a semé votre nom.
[*Discours contre la fortune,* Ronsard (1565)]

Meu trajeto habitual de casa até a fundação que presido poderia servir, de alguma maneira, como roteiro para minha palestra desta tarde.

Moro, literalmente, ao lado de três edifícios com nomes surpreendentemente cultos e eruditos: Charles Baudelaire, Paul Valéry e Stéphane Mallarmé. Ocupam esses prédios o terreno da antiga sede da Embaixada da França (ou de França, como diziam nossos maiores com prazer e evidente galicismo) e que em seu melhor momento abrigou Paul Claudel e Darius Milhaud. Poucos metros adiante, e sempre naquele trecho final da Praia do Flamengo, pouco antes de chegar ao Edifício Biarritz, encontro o edifício La Fontaine. À minha direita, o prédio leva o nome poético de *La Tour de Blois*.

Como se todo esse florilégio imobiliário dos grandes nomes da geografia e da literatura francesa, não bastasse, antes de chegar ao meu destino, bordejo a Praça Paris, vislumbro o nosso Palácio Garnier e o belo chafariz que o Conde D'Eu comprou na França, e que triunfa hoje no local onde antes estava o Palácio Monroe. A substituição da homenagem ao presidente americano pela arte francesa certamente agrada aos nossos amigos gauleses, mas não a mim, que lamento o desaparecimento do velho Senado, que não chega a ser o verdadeiro velho Senado daquela maravilhosa Crônica de Machado de Assis. Avisto depois a ilha de Villegaignon, o perfil do nosso porta-aviões que vi deixar seu antigo nome de Foch para adotar

1 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 422, 2004. Discurso proferido na Abertura das Atividades Culturais do ano de 2004, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 17 de março de 2004.

o de São Paulo em memorável cerimônia em Brest, passo pelo Santos Dumont que, mais do que um Aeroporto é, por quem lhe dá o nome, uma verdadeira metáfora da relação França-Brasil e talvez de mais não precisasse para ilustrar a ligação densa, longa e rica entre a França e nós, e, sobretudo, sobre a França e o Rio de Janeiro.

Os franceses não podem pretender a titularidade da descoberta do Brasil, mas não abandonam a pretensão de terem sido eles os verdadeiros inventores do Rio de Janeiro.

Os portugueses, alegam eles, não teriam aqui parado com ânimo definitivo, se não fosse a resposta à implantação francesa. É a precária Henriville que aqui fixa para sempre São Sebastião.

Existe no Museu de Rouen uma extraordinária talha que mostra índios nossos transportando o pau-brasil até naves francesas que, fundeadas em águas brasileiras, aguardam para levar a carga preciosa até a Europa. Talvez este seja um dos primeiros registros, não escritos, em que brasileiros e a riqueza que nos deu o nome apareçam. Gostaria de que esta peça estivesse em alguma instituição cultural brasileira, tanto a aprecio. Rouen, *hèlàs*, é longe.

Não pretendo nem tratar da feitoria de Cabo Frio (de novo, os franceses escolhem bem os pontos de seu desembarque) nem ir longe na descrição da aventura da França Antártica.

Espero que esteja aqui entre nós Vasco Mariz sabedor e narrador desse e de outros episódios e a quem devo o encorajamento para erigir em Provins um memorial a Nicholas Durand de Villegaignon transportando para isso uma grande pedra da pequena ilha que até hoje guarda o seu nome na baía de Guanabara e que serviu de base ao monumento.

O que pretendo destacar é como a presença francesa no Rio de Janeiro em meados do século XVI produziu, talvez, mais arte e melhor documentação do que a presença portuguesa aqui nessa mesma época.

Quanto ao embaixador em Paris, pude acompanhar o trabalho de preparação desse excelente *Guia de Fontes parta Histórias Franco-Brasileira* em que se encontra de maneira tão precisa e minuciosa o registro de como a França nos viu até a nossa independência. Faço uma referência afetuosa

de como contribuiu para esse projeto meu saudoso Vladimir Murtinho e presto um tributo a Esther Caldas Bertolletti. O Guia simplesmente não existiria sem o trabalho de ambos.

Permitam-me uma digressão e um exagero: devemos aos franceses no Rio de Janeiro talvez o primeiro episódio da nossa história diplomática. Entre tamoios e eles forja-se uma aliança, a primeira que a parte brasileira negocia com atores estrangeiros.

Faço essa última referência não inteiramente a sério, mas apenas para indicar que entre os nativos destas praias e os franceses do outro lado do oceano sempre houve vocação para o diálogo e entendimento. Ou para ruidosos desentendimentos, como foi aquela guerra das lagostas, em que o fulcro residia em saber se as mesmas andavam ou nadavam. O grave é que faziam ambas as coisas.

Deve-se, também, a Jean de Léry a primeira grande reportagem internacional sobre o Rio de Janeiro. De novo aí o começo de uma longa história. Ao longo dos séculos e de maneira quase obsessiva, os franceses tentam nos explicar e nos entender. Lamento constatar que, em geral, a qualidade intelectual dos sucessores é menor do que o engenho e a arte do primeiro grande repórter francês em terras cariocas.

É na França que se trava a primeira grande polêmica pública sobre nós, dividindo-se a opinião entre autores como Léry e Thévet, defensores e detratores de como se havia construído e perdido a França Antártica.

Presentes assim nos primórdios da vida política, comercial e intelectual do Rio de Janeiro, os franceses são também os primeiros a trazer para a Europa uma grande festa brasileira. Destaco o episódio que sempre me pareceu extraordinário. Em Rouen (a França para o Brasil dos nossos primeiros tempos é sempre a da Normandia e da Bretanha), índios brasileiros e normandos fantasiados de brasileiros produziram um grande espetáculo para a Corte de Henrique II e Catarina de Médicis. Foi o chamado *Bal Brésilien*. O cronista principal do evento foi ninguém mais do que Michel de Montaigne que escreve dois de seus ensaios luminosos sobre a impressão que lhe causara os visitantes brasileiros.

Não é pouco caminho. Meio século depois do descobrimento, os brasileiros já estavam presentes na França como virtuais e improváveis

aliados e como objeto de intenso interesse artístico e cultural. Não sei em 2005, ano a nós dedicado, obteremos repercussão tão intensa e contaremos com presenças tão prestigiosas para os eventos que iremos patrocinar. Não será fácil ir além de versos de Ronsard e de ensaios de Montaigne.

De tal modo o Brasil trabalhou o imaginário dos franceses que, talvez, tenhamos sido objeto de uma extraordinária fraude. A viagem do Gonneville ao Brasil e seus tratos com uma tribo liderada pelo cacique Essomericq, filho de Arosca, talvez nunca tenha ocorrido. Por muito tempo, a obra passa por relato fidedigno de uma expedição verdadeira, hoje discutível e, se desacreditada, poderá ter o consolo de ser umas das primeiras obras de ficção que tem o Brasil e os brasileiros como tema.

Não quero esquecer entre festas, navegações, interesses comerciais e fraudes literárias, a baiana Catarina Paraguassú – *Catherine du Brésil* em alguns registros – a primeira brasileira de cuja visita à França se tem memória e que lá se batiza. Forma com Diogo Álvares uma das primeiras raízes de nossa genealogia.

Não há registro de que Madame Caramuru tenha feito compras em Saint-Malo o que, se for verdade, faria dela uma singular exceção aos milhões de suas conterrâneas, que, seguindo seus passos, visitariam depois a França.

Ao fazer esses apontamentos tão breves e superficiais nesta casa dedicada a um estudo tão mais rigoroso e profundo da história, procurei destacar um só fato: o de que há quase quinhentos anos franceses vêm ao Rio de Janeiro, brasileiros vão à França e de que entre eles e nós se estabelece um fascínio recíproco que é uma das constantes da nossa relação.

Já levo dez minutos de palestra e ainda ando por volta de 1560. Nesse passo não vos sobraria paciência nem a mim fôlego para fazermos juntos a viagem dessa relação. Passo assim por alto e de longe a aventura francesa no Maranhão e todos os episódios que de maneira legítima ou ilegal nos fizeram tocar um ao outro durante o período colonial.

No Brasil fechado durante todo esse ciclo (costumo dizer que os portugueses tiveram aqui uma política próxima do Shogunato, no Japão), só poderiam acontecer incursões de corsários e aventureiros. Duguay-Trouin e Duclerc ilustram as vicissitudes dos nossos contatos daquela

época, mas não honram nem a França nem a coragem duvidosa dos que estavam encarregados da nossa defesa.

Fechados os portos do Brasil, o que restava eram espíritos abertos e é através deles que a França volta, na segunda metade do século XVIII, a ter influência no Brasil.

O espírito do iluminismo chega ao Brasil trazido por brasileiros, portugueses e outros que chegavam de Coimbra ou de outros centros irradiadores da inteligência europeia, com a irresistível força das ideias cuja hora chegou. Diretamente da França ou com baldeação em Portugal, ou pela vertente norte-americana, os ventos de mudança daquela época aportam também no Brasil. É, contudo, o imperador dos franceses que, ao obrigar em 1808 o príncipe regente de Portugal a viajar com poucas armas e muitas bagagens para o Brasil, quem põe em marcha o processo que vai culminar com a nossa independência.

Transplanta-se para aqui a fermentação das duas revoluções fundadoras da modernidade ocidental. A norte-americana e a francesa. Para nós que imaginamos a globalização como um fenômeno recente, é interessante ver que, apesar de obstáculos artificialmente criados, o mundo sempre foi aberto pela irresistível pressão do comércio (apoiado tantas vezes pelas armas) e pelo inevitável contágio das ideias.

É nessa quadra turbulenta que tivemos nossa única guerra com a França. Fomos vitoriosos. Uma pequena expedição, por ordem da Corte do Rio de Janeiro, parte do Pará, conquista Caiena e derrota a guarnição napoleônica da Guiana. Nota de pé de página da história, talvez, mas de qualquer maneira, mais um exemplo desse Fio de Ariadne, que faz séculos nos liga à França.

A derrota final de Napoleão nos traz, enfim, uma bela herança. Chega ao Rio de Janeiro em 1816 a Missão Artística Francesa que representa, de alguma maneira, uma outra descoberta do Brasil.

A Missão teve, além do mérito de nos revelar à Europa e ao mundo, o mérito ainda maior de nos revelar a nós mesmos. Quando penso hoje na transição Colônia-Império no Brasil, o faço tendo como referência à obra desses missionários culturais.

A partir de então não exageraria em dizer que ao longo de todo o século XIX (estou aqui considerando um século XIX que só terminaria em 1914) foi dominante a influência francesa no Brasil. Não preciso dar exemplos. Seriam inúmeros.

Com a Primeira Grande Guerra, a França perde poder e influência. Pouco depois de seu fim, uma outra missão francesa virá ao Brasil, esta militar, liderada pelo depois malfadado general Maurice Gamelin.

Não posso esquecer, contudo, uma outra missão francesa tão fecunda quanto a de 1816, e que vai criar a Universidade de São Paulo e tanto contribuir para a modernização do nosso modelo de educação superior.

Diminui, em alguma medida, desde então, a influência francesa entre nós. Por um tempo, as esquerdas eram seduzidas pela experiência soviética e as direitas, pelos modelos alemão e italiano. A voz das democracias se ouve cada vez mais em inglês e, depois da II Guerra Mundial, consolida-se o crescente predomínio do mundo que a França designa com não pequena medida de ressentimento como anglo-saxônico.

Para enfrentar as incertezas dessa nova época tão cheia de desafios e com instrumentos reduzidos de poder para preservar sua presença e seu prestígio, a França desenvolve algumas propostas fundamentais: a da construção da multipolaridade na vida internacional, a da defesa da diversidade cultural e do fortalecimento da latinidade.

Chego assim, à essência mesma do que queria lhes dizer hoje. A França busca fortalecer o mundo multipolar. Nessa construção o Brasil é um dos polos necessários.

Para que um país possa ter papel importante nessa construção é preciso reunir características de que o Brasil dispõe. É preciso ser uma potência regional com interesses globais. É necessário que seja um país capaz de ter uma reflexão organizada sobre a situação internacional e presença atuante nos foros internacionais; é preciso que tenha credibilidade política e econômica e que seus gestos sejam marcados em boa medida pela racionalidade e previsibilidade.

Ao relacionar estes requisitos fica evidente como não são muitos os países que reúnem esses predicados. Além dos membros permanentes

do Conselho de Segurança não seriam mais de dez os países que tenho em mente e que constituem, a rigor, em verdadeiro diretório *de facto* da sociedade internacional.

Quem fala em multipolaridade quase sempre está pressupondo que, para o sistema poder funcionar, se estabeleça e funcione um multilateralismo dotado de credibilidade e eficácia.

Em outras palavras, só uma sociedade multipolar atuando através de um multilateralismo bem-estruturado é capaz de se antepor ao unilateralismo, que é a vocação natural das superpotências, sobretudo quando, como agora, não há outra que possa servir de contrapeso à vontade imperial dos Estados Unidos.

A França, por outro lado, deseja fortalecer a diversidade cultural. A francofonia é instrumento e expressão dessa política, mas também é essencial que se façam alianças como aquela que já existe com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a lusofonia, bem como com os outros grandes idiomas do Ocidente para que esse pluralismo seja de fato eficaz.

Uma outra vertente dessa luta pela diversidade cultural que tanto une brasileiros quanto franceses – ao longo de todo o espectro de opiniões políticas – é a defesa de regulamentação internacional adequada para a proteção, sobretudo, do audiovisual, que pela natureza e custo de sua produção e pelas especificidades da sua distribuição permite uma grande margem de controle e manipulação por parte da potência ou das potências dominantes.

Franceses e brasileiros concordam que o mundo será mais rico e mais fértil na medida em que a diversidade cultural seja preservada. Não se trata evidentemente de procurar limitar o que fazem os países de língua inglesa (o que seria um esforço vão), mas preservar a riqueza de ideias e percepções de todas as culturas e civilizações, o que pode vir através da defesa da diversidade cultural.

A França, por fim, se faz campeã mesma da ideia da latinidade (não esquecer que a própria expressão *América Latina* é uma invenção francesa) e também aí o Brasil é um sócio indispensável. Estamos no mesmo barco e com os espanhóis, italianos, os portugueses, com mexicanos e argentinos,

entre outros, e com os romenos em boa medida, temos causas comuns, que se expressam com naturalidade, tantas as afinidades que existem nesta grande família do espírito humano.

Poderia desenvolver longamente cada um desses três pontos. A rigor, cada um deles poderia ser objeto de uma palestra exclusiva. Não o farei, contudo.

O essencial é dizer que a França busca sócios para o desenho nesse mundo multipolar, multilateral cultural e linguisticamente diversificado para que, em alguma medida, se desenhem alternativas à hegemonia norte-americana. Sem nós, a França sabe que a América Latina não teria capacidade de fazer ouvir a sua voz e de fazer valer seus interesses.

Somos assim, hoje, duas potências médias que aproximam: a França uma potência média declinante; o Brasil uma potência média emergente. O Brasil, com sua democracia consolidada e sua economia estabilizada, se aproxima dos modelos franceses. A França cada vez mais plural em sua composição étnica se aproxima e compreende melhor a experiência brasileira.

Essas convergências entre os franceses e nós requerem, sem dúvida, o aval e a intervenção dos dois governos respectivos. Requerem, contudo, que as duas comunidades nacionais se comprometam com essas políticas, as façam suas e que a sociedade civil dos dois países dê um vigoroso respaldo às ideias de multipolaridade internacional, diversidade cultural e de valorização da latinidade.

Sem uma vigorosa adesão dos dois povos a esses objetivos não será possível mobilizar todas aquelas forças e todas aquelas energias indispensáveis para que prospere essa grande visão.

Salvo no terreno particularmente complexo de atividade agrícola e pecuária, em que brasileiros e franceses têm visões muito diferentes, no resto, os pontos de contato são muitos, e os caminhos a trilhar, quase sempre relativamente fáceis.

Referi-me até agora à colaboração entre a França e o Brasil, essencialmente, no plano nacional. Procurarei agora, explicar por que o meu

juízo existe um papel específico para que o Rio de Janeiro desempenhe um papel importante na construção dessas estratégias de aproximação.

O Rio de Janeiro é para a França, ainda, a cara do Brasil. Não ignoram, evidentemente, a transferência do poder político para Brasília; o deslocamento do centro de gravidade das decisões econômicas para São Paulo; a importância cultural de Salvador e a projeção da Bahia sobre a África. Cuidam, evidentemente, da vizinhança transfronteiriça entre o Amapá e a Guiana Francesa. A Amazônia não está esquecida.

A França tem formada uma certa ideia do Brasil e a cidade que melhor expressa essa ideia é o Rio de Janeiro, para eles a síntese de tudo que faz o Brasil ser ele mesmo.

No que se refere à especificidade das relações franco-brasileiras, o Rio de Janeiro não perdeu a sua centralidade. Procuro explicar-me: para que uma cidade possa ter um papel importante no desenho da sociedade internacional, é preciso que reúna um amplo conjunto de atributos e circunstâncias. Acredito que a França considera que o Rio de Janeiro reúne quase todas essas condições.

Faço uma não longa enumeração de algumas dessas condições legitimadoras: a existência de conexões portuárias e aeroportuárias; o funcionamento de um mercado financeiro e comercial significativo; um embasamento cultural rico e diversificado; densidade e liberdade dos meios de comunicação; presença de instituições acadêmicas e culturais, nacionais e internacionais relevantes e, por fim, um espírito verdadeiramente cosmopolita.

Essa relação não é exaustiva, mas creio que todos identificamos que o Rio de Janeiro reúne essas condições e oferece adicionalmente, outras, complementares.

Detenho-me um momento nas possibilidades de entrelaçamento de instituições culturais e acadêmicas francesas e brasileiras. Penso especificamente no nosso Instituto que encontra afinidades e simetrias com pelo menos duas das academias que compõem o *Institut de France*. Já existe – e faz tempo – entre nossas instituições e as francesas um bom e fluido diálogo. Para que prosperem as políticas a que fiz referência é preciso que esse diálogo se adense e se torne cada vez mais operacional.

Ao fazer, no começo desta palestra, um apanhado de apenas alguns dos numerosos pontos de aproximação históricos entre nós e a França, quis sugerir que, além das condições objetivas a que venho indicar, acumulamos a herança de cinco séculos de convivência, que o Rio de Janeiro ocupa um lugar de destaque no imaginário internacional e, sobretudo, no imaginário francês.

Disse uma vez Claudel, que o Rio de Janeiro era a única cidade grande do mundo que não havia expulsado a natureza. O Rio de Janeiro continua a ser mágico e emblemático para os franceses, que identificam na nossa cidade uma das mais interessantes experiências criadas pelo homem nos trópicos.

Quero concluir e não porque me falte matéria. Porque reunimos aqui no Rio de Janeiro tantas empresas francesas; porque somos o destino obrigatório de quase todo turismo francês que tem o Brasil como destino; porque temos universidades, academias e instituições que como este Instituto são capazes de dialogar e refletir com seus equivalentes franceses; porque temos vários séculos de idas e vindas, porque não queremos que o mundo tenha um só dono, mas seja uma rica tapeçaria cultural e política, por isso e por muito mais estou convencido de que há um grande futuro para o tipo de sociedade internacional que franceses, brasileiros (... e por que não cariocas?) queremos construir.

Clima e Diplomacia[1]

Em Estocolmo em 1972, quando o meio ambiente entrou para a agenda internacional, as preocupações eram, essencialmente, duas: a exaustão dos combustíveis fósseis (sobretudo o petróleo) e a proteção de espécies animais ameaçadas. Criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e ao se escolher Nairobi como sua sede privilegiou-se uma visão em alguma medida romântica do conservacionismo. Pandas, elefantes e baleias eram os símbolos do que era preciso proteger. Vinte anos passados, no Rio de Janeiro, em 1992. busca-se a reconciliação entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico. Encontrou-se na teoria e na prática do que se chamou desenvolvimento sustentável o que parecia ser a fórmula salvadora. Cinco anos depois da Eco 92 é assinado em Kyoto um Protocolo à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas.

A ênfase e o foco das preocupações mundiais se transferem para o fenômeno do aquecimento global decorrente, essencialmente, das emissões de carbono e de outros gases causadores do efeito estufa.

Desde Kyoto duas coisas acontecem: o processo de aquecimento que parecia um evento de gradual maturação se acelera dramaticamente e a comunidade científica mundial antes dividida entre céticos e convencidos da extensão e da gravidade do processo virtualmente desaparece e se forma um virtual consenso de que a ação humana é responsável, em amplíssima medida, pelo aquecimento global.

O próprio governo dos Estados Unidos, original e firmemente resistente às propostas de Kyoto, pressionado pelas evidências científicas e pelo peso e influência da opinião pública nacional e internacional começa nos últimos meses a se render à evidência e de maneira relutante, mas inexorável, vai aceitando a força dos fatos.

Estamos nesse momento de decisão e inflexão.

1 Palestra na Casa do Saber, em 2007.

O mais global dos problemas reclama e vai naturalmente ter uma resposta em escala global e em dois planos: novas políticas e novos instrumentos de ação deverão ser adotados e novas instituições deverão ser criadas.

O presidente da França, Jacques Chirac, vivendo as últimas semanas de sua administração, propôs faz dias a criação de uma Agência Internacional Ambiental para cuidar da questão e de todos os problemas correlatos.

O projeto requer mais reflexão e a certeza de que a motivação não decorre de considerações de prestígio e de circunstâncias eleitorais.

Não acredito que a Agência de Nairóbi tenha a capacidade de recriar-se e refundar-se de modo a ser a sede e o foco do que precisa ser feito.

Nairóbi fica fora do eixo das grandes deliberações internacionais. Ir até lá é um problema. Dotá-la dos quadros científicos e econômicos altamente qualificados que a extrema complexidade do problema reclama é muito problemático. O Programa sediado em Kenya poderá sobreviver cuidando de questões tópicas e relevantes ligadas a proteção de espécies e preservação e ampliação de parques e reservas naturais.

Uma nova agência ou programas irão se desenvolver à medida que a questão das alterações climáticas se consolidar como o grande desafio contemporâneo e se faça uma convocação irresistível – embora com custo e responsabilidades diferenciadas a toda a sociedade internacional.

O Brasil – em várias dimensões e categorias – está em uma posição confortável. Nos últimos quinze anos, uma sociedade civil vigilante, governos municipais, estaduais e federais sensíveis aos problemas ambientais tem cuidado melhor da nossa natureza. A nossa matriz energética, por seu lado, com a grande ênfase da geração de energia hidrelétrica, gás natural e nuclear nos tem protegido dos efeitos mais perversos da utilização do carvão (sempre o maior vilão) para a geração de energia termoelétrica.

A grande vulnerabilidade brasileira – o nosso imenso calcanhar de Aquiles – é o processo de queimadas e desmatamento da Amazônia.

Nossa política de busca gradual de redução da destruição da floresta poderia ser tolerada se o grande quadro mundial não se tivesse dramaticamente deteriorado.

Como as coisas vão, não disporemos nem dos prazos nem da tolerância para as políticas imperfeitas que vimos perseguindo.

Seremos cobrados para fazer mais e melhor. Teremos que dar uma resposta positiva às pressões internacionais. Em primeiro lugar –e sobretudo – porque queimar a Amazônia não é do nosso interesse.

Vamos ter que mudar de discurso e de políticas.

O Brasil toca duas notas contraditórias e igualmente veementes. Reclama com vigor sua soberania sobre a parte da Amazônia que está em sua jurisdição nacional e se defende das acusações de cometer ou tolerar atos contrários à preservação ambiental alegando não dispor dos meios humanos e materiais para exercer com eficácia essa mesma soberania.

É preciso e urgente dinamizar o Trato de Cooperação Amazônica que assinamos com os demais condôminos da imensa Bacia. Temos que levar logo a sede do Tratado hoje em Brasília para Belém ou Manaus e criar na própria região um vigoroso foro regional de reflexão e ação onde poderemos exercer, com naturalidade, a mais benéfica influência.

Temos, também, que indicar um secretário-geral para o Tratado com energia e estatura internacional para pôr em movimento políticas que mostrem que os condôminos têm visão e responsabilidade para gerenciar aquela área tão rica em recursos e diversidade biológica.

A política externa brasileira costuma acertar, contudo demora em acertar e em reconhecer com clareza nossos ventos e novos rumos.

Vamos, desta vez, estar do bom lado desde o início. Sem precipitação, mas sem demora. Somos, afinal, o grande dono do pedaço.

Onde está o meu voto[1]

Nas democracias consolidadas as eleições costumam ser um exercício rotineiro e desprovido habitualmente de grandes emoções ou surpresas. Elas oxigenam o sistema político e são os veículos para que se processe uma indispensável alternância de pessoas e partidos e para que, sem rupturas da ordem jurídica, novas esperanças e novos desafios sejam incorporados à dinâmica da vida política de um país.

Com o desprestígio dos golpes de estado de feição tradicional operados com a intervenção explícita das forças armadas a moda hoje está na manipulação do processo democrático expresso em eleições regulares e legítimas dando-se preferência à realização de plebiscitos e referendos programados de maneira a favorecer quem os convoca pela sua oportunidade e pela maneira mesma com que as opções são redigidas e apresentadas ao eleitorado.

A América Latina é, mais uma vez, fértil no encontro de fórmulas heterodoxas engenhosas e na capacidade de transformar a consulta à opinião pública (âmago mesmo do jogo democrático) em um processo capaz de subverter e esvaziar a própria democracia.

Essas práticas têm, contudo, história bem mais longa e o "cesarismo" e o "bonapartismo" como os próprios nomes estão a indicar vem de longe e de outras matrizes históricas e geográficas. A tentação autoritária de prolongar o exercício do poder além dos limites impostos por preceitos constitucionais sempre existiu buscando seu detentor, se possível, torná-lo vitalício ou automaticamente renovado em seu benefício.

Em um intervalo de poucas semanas três grandes eleições interessaram o mundo: a norte-americana que levou ao poder um negro e representou um extraordinário divisor de aguas na vida política dos Estados Unidos; as eleições gerais na Índia assombrosas pelo gigantismo da participação

1 AZAMBUJA, Marcos Castrioto. Onde Está o Meu Voto? (As Eleições no Irã). *Política Externa*, v. 18, n. 2, set./nov. 2009, p. 27.

popular e pela normalidade com que transcorreu uma disputa política onde 750 milhões de eleitores participaram e, finalmente, as eleições no Irã que reconduziram Mahmoud Ahmadinejad ao poder e sobre as quais vamos nos ocupar neste papel.

Dos três grandes pleitos a que me refiro apenas a eleição iraniana teve seus resultados questionados. Mesmo assim – e apesar disso – foi um momento significativo no difícil trajeto que a Revolução islâmica de 1979 deve percorrer para obter razoáveis credenciais de legitimidade e aceitabilidade internacional.

Não sei e acredito que fora dos círculos mais íntimos do poder em Teerã ninguém sabe hoje com certeza quem, de fato, ganhou as eleições. É possível (mas não provável) que os números verdadeiros venham em algum momento próximo ou remoto a ser conhecidos. Mas mesmo se isso vier a acontecer serão sempre contestados e o episódio continuará a estar longe de ser elucidado. Em um regime, como o iraniano, onde a transparência não é habitual este episódio se destaca por sua extraordinária opacidade. Existe a certeza da fraude. Mas não se pode afirmar se suas dimensões definiram ou não o resultado final do pleito.

Alguma coisa parece ter dado errado na montagem de um processo que se pretendia legitimador e que deveria mostrar ao mundo um Irã modernizado e, de alguma forma mais identificado, com a liturgia política das grandes democracias.

Na campanha eleitoral, até um certo momento, tudo parecia correr de acordo com o roteiro preparado... Debates públicos e televisionados diretamente para o grande público mostravam os principais candidatos expondo, com surpreendente desenvoltura, suas convicções e fazendo suas promessas eleitorais.

Centenas de jornalistas estrangeiros vieram ao Irã fazer a cobertura das eleições e puderam, no início, se deslocar e informar com bastante liberdade. A população local podia usar todos os meios eletrônicos a sua disposição (e que no Irã não são poucos) para manter contato entre si e com interlocutores no exterior.

O próprio transcurso do pleito pareceu ocorrer em um ambiente de normalidade e observou-se uma grande afluência popular. Foram

extremamente infrequentes os relatos de qualquer tipo de coação sobre os eleitores.

Até a manhã do dia seguinte das eleições o Irã parecia ter dado um passo importante no processo de se dotar de maior respeitabilidade e reforçar a credibilidade de suas instituições políticas (que alguns observadores qualificados chegavam a designar como "protodemocráticas") muito embora perdurassem as grandes anomalias que impedem que o regime em Teerã possa ser considerado, ainda que remotamente, como uma verdadeira democracia.

Mesmo a escolha dos candidatos só se formaliza depois que seus nomes foram aprovados pelas pessoas e instituições que detém o poder final no Irã e que são o Líder Supremo Ayatollah Khamenei, que herdou literalmente o manto e a função do Ayatollah Khomeini quando da morte deste em 1989, e o Conselho dos Guardiães integrado por 12 personalidades (6 juristas e 6 clérigos) que, entre outras funções, tem o poder de aprovar ou vetar candidatos às altas posições eletivas no país.

Não era esta, assim, mesmo no momento em que tudo parecia correr como esperado, uma eleição na qual os nossos padrões mínimos de abertura e acesso tivessem sido respeitados. Era, contudo, um importante passo adiante na adoção de práticas e comportamentos que dariam uma medida adicional de representatividade à população de um país que vive sob um regime cujas origens origem teocráticas e autocráticas foram apenas ligeiramente atenuadas nos últimos 30 anos.

O que serviu, sobretudo, para mostrar que as eleições não eram apenas um jogo de fachada foi o empenho dos candidatos rivais em apresentar suas plataformas e o entusiasmo das correntes que apoiavam qualquer um deles em ver seu favorito triunfar.

Não se observava na campanha eleitoral iraniana aquele ceticismo e aquela apatia (expressos em absenteísmo ou em outras formas de indiferença individual e coletiva) que marcam o jogo eleitoral em regimes ou sociedades autoritárias. Neles para que a farsa se complete é preciso que os votantes sejam coagidos a ir até as urnas onde o único remédio que lhes resta é o voto nulo, ou em branco. O contrário parecia ocorrer no Irã.

O que aconteceu antes, durante e depois do pleito no Irã mostrou que estavam em jogo ideias e práticas que interessavam fundamente a sociedade iraniana e que aquilo sobre o que se iria decidir justificava que se desafiassem forças determinadas a impor sua vontade e a impedir mesmo, se fosse preciso, que a vontade majoritária fosse reconhecida.

É bom dizer sempre que, no Irã, o poder se exprime e se exerce simultaneamente através de dois sistemas. Um, explícito e laico, tem estruturas em boa medida semelhantes àquelas que operam em sociedades de desenho mais moderno. O presidente da República, os membros do Parlamento unicameral do país (os Majlis) e a pirâmide de autoridades provinciais e locais são escolhidos por procedimentos que, embora deformados, são certamente reconhecíveis. Como expressão de um outro poder verdadeiramente paralelo aparecem as instâncias criadas pela Revolução islâmica para preservar e consolidar o regime que se instaurou com a queda do Xá. De uma forma ou de outra esse poder paralelo (talvez conviesse chamá-lo de poder tutelar) se sobrepõe e controla as instituições laicas formais: assim o Líder Supremo paira sobre o presidente; o Conselho dos Guardiães, a Assembleia dos Peritos e o Conselho de Discernimento do Interesse Superior do Regime (nome singularmente tortuoso e ambíguo) supervisionam o Parlamento e a máquina do Estado; o Conselho Supremo da Revolução Islâmica supervisiona a produção cultural e intelectual do país.

O que acontece no Irã nos últimos anos é uma tentativa – talvez de impossível conciliação – de promover a coexistência de instituições republicanas convencionais com uma ordem política e social fundada no Corão e nas práticas e tradições da *Sharia*, ou seja, naquele vasto conjunto de normas jurídicas e comportamentais de inspiração religiosa que ordenam a sociedade islâmica tradicional em seus múltiplos aspectos.

Conciliar impulsos modernizadores com a moldura de um ordenamento essencialmente arcaico, rígido e tradicionalista oferece dificuldades quase insuperáveis e cria e perpetua todo um universo de tensões que a sociedade iraniana tem dificuldade de processar e administrar.

Essas tensões se expressam também – e muito especialmente – na ordem jurídica em que a lei islâmica se sobrepõe a normas de um direito

de matriz pragmática determinado pelas condições incontornáveis da vida moderna e, também aqui, as tensões e ambiguidades se multiplicam.

Na área dos assuntos de defesa uma estrutura clássica de poder militar encontra expressão nas forças armadas de terra mar e ar que funciona através de estruturas hierárquicas facilmente reconhecíveis mas deve se acomodar com os impulsos e objetivos de duas outras forças associadas, embora todas submetidas formalmente a um poder unificado, e que respondem a uma outra matriz: a Guarda Revolucionária e a numerosa milícia voluntária, os *Basij*, hoje com responsabilidades adicionais para impor à sociedade civil as normas morais e comportamentais, que o Islã determina em sua vertente xiita que é aquela de que o Irã é o país líder e cujas normas e práticas segue com rigor.

Nos últimos trinta anos – além dos conflitos e tensões na frente externa – o regime iraniano vive, de forma permanente, o dilema de conciliar tradicionalismo com modernidade. O país se move, pendularmente, entre esses dois polos. Ahmadinejad e sua administração exprimem, essencialmente, os valores tradicionalistas e conservadores enquanto seu principal rival – Moussavi – representava um relativo pragmatismo de inclinação reformista.

Ao insistir na dualidade de comandos que operam no Irã quero apenas destacar as dificuldades embutidas no exercício de governança daquele país onde também coexiste uma elite de grande sofisticação cultural, comercial, cientifica e tecnológica com formas de pensar e agir, sobretudo fora das grandes cidades que remontam a um passado remoto onde uma população então recentemente islamizada se dedicava essencialmente ao pastoreio, à agricultura e ao artesanato. Há também a força do *Bazaar* centro de gravidade do que sempre foi – e curiosamente continua a ser – uma grande sociedade comercial.

É fácil caricaturar o Irã dos escritos de Khomeini, da repressão à mulher, do descaso com os direitos humanos e do fundamentalismo intolerante e sectário. Não se pode também esquecer que ali se construiu um grande Império e que se trata da uma civilização de vários milênios e berço de sublimes poetas e maravilhosa arquitetura.

Não preciso acentuar contrastes, contradições e complexidades. Essas circunstâncias são parte mesma do tecido da sociedade iraniana e decodificar as tendências e comportamentos desse complexo corpo político tem desafiado os serviços de inteligência de grandes potências e a sensibilidade e o conhecimento de acadêmicos de diversa origem que se debruçam sobre a Pérsia antiga e o Irã contemporâneo.

A complexidade intrínseca do país (insisto no uso da palavra "complexidade", porque ela é a que melhor define o que procuro descrever) e de suas instituições não pode nem deve desencorajar os esforços de compreender uma das potências chave do Oriente Médio e que talvez, excluído Israel, só encontre na Turquia uma presença regional de expressão, militar, econômica e demográfica equivalente.

A reação estrangeira oficial ao que aconteceu com as eleições no Irã tem sido discreta e cuidadosa. Fica evidente que os Estados Unidos e as outras grandes potências industriais ocidentais não querem, ao fazer críticas deslegitimadoras do recente processo eleitoral iraniano dar munição aos setores mais duros que apoiam Ahmadinejad e que desejariam reduzir todo o episódio a explorações e provocações de uma nova conspiração internacional contra ao Irã.

O Irã é reconhecidamente desconfiado e mesmo paranoico no que se refere a maquinações internacionais contra sua autonomia. Por vezes esses temores são imaginários, mas convém não esquecer que, mais de uma vez (e especialmente na derrubada do regime de Mohamed Mossadegh e, depois, na guerra contra o Iraque) os temores eram amplamente justificados. O Irã pela sua riqueza petrolífera e pela importância estratégica de sua geografia tem sido objeto de articulações vindas de fora e o fato é que suas suspeitas são muitas vezes fundadas e confirmadas por revelações subsequentes.

Desde que se consolidou o moderno Irã a ação das forças externas com respeito ao país – em primeiro lugar através da visão imperial do Reino Unido e depois dos Estados Unidos – tem sido errática e muitas vezes ameaçadora e opressiva para os iranianos. Mesmo com a Rússia (como antes acontecia com a União Soviética) a relação geralmente cooperativa tem atravessado fases de turbulência e desconfiança.

A história recente do Irã tem, assim, confirmado em boa medida desconfianças que fazem parte do imaginário e da memória coletiva dos iranianos e a invasão norte-americana do Iraque ajudou a convencê-los de que precisavam desenvolver meios próprios de dissuasão para que uma aventura de índole semelhante não os tivesse como alvo.

O que confere especial credibilidade ao temor hoje internacionalmente tão difundido de que o programa iraniano de enriquecimento de urânio, alegadamente para fins pacíficos, possa encobrir um objetivo ulterior de produzir armas nucleares e seus vetores de lançamento é aquele sentimento, que permeia a sociedade do Irã, de que a parte do mundo em que estão situados é particularmente perigosa e que o Estado deve dispor de meios próprios para desencorajar eventuais agressores.

A atual política nuclear iraniana veio trazer ao Oriente Médio um elemento adicional de tensão e risco. Os esforços bilaterais e multilaterais para levar o Irã a rever as premissas de seu programa não tiveram até agora sucesso e convivemos com o risco permanente que os Estados Unidos e Israel venham a agir, juntos ou separadamente, para tentar destruir a base física do programa nuclear do Irã.

Trata-se, se vier a ocorrer, de uma muito arriscada empreitada não só porque as instalações iranianas estão dispersas e protegidas como porque isso seria visto como uma nova agressão não autorizada com os riscos decorrentes de tornar ainda mais aguda a situação no Oriente Médio.

Parece evidente que só através da criação de uma zona militarmente desnuclearizada no Oriente Médio será possível eliminar a insegurança que, para as demais entidades da região, representam a capacitação nuclear bélica de Israel e, agora, a ambição nuclear iraniana e induzir todos a buscar um comportamento cooperativo dentro de negociações mais amplas que garantam a sobrevivência e a segurança de Israel, o direito Palestino a um Estado nacional e a criação daquelas condições aptas a consolidar a confiança entre os numerosos atores presentes no palco do Oriente Médio.

O que expus linearmente em dois parágrafos é uma empreitada de extraordinária dificuldade e um imenso desafio que os atores regionais não parecem – agora e no futuro previsível – suficientemente preparados para aceitar ou dispostos a empreender.

Cabe dizer que a derrota de Ahmadinejad não significaria que o candidato que sairia então vitorioso – no caso Mir Hossein Moussavi – fosse se comprometer com uma mudança de rumos do projeto nuclear iraniano ou com o reconhecimento do direito de Israel a existir. Contudo a derrota de Ahmadinejad encorajaria os setores mais racionais e prudentes da sociedade iraniana a procurar reequacionar o programa nuclear e talvez mesmo a suspendê-lo por um prazo limitado enquanto se buscariam condições de reforçar a segurança iraniana sem aumentar as inquietações de seus vizinhos e, especialmente, Israel.

Não se infira, do que digo acima, que as questões internacionais estiveram no âmago do debate político iraniano ou tenham tido uma influência significativa no resultado das eleições.

Os mais atentos observadores sugerem que foi determinante um outro conjunto de fatores. Influíram – e muito – a crescente corrupção que acompanha sempre os regimes autoritários de longa duração; a condução incompetente da economia sobretudo depois que passaram os tempos de bonança e de extraordinária valorização do petróleo; a insatisfação das classe medias urbanas com o persistente predomínio dos sentimentos e valores da população de origem rural e mais conservadora sobre seus objetivos e ambições e, finalmente, o tremendo erro de cálculo que levou as autoridades civis e eclesiásticas iranianas que controlam com mão pesada o país a acreditar que suas políticas e seus candidatos eram mais populares do que as ruas e as urnas, mesmo manipuladas, evidenciaram.

A incompetência e a evidente improvisação na montagem da fraude eleitoral parecem sugerir que as autoridades foram tomadas de surpresa e reagiram de forma apressada e pouco sofisticada oferecendo assim, argumentos de fácil refutação para os que se sentiram frustrados e fraudados.

Chamou inicialmente atenção que, na apuração de uma eleição baseada na contagem manual de cédulas de papel e sem recurso à tecnologia eletrônica fosse possível ter, já no dia seguinte ao voto, uma soma total virtualmente apurada e que as margens de vitória de Ahmadinejad sobre Moussavi se tivessem mantido sempre as mesmas qualquer que fosse o distrito apurado, tanto nas cidades como no campo e em regiões com padrões tradicionalmente diversificados na expressão de preferências

populares. O que se viu foi uma grosseira simetria de resultados quase a indicar que os números divulgados foram estabelecidos, *a priori*, e os ajustes feitos para que o resultado das urnas se conformasse com essa distribuição arbitrária das margens eleitorais.

A mesma *húbris* que levou o Governo a acreditar que ganharia de forma confortável e sem a manipulação dos resultados levou que não se previsse, também, a intensidade da indignação popular e a capacidade da sociedade iraniana de se mobilizar e de levar para as ruas a sua raivosa indignação.

Como havia ocorrido na China à época da insurreição de Tienanmen também o Irã se viu a braços com protestos intensos e persistentes focalizados, no caso iraniano, na demanda de uma recontagem geral dos votos – e não apenas limitada aos simbólicos 10% de uma amostragem nunca bem explicada e que representou uma satisfação inadequada aos reclamos da opinião pública nacional e já então da opinião pública internacional que, àquela altura, já se havia mobilizado. Para fazer eco às denúncias domésticas de fraude eleitoral.

Com este episódio, seguramente, uma importante etapa da trajetória da revolução islâmica no Irã foi atravessada. O alto e o baixo clero estão divididos; os revolucionários de primeira hora (como Moussavi) parecem estar sendo alijados por uma nova geração de atores (de que Ahmadinejad é a expressão) e o Líder Supremo apareceu não como um árbitro imparcial e acima das refregas, para o que sua função foi desenhada, mas como uma força decisiva em favor do candidato mais identificado com a víscera conservadora do regime e que, finalmente, foi proclamado vencedor.

Em outras instâncias do poder iraniano – tanto laicas quanto religiosas – as mesmas divisões afloraram e, no dia 5 de agosto, quando Ahmadinejad tomou posse para um segundo mandato parecia haver mais policiamento do que manifestantes e viu-se a revolução islâmica, antes multitudinária e senhora das ruas dividida, defensiva e fragilizada.

Como irão procurar se conciliar os Ayatollahs Rafsanjani e Khatami – claramente no campo de Moussavi com os Aytalollahs Khamenei e Shahroudi campeões da causa de Ahmadinejad? São todos pesos pesados hoje fortemente enfrentados.

É possível que os interesses que compartilham como grandes atores na criação do regime que derrubou o Xá – e também como seus grandes beneficiários – obrigue a que superem as divergências agora públicas entre eles. A luta pelo poder no Irã certamente vai continuar com maior intensidade e trinta anos depois de sua instalação o regime dá sinais de perplexidade sobre como controlar, com ideias e instrumentos cada vez menos em sintonia com os tempos modernos, uma sociedade jovem e sofisticada como foi aquela que se manifestou de forma tão articulada e veemente no Irã.

O único vitorioso de longo prazo nas lutas das últimas semanas parece ter sido aquele segmento renovador da sociedade iraniana que por sua presença nas ruas e pela agilidade no emprego de blogs, twitters, facebooks e outros meios de relacionamento eletrônico durante vários dias desafiou o opressivo poder instalado no país. Nas imagens filmadas e nos depoimentos dos correspondentes – enquanto estes puderam circular livremente – esses segmentos da população deram uma demonstração de vigorosa participação política que não se esperava em um país tão severamente controlado. Mostraram, também, uma surpreendente capacidade de pensar com coragem e buscar espaço para livremente, expressar as suas preferências.

Não se deve ver no que aconteceu no Irã o fim da revolução islâmica ou mesmo o início de uma crise terminal do regime. Assistimos, creio, ao reaparecimento daquele Irã urbano, modernizante e tecnicamente sofisticado que simplesmente parecia ter desaparecido ou foi obrigado a se exilar depois de 1979. contagiado pelo descrédito que cercou o regime Pahlevi.

Momentos como o que o Irã vem de atravessar são ricos em símbolos e destes recentes protestos o mais improvável é o de uma jovem – Neda Soltani – morta durante as manifestações e que pelo seu estilo de vida e valores tanto se afastava do modelo imposto pelo estamento religioso fundamentalista. Sua imagem deverá ficar associada com a reaparição de uma sociedade civil iraniana contagiada pela modernidade e pelas forças que impulsionam a globalização de estilos e comportamentos.

Talvez as novas circunstâncias permitam que aquela indesejável visita do presidente Ahmadinejad ao Brasil possa ser novamente adiada. Melhor ainda seria que não seja realizada. O Oriente Médio precisa de líderes de outra inspiração, mas hoje, com ele reconduzido ao poder em Teerã, e Benjamin Netanyahu em Jerusalém temos dois atores que certamente não deverão contribuir para que se criem as condições mínimas para um diálogo construtivo.

A posição do Brasil, se não houver ativismo ou voluntarismo de nossa parte pode e deve ser confortável. Cabe reconhecer plenamente, mas sem aplausos gratuitos, a realidade pós eleitoral do Irã, promover o comércio e os investimentos entre nós e nos foros em que temos acesso ou assento agir para desencorajar que o programa nuclear do Irã tome o mau caminho e que aquele – afinal, grande país – possa se abrir para o mundo de hoje e dê a contribuição que se pode esperar de sua grande civilização para construção da paz, da justiça e liberdade no nosso tempo.

O Club dos BRIC[1]

Luigi Pirandello chamou uma de suas peças: "Seis Personagens em busca de um Autor". Os BRIC, isto é, o Brasil, a Rússia, a China e a Índia, poderiam ser descritos como "quatro países em busca de uma agenda comum".

Em algumas reuniões de *think tanks* de que tenho participado em Moscou, Delhi e Beijing com representantes dos outros BRIC ou em reuniões que se ocupam desse novo quarteto o reconhecimento é invariável de que cada um dos quatro reúne plenamente as condições para integrar o diretório ampliado do poder mundial. O que não se encontra, com a mesma facilidade, é o conjunto de temas ou causas em que os quatro poderiam agir de forma concertada. Somos grandes entidades individuais, mas percebidos como animais políticos de índole, trajetória e vocação diversas e com objetivos nacionais de difícil harmonização.

Não seria possível tratar dos BRIC como projeto sem mostrar antes, em linhas muito gerais, como operam os principais grupos de atores na vida internacional.

Precisaria falar antes, portanto, do multilateralismo em suas várias vertentes e configurações. Deixarei assim, de lado, o bilateralismo que continua a ser o arroz com feijão do relacionamento diplomático e deverá permanecer assim enquanto a organização internacional se construir a partir dos Estados-Nações que continuam a ser os *building blocks* de todo o sistema de relacionamento internacional.

Aqui vou partir da aceitação da premissa de que o bilateralismo continua a ter a mais ampla vigência e que a arquitetura multilateral nem dispensa nem substitui, agora e no futuro previsível, o papel central de cada Estado em seus contatos individualizados com outros Estados seus parceiros, sócios, vizinhos e mesmo adversários.

1 AZAMBUJA, Marcos. O clube dos BRIC, onde tamanho é documento. In: PEREIRA, Antonio Carlos. *A política externa do Brasil*: presente e futuro. Brasília: Fundação Liberdade e Cidadania, 2009, p. 25-38.

Neste papel vou cuidar, contudo, em traços muito gerais, do desenho do multilateralismo estável e estruturado que é uma figura bem mais recente do que o bilateralismo na história das relações diplomáticas. Mesmo ao me ocupar do multilateralismo tratarei apenas das agências governamentais e deixarei de lado o crescente e vigoroso universo do relacionamento entre entidades não governamentais.

O imperativo da organização multilateral da vida internacional tem sido duplo: o de buscar a universalidade e o de preservar a seletividade.

A complementaridade dos dois impulsos é evidente: a universalidade traz a legitimidade democrática e o engajamento de todos em temas que a todos interessam e a seletividade busca eficácia e a valorização da capacidade de ação executiva.

Os grandes exercícios de ordenamento internacional que até hoje existiram procuraram atender a esses dois objetivos. Assim foi, na Liga das Nações e, depois e até agora, nas Nações Unidas. Em ambas o desenho básico previa a existência de Assembleias Gerais e outros foros, com a presença paritária de todos os membros, e de órgãos e Conselhos restritos, dos quais o Conselho de Segurança das Nações Unidas é o mais eloquente exemplo.

A grande novidade no jogo das relações internacionais, desde o fim do século XVIII, tem sido a convicção de que seria possível não só obter como manter a paz duradoura entre as Nações. A busca da paz é ainda uma novidade na longa história das relações entre povos e nações.

As guerras têm sido a mais antiga e constante companheira de viagem da humanidade. A paz, até data muito recente, foi sempre um interregno precário e, quase sempre, apenas uma pausa até que novas forças fossem reunidas e o ciclo de conflitos restabelecido. A paz, quando existiu, foi expressão de um equilíbrio de forças, por definição frágil e precário, ou como expressão do poder da potência então hegemônica: assim a Pax Romana, a Pax Britannica, e finalmente e mais recentemente a Pax Americana. Um trabalho seminal na mudança desse estado de coisas foi o ensaio filosófico de Immanuel Kant no fim do século XVIII sobre a paz perpétua entre as Nações. Foi a primeira e mais influente tentativa de propor bases para que entre os Estados e as nações se criassem regras

do jogo que permitissem um convívio harmonioso, durável e em bases aceitáveis por todos.

A história dos duzentos anos seguintes mostrou como esses projetos eram prematuros e como era poderosa a sua componente utópica. Contudo a procura dessa paz e a construção de novos ordenamentos internacionais onde cada vez mais temas e mais atores interagiriam iria continuar e esse seria o caminho a seguir sobretudo quando as guerras entre grandes potências foram ficando mais onerosas em termos materiais e humanos e sua relação custo-benefício difícil de sustentar. Com as armas de destruição em massa a equação foi profunda e, talvez, definitivamente alterada.

A Liga ou Sociedade das Nações criada pelo Tratado de Versailles no fim da I Grande Guerra teve vida efêmera, mas foi o primeiro grande ensaio na busca de soluções institucionais permanentes para a solução dos problemas internacionais.

As Nações Unidas, ao terminar a II Guerra Mundial, retomam o exercício e se dotam de mecanismos mais adequados (embora ainda largamente insuficientes). Sua sobrevida por mais de 60 anos é significativa como é, também, o aumento de sua composição dos cerca de 50 membros iniciais até os quase 200 atuais.

Além das duas grandes experiências com organismos multilaterais de vocação universal (cujo âmago é o projeto do reforço da paz e da segurança) as exigências da via internacional levaram à criação de outras entidades estáveis: as Agências Especializadas do sistema das Nações Unidas, as organizações regionais, as alianças militares (hoje apenas a OTAN tem conteúdo efetivo), as instituições mais ou menos formais de foco temático e, finalmente, o sistema regulatório da vida econômica mundial expresso nos acordos e nas instituições criadas em Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) e no foro negociador criado pouco depois originalmente chamado GATT, hoje Organização Mundial do Comércio (OMC).

A necessidade incontornável em um mundo cada vez mais interdependente é a de serem criadas instituições ou arranjos capazes de responder às necessidades de coordenação e previsibilidade que as novas circunstâncias exigiam. É matéria pacífica que as telecomunicações, a saúde, a navegação

aérea, o turismo, para citar só alguns exemplos, reclamam instituições e regras do jogo que confiram aos sistemas que se pretende regular uma medida adequada de abrangência, confiabilidade e eficácia.

Em muitos terrenos essa organização da vida internacional já é matéria pacífica. Ninguém discute a utilidade da União Postal Internacional, da Organização Internacional para a Aviação Civil ou da Organização Meteorológica Mundial. Há muitos outros exemplos e as chamadas Agências Especializadas do sistema das Nações Unidas são um mapa da amplitude e complexidade do sistema cooperativo multilateral.

Contudo, durante mais de quarenta anos (entre 1949 e 1989) a agenda mundial ficou em larga medida engessada como consequência daquele enfrentamento de poder e de ideologias que se convencionou chamar de Guerra Fria. O mundo – fundamentalmente então bipolar – se dividia ao longo de dois eixos: o eixo norte-sul e o eixo leste-oeste. O primeiro separava os países ricos e os países pobres e o segundo diferenciava as economias de mercado das economias centralmente planificadas.

A vitória no fim da Guerra Fria das potências industrializadas e democráticas sobre o modelo de socialismo real capitaneado pela União Soviética foi tão rápida e tão completa que não pareceu, sobretudo aos Estados Unidos, útil proceder a uma revisão de premissas e à definição de novos rumos como costuma acontecer ao fim dos grandes ciclos históricos.

Em lugar de renovar e redinamizar o multilateralismo os Estados Unidos preferiram ver em sua vitória um "fim da história" e se inclinaram por um modelo hegemônico extremo que ficou conhecido como Unilateralismo.

O fracasso, até agora e até onde a vista alcança, das tentativas de reformar as Nações Unidas e de dar àquele sistema a forma e o conteúdo que os novos tempos reclamam explica a proliferação de grupos, associações, arranjos etc. que procuram preencher os espaços vazios criados pelo insucesso no redesenho da principal organização multilateral e do extenso sistema de entidades a ela associadas.

Uma série de fatores levaram (como era fácil prever) ao esgotamento do projeto unilateralista: a crescente complexidade da vida internacional, os limites do poder norte-americano, a inserção de novos grandes atores na agenda de temas de caráter nitidamente global (o meio ambiente e os

direitos humanos sendo os mais visíveis), a eclosão de novos radicalismos de que o 11 de setembro é a mais dramática ilustração, a emergência da China e de uns poucas outras novas grandes entidades nacionais (penso aqui nos BRIC) como atores indispensáveis na definição dos rumos das vida internacional no começo do século XXI. Isso sem falar nos custos de duas guerras simultâneas e até agora longe de serem conclusivas no Iraque e no Afeganistão.

Essa talvez longa digressão me traz ao meu tema central para este nosso encontro que é procurar entender o que os BRIC representam e irão representar no desenho de um novo relacionamento internacional.

À associação informal desses quatro gigantes dei o título de *club* para acentuar o seu caráter voluntário, flexível e não assentado, portanto, em nenhum instrumento jurídico de valor obrigatório. Não há – nem deverá haver – nenhum Tratado criando ou regulando a cooperação entre os BRIC. O Grupo nasceu porque as estruturas de poder preexistentes não os acolhiam de forma adequada e porque as mudanças na geometria da vida internacional obrigavam a que revisões fossem feitas na composição dos diretórios que expressam o poder mundial.

É uma redução simplista atribuir a um alto executivo de Goldman Sachs a invenção dos BRIC. Ele teve a ideia, sem dúvida brilhante, de criar o acrônimo que teve o mérito de cristalizar ideias que já tinham considerável trânsito aceitação. A ideia de que aos quatro grandes emergentes caberia um papel cada vez mais importante no desenho da nova ordem internacional já tinha acolhida na OCDE e em vários focos de pensamento e reflexão acadêmico mas o trabalho de Jim O'Neill teve o mérito de fixar as ideias já em gestação e de, ao propor ele os parâmetros de um exercício prospectivo que se estendia até o ano 2050, sugerir que os novos quatro grandes emergentes seriam não apenas parceiros necessários mas as potências líderes mundiais dentro de umas poucas décadas.

Várias outras combinações de grandes atores emergentes têm sido propostas. Às vezes se inclui na equação o México e a África do Sul. Em outros exercícios aparecem a Indonésia e o Egito. Em outros, a Coreia, a Turquia ou a Arabia Saudita. Subsiste o fato de que em todos os modelos

o núcleo duro de um novo modelo é sempre formado pela associação dos quatro designados pela sigla BRIC.

A atual crise econômica mundial evidenciou que se o G8 ainda é indispensável não é mais suficiente para procurar superar as circunstâncias do momento em que vivemos. Como também não o são mais, em sua configuração atual o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Diante de uma grande crise de impacto global – como aquela que ainda atravessamos – e com a necessidade de agir com extrema urgência o único caminho possível era aproveitar e dinamizar algo que já existisse: o G20 de respeitável trajetória como foro de aproximação dos responsáveis pelas finanças das 20 principais economias mundiais. Ao serem atribuídas ao G20 novas tarefas e funções, aproveitou-se o que já existia, mas perdura entre muitos a convicção de que o G20 é numeroso demais para que possa manter os níveis de eficácia, coesão e velocidade de tomada de decisões que caracterizavam o G6 original aos quais se juntou mais tarde o Canadá formando o G7 e depois, a Rússia configurando o atual G8.

O ingresso da Rússia naquele grupo foi uma acomodação necessária, mas que creio foi incômoda para a Rússia – isolada e em alguma medida rejeitada por sócios com os quais não compartilhava nem valores nem estilo – e também para os sócios originais rompendo-se, em alguma medida, as relações de intimidade e o grau de afinidade que caracterizam o G6 original.

A letra G está sobrecarregada. São muitos os Grupos que ela abriga desde um eventual, mas improvável G2 (que reuniria apenas os Estados Unidos e a China) até o G77 que apesar de guardar o número de sua composição original acolhe hoje 130 países em desenvolvimento.

A multiplicação de formas de associação revela a multipolaridade tão característica do nosso tempo, a preferência por formas associativas informais, vale dizer não assentadas necessariamente sobre tratados e não dotadas de secretariados e orçamentos próprios e dispondo de sedes fixas. Isto revela o fato de que superadas as disciplinas militares e ideológicas da Guerra Fria os Estados se organizam em termos de uma

geometria extremamente variável, definindo-se sócios e parceiros à luz de interesses setoriais e específicos.

Dos grupos que selecionei acima apenas o Conselho de Segurança da ONU é regido por Tratados ou outros instrumentos internacionais. Os demais são ordenados por entendimentos com graus diversos de informalidade. O caso mais eloquente dessa informalidade são os BRIC que não se assentam sobre nenhum instrumento formal fundador e dependem, para cada encontro, de um processo preparatório aberto e flexível, e para o qual não existe sequer um cronograma obrigatório.

Ao separar cada grupo deixei de assinalar que se trata – essencialmente – de um jogo em que cada ator pode desempenhar mais de um papel. Assim, por exemplo, a Rússia é membro permanente do Conselho de Segurança, integra o Grupo dos Oito e também está no Grupo dos Vinte, como está também entre os BRIC.

As outras grandes potências também têm uma presença múltipla e mesmo os emergentes de safra mais recente: o Brasil e a Índia, estão entre os cinco do chamado grupo de *outreach* do G8, como estão também no G20 e também são BRIC.

Como disse logo no começo o primeiro e principal desafio dos BRIC é identificar uma agenda que lhes permita atuar dentro de uma linha de coerência e previsibilidade. Os nossos grandes números são tão impressionantes que qualquer comentário adicional pode parecer supérfluo e redundante.

Não somos, entretanto, um grupo de parceiros afins como eram os Sete antes do ingresso da Rússia. Não fomos moldados por experiências históricas simétricas ou paralelas. Nossa aliança não se forjou em um passado de lutas em uma trincheira comum. Nossos três sócios foram antes adversários do que aliados ao longo dos tempos. Seus arsenais nucleares e seus misseis se destinam, em parte, a fazer frente a ameaças que pudessem vir de um deles.

Os Sete, agora Oito, são democracias capitalistas ocidentais e seus regimes políticos e econômicos eram e são muito afins. Seus valores derivam

do Iluminismo, da Revolução francesa e americana e do cristianismo em sua expressão católica ou protestante.

Já os BRIC não são farinha do mesmo saco. Três dos Quatro BRIC são importantes potências nucleares e espaciais; nós e a Índia somos democracias representativas; a Rússia é uma democracia ainda marcada por importantes vestígios do modelo autoritário anterior enquanto a China, governada por um partido único é uma complexa e mesmo inédita atualização do comunismo.

A China e a Índia não são apenas civilizações seminais como são também o berço de importantes religiões. Quase o mesmo pode ser dito da Rússia com sua Igreja Ortodoxa e, sobretudo, se identificarmos o marxismo-leninismo como uma quase religião, o que parece claro em várias de suas manifestações. O Brasil por formação e cultura se aproxima muito mais dos valores expressos pelo G8.

Seria lícito então perguntar se um quarteto tão díspar pode encontrar denominadores comuns e agir de forma concertada. A resposta é afirmativa se as ambições de coordenação entre os BRIC forem modestas, sobretudo no início, e se houver a busca pragmática daquilo em que podemos nos colocar de acordo.

O que nos une é uma intenção expressa e implícita de encontrar para cada um de nós um espaço maior no processo de desenho do mundo que se está construindo. Em outras palavras, os quatro BRIC devem encontrar no desenho do futuro aquilo que não encontram em sua trajetória passada. O que a nossa associação sugere é que, juntos, queremos ser vistos como fatores incontornáveis do desenho do mundo futuro.

O que faz a nossa associação extremamente interessante é essa disposição compartilhada de fazer com que o mundo do século XXI abra maior espaço para nossa crescente e talvez irresistível influência.

Quatro gigantescos países pretendem que seus fatores quantitativos se transformem em instrumentos qualitativos determinantes. A leitura de nossos números é simplesmente impressionante, mas não é fácil transformar essas dimensões de grandeza em ação concertada. Tivemos a medida da divergência de nossas políticas na rodada de Doha. Não

olhamos o meio ambiente ou os direitos humanos com os mesmos olhos. Aí reside o desafio.

Na recente reunião presidencial de Ecaterimburgo os BRIC agiram com prudência e relativa modéstia de objetivos. Ao fazerem a crítica da ordem econômica internacional não caíram na tentação de adotar posições retóricas e declamatórias. Os quatro BRIC não são incendiários, mas estão por vários caminhos (e as imensas reservas de que dispõem em dólares é um deles) profundamente ligados ao sistema que governa o mundo. Não querem ver o circo pegar fogo. Parece-me importante que os BRIC resistam à tentação de se dotar da parafernália que identifica as grandes instituições mundiais. Não é preciso uma sede, nem contratar um secretariado permanente nem trabalhar na produção regular de declarações e comunicados. Também não me parece que se deva aprovar qualquer tipo de orçamento fixo operacional para o funcionamento do grupo.

Resistiram também em Ecaterimburgo, à tentação ilusória de imaginar que as dificuldades que os Estados Unidos e a Europa Ocidental e o Japão enfrentam sejam o prenúncio de uma inexorável decadência.

Vamos ver se na próxima reunião de cúpula do Grupo – desta vez no Brasil em 2010 – possam os quatro, em alguma medida, se distanciar das generalidades dentro das quais até agora tem operado e possam entrar nos detalhes onde, além do demônio habitual, podem residir importantes oportunidades de colaboração.

Não parece provável que no curto prazo possam os BRIC ter um impacto significativo – como grupo – sobre a paisagem macro econômica mundial. Como disse antes os quatro sócios, por algum tempo deverão continuar a ter uma influência que deriva mais de suas massas críticas individuais do que como decorrência de sua capacidade de definir e implementar uma ação coordenada.

A previsão é de que encontros entre autoridades dos BRIC se tornem mais frequentes e que entre eles se vá construindo uma maior confiança recíproca e um conhecimento mais preciso da realidade de cada um.

É provável que os BRIC venham a adotar modelos de associação parecidos aos que adota o G8 vale dizer que cada sócio indicará um *Sherpa*

que terá a responsabilidade de manter os contatos e o enlace entre uma reunião presidencial e a seguinte e que se irão criando canais de contato e informação até agora inexistentes.

Minha impressão é também de que os BRIC resistirão às tentativas – pelo menos no futuro previsível – de ampliar a composição do Grupo e antes e com passos medidos irão procurar desenvolver métodos de trabalho que lhes permitam superar desconfianças, dificuldades reais e desconhecimento recíproco.

Existe, acredito, um amplo espaço para que atores não governamentais (acadêmicos, empresariais, etc.) aproveitem o impulso que o projeto BRIC oferece e que, como decorrência do exercício, entre brasileiros, indianos, russos e chineses se proceda a um amplo exercício de busca de conhecimento mútuo e de identificação de oportunidades.

Volto a um ponto inicial. Não é fácil harmonizar políticas entre grandes países com grande auto confiança interna, vigorosa projeção internacional e bem definidos objetivos internos e externos. As alianças costumam se organizar em torno de um sócio hegemônico, mas não é fácil ver como algum dos quatro gigantes deste jogo estará disposto a, de alguma maneira, subordinar-se à uma pretendida liderança do outro. Mesmo a China que entre os quatro se destaca em várias e importantes dimensões não teria a capacidade – e talvez mesmo a intenção de procurar influir de forma excessiva sobre os demais. Trata-se, de um processo que para ter alguma possibilidade de êxito, deve ser realizado por pequenos passos e grandes cautelas. Dito em outras palavras: neste jogo só há cacique e nenhum índio.

O que se pode afirmar é que os BRIC obtiveram, desde o primeiro momento, grande visibilidade e provocaram um intenso interesse da opinião pública. É muito prestigioso ser um deles. É, em parte, por isso, que estamos reunidos aqui hoje. Parece-me difícil imaginar qualquer grande reunião ou decisivo projeto internacional futuro em que não estejamos presentes os quatro e que pouco a pouco possamos ir adquirindo uma personalidade própria. Não será fácil, mas longe está de ser impossível sobretudo, como acentuei, se os objetivos forem modestos e que se reconheça os limites

reais de nossa capacidade – fora alguns poucos terrenos selecionados – de formular políticas comuns e de encontrar uma linguagem também comum.

Ao sugerir que a associação entre os BRIC pode perdurar e mesmo se reforçar vejo a precariedade dos nossos vínculos associativos e como será difícil cimentar essa aproximação dando ao grupo uma agenda política, econômica, comercial e estratégicas que os quatro possam compartilhar sem sacrifício de interesses caros a cada um dos parceiros.

As potências emergentes[1]

A rigor, desde o fim da II Guerra Mundial – lá se vão mais de 60 anos – não se faz uma re-hierarquização formal do poder mundial. O Conselho de Segurança das Nações Unidas continua a ter os mesmos cinco membros permanentes originais e o outro diretório do poder no mundo, certamente mais flexível e mais informal – o G8 – só teve em época recente uma ampliação isolada pela incorporação da Rússia depois do colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria.

Durante a Guerra Fria a rigidez dos esquemas e dos enfrentamentos militares e ideológicos impediu, durante várias décadas, que se pudesse mesmo imaginar um redesenho das instituições internacionais e o consequente reordenamento das posições nelas ocupadas pelos principais atores estatais.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, permitiu que se pudesse contemplar uma ampla reforma da Carta das Nações Unidas dentro da qual a revisão e ampliação do Conselho de Segurança seria uma peça essencial.

Essas esperanças foram progressivamente desfeitas e hoje parece claro que as Nações Unidas não deverão sofrer um processo de reforma. O tema, está, de fato, posto de lado e assim deverá seguramente permanecer pelo futuro previsível. A ampla reforma da ONU continua a ser, entretanto, um objetivo fundamental de longo prazo.

Quatro países apareceram, naquele momento, como os candidatos mais viáveis a uma eventual ampliação do número de assentos no Conselho de Segurança e chegaram mesmo a se organizar como um G4 integrado pela Alemanha, pelo Japão, pela Índia e pelo Brasil. Mesmo a ação concertada desses quatro atores não teve êxito e a matéria não está mais, como disse, na agenda viva da principal organização internacional.

1 Palestra em Lima. Data: 2009.

O que se imaginava então que pudesse acontecer seria a criação de quatro (talvez mesmo cinco ou seis novos assentos permanentes) no Conselho desprovidos, contudo, do direito de veto que era percebido como um privilégio que não deveria ser estendido a novos atores, extensão para a qual não havia virtualmente nenhum apoio internacional.

Afastada a ideia da ampliação do Conselho os países que se viam como novos grandes atores, embora sem um reconhecimento formal desse *status*, passaram a explorar outros caminhos que lhes permitissem desempenhar um papel mais influente.

Foram surgindo assim, nos últimos anos, entidades, grupos e clubes que acolhem os novos grandes atores designados geralmente como "potências emergentes" os quais, na sua expressão mais concentrada, são conhecidos pelo acrônimo BRIC que corresponde às iniciais de seus quatro integrantes: Brasil, Rússia, Índia e China. Essa sigla foi lançada pelo banco Goldman Sachs em 2001 e ganhou depois ampla circulação e reconhecimento. Vale destacar que a Rússia – apesar de ter sido e ser super potência militar, nuclear e espacial – é identificada como uma grande economia emergente tal a defasagem, entre seu peso estratégico e os instrumentos econômicos, financeiros e comerciais de que dispõe.

Os BRIC não tinham uma tradição de cooperação entre si nem uma agenda de projetos associativos. Só em datas muito recentes é que seus líderes começaram a se reunir com alguma frequência. O primeiro grande encontro de seus ministros de Relações Exteriores ocorreu em Ecaterimburgo, na Rússia, no começo de 2008. Seguiu-se um encontro presidencial dos quatro na cimeira de Hokkaido no Japão, também em 2008 e, faz dias, em São Paulo ocorreu uma nova reunião de ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais desses mesmos quatro países dentro da moldura da reunião ministerial do G20 convocada para encontrar respostas para a profunda crise econômica e financeira mundial que hoje atravessamos.

Novos encontros estão programados para Washington, ainda na moldura do G20, e, depois, está previsto um trabalho de coordenação para ver como o grupo poderá atuar em vários foros e, especialmente, na

próxima reunião cimeira do G8 prevista para se realizar no verão europeu de 2009, na ilha italiana de Maddalena.

Os quatro BRIC reduzidos nas reuniões da cúpula do G8 a 3 países pelo fato de já estar a Rússia no G8 são ali reforçados pela incorporação de mais dois parceiros: a África do Sul e o México – passando-se então a chamar de BRICSAM e esses cinco países são aqueles que integram o grupo de *outreach* dos oito que foi criado na cimeira de Gleneagles e que depois, nessa mesma condição participou das reuniões de Heiligendamm e Hokkaido.

Trata-se de uma acomodação precária e, da perspectiva dos 5, a longo prazo inaceitável. O arranjo dos 8+ 5 na sua forma atual em que os cinco são chamados a participar apenas no último dia do encontro (que tem normalmente uma duração de 2 dias) mas que é precedido por um extenso trabalho preparatório realizado por *sherpas*, simplesmente não é sustentável. Os países chamados de *outreach group* não estão integrados a esse trabalho preparatório e são, apenas, ocasional e informalmente informados.

Ou bem nos encaminhamos para uma ampliação do G8 para que esse se torne um G13 ou um G14 ou então o modelo G8+5 terá que ser reformulado com processos preparatórios separados, mas simétricos levando a uma convergência dos dois grupos na fase final dos trabalhos. Seria um modelo de complexa e talvez quase impossível realização

Um outro caminho seria a transformação do G8 em um G20, aproveitando- se a composição do grupamento que já existe e que foi concebido para ser um foro de concertação das principais economias mundiais agora mobilizado para ser o foro de consultas e deliberações para que se encontrem os caminhos mais rápidos e mais eficazes para a superação da atual crise mundial.

Em vários setores existe a convicção de que o G20 tem uma composição excessivamente numerosa o que dificultaria seu processo decisório e que uma equivalente representatividade demográfica, econômica e científica e tecnológica seria alcançada com um grupamento que não excedesse o número de 13 ou 14 membros.

Mesmo com essa redução numérica um Grupo assim constituído ainda reuniria cerca de 90% da população e da produção mundiais e representaria números muito próximos desses no que se refere à participação no comércio mundial. Acrescente-se a isso a imensa representatividade territorial e estratégica de um tal grupo.

Agora, mais uma vez, a sociedade internacional se vê confrontada com o problema de como se organizar em dois planos: o da mais ampla abrangência buscando a universalidade de participação (como é o caso da Assembleia Geral das Nações Unidas) e o de grupamentos seletivos e representativos do poder internacional os quais para ter a agilidade e a capacidade executiva que deles se espera são obrigatoriamente pequenos e altamente restritivos.

Trata-se de um problema inevitável cuja solução, qualquer que ela seja, não encontra – e isso é fácil de explicar – aplauso e mesmo aceitação por parte daqueles que se consideram, com argumentos mais ou menos fortes – excluídos desses foros de representação seletiva.

Reconhecendo-se que não existe uma solução perfeita o que se deve buscar é o modelo que concilie o máximo de representatividade com o máximo de legitimidade sem sacrificar o princípio essencial: o de que a entidade resultante permaneça eficaz, ágil e pequena.

Estou viajando para Moscou no dia 6 de novembro para participar, a convite da Russkiy Mir Foundation e da Polity Foundation de um seminário em que se debaterá o impacto que um "Club BRIC" poderia ter sobre as grandes questões da atualidade e, mais especificamente, sobre a presente crise financeira global. Seremos um pequeno grupo de participantes russos, chineses e indianos e brasileiros procurando desenhar formas de estreita cooperação entre nós paralelas e complementares aos esquemas de interação oficial. Será um aprendizado desafiador para novos sócios.

Para este grupo não preciso fazer uma apresentação de qual é a realidade e de quais são as perspectivas desses quatro países que ensaiam agora, juntos, desempenhar um papel mais importante no mundo. Trouxe-lhes alguns quadros e alguns números que dão medida daquilo que os BRIC já representam, mas, sobretudo, o que devem representar no futuro. Tomem as projeções que lhes ofereço com todas as cautelas. Sobretudo

as de muito longo prazo. Raramente os fatos as confirmam. Digo aqui o essencial: somos o primeiro, o terceiro, o quinto e o sétimo países no mundo em extensão territorial. Somos o primeiro, o segundo, o quinto e o nono países do mundo em população. Somos a segunda, a quarta, a sétima e a nona economias do mundo pelo critério de medição do PPP (Purchasing Power Parity). Em muitas outras dimensões mantemos uma posição hierárquica compatível com os grandes números que venho de alinhar. A crise atual veio mostrar que o G8 não reúne mais as condições de representatividade para fazer o que dele se espera. Ou bem se amplia ou sobrevive apenas como um clube de afinidade entre parceiros tradicionais.

Quero antecipar-lhes alguns dos pontos que pretendo apresentar em Moscou nos próximos dias. O Brasil considera indispensável reinventar o multilateralismo e revigorá-lo depois das tentativas em anos recentes de promover o unilateralismo.

O novo multilateralismo que deverá ser necessariamente multipolar requer que, além das potências mais influentes das últimas décadas a elas se juntem outras e que a repartição geográfica do poder mundial reflita as novas realidades e, sobretudo, a emergência de alguns novos grandes atores.

Com a chegada dos BRIC apresenta-se um desafio importante à hegemonia que sobre as relações internacionais exerceram nos últimos dois séculos os países das duas margens do Atlântico Norte. O Pacífico, o Índico e o Atlântico Sul completam agora a equação e o mundo se faz mais verdadeiramente global. Novas e poderosas correntes de comércio e investimento ganharão maior reconhecimento e os fluxos da interação mundial expressarão uma geometria mais variável que refletirá melhor o que, de fato, já vem acontecendo.

À massa crítica e ao dinamismo das economias dos BRIC deve corresponder um papel mais influente e uma participação mais decisiva nos grandes conselhos e organismos que vão conduzindo a vida internacional. Aos BRIC deve caber um papel mais importante no redesenho das instituições financeiras e na montagem dos novos modelos regulatórios que venham a ser criados à medida que parecemos nos aproximar talvez uma revisão crítica do que foi criado em Bretton Woods. Os quatro grandes emergentes têm seguramente uma grande contribuição a dar.

É possível, também, que os BRIC comecem a estabelecer entre eles mecanismos governamentais e não governamentais, de consulta e cooperação e o encontro em Moscou, nos dias 8 e 9 de dezembro será precursor dessa tendência. Os quatro devem continuar a diversificar suas consultas e sua cooperação e procurar formar um novo núcleo de influência dos negócios mundiais.

Como meu tema era o da inserção do Brasil no grupo BRIC posso ter dado a ele uma centralidade e uma relevância maiores do que esse processo realmente tem dentro da dinâmica da política externa do Brasil.

As prioridades brasileiras continuam a ser aquelas que interessam nossa inserção hemisférica o conjunto de nossas reações, com a América do Sul (UNASUL Mercosul, Tratado de Cooperação Amazônica, etc.), a projeção Antártica, a relação especial com a África e a parceria estratégica com a União Europeia, a intensa atenção concedida à OMC e a conclusão das Rodada de Doha e todo um conjunto de outros interesses que definem o perfil do Brasil como um *global player*.

A América do Sul é a nossa circunstância e em todos os foros em que atuamos não perdemos de vista nossa inserção fundamental e os nossos entranhados compromissos com nossos vizinhos. O Brasil não fala nem atua em nome desses vizinhos – não temos nenhum mandato para isso – mas temos sempre presente de que estamos na América do Sul e que é, a partir de nosso continente, que o Brasil, dentro dos limites de seus meios de ação, procura projetar sua atuação sobre outras regiões.

Falei hoje como vice-presidente do Conselho Curador do CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais) órgão de reflexão e análise com sede principal no Rio de Janeiro e inteiramente financiado por empresas privadas O CEBRI não expressa necessariamente as posições a ênfases do nosso Governo federal como qual mantém, contudo, um relacionamento fluido e fácil. Estamos comemorando este ano o nosso X Aniversário e já integramos uma rede de Conselhos de assuntos internacionais com outros países da América do Norte e da América do Sul. Desejamos estabelecer com o CEPEI – a quem agradeço a realização deste encontro – contatos especialmente produtivos.

Muito obrigado.

A Brazilian Perspective on Nuclear Disarmament[1]

Brazil enjoys a comfortable geopolitical situation. Its policy concerns and priorities should always be seen against this backdrop. Brazil identifies no actual or potential rivals or adversaries in South America or in the South Atlantic basin. Further south, the Antarctic may be the most peaceful and well-regulated region in the world. Even the Malvinas/Falklands conflict in 1982 was an isolated episode that did not alter the fact that, compared with other areas of the globe, the American shore of the South Atlantic remains a quiet and largely uneventful strategic backwater.

This peaceful prospect can be understood from an even wider perspective. The southern hemisphere is free from weapons of mass destruction, being entirely covered by treaties establishing nuclear-free zones. It is not the stage for any major international confrontation—be it ethnic, religious, territorial, ideological, or primarily economic and commercial—in which weapons of mass destruction or nuclear deterrence could play a significant role. This has been true for nearly 20 years, since South Africa dismantled its nuclear program in 1990–91 after it became unnecessary when, with the abolition of apartheid, South Africa no longer felt threatened by its neighbors. Indeed, South Africa became the friend and loose partner of those same neighbors.

South America thus presents a paradox: its states have shown a significant degree of domestic volatility since independence, but they have been able to keep up a tradition of restraint and peaceful relations with each other. The political map of South America has remained essentially unchanged for over a century and a half; the last war among neighbors to result in significant territorial changes took place in the second half of the nineteenth century. The more recent and limited conflicts between

1 Capítulo publicado originalmente em: BLECHMAN, Barry M.; BOLLFRASS, Alexander K. (Orgs.). *National Perspectives on Nuclear Disarmament.* Washington, D.C.: The Henry L. Stimson Center, 2010.
Uma versão prévia foi publicada no livro organizado por Barry M. Blechman, *Brazil, Japan, and Turkey* (2009).

Paraguay and Bolivia (1931–l935) and between Peru and Ecuador (1941) illustrate the trend of border permanence. It is striking to note how infrequently, in the last 60 years, questions relating to South America have been brought to the attention of the UN Security Council as matters of grave and urgent concern to the international community.[2]

Limits To Brazil's Nuclear Ambitions

It was easy and almost natural, therefore, for Latin America to become the first inhabited nuclear-weapon-free zone in the world.[3] The immediate impulse to ban such weapons in the region sprang from the Cuban missile crisis in October l962. For a few frantic days, diplomats sought a way in New York to provide the Soviet Union with a face-saving excuse for withdrawing the weapons it had placed, or was in the process of placing, on the island and to recall the Russian ships that were headed toward Havana. The first UN resolution proposing the denuclearization of Latin America was introduced in those perilous days by Brazil, seeking as its immediate goal to defuse what was certainly the Cold War's moment of greatest global risk. The Brazilian initiative did not ultimately play a role in the solution of the Cuban crisis—a different way was found to secure the Soviet withdrawal and guarantee Cuba's protection from invasion—but that draft resolution was the starting point of a process that would lead to the 1972 signing in Mexico City of the Treaty of Tlatelolco, which denuclearized Latin America.[4]

The rare pursuit of nuclear military capabilities in Latin America and the Caribbean has been either an extension of extraregional conflicts or an expression of the desire to attain greater international influence and prestige by joining the global group of nuclear-weapon states. Real or potential threats to the security of the aspiring nuclear-weapon state

2 On the paradox between the domestic turbulence and international stability of the South American region, see HOLSTI, Kalevi Jaakko. *The State, War, and the State of War*. New York: Cambridge University Press, 1996, p. 154.

3 All weapons are banned from Antarctica, which is inhabited only by researchers.

4 Atomic Archive, Latin America Nuclear Free Zone Treaty (1967), <www.atomicarchive.com/Treaties/Treaty5.shtml>; Arms Control Association, Latin America Nuclear Weapons Free Zone Treaty (Treaty of Tlatelolco), <www.armscontrol.org/documents/tlatelolco>.

from any other regional actor were negligible or nonexistent. Nor were targets for attack identified.

In other words, the nuclear aspirations of Latin American nations have been more symbolic than strategic. Because of this lack of grounding in real security concerns, military nuclear programs never obtained real national support or funding and, when an appropriate moment arrived, they were relatively easy to discredit and dismantle. Only four countries in the whole of Latin America could have pursued nuclear military programs with any credibility: Cuba, Mexico, Brazil, and Argentina.

Cuba's nuclear project did not spring from its own scientific and technological capabilities or strategic needs, but from its close strategic alliance with the Soviet Union, which for a number of reasons wished to install nuclear weapons in Cuba with delivery systems for them that would threaten the United States. The agreement reached between the United States and the USSR in 1962 ended that project.

Mexico had the economic and technological capacity to develop a military nuclear program, but its proximity to and relationship with the United States made this option a nonstarter. Mexico from the beginning has consistently presented itself as the great promoter of Latin American nuclear disarmament. Today, it hosts the Agency for the Prohibition of Nuclear Weapons in Latin America and the Caribbean, which was created to ensure adherence to the Latin American Treaty for Non-Proliferation of Nuclear Weapons, known as the Treaty of Tlatelolco.[5]

Thus, only two countries in the region would have been able to sustain to some degree a nuclear arms race: Brazil and Argentina. Even in these two countries, motives for nuclear rivalry were tenuous. More than seeking to threaten one another, each country sought to enhance its position on the world scene. Moreover, their leaders believed that, if the programs proved successful, they would gain additional legitimacy for their largely unpopular military regimes.[6]

5 ROBLES, Alfonso Garcia. México y el Desarme. In: SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES (Ed.). *Política Exterior de Mexico*: 175 años de historia, v. 4. México: 1985.

6 ALBRIGHT, David; O'NEILL, Kevin. *Argentine-Brazilian Nuclear Rapprochement* (summary of the seminar "Argentina and Brazil: The Latin American Nuclear Rapprochement," sponsored by the Shalheveth Freier

Under those military regimes, for the better part of the 1960s, 1970s, and early 1980s, both countries kept alive a rivalry that, in one way or another, had endured since their independence early in the nineteenth century. With the return of civilian rule and democracy to both countries more or less at the same time in the later 1980s, one of the priorities of their newly elected civilian leaders was to get rid of what were then euphemistically called "parallel nuclear programs." In particular, they each wished to differentiate military and civilian nuclear activities. The latter were fully compatible with the principles and objectives of the Treaty of Tlatelolco and were maintained in compliance with the full scope of safeguards established by the International Atomic Energy Agency (IAEA).

Even when the two military regimes were at the height of their power, the rivalry between them was largely rhetorical and never really threatened to get out of control. The military leaders of both countries were on the same side of the Cold War, were staunchly anticommunist, and shared similar doctrines of national security. Moreover, there were no conflicting territorial claims between them, as there were in the more serious disputes between Chile and Argentina over the Beagle Channel and Patagonia. The only substantial clash of interests between Buenos Aires and Brasilia was overuse of the water resources of the Paraná River, a matter that was largely resolved with the building of the Itaipu hydroelectric project by Brazil and Paraguay, followed downstream a few years later by the Yacireta dam, in which Argentina and Paraguay were partners.

Brazil under President José Sarney and Argentina under President Raul Alfonsin undertook largely symmetrical efforts in the late 1980s to dismantle their countries' military nuclear programs. They also set in motion a confidence-building process that led to the so-called Quadripartite Agreement, signed in Vienna in l991 by Argentina, Brazil, the IAEA, and the Argentine Brazilian Agency of Accounting and Control of Nuclear Materials. The process of defusing the apparent competition between military-controlled nuclear programs took about six years—from the signing of the Declaration of Foz do Iguaçu in l985 to the conclusion of

Center for Peace, Science and Technology and the Institute for Science and International Security, May 16, 1996), <www.isis-online.org/publications/israel96/exsum.html>.

the Quadripartite Agreement in 1991.[7] The confidence-building process is still active today.

This work was reinforced by progress in economic relationships between the two countries. Beginning in earnest in 1991 with signature of the Treaty of Asunción, and running parallel with the dismantling of nuclear and missile programs, the two states began to build MERCOSUR (Mercado Comum do Sul), a regional trade agreement. This growing economic relationship played a major role in replacing a sterile relationship, based to a large extent on mistrust and rivalry, with one in which cooperation and trust are essential components. Soon it became incongruous that two countries working to establish not only a free trade zone but also a common market and a close political union should preserve projects and attitudes that no longer corresponded to the realities of their relationship. Key sectors in both countries promoted MERCOSUR, not only because of its intrinsic commercial and economic merits, but also because it was seen as an antidote to attitudes that had been rendered obsolete by the end of the Cold War, the triumph of democracy on the continent, and ever closer physical and economic integration between the two neighbors.

During this same period, the Treaty of Tlatelolco finally came fully into force, with all countries within its geographical perimeter but Cuba subscribing to it,[8] as well as outside powers that accepted limitations on their deployment of nuclear forces within the zone. In 1994, Brazil fully accepted the obligations of the Treaty of Tlatelolco, but it took three years more for Brazil to join the Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT). Brazilian reservations about the NPT are major and deeply rooted in the national mindset. Brazilians assume that sooner or later—preferably sooner—Brazil will emerge as a major power and that nothing should be done that limits or jeopardizes its expectations or hinders its access to that status. Given that the NPT identifies two classes of states—the five declared nuclear weapon states and the rest, who are all

7 VARGAS, Everton Vieira. Átomos na integração: a aproximação Brasil Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, Jan./June 1997.

8 Cuba finally joined the Treaty of Tlatelolco in 2002.

non-nuclear-weapon states—Brazil was reluctant to accept its grouping into the latter category.[9]

Developments in the last 15 years have strengthened Brazil's self-confidence. Its membership in the group of emerging powers along with China, India, and Russia has added a new dimension to a pervasive feeling in some sectors that by joining the NPT, Brazil had fulfilled its responsibilities for nonproliferation and that it should not give up the possibility of developing and acquiring civilian nuclear technologies allowed by the treaty. A concern that has been frequently and emphatically expressed is that Brazil signed the NPT without any real negotiation or compensation. Brazilians by and large view the NPT as discriminatory and profoundly flawed. The results—or more precisely the lack of results—of the most recent NPT review conferences in 2000 and 2005, and the long paralysis of multilateral disarmament initiatives in Geneva and New York, reinforced the conviction held in many quarters in Brazil that the nuclear powers have not lived up to their pledges to promote meaningful negotiations toward nuclear disarmament and have failed to fulfill their commitments under Articles V and VI of the NPT. More broadly, many Brazilians believe that the policy of the nuclear-weapon states is, in fact, to impose more constraints and extract further concessions from the non-nuclear powers while failing to accomplish—or even to try to accomplish—what was expected from them when the NPT bargain was struck.

From a Brazilian perspective, the 2010 NPT Review Conference will be a test of whether the attitude of the nuclear powers has become more flexible and constructive or whether the impasses of the two most recent reviews will prevail. The results of the preparatory conference held at the United Nations in New York from May 4 to 15, 2009 suggest that the prospects for the 2010 NPT Review Conference are much brighter than the results of the previous two reviews. A new mood is easy to identify and this change in attitude and expectations has already been reflected in the Committee on Disarmament in Geneva, where after long years of virtual paralysis there is now an agreed agenda that will allow that body to begin productive work.

9 ROSA, Jorge Castañeda de la. *La No Proliferación de armas nucleares en el orden universal*. México: El Colegio de Mexico, 1969.

The Prague speech by President Obama in April 2009 has to be seen as a landmark. While expressing his long-term vision for a nuclear-weapons-free world, the President suggested a road map of practical steps beginning with a new US-Russia arms control treaty to replace the current START agreement that expires on December 5th. Among other goals, President Obama announced that his administration will work towards American ratification of the Comprehensive Test ban Treaty and that he plans to convene a Global Summit on Nuclear Security in 2010. The joint statement by Presidents Obama and Russian President Medvedev of April 1st expressing their joint commitment to eliminating nuclear weapons is equally relevant. In short, after a long period of neglect, disarmament issues are back on the agenda and even if progress is difficult and slow, there is an encouraging prospect for the long run.

These renewed prospects aside, and despite Brazilian concern about the discriminatory nature of the NPT, Brazil is unlikely to go back on its commitment to nonproliferation. That commitment was entered into by a legitimate government, acting in good faith after a mature weighing of options, and will be honored by future Brazilian governments. Brazil, after all, is bound not to develop nuclear weapons by a many-tiered arrangement. First of all, it has treaty obligations with Argentina and the IAEA and cannot ignore the cooperative nature of ABACC (the Brazilian-Argentine Agency for Accounting and Control of Nuclear Materials) and MERCOSUR. It must also uphold its regional commitments under the Treaty of Tlatelolco and comply, on a global scale, with the NPT. Furthermore, the Brazilian Constitution in Articles 21 and 177 expressly prohibits the pursuit of non-peaceful uses of atomic energy. And, as important as all these cumulative legal obligations and constraints are, the central fact remains that Brazil has always lacked the military motivation to develop weapons of mass destruction and only ever did so half-heartedly—tempted not by defensive or aggressive security goals but by a desire not to renounce certain scientific and technological gains and the prestige and major-power status that it associates with them.

While there is a lingering feeling of regret, among sectors of the military establishment and in some nationalistic groups, that Brazil failed to develop nuclear weapons and delivery systems during the more than

40 years when it was free to do so, this sentiment is in fact residual and nostalgic and limited in its rhetoric and militancy to groups that remain to a greater or lesser degree attached to the objectives and values of the largely discredited military regime.

Brazil's Civilian Nuclear Goals

Brazil's commitment to the nonproliferation regime thus appears irrevocable unless circumstances change dramatically. But its determination to go forward with its long-established and successful uranium enrichment program is no less firm. To the Brazilian government, scientific establishment, and broad segments of public opinion, the trade-off that the country made is clear. Brazil joined the NPT with the explicit understanding that nuclear activities allowed under the treaty would be pursued. Brazil already has the fifth or sixth largest uranium reserves in the world, and a substantial part of its territory remains to be prospected.[10] It also has an ambitious and long-standing program to master the complete nuclear fuel cycle, plans to build several more nuclear power plants besides the two already in operation, and seeks to develop nuclear-powered naval turbines. Brazil has no intention to abandon any of these projects.

Currently, the Brazilian government is reluctant to adhere to the IAEA's Additional Protocol for more intrusive safeguards. The president of Brazil's Nuclear Energy Commission has claimed to be "studying the thing" for several years, and says Brazil's reluctance is based on "issues about other countries' compliance with the traditional NPT. For example, about disarmament."[11] Even so, there is arguably no major substantive obstacle to its eventual adherence; the timing of such a move, however, will depend on a favorable negotiating environment. Brazil is unlikely to take any additional steps with regard to the NPT or to make further concessions, such as adhering to the Additional Protocol, in the absence of meaningful concessions from the nuclear-weapon states. Moreover,

10 INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL. *Reserves—Brazil and World*, <www.inb.gov.br/inb_eng/WebForms/Interna2.aspx?secao_id=48>.

11 POMPER, Miles A.; HUNTINGTON, William. Interview with Odair Gonçalves, President of Brazil's Nuclear Energy Commission. *Arms Control Association*, September 28, 2005, <www.armscontrol.org/interviews/20050928_Goncalves.asp>.

should the United States (or the nuclear-weapon states collectively) put pressure on Brazil to abandon its nuclear projects, including enrichment, there would be a very robust, probably insurmountable, resistance.

Brazil's earlier attempts to develop a largely autonomous nuclear capacity have been costly and marked, more often than not, by disappointment and failure. The most glaring example of this was the German-Brazilian Nuclear Agreement, which was signed in 1975 and operated fully for 10 years. The original agreement called for a vast transfer of technology and also had a very important industrial component as it envisaged, in the short and medium term, the construction in Brazil of eight nuclear power plants. Not only would this agreement have benefited Brazil, but it would have provided a great boost to German industry and technology.

But the agreement raised major international resistance, especially from the United States, and both Germany and Brazil were under considerable pressure to revoke or at least to modify the agreement. Thus, the enrichment process, which was originally to be based on the well-tested centrifuge technology, was modified in favor of the so-called "jet nozzle" approach, an experimental alternative which up until now has not produced economically viable results.

In support of the agreement, and in pursuit of somewhat grandiose nationalistic objectives, the Brazilian government spent an enormous amount of money setting up facilities subsidiary to its NUCLEBRAS (Empresas Nucleares Brasileiras S.A.) agency. These facilities proved to be oversized and later had to be scaled down so that they could be utilized at all, albeit in a modified way.[12]

A modified version of the agreement still exists, but its scope has been sharply scaled down, and the current version is not only devoid of any objectionable provisions, but is also very strong in its environmental focus.

The agreement with Germany came near the end of the military phase in Brazilian politics and at a moment when two decades of accelerating economic growth were faltering, primarily because of the first oil shock

12 LOHBAUER, Christian. *Brasil-Alemanha fases de uma parceria, 1964–1999*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2000.

of 1973–74. It became obvious to Brazil at that time that it would be extremely difficult to find reputable external help for its nuclear projects as long as the country remained outside the NPT and while some activities were still being carried out with military objectives. NUCLEBRAS, the Brazilian agency responsible for coordinating efforts in the nuclear field, was designed to act as the counterpart for Brazil's German partners. It has since been replaced by new agencies under the supervision of the Ministry of Science and Technology. NUCLEBRAS had many of the characteristics of the Brazilian institutions of that period. It was too big, too heavy in its administrative structure, and rather weak in the qualifications of its scientists. Its recruiting methods lacked transparency. It was essentially unconcerned about costs and largely insensitive to social and environmental concerns.

Despite these shortcomings, NUCLEBRAS was a turning point in the history of Brazilian nuclear development, and many of its personnel remain active in Brazilian nuclear projects, particularly in Brazilian Nuclear Industries (Industrias Nucleares Brasileiras or INB), based primarily in Resende, a city halfway between Rio and São Paulo. Some other units function in different parts of Brazil, but most derive from NUCLEBRAS as well. Besides the cluster of plants and other units assembled around and under INB, uranium enrichment takes place under naval supervision in the Aramar center in Iperó in the state of São Paulo.[13]

Today, three separate ministries have jurisdiction over the Brazilian nuclear program: the Ministry of Science and Technology; the Ministry of Mines and Energy, which oversees the National Commission for Nuclear Energy and INB; and the Ministry of the Environment, with the Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources as its executive agency. Nuclear policies in their broadest scope fall under the supervision of the president's office, and the Ministry of External Relations has an influential role on issues with international implications.

There are deep divisions within Brazil about what nuclear policies the country should follow. A substantial number of environmentally oriented

13 Programa Nuclear Brasileiro INB, Senado Federal, Agosto de 2007, Ciclo do Combustível Nuclear, Audiência Pública (senado.gov.br. AP 20070809-INB). [This is the record of a hearing in the Brazilian senate.]

NGOs oppose the construction of more nuclear plants and express concern about the safety and environmental impact of those already in operation. They also express anxiety about the final disposal of nuclear waste. Some Brazilian nuclear physicists also have indicated their misgivings about plans to expand Brazil's nuclear capabilities. There are divisions within the scientific community in virtually every aspect of the current program and in its future expansion.

Some experts believe that Brazil should further develop its hydroelectric capabilities, move forward with biofuel projects, explore the inland and offshore reserves of oil and natural gas that are continuing to be discovered, and utilize wind and solar energy in a much more robust way. They argue that nuclear energy is particularly expensive to develop and hazardous to the environment, and that Brazil has a range of less costly and less risky alternatives at its disposal. Although their numbers are not negligible, they remain a minority.[14]

The majority of the Brazilian scientific and administrative establishment, on the other hand, supports the completion of Angra 3, a partially built nuclear plant.[15]

Plans to build six or eight new nuclear plants over the next few years fluctuate according to the rate of growth of the Brazilian economy, the cost of oil in the international market, and the ability of Brazilian reservoirs to supply enough water to existing hydroelectric turbines during years of low rainfall. These and other variables interact in many

14 The Brazilian Association for the Advancement of Science frequently reports in its periodical, *Jornal da Ciência,* on the divisions within the Brazilian government regarding the further development of nuclear power. Generally, the Ministry of Science and Technology and the president's staff are in favor of an expanded program, while the Ministry of Mines and Energy and the Ministry of the Environment oppose it. But even within each agency opinions are divided. Opponents of expansion cite economic factors, saying Brazil can produce cheaper energy in other ways, and argue that nuclear power poses inherent ecological risks. Proponents argue that nuclear power is a clean source of energy and that Brazil has the technology to produce it and an abundant fuel supply.

15 Angra 3 is expected to begin operation in late 2013. After prolonged discussions, the National Commission on Nuclear Energy, the Brazilian Institute for the Environment, and the municipal authorities of Angra dos Reis have agreed to restart construction of the plant, for which the site and the foundation already exist, as well as nearly 50 percent of the equipment, which was bought quite a few years ago from the Siemens group and has been stored at considerable expense. Angra 3 will have the same generating capacity as Angra 2—1,350 megawatts. See: ANGRA 3 pode abrir caminhos para novas usinas atômicas no país. *Problemas Brasileiros,* Jan. 10, 2008.

complex equations. Until the fourth quarter of 2008, before the current global credit crunch and financial crisis had fully settled in, projections indicated the need to go forward with a vigorous nuclear program. Since then, however, projections have changed drastically and the decision to move forward in the short term appears far less compelling.

In September 2008, Brazil and Argentina signed an agreement to set up a binational nuclear enterprise—operating within the guidelines of the Nuclear Suppliers Group, of which Brazil and Argentina are both members—that will enrich uranium, produce radiological medical supplies, develop new applications for agriculture, and design and construct research reactors. The agreement is the result of work by the Binational Committee on Nuclear Energy, a body that was set up to move nuclear cooperation between Argentina and Brazil forward from the early arrangements in the 1980s. The latter were primarily designed to generate trust and transparency; the new projects are geared to respond to the present and future nuclear needs of South America.

It is estimated that beyond the projected expansion of existing nuclear facilities in Argentina and Brazil, new plants will also be built over the next few years in Chile, Uruguay, Peru, and Venezuela.[16] The hope is that the new binational venture will be able to bid competitively to supply these future plants with equipment, technology, and fuel, and thus become an effective player in a field for which impressive growth and substantial profits are projected in the coming years. Although the situations are not exactly the same, one potential model is the URENCO Group in Europe.

Brazilian Views on Disarmament

Brazilians cannot identify any grounds for optimism on the prospects for significant progress by the nuclear-weapon states toward arms control and nuclear disarmament. In the Brazilian assessment, the years immediately

16 ARGENTINA, Brazil to Team Up on Nuclear Power. *ABC News*, Feb. 23, 2008, <www.abc.net.au/news/stories/2008/02/23/2170606.htm?site=news>, accessed July 28, 2009); LINO, Geraldo. Acordo nuclear Brasil-Argentina: grande passo na integração regional. *Alerta em Rede*, Sept. 2, 2008, <www.alerta.inf.br/integracao/1377.html>; AGUIAR, Pedro. Brasil e Argentina saem na frente. *Revista Brasil Nuclear*, v. 14, n. 34.

following the end of the Cold War provided a favorable environment for progress on a number of stalemated negotiating fronts, but that window of opportunity was not used. Today, with Russia reasserting its power, an ambitious and vigorous China more active on the world stage, and India and Pakistan as new players, the nuclear weapons game appears more complicated than ever. Furthermore, with the rise of international terrorism, preventing Iran from carrying out its weapon plans appears to be the only urgent and realistic goal now being pursued. Even this rather limited goal may be beyond reach unless intense negotiations are soon set in motion. However, even if Iran is not prevented from acquiring a military nuclear capability (either by creative diplomacy or by preemptive military attacks from the United States or Israel), Brazil is not likely to withdraw from its NPT commitments.

Brazil does not see the adoption of a treaty to eliminate all nuclear weapons on a global scale as a realistic goal. Brazilian leaders are even doubtful that gradual and modest steps in that direction will be taken in the foreseeable future. The prevailing opinion in Brazil is that the nuclear-weapon states are satisfied with the indefinite extension of the NPT and would rather tackle one by one the specific national cases that threaten the integrity and stability of that instrument, rather than to set in motion the vast and extremely complex machinery of disarmament negotiations. This case by-case approach appears to have worked so far with Libya and it is hoped that combined and sustained pressure against Iran and North Korea might succeed in finally convincing these countries to stop short of acquiring a nuclear weapon capability or to dismantle its small arsenal, respectively. It is not easy to identify other countries that might seek to develop nuclear weapons in the short term. But the possibility that extremist groups could acquire nuclear weapons poses an entirely different set of questions and many additional difficulties.

Brazilian experts do not anticipate complete nuclear disarmament. While they do not expect a new nuclear arms race, they do not see any political, economic, or scientific indication that any of the nuclear powers is prepared to contemplate a radical global solution such as disarmament. Brazil's conviction is that, rather than the complete elimination of nuclear arsenals, all serious efforts should be focused on an accommodation

that essentially respects and manages the status quo and perhaps places limits on weapon development and expansion based on what is possible to achieve given the prevailing political and strategic realities.

If, nonetheless, the complete elimination of nuclear weapons—with all the immense strategic changes that this would entail—were to be accomplished, Brazil's options would obviously have to be reconsidered. Under a disarmament regime, there would likely be a limited number of suppliers of enriched uranium—perhaps one or two each in Europe, the Americas, Asia, and the Middle East—operating under the licensing and control of a global authority. Brazil would likely try to become one of these suppliers and the leading partner in any Latin American arrangement that emerged from such a dramatically changed environment.

Although I doubt that this scenario could become reality in the foreseeable future, if substantive progress were nonetheless made toward this objective, Brazil could be counted on to be a leader in the negotiations, just as it has been since the creation of the Eighteen Nations Disarmament Committee in l962, from which the current Conference on Disarmament evolved. Brazil made important contributions to the three special sessions that the United Nations dedicated to disarmament in l978, 1982, and 1988, and will do so again if a fourth session is convened.

In short, Brazil and Latin America will not develop nuclear weapons and will remain active and constructive partners in the establishment of a world safe from weapons of mass destruction. Not even if undesirable developments were to occur in other parts of the world would Brazil or its neighbors be tempted to enter a nuclear arms race that they have wisely avoided so far. But Brazil is equally unlikely to give up its goal of being a key player in the important nuclear fuel market. There are virtually no limits to what Brazil would do to reassure others of its transparency and good faith in these areas, and I believe Brazilian leaders could accept a global authority regulating this field. What Brazil would not accept is to be left out of the highly selective and profitable club of nuclear fuel suppliers, to which it feels fully entitled to belong.

A fala do rei[1]

As artes e as musas têm servido bem o trono da Inglaterra. Novamente agora, com *O discurso do rei*, essa tradição de fidelidade à Coroa e a quem a leva é reafirmada. Não se trata, de forma alguma, de sugerir que ao longo do tempo tenha havido um esforço deliberado, de inspiração oficial, para fazer propaganda da monarquia britânica. Não há aqui qualquer sugestão de uma conspiração sustentada ao longo de décadas ou mesmo séculos.

O que algumas vezes tem acontecido é que o Monarca inglês se identifica, sobretudo em momentos de crise, de tal forma com seu povo que o soberano se faz a encarnação mesma dos sentimentos e das esperanças de seus súditos, em casa e além mar.

Pode-se ir muito longe à identificação de exemplos em que a própria monarquia se confundiu, assim, com a essência mesma da Inglaterra ou do que viria a ser, mais tarde, o Reino Unido da Grã-Bretanha (isto é a Inglaterra, a Escócia o País de Gales e a Irlanda do Norte).

É difícil encontrar, em qualquer literatura ou historiografia, um tributo a uma nação e a seus soberanos mais apaixonado e mais memorável do que aquele atribuído a John of Gaunt na peça de Shakespeare sobre o reinado de Ricardo II. Talvez nunca palavras tão eloquentes tenham sido usadas para descrever uma raça e a ilha que é o seu berço.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Lawrence Olivier produz, em 1944, com tremendos gastos para a época, um Henrique V – talvez a mais "patriótica" obra shakespeariana – memorável e que só foi, a rigor, suplantada por uma nova versão, mais adaptada aos novos tempos e aos novos ventos, dirigida em 1989 por Kenneth Branagh. Em 1944, os ingleses novamente se preparavam, como em 1415 para virar o jogo, cruzar a Mancha e lutar nos *vasty fields of France*.

1 Data: 2010.

Mesmo reconhecendo que a atual dinastia reinante – os Windsor – não tem, ao contrário dos Plantagenet, dos Tudor e dos Stuart que os precederam, personalidades tão interessantes e polêmicas e que, pelo seu comportamento, pareciam mesmo rascunhos de scripts de futuras produções teatrais e cinematográficas é preciso reconhecer que as vitórias e desditas da atual casa reinante produziram memoráveis obras para o cinema e o teatro.

Mesmo a atual Elizabeth, a segunda do nome a ocupar o trono, ainda mais longeva no poder que a primeira e com quem talvez se encerre o ciclo glorioso começado pela filha de Ana Bolena e durante o qual a Grã-Bretanha foi o mais influente país do mundo e a cabeça de um vastíssimo império teve sua parcela de obras memoráveis em que foi protagonista principal ou acessória. Helen Mirren, Bette Davis e Kate Blanchett não me deixam mentir.

A fala do rei cobre um período de extraordinário risco para a Inglaterra quando Hitler parecia invencível, Wallis Simpson irresistível e a gagueira do Duque de York irremediável. O filme mostra como essas circunstâncias se entrelaçam e como, depois de extremos perigos a Inglaterra e a família real emergem triunfantes depois de enfrentar o que foi para o Império e para a Comunidade Britânica de Nações, no dizer de Churchill, *their finest hour*.

Não era necessário e seria mesmo impossível que Jorge VI tivesse a qualidade oratória e a eloquência de seu primeiro-ministro, Winston Churchill. Monarcas constitucionais não são supostos ter atributos que os coloquem acima da média: pelo contrário sua virtude reside em ser (ou pelo menos parecerem ser) a expressão mesma da média nacional. Mas seria desastroso se sua gagueira se fizesse o símbolo de hesitação e insegurança no momento mesmo em que a Inglaterra procurava e conseguia transmitir para o mundo a imagem de uma inabalável firmeza.

A fala do rei trata da guerra particular que o novo monarca teve de enfrentar para que as palavras se fizessem obedientes a ele e fossem, também, leais súditas do trono. Conta para isso com a determinação de sua mulher (interpretada por essa esplêndida Helena Bonham-Carter) e os serviços de um terapeuta da palavra, Lionel Logue, cujos procedimentos

ficam na fronteira entre a ciência estabelecida e práticas provavelmente eficazes embora certamente pouco ortodoxas. O terapeuta não deixa para as gerações futuras a receita escrita de seus métodos e práticas porque, imagino, sua terapia dependia em boa parte de seu carisma e de sua capacidade de compreender, motivar e interagir com seus pacientes. Para os fins destes comentários o importante a notar é que funcionou.

O filme recebeu quatro Oscars. O principal foi o que o reconheceu como o melhor filme do ano. Podia, com justiça, ter recebido um quinto para Geoffrey Rush, como coadjuvante, ao criar um Lionel Logue que usa a rusticidade e a informalidade de suas origens australianas para superar as várias barreiras que inibiam o futuro rei.

Há gravações de época que mostram o rei falando de forma pausada e sem inflexões da voz e, em alguns momentos, fazendo um esforço visível para não tropeçar. Mesmo com fitas que foram editadas pode-se ver como a fala do rei sempre exigiu um extraordinário esforço e concentração. Há, em particular, um vídeo que mostra Jorge VI falando na inauguração da Empire Exhibition em Glasgow, na Escócia, em que sua agonia para dominar suas limitações se faz dolorosamente visível mesmo para aqueles que o escutam mais de setenta anos depois.

Pelo rádio – que era o meio de seu tempo – os ingleses deviam escutar aquela voz pausada como se ela fosse o reflexo mesmo das virtudes que, como nação, tanto estimavam e de que, naquele transe, tanto dependiam. Uma teimosa disposição para enfrentar e depois superar desafios e uma constância (traduzo assim a palavra *steadiness*) que era a qualidade de que mais precisavam os britânicos daquela hora.

Com Jorge VI a Inglaterra foi mais bem servida de monarca do que teria sido com Eduardo VIII que, embora sedutor, tinha o feitio de um *playboy* que os tempos não reclamavam. A nova família real nuclear se assim posso dizer e mesmo "burguesa" se comportou exemplarmente durante a *blitz* e durante os anos de provação que se seguiram. Jorge VI não desertou nem sua capital nem sua gente e hoje se inscreve entre os bons monarcas que o país produziu. As imagens frequentes do casal visitando uma Londres em ruínas e consolando as vítimas e das jovens princesas

trabalhando como mecânicas valia mais do que as próprias palavras que Jorge VI, a tão duras penas, havia aprendido a destravar com seu terapeuta.

O filme é uma brilhante reconstituição das modas e dos modos da Inglaterra dos anos 30 e essa capacidade de recriação da atmosfera de épocas passadas é um dos talentos maiores da cinematografia britânica que, nos últimos anos, quase se apropriou da produção de filmes de qualidade que recriam certos momentos cruciais da história moderna.

O futuro Duque de Windsor parece, quando já o comunismo e o nazifascismo ameaçavam fatalmente a Europa e o mundo, como um encantador anacronismo mais compatível com os anos esfuziantes da década de 20 do que com a nova atmosfera que a depressão econômica e as ameaças externas faziam pesar as democracias e sobre a Grã Bretanha em particular. Seu encontro em 1937, já depois da abdicação e acompanhado da *woman I Love*, com Hitler parece confirmar como foi bom para seu país e em última análise, para todos nós que ele fosse viver o longo resto de seus dias no Caribe, em Paris e no sul da França.

Estou sendo, talvez, um pouco severo demais com o então relativamente jovem soberano (assinalo que Eduardo VIII tinha 44 anos quando abdicou) mas nada do que ele fez numa vida que se estendeu até 1972 me faz pensar que ele fosse mais do que um peso leve e que precisava não tanto do amor quanto da determinação da futura Duquesa que, esta sim, cumpriu seu destino de ser uma fria e manipulativa mulher de sociedade e um árbitro, durante décadas, das elegâncias mundanas.

Estou fazendo aqui uma leitura do filme da perspectiva do quadro das relações internacionais daquele tempo e na antevisão da grande tempestade que já se aproximava e que viria a desabar sobre o mundo em l939. Os contemporâneos não podiam ter certeza da extensão e da gravidade do que estava por acontecer.

Não é fácil imaginar aquele Eduardo aceitando o sangue suor e lágrimas que a retórica churchilliana oferecia e ele aparece melhor na posição insignificante de governador das Bahamas lugar que o governo sabiamente encontrou para ele e onde ele viveu os seis anos da guerra durante os quais, por tudo que sei, ele não fez nada de memorável.

Não é fácil ver em Eduardo VIII um herói romântico. Não há nele a audácia de um personagem de Byron e, já passados os 40 anos quando a crise acontece, a ideia de um adolescente apaixonado, no modelo de Romeu, é insustentável. Trata-se de uma personalidade frágil e defeituosa que encontrou, finalmente, uma mulher que o dominou e conduziu.

Vejo que falei mais do Duque de Windsor – de quem só ficou de duradouro para a posteridade-um nó de gravata de que foi senão o inventor pelo menos o grande divulgador. O outro nó que ele criou esse foi desatado por uma classe dirigente britânica madura e sagaz.

Do irmão mais moço e finalmente seu sucessor fica além do bom exemplo em tempos difíceis na longa trajetória dos soberanos de sua gente. Colin Firth o encarna no filme com grande contenção e sobriedade. Não havia muito pano de onde cortar e torcemos no filme por ele e para que supere suas limitações porque é um homem decente, esforçado e, em última análise, corajoso. Não é dizer pouca coisa.

Irã e Turquia[1]

No intrincado mosaico que é o Oriente Médio vou procurar tratar, neste papel, quase que exclusivamente de acontecimentos recentes envolvendo a Turquia e o Irã. E por extensão, em certa medida, o Brasil. Os dois países passaram a ter conosco, nos últimos meses, uma maior aproximação e o Brasil pela primeira vez individualmente – e não apenas no quadro de iniciativas das Nações Unidas e na moldura da diplomacia parlamentar – passou a ter uma presença, política e diplomática, mais visível naquela complexa e conturbada região.

O nosso interesse pelo que acontece naquela parte do mundo e, em particular, nos dois países de que me ocupo prioritariamente, tenderá a crescer, naturalmente, depois da intensificação de nossos contatos bilaterais com Teerã e Ancara que precederam, mas não conseguiram influenciar, a decisão recente no Conselho de Segurança quando o Brasil e a Turquia votaram sozinhos contra a resolução que, aprovada, tomou o número 1929 (2010) e pela qual se determinou a aplicação de sanções adicionais contra o regime de Teerã.

Vamos ter que pensar agora certos aspectos da problemática do Oriente Médio com maior proximidade e um maior envolvimento e teremos que enfrentar – para o bem ou para o mal – as consequências do nosso recente engajamento direto com atores importantes envolvidos em um dos quadros conflitivos mais complexos (senão o mais complexo) da vida internacional nos últimos sessenta anos.

Nosso envolvimento na problemática da região era discreto, prudente e periférico e nos manifestávamos habitualmente apenas no curso de deliberações em foros das Nações Unidas que se ocupavam de assuntos daquela região. Nossos votos nas ocasiões em que devíamos nos pronunciar sobre esses conflitos e tensões naquela região eram consequentes e nessas declarações não costumávamos nos afastar do terreno seguro das

1 Data: 2011.

generalidades que buscávamos fossem sempre construtivas e contribuíssem para procurar harmonizar os dramáticos interesses em conflito. Não éramos (nem procurávamos ser) solistas, mas fazíamos parte de um coro legitimador internacional que procurava se fazer escutar sobre os problemas – até agora amplamente intratáveis – daquela região.

A sabedoria convencional nos fazia temer envolvimento excessivo onde não tínhamos nem excedente de poder utilizável nem víamos em jogo importantes interesses nacionais nossos.

Para uma geração – a minha, no caso – ficaram as recordações de desgastes por desvios dessa linha de conduta: o melancólico fim da missão do nosso Batalhão Suez que na Faixa de Gaza integrava entre l957 e l967 a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF) e que foi rendido, em condições humilhantes, pelas tropas de Israel que avançavam velozmente em direção ao Egito durante a chamada Guerra dos Seis Dias.

Foi uma dolorosa lição que nos ensinou os limites de nosso poder e pareceu indicar como devia ser nosso engajamento naquela parte do mundo e os perigos que decorriam de irmos além do que a cautela e uma definição rigorosa do interesse nacional recomendavam.

Um outro momento sensível foi o do voto brasileiro favorável em 1975 à resolução 3379 da Assembleia Geral das Nações Unidas que declarou ser o sionismo uma forma de racismo e de discriminação racial. Esse voto, na época, teve uma repercussão, amplamente negativa e provocou intensa controvérsia. Foi possível, mais tarde, corrigir esse voto que nos causou não pequeno constrangimento e não rendeu, junto aos grandes exportadores de petróleo da região, cuja simpatia buscávamos, dividendos apreciáveis. Foi – a meu ver – apenas um mau voto.

Trago à memória esses episódios das décadas de sessenta e setenta para ilustrar como costumam ser arriscadas as jogadas que nos expõem, de forma excessiva, às paixões e as turbulências daquele pedaço do mundo.

O processo específico que aqui pretendo examinar talvez tenha começado com a aproximação entre o Irã e a Venezuela iniciado faz poucos anos. Os dois governos desejavam aumentar sua influência em suas respectivas regiões e utilizaram a participação de ambos na OPEP para criar e reforçar afinidades valendo-se de seus interesses como grandes

exportadores de petróleo e do fato de que ambos desafiam, de perspectivas diferentes e com base ideológica diversa, a ordem internacional tal como esta se apresenta, sobretudo como expressão e projeção do poder hegemônico dos Estados Unidos. É pela porta da Venezuela que o Irã chega à América do Sul.

Através dessa aproximação inicial o regime do presidente Ahmadinejad preocupado com uma perda de legitimidade sobretudo por causa da controvérsia sobre a lisura e a transparência das últimas eleições presidenciais iranianas e pelo ciclo repressivo que se seguiu contra as forças políticas derrotadas naquele pleito e também sensível à reação internacional intensamente negativa ao prosseguimento do seu programa nuclear – suspeito de encobrir um projeto de aquisição de um arsenal de emprego militar – procurou encontrar na América do Sul interlocutores que permitissem atenuar a percepção de um crescente isolamento internacional do regime que preside.

Parecia natural – e assim aconteceu – que Ahmadinejad encontrasse espaço para diálogo político com alguns governos latino-americanos populistas e de vocação personalista e autoritária e, em linhas gerais, antinorte-americanos como são, por exemplo, além da Venezuela, os da Bolívia e do Equador. Não era de supor que a relação com o Brasil fosse prosperar fora do seu leito natural definido por interesses convergentes ou complementares econômicos e comerciais.

No domínio do desenvolvimento para fins pacíficos da energia nuclear a suposição poderia ser de que, antes do que aproximação, a diversidade das motivações, circunstâncias e da maneira como atuam os dois países levasse antes a um distanciamento do que uma aproximação.

Enquanto o programa nuclear iraniano é cercado de desconfianças e marcado pela opacidade, a busca, pelo Brasil, do domínio sobre o ciclo completo do enriquecimento do urânio é aceito, com naturalidade, pela comunidade internacional e se faz de forma transparente e mesmo (como é o caso de nossa cooperação com a Argentina) na forma de uma ampla colaboração binacional com o nosso principal vizinho, através de atividades que são estreitamente monitoradas pela Agencia Internacional de Energia Atômica (AIEA).

A política nuclear iraniana ao longo de várias décadas tem sido amplamente aceitável. Seus primórdios remontam ao regime do Xá quando o país desenvolveu pesquisas, no âmbito do programa Atoms for Peace, utilizando reatores que foram obtidos na Alemanha e nos Estados Unidos. Quando a Revolução Islâmica triunfou essas atividades foram interrompidas e o Imam Khomeini ao chegar ao poder em 1979 mandou desativar esses programas e declarou que o eventual desenvolvimento de uma capacidade nuclear capaz de qualquer emprego militar ia contra os preceitos do Islã. Anos mais tarde, já durante a guerra com o Iraque, a posição de Khomeini pareceu se alterar e ele pelo menos admite, em resposta a uma carta enviada pelo comandante em chefe das forças iranianas, que tais armas poderiam ser desenvolvidas em resposta ao ataque de um país que ameaçava com o emprego de armas nucleares e já utilizava contra o Irã no quadro do conflito então em curso armas químicas, definidas também como armas de destruição em massa. Mais recentemente o Aiatolá Ali Khamenei atual líder supremo do Irã lançou, em 1997, um *Fatwa* reiterando a condenação ao emprego de armas nucleares como sendo contrária aos ensinamentos do Islã.

Faço esse registro não como garantia de que o atual programa iraniano não possa ter um eventual destino militar, mas como uma indicação de que importantes forças políticas e religiosas naquele país desaprovam, em princípio, tal desenvolvimento e tal emprego.

Depois da longa guerra que se seguiu à Invasão pelo Iraque de Saddam Hussein e depois de assistir à ocupação do Afeganistão e do próprio Iraque por coligações capitaneadas pelos Estados Unidos parece se ter consolidado em Teerã a convicção de que apenas o domínio de um arsenal nuclear pudesse representar um seguro de que o regime instalado em 1981 não seria desestabilizado ou mesmo derrubado por alguma operação americano-israelense.

O que dá substancia à desconfiança generalizada de que o programa nuclear iraniano possa encobrir intenções de desenvolvimento militar é exatamente o fato de que parece fazer sentido que um país com o tipo de regime que tem o Irã, com sua posição geográfica e com seu poder petrolífero possa ser alvo de algum tipo de intervenção como aconteceu com alguns de

seus vizinhos – e com foi o caso do próprio Irã no episódio da derrubada do regime de Mossadegh – e que uma capacidade nuclear militar, mesmo que pouco sofisticada, representaria um escudo dissuasório valioso.

Uma das características mais constantes e inquietantes no Oriente Médio é a tendência dos adversários de se demonizarem reciprocamente e atribuir ao outro uma intrínseca malignidade o que torna qualquer forma de diálogo construtivo extremamente difícil. Na região atuam, em espaço geográfico reduzido, várias nacionalidades, civilizações e religiões e, além das grandes desconfianças localmente geradas há que contar com a interferência dos imensos interesses econômicos e estratégicos que o petróleo mobiliza. Se o petróleo é abundante a água é escassa e os conflitos por um e outro recurso estão sempre presentes.

O meu foco, neste artigo, centrado nas políticas recentes do Irã e da Turquia não pode levar a supor que a presença e as políticas de Israel possam ser, de alguma forma marginalizados. É a própria existência de Israel que costuma funcionar como catalisador dos alinhamentos e dos conflitos na região. Se é falso atribuir a Israel a responsabilidade por todos os enfrentamentos e pela instabilidade e pelas tensões que se observam na área não é menos verdade que a existência e as políticas do estado judeu costumam explicar muito do que ali ocorre.

Israel, desde a sua criação, procurou fortalecer uma política de aproximação com países vistos – desde sua perspectiva – como periféricos ao seu entorno imediato. Privilegiou, assim, suas relações coma Turquia e o Irã, países muçulmanos, mas não árabes e procurou, assim, circunscrever o seu conflito aos seus vizinhos árabes, geograficamente mais próximos e mais identificados étnica e culturalmente com a causa palestina.

Essa política funcionou, no caso do Irã, até a queda da dinastia Pahlevi enquanto a deterioração das relações com a Turquia, primeiro país islâmico a reconhecer o Estado de Israel e a ter com ele uma relação densa e diversificada (inclusive militar), é fenômeno de evolução muito mais recente.

Com o fim da Guerra Fria e a relativa perda da importância estratégica da Turquia para a OTAN; com o ressurgimento no país de uma profunda identidade otomana, sentimentos que haviam sido largamente reprimidos

dede o esforço modernizador e de criação de um estado laico por Kemal Ataturk cem anos antes a Turquia buscou e encontrou novas oportunidade e novos espaços de afirmação nacional dentro da sua própria região. Foi, sobretudo, a persistente recusa dos sócios comunitários a que a Turquia, há tanto tempo postulante, pudesse ser finalmente aceita como membro pleno e não apenas como membro associado da União Europeia que levou Ancara e a administração liderada por Recip Erdogan a procurar definir um novo perfil e uma nova inserção internacional para o país.

No plano estritamente regional foi a invasão israelense do Líbano em 2006. e depois o ataque de Israel da Gaza em 2009 que impulsionaram a Turquia a rever a qualidade de suas relações com Jerusalém.

Exemplo desse distanciamento foi o episódio da saída abrupta de Erdogan de um debate com Shimon Peres no Fórum Econômico Mundial em Davos que ocorreu bem antes do ataque à flotilha embarcada em portos turcos e de outros países no Mediterrâneo e que pretendia desafiar o bloqueio que Israel exerce sobre a faixa de Gaza. Esse enfrentamento entre comandos de Israel e a tripulação de um dos barcos- de bandeira e tripulação turcas – em águas internacionais – deixou sete mortos de nacionalidade turca e levou, em meio a uma grande reação internacional, à retirada do embaixador turco em Tel Aviv. Embora uma acomodação esteja sendo buscada entre os dois países (que apesar de tudo tem interesse em preservar sua relação bilateral vista como mutuamente benéfica) o episódio simbolizou o esgotamento, pelo menos momentâneo, de todo um ciclo em que Israel procurou estabelecer boas relações com as duas grandes potências não árabes da região.

Israel identifica no programa nuclear iraniano a mais grave ameaça, atual e dos últimos anos – a sua presença e sobrevivência na região e um desafio a sua posição como o único detentor regional de um arsenal nuclear. É fácil compreender o empenho israelense em continuar a ser a única potência nuclear militar no Oriente Médio. A política de Jerusalém de nunca confirmar, oficialmente, que dispõe de uma capacidade importante de armas atômicas e de seus vetores de lançamento coloca aquele país em uma posição estrategicamente privilegiada. Como Israel não é parte do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares essa circunstância o liberta de

muitas pressões ou de acusações de não respeitar compromissos assumidos. O que convém a Israel é a preservação do *statu quo* e a eliminação – pela força em último caso – de ameaças que permitam alterar essa situação em que desempenha um papel dominante. Foi assim que, em 1981 Israel atacou o reator que o Iraque então construía em Osirak. A tentação existe de voltar a fazer a mesma coisa agora.

Um tal ataque preventivo agora contra o Irã seria muito mais problemático do que foi aquele realizado faz trinta anos contra o Iraque. O Irã é uma potência militar bem mais poderosa do que era o Iraque; acredita-se que suas instalações nucleares estão bem protegidas e dispersas e os Estados Unidos, já envolvidos em onerosas e inconclusivas operações militares no Afeganistão e no próprio Iraque, relutam em iniciar ou apoiar uma iniciativa tão arriscada. Por seu lado Israel teme não só a reação Iraniana (o Irã dispõe de mísseis de considerável alcance e de uma aviação moderna) como estão conscientes do risco de deflagrar um conflito generalizado na região e causar ainda maior dano ao seu já erodido prestígio internacional. A grande maioria dos analistas acredita que, no futuro imediato, uma ação militar preventiva contra o Irã é muito improvável, parta ela de Washington ou de Jerusalém.

Resta assim a alternativa de prosseguir, por vários caminhos, com a ação diplomática e através de uma intensa mobilização mediática continuar a pressionar o Irã e procurar fazer com que a Rússia e a China não deixem de cooperar com a política de sanções ligeiramente incrementais que vem sendo perseguida nos últimos anos.

Não se devem esperar concessões adicionais seja da Rússia seja da China. O primeiro desses dois países está iniciando o abastecimento, com combustível seu, da usina nuclear iraniana de Bushehr, fato que virtualmente exclui a possibilidade de ação militar contra aquela instalação. Os interesses petrolíferos da China não permitem que aquele país seja um sócio provável para a aplicação de sanções fortes e que afetem a produção ou a comercialização do petróleo iraniano, de que a China precisa. Sanções dessa natureza seriam, entretanto, as únicas capazes de fazer dobrar a vontade de Teerã.

Afastadas as hipóteses do ataque às instalações iranianas e da aplicação de fortíssimas sanções, o Irã continuará a sustentar seu direito ao enriquecimento do urânio alegadamente para fins pacíficos e prosseguiria na sua política atual; a comunidade internacional (ou uma parte dela) continuará a exercer pressões e a procurar desacreditar as intenções pacificas dos persas estimulada para tanto por Israel que teme que, no médio prazo, a equação estratégica no Oriente Médio se modifique, de forma dramática, em seu desfavor.

A melhor previsão é, portanto, de que as atuais tensões não se resolvam e perdurem inalteradas até que novos fatores alterem o sempre precário equilíbrio de poder e de interesses na região e possa vir ocorrer um improvável *renversement des alliances* criando-se uma configuração de entendimentos.

Está o Brasil, assim, envolvido por iniciativa própria e não por circunstâncias que não podia controlar em um processo complexo e perigoso sem dispor, a rigor, de elementos que nos permitam, de fato, influenciar os rumos dos acontecimentos ou exercer uma pressão eficaz sobre os principais atores.

Não é fácil prever quais serão os desdobramentos, para nós, da situação criada pelo prosseguimento do programa nuclear iraniano. O Brasil depois de um engajamento que para muitos pareceu excessivo recuperou alguma credibilidade e prestígio, em primeiro lugar, pela disposição de internalizar plena e prontamente as sanções aprovadas pelo Conselho de Segurança apesar do voto contrário da Delegação brasileira. Fizemos logo e com clareza o que devíamos fazer.

Também a disposição de acolhermos no Brasil uma iraniana condenada em seu país a ser morta por apedrejamento embora seja um fato isolado e de impacto jornalístico e emocional teve o mérito de mostrar que não estamos identificados com práticas que, mesmo se respaldadas por leis laicas ou religiosas, aparecem como resíduos cruéis de outras épocas.

A dificuldade reside em que, depois do nosso voto contrário às sanções, talvez nos sintamos obrigados por coerência a proferir outros votos de mesma natureza e que soframos, em cada instância, o mesmo desgaste que acabamos de experimentar. Seria útil limitar aquele voto a

um contexto preciso e que nos sintamos livres para em novos episódios do que será, provavelmente, uma longa novela voltar a atuar dentro de nossa linha habitual de comportamento e em harmonia com nossos grandes vizinhos, sócios e parceiros.

Para procurar superar a questão da rivalidade nuclear no Oriente Médio não vejo outro caminho – apesar de todas as dificuldades – senão aquele que levará à criação de uma zona militarmente desnuclearizada na região caminho recomendado na última Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação realizada em de 2010.

O desejo de Israel de continuar a ser o único detentor de armas dessa natureza na região é irrealista no médio prazo. Achar que a posse de tais armas por um outro país da área poderia levar à criação de um equilíbrio de poder e estabeleceria a lógica da dissuasão recíproca dentro, de alguma maneira, do modelo do que ocorreu durante a Guerra Fria é caminho muito perigoso e, dada a natureza dos países envolvidos, contemplaria riscos muito maiores do que aqueles – já grandes – que acompanharam as décadas de enfrentamento entre Washington e Moscou.

A solução através da criação da zona nuclearmente desmilitarizada talvez tivesse que ser precedida (ou acompanhada) pela admissão de Israel a OTAN para que o guarda-chuva de proteção daquela organização se estendesse também ao estado judeu. O que aqui se sugere em poucas frases representa um imenso desafio político e diplomático e deverá levar, na melhor das hipóteses, muito tempo e longa negociações antes de ser implementado.

Vai se tornando mais claro que alguma forma de solução dessa natureza terá que ser encontrada sem o que os riscos que novos atores nacionais nucleares apareçam ou – o que é ainda muito mais perigoso – que armas de destruição em massa possam cair em mãos de entidades não governamentais o que configuraria o cenário mais assustador e o pesadelo terminal de todos aqueles que se preocupam com os riscos crescentes da proliferação de armas nucleares.

A posição de Israel e, sobretudo, a dos grupos de extrema direita que controlam, nos últimos anos, a vida política do estado judaico é de prosseguir em sua política de revides automáticos e desproporcionais a tudo aquilo

que seja interpretado como ameaça a sua segurança o que, com o passar dos anos, tem provado ser uma política de magros resultados já que em lugar da segurança desejada por Israel apenas se alarga o círculo de seus adversários e se radicaliza ainda mais a posição de todos aqueles que tem uma posição de princípio contrária à própria existência do Estado judeu.

A erosão de prestígio internacional de Israel é um dos dados importantes da equação no Oriente Médio. Apenas na relação com os Estados Unidos encontra hoje Israel elementos que reforcem sua segurança e sua autoconfiança. A natureza da relação entre Washington e Jerusalém é virtualmente única em nosso tempo pela incondicionalidade de que se reveste o apoio americano e pela medida de influência e mesmo controle que os interesses israelenses exercem sobre as alavancas do poder norte-americano. Enquanto essa situação persistir Israel não teria incentivos maiores para mudar o rumo e até mesmo o estilo de sua política.

Não é difícil ao examinar todo este caso identificar as motivações dos três principais atores nacionais envolvidos: Irã, Turquia e Israel. Bem mais difícil é compreender a extensão do envolvimento brasileiro e as razões que nos trouxeram a essa curiosa conjuntura. Meu convencimento é de que a carta do presidente Obama estimulando a que se procurasse reduzir suspeitas e tensões através da obtenção do acordo iraniano a que mil e duzentos quilos de urânio tivessem elevado, fora do país em condições controladas, o seu teor de enriquecimento criou expectativas excessivas. A Turquia por sua presença e influência no Oriente Médio quis aproveitar a oportunidade para elevar o seu perfil sua e o Brasil, acredito, viu também no aceno do presidente dos Estados Unidos uma oportunidade para aumentar sua influência e prestígio ao mesmo tempo que contribuía para que houvesse algum progresso em terreno em que as negociações têm sido tão infrutíferas.

Obtido o acordo iraniano para a operação – recorde-se que poucos meses antes esforço europeu nesse mesmo sentido havia fracassado – viu-se que isso não bastava e que já estava muito avançada a montagem de uma nova rodada de sanções adicionais e que, da perspectiva da Secretária de Estado Hillary Clinton, o que os esforços turco-brasileiros haviam

alcançado foi apenas dar a Teerã mais tempo e ajudar a criar a imagem de um país capaz de gestos conciliadores e de agir com ânimo construtivo.

Não se deve ver no que Turquia e o Brasil procuraram uma jogada anti-Israel mas um esforço, na melhor das hipóteses parcial, para que uma situação crítica pudesse ser aliviada. A aplicação das sanções adicionais, quase que imediatamente depois, mostrou que as concessões extraídas de Teerã eram pouca coisa e que aquilo que se espera e deseja é que o Irã interrompa o seu programa nuclear – como até agora concebido – e dê garantias que não pretende retomá-lo a não ser em condições estreitamente supervisionadas e com objetivos mais modestos e mais claros.

Como em tudo o que envolve o Oriente Médio, o jogo será longo, intricado e perigoso, mas o que a nós importa seria extrair o Brasil – sem dano adicional – desse desnecessário imbróglio.

Ocupem Wall Street[1]

Se o século XIX se estende, talvez, até 1914 quando começa a Grande Guerra (que mais tarde e com as vantagens da visão retrospectiva viria a ser chamada de Primeira Guerra Mundial) a queda do muro de Berlim, em 1989, fecha de alguma forma o século XX.

Esse tratamento elástico do tempo tem vantagens e também riscos. Teríamos, assim, um longo século XIX que viria desde a Revolução Francesa até o assassinato do Grão-Duque Ferdinando em Sarajevo e um século XX encolhido em cerca de 30 anos. Em lugar do rigor dos prazos precisos que a divisão do tempo por séculos oferece teríamos a definição da história como uma série de ciclos, de duração variável, marcados cada um deles por uma ampla medida de lógica interior.

Não resta dúvida que os anos oitenta do século passado assistiram ao fim da guerra fria – essa por sua vez e de algum modo uma extensão da II Guerra Mundial – à falência do socialismo real e à desconstrução do Império Soviético processos que deram aos Estados Unidos não só uma grande e virtualmente gratuita vitória como alguns anos de predomínio absoluto sobre a vida internacional por não haver, naqueles anos, nenhuma outra grande potência ou coligação de potências que pudesse ou quisesse enfrentar o poder hegemônico dos Estados Unidos, então talvez em seu apogeu, seja na sua dimensão econômica ou, sobretudo, na sua expressão militar.

Sei que se costuma sugerir o primeiro após a guerra em 1918 e o segundo, em 1945, como os momentos mais triunfais da potência dominante de um século que, com razão, foi chamado de século americano. Escolho 1989 como um outro e talvez ainda mais significativo apogeu porque a vitória foi então a de um ideário político que os Estados Unidos encarnavam e de um modelo econômico que se havia provado um melhor

1 Data: 2011.

vetor de prosperidade e felicidade do que qualquer outro que se houvesse proposto ou experimentado.

A vitória dos Estados Unidos e do modelo de democracia representativa que Washington encarnava e da economia de mercado que é o tipo de modelo econômico que deve acompanhar esse tipo de organização política foi tão decisiva e contundente que se chegou a falar então no próprio fim da história como se, depois de um longo e tumultuado processo evolutivo, a democracia representativa e o sistema capitalista fossem, quase que sem contradição, a melhor escolha e tivessem aposentado, como experiências destinadas ao fracasso, qualquer outro tipo de organização política e econômica.

Naquele momento, Wall Street e o poder, o prestígio e as opções que o nome representava faziam da breve rua possivelmente, o mais conhecido endereço do mundo, sede da Bolsa de Valores de Nova York e templo central do capitalismo. A ideia mesma de que a rua pudesse ser sitiada pareceria então mais que uma improbabilidade quase uma heresia.

A opção pelo unilateralismo como forma de atuação internacional se fez companheira de viagem desse sentimento de esmagadora vitória e, sobretudo, no campo militar e de operações estratégicas os Estados Unidos não só não buscavam, com empenho, alianças e apoios paritários como consideravam que os seus potenciais sócios e aliados poderiam ser um peso morto e talvez mesmo um embaraço antes do que um reforço real de sua capacidade operacional.

Não se sugeria então que a história, com suas múltiplas curvas e incidentes, deixaria de continuar a acontecer. Mas – e essa era a postulação central – propunha-se que havíamos chegado, em linhas gerais, à melhor forma possível de organização econômica e social. Os Estados Unidos, mais do que qualquer outro país, eram a expressão mesma do modelo vitorioso.

Vinte e dois anos depois o âmago da aliança democrático/capitalista está em crise na Europa e na América do Norte (e isso acontece agudamente desde 2008) e os dois polos do mundo desenvolvido tradicional, para sobrenadar a crise que se prolonga e se aprofunda teriam de se valer de remédios heroicos fiscais e monetários que hesitam em adotar e talvez, em algum momento, precisem mesmo buscar socorro nas economias dos

grandes emergentes, entre os quais estamos nós, e que não estão ainda preparados nem, a rigor, dispostos – sobretudo sem a contrapartida de maiores fatias de poder nas instituições intergovernamentais e, portanto, na governança global – a assumir as responsabilidades adicionais que os recentes acontecimentos – sobretudo nos últimos três anos – passaram a reclamar.

Desde o atentado contra as torres gêmeas os Estados Unidos envolvidos em duas guerras impopulares, caras e inconclusivas – no Iraque e no Afeganistão – assistem a erosão do consenso interno sobre quais devam ser suas posições no mundo, a radicalização do pensamento político da direita doméstica e a um forte impulso fundamentalista religioso. O pensamento da direita americana impulsionado por uma confiança, que se provou em mais de uma ocasião equivocada, de que os dados demográficos, políticos e econômicos do país prometiam uma maioria virtualmente assegurada para os candidatos que refletissem o pensamento mais conservador no país conspirou para que os Republicanos tentassem retirar sustentabilidade da Presidência Clinton e, agora, de maneira ainda mais intransigente voltassem a utilizar práticas semelhantes contra um eventual sucesso da administração Obama, presidentes ambos que, com suas eleições, desmentiram a expectativa republicana de poder contar, pelo futuro previsível, com uma presença assegurada para os seus candidatos na Casa Branca.

Um dos principais elementos detonadores dessa difusa, mas persistente insatisfação que levou dois democratas à Casa Branca é a defeituosa administração econômica e sobretudo o fato da crescente concentração da riqueza dos Estados Unidos nas mãos de segmentos cada vez menos numerosos da população. Os números – mesmo que utilizados de uma maneira algo simplista – mostram que o um por cento mais rico da população do país detém hoje cerca de 24% da renda nacional e que isso representa uma elevação de 10 pontos percentuais sobre o quadro que prevalecia vinte anos atrás e que esse extraordinário percentual seria mesmo maior do que o que se observava quando em 1929 começou a grande depressão. Some-se a isso o custo político e econômico da luta contra as drogas, os problemas com a imigração ilegal, o aumento da população carcerária dos Estados Unidos, a influência crescente dos

grupos de origem africana, latina, islâmica e asiática na vida americana e tem-se o quadro que pode e deve servir de pano de fundo para explicar os movimentos de insatisfação popular de que o *Tea Party*, pela direita, e o *Ocupem Wall Street*, pela esquerda, são os exemplos mais eloquentes.

Há importantes diferenças entre os dois movimentos e é útil acentuar mais as diferenças entre um e outro do que as suas semelhanças. É verdade que o movimento do *Tea Party* representou e representa, do ponto de vista da direita uma insurgência contra as correntes mais moderadas e mais pragmáticas do Partido Republicano mas esse movimento não procurou prioritariamente sua legitimação nas ruas e nas praças mas quis, sobretudo, influir desde o início na seleção dos candidatos, dentro da legenda republicana a cargos eletivos, no executivo e no judiciário que, eleitos, passariam a ser os porta-vozes do novo pensamento conservador.

O impulso central do *Tea Party* é fundamentalmente conservador, reducionista e mesmo nostálgico de um Estados Unidos que talvez nunca tenha existido e que se baseia em valores melhor expressos pelas tradicionais comunidades protestantes das pequenas cidades da América.

Essa é uma primeira grande distinção a fazer entre os que querem ocupar Wall Street – amplamente associados com o ideário do Partido Democrata (sobretudo em sua vertente mais liberal) e os que, através da convocação e do ativismo do *Tea Party* procuram influenciar, através de um Partido Republicano que passariam a controlar os rumos do governo dos Estados Unidos.

Não é difícil quantificar a influência do *Tea Party* já que isso pode ser medido pelo número de candidatos eleitos sob sua bandeira, pela mudança de ênfase e de prioridades no discurso republicano, pelo resultado de votos proferidos na Câmara e Deputados e no Senado em Washington bem como pelas decisões contabilizadas em Assembleias estaduais e naqueles encontros tão característicos da América das pequenas cidades: os *town hall meetings*.

Por outro lado é muito difícil – senão mesmo impossível – definir os limites da influência, até agora pelo menos, da mobilização pela ocupação de Wall Street já que o movimento continua a se desdobrar em múltiplos cenários urbanos, dentro e fora do país, e a procurar se definir no embate

do dia a dia e carece ainda de estruturas reconhecidas de liderança e de uma lista organizada de queixas e reinvindicações que possam ser tabuladas e apresentadas, mesmo que de forma ainda provisória, como um programa coerente de ação.

O foco central do movimento e o motor mesmo dos que o impulsionam é a indignação contra a desigualdade e a impunidade, contra a falta de ética e as práticas irresponsáveis do mundo financeiro norte-americano que teriam levado o país à crise recente por uma combinação de avidez pelo lucro e insensibilidade social e moral dessa comunidade que não só escapou virtualmente livre de punições e perdas como conseguiu mesmo, através de um escandaloso sistema de bonificações e outros pagamentos compensatórios lucrar enquanto o resto do país pagava por seus desmandos e muitos perdiam suas poupanças, suas casas e seu emprego.

A indignação moral do movimento é talvez sua grande força motriz. Os métodos dos ativistas não encontram, contudo, respaldo nas práticas habituais da sociedade americana preocupada com a manutenção da lei e da ordem – em escala municipal, estadual e federal – e que se inquieta ao se dar conta que, depois de várias semanas, o movimento continua a resistir e que, embora não tenha conseguido, até agora, mobilizar grandes números para a ocupação não só de Wall Street mas também de muitas outras ruas e praças , em várias cidades dos Estados Unidos não dá sinais de esmorecer em seu ativismo e na intensidade de seu discurso.

É da natureza dos movimentos de rua marcados por uma larga medida de imprecisão de sua agenda (ou mesmo no caso pela inexistência de uma agenda) que, dissipado o impacto da novidade e do valor jornalístico das notícias e frente a uma resistência tenaz das autoridades constituídas que o impulso mobilizador se enfraqueça. Um outro risco é o de que algum tipo de grave violência – contra pessoas ou bens – por parte dos ativistas (ou mesmo contra eles) inquiete ainda mais os setores conservadores da sociedade e fortaleça o impulso de repressão aos manifestantes e que esse tipo de episódio seja utilizado para procurar deslegitimar um movimento que, desde o início enfrentou o repudio do poder econômico (definido agora como uma "plutocracia" palavra que evoca más recordações por sua utilização sobretudo na década de 30 e que parece ter voltado ao uso corrente) e

de grandes setores da vida política que identificam nos protestos a mais veemente rejeição da ideia de *business as usual* e a mais profunda reação contra as regras do jogo político e financeiro norte americano ocorrida desde a década de 30 quando o gênio político de Roosevelt desfez sem ruptura violenta o sistema que até então prevalecia e realizou, através do New Deal uma verdadeira reforma das práticas e da distribuição de poder e riqueza na sociedade americana.

Enquanto o *Tea Party* é um fenômeno intensamente americano o impulso dos que pretendem ocupar Wall Street é muito mais internacional em seus métodos e discurso, mais cosmopolita e se vê identificado com outros movimentos de mesma sinalização que afloram, nestes últimos tempos, em vários países da Europa no Canadá.

A trajetória da democracia nos Estados Unidos tem sido acompanhada, ao longo do tempo, por um grande número de protestos que, em alguns casos se esvaíram e, em outros, foram o início de irresistíveis campanhas por mudanças profundas na maneira pela qual os Estados Unidos se comportam e são governados. Para que não se imagine que a história começa agora é bom recordar a frase de Harry Truman de que "o que parece novo é a história que a gente não leu" e vale fazer uma viagem por bibliografias e *sites* facilmente encontráveis que enumeram esses movimentos (que foram em seu tempo ruidosos controvertidos e ocasionalmente violentos) e descrevem os que se consolidaram e os ficaram pela beira do caminho. Em certos casos uma derrota de um determinado movimento popular não é uma sentença definitiva da história e a mesma causa, com outros atores e outras roupagens, vai reaparecer poucos anos depois de forma irresistível e alcançar a vitória que lhe foi negada apenas alguns anos antes.

Em décadas recentes os movimentos de maior expressão popular nos Estados Unidos foram os que mobilizaram forças e sentimentos em favor da causa do combate à desigualdade racial – impulsionados pela visão de Martin Luther King – os que canalizaram os protestos contra a Guerra do Vietnam, os que buscavam e buscam a alteração das regras do comércio internacional e refletem o temor dos efeitos da globalização, sobre a criação de empregos domésticos e a competitividade dos produtos

manufaturados nos Estados Unidos e aqueles que queriam que o presidente Richard Nixon, desacreditado, deixasse o poder.

Mais abrangente foi o grande movimento de repúdio aos valores da sociedade americana que prevaleceram até o fim da era Eisenhower e que foram desafiados por uma contracultura Hippie (para dar o nome impreciso que servia para englobar todos os ativistas dessa quadra) e que, ao erodir valores tradicionais da sociedade americana ajuda a explicar a reação contra a essa visão libertária secular e racionalista da história que é, no fundo, a que se contrapõe a grande onda conservadora que varre a América nos últimos trinta anos.

São numerosos os movimentos de caráter mais local ou regional que, também nos últimos anos, empolgaram setores da sociedade norte americana e que, tendo podido fazer ouvir seu protesto ou tendo conseguido a correção, mesmo que parcial, dos desacertos contra os quais se insurgiam ou bem consideraram que o trabalho estava feito ou resolveram esperar momento mais propício para levar avante uma nova etapa da causa que os mobilizava. A lista é longa e iria desde as lutas apaixonadas pró e contra o aborto, pró e contra o casamento gay, contra os abusos sexuais por parte de setores do clero, contra o fumo e contra sobretudo a práticas vistas como prejudiciais à qualidade e a preservação da sustentabilidade do meio ambiente.

Não é difícil entender a preocupação norte-americana com a ideia da ocupação de Wall Street visto como um movimento que se espraia e reponta, aqui e acolá e que expulso de um palco de ação reaparece em vários outros com a autoconfiança de quem acredita ter o respaldo de uma grande parte da opinião pública, americana e internacional e também ajudada pela retórica que faz com que seus militantes se considerem parte e porta-vozes dos 99% da população espoliados pelo 1% que se apropriou de parcela tão desmesurada da riqueza nacional.

Os americanos sabem como sua história doméstica é pontilhada por uma violência que se encontra logo um pouco abaixo da superfície. Tem a memória histórica de uma Guerra Civil que literalmente e durante vários anos dividiu o país. Quatro de seus Presidentes foram assassinados

enquanto ocupavam o poder: dez outros foram vítimas de atentados e há a suspeita de que dois outros possam ter sido eliminados de forma violenta.

Os atuais distúrbios têm o perfil que inquieta os que cuidam da ordem pública. Não é fácil rotular os manifestantes de uma maneira que faça com que a sociedade veja sua causa com repulsa muito embora sejam muitos os que condenam seus métodos de ação. Não é fácil aplicar-lhes qualquer rótulo racial, religioso ou ideológico. São um recorte do mosaico que é a sociedade dos Estados Unidos e falam, certamente não em nome de 99% da população, mas em nome de grandes segmentos que se sentem prejudicados e ameaçados e que estão dispostos se não a aderir pelo menos a escutar os militantes que agem em seu nome.

Talvez hoje se possa dizer que nos Estados Unidos a definição de uma maioria seja um somatório de minorias. Seria talvez essa a melhor maneira de identificar os militantes ao reconhecê-los como um somatório de minorias.

Órgãos de segurança e de informação e seus agentes, moldados pelos esquemas que prevaleceram durante a guerra fria e os anos de enfrentamento ideológico e de poder entre o leste e o oeste, são hoje confrontados por um movimento, a rigor, acéfalo, e cujas táticas se vão forjando ao sabor as circunstâncias e onde a convocação se faz através da imensa agilidade e alcance das redes sociais e onde, mais do que o número de manifestantes em qualquer episódio o que fato importa são os grandes números dos que se comunicam e se coordenam pelo Facebook e pelo Twitter.

Os Estados Unidos enfrentam, de alguma forma e de forma muito atenuada e modificada, sua "primavera árabe" interna e encontram as mesmas dificuldades de governos no Oriente Médio que não souberam (e não sabem) responder a um desafio tão ágil e tão disperso e que não pode ser decapitado porque, literalmente, não há cabeças a cortar.

Não vejo sinais, até agora, de que o movimento dos que desejam ocupar Wall Street tenha perdido adeptos ou dê sinais de esgotamento. Há na Internet, especialmente no *site* "We are the 99%", para citar apenas um, campanhas de grande simplicidade e acredito de imenso alcance em que pessoas de todas as origens, idade e circunstância dizem, como suas vidas foram afetadas de forma desastrosa pela ganância e pela corrupção de Wall

Street. Mesmo quando, em muitos casos, não se possa estabelecer uma causalidade direta entre as crises pessoais que essas pessoas enfrentam e os malfeitores de Wall Street o efeito cumulativo da campanha me parece que já é e será ainda mais extraordinário e que, mais cedo ou mais tarde, todos esses protestos e indignação serão canalizados de alguma forma, para levar o sistema financeiro dos Estados Unidos (e por extensão o mundial) a empreender uma campanha de restauração de valores e de práticas que permitam a uma reaproximação com a sociedade e, de alguma forma, estimule uma redistribuição de riquezas e oportunidades.

Em algum momento – não necessariamente próximo, mas que não pode ser adiado para muito mais tarde – os ativistas do *Occupy Wall Street* deverão se engajar na canseira da ação política como ela deve ocorrer dentro do quadro institucional de uma democracia madura: formular propostas, atrair apoios, lançar candidatos aos postos eletivos sem o que seu ímpeto poderá logo se dissipar.

Seria uma pena se um impulso de solidariedade e protesto, em última análise, vigoroso e com evidente ressonância na sociedade se esgotasse apenas no jogo de manifestações e agitação e que desse impulso não perdurasse uma herança valiosa para a evolução da cultura política dos Estados Unidos.

Os que se propõem a ocupar Wall Street encontraram em casa e no exterior uma ruidosa caixa de ressonância para suas reclamações. Existe um sentimento de que o jogo não poderá continuar a ser jogado como tem sido nos últimos anos e se consolida a descrença de que os mercados – não regulados – possam encontrar por si sós a sabedoria e o comedimento sem os quais nenhum sistema estável pode funcionar. Um ativista diria que não será mais tolerável privatizar lucros e socializar prejuízos.

Imaginar que em uma democracia consolidada e madura como a que existe nos Estados Unidos os protestos bastarão para levar adiante as importantes revisões de atitudes e práticas que a superação da crise atual reclama parece uma expectativa pouco realista. O problema para o movimento de ocupação de Wall Street reside em procurar manter sua informalidade e seu vigor e, ao mesmo tempo, procurar se infiltrar no *mainstream* da política norte-americana.

Não se pode descartar que uma séria e crescente deterioração das expectativas econômicas dos Estados Unidos possa por si só oferecer ao *Occupy Wsall Street* o combustível de que precisa para continuar nas ruas e, ao mesmo tempo, ganhar posições e influência nos recintos fechados onde se formula e se executa a política norte-americana.

É difícil prever como o jogo sucessório nos Estados Unidos já plenamente lançado há de afetar o ânimo dos militantes e as atitudes de opinião pública do país. As próximas eleições presidenciais marcadas para novembro de 2012, deverão ser certamente afetadas pelos dois grandes movimentos de ideias que hoje se enfrentam, o do Tea Party, de um lado, e o dos que querem ocupar Wall Street do outro e que simbolizam a extrema ruptura atual da política nos Estados Unidos. Esse enfrentamento, expressão mesma do grande impasse político que Washington hoje atravessa, deverá levar a uma das eleições mais polarizadas e mais rancorosas das últimas décadas.

Impressiona hoje a quem visita Washington – e essa impressão seria a mesma em outras cidades, mesmo que menos politizadas do que a Capital do país – o distanciamento de posições entre os membros dos dois grandes partidos políticos, a intransigência das teses defendidas por cada grupo e como em todas as "mídias" não existe mais uma preocupação primária com a objetividade, como padrão de comportamento, mas a aceitação de que cada comentarista é um ator engajado em um dos lados do grande debate nacional.

Talvez fosse preciso recuar até l968 quando um conjunto de protestos se fez ouvir ruidosamente e ao mesmo tempo contra a Guerra no Vietnã, contra o uso da força e a repressão nos *campus* universitários e contra valores e atitudes que eram vigorosamente desafiados pela contracultura. Como em 68, a *malaise* e a intranquilidade transcendem fronteiras e criam, em vários países e culturas, um clima de exaltação e protesto.

Novamente agora os Estados Unidos, divididos e traumatizados, procuram remendar suas cercas políticas, mas parecem estar longe, ainda, de encontrar um novo terreno comum e novos valores que permitam algum tipo de aproximação entre grupos frontalmente enfrentados. Não é fácil a esta altura ler nas entranhas dos acontecimentos em curso o rumo que as coisas vão seguir. Pode-se, contudo, dizer que os Estados Unidos vivem uma

grave ruptura de seu diálogo interno e que todo um ciclo de convivência entre os poderosos sobretudo os que atuam no mundo financeiro e a classe média chega ao fim e que a ruptura reclama um importante esforço de superação de divergências e negociação de novas bases para a ação futura. Talvez a forma mais breve de descrever o que agora acontece seria dizer que se trata de mais um episódio do feroz enfrentamento e na longa divisão, na vida americana, entre Main Street e Wall Street.

Os Estados Unidos estão fraturados e incapacitados de agir, no curto prazo, de uma maneira que reforce convergências e estão sem saber como criar as bases da superação dos impasses atuais. Os Republicanos parecem preferir procurar impedir a qualquer preço um segundo mandato para Obama e agora o tempo se faz escasso para que antes das próximas eleições presidenciais os Estados Unidos as possam redefinir prioridades e restabelecer condições mínimas suficientes de diálogo para que a administração pública possa ser conduzida de forma racional e que se criem condições que facilitem uma eficaz governabilidade daquela que é e deverá continuar a ser por muitos anos, a principal economia mundial.

Desde o *crash* de 1929 as grandes turbulências que os Estados Unidos tiveram de enfrentar podiam ser atribuídas, a fatores externos que, como ondas de choque, de maior ou menor intensidade, impactaram os Estados Unidos.

A recente crise dos *subprime* teve a característica de ter sido gerada, de forma quase que exclusiva, por fatores endógenos e não foi possível criar o cenário pelo qual rivais ou inimigos externos pudessem ser responsabilizados primária ou mesmo acessoriamente pelo que ocorreu. Não podendo encontrar o bode expiatório externo, voltam-se os Estados Unidos contra si mesmos e aprofundam, até quase o ponto de ruptura, as tensões entre os diferentes setores de sua sociedade.

Por tudo o que se conhece sobre o movimento para ocupar Wall Street não se observa nele uma visão nostálgica com relação aos valores e à performance das economias centralmente planificadas dos anos de influência do Império Soviético. Não vejo comentaristas que busquem hoje resgatar aquela experiência e que pretendam que a economia, comandada

pelo Estado e engessada pelas burocracias, era mais eficiente do que aquela que responde aos impulsos do mercado.

O que parece estar acontecendo – e talvez venha a ser a grande herança do movimento que se espalha pelas ruas da América do Norte e as de alguns países europeus – é o reconhecimento de que uma medida de fiscalização e controle mais eficaz sobre os agentes econômicos se impõe, suficiente para regular processos e impedir evidentes desmandos, mas não tão rígida que sufoque a criatividade e a energia dos atores privados.

Se identifico nos que integram o movimento do *Tea Party* uma evidente dimensão nostálgica e o impulso da volta a valores e práticas que correspondem, no imaginário de seus adeptos, ao que existia na América dos primeiros anos os que reclamam que se ocupe Wall Street estão muito mais focados nos problemas atuais e querem regras do jogo não inspiradas no que já existiu, mas ajustadas aos desafios do presente e do futuro previsível. O movimento do *Tea Party* parece entranhadamente americano em sua origem, discurso e imaginário enquanto os que querem a ocupação de Wall Street tem uma visão cosmopolita do mundo e aproximam sua causa do que acontece e pode vir a acontecer em outros países. Porque não vejo que a atual turbulência internacional possa ser contornada ou superada nos próximos meses minha convicção é que o movimento pela ocupação de Wall Street ganhará, no futuro imediato, maior ressonância dentro e fora dos Estados Unidos e que o movimento receberá cada vez mais a influência de outras correntes, desde a dos "indignados" espanhóis até a dos ativistas canadenses país onde, a rigor, o movimento se iniciou. Outras correntes de opinião e protesto irão se juntando à medida que a crise econômica mundial, como temo que vá ocorrer, se instale se aprofunde.

Não é fácil prever como a crise – ou melhor dito esse conjunto de crises que o mundo hoje atravessa – influenciará as próximas eleições presidenciais americanas para além da constatação, evidente, de que a luta eleitoral será travada, visceralmente, entre os que expressam a ideologia do *Tea Party* e os que apoiam a da ocupação de Wall Street antes do que entre as correntes historicamente mais tradicionais dos republicanos e dos democratas. De alguma forma as duas bandeiras de tal maneira conquistaram a imaginação da opinião pública e tão bem representam,

uma e outra, o âmago do pensamento de cada partido que não é fácil ver o jogo eleitoral, nos próximos meses refluindo para o leito mais amplo e mais sereno dos debates tradicionais entre as duas grandes coalizões através das quais costuma se expressar o bipartidarismo americano. Por outro lado, ambos os movimentos são uma grande simplificação de causas e tendências muito mais complexas e não seria bom que republicanos e democratas, ao se fazerem caudatários de uma ou outra corrente, aceitassem ser apenas as caricaturas de seus ideários como a adesão a qualquer dos dois movimentos sugeriria.

O Brasil vive um momento que aponta em direção contrária ao que acontece nos Estados Unidos. Há entre nós, de fato, um esforço bem-sucedido para uma melhor distribuição da renda e observa-se uma redução das desigualdades sociais e econômicas. Não haveria, portanto, clima aqui para que um movimento como o de *OWS* prosperasse como também seriam alheios à nossa história e à nossa circunstância os caminhos do *Tea Party*. O que talvez não possamos evitar é que o agravamento e a difusão da crise mundial nos atinjam e nos obriguem a redimensionar, para baixo, as nossas expectativas de crescimento.

A diplomacia de Salazar (1932-1949)[1]

As coincidências e as convergências entre Portugal e o Brasil no período em que se ocupa o livro de Bernardo Futscher Pereira não são poucas nem são marginais. Não quero levar essa noção de semelhanças longe demais. A geografia, a circunstância política de cada país, o momento histórico que ambos viviam não eram os mesmos nem, a rigor, podiam ser vistos como especialmente próximos.

A criação de uma Europa unificada ainda estava distante e Portugal permanecia, no essencial, um país ibérico e atlântico com suas projeções tradicionais em direção à África, à Ásia e à América. Durante o período em consideração continuava importante a imigração de portugueses para o Brasil e importante também a presença de investimentos lusos no comércio e na indústria brasileiras.

Haveria ainda a assinalar a identidade dos rótulos que Brasil e Portugal deram ao ordenamento político e social que criaram nesse período. Embora a denominação cobrisse realidades diferentes não eram poucas nem insignificantes as afinidades que existiam entre os dois modelos.

Nos dois lados do Atlântico aquilo que se criou foi chamado, por Salazar e por Vargas, de "Estado Novo" e pode ser visto como um modelo autoritário, concentrador de poderes, oposto ao comunismo e bem mais indulgente com relação ao fascismo, ordenamento político com o qual os regimes em Portugal e Brasil tinham acentuadas afinidades. A diplomacia desses anos em ambos os países, foi marcada também, por um viés que se poderia rotular como oportunista e realista buscando induzindo Portugal e o Brasil a fazerem a aposta certa para que pudessem ser vistos como amigos e aliados pela coligação eventualmente vitoriosa na II Guerra Mundial.

À luz desses critérios pode-se afirmar que a diplomacia perseguida por Salazar – e aquela adotada entre nós por Getúlio Vargas – foi bem-sucedida já que ambos os países emergiram da guerra na coluna dos

1 Livro de Bernardo Futscher Pereira, publicado pela Editora Dom Quixote (Portugal, 2012).

vencedores, e tendo preservado não só a integridade de seus territórios e no caso de Portugal também intacto o seu espalhado império. No caso do Brasil, como país combatente na frente italiana na fase final do conflito, houve um dividendo adicional de credibilidade e prestígio que nos deu mesmo algumas credenciais para procurar obter, já então, um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU organização de que fomos um dos sócios fundadores.

Aqui, novamente, não quero levar longe demais a simetria de políticas e intenções entre o Brasil e de Portugal e reconheço que a nossa situação no hemisfério ocidental e os impulsos do pan-americanismo nos impeliram com menos reservas e menores ambiguidades do que aquelas que enfrentou Portugal em direção à causa aliada. A nossa equação diplomática era seguramente mais simples.

Além do exame das forças que determinaram que Portugal trilhasse no período uma linha diplomática consistente e cautelosa a obra do embaixador Futscher Pereira – que hoje representa seu país na Irlanda – é uma análise perceptiva e informada da personalidade de Antônio de Oliveira Salazar, ditador atípico naquela quadra marcada pelas atitudes histriônicas dos líderes, por retóricas retumbantes e por personalidades e comportamentos voltados para a empolgação e a sedução das massas. Salazar emerge com seus traços de sobriedade de austeridade e como um condutor prudente de um país que não dispunha de poder próprio para desafiar atores muito mais poderosos.

A trama dos interesses envolvidos na definição da conduta diplomática de Portugal naquela quadra é densa e intrincada. Havia o peso do "franquismo" na Espanha vizinha; havia os desafios criados pelo imperativo de acolher numerosos refugiados (judeus ou não) expulsos de seus países pela maré nazifascista; havia a importância de Portugal como centro de espionagem e de outras atividades clandestinas; havia por fim, a pressão das potências do Eixo, por um lado, e o peso, por outro, da antiga aliança com a Inglaterra que remontava, ininterrupta, até o remoto século XIII e que sobreviveu, intacta, aos grandes desafios daquele momento.

Havia, também, o interesse dos aliados de se assegurar bases e acessos nos Açores e na Ilha da Madeira, pontos de apoio importantes para definir quem venceria a grande batalha que se travou no Atlântico Norte.

Todo esse emaranhado de motivações e personalidades é aquilo de que o livro trata com riqueza de fontes e rigor de pesquisas. Ao fazê-lo a obra se faz leitura de especial interesse para os portugueses, naturalmente, e para os demais grandes atores naquela que merecidamente se chamou de uma guerra mundial.

Para leitores brasileiros além do sentimento de proximidade – e às vezes, mesmo de cumplicidade – com o que acontece em Portugal importa o registro de momentos em que das duas margens do Atlântico e governados por regimes não democráticos fizemos uma opção diplomaticamente e sábia e, em última análise, moralmente correta de nos associarmos as democracias que venceriam a luta e desenhariam o mundo dentro do qual até hoje vivemos.

O autor, já beneficiado por um certo distanciamento no tempo, dá a Salazar um tratamento objetivo e isento. O ditador é resgatado, em não pequena medida, pela sua lucidez, por sua prudência e astúcia ao jogar cartas difíceis e por ser tão arraigadamente – para o bem e para o mal – um autêntico líder português nascido por assim dizer das entranhas mesmas da história de seu país.

Em 1949, Portugal é aceito como um dos membros originais da Aliança do Atlântico Norte (OTAN) e com isso se encerra o ciclo de que trata o livro e que tem início com a chegada de Salazar ao cargo de primeiro-ministro, em 1932.

Os impérios coloniais tradicionais – e entre eles o português – serão desfeitos e Portugal se voltará, mais tarde, quase que exclusivamente para a sua inserção no continente europeu o que correspondeu uma nova e inevitável aposta que após um longo período de bonança atravessa agora uma navegação tormentosa. Mas esse será um outro capítulo e um outro momento da longa história de Portugal.

A Nova Ordem Mundial[1]

O grande e longo ciclo de enfrentamento de poder e ideológico que definiu a segunda metade do século XX terminou sem que se houvesse desenhado uma nova ordem mundial que emergisse da queda de braço que durante cerca de 40 anos separou o campo das democracias regidas pela economia de mercado dos estados centralmente planificados e governados por regimes autoritários através de partidos únicos.

Continuamos assim a viver dentro da moldura de uma ordem internacional que, em suas linhas gerais, remonta ao fim da II Guerra Mundial e em cujo epicentro está o sistema das Nações Unidas e que inclui suas Agências Especializadas, uma arquitetura feita a partir da Conferência de São Francisco e complementada pelas estruturas econômicas internacionais criadas mais tarde em Bretton Woods.

A essa malha fundamental de acordos e instituições se vem somar, mais tarde e gradualmente, numerosas agrupações que são reflexo das alianças e dos enfrentamentos da Guerra Fria e de que são exemplos, entre outros, a OTAN e o já extinto Pacto de Varsóvia o Grupo dos Oito, a OCDE, o Movimento dos Países Não Alinhados para citar apenas alguns.

Ainda mais tarde, a esse mosaico de instituições e acordos, se somam o Grupo dos Vinte, a Organização Mundial do Comércio (que evolui a partir do GATT) e ainda outras entidades mais recentes que devem sua existência seja a ampliações da agenda mundial (como por exemplo o UNEP – para nós a sigla é PNUMA – para cuidar de questões do meio ambiente e o Conselho dos Direitos Humanos), e ainda outros instrumentos que devem sua existência à grande crise econômica mundial que se iniciou em 2009 e que ainda perdura. Essas novas estruturas são, também, um reflexo da crescente interdependência entre Estados, povos, mercados e empresas, imenso e acelerado processo a que se costuma dar o nome de

1 Original: *Carta Mensal*, n. 693, 3-17 dez. 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20180426_cartamensaln.693_dez_2012p.3_17_.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2026.

globalização. Esse universo das instituições internacionais – globais ou regionais – e aqui menciono apenas algumas das principais serve como ilustração de algumas ideias que quero desenvolver.

Novos tempos e novas circunstâncias não produziram, ao cair o muro de Berlim, como vinha ocorrendo desde o século XVII o impulso para que a sociedade internacional, ao se esgotar um ciclo histórico, se reunisse em Congresso ou Assembleia para definir novos rumos e prioridades. Vivemos assim hoje aproveitando um mosaico formado por instituições que correspondem a momentos anteriores da história recente e não se vislumbra, no futuro previsível, um amplo e coerente redesenho da arquitetura mundial.

Achei importante observar, logo no começo desta exposição, que não identifico nenhum grande impulso para a redefinição da ordem mundial, apesar de vivermos hoje em uma sociedade verdadeiramente planetária com um grau inédito de complexidade e interdependência e caracterizada por uma geometria muito variável de alianças, interesses e enfrentamentos. Meu objetivo será o de trazer, espero, alguns esclarecimentos sobre o momento que vivemos e procurar vislumbrar alguma coisa do que o futuro nos pode oferecer.

Talvez a própria complexidade da rede de vínculos e relações entre povos e nações – processo em constante expansão – tenha ele próprio contribuído para que o sistema internacional não tenha sido capaz de identificar novos caminhos e soluções para os desafios que se devem enfrentar. Assediada pelo novo a sociedade internacional se tem refugiado naquilo que já existe e feito apenas indispensáveis adaptações e ajustes já que não existe a vontade política de se proceder a uma ampla revisão de regras e práticas.

Não há como fugir, ao tratar da organização da vida internacional, a começar a contar o tempo a partir da Paz de Westphalia que, em 1648, assenta a bases para a sociedade internacional moderna edificada sobre os Estados Nação, e regida por princípios que embora modificados e redefinidos nos acompanham até hoje.

Mais do que um instrumento isolado os entendimentos a que se chegou naquela ocasião foram a consolidação de vários acordos negociados

em cidades relativamente próximas em intervalos de tempo também próximos e que iriam encerrar uma série de conflitos dinásticos e religiosos que vinham se estendendo ao longo de muitas décadas e seriamente prejudicando a estabilidade na Europa.

O que se negocia na Westphalia é pedra fundacional e elemento precursor do que se examinará mais tarde nas grandes conferências internacionais subsequentes: o Tratado de Viena em 1815, o Tratado de Berlim de 1884-1885 (sobre a partilha colonial da África), o Tratado de Versailles de 1919 e, finalmente, o Tratado de São Francisco de 1945.

Achei melhor não ir mais para trás nessa indagação porque a realidade das épocas anteriores era tão diversa do que se construiu depois que não seria fácil usar as circunstâncias de outras eras para encontrar pontos de semelhança com a nossa realidade. Deixo assim de lado a Pax Romana que foi , durante séculos a expressão do poder hegemônico daquele grande Império sobre grande parte do mundo então conhecido e também não me refiro aqui à ascendência do Papado durante a Idade Média sobre a vida internacional e faço apenas uma referência fugaz à Pax Britannica que, em boa medida, sob a hegemonia inglesa permitiu que o século XIX , depois do ciclo de guerras napoleônicas fosse cruzado com relativa segurança e sem rupturas devastadoras graças a uma política baseada no equilíbrio de poder (que em inglês se chamava *the balance of power*) que só irá falir cem anos depois ao começar a Grande Guerra em 1914.

Uma outra limitação da abordagem que escolhi reside que ela não trata senão de passagem da presença dominante, durante séculos, da China na Ásia nem a do Califado e do Império Otomano sobre o Oriente Médio e o Mediterrâneo Oriental. Não conheço bem essas dimensões da história e preferi, assim, um tratamento eurocêntrico do tema embora reconheça que isto é uma limitação e representa um viés que privilegia uma visão em alguma medida restrita.

De qualquer forma importa dizer o estudo do ordenamento da vida internacional é matéria muito mais breve e limitada do que o estudo dos conflitos e das guerras ao longo da história. Dito em outras palavras a história da paz e da busca da paz é muito mais breve e recente do que a história das guerras que têm sido, essas sim, nossas companheiras

de viagem desde os primórdios da história escrita e, seguramente, da experiência humana antes disso.

A guerra tem sido uma companheira constante da humanidade e a paz e a ordem representaram, sobretudo até pouco tempo atrás, um sempre precário interlúdio até que forças se reagrupassem e um novo – ou o mesmo – ciclo de enfrentamentos que parecia ser parte inextricável e recorrente da experiência humana fosse reiniciado.

Seria interessante, mas talvez uma longa digressão que me afastaria da rota, falar dos primórdios da evolução da ideia de uma ordem mundial estável e destacar o papel que, nessa formulação, tiveram alguns grandes pensadores e, nesse campo, pioneiros como foram Kant e Jeremy Bentham.

Até a metade do século XIX foi possível estabelecer para um bom número dos conflitos armados uma relação de custo/benefício que permitia que, muitos deles, pudessem ser vistos como alternativas aceitáveis de ação política. Como disse memoravelmente Clausewitz: "a guerra é a continuação da política por outros meios". Foi a revolução industrial e os imensos progressos da ciência e das tecnologias, acompanhada da capacidade de mobilização sustentável por longos períodos de enormes recursos e o decorrente poder de destruição assim engendrado que fizeram com que as guerras, de forma crescente, fossem percebidas como *no win situations* nas quais qualquer que fosse formalmente o vencedor as perdas e os danos dos combatentes excediam qualquer cálculo racional de ganho.

Esta nova realidade vai tomando forma ao longo da segunda metade do século XIX e fica evidente na Grande Guerra de 1914-1918 que, ao terminar, deixa a Europa prostrada e sem condições de retomar, de forma autônoma, as posições de liderança mundial que antes exercera.

As guerras que até então haviam sido essencialmente sazonais atingindo, no essencial, tropas que se enfrentavam e a população dos assentamentos humanos que estavam no caminho dessas tropas e as propriedades, a agricultura e os rebanhos por onde marchavam os exércitos passaram a ser o objeto de uma mobilização de todas as forças vivas de nações agora muito mais poderosas porque industrializadas, representando gastos imensos e uma não menor capacidade de destruição dos recursos

humanos e materiais dos adversários sem falar das suas próprias perdas em vidas e bens.

Com a compreensão de que as guerras se haviam transformado em empreendimentos que engajavam em tempo integral e por longo prazo todas as forças e recursos de um Estado vem a urgência de que se criassem mecanismos capazes de evitar ou limitar tais conflitos e o empenho para que se estabelecesse, de forma duradoura, uma ordem internacional aceitável e, portanto, durável.

O resultado desses esforços que se pretendiam permanentes foi a criação da Liga (ou Sociedade) das Nações que nasce da Conferência da Paz realizada em Versailles em 1919. Foi criação efêmera já que a não ratificação dos acordos pelos Estados Unidos e os terríveis erros criados pela aplicação de sanções extremamente punitivas sobre a Alemanha e as tentativas de bloqueio e isolamento da União Soviética fortaleceram a consolidação das ideologias autoritárias de esquerda e de direita e impediram que a experiência, embora bem intencionada, fosse duradoura e bem-sucedida.

A crise econômica mundial que começa com o *crash* de 1929 contribui também de forma decisiva para a degradação do cenário mundial e o acirramento das tensões e ressentimentos herdados da I Grande Guerra. Não vou além, já que o tema aqui não é a análise das causas próximas e remotas da segunda guerra mundial.

O que cabe ressaltar sobre a Liga das Nações foi ter sido ela a primeira tentativa de organizar de maneira institucionalmente duradoura uma ordem internacional pela criação de organismos e instâncias que deveriam evitar que as controvérsias se transformassem em conflitos armados. Procurou inspiração nas Conferências da Paz no Tribunal Internacional da Haia, mas foi além ao criar um Secretariado permanente e uma estrutura administrativa igualmente estável. A Liga das Nações não tinha, contudo, e como primeira tentativa reguladora, nem os instrumentos nem o poder para cumprir os seus elevados propósitos e não soube sobreviver aos embates da realidade internacional da década de 30.

Antes os esforços de ordenamento da vida internacional e acomodação de interesses dependiam do impulso criado por uma grande conferência e

pelos acordos que havia ensejado e, como costuma acontecer, esse impulso se dissipava com o passar do tempo e a superveniência de fatores que não foram previstos. Dissipavam-se assim as melhores intenções e voltavam a se acumular as desconfianças e as rivalidades habituais.

O insucesso da Liga não desencorajou as potências vitoriosas na II Guerra Mundial a criar um novo sistema de regulação internacional que incorporava algumas das lições aprendidas com o projeto anterior, contava com os Estados Unidos como membro fundador e além disso com Nova York como sede de organização.

Certas ingenuidades sobre o alcance e as possibilidades do desarmamento e a redução da retórica pacifista foram substituídas pelo conceito da segurança internacional, nome que foi dado ao conselho central do sistema.

O fato de que as Nações Unidas tenham sobrevivido por quase setenta anos, que o número de seus membros tenha passado dos quarenta e poucos iniciais para os mais de duzentos atuais é tributo à plasticidade e à capacidade de adaptação das instituições então criadas.

Acredito, no entanto, que esse longo período de paz que atravessamos deve mais – e não desejo parecer paradoxal ao afirmar isso – ao desenvolvimento das armas nucleares e seus vetores e às demais armas de destruição em massa do que à sabedoria dos que desenharam a Carta de São Francisco e depois conduziram as negociações multilaterais no pós-guerra. Foi mais o sucesso da política de dissuasão nuclear com todas as suas consequências estratégicas e táticas que permitiu que tenhamos feito essa já longa travessia desde 1945, afetados no essencial apenas pelo que convencionou chamar de conflitos regionais.

De alguma maneira os conflitos envolvendo diretamente as grandes potências migraram para teatros de operação periféricos e as lutas se travam muitas vezes através de atores interpostos e com a participação das grandes potências militares e industriais se fazendo de maneira indireta e de forma menos ostensiva.

Não houve, nas últimas décadas, acontecimentos tão traumáticos e profundos que obrigassem a que se fizesse uma revisão profunda e um redesenho da ordem internacional. Pelo contrário, a preferência da Superpotência vitoriosa no fim da Guerra Fria foi a de prosseguir no rumo

que se vinha trilhando e fazer apenas mudanças tópicas e pontuais para responder a novas circunstâncias e a novas exigências.

Os dois eventos de maior repercussão no período do pós Guerra Fria: o ataque em 11 de setembro contra as Torres Gêmeas em Nova York e a grande crise econômica mundial que veio à tona em 2009 provocaram respostas que não incluíam a exigência de que uma nova ordem mundial fosse criada ou, pelo menos, proposta.

No caso das ações terroristas contra seu território, os Estados Unidos preferiram, mais do que promover e atualizar o multilateralismo, fazer avançar sua capacidade de agir de forma isolada ou na companhia de um pequeno grupo de grandes aliados, considerados confiáveis e buscar apenas o aval das instituições internacionais para ações que decidira empreender de "motu próprio".

A invasão do Iraque reflete essa determinação na sua essência unilateral e mesmo no caso da ação contra o Afeganistão o que se buscou foi um respaldo formal das Nações Unidas e conduzir as operações militares de forma que resguardasse o máximo de autonomia para o que o Governo de Washington pudesse realizar seus planos e alcançar seus objetivos.

Apenas como ilustração, diria que a própria operação que levou à captura e morte de Osama Bin Laden foi realizada de uma maneira que excluía mesmo os aliados mais próximos e o próprio Paquistão onde o alvo se encontrava e levava em conta os interesses quase que exclusivos dos Estados Unidos. Não faço aqui uma censura à maneira escolhida de atuar, mas apenas destaco que os Estados Unidos estavam – como em ampla medida parecem continuar estar – agindo dentro um modelo que privilegia o uso isolado de seu imenso e incontrastável poder militar reservando-se à sociedade internacional um papel acessório e caudatário.

Nessas condições seria improvável que os Estados Unidos desejassem dar forma a uma nova ordem mundial em que, mesmo que certas vantagens fossem alcançadas, o resultado final provavelmente significaria uma diminuição das condições de poder que alcançou em 1945 e alguma limitação de sua capacidade de agir de maneira isolada.

Na vertente econômica da vida internacional novamente os Estados Unidos preferiram fazer certas adaptações da configuração aceita do poder

mundial e sem desfazer o Grupo do 8 encorajaram a criação do Grupo dos Vinte que é, talvez, como atualização do conceito de poder a agrupação mais inovadora dos últimos anos.

Ficou, de certa maneira, claro que os Estados Unidos preferem antes adaptar instituições e arranjos já existentes do que promover uma verdadeira revisão da ordem internacional. Exemplo disso é a disposição de aceitar uma paulatina e controlada mudança das regras de governança do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional sem, contudo, levar adiante uma mudança dos estatutos e práticas pelas quais se regem essas instituições.

O que, a meu juízo, serviria como prova de uma real intenção de mudar a ordem mundial seria a disposição de empreender uma reforma da Carta das Nações Unidas e, em especial, uma ampliação de seu órgão mais influente e poderoso: o Conselho de Segurança.

O que se observa, no entanto, é uma relutância de empreender qualquer tipo de processo negociador significativo para rever o tipo de ordem internacional que a Carta das Nações Unidas instituiu.

Não é difícil compreender essa relutância. Em primeiro lugar, qualquer ordem internacional já estabelecida tem como principais defensores os países que a desenharam e se consideram por ela adequadamente reconhecidos e que temem que, em qualquer reordenamento, seu papel ou sua influência serão menores.

Nessa situação estariam, em termos gerais, os cinco membros permanentes atuais do Conselho de Segurança que, mesmo que conservados nessa posição de privilégio, temeriam que o ingresso de novos grandes atores como o Brasil, a Índia, o Japão e a Alemanha diluiria, em alguma medida, sua influência.

Por outro lado, há os grandes atores nacionais que não seriam aquinhoados e que perseguem uma estratégia de obstrução a reformas de que se sentem excluídos. Assim, na América Latina, o México e a Argentina não desejam ver o Brasil elevado a uma posição superior àquela que ocupam. O mesmo ocorre na Ásia em que o Paquistão e a Indonésia não desejam ver a Índia promovida e um novo *status*. Também na Europa a Itália, a Suécia e a Espanha não verão com prazer a Alemanha ter confirmado seu

status de primeira potência continental. Na África, o Egito e a Nigéria trabalharão contra a seleção da África do Sul como a potência regional premiada. Haveria outros exemplos.

Vale dizer que na ausência de uma situação que altere de maneira decisiva a equação do poder mundial – como foi o caso depois das duas grandes guerras e como ocorreu em outros raros momentos da história moderna em que própria natureza da relação entre os grandes protagonistas da cena mundial se alterou – é difícil imaginar como se possa construir uma nova arquitetura para a relações internacionais. Minha convicção é de que o Brasil deve sinalizar sua disposição, sua disponibilidade e seus títulos para ocupar um espaço mais proeminente na hierarquia das relações mundiais mas deve se dar conta que quando isso vier a ocorrer será como consequência de uma profunda alteração das relações de poder comparativo e que, a rigor, é inútil e mesmo contraproducente procurar exercer um ativismo desnecessário de autopromoção que, em última análise poderá se transformar em um exercício essencialmente retórico.

Minha convicção é também a de que alguma demora nesse redesenho das relações internacionais interessa ao Brasil, na medida em que, como potência em ascensão, o passar de alguns anos deverá fortalecer ainda mais nossas qualificações e definir melhor o espaço que ocupamos na economia e no tabuleiro político mundial.

O cenário que menos nos convém seria aquele em que os Estados Unidos que ainda desempenharão nesse exercício o papel hegemônico que detém favoreçam uma elevação da Índia, do Japão e da Alemanha apenas e que fiquemos excluídos da nova ampliação e que tenhamos de esperar um outro momento que, em toda probabilidade, só deverá ocorrer muito mais tarde e em condições que hoje seria difícil senão impossível prever.

Quero acreditar que aquilo que nos foi negado em 1926 e que não chegamos a alcançar em 1945 ou seja sermos incluídos no círculo mais íntimo do poder mundial e parte dos diretórios criados pela Liga em Genebra e depois pelas Nações Unidas, em Nova York, está agora ao alcance de nossas possibilidades.

O nosso cuidado deve estar em não adotar políticas que por imaturas, oportunistas ou temerárias prejudiquem nossos títulos e qualificações e

continuarmos a ampliar e consolidar uma crescente credibilidade junto aos nossos principais parceiros e a sociedade internacional, através de seus principais instrumentos, como um todo.

Sigo meu próprio conselho e não me aventurarei em ir muito longe com previsões imprudentes sobre como será a ordem mundial que está na nossa frente. Algumas perspectivas, contudo, me parecem desde já como prováveis. A primeira é de que iremos em direção a um mundo certamente multipolar ou talvez mesmo não polar em que os interesses e as alianças serão acentuadamente dinâmicos e se cruzarão de várias maneiras para responder a múltiplas configurações de interesses locais, nacionais ou regionais.

As exigências crescentes do comércio de bens e serviços, os movimentos de capital e de mão de obra, e os grandes processos migratórios irão exigir não apenas novas instituições e novos instrumentos mas, sobretudo, a revisão de valores aos quais estamos acostumados.

A crescente escassez de certos recursos vitais entre os quais a água, os limites e as exigências que a administração das alterações climáticas imporá, a cobrança crescente das sociedades nacionais (e da sociedade internacional como um todo) de maior respeito aos direitos humanos e a adoção de um comportamento internacional mais aceitável e previsível deverão levar a uma mobilização crescente das sociedades locais através da ação dos governos e também e crescentemente através do ativismo organizações não governamentais da própria sociedade civil.

Com a perspectiva de que hoje dispomos a grande indagação que caberia fazer sobre o desenho e evolução da ordem mundial, nos próximos anos, é sobre como os Estados Unidos e a China irão de desenvolver seu relacionamento futuro no entendimento de que uma é a superpotência que definiu, em grande parte, os rumos da história no século XX e a outra aquela que depois de dois séculos, volta a ocupar o lugar que é tradicionalmente seu na hierarquia do poder mundial.

Tudo parece indicar que a ordem internacional se irá construir em volta do eixo Washington-Beijing e que o Oceano Pacífico – depois de um longo ciclo histórico de predominância atlântica, voltará a ser o mar onde se jogará o jogo principal. Tem sido fascinante observar como a

emergência da China se tem dado não sob a forma de um desafio de molde tradicional à hegemonia dos Estados Unidos, mas através de uma relação simbiótica que tem permitido que os dois gigantes encontrem uma linha de acomodação de seus interesses imediatos.

Dos problemas políticos herdados do século XX aquele que provavelmente mais demandará da capacidade de negociação e acomodação dos futuros estadistas é o complexo de questões que afetam o Oriente Médio entre os quais avulta a tensão permanente entre Israel e alguns e, às vezes, quase todos os seus vizinhos.

Como indiquei acima, a problemática do meio ambiente e dos direitos humanos deverá ocupar posição prioritária na agenda internacional do futuro que hoje é possível vislumbrar como também as questões relacionadas com o comércio internacional neles avultando os problemas relacionados com a propriedade intelectual e a transferência de tecnologias.

Se é provável que o poder se desloque para o Oriente; se os grandes emergentes (e entre eles nós) deverão ter um papel maior a cumprir a sabedoria convencional de nosso tempo sugere que a Europa terá um papel diminuído na vida mundial embora mantenha seus altos patamares de civilização e consumo em nível muito elevado sobretudo em contraste com os índices de desenvolvimento humano chineses, indianos e brasileiros, por exemplo.

Se toda previsão é arriscada e carrega consigo uma alta margem de erro certas projeções carregam um alto índice de probabilidade e as que faço acima me parecem estar dentro dessa categoria. O que faz o período da história que agora se inicia particularmente desafiador é que além das incerteza habituais da política e da economia estamos entrando em uma fase em que a ciência irá adentrar terrenos absolutamente novos e através de avanços hoje insuspeitados por nós nas biotecnologias, nas nanotecnologias, nas explorações espaciais e em muito outros setores estaremos, de alguma forma, reinventando a própria vida e avançando em campos antes fechados ao nosso conhecimento e quase à nossa própria imaginação.

Volto ao ponto de vista brasileiro que é, naturalmente, o meu. Nunca chegamos melhor equipados ao limiar de uma nova era. Temos

circunstâncias quase que ideais geopolíticas, sociais e econômicas para sermos um país líder dos novos tempos e poucas entidades nacionais chegarão ao novo ciclo melhor colocados do que nos pela dimensão do nosso espaço nacional, pela abundância de nossos recursos naturais, pela harmonia do convívio dos vários setores da nossa sociedade e porque como uma grande economia operando dentro de um Estado democrático de direito em harmonioso convívio racial temos condições ideais de sermos uma peça decisiva da nova ordem mundial.

Bom cinema, má diplomacia[1]

Não é habitual – e menos ainda desejável – que a função diplomática forneça enredos para emocionantes filmes de ação. Pelo contrário a diplomacia foi imaginada para servir como uma redutora de tensões e como um conjunto de procedimentos que buscam, sobretudo, levar uma questão a atingir aquelas condições mínimas de administração das variáveis e riscos que permitam que através de um processo intenso de diálogo e de acomodação de interesses seja possível chegar a um resultado que leve, eventualmente, a alguma solução que atenda às expectativas razoáveis das partes envolvidas. Nem sempre as coisas funcionam assim, mas esse deve ser o caminho a seguir.

Isto, por ser coisa tão evidente, não deveria precisar ser repetido mas o que aconteceu nos últimos dias com a fuga assistida por nós de um asilado político boliviano que estava, há bem mais de um ano, confinado em nossa Embaixada em La Paz e que foi escoltado pelo Encarregado de Negócios do Brasil (vale dizer naquele momento o chefe de nossa representação diplomática) e por agentes nossos até a distante fronteira como Brasil mostra, talvez, como é indispensável repetir lições e lembrar valores que, esquecidos ou negligenciados, podem levar a sérios imbróglios internacionais e criar descrédito para o Brasil, em terreno em que tínhamos consolidado, ao longo de muito tempo, merecida reputação de profissionalismo e maturidade.

Não se podia esperar muito da Bolívia, país que sofreu sérios processos, internos e externos de fragmentação e que vive agora uma fase de governo razoavelmente estável e democrático e que, com maior ou menor sucesso, busca atender reclamações populares longamente negligenciadas.

Ao Brasil interessa que a Bolívia dê certo, pela extensa fronteira comum, pela vizinhança amazônica e no rio da Prata, pelos laços no Mercosul e por toda uma série de outros interesses e acordos (energéticos,

1 Data: 2013.

sobretudo) que nos aproximam. Essa disposição nos tem levado, contudo, a ir longe demais na consideração indulgente de práticas bolivianas que não correspondem à natureza de nossas relações nem ao espírito e a letra dos acordos que ambos os países subscrevemos. A uma truculência boliviana demonstrada em vários episódios o Brasil tem respondido com uma tolerância excessiva na expectativa de que o passar do tempo levaria a uma correção dos rumos do outro. No caso do senador Roger Pinto a demora de mais de 450 dias em conceder o salvo conduto a um asilado em nossa representação diplomática não é o tipo de gesto que se pode esperar de um governo amigo. A Bolívia não estava obrigada a conceder o salvo-conduto dentro de prazos fixos, mas não o fazer por tanto tempo constituiu um gesto inamistoso ou que, na melhor das hipóteses, revela uma acentuada insensibilidade.

A Bolívia não tinha motivos para acreditar que, uma vez em território brasileiro aquele asilado político teria liberdade para atuar fora da moldura rigorosa que define os limites da capacidade de falar e agir de um asilado internado em território nacional. É assim que temos sempre agido.

Apenas por sorte a ação impulsiva dos nossos agentes não teve consequências mais graves. A travessia clandestina em automóvel pela Bolívia durante 22 horas e 1600 quilômetros desde o altiplano até as terras baixas na nossa fronteira na Amazônia continha numerosas possibilidades de dar dramaticamente errado. Não é aventura a repetir e nos colocou na posição constrangedora de sermos cobrados pela Bolívia pela irregularidade de nossa ação.

Não insinuo que a decisão do nosso Encarregado de Negócios tenha tido outra motivação do que aquela que ele mesmo invocou. O motivo foi um sentimento de solidariedade com um hóspede que, apesar de incômodo estaria sofrendo o constrangimento de um longo confinamento, sem data prevista de terminar.

Não fica claro se o asilado foi objeto de uma avaliação médica eficaz e se seus sintomas foram avaliados por psiquiatras como representando um risco real e iminente de colapso nervoso ou mesmo de suicídio. Sem uma tal avaliação não podemos afastar a hipótese de que nossa gente em La Paz possa ter sido explorada em sua boa-fé e que, como costuma

acontecer, o inferno estivesse mais uma vez pavimentado de boas intenções. A trajetória do senador Roger Pinto e sua irrelevância para o Brasil não justificavam que, em princípio, um chanceler brasileiro tivesse que ser sacrificado em episódio que será visto antes como uma comédia de erros do que como uma tragédia. Sai o Itamaraty machucado em seu prestígio, e prestígio é coisa que se leva algum tempo para recuperar.

Há, espero, lições para extrair dessa trapalhada. São, para mim, claras. A diplomacia brasileira deve jogar de acordo com as regras estabelecidas e desencorajar heterodoxias e impulsividades mesmo que bem intencionadas. O instituto do asilo diplomático deve ser considerado com o indispensável rigor e formalismo. Temos obrigações com aqueles que acolhemos e devemos voltar atrás de uma política externa que mais do que defender os interesses nacionais brasileiros parece sensível a partidos políticos de outros países e personalidades estrangeiras com os quais o nosso governo atual ideologicamente se identifica.

A recente invasão de nossa Embaixada em Honduras por um hóspede inesperado e indesejável a agora a fuga de outro da Embaixada La Paz parecem recomendar mais cuidados para que não sejamos vistos por negligência e tolerância, como um equivalente diplomático da casa da sogra.

Vamos esperar que passe o som e a fúria deste episódio para rever algumas de nossas premissas e fazer um ajuste fino de nossa postura e interesses. Vamos procurar voltar ao leito tranquilo de uma política externa em que preferências personalistas, partidárias e ideológicas não turvavam a visão dos nossos verdadeiros interesses.

O defunto era maior[1]

A morte mais do que anunciada – há muito tempo mesmo esperada – de Hugo Chávez, depois de sua longa agonia cubana e da volta a Venezuela sem outro projeto que o de morrer; a sua escolha de Nicolás Maduro como seu sucessor, as cenas de intensa emotividade em seu multitudinário velório e enterro em Caracas, não foram surpresa para ninguém.

A surpresa – e essa grande – foi o resultado, faz poucos dias, da eleição que opunha o "Delfim" escolhido pelo chefe morto a Henrique Capriles que havia sofrido meses antes em confronto com Chávez uma derrota do tipo que antes se costumava qualificar como "rotunda".

Desta vez na contagem final (se não houver, como parece que não haverá, a recontagem como pedem os derrotados, com o apoio de Washington) apenas cerca de 300 mil votos em um universo de 19 milhões de eleitores separam Capriles, prestigiado na derrota, de Maduro, diminuído com a vitória. Sabe-se que os mortos vão depressa, mas de qualquer forma o aparente e abrupto esvaziamento da herança chavista não parece encontrar explicação abrangente e, pelo menos para mim, satisfatória.

Nas vésperas das eleições – e tudo aconteceu muito velozmente em um prazo de semanas – Maduro não teve tempo para errar; Capriles não teve oportunidade de acertar; os militares pareciam sossegados, o preço do petróleo que na Venezuela sinaliza a bonança ou o tempo de vacas magras não se moveu tanto e, finalmente, os Estados Unidos, com tanta e tão longa ingerência na vida venezuelana e que são virtualmente o único mercado para o petróleo que ali se extrai não fizeram nada de inesperado. Como os grandes parâmetros não tinham mudado, a expectativa era que a segunda eleição repetiria, em linhas gerais, os resultados de alguns meses antes e que Maduro seria eleito com uma maioria confortável.

A experiência sugere que o desaparecimento de líder carismático produz uma onda de apoio renovado e de sentimentalismo retrospectivo

1 Data: 2013.

que leva algum tempo até se dissipar. Maduro deveria estar assim protegido por esse efeito de ação retardada como aconteceu desde a Roma de Marco Antônio até o Brasil de Getúlio e ser o herdeiro de uma herança com prestígio popular e do legado de um mito que com a morte passava a ser, de alguma maneira, invulnerável. Nada disso parece ter acontecido e Capriles – já um candidato vigoroso na primeira vez em que se apresentou – se fez agora um contendor de imensa vitalidade e que, tudo indica, soube usar a sua mocidade, as suas credenciais como vitorioso gestor na área privada e no serviço público e a experiência que lhe deu a batalha das eleições anteriores – para montar uma ofensiva que Maduro talvez hesitante em assumir um poder que ainda não percebia como seu e temendo por açodamento desagradar militares, chavistas de primeira hora e "bolivarianos" de todos os matizes, não soube assumir o controle de sua própria campanha.

Não sei se houve fraude eleitoral. O que certamente houve foi que a eleição se realizou naquela Venezuela em que a imprensa é assediada, a justiça comprada ou comprometida, que sofre a intimidação que nasce da militância das forças populares e a estridência de um movimento que se pretende revolucionário e se mostra impaciente com os costumes e as práticas de democracias mais maduras e mais estabilizadas.

É possível que depois de 14 anos de Hugo Chávez no poder, frente a uma inflação severa e imperfeitamente admitida, de um desabastecimento que afeta numerosos setores a população , mesmo a de menor renda, estivesse cansada de uma mobilização permanente enquanto que a classe média desafogada enfim da presença opressiva e vitoriosa de Chávez tivesse tido a esperança de que a morte prematura de "El Comandante" fosse o sinal de que a hora era chegada para tentar – desta vez sem recurso a um golpe militar –a retomada do poder, o que teria energizado as forças que apoiavam o desafio que Capriles representava. O problema reside em que essa percepção só se deu, a rigor, *ex post facto* e que se trabalhava até a véspera do voto com a previsão de uma vitória folgada de Maduro talvez com uma diferença de mais de 10 pontos percentuais.

Para Maduro, sem a aura da trajetória política de Chávez, o resultado eleitoral modesto fez com que o seu jogo passasse a ser mais complicado.

Não dispõe agora de mandato popular para procurar mudar regras e prazos. Vitorioso com uma diferença de menos de 1% dos votos terá que se aproveitar de esquemas que já encontrou montados e que fortalecem a situação e fragilizam a oposição para governar sem a folga que vitórias eleitorais por amplas margens conferiam a Chávez. Não é fácil, talvez mesmo impossível, levar adiante, pela via democrática, um programa revolucionário quando se dispõe de uma maioria tão exígua e não se tem a capacidade de comunicação e manipulação que foram, para o bem ou para o mal, a marca registrada do líder agora desaparecido.

Um novo cenário que eu não posso inteiramente excluir é que a Venezuela inaugure um longo período de instabilidade e divisões internas acirradas e que, paradoxalmente, os anos de Chávez no poder sejam vistos como um período de relativa estabilidade interna e paz social no país. Não aposto nisso, mas não posso excluir essa hipótese de trabalho.

O Brasil que andou afetivamente mais próximo do chavismo do que me parecia aconselhável pode e deve agora criar uma distância um pouco maior com relação ao seu sucessor. Para nós a Venezuela importa e deverá importar cada vez mais. Nosso comércio cresce muito e nossos investimentos ali devem ser cuidados e estimulados. Somos vizinhos, temos profundos interesses amazônicos compartilhados e uma longa e ininterrupta tradição de bom relacionamento. Tudo isso é patrimônio a conservar e fortalecer.

Por outro lado, o comportamento político venezuelano é mercurial e não temos nada a ganhar nos envolvendo demais na intimidade da vida política de Caracas onde, ao longo de séculos, costumam se alternar governos militares, governos corruptos ou governos demagógicos e populistas. Às vezes ostentando os três atributos ao mesmo tempo.

Com Hugo Chávez sedutor, manipulador e incansável ativista, era difícil estabelecer essa distância. Com Maduro deverá ser mais fácil e podemos levar as relações a correr por canais de relativa impessoalidade e profissionalismo.

Houve um momento na história recente da América do Sul em que as democracias – a nossa e dos nossos vizinhos, – frágeis e renascentes precisavam de um cuidado especial e do reforço que deveria vir da

intensificação das relações pessoais entre os líderes políticos de cada um, democraticamente eleitos. Hoje já não é assim e mais vale trilhar os caminhos previsíveis das práticas diplomáticas provadas e evitar o automatismo de gestos que, em cada caso, deveriam hoje ser tomados apenas depois de serem medidos e avaliados.

Essas reflexões me ocorrem quando estamos em vésperas, imagino, de mais uma revoada presidencial para assistir à posse de um novo governo na região. A prática tem méritos evidentes e sempre fui a favor de uma vigorosa diplomacia presidencial. Agora, em Caracas, temos eleições contestadas pelos partidos derrotados. Não prejulgo se a denúncia tem ou não mérito. Mas é sempre arriscado ter o nosso chefe de estado presente em evento que pode, talvez, ser impugnado por sua ilegitimidade.

Não nos cabe julgar a esta altura. Apenas procurar nos assegurar de que a autoridade máxima brasileira não foi participar de solenidades que os fatos talvez desacreditem no curto prazo. Somos hoje vistos como um grande país e uma grande e verdadeira democracia. É preciso cuidado para que nosso prestígio não seja usado para legitimar aquilo que talvez reclame uma atitude de reserva e espera ou que, pelo menos, estejamos presentes em nível apropriado de representação. Não nos cabe, repito, julgar, mas também não é útil que sejamos usados.

E ele, enfim, se calou. Mas sua retórica messiânica persiste por estas bandas de realismo fantástico, avalia embaixador[1]

Com a morte de Hugo Chávez o mundo da política e o mundo do espetáculo perdem, ao mesmo tempo, um grande ator. Para os latino-americanos desaparece a mais recente encarnação de um antigo modelo. Em Hugo Chávez, mais uma vez nesta nossa região, o nacionalismo, o populismo, o antiamericanismo sistêmico e a retórica messiânica encontraram um intérprete com a eloquência, o carisma e a capacidade de comunicação direta com o povo que são a marca registrada de um tipo de liderança que faz muito tempo e com certa regularidade aflora entre nós. Assim foi com Perón e Evita, com Allende, com Fidel e agora, na última fornada, com Evo, Lugo, Cristina e Rafael Correa – todos, embora com variações de temperamento e as particularidades de seus países de origem, farinha do mesmo saco.

Costumam ser – como foi o caso de Chávez – beneficiários da herança tóxica de governos anteriores marcados pela corrupção e pela incompetência e que não tiveram sequer o talento que sobra nesses líderes de saber criar, enquanto a maré está cheia e os ventos favoráveis, relações intensas de sedução com as grandes massas de excluídos.

Passado o som e a fúria da passagem desses líderes pelo poder e quando emagrecem as vacas, descobre-se que fizeram bem menos do que prometeram e que, em muitos casos, conseguiram desviar o foco, as energias e os recursos de seus países para um processo que não era sustentável.

O modelo Hugo Chávez interessa ainda por sua busca de uma legitimidade com raízes na história e pela tentativa de implantar uma identidade supranacional representada pelo modelo "bolivariano" e pelo resgate do Libertador não como figura emblemática do passado, mas

1 Publicado no *Estadão*, 9 de março de 2013.

como exemplo de ação e visão de permanente atualidade. A autópsia que mandou fazer nos restos de Bolívar na busca de provas – quase dois séculos depois de sua morte – de um muito improvável envenenamento é daqueles momentos em que a realidade destas bandas supera a imaginação dos grandes autores do realismo mágico.

Além da legitimação histórica, Chávez procurou encontrar afinidades bem longe dos espaços da América do Sul e foi buscar até no Irã de Ahmadinejad temerários pontos de convergência e uma causa compartilhada de resistência às maquinações de Washington.

Outro aspecto que faz Chávez objeto de interesse especial foi seu talento em usar o princípio central da democracia – o respeito ao voto popular – como instrumento de perpetuação no poder e como argumento para negar direitos minoritários e solapar o princípio da alternância dos partidos e das pessoas no comando do Estado. Na Venezuela de Chávez como nas outras democracias incompletas da nossa vizinhança aparecem traços comuns: o culto à personalidade e as manobras para perpetuação do líder no poder, as tentativas de reformas constitucionais para reforçar a ascendência do Executivo e procurar o esvaziamento do Judiciário; o combate à grande imprensa e às grandes empresas em mãos privadas como expressão de interesses antinacionais. Não se deve ver Chávez apenas em sua dimensão teatral. O apoio que recebeu em vida e as homenagens que recebe agora depois da morte indicam que foi mais relevante do que se imagina e que o seu estilo perdurará entranhado no tecido da vida política venezuelana e dos países vizinhos. Com a cadeira presidencial ancorada em imensas reservas de petróleo e governando em um período em que a valorização daquele combustível foi constante e se manteve em patamares muito altos, Chávez teve pano de onde cortar para realizar uma política de assistência social e redistribuição de renda que, em não pequena medida, mudou o panorama das divisões de classe em seu país e contribuiu para que ele mantivesse elevados índices de popularidade.

Nas últimas semanas, sobretudo, mas já ao longo dos dois anos de sua corajosa luta contra o câncer, era possível observar como o culto a Chávez ia adquirindo alguns dos contornos de uma devoção religiosa popular – fenômeno para o qual não faltam precedentes na América

Latina, especialmente no caso de Eva Perón, verdadeiramente sacralizada na tradição "justicialista" argentina. Chávez parece que vai pelo mesmo caminho, como se uma longa agonia fosse um ingrediente essencial à elevação do patamar de reverência por sua obra e daqui em diante pela sua memória.

Ao acentuar alguns dos elementos mais folclóricos de Chávez e ao recordar passagens de verdadeiro humor em sua atuação política, não posso esquecer o momento em que, falando depois de George W. Bush na Assembleia Geral das Nações Unidas, disse que daquele mesmo lugar havia falado na véspera ao plenário o próprio demônio e que ainda sentia o cheiro de enxofre que havia deixado na tribuna o presidente americano. Depois de uma invasão fraudulenta do Iraque, do engodo das armas iraquianas de destruição em massa e das arrogâncias do unilateralismo a irreverência, a fala não era de todo descabida.

O desejo do rei da Espanha de que Chávez se calasse em uma reunião em que não parecia possível trazê-lo à ordem foi finalmente atendido. Chávez não é mais uma voz ativa na cena mundial, mas as circunstâncias de seu desaparecimento me fazem acreditar que será sempre complicado calar Hugo Chávez, que, como ele sempre sonhara, talvez ocupe na história de seu país e por bom tempo um papel apenas inferior ao de seu mentor Simon Bolívar, que acabou seus dias desencantado com a sua obra, com a própria Venezuela e disposto a partir, arruinado de saúde e de fundos, de uma América que tanto o decepcionara.

Aposta em Teerã[1]

Faz poucos dias ao rever papéis da XV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – a primeira a que assisti como um diplomata noviço – me dei conta que em pouco mais de meio século quase todos os assuntos que então nos convocavam tinham encontrado solução ou pelo menos remédio. O colonialismo tinha sido derrotado, a Guerra Fria superada, a Alemanha reunificada e as armas nucleares amplamente contidas em sua proliferação horizontal ou vertical.

O *apartheid* derrotado e os chamados conflitos regionais solucionados e, em boa medida, arquivados. O Vietnam não era mais há muito tempo um campo de batalha, mas um país funcional e vigoroso. Onde éramos 99 países membros em 1960 as Nações Unidas acolhem hoje 193 Estados membros muitos dos quais sequer existiam em 1960 e outros longamente estabelecidos, mas que, por diversas razões hesitavam ou eram impedidos de se tornar membros plenos. A China não integrava a organização e seu lugar era ocupado, vicariamente, por Taiwan. O Vaticano e a Suíça não eram membros plenos, mas apenas cautelosos e reticentes observadores.

É certo que muitos problemas foram substituídos por outros e que a proteção dos direitos humanos e o cuidado com o meio ambiente ocupam hoje o alto de uma agenda antes essencialmente definida pelo conflito entre os Estados Unidos e a então União Soviética o que impunha uma grande rigidez ao processo negociador e determinava uma acentuada lentidão no ritmo do progresso que se podia alcançar.

Daquela agenda de 1960 talvez só encontrasse hoje como imenso problema não resolvido e, talvez, ainda mais complexo e acrimonioso do que era então, o *cluster* de questões que interessam ao Oriente Médio.

Aquela, mais do que nenhuma outra, é uma região que tem estimulado um grande número de projetos e iniciativas – *road maps*, declarações e mediações pessoais e outros instrumentos da diplomacia presidencial além

1 Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Data: 2014.

de todo o repertório da diplomacia bilateral e multilateral. Todos esses esforços vieram se somar à relação dos muitos fracassos contabilizados ao longo de várias décadas na busca de fórmulas que possam trazer a paz aquela conturbada parte do mundo. Essa reflexão me traz a apresentação do livro *Aposta em Teerã,* em que Luiz Felipe Lampreia examina a tentativa do Brasil e da Turquia, em 2010, para fazer com que o Irã, amplamente suspeito de estar realizando um programa de enriquecimento de urânio para fins militares apoiasse um projeto que, em sua essência, previa que uma quantidade específica de urânio levemente enriquecido (1.200 quilos para ser exato) fosse transferido para uma terceiro país, sem que o Irã perdesse a propriedade sobre tal material. Essa iniciativa serviria para desbloquear negociações entre o Irã e o chamado P 5+ 1 (que eram os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança mais a Alemanha.) que estavam bloqueadas havia vários meses.

Esse material seria depois, e em circunstâncias controladas, devolvido a Teerã sob salvaguardas que garantissem que não seria desviado para fins militares ou fosse enriquecido, de forma sub-reptícia até níveis que pudessem se aproximar do grau necessário para seu uso bélico. A ideia central é que, sem dispor dessa matéria-prima essencial, o Irã não poderia continuar a desenvolver um programa nuclear com fins militares.

A ideia não era nova (havia sido apresentada alguns meses antes pelos países europeus diretamente envolvidos nas negociações e, naquela ocasião, fora rejeitada pelo governo do Irã.) À primeira vista parecia seguro reapresentá-la com o endosso do Governo iraniano e, com isso, relançar negociações que haviam ficado paralisadas por vários meses.

Acontece que, durante esse intervalo e para usar uma eloquente expressão coloquial: "a fila tinha andado". A suposição era de que o estoque de material físsil controlado pelo Irã houvesse significativamente aumentado ; que se tivesse multiplicado o número de centrífugas de que dispunha Teerã e, sobretudo, no entretempo aconteceu que as vigorosas negociações realizadas por Hillary Clinton haviam conseguido dobrar as resistências das autoridades em Pequim e Moscou que estariam agora dispostas a apoiar uma iminente nova rodada de sanções contra o Irã

mais contundentes e abrangentes do que aquelas que já estavam sendo aplicadas. Isso foi, de fato, o que ocorreu.

Assim o Governo de Washington que, no início do processo, havia sinalizado um claro encorajamento aos esforços que faziam Erdogan e Lula emitia agora, em novas circunstâncias, sinais contraditórios e adotava uma linguagem ambígua mostrando que os Estados Unidos claramente preferiam abandonar o caminho anterior e apoiar as novas sanções. A percepção que se criou de uma certa duplicidade no discurso norte-americana no caso é, talvez, melhor compreendida se ficar claro que as circunstâncias evoluíram e que aquilo no começo merecia o encorajamento cauteloso do presidente Obama não era no fim aceitável para Casa Branca.

Sempre foi claro que os Estados Unidos – com o veemente apoio de Israel – desejavam uma solução que fosse mais radical e duradoura e representasse a virtual eliminação pelo futuro previsível da capacidade iraniana de subverter o *statu quo* de poder na região.

O sequestro do material físsil iraniano ficava muito aquém da exemplaridade do castigo que Washington desejava aplicar a Teerã. Com a Rússia e a China agora embarcadas na nova rodada de sanções não havia motivo para que Washington continuasse a apoiar um projeto que dava ao Irã uma saída senão honrosa pelo menos discreta e que alongava prazos que dariam àquele país mais tempo para avançar com o seu suspeito programa de aquisição da uma capacidade nuclear militar. O trabalho de Luiz Felipe Lampreia nos oferece uma linha do tempo centrada em 2010, mas que se estende para trás para examinar os principais antecedentes do caso e se projeta para frente para analisar alguns desenvolvimentos mais recentes.

Aposta em Teerã tem o interesse adicional de oferecer uma perspectiva brasileira sobre todo esse episódio, de transcrever importantes documentos e de conter comentários e reflexões que o autor ouviu de interlocutores informados e qualificados com os quais negociou em diferentes oportunidades. Além de contar com o depoimento que nos faz Lampreia de contatos que manteve com Teerã e com alguns dos outros atores principais o trabalho traz importantes avaliações suas sobre aquilo que estava em jogo e quais seriam algumas das principais motivações dos atores mais diretamente envolvidos.

Da leitura da obra fica-me a convicção de que não houve para a diplomacia brasileira, dano permanente em ter uma iniciativa recusada. São dezenas as tentativas feitas por diversos atores, do mais alto prestígio, ao longo de décadas para encontrar fórmulas viáveis e engenhosas para resolver os problemas na região. De Folke Bernadotte até John Kerry alguns dos melhores atores e mediadores na vida internacional perderam seu tempo e seu latim na busca de soluções amplamente aceitáveis. Talvez tais soluções simplesmente não existam no momento. Como exemplo das imensas dificuldades para avançar o processo de paz talvez não haja exemplo mais eloquente do que os esforços quase que teatrais de Bill Clinton realizou para levar Arafat e Barak a um entendimento em 2000 fazendo-os virtualmente prisioneiros em Camp David.

O que se deplora é que o Brasil que tinha poucas castanhas naquele fogo se tenha engajado além do prudente e do recomendável e para isso tenha feito causa comum com o então líder iraniano Mahmoud Ahmadinejad que, em quaisquer circunstâncias, era um mau companheiro de viagem.

O presidente Lula gastou uma não pequena parte de seu capital diplomático com seu ativismo, mas terá aprendido, a um alto custo, que as questões cruciais daquela região fazem parte da equação central do poder mundial e que para seu encaminhamento e eventual solução as grandes potências, com interesses vitais em jogo e longa presença militar e econômica na região não fazem delegações de poder ou concessões a intermediários por mais prestigiosos e bem intencionados que sejam.

A avaliação é um depoimento oportuno e valioso. Nossa motivação não foi de animosidade a Israel, mas uma avaliação – que se mostrou equivocada – de que havia uma janela de oportunidade para que o Brasil marcasse pontos de prestígio e aparecesse como um influente ator no imbróglio que é o Oriente Médio. Não foi em o que aconteceu.

Política Externa e as forças políticas no Brasil[1]

Um processo político como o que levou ao impedimento da presidente Dilma Rousseff não podia deixar de ter repercussões sobre o desenho e a execução da política externa brasileira.

Embora questões de análise e execução de política exterior não estivessem no centro do processo contra ela nem fizessem parte do grande debate que aconteceu no Congresso e na opinião pública e nem fossem tema prioritário nas mobilizações que ocorreram em favor ou contra a administração da ex-presidente não é menos verdade que, em vários e importantes setores da opinião pública brasileira havia amadurecido a convicção de que o Brasil, sem motivos determinantes, se havia afastado de alguns princípios, interesses e objetivos que deviam continuar a orientar sua política exterior.

As principais dúvidas se fundavam na tendência do presidente Lula (em seu segundo mandato) e da presidente Dilma durante toda sua gestão de promover uma aproximação mais intima e pouco critica com regimes de baixa ou nenhuma legitimidade democrática (sobretudo na África) e a praticar, na América Latina, uma opção preferencial por governos de nítido caráter nacionalista e populista sobretudo aqueles que, sob o impulso inicial de Hugo Chávez, haviam promovido a convergência bolivariana. Alegava-se que essa prática favoreceria a pretensão brasileira de obter um assento permanente no Conselho de Segurança, mas isso era uma maneira de procurar dar uma motivação pragmática ao que era na verdade, um deliberado favorecimento a países ideologicamente *like-minded*.

Essas políticas que, a rigor, tinham um conteúdo sobretudo retórico estimularam, também, o governo brasileiro a fazer investimentos, a buscar parcerias e a manifestar indulgencia com Governos de duvidosa competência e legitimidade.

1 Publicado em *Cadernos Adenauer*, n. 4, 2016. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_21345_5.pdf/9124f7c7-0d20-5758-ac32-c515e1d1f20c>. Acesso em: 6 jan. 2026.

Paralelamente se observava um relativo distanciamento daqueles países da nossa região geográfica que não seguiam esse modelo e que se concentravam, sobretudo, na margem latino-americana do Oceano Pacífico e cujas economias mostravam uma vigorosa e sustentada capacidade de crescer.

Aconteceu também nos últimos anos – e de forma paralela – uma grande ampliação de postos diplomáticos e consulares brasileiros no exterior vários dos quais de duvidosa utilidade ou apenas marginalmente relevantes. Isso levou a um aumento excessivo de despesas e hoje a diplomacia brasileira está atrasada no pagamento de contribuições devidas a organizações internacionais e em certos lugares seus funcionários sofrem atraso em seus vencimentos e outros constrangimentos. Existe o sentimento generalizado de que a ampliação de quadros e de nossa presença diplomática foi longe demais depressa demais. A situação financeira de nossa máquina diplomática é frágil.

O esgotamento do ciclo marcado pela grande valorização das matérias-primas, pelo extraordinário crescimento da economia chinesa, por uma acentuada liquidez internacional somada a outros fatores favoráveis aos interesses brasileiros deveriam ter levado a um reexame crítico da algumas das premissas de nossa ação diplomática o que só aconteceu com atraso e de maneira muito parcial, hesitante e reativa.

Em boa medida afinidades de natureza afetiva e ideológica prejudicaram uma visão lúcida e objetiva de nossos interesses e o Brasil, sem precisar fazê-lo embarcou em algumas canoas furadas e sofreu um desgaste desnecessário.

A presença da José Serra à frente da diplomacia brasileira coloca no Itamaraty um peso pesado da nossa política com poderosa trajetória na vida do país como deputado, prefeito, senador, ministro e, governador e candidato pelo PSDB e outros partidos coligados à Presidência da República. Em uma iniciativa importante Serra conseguiu colocar a CAMEX–Câmara de Comércio Exterior junto à APEX sob o guarda-chuva da diplomacia brasileira e, com isso, ampliou sua influência na formulação da nossa ação e presença internacionais.

Serra observou também que a aposta brasileira virtualmente exclusiva nos caminhos e nos métodos da diplomacia multilateral em assuntos de comércio levou a uma quase paralisia de nossa capacidade de agir quando a OMC não conseguiu fazer desbloquear a rodada Doha. Como as fichas brasileiras estavam quase todas nesse único processo importantes oportunidades de avançar em arranjos bilaterais ou sub-regionais foram desaproveitadas e existe tempo perdido para recuperar.

A diplomacia brasileira como exercida nos últimos meses identificou na Argentina com a nova configuração de poder expressa pela eleição de Mauricio Macri uma oportunidade para dinamizar o relacionamento bilateral e procurar dar ao Mercosul mais eficácia e realismo. Busca-se, também e já era tempo, uma relação mais próxima e construtiva com os nossos vizinhos que integram a Aliança do Pacífico.

A política externa brasileira aponta, também, para uma revalorização de nossos interesses em matéria ambiental, para uma rededicação à causa dos direitos humanos e uma revitalização de nossas parcerias tradicionais, vale dizer com os Estados Unidos, o Reino Unido e o Japão.

O que se pode esperar é que a gestão Serra no Itamaraty devolva a univocidade a nossa política externa que, nos últimos anos, funcionou com um duplo comando: o do PT e o da própria Chancelaria.

O realismo de José Serra faz com que veja com sobriedade a reforma das Carta das Nações Unidas e a desejada reestruturação do Conselho de Segurança o que levaria os quatro principais pretendentes: Brasil, Alemanha, Japão e Índia a obter assentos permanentes no Conselho. Com Antonio Guterres na Secretaria-Geral da ONU o Brasil conta com um amigo em posição chave embora seja pouco o que, no curto prazo, ele possa fazer para avançar a tão adiada e complexa reforma da Carta de São Francisco.

Ter na chefia do Itamaraty um ex e possivelmente um futuro candidato à Presidência da República se por um lado atrai mais poder e maior visibilidade ao Ministério naturalmente o expõe, de fora mais direta, aos veementes embates das disputas político-partidárias. A isso se soma o fato de que o Governo Temer tem um prazo de duração limitado e nasceu de decisões que dividiram desigualmente o país. Serra não deverá ter uma gestão fácil e o quadro internacional com o rancor que provoca o

processo eleitoral americano, com os traumas não resolvidos do BREXIT e com a tragédia das grandes migrações é desafiador. Bastaria a guerra civil na Síria, toda a instabilidade no Oriente Médio, e a ameaça difusa e persistente do terrorismo para indicar que a vida internacional nos próximos anos será conturbada.

Não parece haver espaço no futuro próximo para grandes iniciativas internacionais nas quais o Brasil pudesse assumir uma posição de destaque. Há espaço para progressos na agenda ambiental e o sistema financeiro mundial precisa de uma injeção de ânimo e recursos. Mas não é fácil ver de onde, no curto prazo, uma importante iniciativa pudesse partir.

Parto assim da suposição de que a diplomacia brasileira pós-*impeachment* e na gestão Temer/Serra concentraria esforços para negociar arranjos comerciais de âmbito bilateral ou sub regional que ampliem a nossa capacidade de competir e nos inscrevam nas grandes cadeias globais de valor. No âmbito sul-americano o grande desafio será o de encaminhar a situação na Venezuela para a menos traumática das soluções e que uma democracia plena se restabeleça logo naquele país vizinho.

Não é pouco como tarefa e as circunstâncias, acredito, não permitem pensar em mais. O objetivo é devolver à diplomacia brasileira a preocupação exclusiva com a defesa e a promoção do interesse nacional e liberá-la dos entraves e condicionalidades ideológicas que limitaram seu alcance e eficácia em anos recentes.

Receita de discurso[1]

A sessão de abertura dos debates da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York não chega a ser um momento histórico. Acontece, sem falta, em um dia determinado (mas não o mesmo) de cada setembro e nessa festa móvel da diplomacia há mais de oitenta anos o Brasil é o primeiro orador. Depois de nós falam os Estados Unidos e naturalmente a voz da potência que foi hegemônica durante todo esse já longo período carrega mais peso e influência do que a nossa.

Fomos escolhidos lá atrás para esse papel secundário, mas prestigioso porque tínhamos sido membros fundadores da Organização, porque a América Latina era então o maior grupo regional e nós o maior país da região, porque havíamos sido combatentes do lado certo e vitorioso e porque nosso então representante Oswaldo Aranha era, ao mesmo tempo, duas coisas sempre valiosas: um estadista e um *caballero de fina estampa*.

Na cerimônia de abertura, quem fala pode afirmar que a sua audiência naquele momento é literalmente global. É escutado pelos representantes dos 193 países membros e pelos delegados dos principais organismos públicos internacionais. Os grandes meios de comunicação estão presentes e atentos.

Não há nada escrito que nos assegure que esse privilégio deva perdurar. A cada ano o Brasil pela moderação de suas posições, sobriedade de seu discurso e fidelidade aos princípios do multilateralismo expressos na carta de São Francisco renova o direito de continuar a ser nos anos seguintes o país que dá o tom dos debates e expressa em primeiro lugar preocupações e esperanças que costumam ser depois amplamente compartilhadas. Às vezes temos cometido erros de julgamento e avaliação e não são poucos os parágrafos de discursos nossos que não deviam ter sido escritos e que é caridoso hoje procurar esquecer. Contudo, quase sempre o rumo que apontamos é o certo e o tom escolhido aquele que se devia empregar.

1 Setembro de 2019.

Era bom que continuasse a ser assim e que nem por incontinência de gestos e palavras ou erros conceituais colocássemos em risco essa boa e longa tradição. Temos ofendido em datas recentes tanto a gregos como a troianos e praticado uma diplomacia, a um só tempo, ingênua e temerária. Vamos agora ser ouvidos com alguma desconfiança e preocupação por representantes de países islâmicos, países de orientação esquerdista ou populista em todos os seus matizes, por mulheres que já passaram o frescor da mocidade, por integrantes de ONGs apaixonadas pela preservação de meio ambiente e dos direitos humanos e por todos os que integram ou defendem qualquer minoria sexual. É muita gente junta.

Todas as ofensas recentes não nos renderam nada e o custo não tem sido pequeno. O bárbaro desconhece os cânones e para ele o mundo começou ontem. Imaginam o Brasil como um vira lata quando temos, em política exterior, um importante patrimônio a conservar. Reconheço que o Brasil, costuma ser mais querido do que respeitado, mas agora corremos o risco de perdermos respeito e afeto. O mundo, convém lembrar, tem uma certa ideia do Brasil. Não é uma ideia desfavorável. Exageram nossa alegria e informalidade, acentuam nossas desigualdades e subestimam a nossa determinação e coragem. O mundo nos vê, em boa medida, como nós mesmos nos vemos.

Por isso existe hoje uma perplexidade sobre o país em que o Brasil parece ter se transformado pelo menos no curto prazo. A nossa tolerância quase anárquica agora transformada em zelo religioso; a aceitação risonha da diversidade substituída pela imposição de normas rígidas e arbitrárias; o sentido do humor e do absurdo abandonado por um estreito sectarismo. O mundo anda com saudades do Brasil.

Vamos esperar para ver como os nossos atuais cozinheiros preparam o discurso do dia 24. Ajudei a escrever muitos deles em anos passados. Costumavam ser obra de diversas mãos e não poucas tendências. Espero que continue a ser assim. A redação fica menos elegante, mas costuma haver algum ganho em sabedoria.

Não tenho conselhos a oferecer. Apenas uma recordação antiga. Um velho mestre meu quando confrontado com uma questão difícil – e como o discurso nosso na ONU deste ano deva ser redigido é um bom

exemplo disso – lembrava sempre aquela indagação clássica sobre como dois porcos espinhos devem fazer o amor. A resposta é simples e continua atual e oportuna: “Com muito cuidado”.

O caminho pela frente[1]

O ofício do futuro é ser perigoso. Essas palavras não são originalmente minhas, mas delas me tenho servido, com naturalidade. Resumem muito daquilo que penso. Poucas vezes as vi desmentidas pelos fatos. Procuramos todos prever o futuro. Ele costuma resistir a ser revelado e prefere esconder suas surpresas e seus novos caminhos. O exercício prospectivo que procurarei fazer aqui nesta nossa conversa será buscar ver alguma coisa do que vem pela frente e sugerir como a nossa política exterior talvez possa identificar e, na medida do possível, influenciar forças e tendências em benefício das boas causas e de nossos interesses. Espero que o que vou lhes dizer possa ser útil, mas temo, também, que meu texto conterá não poucos erros e várias previsões que seguramente não se cumprirão. Mais do que acertar em alvos invisíveis e, no momento, talvez mesmo inexistentes, irei me contentar em explorar alguns cenários que considero prováveis para os próximos anos e décadas. A parte central de minha apresentação será dedicada ao Brasil e a sua política externa e como nos vejo atuar agora e em futuras configurações do poder mundial.

Preciso acentuar, logo no começo, as extraordinárias mudanças que pude testemunhar. Operei por várias décadas de vida pública em um mundo não menos perigoso embora mais lento e, a rigor, muito mais simples do que aquele em que vocês deverão agir. Tenho muito presente o fato de que falo aqui para um auditório de novíssimos atores que se preparam para operar no grande teatro das relações internacionais e que, desde a perspectiva brasileira, deverão agir em um cenário mundial de crescente complexidade e velocidade. Peço-lhes que tenham sempre presentes esses dois fatores. De maneira que me parece irresistível o que assisto, em quase todas as dimensões, acontece com maior velocidade e em contextos de maior complexidade do que acontecia antes.

1 Aula Magna no XXV ENERI, Salvador. Data: 16 de abril de 2021.

Por isso mesmo se em tempos mais estáveis o esforço de procurar prever o que o futuro nos reserva é projeto de eficácia limitada e com alta probabilidade de ser desmentido pelos fatos, no momento atual em que uma ordem internacional, depois de várias décadas, se dissolve e novas, urgentes e contraditórias forças são liberadas isso é ainda mais verdade.

Aos que optaram, como vocês, como caminho intelectual e profissional pelo universo das relações internacionais posso dizer (e o faço aqui com alguma tranquilidade) que o campo que escolheram deverá continuar a se expandir e diversificar no futuro previsível e que, cada vez mais, iremos operar dentro da moldura da cooperação e da rivalidade internacionais que se estenderão em quase todos os sentidos e irão definir novas maneiras de atuar e interagir. Várias e amplas áreas tradicionais de emprego e ocupação me parecem hoje gravemente ameaçadas, sobretudo, pelos extraordinários e incessantes avanços da tecnologia e pelas expectativas do mercado. Não coloco o mundo das relações internacionais na lista curta daquelas atividades que poderão simplesmente desaparecer ou ser superadas por novas e revolucionárias formas de fazer. É evidente que nesse campo também transitaremos da ação presencial para a presença virtual e novas práticas e instrumentos substituirão modelos de comportamento com os quais estávamos longamente habituados. As lições do passado não serão mais tão valiosas quanto foram para orientar a ação futura. As mudanças deixarão de ser apenas incrementais para serem mais profundas e sistêmicas. Será necessário para todos nós amarrar os cintos já que a viagem em que estamos embarcados será certamente turbulenta.

Peço licença para começar por olhar à minha volta e para trás e fazer uns poucos comentários que me parecem apropriados. Estamos assistindo, acredito, ao fim do grande ciclo de hegemonia Ocidental que se estendeu desde o Renascimento e que fez da Europa e depois da América do Norte o centro de dinamismo e propulsão da vida internacional. Não preciso voltar à era das navegações e das descobertas para mostrar como foram algumas grandes potências ocidentais, cada uma herdando e vestindo o manto imperial da que veio imediatamente antes que desenharam o mundo como o reconhecemos hoje.

O último titular dessa longa sucessão foram os Estados Unidos da América que emergiram como potência hegemônica ao terminar a Grande Guerra de 1914 a 1918 e lideraram a aliança vitoriosa contra dois desafios decisivos: aquele representado pelo eixo do nazismo e do fascismo e pelo Império do Japão na II Guerra Mundial e depois o que foi criado pelas políticas e ideologia da então União Soviética e que provoca o longo ciclo de enfrentamento que chamamos de Guerra Fria e que só terminou com a queda do Muro de Berlim em 1989.

Assistimos agora ao começo explícito do desafio chinês à hegemonia norte-americana e o que vem ocorrendo, embora previsível, surpreende pela rapidez com que os novos fatos vão sendo criados e como o eixo do poder mundial se desloca, de maneira que parece inexorável, em direção à Ásia e ao Pacífico. Não só a China, mas também a Índia se transformam em novos centros de poder e mesmo o Vietnam e outros atores regionais como as duas Coreias, a Indonésia, Cingapura mostram um extraordinário dinamismo e ampliam sua presença e influência na cena internacional. Não preciso falar do Japão presença internacional já mais consolidada e que mantém sua posição como importante potência econômica e comercial, mas que parece buscar agora um perfil internacional mais autônomo e um pouco mais afastado de sua relação tradicional com os Estados Unidos.

Não vejo, na linha do horizonte, como esse movimento em direção a uma futura hegemonia da região Ásia-Pacífico possa ser ameaçado por nenhuma outra configuração política ou geográfica e, a meu ver, o que se deve examinar é por quais caminhos e processos os novos fatos serão metabolizados pela sociedade internacional e indagar se o processo em marcha será feito mais por acomodações do que por conflitos entre antigos e próximos novos atores decisivos do jogo do poder mundial e de que maneira países influentes mas de alguma forma ainda periféricos deverão se situar para aproveitar as novas oportunidades e, ao mesmo tempo, evitar as armadilhas, riscos e perdas que os novos tempos irão apresentar. É nessa última e ampla categoria que cabe incluir o Brasil.

Não vejo, por outro lado, o declínio norte-americano como um processo acelerado ou que possa ser definido no curto e mesmo no médio prazos.

Os Estados Unidos deverão conservar pelo menos por um bom tempo sua supremacia estratégica e militar e lideram uma aliança de poderosos atores e interesses que não irão dramaticamente se enfraquecer ou muito menos desaparecer. A China sabe disso e tem atuado, pelo menos até pouco tempo atrás, com evidente cautela. O perigo residiria na China acelerar, de forma desmedida, suas ambições e projetos e os Estados Unidos (como pareceu acontecer na administração Trump) cederem a impulsos imediatistas e irrefletidos de resposta assimétrica aos desafios que a China oferece. De qualquer maneira já estão colocadas sobre a mesa as linhas gerais da próxima rivalidade mundial e chega ao fim aquele intervalo em que só importava o poder unilateral norte-americano como aconteceu desde o fim da Guerra Fria. Não acho, contudo, que se deva apostar demais no declínio dos Estados Unidos que continuam a dispor de recursos materiais e humanos extraordinários e, também, da mais favorável situação geográfica.

Gostaria agora de mudar de foco e lhes falar sobre o que me parecem ser algumas das principais forças e tendências que influenciam e até mesmo definem as relações internacionais de hoje e do futuro próximo. Se o século XIX foi o tempo dos imperialismos e o século XX o dos nacionalismos e das ideologias o tempo que vivemos será definido, acredito, como a época em que a ciência e as tecnologias provocarão reformulações de comportamentos e valores pelo menos tão profundos quanto aqueles que acompanharam os ciclos anteriores.

Sou consciente de que ao fazer estas imensas generalizações e simplificações não estou levando em conta a invariável complexidade de cada grande ciclo da história. Busco apenas privilegiar aquele traço que mais do que outros – que também estavam presentes e exerceram poderosa influência – define melhor cada período.

Assim, ao olhar em volta de mim e para o futuro imediato, acredito ver que as regras do jogo, em todos os níveis estão se modificando pela força, irresistível, de novas tecnologias e uma ciência em inimaginável expansão e incorporação. As vidas das pessoas, das sociedades e das nações estão sendo e serão cada vez modificadas de forma acelerada e inexorável

por descobertas e por uma mudança de parâmetros de uma velocidade e abrangência difíceis de prever ou medir.

A aceleração tecnológica, sobretudo neste primeiro quarto do século XXI representou uma mudança revolucionária de práticas e valores comparável – e que talvez mesmo ultrapasse – outros períodos da história marcados por dramáticas modificações de comportamentos e expectativas. Não quero me perder no oceano dessas transformações revolucionárias que assistimos todos os dias e preciso, para fins de clareza desta apresentação, oferecer uma relação incompleta de algumas que me parecem mais decisivas e persistentes. Começo, entretanto, por questões que nos acompanham há mais tempo, mas que não soubemos até agora, resolver ou melhor equacionar e que, em alguns casos se tornaram mais complexas e intratáveis. Tenho presente:

- A pressão dos grandes movimentos migratórios em direção aos países mais ricos o que causa tensões e resistências nos países de destino final onde, por razões legítimas ou ilegítimas essas grandes massas de deslocados não são necessariamente bem-vindas. Há tensões importantes provocadas por ondas sucessivas de refugiados sobretudo na bacia do Mediterrâneo e na fronteira entre o México e os Estados Unidos. Não há sinal de que essa tendência possa diminuir de intensidade. O mais provável será sua ampliação.

- As dificuldades de governança que enfrenta a União Europeia, sobretudo depois da saída do Reino Unido, e os problemas para encontrar um espaço de acomodação para a Turquia e a Rússia potências a um tempo asiáticas e europeia são complexos e devem perdurar.

- As graves tensões entre a Rússia e a Ucrânia e outros problemas residuais do fim da União Soviética que não parecem em vias de desaparecer. A política da OTAN com relação à Rússia preocupa e o regime de Putin procura recuperar, com alguma truculência, *status* e prestígio para o país.

- A intratabilidade dos problemas do Oriente Médio onde as rivalidades entre Israel, o Irã, a Turquia e a Arábia Saudita continuam a não encontrar solução e onde atores menores como o Líbano, a Síria e a Tunísia parecem muito fragilizados. A Palestina continua sem remédio. Não busco esgotar uma lista que é bem mais extensa.

- A não adesão por vários atores da vida internacional a importantes dimensões da problemática ambiental e humanitária e a constatação da persistência de um negacionismo sobre partes importantes dessa agenda.

- A ameaça do terrorismo de várias origens e da intolerância que continua atingindo não só vítimas individuais como envolve a prática de atos em que a dimensão do genocídio pode e deve ser identificada. O racismo e outras formas de discriminação perduram e parecem resistir às tentativas de seu controle e superação.

- Que a atual pandemia mostrou como a organização internacional está imperfeitamente equipada para fazer frente a ameaças de escala mundial e a cooperação entre Estados nacionais e agencias especializadas ainda deixa muito a desejar. O grande e antiquado equipamento que herdamos no fim da II Guerra Mundial não corresponde por sua lentidão burocrática, exiguidade de recursos e falta de ideias e de grandes lideranças ao que seria legítimo esperar em tempos de grave crise.

- Que a Organização Mundial do Comércio não consegue avançar em suas negociações e o tempo perdido e a vigência de novas práticas acentuam a obsolescência dos instrumentos de que dispomos. Em matéria de negociações para o controle de armas (sobretudo das nucleares) há pouco o que mostrar e parece antes haver retrocesso do que avanço. Os riscos da proliferação persistem e as medidas de controle para evitar que essas armas de destruição em massa possam cair em mãos de grupos extremistas faz pouco ou nenhum progresso.

A essa relação, que está longe de ser exaustiva, é preciso somar a exigente e constantemente renovada agenda que a globalização e os avanços da ciência e da tecnologia nos últimos anos nos impõe. Práticas e valores que pareciam consolidados são simplesmente questionados ou tornados obsoletos. Não farei aqui mais do que indicar alguns dos vastos campos que tiveram de ser revistos, redesenhados ou mesmo inventados nos últimos anos. Penso no mundo da informação e da informática, das telecomunicações, do comércio, da inteligência artificial, da robótica, das nanotecnologias, da biologia, da produção de energia, da propriedade intelectual, da educação e do conhecimento, da genética, das relações entre o homem e o meio ambiente e o impacto de nossas atividades sobre

o clima. Destaco, também, o problema da identificação da verdade e do que é ou não informação confiável e idônea em um mundo marcado pelo acesso universal e não filtrado a redes sociais e outros canais de rápida e imensa irradiação o que oferece desafios que simplesmente não existiam no começo deste milênio. É evidente o triunfo do mundo virtual sobre grandes setores antes presenciais e isto já passa a ter um impacto decisivo sobre como e onde se vive, se estuda e se trabalha.

Ao reler os parágrafos imediatamente anteriores me dou conta de que esta minha apresentação corre o risco de parecer um catálogo de queixas quanto me parece importante acentuar que o período transformador que vivemos é, na minha avaliação, mais rico de oportunidades do que mensageiro de eventuais perdas e diminuições. O que procuro acentuar é que as fases de grandes transições são em ampla medida traumáticas e que o progresso, em sua passagem, além de ser um amplo criador de felicidade e oportunidades faz também vítimas e deixa muitos excluídos.

Se tivesse preparado esta palestra alguns anos atrás a minha perspectiva e as minhas expectativas sobre a inserção do Brasil naquilo que em outras épocas se chamou de "o concerto de Nações" seria certamente mais otimista do que aquela que faço agora. Estamos vivendo um momento de significativa perda de nosso prestígio e influência e, em linhas gerais, nosso relacionamento com vizinhos e com nossos grandes parceiros sofreu dano considerável.

Esta é a terceira vez em que faço uma apresentação ao ENERI. A primeira – e isso já leva bastantes anos – foi em Brasília. A segunda, mais recente, cinco anos atrás foi no Balneário Camboriú, em Santa Catarina, e agora, de longe, me dirijo a essa Bahia distante e amada. Guardo dos primeiros encontros a melhor das recordações. Falei pessoalmente naquelas duas ocasiões para muitas centenas (quase digo uns poucos milhares) de jovens que fazem, em tempos e condições diferentes, o mesmo percurso que escolhi. Agradeço o privilégio de poder de novo conversar com vocês. A mocidade, permitam-me comemorar, é uma doença momentaneamente contagiosa. Nas duas oportunidades anteriores meu tom e o conteúdo de minhas palavras sobre a inserção internacional do Brasil foi bem mais positiva do que aquela que faço agora. Se tiver no futuro uma outra oportunidade

espero que as circunstâncias então me permitam expressar novamente uma medida maior de otimismo e confiança em nosso destino nacional.

Volto ao que será meu fio condutor. A diplomacia brasileira vive um mau momento. Por mais de dois anos, afastou vizinhos, criou desconfianças, ofendeu parceiros e fregueses, perdeu credibilidade e nos tempos em que pandemia que nos atinge reclamava políticas generosas e de reforço de confiança na ciência e de exploração de todas as possibilidades internacionais de ajuda e cooperação perdemos amigos, tempo e vidas.

Mudanças recentes em posições chave no Itamaraty nas últimas semanas sinalizam, espero, a volta de uma importante medida de racionalidade na condução de nossas relações com o mundo lá fora. É cedo para fazer avaliações categóricas, mas já é possível registrar a volta do nosso discurso a formulações reconhecíveis e que nos reaproximam da nossa melhor tradição. Será preciso tempo e paciência para recuperar, com os interlocutores, a confiança perdida e restabelecer canais de diálogo tão gratuitamente interrompidos. O conserto das avarias que sofreu o nosso interesse nacional pode ser feito sem grande custo e basta voltar às práticas de moderação, equilíbrio e ânimo construtivo que costumam ser as nossas para que o trem volte aos trilhos e a viagem possa continuar.

Há muito o que uma diplomacia qualificada e experiente como é a nossa pode e sabe fazer. Há o grande reservatório de saber que o nosso mundo acadêmico e profissional detém. Há a vigilância do Congresso, da imprensa e de uma opinião pública atenta e informada. Há um número crescente de empreendedores altamente qualificados para ocupar espaços e identificar mercados mundo a fora. Contudo em um regime presidencialista como é o nosso é evidente que a revisão de políticas erradas, de um discurso inadequado e de percepções enganadoras da realidade só pode vir, em última análise, do detentor natural do poder.

Existe também uma expectativa amistosa entre nossos vizinhos e parceiros de que o Brasil volte, sem demora, a ocupar aquelas posições que pareciam ser as nossas por temperamento e interesse nacional e que defendíamos com profissionalismo e lucidez.

Sempre achei que boa diplomacia começa com a boa geografia. Temos nos servido bem da nossa. Estamos rodeados por dez vizinhos imediatos e

com todos tínhamos relações respeitosas de nossas diferenças e valorizadoras de nossas afinidades. Não nos envolvíamos na intimidade de seus projetos nacionais, mas procurávamos influenciar, como podíamos, na direção das boas práticas da democracia e do respeito ao direito internacional. Como somos o centro de gravidade de nossa região cabia a nós exercer esse papel de discreto influenciador de boas escolhas e nos fazer sócios de valiosos projetos de associação ou integração sub-regionais. O Mercosul ficou aquém do que dele se esperava, mas certamente convém preservá-lo e fazê-lo funcionar melhor.

Ao apontar os muito mais graves equívocos atuais de nossa atual atuação diplomática acho que cabe também reconhecer que em épocas recentes demos, em diferentes cenários, um endosso não critico a governos que perseguiam políticas populistas e demagógicas e mostravam desatenção com as boas práticas democráticas. Fomos, talvez, indulgentes demais, com algumas lideranças autoritárias e desrespeitosas das melhores práticas de governança. Havia coisas a corrigir.

O Brasil é, naturalmente, muito mais do que a nossa circunstância geográfica. Já somos, em várias dimensões um ator global e não existe virtualmente região do mundo a que não estejamos ligados pela história e pela trama dos interesses criados. Mais do que isso. No mundo das matérias-primas agrícolas e minerais já reunimos várias das credenciais que definem uma grande potência e exercemos influência decisiva sobre as tendências de certos mercados. As credenciais quantitativas do Brasil impressionam e não preciso indicar aqui o peso do grande espaço que ocupamos, os grandes números de nossa população e os macroindicadores da nossa economia.

Os indicadores qualitativos mostram uma outra realidade. Temos conseguido criar nichos de excelência e de alto desempenho em várias atividades, mas os resultados são ainda insuficientes para que o Brasil alcance o patamar de influência e relevância que acredita ser o seu destino. A retórica do discurso brasileiro sobre a primazia que a educação deve ter como motor de nosso desenvolvimento é exemplar. A nossa performance, contudo, deixa muito a desejar e ficamos muito aquém do que proclamamos perseguir. Parece que não encontramos ainda a chave para fazer a desejada

transição entre intenção e gesto e passar da condição de um país de renda média para ingressar no círculo mais estreito e influente dos países de alta renda. As frustrações se repetem. Por momentos parece que vamos chegar lá e logo depois uma perversa combinação de incompetência, permissividade e corrupção desfaz a confiança e adia a promessa.

Frustramos com isso não apenas nossas esperanças internas como também as expectativas internacionais sobre a nossa trajetória. O problema está em que não devemos permitir que se instale uma fadiga da esperança e que sucessivas derrotas nos façam transitar da condição de país do futuro para a condição deprimente de Estado fracassado. Vejo que é muito urgente atuar para devolver o Brasil, ao bom caminho que é o seu e que devemos voltar a percorrer com racionalidade e entusiasmo.

Temos ótimas condições para navegar no novo quadro que vai se desenhando. Nossas relações com os Estados Unidos são excelentes. Com a China e o resto da Ásia também. Não temos hoje problemas com a África e a nossas afinidades com aquele continente são muitas. É fácil e agradável dizer isso na Bahia. Muitos dos nossos vieram de lá, como também da Europa e do Oriente Médio. Tenho repetido que o Brasil é um vasto laboratório. Se nossa experiência aqui não der certo transmitiremos uma mensagem de desalento para outros países que nos olham como precursores emblemáticos. Temos, acreditem, com o resto do mundo uma responsabilidade especial.

Devemos, por causa de tropeços recentes, voltar a cuidar melhor de nossas relações de vizinhança e agir de forma mais clara e afirmativa na proteção de nosso meio ambiente, especialmente a Amazônia. Fazer isto é urgente.

Sem me estender devo deixar o breve registro de alguns pontos essenciais. Um grande país como é o Brasil deve cuidar de sua segurança e dispor de meios para resguardar sua soberania. Em diplomacia ingenuidade é um pecado grave.

Devo logo concluir. Talvez haja algumas perguntas que queiram me fazer e que, se souber como, procurarei responder. Certamente irei ouvi-las com respeito e curiosidade. Tenho, faz bastante tempo, algumas ideias sobre o tipo de sociedade internacional que, a meu ver, melhor conviria ao

Brasil. Aqui vai a minha receita: Ao Brasil convém a consolidação de uma sociedade internacional democrática e multipolar fundada nos princípios da não intervenção, da igualdade jurídica dos Estados, e que privilegie a defesa da liberdade, a busca da justiça, a proteção aos direitos humanos e do meio ambiente, que seja respeitosa das diversidades culturais e pessoais e que, como sabiamente antecipava Thomas Jefferson, ajude a todos nós na busca da felicidade.

O elogio da moderação[1]

O primeiro e essencial cuidado é procurar não ser imoderado na defesa da moderação. Ela como virtude perdeu prestígio ao longo dos séculos e serão poucos, se algum, os monumentos erigidos em épocas recentes, com pedras ou com palavras em seu louvor. Nosso tempo parece tê-la em pouca conta e valoriza ao contrário, em prosa, verso e mármore aqueles gestos e ocasiões em que a paixão e a criatividade, a coragem desesperada ou a fé transpuseram barreiras e moveram montanhas, desafiaram a prudência e o sentido comum e alcançaram o que até então parecia impossível. A moderação sugere, quase sempre, algum tipo de acomodação imposta pelos imperativos práticos da realidade.

É bom não esquecer, por outro lado, que a moderação ou temperança é uma das quatro virtudes da filosofia estoica (na boa companhia de coragem, da justiça e da sabedoria) e encontrou espaço e prestígio desde a remota antiguidade. Hoje volta a ser, acredito caminho necessário e valioso instrumento para nossa felicidade e, até mesmo, para nossa sobrevivência.

A minha perspectiva será prioritariamente a das relações internacionais onde irei procurar alguns exemplos para esclarecer o que pretendo dizer. É um terreno em que me sinto à vontade.

Não será inútil, assim, que eu procure dizer logo no começo o que para os fins deste papel entendo como moderação. Das muitas definições com que me deparei a mais simples e a que me pareceu se ajustar melhor ao que pretendo dizer está no Cambridge Dictionary que traduzo do original em inglês: "a qualidade de fazer alguma coisa dentro de limites razoáveis". Existem muitas outras mais densas e abrangentes, mas, para este nosso exercício, acredito que a que escolhi seja suficiente.

Gostaria que a moderação fosse mais universalmente valorizada por achar que a extraordinária transformação de práticas e valores com que estamos todos defrontados em tantas e simultâneas dimensões

1 Data: 2023.

no mundo de hoje reclama algum tipo de urgente redução de certezas, velocidades e ênfases. Se é verdade que a história sempre foi transformação e movimento não é menos verdadeiro afirmar que o mundo nunca operou com as inéditas velocidades de hoje e em tantas e contraditórias frentes ao mesmo tempo. Minha adesão à moderação como prática se relaciona, portanto, estreitamente com as oportunidades e desafios que identifico no momento presente e consigo projetar para o futuro próximo. Não estou prescrevendo remédio de longa duração e efeitos dramáticos, mas apenas recomendando o que equivaleria a uma receita caseira que, se não curar o paciente, muito mal não lhe há de fazer.

O que estamos atravessando não é, acredito, apenas mais um episódio do que sempre aconteceu com a velha história da humanidade agora simplesmente se repetindo com diferente roupagem. Houve nos últimos vinte e poucos anos – o novo milênio se oferece com irresistível marco inicial – uma extraordinária aceleração de técnicas, saberes e maneiras de fazer que marcam o início de uma nova era que se distancia de maneira radical de quase tudo que havia antes.

Embora não seja preciso fazer listas elas servem para identificar os principais desafios com que nos defrontamos e a extensão e os acidentes do terreno pela frente. Atravessamos um momento, talvez inédito, de profunda transformação e diria até mesmo de recriação do mundo. Sou do tempo em que ainda havia enciclopédias e seus infatigáveis vendedores. Era possível então acreditar que a soma do conhecimento humano se pudesse encapsular em um punhado de volumes e que o registro das inovações se poderia fazer pela adição de um único volume anual. Havia ainda a consoladora esperança de que era possível, com alguma leitura e alguma atenção, acompanhar o que se ia fazendo e o que se estava criando.

Fui buscar lá atrás inspiração para o que estou querendo dizer. Encontrei algo do que buscava na Rotterdam de Erasmo e na Itaguai de Machado de Assis. Erasmo e Machado, em épocas diferentes, se assombram com a enormidade da insensatez de seus tempos em suas quase que infinitas expressões. Nos mares Brant e Bosch enchem, também, suas imaginadas embarcações em que estamos todos embarcados com tripulantes marcados pela estultícia. Os tolos (e não são poucos) sempre navegam em barcos

que não levam a lugar nenhum ou que afundam em tempestades que não souberam evitar e, tantas vezes, ajudaram a criar.

Mary Shelley, Jules Verne, H G Wells, Isaac Azimov, Arthur Clarke e tantos outros foram criando o universo alternativo da ficção cientifica hoje murcho porque os avanços da realidade parecem largamente ultrapassar os espaços da invenção. Simplifico só um pouco ao dizer que muito do que hoje se faz e pesquisa ultrapassa, com naturalidade, a ficção científica de ontem.

Agora até mesmo os mais céticos e reticentes estão perplexos com o que assistem e com o que se prenuncia. Escolho como emblemático do nosso tempo aquele projeto que me parece por sua extensão, complexidade e capacidade de mudar o rumo e o sentido das coisas merecer a mais prioritária e intensa das atenções; penso no gradual desenvolvimento e utilização da inteligência artificial com seu inimaginável poder para alterar as condições e possibilidades da vida humana como até agora a entendíamos. Temos nos ocupado seguidamente da questão neste Conselho e creio que o assunto será, daqui para frente, assíduo e incontornável companheiro das nossas reflexões. Observo mesmo que sem termos planejado isto estamos na verdade realizando aqui, nas últimas semanas, um verdadeiro ciclo de conferências que tem como tema unificador a extraordinária mudança das regras do jogo que já estamos assistindo. Hoje, em pequena medida, me associo a este exercício.

São muitos os terrenos em que antigos valores ou maneiras de fazer são abandonados ou simplesmente ultrapassados. É para poder acompanhar tudo isso que escolhi a valorização da moderação como instrumento e fio condutor talvez indispensável para nos ajudar a atravessar o desafiador trecho que devemos percorrer. Nesta nossa conversa de hoje, de maneira arbitraria, escolhi algumas grandes questões além da inteligência artificial que reclamam que as enfrentemos com urgência e lucidez, mas também, sem dúvida, com o espírito aberto e, porque não confessar logo, tomados em muitos casos por uma imensa perplexidade. Não estou receitando a moderação – embora veja nelas muitas virtudes e poucos defeitos – como uma ferramenta necessária para todas as obras e para todas as ocasiões. Sugiro apenas que diante de mudanças de imensa complexidade e velocidade

ela deva ser a nossa primeira preferência e, nas atuais circunstâncias, provavelmente a maneira mais apropriada de julgar e proceder. Se nos afastarmos de sua prática, em momento tão vertiginosamente imprevisível, estaremos todos correndo riscos que não sabemos agora medir.

Aqui vai, incompleta, uma pequena relação de grandes questões para quais sugiro a moderação como receita e que ofereço sem nenhuma hierarquia de prioridade. Reúnem, acredito, características que as fazem emblemáticas do nosso tempo e dos desafios que devemos enfrentar:

1. O alcance e penetração da Internet;
2. As redes sociais e o fenômeno das *fake news*;
3. Os grandes movimentos migratórios;
4. O racismo e a intolerância religiosa;
5. As políticas de gênero e a fragmentação da identidade sexual;
6. As mudanças climáticas;
7. O risco de novas pandemias;
8. As armas nucleares;
9. A engenharia genética. A biotecnologia e a nanotecnologia;
10. A água e a segurança alimentar da humanidade.

Nenhum desses grandes temas me parece suscetível de ser examinado de maneira superficial ou simplista e nenhum deles acredito pode de ser tratado sem levar em conta uma pluralidade de opiniões relevantes e, em alguma medida, contraditórias.

Outros grandes temas sejam eles recentes ou antigos, mas sempre em novas configurações se apresentavam como candidatos viáveis para entrar nesta lista que não quis transformar em um *carnet de doleances* de nossa época ou, ao mesmo tempo, em um roteiro do extraordinário horizonte de inéditas promessas com que nos defrontamos.

Sobre algumas das imensas questões que relacionei acima tenho algum conhecimento e umas poucas ideias. Sobre várias outras apenas a intuição de sua importância e uma ampla ignorância sobre o tema de que é objeto. Finalmente, sobre outras, só preocupação e incertezas. Seria

pretensioso – e inútil – ir mais longe aqui assim que fica o meu decálogo como está, incompleto e provocador, aberto naturalmente a muitos acréscimos e algumas supressões por conta da enormidade mesmo dos terrenos que pretende cobrir.

O tempo em que agora vivemos já foi definido, com alguma propriedade, como o "antropoceno", ou seja, o período em que o homem pelo que faz ou deixa de fazer pela primeira vez alterou a natureza mesma de nosso entorno e circunstância planetária e se fez responsável pelo que pode vir a acontecer. A essa tremenda responsabilidade não correspondeu um reforço de nossa sabedoria como espécie e de nossa capacidade de prever e corrigir rumos.

Vivemos, por exemplo, ainda dentro da moldura de um ordenamento internacional que nos vem de São Francisco e Bretton Woods e que corresponde ao mapa como se apresentava ao terminar a II Guerra Mundial, quase oitenta anos atrás. Houve, em áreas especificas, desde então, avanços importantes: A energia atômica, seus usos e riscos levou à criação da AIEA. Regulou-se, em boa medida o que acontece na Antártica, nos mares e no espaço exterior. Houve avanços significativos na proteção dos direitos humanos. Genebra e Viena estão aí como duas cidades que reúnem importantes agências reguladoras da vida internacional. Talvez o último grande impulso ordenador da vida internacional tenha sido a Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 onde aconteceu o indispensável casamento entre duas ideias centrais: a da proteção a um planeta fragilizado e a necessidade de promover a criação e a distribuição de uma a riqueza sustentável para todos. Desde então o que se observa são desdobramentos dessa reunião feitas, sobretudo, através dos persistentes esforços para encontrar soluções e acomodações para as alterações climáticas, assunto sobre o qual tínhamos escasso conhecimento então e que se transformou em uma das maiores senão a maior preocupação do nosso tempo.

São já, portanto, mais de 30 anos em que as circunstâncias mundiais se alteraram profundamente e a isso não correspondeu um esforço correspondente para que se atualizasse o ordenamento internacional. Vivemos assim uma profunda defasagem normativa entre os novos e grandes

problemas que se acumularam nesse intervalo e a falta de diagnósticos confiáveis para responder aos desafios que se foram criando.

Existem várias explicações para que isso tenha ocorrido, mas o fator que me parece preponderante é o que decorre, sempre privilegiando a perspectiva do relacionamento internacional, de que os Estados Unidos, potência hegemônica do nosso tempo, se sentem ameaçados por novos desafios ao seu poder, originários sobretudo na Ásia e no Pacífico, mas que derivam também das ambições de uma Federação Russa revigorada, e também do fato de que os Estados Unidos parecem haver perdido seu vigor e seu rumo histórico.

Washington não acredita que tenha agora melhores cartas para jogar do que aquelas de que dispunha ao sair o país vitorioso da segunda guerra mundial e também ao triunfar no longo enfrentamento que foi a chamada Guerra Fria. Teme, sobretudo, ter de se afastar do mundo essencialmente unipolar que pretendeu criar para ir em direção ao mundo multipolar que se anuncia. Prefere, assim, que as coisas, enquanto possível, fiquem um pouco como estão. A resistência de Washington a qualquer grande projeto revisionista das relações de mundiais ajuda a compreender por que continuamos a operar dentro de molduras de poder e influência claramente defasadas.

Na ausência de um grande projeto integrado de revisão das relações internacionais o que tem sido possível fazer é ir montando uma geometria variável de alianças e interesses regionais e setoriais que, bem ou mal, vão permitindo que os assuntos que interessam a muitos a poucos ou a todos possam ser considerados.

Até a guerra na Ucrânia uma estratégia para agir com cautela e esperar condições mais favoráveis para o diálogo e a negociação poderia ser uma aceitável opção. Vivemos agora um momento de visível deterioração das relações entre as três principais potências militares e nucleares do mundo e isto deve ser causa de legítima preocupação. As relações entre os Estados Unidos, a Rússia e a China vivem seu pior momento desde a reunificação alemã e os riscos de algum tipo de emprego de armas nucleares, sobretudo táticas, não podem ser ignorados. Não identifico

no curto e mesmo médio prazos sinais que indiquem que essa perigosa deterioração possa ser revertida.

O engajamento direto dos Estados Unidos e se seus associados em seu amplíssimo apoio à Ucrânia com a adoção de inéditas sanções contra a Rússia e aos seus eventuais parceiros; o fornecimento de amplo e moderno espectro de material bélico ao governo de Kiev parece distanciar bastante o que agora se observa do que eram os limites habituais de intervenção nos chamados conflitos regionais limitados da guerra fria, rótulo que descreve o longo e incerto período que se estende de 1949 a 1989.

Ao valorizar um retorno à moderação como estilo e como prática para o comportamento internacional tenho presente que deva ser nosso objetivo central a busca permanente de soluções negociadas e a acomodação de interesses. Ao longo da história os ciclos de lutas ou sérias turbulências costumam ser superados pela realização de grandes reuniões em que, a sociedade internacional, esgotados os recursos disponíveis ou a disposição para prosseguir um conflito mostrava sua preferência pela cessação de hostilidades e se dispunha a encontrar soluções para enfrentamentos que antes pareciam resistentes a qualquer tipo de solução não coercitiva.

Não preciso fazer listas, mas a história é pontuada por momentos em que o espírito de moderação e a busca de limite para danos que passavam a ser vistos como inaceitáveis ou intoleráveis levou a que se encerrassem ciclos anteriores de violência e instabilidade. Assim a Paz da Westfalia encerra em 1648 séculos de guerras religiosas europeias; o Congresso de Viena fecha o ciclo revolucionário francês e também o ciclo imperial napoleônico. Quase toda a história é pontuada por momentos de pausa e reacomodação de interesses e prioridades. Em Versailles em 1918 um grande Congresso põe fim a primeira grande guerra e em 1945 a Conferência das Nações Unidas faz o mesmo com a Segunda Guerra Mundial. Os exemplos são numerosos ao longo do tempo.

Também no mundo eclesiástico o mesmo fenômeno se observa e foram muitos – e importantes – os concílios realizados para buscar superar divergências e procurar harmonizar valores e interesses.

O que me levou a propor o tema desta palestra hoje foi minha convicção de que as forças e as vozes que buscam a paz e o entendimento estão no

momento um pouco abafadas e mesmo desacreditadas por interesses belicistas ou oportunistas que utilizam, os mais eficazes argumentos para promover o apoio aos projetos que defendem. A sempre útil causa da necessidade de buscar o diálogo e de procurar identificar possíveis áreas de entendimento e convergência parece encontrar, no momento, poucos apoios e poucos ouvidos.

Gostaria de trazer agora o elogio da moderação para o teatro mais amplo de fatos recentes na vida pública em três países que conheço bem. Em primeiro lugar, naturalmente, o meu próprio, que é o Brasil. Depois a Argentina onde fui nosso embaixador por mais de cinco anos e onde vivi outros mais em função diplomática e, finalmente, o Estados Unidos onde servi e vivi também por longos intervalos. Em dois deles, os Estados Unidos e o Brasil o poder foi capturado, em eleições democráticas recentes por candidatos que depois de eleitos e cumpridos normalmente os prazos de seus mandatos ao buscarem reeleição procuraram deslegitimar o processo transparente que os levou ao poder e subverter a ordem democrática. Agora, na Argentina, na primeira rodada do processo para definir o sucessor de Alberto Fernandez surge à frente nas pesquisas um candidato que anuncia pretender alterar os valores e práticas que tem guiado a Argentina em décadas recentes. Não entro nos méritos dos argumentos de Javier Milei e registro apenas, com alguma preocupação, o extremo radicalismo de algumas de suas propostas.

Havia antes uma difusa, mas ampla convicção de que existia uma larga distância entre a quase sempre estridente retórica eleitoral e os constrangimentos e exigências da arte e do ofício de governar que quase obrigatoriamente levavam o candidato escolhido a moderar sua linguagem e até mesmo a modificar alguns de seus projetos mais polêmicos. A expectativa, que era quase uma certeza, induzia a crer que um candidato eleito devia se despir dos excessos de sua campanha e assumir o decoro das exigências da função para a qual fora escolhido. Trump, Bolsonaro e agora Javier Milei fazem crer que um novo modelo possa ter sido implantado e que a estridência do candidato não é descartável, mas apenas prefacio do que irá mais adiante acontecer.

Acredito assim que a defesa da racionalidade, o respeito pelos fatos e pelas grandes conquistas do iluminismo voltaram a ser uma causa ameaçada e que reclama nosso engajamento em sua defesa.

A escolha que fiz do tema desta apresentação é resultado de minha convicção de que os tempos perigosos que vivemos precisam do conselho sempre útil da moderação para que cheguemos a um porto seguro.

O Tratado (TCA) e a Organização de Cooperação Amazônica (OTCA)

Este papel procura resgatar e valorizar aquele acordo concluído em 1978 entre os oito condôminos do bioma amazônico: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela e que serviu depois, em 1985, como documento de base para a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

A Organização, criada para dar eficácia operacional ao Tratado, tem hoje sede permanente em Brasília e instalações físicas e administrativas adequadas. É útil acrescentar que a OTCA é a única organização intergovernamental de caráter permanente com sede no Brasil. Uma qualificada personalidade boliviana ocupa hoje as funções de secretária-geral; um diplomata brasileiro atua como Diretor Executivo e um corpo reduzido de funcionários que reflete a diversidade dos países que integram o sistema e a abrangência de suas preocupações procura dar conta do que a Organização é hoje convocada a fazer. Para melhor entender o momento da criação do Tratado em 1978 não devo ignorar que o texto tem a marca de seu tempo que era ainda o da guerra fria e quando no Brasil as preocupações com a preservação da nossa soberania sobre extensas áreas que temíamos pudessem ser alvo da cobiça e ingerências externas eram muito grandes. As graves inquietações com as alterações climáticas e as preocupações ambientais bem mais abrangentes de hoje ainda estavam em um futuro que então imaginávamos mais distante dos que os fatos provaram ser o caso. É sempre esclarecedor ler os trabalhos dos Generais Meira Mattos e Golberi do Couto e Silva, ambos pioneiros entre nós dos estudos sobre a dimensão geopolítica de nossa inserção internacional e daquilo que entendiam ser nossas vulnerabilidades amazônicas para compreender o ânimo dos nossos negociadores do Tratado e, depois, da Organização por ele criada. A retórica da época reclamava, ruidosamente, o imperativo de integrar para não entregar.

Eram recentes, então, as lembranças dos projetos do Hudson Institute e seu mentor Herman Kahn, que pretendia ver criado um grande lago amazônico em torno do qual se iria desenhar um novo ordenamento geográfico que alteraria a natureza mesma daquela imensa região. Os projetos grandiosos de produção de bauxita do projeto Jari patrocinados por Daniel Ludwig não se haviam ainda provado ineficazes e ruinosos. Mais remoto no tempo aparecia o fracasso da iniciativa de Henry Ford para a produção, em grande escala, de borracha na região de Altamira. A grande Carajás de hoje ainda não era uma brilhante realidade e não começara ainda aquela febre efêmera que foi corrida do ouro em Serra Pelada. Os imensos projetos hidrelétricos de Tucurui, Balbina, Belo Monte, Santo Antonio e Girau (e poderia acrescentar vários outros) viriam a existir apenas em algum momento ainda então futuro. O vasto desenho da Calha Norte apenas começava e a construção da rodovia Transamazônica parecia ser o desafio prioritário daqueles dias. O Tratado de que me ocupo – também chamado de Pacto Amazônico – foi negociado e assinado quando éramos governados pelo presidente Ernesto Geisel e enquanto Antonio Azeredo das Silveira era ministro das Relações Exteriores. Guarda afinidades com o Tratado da Bacia do Prata que o antecede por uns poucos anos e que nos foi útil, em outras circunstâncias, quando tivemos que encontrar as necessárias acomodações para que no aproveitamento, sobretudo hidrelétrico, dos recursos daquela outra vasta e importante bacia os interesses, especialmente os do Brasil e da Argentina, pudessem ser acomodados de forma satisfatória.

Devo fazer, desde o início, duas advertências necessárias. Quero destacar a importante reflexão feita por Rubens Ricupero sobre o Tratado Amazônico e publicada na Revista de Informação Legislativa em 1984 e que, por seu rigor e abrangência, vai muito além do que aqui pretendo comentar. Recomendo sua leitura bem como a de outros trabalhos de Ricupero a quem a nossa reflexão sobre a Amazônia tanto deve. A outra referência preliminar que devo fazer é registrar que a Guiana Francesa que integra também o espaço amazônico é o único território daquele bioma não compreendido pelo Tratado. As peculiaridades da situação da Guiana Francesa e sua vinculação com a metrópole europeia levaram a essa exclusão e sobre o assunto devo confessar que não tenho, a rigor,

uma convicção formada e que sobre isso talvez possamos trocar ideias para que o nosso debate talvez me ajude a esclarecer melhor meus próprios questionamentos. Acho importante dizer, desde o primeiro momento que o TCA contém preocupações ambientais que são significativas sobretudo levando-se em conta a época de sua negociação e aprovação. Não chego a afirmar que o Tratado tenha sido precursor do conceito de desenvolvimento sustentável, mas quase chego lá ao encontrar no texto, com frequência e com ênfase apropriadas, o registro da nossa preocupação, já naquele momento, com a proteção ambiental e sua harmonização com os objetivos do desenvolvimento econômico associação indispensável e que iria se transformar, anos depois em uma das exigências cruciais e um dos maiores desafios do nosso tempo. Quero, também, dar um depoimento pessoal como alguém que participou tanto das negociações no Rio da Prata quanto das negociações amazônicas e, depois mais tarde, da grande reflexão sobre as questões ecológicas que se definem primeiro na Conferência de Estocolmo em 1972, se consolidam e amadurecem no Rio de Janeiro na grande Cúpula da Terra de 1992 e vão desaguar mais adiante em todo o longo processo negociador das alterações climáticas que se estende de Kyoto a Paris. Ao longo desses ciclos de negociação fomos aprendendo à medida que avançávamos e, com a perspectiva e as informações de hoje, é possível ver como nossas análises e avaliações eram imperfeitas e ocasionalmente ingênuas e foram, como quase sempre acontece, sendo corrigidas pela inexorável força dos fatos e de suas projeções. Hoje isto continua a ser verdade. Gostaria, também, de fazer uma observação preliminar que me parece relevante. Devo registrar como o Brasil, principal ator no sistema do Prata e também principal ator no sistema amazônico, tem circunstâncias geográficas muito diferenciadas em um e outro caso. No sistema da Bacia do Rio da Prata somos o país a montante vale dizer o grande espaço onde nascem as águas e os rios que integram o sistema. No caso da Bacia Amazônica o oposto acontece. Somos o país a jusante e as águas descem até nosso território dos Andes e em especial do Peru, da Colômbia e da Bolívia. Essa dualidade de circunstâncias determina que nossas formulações e prioridades sejam, nos dois casos, diferenciadas. O que nos convém enfatizar no Prata não é necessariamente a mesma coisa que nos convém fazer valer na Amazônia. Este é um curioso desafio

resultado da nossa condição invejável de maior potência hídrica do planeta. Vale dizer que somos o país que deve proteger seus interesses na condição de quem está em um caso, águas acima e, no outro, águas abaixo. As prioridades de interesses, em um e outro caso, são diferenciadas. As bacias do Rio da Prata e a Amazônica são inexoravelmente internacionais. No caso dessas duas bacias somos, convém sempre repetir o centro de gravidade dos dois sistemas e o que fazemos ou deixamos de fazer influi, de maneira decisiva sobre os rumos do que irá acontecer. Em nenhum dos dois casos a omissão é, para nós brasileiros, uma opção realista. No que a nós respeita a cooperação internacional nos dois casos é o melhor caminho e é sempre útil lembrar que dos nossos grandes rios apenas o São Francisco começa e termina no Brasil. Circunstância que, como se pode imaginar, no seu caso simplifica muito as coisas. Não creio que possa ser desafiado ao afirmar que nossa presença e ações (ou omissão delas) na Amazônia constitui hoje o terreno em que o Brasil deve enfrentar alguns dos maiores questionamentos em sua inserção internacional. A complexa problemática dos direitos humanos é o outro campo em que nosso comportamento deve aceitar os desafios propostos por uma ruidosa opinião pública internacional e de uma outra, essa doméstica, não menos enfática e influente, que, por sua vez, alimenta governos e instituições, governamentais ou não, a assumir posições sobre o que deveríamos fazer ou deixar de fazer. Na Amazônia somos chamados a enfrentar de maneira simultânea e entrelaçada essas duas maiores questões de nosso tempo: a do aproveitamento dos recursos naturais e o da proteção dos direitos de grupos humanos frágeis e vulneráveis. Trata-se um grande desafio, mas que também pode ser, se fizermos bem o dever de casa, uma valiosa oportunidade. Não antecipo aqui as conclusões desta minha apresentação. Procurarei fazer isto mais adiante.

Fico surpreso que o Brasil como sede e virtual criador da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica tenha feito até agora uso tão discreto e, muitas vezes, não faça sequer uso de instrumento para cujo desenho e funcionamento foi decisivo e que bem poderia servir a seus interesses e garantir, sem sacrifício de nossas prioridades e soberania, também, aquilo que tanto importa: que a Amazônia em sua atual configuração política e administrativa seja preservada e aproveitada de forma claramente racional.

Lamento que sucessivos governos brasileiros não tenham feito um uso mais vigoroso e criativo de um instrumento que já está implantado e reconhecido sem reservas e que traria para as mesas de negociação a legitimidade do interesse solidário dos países diretamente envolvidos nessa nossa importante proximidade geográfica. Embora o Brasil detenha sozinho mais do que 60% do espaço amazônico é evidente que não podemos reclamar sobre ele exclusividade de direitos e responsabilidades e que, ao contrário, a nós convém contar com a o aval e engajamento de nossos vizinhos diretamente interessados.

Recomendo a leitura atenta do Tratado que não é longo nem obscuro em suas linguagem e determinações. Trata-se de um acordo quadro a partir do qual se deveria ir formando aquela teia de ajustes complementares e adicionais que, mais adiante, conformariam o desenho integrado dos nossos compromissos internacionais na região. Houve menos progresso nesse caminho do que eu teria esperado.

Observo, com prazer, que a Organização do Tratado, em anos recentes, tem tido atuação algo mais diversificada e dinâmica e que o vice-residente da República tem manifestado um interesse sustentado em ver o sistema ser mais ágil e influente. Minhas observações não serão, assim, críticas dirigidas especificamente contra quaisquer pessoas ou grupos, mas a expressão vigorosa da esperança de que o Tratado e seu sistema da implementação possam ser ainda mais e mais bem aproveitados como requerem as circunstâncias atuais e a proteção dos nossos interesses. Se, por um lado reconheço que a flexibilidade, a cooperação e o diálogo internacionais são ferramentas essenciais de negociação a defesa de nossa soberania é também, por seu lado fator inegociável. Não se trata, assim, de aceitar cenários em que o Brasil tivesse que abrir mão de seus direitos e titularidade, mas saber como definir e dinamizar aquelas amplas faixas em que uma preocupação ambiental legítima, nossa e internacional, e o empenho em promover o crescimento econômico e social nosso e de nossos parceiros se encontram e se reforçam em equilíbrio e equidade. Devo fazer desde o primeiro momento uma observação que me parece essencial. Como poucas outras a palavra Amazônia até mesmo em sua grafia e sonoridade é virtualmente a mesma em várias línguas e tem um extraordinário poder de convocação. Não é hoje uma palavra que se possa

utilizar com uma dimensão meramente descritiva. Não devo ir muito longe aqui nesse comentário. Sugiro apenas que a palavra, em suas várias e próximas transcrições tem hoje, como poucas, a capacidade de estimular a imaginação e provocar intensas emoções e expectativas. Não exagero ao dizer que o Brasil tem, no caso, o enorme desafio de procurar harmonizar o que é, por quaisquer critérios, coisa de difícil acomodação. Existe, difuso, aqui e fora do Brasil um negacionismo irracional que procura não ver os grandes e urgentes problemas ambientais com que hoje nos defrontamos. Há também uma estridência retórica que vai na direção oposta e anuncia desastres no curtíssimo prazo. Reconhecer preocupações legítimas e responder a elas com vigor e uma adequada medida de urgência é nossa inescapável obrigação. Observar a exploração tendenciosa e sensacionalista de fenômenos ainda de imprecisa definição e alcance é também coisa para a qual devemos estar sempre vigilantes.

O Brasil, em não pequena medida, na proteção de seu meio ambiente perdeu em anos recentes algum terreno e não pouca credibilidade. Já havíamos superado antigas desconfianças e havia sido fortalecido entre nós e a comunidade cientifica internacional um amplo terreno de entendimento e convergência. Linhas de comunicação foram interrompidas e de um lado e do outro voltaram a prevalecer posições simplistas que cabe agora, de novo, superar.

As discussões iniciais sobre o meio ambiente e muito especialmente as profecias sombrias como foram as do Clube de Roma, lá atrás na década de sessenta, não ajudaram a criar pontes. Quanto a causa da proteção ecológica surge então vigorosa, sobretudo nos países escandinavos e em alguns outros do norte da Europa com a sua carga de desencanto com as promessas do desenvolvimento e uma visão muito pessimista da exaustão dos recursos naturais disponíveis no planeta o Brasil, em sentido inverso, vivia a euforia de seu desenvolvimento e encontrava nas promessas e realizações da política de Juscelino Kubitschek a esperança e o ideário que nos convinham. Enquanto países industrializados pensavam em reduzir o consumo o Brasil sonhava percorrer cinquenta anos em cinco e, finalmente, recuperar o tempo perdido ao longo de séculos mal aproveitados de história. O desencontro de expectativas era profundo e o desentendimento entre nós e eles virtualmente inevitável.

Foi preciso que o movimento ambientalista refinasse suas teses e moderasse suas profecias e que o Brasil também evoluísse abandonando uma visão simplista do futuro para que se pudesse procurar e finalmente encontrar terreno sobre o qual podíamos colaborar. A ideia central, em todos seus matizes, que permitiu a aproximação de teses e projeções foi a do desenvolvimento sustentável e foi sobre ela que a sociedade internacional começou a demarcar um amplo terreno em que acomodações construtivas de interesses pudessem ser encontradas.

Ao longo dos anos a estratégia brasileira sobre a nossa ocupação da Amazônia tem sido, no essencial, a tentativa de nos defender de acusações de negligência ou incúria alegando, quando reconhecemos que uma crítica possa ser procedente, que não dispomos de meios para impedir, de forma eficaz, que naquela vasta área sob nossa jurisdição ocorram abusos e crimes contra a natureza e contra as populações indígenas. O Brasil tenta, também, mostrar seus esforços, oficiais e privados, no plano federal, estadual e mesmo municipal para coibir abusos e procurar impedir ação ilegais. É fácil entender o que nos leva a utilizar esses argumentos e dar essas explicações. Não são, entretanto, razões muito convincentes e nem são, acredito, as melhores de que de que devemos nos valer.

Penúria de meios e a vastidão e complexidade dos desafios eram argumentos mais valiosos quando dispúnhamos de bem menos recursos e escassos conhecimentos. Soam hoje e cada vez menos convincentes. O Brasil já dispõe de uma extraordinária comunidade de ambientalistas e de cientistas capacitados nos muitos campos relevantes. Contamos com as ferramentas de monitoramento remoto por satélites e por aeronaves, extensa presença física no solo e todos os demais meios para reconhecer e dimensionar qualquer grande desastre que aconteça seja ele espontâneo ou causado pela intervenção humana. Podemos hoje identificar, com precisão, a causa e a extensão de incêndios e desmatamentos.

Tenho repetido que soberania é, sobretudo, a obrigação de cuidar bem do que é nosso e fazer o que devemos. As desculpas mesmo quando sinceras e de boa-fé não estimulam o respeito que esperamos merecer, fora das nossas fronteiras, por nossas práticas e políticas em consequência de nossas leis internas ou dos nossos compromissos internacionais.

No solo, o Exército brasileiro já tem na Amazônia uma extensa e dinâmica presença e ali enfrenta seu maior desafio e também o seu trabalho mais promissor. Nada reforça mais minha confiança no que devemos fazer do que encontrar, nos lugares mais remotos e de mais precário acesso na Amazônia uma pequena unidade militar nossa funcionando bem com contados recursos e prestando, com sacrifício e patriotismo, serviços inestimáveis que reforçam o cimento da nossa nacionalidade. Naquela vastíssima rede de rios e cursos menores a Marinha tem – e isso é evidente – um papel extraordinário e inúmeras vezes benemérito. Começo por esta muito sincera enfática avaliação e reconhecimento. Não precisaria, a rigor, sequer acrescentar a FAB por tantos títulos pioneira na região e a força talvez mais apta pela velocidade e raio de ação de seus aviões e helicópteros para cobrir imensas distancias e agir com eficácia e rapidez.

Reconheço também o talento e o empenho de não poucos administradores civis federais, estaduais e municipais e fujo de qualquer generalização fácil que afirme ou mesmo apenas insinue que o Estado brasileiro e seus agentes são todos reféns da atividade ilegal seja de madeireiros, de garimpeiros, de traficantes ou de quem mais se trate. Afirmar isso seria não só uma grave injuria como uma grande falsificação da realidade.

O IBAMA e a FUNAI, devo acrescentar, tem também longa experiência em toda a região e dispõem de quadros capazes de nos fazer saber o que está acontecendo e permitir que se aja de maneira tempestiva. Devo acrescentar também as reconhecidas capacidades de monitoramento e análise do INPE e poderia ir muito além na identificação de outras agências e outros instrumentos capazes de prever problemas e de intervir quando oportuno e necessário.

Tomei, reconheço, um caminho imprudente. Toda enumeração corre o risco de pecar por graves omissões que o tempo e o espaço de uma apresentação como esta não me permitiriam corrigir. Ficaria faltando, enfim, registrar toda a ação da sociedade civil e de seus múltiplos canais e instrumentos que, no imenso campo do meio ambiente, foram pioneiros e continuam a ser indispensáveis para alertar e mobilizar a opinião pública contra erros e malfeitos. Faço aqui, apenas, o registro dessas omissões e por todas elas, desde já, me penitencio.

O que quero repetir é que no trato internacional das preocupações amazônicas o Brasil precisa ampliar e diversificar seus canais de atuação e acredito que o Tratado de Cooperação Amazônica e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica são instrumentos valiosos e que já estão ali prontos para serem empregados para nos ajudar a mobilizar as forças internas e atrair uma melhor disposição da opinião pública mundial que ainda precisa ser convencida de que os parceiros do tratado estão dispostos e são capazes de fazer, de boa-fé, mais e melhor em favor do imenso patrimônio que compartilham.

O calendário internacional nos últimos anos se obrigou a uma pausa por causa da pandemia e agora por causa das atuais tensões intraeuropeias e tem adiado o lançamento de novos programas de grande alcance para o meio ambiente. Diria mesmo que existe a percepção de que a identificação dos principais desafios já foi, no essencial, feita e que precisamos passar da fase de amplas formulações para a de implementação de programas concretos. Como acontece sempre é possível imaginar que se possa fazer mais e melhor, mas creio não exagerar ao reconhecer que tem havido avanços na promessa e na realidade do controle das emissões de carbono e na promoção de fontes alternativas de energia limpas e renováveis.

O Brasil, em certas dimensões do problema, tem tido comportamento virtuoso e tem também tido muita sorte ao poder contar com uma diversificada matriz energética. De uns anos para cá, avançou de maneira extraordinária na produção de energia solar e eólica. Observo também que temos sido poupados como país, em anos recentes, de desastres naturais extremos, mas sei que essa pausa não deve ter vida longa e que é preciso atuar logo e sempre de maneira preventiva Não convém abusar do privilégio de que Deus seja brasileiro.

Contrastando com esses fatores favoráveis assistimos, em anos recentes a uma tentativa obscurantista de negar evidências científicas irrefutáveis e a uma tolerância excessiva com práticas de extração mineral e produção agrícola que tem criado agressões desnecessárias contra a nossa natureza gerando descrédito internacional para nós.

O que me levou a escolher a ideia do resgate do TCA e da OTCA como tema desta apresentação foi, em primeiro lugar, observar que nos

movimentos iniciais da próxima campanha eleitoral brasileira as grandes questões ambientais e o destino da Amazônia parecem, em alguma medida negligenciados. Gostaria que todos os candidatos pudessem ter uma linguagem comum e oferecessem programas que simultaneamente defendam o meio ambiente, organizem e disciplinem a exploração dos recursos naturais, resguardem os direitos de populações que faz pouco ou muito tempo ocupam a Amazônia e proponham, por fim, um vigoroso programa de desenvolvimento econômico compatível com as regras do jogo internacionalmente aceitas.

Procuro ser realista e sei que essas propostas não geram, automaticamente, votos, mas é importante que o Brasil através de seus candidatos diga para dentro e para fora do país que não desistirá de crescer, mas também que não favorecerá um crescimento predatório que mais cedo ou mais tarde, será prejudicial para nós mesmos e também para os países do nosso entorno.

No Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) onde sou Conselheiro tenho procurado influir para que nos debates pré-eleitorais as questões do nosso relacionamento externo estejam presentes e entre as questões que importam está, sem dúvida, a da proteção e valorização da Amazônia. Ao trazer a questão também ao nosso Conselho procuro empurrar o que julgo ser uma boa causa um pouco na mesma direção.

Disse antes que o Brasil tem sido poupado, em anos recentes, de fenômenos naturais intensamente traumáticos. Não esqueço os recentes desastres por falta ou excesso de chuvas e deslizamento de terras e o alto preço que pagam os ocupantes, por falta de recursos, da ocupação em condições precárias de áreas impróprias de moradia e elevado risco Ao notar que algumas das alterações climáticas tem chegado até nós atenuadas e sem os contornos dramáticos que se observam em outros lugares cabe insistir em que devemos aproveitar esta pausa e continuar a construir formas mais seguras e prudentes que orientem o nosso ordenamento ambiental.

Contudo o que deflagrou em mim a vontade de trazer até este Conselho as reflexões que acabo de fazer foi a oportunidade recente que tive de assistir na Fundação Moreira Salles e depois no Teatro Municipal

e, finalmente, no Museu do Amanhã a uma emocionante apresentação que utiliza diversos meios e linguagens sobre tudo aquilo que o espaço amazônico representa. Trata-se do registro emocionante e revelador de um imenso potencial físico e humano de que o Brasil é titular e que, até agora, apenas marginalmente ocupa e protege. Refiro-me à apresentação de Sebastião Salgado sobre a Amazônia reunindo uma extraordinária coleção de suas fotografias e observações acompanhada do Poema Sinfônico que Villa Lobos compôs inspirado pela floresta. É também – e acima de tudo – um emocionante tributo aos habitantes da floresta que souberam preservar ao longo de tão longo tempo que ainda hoje não sabemos medi-lo ou contá-lo toda sua humanidade e que a ela hoje acrescentam a dimensão adicional de uma intensa e comovedora brasilidade. Não percam o acontecimento. Vale muito a pena.

O declínio do Império americano e o Brasil

Embora já tenha sido previsto não poucas vezes no passado, o declínio do império americano me parece hoje inegável. Os Estados Unidos enfrentam de uns anos para cá um desafio à sua hegemonia que foi em vários momentos virtualmente exclusiva. Devem fazer agora a transição de um mundo uni ou bipolar para a geometria mais complexa e exigente de um mundo multipolar. É da natureza dos impérios nascerem, crescerem, se consolidarem e enfrentarem seu ocaso. O caso que no caso norte-americano não será súbito, mas provavelmente muito lento e gradual Os Estados Unidos não deixarão de ser, até onde a vista enxerga uma potência de primeira grandeza. Mas perderão a primazia virtualmente solitária que hoje detém, como aconteceu no passado com o império britânico. Não preciso ir mais longe no tempo, mas os exemplos de processos de expansão, apogeu e ocaso e impérios são muitos e parecem ciclos quase inexoráveis apesar de acontecerem em velocidades e circunstâncias históricas muito diversas.

Formação do império americano

Impérios não costumam nascer impérios, mas surgem em países na sua origem relativamente pequenos ou militarmente fracos que, no entanto, se transformam em sede e cabeça de poderosas entidades. A pequena Holanda criou um vasto império marítimo. Portugal diminuto construiu e defendeu o seu. A Espanha e a França por longos períodos conservaram seus vastos impérios. O mais poderoso de todos, por extensão e por influência, nos tempos modernos foi o Império britânico que, em determinado momento controlava mais da metade do nosso planeta. Diferentes deles que projetavam sua autoridade e ambições através do poder naval e administrações coloniais funcionando muito além de suas fronteiras estão hoje países como, a Rússia, a China, a Índia e o Brasil. Escolhi arbitrariamente os quatro grandes sócios originais formadores do clube dos BRICS e que por sua população e extensão territorial, recursos

naturais e por serem detentores de outras e importantes dimensões de poder são virtualmente inconquistáveis. Mesmo sem os antigos territórios soviéticos, a Rússia é ainda duas vezes maior que o Brasil, que é por sua vez duas vezes maior que os vinte e sete países da Europa e ocupa metade da América do Sul. São territórios que podem eventualmente ser derrotados, mas nunca plenamente conquistados, porque sua ocupação é quase impossível por ser tão onerosa em termos econômicos, logísticos e militares. O que estou sugerindo é que em política internacional e, sobretudo, na definição de poder tamanho é documento. Dessa condição de que já são incontornáveis titulares ou potenciais impérios os grandes países presentes na cena internacional não podem abrir mão. Não têm como renunciar ao que intrinsecamente são.

Os Estados Unidos nasceram com as treze colônias na costa atlântica no fim do século dezoito. Fizeram uma revolução bem mais importante e influente a longo prazo do que foi a francesa. Ela gerou uma ordem constitucional e uma normatividade que sobrevive há duzentos anos, mesmo apesar das turbulências e ameaças da recente administração de Donald Trump. É quase incrível que em duas ou três cidadezinhas como era então Boston e Filadélfia e mesmo Nova York já existisse naquele momento de fundação no fim do século XVIII uma elite intelectual com homens e gênio como foram. Adams, Jefferson, Franklin, Madison e Hamilton. É quase um milagre como aquele que aconteceu na também pequena e Atenas em um outro momento bem mais remoto da história. A construção política que ergueram os *founding fathers* foi de tal brilho, de tal qualidade, que sobrevive vigorosa até hoje.

Os Estados Unidos foram construídos ideologicamente a partir da ideia da sua excepcionalidade, como nação escolhida por Deus, dotada de um destino manifesto. Como os judeus, aliás. Mas os norte-americanos carregam muito mais vantagens. Golda Meir dizia que Deus escolheu o povo judeu, mas lhe deu o pior lote do Oriente Médio, porque era o único que não havia petróleo. Não é definitivamente o caso dos norte-americanos. Através da retórica imperial da porta aberta a todos, do slogan de que os Estados Unidos são "a terra de oportunidades", os norte-americanos acenam com a esperança de uma vida melhor e mais livre, mensagem de um vigor extraordinário. Atraíram e ainda atraem a melhor imigração e

os grandes talentos, sobretudo europeus e asiáticos. Um de seus símbolos mais importantes foi a Estátua da Liberdade. Não é só como o nosso Cristo apenas benévolo e acolhedor. É uma estátua que diz em sua base – "Venham do mundo para aqui as massas esfaimadas, os seus pobres, os seus abandonados".

Ao longo do século dezenove, os Estados Unidos crescem quase que organicamente, expandindo-se por meio de conquistas e aquisições. Alcançaram, assim, a dimensão continental e bioceânica que hoje têm. Possuem como império a melhor geografia possível. Sua configuração geográfica lhes permite ser grande potência no Atlântico e no Pacífico, com grande projeção sobre o golfo do México e sobre o Ártico. Os norte-americanos não têm nenhum rival próximo. Embora o Canadá possua também um imenso território, conta com uma população irrisória de trinta e poucos milhões de pessoas. Também o México nunca foi uma ameaça – muito pelo contrário, foi a grande vítima da expansão imperial do seu vizinho. Enquanto a China construiu no passado uma grande muralha para se proteger dos ataques de povos mais agressivos do que ela, os Estados Unidos pensaram em construir o seu por um outro tipo de temor; para não serem invadidos pela pobreza do México e por países ainda mais pobres do Caribe e da América Central. É verdade que por vezes os Estados Unidos são seduzidos por uma visão isolacionista, que no fundo é ingênua porque o poder em escala global só se sustenta se você se engaja e influi em múltiplos teatros.

Os grandes derrotados da expansão imperial americana foram o império espanhol e seus herdeiros, com as perdas sucessivas dos territórios mexicanos, caribenhos e, por fim, a perda das Filipinas e de Cuba – estas sendo a última grande humilhação sofrida por uma Espanha declinante. Daí os nomes de quase metade de seu território: Novo México, Arizona, Florida, Nevada e Califórnia que atestam a extensão e a origem dessas conquistas. O poder em Washington também submeteu os então imensos territórios indígenas, cuja lembrança permanece nos nomes de estados como o Wyoming, Indiana e nos nomes de tantos lugares. O que se fez com os índios americanos, é uma história de horror. Os norte-americanos mataram todos os búfalos porque sem búfalos haveria muito poucos índios, que viviam de se alimentar da sua carne. Enquanto os Estados

Unidos ao mesmo tempo são o lugar da promessa, da abundância e da esperança, são o lugar também de uma ferocidade implacável contra tudo que estiver em seu caminho. Essa dualidade acompanha quase sempre o comportamento das superpotências: a coexistência do poder absoluto e ao mesmo tempo imensamente criativo; poder imensamente generoso, mas também miseravelmente cruel.

A escalada

O século vinte foi, sem dúvida, o século americano. Foi um século curto que, para os historiadores, começa com a Primeira Grande Guerra, em 1914 quando entraram na guerra ao lado da Grã-Bretanha e da França, e derrotam a Alemanha em 1918. A Alemanha era um império frustrado. Quando os alemães afinal se tornaram um único Estado, a partir da união daquela miríade de principados, grão-ducados e reinos em 1871, tiveram a sensação de ter chegado ao jantar dos impérios quando já se estava servindo a sobremesa. Já estavam estabelecidos na Ásia na África e no Caribe o Império britânico, o francês, e até o holandês e o português. Tiveram de se contentar com a Namíbia, o Togo, a Tanzânia. A Alemanha se sentia roubada do seu destino – logo ela, que se percebia como a nação mais talentosa e mais criativa.

A Grande Guerra foi na sua essência um conflito continental europeu que a ninguém interessava e que começou pelos automatismos previstos em acordos de assistência recíproca que obrigavam os aliados a mobilizar forças em prazos mínimos e pôr em marcha as engrenagens em brevíssimos prazos um sistema de acordos de reação automática e que continham incontornáveis gatilhos temporais. Fazia então pouco sentido e hoje nenhum sentido que um arquiduque austríaco assassinado em Sarajevo pudesse detonar uma catástrofe como aquela. A declaração de guerra da Áustria à Sérvia obrigou a entrada no jogo da Rússia; a entrada da Rússia obrigou a entrada da Alemanha; a entrada da Alemanha obrigou a entrada da França e da Inglaterra. Em uma semana estavam todos mobilizados e em uma guerra que na frente ocidental ficou quase estática durante três anos, até a chegada decisiva dos norte-americanos em auxílio dos franceses e dos britânicos. O general Pershing ao desembarcar com o

contingente americano proferiu uma frase extraordinária: "Lafayette, estamos aqui". Isto porque a independência americana, lá atrás, tinha sido feita decisivamente pela França, então aliada dos colonos britânicos rebelados da América, impedindo o envio dos reforços metropolitanos britânicos. O equilíbrio de forças se desfez, a Alemanha colapsou e a guerra terminou. Se os Estados Unidos tivessem se mantido neutros, a Alemanha teria resistido por muito mais tempo, porque a Rússia já estava derrotada na frente oriental e provavelmente e o resultado teria sido um armistício bem mais favorável à Alemanha. Ou talvez mesmo uma vitória germânica.

Com Woodrow Wilson na Conferência de Versailles os Estados Unidos despontaram como a nova grande potência mundial. Ao longo da década de 1920 os norte-americanos vivem um momento de abundância – talvez o ciclo mais veloz e extraordinário de enriquecimento que a história já tenha assistido: é o petróleo, os transportes, a mecanização dos bens de consumo, é a agricultura se transformando em ciência, a capacidade comercial expandida em direção a todos os mares e oceanos; a comunicação de massa veiculada pelo cinema e pelo rádio. A crise de 1929 é um baque, sem dúvida. Logo chegará outro grande ator político, Franklin Roosevelt, que com o New Deal trouxe a ideia de que era possível e necessária uma segunda revolução americana, que repactuasse os termos do contrato social existente. Os Estados Unidos recuperaram assim pouco a pouco o terreno perdido. Na década de 1930, a Rússia de Stalin estava também se recolocando de pé com a eletrificação e a industrialização planificada e a Inglaterra e França geriam seu relativo declínio, confrontados com uma nova onda de aspirações nacionalistas na periferia colonial. Quanto à Alemanha, a sensação de iniquidade com os termos do tratado de Versalhes, que pusera fim à Primeira Guerra, tornou possível a ascensão do nazismo, como uma forma de revanchismo feroz da extrema-direita.

Mas o que terminou de consolidar a marcha imperial americana foi a Segunda Guerra Mundial. Mais uma vez, os norte-americanos foram a única potência a atravessar o conflito praticamente intactos. Em 1945, a Alemanha está arruinada; a Rússia, exausta; a Itália, desmoralizada; a Inglaterra embora vitoriosa empobrecida e sob severo racionamento. Os Estados Unidos são então senhores absolutos do mundo especialmente até 1949, quando a Rússia soviética detona sua primeira bomba atômica.

A era nuclear mudou a lógica da guerra antes travadas com armas convencionais. A guerra sempre se apoiou na ideia de que a vitória e uma guerra era rentável e vantajosa apesar das perdas humanas e materiais. As armas nucleares, porém, elevaram os custos e perdas humanas do conflito direto a níveis insuportáveis para todos os que a possuíssem. Ao mesmo tempo, se tornaram a única garantia de que seus detentores não seriam mais agredidos daí por diante. Esse impasse explica por que a Guerra Fria foi travada por décadas de forma indireta entre as duas superpotências, assumindo sobretudo a forma de guerras convencionais na periferia dos dois impérios da época.

Foi a época em que George Kennan desenvolveu a *doutrina da contenção*, preconizando que a única maneira de enfrentar a União Soviética era brecando seu expansionismo pelas beiradas. Nessa corrida, durante a qual os impérios britânico e francês terminaram de se desmanchar, russos e norte-americanos se organizaram militarmente pela OTAN e pelo Pacto de Varsóvia, neutralizando ao mesmo tempo seus antigos adversários, a maior parte dos quais obrigados a ingressar numa ou noutra. Até hoje os principais derrotados da última guerra, Alemanha e Japão, não possuem armas nucleares, nem dispõem de assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além da Europa, o império americano controla a chamada White Commonwealth, que reúne os principais países brancos que falam inglês como são a Austrália, a Nova Zelândia e o Canadá, além de possuírem bastiões avançados no Oriente Médio, como Israel, e na Ásia, como o Japão, Taiwan e a Coreia do Sul.

O declínio americano

O século americano chega ao fim no seu apogeu, por volta de 1990, quando caem o muro de Berlim e o império russo-soviético. Os Estados Unidos deixam de ser um império entre impérios, para se tornar o único império em pé. Foi justamente quando não tinham mais rivais que os norte-americanos perderam a visão imperial estratégica e, com ela, a oportunidade de redesenhar o mundo e se embrulharam em uma série de guerras onerosas e inconclusivas no Afeganistão, na Síria, na Líbia, no Iraque, que eles não perderam, mas também certamente não ganharam.

Enquanto os Estados Unidos se atolaram nessas guerras, aconteceu um fato tão extraordinário quanto havia sido a emergência dos Estados Unidos no século 19, que foi o ressurgimento da Ásia na cena geopolítica. A China dá uma demonstração extraordinária de capacidade depois de mais de um século de caos e humilhação, de quase colonização explicita, guerra civil, ocupação japonesa, revolução comunista e depois cultural. É sobretudo Deng Xiaoping que traz a China de volta à condição de grande potência. É verdade que os Estados Unidos continuam a se valer de sua melhor geografia. A China está encostada na Rússia e na Índia, o que não é certamente não é uma vizinhança confortável, enquanto os Estados Unidos certamente não se preocupam nem com o Canadá nem com o México. Mas não é só a China. É a Índia que volta também a ser uma grande potência. É a Indonésia que cresce de influência. É a Turquia volta a ser um país de certo peso. É o Irã com uma presença cada vez mais incontornável. É a Rússia que volta ao jogo. É como você mudasse a roupa, fizesse uma plástica em certos atores e eles voltassem a dançar como no passado. Também a Coreia do Norte lança mísseis de longo alcance e de certa complexidade. O mundo em volta do império americano ficou mais complexo e com evidentes tendências em direção à multipolaridade.

A decadência do império americano advém de desafios externos e internos. Internamente, os Estados Unidos sofrem um processo de decadência de suas instituições, que foram feitas apenas para acomodar essencialmente grupos brancos de origem europeia. Tocqueville já dizia no começo do século XIX que o contrato social americano excluía dois grupos: os indígenas e os negros, estes escravizados. Também os mestiços ou hispânicos eram vistos como subalternos ou com muita ambivalência. A ascensão e revalorização desses segmentos nas últimas décadas levaram os norte-americanos a uma crise de identidade que paralisou seu sistema político. Alguns querem sacrificar a democracia para manter a identidade primitiva; outros querem preservar a democracia e forjar outra identidade. Trump é uma figura inédita na história americana: não existe nada que preceda a ele como desafio a uma normatividade que vem desde Washington. O poder imperial americano, embora militarmente intacto, está declinante, principalmente, porque sua sociedade está muito dividida, perdeu a sua

coesão e o sentido de missão, ou seja, a crença de ser um país natural e irresistivelmente predestinado à grandeza.

Enquanto isso, o eixo da dominação imperial parece então migrar do Atlântico Norte para a Ásia. Enquanto a China fez progressos extraordinários, assim como a Índia reafirma com brilho seu passado, a Europa é na verdade vassala dos Estados Unidos dos Estados Unidos, e com escassa influência no cenáculo imperial. É real a crença de que o mundo tem novos eixos para além do G7 criado em torno dos Estados Unidos, que são os BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul. Também o G20 que reúne de fato o diretório do poder mundial. Os BRICS trazem consigo a ideia da multipolaridade. Para os Estados Unidos, o desafio chinês parece ainda maior do que o soviético. A União Soviética nunca foi um grande adversário comercial, tecnológico; nunca produziu nada bem e barato; os soviéticos eram maus negociantes, e mesmo algo incompetentes militarmente. A Rússia era um imenso mastodonte com uma ideologia, lutando pelos corações e mentes dos homens, acenando com a superação da ordem capitalista. A China está pouco ligando para corações e mentes dos outros países, só quer produzir mais, mais barato e com mais eficiência. Então os Estados Unidos estão entrando em rota de colisão com os chineses. Ontem foram drones derrubados, hoje é esse negócio de que o TikTok tem que ser proibido, amanhã é Taiwan. Pouco a pouco os riscos vão se multiplicando, em algum momento esse caldo pode entornar. Mas a China não quer hoje uma briga com os Estados Unidos, porque sabe que perde, tendo em vista a disparidade de poder militar e tecnológico. Os Estados Unidos não é só um império, é um sucessor de impérios que reúne fragmentos do império britânico e francês. A União Europeia é uma dependência do poder militar norte americano, assim como o Japão.

A falta de visão estratégica americana, própria de períodos de declínio, segue com a sua pretendida expansão para o leste da Europa, atrás de tradicional influência russa. Quando os Estados Unidos eram ainda aquela tripa de treze ex-colônias britânicas na borda do Atlântico, em 1820, já tiveram a audácia de declarar às potências europeias, então muito mais poderosas, que não admitiriam sua intromissão nos assuntos do Novo Mundo. Foi a doutrina de Monroe. Quando a Rússia soviética tentou colocar mísseis em Cuba, os Estados Unidos ameaçam o império então

concorrente com uma guerra atômica. Como puderam os norte-americanos imaginar, portanto, que a Rússia admitiria o avanço indefinido da OTAN na direção de suas fronteiras, inclusive num país historicamente vinculado à identidade russa como a Ucrânia? Agora a Rússia diz: ou vocês saem, ou nós vamos para guerra. Essa guerra está anunciada desde a rejeição do acordo de Minsk. Nenhum império admite ser desafiado em sua área de influência. Nem o Brasil aceitaria nas suas fronteiras presenças estrangeiras hostis, se outro império quisesse meter tropas no Paraguai ou na Bolívia.

O império brasileiro

A América do sul foi sempre um remanso estratégico do ponto de vista geopolítico. Isto aqui não importa muito no jogo mundial do poder, não tem maior interesse, daqui não se controla nada vital para os grandes impérios. A América do Sul pareceria uma grande lança apontando em direção à Antártica e ninguém quer nada com a Antártica. Nós não somos estrategicamente importantes. Essa relativa irrelevância foi para nós, brasileiros, um fator benigno, que nos deu o tempo e a pausa necessários para que o Brasil se desenvolvesse e pudesse chegar intacto até aqui. Porque, conforme já disse algumas vezes, o Brasil também é um império à sua maneira. Ao contrário de outros, como a própria Rússia e a China, ou vizinhos do nosso subcontinente, como a Argentina e o México, o Brasil nunca foi derrotado. Também tem historicamente uma tem ambições, de alguma maneira imperiais ainda que inconscientes e essencialmente benignas.

O Brasil tem os ingredientes da dimensão imperial, a começar pelo tamanho. Sua história é toda atravessada pelo cuidado em não perder a unidade territorial herdada da colonização. Toda forma de separatismo sempre foi duramente reprimida. E o que nos sobrou de território é uma imensidão. O Brasil é incomensurável. Talvez por isso o Brasil tenha feito até hoje apenas uma única renúncia à sua aspiração imperial: a da posse de armas nucleares. É algo de que participei ativamente e que até hoje me dói. Não porque eu quisesse ter armas nucleares, mas porque foi uma renúncia, e o Brasil não gosta de renúncias, e sim de ter todas as opções abertas pela frente. Mas, nesse caso, o interesse regional, o interesse

nacional, nossos compromissos com os vizinhos e com a causa da paz indicavam que podíamos colaborar sem ter armas atômicas. O Brasil não precisa delas para se defender, justamente porque é inconquistável por outros fatores e circunstâncias. Há pouco fui de avião à Colômbia. Passei a viagem quase que com o nariz enfiado na janela, olhando o Brasil lá embaixo durante quatro horas. Depois de atravessarmos a fronteira, porém, em menos de meia hora, já estávamos em Bogotá. E veja que a Colômbia não é um país pequeno.

Há uma cena de um dos documentários da Segunda Guerra que sempre me fascinou. Mostra um bando de oficiais alemães que parecem perdidos naquelas estepes russas infindáveis. Os generais estão se perguntando: que diabo de lugar é este? Onde estamos? Por que nós nos metemos aqui? Como a gente sai disto? O Brasil também tem essa capacidade de intimidar um potencial adversário pela sua capacidade de parecer não terminar nunca. Você sai do Rio de Janeiro, avança cem quilômetros e a mal passou de Petrópolis. Mais cem e chega a Juiz de Fora. Mais cem, ainda está em Barbacena. Nós brasileiros nos acostumamos com essa dimensão continental do Brasil, e dela só lembramos quando saímos do país. Quando embaixador em Genebra, eu podia escolher entre oito países em que eu poderia ir de trem ou automóvel almoçar. Levava quinze minutos pra chegar de carro a França; um pouco de mais tempo pra chegar à Bélgica, à Áustria; à Itália ou ao Luxemburgo! No Brasil haveria sempre mais Brasil pela frente...

O Brasil tem também uma imensa percepção da sua continuidade histórica. Sempre me surpreende que quando há um desfile militar brasileiro, ele se inicie pela exibição das bandeiras históricas, a primeira das quais uma cruz como traziam pintadas nas suas velas naus e caravelas. É como se a história do Brasil fosse um rio que desemboca no presente sem rupturas; uma espécie de corredor do tempo. O Brasil se considera herdeiro de si mesmo e de Portugal, do próprio fato de que o nosso imperador fundador era herdeiro da coroa de Portugal e foi depois de rei de Portugal.

Das dimensões do poder adquirida no século XIX nos faltavam, porém, outros elementos para ser um império. O primeiro era a demografia; nós não tínhamos gente. Éramos 4 milhões em 1822. Hoje, com duzentos e

vinte milhões de habitantes, somos coisa grande. O segundo elemento faltante era econômico. Não tínhamos produtividade. Isso se resolveu com a industrialização, e hoje, principalmente, com o agronegócio vocação nossa desde os primórdios da colonização açucareira em Pernambuco. O Brasil hoje é uma superpotência agropecuária. O terceiro elemento faltante era a matriz energética. Atravessamos um século XIX sem carvão e um século XX sem petróleo. Mas hoje o Brasil produz 4 milhões de barris de petróleo por dia. É um dos dez maiores produtores de petróleo do mundo. Está – coisa inacreditável – a caminho de ficar autossuficiente em trigo. Ontem o Mato Grosso do Sul excedeu a Argentina como maior produtor mundial de soja. Tudo isso leva a crer que existem condições para que o Brasil cumpra um dia o seu grande destino imperial e que possamos chegar lá. Não vejo nenhum país do mundo com essa obsessão pelo próprio futuro.

Mas o Brasil nunca nem é abertamente ou conscientemente imperialista. Talvez por excesso de terras a ocupar, nosso imperialismo foi quase sempre para dentro, na forma de uma marcha para o Oeste. Nós nos sentimos folgadamente bem na nossa roupa. No plano internacional, como diria Sérgio Buarque, gostamos de nos mostrar como um gigante cheio de bonomia. Temos uma disposição risonha para a humanidade, para a coisa construtiva. Não temos ânimo imperial no sentido agressivo, porque não temos adversários. O Brasil não tenta vender nenhuma ideologia, expansão territorial ou corrente migratória. Condenamos a agressão russa na Ucrânia porque o Brasil, conforme a carta das Nações Unidas, não concorda que nenhuma alteração de fronteiras se faça por via militar. Temos fronteiras com dez países, cujas fronteiras respeitamos impecavelmente. Só a China e a Rússia têm fronteiras mais extensas do que nós. Então o Brasil é um país muito cuidadoso, que não pode nem quer dar a impressão de ser truculento ou ameaçador. Tem que ser cordato, racional, moderado.

O futuro brasileiro não pode ser outra coisa, portanto, que essa expansão natural, amistosa de nossos interesses – nunca uma forma agressiva, predatória, territorialmente expansionista. Com tudo isso, o Brasil tem também todo interesse na multipolaridade. Sou multipolar por, por convicção e pelo que entendo deva ser nosso interesse nacional. A minha ideia de multilateralidade é a de que o mundo é nossa província, porque o Brasil foi formado por europeus, africanos, asiáticos sobre a matriz dos

que já estavam aqui. Aonde vou, há sempre algum elemento cultural que me faz sentir em casa. Como acarajés em Lagos, quibes no Líbano, sushis em Kioto, pizzas em Nápoles, churrascos em Buenos Aires. Um país como o Brasil tem de ser naturalmente favorável a um mundo multipolar, no qual possa jogar em todos os tabuleiros e tenha fichas em todas as mesas. O Brasil é ainda é um ator menor, mas já é certamente um global player. Não é muita ficha, não é muita mesa, mas nós temos muitas jogadas para fazer. Não somos vassalos naturais de potência nenhuma. Vamos jogar bem com os Estados Unidos, mas também queremos uma Europa forte, assim como todas as Américas, a Ásia e a África. A nós convém o acesso a uma multiplicidade de tabuleiros.

Diplomacia brasileira

A escolha do meu assunto de hoje não foi, reconheço, prudente. Tinha pensado em um primeiro momento em lhes falar sobre a situação na Venezuela, mas as coisas acontecem lá com uma velocidade que eu não saberia acompanhar e vão em direções que não sei bem avaliar e qualquer previsão no curto prazo me pareceu temerária.

Retornei assim a um assunto alternativo que tinha considerado quando comecei a pensar nesta apresentação e que me parecia relevante para procurar entender melhor o momento político que o Brasil atravessa. Depois de décadas de ação e pensamento diplomáticos em ampla medida consensuais e não polêmicos voltamos a viver um ciclo em que as posições brasileiras sobre questões de política externa se radicalizam e quando, de novo, é possível identificar discursos e opções para a diplomacia brasileira que, em termos gerais, podem e mesmo devem ser consideradas dentro das amplas e imprecisas categorias de "esquerda" e "direita".

Nos últimos anos a política externa brasileira já vinha sofrendo uma medida não insignificante de ideologização. Observo que essa tendência se refletiu, sobretudo, em questões e propostas restritas ao âmbito sul-americano e latino-americano. Nos debates e nas votações das grandes questões de atualidade e de escala global o Brasil era antes uma voz que buscava a convergência e a harmonização de vontades e interesses do que um ativo promotor de causas e interesses capazes de promover a discórdia e a rivalidade. A diplomacia brasileira se moveu, assim, de maneira construtiva e muito previsível ao longo das últimas décadas no tratamento dos grandes temas que compõem a agenda diplomática mundial. Com relação à temática do meio ambiente, dos direitos humanos, da construção de uma nova ordem econômica internacional, do combate ao terrorismo e sobre as linhas gerais da globalização e outras questões abrangentes da atualidade o Brasil era antes uma voz e um voto buscando encontrar caminhos de entendimento do que um ator discordante e isolado dos grandes consensos internacionais.

Foi, essencialmente, no desenho de formas cooperativas e associativas de ação entre países em desenvolvimento – no nosso caso em particular com aqueles países que conformam a nossa vizinhança imediata – que os governos imediatamente anteriores ao atual procuraram deixar uma marca de claro sentido ideológico. Assim, sem dúvida, foi a criação da UNASUL de inspiração inicial de Hugo Chávez, hoje inteiramente esvaziada inclusive pelo nosso afastamento e substituída pelo PROSUL – Fórum para o Progresso da América do Sul – criado no Chile em 2016 e ao qual o Brasil já se associou. Também vale mencionar a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Estrutura Regional Sul-Americana) de nome e pretensões bastante ambiciosos. A UNILA (Universidade Federal de Integração Latino-Americana), de inspiração semelhante, é uma universidade criada em 2010 em Foz do Iguaçu, cidade emblemática da proximidade dos países que integram a Bacia do Prata. Poderia buscar ainda na América Latina ou incluindo alguns sócios africanos vários outros projetos em que o impulso central parece ser algum tipo de rejeição a um Norte visto de uma perspectiva adversária e um Sul supostamente destinado a construir conosco uma colaboração eficaz e fraterna. A diplomacia, como o inferno, está pavimentada de boas intenções. Felizmente a nossa ingenuidade costumava se esgotar nessas iniciativas de pouco fôlego e escasso realismo. As avarias acusadas aos nossos interesses, por esse tipo de projetos, foram leves e de fácil conserto.

Em pouquíssimas ocasiões em anos recentes o Brasil se viu em posições de isolamento ou mesmo minoritárias. Encontro com certa dificuldade alguns exemplos e deles o mais eloquente que me ocorre foi quando uma proposta turco-brasileira sobre estoques nucleares iranianos foi rejeitada em 2010 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, de maneira categórica. O assunto reclama, por sua complexidade, uma análise minuciosa que não farei aqui. Basta indicar que no complexo tabuleiro dos interesses estratégicos do Oriente Médio o governo brasileiro daquele momento acreditou identificar uma oportunidade de ação que lhe trouxesse prestígio e visibilidade expectativa que, simplesmente, se dissipou. Não foi um bom momento.

Minha convicção pessoal é de que ao longo do ciclo Lula–Dilma os ocasionais tropeços brasileiros de ação e avaliação se deveram principalmente

à procura pouco realista de um assento permanente para nós no Conselho de Segurança das Nações Unidas e, em nome desse objetivo, aproximações e acomodações foram feitas com parceiros que não seriam a melhor escolha para avançar nossos interesses e gastamos capital político e financeiro na procura de um objetivo (o assento permanente do Conselho) que considero irrealizável no curto e mesmo no médio prazos. A outra motivação foi o do reforço de afinidades ideológicas e programáticas com vizinhos ou outros países em desenvolvimento para a montagem de esquemas de cooperação e solidariedade Sul-Sul. Alguns desses projetos associativos tinham interesse apenas marginal e somavam pouco no aumento de nossa influência e na promoção de nossos interesses. Quero evitar neste texto dar um tratamento pessoal ou anedótico às tendências que busco identificar, mas é evidente que em um determinado momento na Secretaria-Geral do Itamaraty – com Samuel Pinheiro Guimarães – e na Assessoria Diplomática da Presidência da República – com Marco Aurélio Garcia – atuaram ativistas intelectualmente qualificados para os quais a convicção ideológica foi fator determinante para os caminhos escolhidos e quando se acentuou um processo que procurava engajar a política exterior brasileira com causas que talvez não fossem aquelas que decorressem de uma avaliação objetiva das prioridades do nosso interesse nacional, em suas várias vertentes.

Volto ainda mais atrás para uma outra digressão. Creio ter presenciado três momentos em que as divisões internas brasileiras sobre as grandes questões da atualidade internacional levaram a importantes divisões de nosso pensamento. Não foram certamente os primeiros momentos de nossa história como país independente em que isso ocorreu – e seguramente não serão os últimos – mas são os três de que tenho memória viva e sobre dois dos quais, com diferentes perspectivas e responsabilidades, pude em alguma medida observar e participar.

O primeiro ciclo é o que precede, acompanha e imediatamente se segue à II Guerra Mundial e como o Brasil evoluiu, na década de 30, de uma posição de neutralidade oscilante – ora inclinando-se em favor das teses dos regimes autoritários de direita da época ora, final e felizmente, inclinando-se como aliado e combatente em favor da aliança que emergiria vitoriosa desse grande conflito. As repercussões domésticas desses embates

foram dramáticas e levaram mesmo a confrontos internos políticos e militares que afetaram nosso ordenamento interno de maneira radical.

O segundo corresponde grosso modo à Guerra Fria e ao enfrentamento político, militar e ideológico entre o campo socialista e as democracias ocidentais e que se esgota com o colapso da União Soviética e a queda do Muro de Berlim em 1989. O longo ciclo de autoritarismo militar brasileiro iniciado em 1964 é incompreensível se esse contexto externo não for levado em conta.

O terceiro momento é o atual ainda em pleno desdobramento e que tem no Brexit, na eleição de Donald Trump e no explosivo aumento do poder da China alguns de seus episódios mais definidores. É sobre ele e como ele nos vai afetando que gostaria de fazer alguns comentários.

Não sei medir o impacto comparativo que tiveram outros momentos históricos decisivos anteriores da nossa história em que a política externa foi determinante na escolha do nosso destino. Este não é um papel escrito por um historiador ou por um cientista político, mas é essencialmente a visão de um velho diplomata. Teria que pedir a opinião de Evaldo Cabral de Mello sobre o impacto das guerras holandesas e a Arno Wehling que nos contasse como as lutas no Prata e a Guerra do Paraguai repercutiram aqui dentro. Felipe Seixas Correa poderia nos falar sobre a rivalidade Brasil-Argentina nos tempos do Barão e de Estanislau de Zeballos. José Botafogo teria o que contar sobre o enfrentamento hídrico na Bacia do Prata e Sergio Quintella não podemos esquecer foi o engenheiro chefe de Itaipu. As duas Guerras Mundiais, sobretudo a segunda, tiveram consequências profundas e duradouras sobre a Brasil e nossa organização política.

Não procuro assim esgotar nem minimizar momentos anteriores em que questões de política externa tiveram impacto decisivo no nosso processo interno de escolha de caminhos. Observo, contudo, que as questões relacionadas com a política exterior são via de regra acessórias ou estão virtualmente ausentes dos nossos debates políticos e que o Brasil introspectivo e auto- centrado como é e sem identificar ameaças que o inquietem olha essencialmente para dentro de si mesmo e trata de empurrar sua problemática doméstica pelos caminhos que melhor nos convém. Reconheço que foram infrequentes, especialmente se comparados

com outros países de peso equivalente ao nosso, as ocasiões em que as controvérsias e as condicionantes da política internacional tiveram papel predominante no nosso projeto de tomada de decisões.

Nos últimos meses e contrariando a tendência que procurei identificar acima o Brasil parece agora engajado em um rumoroso debate sobre sua inserção internacional, sobre os melhores parceiros que devemos buscar, acompanhado esse debate por uma rejeição bastante enfática da tradicional supremacia do Itamaraty no processo de definição de nossas prioridades e oportunidades. Estamos, a nossa maneira, engajados em um processo que, em outro contexto e com outros atores foi rotulado como um *renversement des alliances*. Identifico, se posso assim dizer, um certo estilo na diplomacia brasileira ao longo de quase toda a nossa história marcado pela contenção verbal, pelo distanciamento de formulações radicais e sectárias, por uma disposição quase que visceral pela negociação e pelo diálogo e pelo uso sábio do tempo para diluir tensões. Desse estilo e linguagem estamos hoje afastados.

Não quero exagerar as cores, mas não foram, como agora, muitos os momentos da nossa história em que uma certa visão categórica do mundo e do papel que nele devemos desempenhar serviu como régua e compasso para nossa atuação. Os nossos governantes, em linhas muito gerais, foram essencialmente pragmáticos e talvez mesmo oportunistas e creio que nenhum construiu, como agora, um discurso assentado em certos pressupostos religiosos e ideológicos de como o Brasil deveria se inscrever na sociedade internacional.

É arriscado comparar épocas históricas diferentes e fazer generalizações assentadas sobre a leitura de fatos e tendências vistas com a perspectiva de hoje, mas creio poder dizer que há hoje uma dimensão religiosa no discurso oficial brasileiro para o qual não encontro eco nem na vocação maçônica do império nem na inclinação positivista da república. Observo também uma inclinação por um certo revisionismo na avaliação dos grandes temas da atualidade o que nos distancia de muitas décadas – digo quase séculos – de prática diplomática e de definição dos nossos interesses e prioridades.

Os próprios itinerários das viagens dos nossos atuais governantes fogem das trilhas da nossa tradição. Polonia, Hungria e Israel são certamente

parceiros a não ignorar, mas não seriam antes destinos prioritários. A Itália passa a ser prioritária não pela longa trajetória da Igreja Católica e da decisiva influência da latinidade na nossa formação, mas pela adesão do seu atual primeiro-ministro a teses que são caras aos governantes de Brasília.

As visitas do atual presidente aos Estados Unidos e Israel foram marcadas por circunstâncias que as diferenciam de episódios anteriores de nosso trajeto diplomático. Nosso discurso e comportamento em ambas as oportunidades teve o selo de uma adesão a causas que os dois países visitados defendem e nossa linguagem não foi cercada dos matizes e qualificações que costumamos utilizar em nossos contatos internacionais.

É claro que estamos muito no começo do jogo e que, como sempre, a realidade mostrará aos detentores circunstanciais do poder em Brasília os limites de suas escolhas e os preços de suas opções. Acho importante dizer, contudo, que o Brasil não está se movendo sozinho. Há uma acentuada guinada para a direita no comportamento de não poucos países e aquele quase consenso que pareceu emergir no fim da guerra fria parece agora se dissipar e as ingênuas profecias de que nos aproximávamos do fim da história foram simplesmente desmentidas pelos fatos.

Identifico, sem hesitação, na cúpula do próprio governo brasileiro setores que permanecem no essencial fiéis ao estilo e à substância das práticas habituais da diplomacia brasileira e que, em linhas muito gerais, estão representados pelos militares da reserva e de alta graduação que integram o governo e pelas figuras políticas de mais longa trajetória que o apoiam no Congresso enquanto que os impulsos revisionistas mais radicais se manifestam sobretudo no círculo palaciano, em suas extensões evangélicas e entre ativistas nas redes sociais.

Não vejo ainda o fim nem o esvaziamento desses vários níveis de enfrentamento. Como disse acima existe uma primeira divisão dentro do próprio governo; uma outra mais ampla entre aqueles que integram o governo atual e as forças políticas que a ele fazem oposição e, em círculo ainda mais amplo, entre os revisionistas da política externa tradicional e amplos setores da sociedade civil que passaram a identificar, no debate

sobre questões com dimensão internacional, uma frente promissora de seu projeto de enfraquecer e mesmo deslegitimar o Governo atual.

É provável que a adoção pelo governo brasileiro de atitudes mais radicais e controvertidas leve a uma diminuição da amplíssima aceitação internacional que havíamos conquistado desde o fim do ciclo militar. O Brasil em boa hora recuou em sua intenção de levar a nossa Embaixada para Jerusalém, mas muitos países islâmicos poderão passar a ter depois desse episódio frente a pretensões, interesses e candidaturas brasileiras uma posição mais reticente. Outros países que com maior ou menor legitimidade buscam o rótulo se socialistas – que hoje demonizamos sem registrar as importantes diferenças que existem entre eles – poderão ter uma disposição semelhante. O Brasil talvez deixe de ser como tem sido desde a década de 90 do século passado uma sede natural de reuniões internacionais atraídas pela nossa hospitalidade e pela disposição conciliadora e construtiva do Brasil frente aos problemas internacionais mais acrimoniosos.

Ao prever, de maneira tão gratuita, que a volta de Cristina Kirchner à Casa Rosada poderia representar a criação de uma outra Venezuela ao sul de nossas fronteiras não só fazemos uma profecia temerária como criamos condições para que o relacionamento bilateral com nosso principal vizinho possa ficar contaminado por desconfianças que, ao longo de décadas, fomos capazes de diluir e mesmo anular.

Tenho muito presente que o Brasil até agora – e cruzo os dedos ao dizer isso – não foi alvo de ataques terroristas e que temos escapado de várias das manifestações mais agressivas da intolerância e do fanatismo dos tempos atuais. Temos suficientes problemas com uma criminalidade ligada a miséria, a corrupção e as drogas para não tomarmos atitudes retóricas que atraiam em nossa direção fenômenos sobre os quais até agora, felizmente, fomos imunes. A política externa, tenha ela, por palavras ou ações, um viés de direita ou de esquerda tem de cuidar para que este imenso Brasil limítrofe com dez outros países (só a Rússia e China tem mais vizinhos do que nós) e com os quais mantemos relações exemplares não fique vulnerável a riscos e tensões adicionais que possam se originar nesses territórios. É preciso sempre lembrar de que há milhões de brasileiros

vivendo fora do Brasil, muitos dos quais com uma situação migratória incerta, e protegê-los é inescapável dever e prioridade nossa. Não menos estrangeiros, legal ou ilegalmente, vivem entre nós. Não somos uma ilha.

Estou como todos aqui, suponho, faz tempo e cada vez mais, preocupado com a degradação da situação econômica, política e humana na Venezuela e reconheço que não é possível definir como democrático o regime que preside Nicolas Maduro e que tanto se distanciou das boas práticas e dos melhores princípios da boa governança. Simpatizo com o espírito e o impulso fundamental do Grupo de Lima. Acho, entretanto, que não devamos nos meter demais nos assuntos do vizinho e sou daqueles que consideram que fomos precipitados em conferir a Juan Guaidó o reconhecimento formal como presidente de seu país, coisa que pode bem vir a se confirmar em algum momento, mas que terá de ser uma decisão interna e soberana da própria Venezuela, país com o qual nossas relações devem ser preservadas dentro das normas cabíveis do bom convívio e do direito internacional.

O que estou sugerindo é que embora possamos e devamos atuar melhor em nossas relações internacionais temos um acervo histórico de opções virtuosas que não podemos nem descartar nem esquecer. O Brasil não foi feito ontem e a soma impressionante de nossos acertos em matéria de política externa, virtualmente ao longo de séculos, é um patrimônio extraordinário a ser preservado e consolidado.

Acho inteiramente natural que no jogo democrático a política externa de uma país se modifique para registrar seja mudanças importantes na ordem externa seja para refletir alterações significativas no alinhamento de forças no plano interno. Assim é que deve ser e à indispensável alternância poder de grupos divergentes deve corresponder o alinhamento da política externa a novas circunstâncias e realidades dentro e fora do país.

Nessas condições a guinada à direita que hoje vem acontecendo em muitos países me parece ser um movimento inteiramente natural e, em vários casos, representa a escolha racional de alternativas a políticas e práticas que falharam ou se esgotaram e a busca de novos caminhos para que se possam enfrentar novos desafios e circunstâncias. Temo mesmo cair na obviedade ao expressar esse reconhecimento. Quem se move para a

esquerda não é necessariamente comunista; quem se inclina para a direita não é necessariamente fascista. Vamos todos usar palavras e rótulos com mais cuidado e mais rigor.

Não seria o caso de procurar relacionar aqui, de forma exaustiva, os vários motivos que isolada ou cumulativamente são usados para procurar explicar o recente fortalecimento da direita a nível nacional e a nível global. Certas explicações são recorrentes e têm sido usadas por numerosos analistas para explicar o fenômeno em vários e diferentes contextos nacionais. Existiria, em primeiro lugar, o desencanto de extensos segmentos que não tem participado ou participado apenas marginalmente do extraordinário processo de enriquecimento que tem beneficiado de forma muito desequilibrada os pequenos grupos já altamente privilegiados da sociedade. Acresce a crescente preocupação com que o processo de globalização tenha o efeito perverso de transferir empregos e oportunidades em primeiro lugar para as grandes economias asiáticas e, em grau menor, para as vigorosas economias emergentes de outras regiões. É intenso o temor que as novas tecnologias roubem de maneira irreversível empregos e oportunidades e que os velozes avanços da robótica, das nano tecnologias e da inteligência artificial irão criando um quadro crescentemente adverso para os operários qualificados e para outros grupos que integram a pequena e média classe, urbana e rural das grandes sociedades. É grande a desconfiança na integridade dos meios tradicionais de comunicação e dos métodos estabelecidos de representação política e existem movimentos poderosos em direção às redes sociais e a uma vigorosa participação política não mediada pelos partidos e pelas lideranças tradicionais. A corrupção sistêmica e endêmica deixou grandes traumatismos e, no Brasil por exemplo é profundo o descrédito nas instituições e nos motivos dos atores políticos.

Gostaria de assinalar que a sumária listagem acima está longe de esgotar os motivos mais habitualmente invocados para explicar o aparecimento e a crescente influência das novas direitas, mas registro que um ou vários dos fatores acima aparecem quase sempre nas análises que estão sendo feitas para explicar o fenômeno.

Gostaria também de lembrar é que a política externa brasileira vinha, no essencial, cumprindo o que dela poderíamos razoavelmente esperar. Não sofremos ameaças a nossa integridade territorial, vivemos em paz com os vizinhos e não havia país do mundo em, que o passaporte brasileiro não fosse bem aceito. Ocupávamos posições de comando em algumas organizações internacionais que para nós importam e entre elas destaco a Organização Mundial do Comércio e a FAO que é a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Temos juiz brasileiro na Corte da Haia. Era mais comum que ganhássemos do que perdêssemos disputas nos órgãos que arbitram as desavenças comerciais. Somos virtualmente membros plenos da OCDE e nas Nações Unidas tínhamos posições eletivas compatíveis com nosso peso e influência.

Reconheço o desgaste ao longo dos anos de uma parte de nosso discurso, e reconheço ainda que na América do Sul uma maré populista de esquerda foi substituída por novas tendências mais favoráveis à integração de nossas economias nas grandes cadeias mundiais de comércio. Devemos, enfim, navegar com os ventos que sopram.

Não identifico, até agora, que tenhamos tido que pagar um preço alto por posições ou declarações impróprias que adotamos ou empregamos em vários momentos recentes. A cobrança em algum momento virá porque em diplomacia não existem imunidades para esse tipo de erro. A atual administração brasileira está precocemente desgastada.

Não sofremos até agora sanção ou prejuízo importante que eu tenha contabilizado. Não perdemos nenhuma eleição, não tivemos nenhuma retaliação, não fomos excluídos de nenhum clube ou organização. As perdas até agora foram na dimensão quase intangível do prestígio diminuído e da credibilidade dissipada.

Como disse o homem que pulou do vigésimo andar ao passar incólume pelo terceiro eu também posso repetir: "Até aqui tudo bem". Só tenho a registrar que o presidente da República não foi acolhido pelo Museu de História Natural de Nova York para o jantar que culminaria sua agora malograda visita àquela maravilhosa cidade. Não é fato grave ou perda seria. Observo, com pesar, o gesto, já que os Museus de História Natural têm pela sua própria natureza a obrigação de acolher toda as espécies,

animais, vegetais e minerais que batem a sua porta e que eles são, a sua maneira, verdadeiras Arcas de Noé. Assim, a rejeição dói e tenho medo de que não seja a última, mas a primeira de muitas.

A renúncia de Jânio

A renúncia de Jânio, no dia 25 de agosto de 1961, à Presidência da República foi um dos gestos mais surpreendentes e na minha avaliação dos mais difíceis de se perdoar da nossa história. Jânio não só conseguiu surpreender seus adversários, o que costuma ser uma coisa útil na política, como deixar desarvorados os seus aliados e perplexo o país inteiro, coisa que certamente ninguém recomenda.

Não me lembra que a renúncia tivesse sido prevista pelos nossos melhores analistas daqueles tempos ou pelos atores, principais ou secundários, da nossa cena política.

O último governo de Getúlio e o de João Goulart foram acumulando durante semanas e mesmo meses antes de seu fim nuvens pesadas que pairavam sobre eles e os presságios eram de que os dois ciclos possivelmente terminariam antes das datas constitucionalmente estabelecidas para que chegassem ao fim. No caso da renúncia de Jânio nada disso aconteceu e nem mesmo os que tinham como ofício procurar decifrar o futuro e naqueles idos eram menos os economistas, jornalistas ou os cientistas políticos que faziam isso e sim os bruxos e os feiticeiros da moda conseguiram antever seja pelas combinações aleatórias das cartas e dos búzios ou pelo alinhamento dos astros o que aconteceu.

A taxa de erro desses exercícios prospectivos, então como agora, continua a ser era quase absoluta e as previsões que se cumprem são tão raras que parecem confirmar o fato de que mesmo um relógio parado mostra a hora certa duas vezes por dia. Resgate-se, com alguma dose de saudosismo meu, que as profecias dos bruxos de então eram, pelo menos, mais divertidas e engenhosas do que os exercícios prospectivos de hoje.

Durante anos depois da renúncia, a motivação de Jânio (ou a falta dela) foi o assunto de discussões e especulações que quase sempre levavam a que se atribuísse o gesto a um momento de aguda instabilidade emocional potencializada por uma ingestão robusta de álcool. Hoje se vê com clareza

no gesto uma tentativa desastrada de um golpe político para reforçar os poderes do então presidente. O depoimento de Carlos Castelo Branco, então Assessor de Imprensa do Palácio em um pequeno, mas luminoso livro que ele só vem a publicar em 1996 muitos anos depois do episódio é esclarecedor da trama e dos motivos de Janio e de seus principais colaboradores e, da minha perspectiva, oferece uma explicação convincente e acredito que definitiva sobre o que de fato aconteceu.

Um recurso retórico dos nossos homens públicos quando renunciam – ou até mesmo quando se suicidam, como foi o caso com Getúlio – parece ser o de não dar nomes aos bois e preferir referências indefinidas a "forças ocultas" como na carta-testamento de Getúlio ou a "forças terríveis" da carta de Jânio. Talvez essas duas expressões servissem apenas para identificar Carlos Lacerda, ele sim *enfant terrible* da nossa política e que durante um largo período foi o flagelo de quem governava nosso país, mas que, sabendo como ninguém, derrubar Presidentes não sabia articular sua própria elevação ao cargo que por tanto tempo ambicionou.

Corrijo logo o que acabo de dizer. O fim de Getúlio teve muitos dos ingredientes de uma verdadeira tragédia. O "autogolpe" de Jânio foi, a rigor, uma farsa que abriu para nós um longo ciclo de instabilidade e autoritarismo. Jânio sabia qual seria o impacto que causava e por isso escolheu o momento em que o vice-presidente, Jango Goulart, estava em Pequim, circunstância que o tornava ainda mais suspeito para amplos setores das Forças Armadas e do estamento político e econômico brasileiro.

Estar em Pequim é hoje coisa inteiramente natural e costuma indicar a procura de grandes oportunidades de investimentos ou a negociação de pontos controvertidos de nossa muito densa e diversificada agenda bilateral ou ainda o reforço de nossa aproximação como sócios que somos – China e Brasil – do pequeno grupo de grandes emergentes, seja no G20 seja no círculo mais restrito dos BRIC. Naquele tempo seria sintoma da uma temerária identificação ideológica com a cidade que, com Moscou, representava o outro grande polo do comunismo internacional.

Se a história do Brasil está pontilhada de episódios que evidenciam seja a mediocridade ou a falta de visão de seus líderes do momento, a renúncia de Jânio é um ato quase singular nos nossos anais porque se

afasta das práticas habituais do bom senso, mesmo que pedestre, que são uma constante na nossa atuação política e diplomática.

É uma pergunta impossível de responder e, talvez inútil de formular – saber o que teria acontecido conosco se naqueles idos de agosto Jânio não houvesse renunciado e apenas completado mandato para o qual havia sido eleito.

Embora o Brasil talvez não pudesse escapar da onda de autoritarismos com sinalizações de esquerda e de direita que varreu a América Latina naquela década também é possível imaginar um cenário risonho com JK regressando não mais ao Catete, mas ao Planalto depois de terminado o mandato de Janio e que os anos dourados tivessem uma reprise. Pagamos todos pela desastrada maquinação de Jânio e apesar de sua trajetória futura ter resgatado algo de sua credibilidade continuo a vê-lo como o principal responsável por boa parte dos nossos infortúnios. Quase me dei mal muitos anos depois desses acontecimentos, quando sugeri que o suicídio de Getúlio, a renúncia de Jânio, a incapacitação de Tancredo e o *impeachment* de Collor representavam uma sucessão perversa de episódios traumáticos que pareciam sugerir que Deus era apenas ocasionalmente brasileiro.

A década de sessenta marcou seguramente o auge da "Guerra Fria", nome dado àquele longo ciclo de enfrentamento em dois planos – o do poder e o ideológico – entre as Superpotências e período em que todas as iniciativas eram pesadas e analisadas como lances no grande tabuleiro em que se jogava a primazia entre dois sistemas que se julgavam investidos de uma predestinação para definir os rumos do futuro. Quase nada podia então ser examinado apenas por seus méritos intrínsecos e legitimado à luz do interesse nacional e media-se tudo por seu valor e utilidade para um dos lados em luta. Como a dissuasão nuclear havia proibido, de fato, que se chegasse uma Terceira Guerra Mundial os dois gigantes militares brigavam através de interpostos países e proliferavam os chamados "conflitos regionais" que era o nome que se dava aos seus enfrentamentos, geralmente de baixa intensidade, em regiões periféricas, e que utilizavam países e forças a serviço de um ou outro gigante. A liberdade era a grande bandeira dos Estados Unidos e a paz e a paz o emblema do comunismo.

Como em um monumental jogo do bicho planetário havia os que apostavam na águia americana e os que punham sua fé no urso soviético.

Era, ao mesmo tempo, mais fácil e mais perigoso do que hoje fazer política externa. Mais fácil porque o mundo estava dividido em quadrantes: o Norte e o Sul, o Leste e o Ocidente, e porque predominava um considerável imobilismo no jogo internacional. Todos os países eram supostos se situar ao longo desses dois eixos e não havia, na verdade, muito espaço para exercícios de autonomia e de rejeição a automatismos. Naquele mundo rigorosamente bipolar não havia espaço para o que ao Brasil convinha.

Por isso, quando no começo de 1961 o Brasil, pela voz sempre eloquente de Afonso Arinos de Melo Franco, lançou as bases do que viria a ser a chamada "política externa independente", rótulo que hoje parece simplesmente natural e que dispensa maiores explicações o gesto teve grande repercussão interna e externa. A grande tentativa de escapar dos constrangimentos e das pressões impostas pelas superpotências foi o não alinhamento que sofria, apesar das melhores intenções, de descrédito pela disparidade entre seus membros, pela falta de rigor em suas deliberações e decisões e pela ausência de uma disciplina de ação que derivava das informalidade do grupo e do fato de que a grande maioria dos seus integrantes era composta de países de uma nota só vale dizer, países que só tinham um interesse verdadeiro no vasto mercado dos interesses mundiais e não produziam , portanto, moedas de troca e uma visão integrada e equilibrada dos desafios que se apresentavam à sociedade internacional.

Formular e implementar então uma política externa "independente" era um imenso e talvez impossível desafio já que as duas alianças que se enfrentavam cobravam subordinação aos pactos militares que chefiavam, aos princípios ideológicos que propunham e fidelidade aos modelos de organização econômica que o capitalismo e o comunismo representavam.

Para mim hoje é natural associar estreitamente Afonso Arinos, Santiago Dantas e Araújo Castro como três extraordinários homens públicos brasileiros que formularam conceitos que até hoje me parecem apropriados para definir a identidade e a inserção internacional do Brasil. Não havia em nenhum dos três e disso posso dar um testemunho muito claro por ter trabalhado e convivido com os três nada que não fosse e expressão de

uma racionalidade desprovida de radicalismos que procurava definir um perfil para a atuação externa do Brasil consequente com o nosso passado e prenunciador do papel e do espaço que viríamos com certeza ocupar mais tarde em patamares mais altos da hierarquia da sociedade mundial.

Não sugiro que os temas que compõem a agenda internacional de hoje sejam os mesmos daqueles tempos, mas o que quero dizer é que a procura de um perfil próprio para a inserção do Brasil e nossa vontade de ter uma ação autônoma continua verdadeira.

O Brasil era, seguramente, um país do Sul, mas, mesmo então, tínhamos um conjunto de interesses e uma projeção que já naquela época impedia que fôssemos primariamente um país identificado com o mundo em desenvolvimento. Éramos um país do Ocidente por geografia, cultura e formação, mas não fazíamos parte de rede central de tratados, militares e econômicos, que definia com precisão o que era a aliança ocidental.

O desafio para o Brasil, então como hoje, era de ser várias coisas ao mesmo tempo e não fazer opções que excluíssem algumas das dimensões necessárias de nossa complexa identidade como um país capaz de criar pontes entre grupos e regiões e compreender e mesmo partilhar, ao mesmo tempo e com naturalidade, as preocupações das grandes potências e as aspirações dos países em desenvolvimento.

Fomos, desde o início, observadores do Movimento de Países Não Alinhados, mas, por boas razões, nunca nos oferecemos para ser um membro pleno daquele movimento. Desde a reunião de sua criação, em Bandung, encontramos nessa posição de observadores o nicho da nossa conveniência e dele nunca nos afastamos. Recordo quando chefiei uma nossa Delegação à Cúpula dos Não Alinhados em Nova Delhi, em 1983 o então ministro de Relações Exteriores da Índia e depois primeiro-ministro Narasimha Rao disse-me, com alguma ironia, que fazia perto de 30 anos que o Brasil observava os não alinhados e que lhe parecia que já teríamos tido tempo de *make up our mind* e aderir ou não ao Movimento. Disse-lhe que a nossa posição não era parte de um ritual de passagem, mesmo que demorado, e que continuaríamos a ser apenas os *founding observers* do Movimento. Pareceu dar-se por satisfeito.

Não é fácil, com a perspectiva de hoje, compreender como a guerra fria criava uma camisa de força, conceitual e operacional, para todos os países e como, mesmo no nosso caso, o interesse nacional era interpretado à luz das condicionalidades impostas pelo grande impasse mundial que se arrastou durante quase quatro décadas.

A lógica de ter que pertencer por convencimento ou por pressão a um ou outro campo ou de procurar encontrar no não alinhamento um espaço para respirar – e admitidamente mesmo esse espaço era antes ilusório do que real – determinava que as questões de política externa se fizessem intensamente presentes nos debates internos do país e impedissem mesmo que os temas fossem examinados em seus méritos e com alguma forma de distanciamento e objetividade.

Escolhi dois exemplos que me parecem ilustrar o que procuro dizer: o Vietnã e Cuba. Haveria outros, mas esses dois me parecem os mais emblemáticos do que procuro sugerir.

Não se tratava de um interesse específico pelo destino do Vietnam o que nos motivava. O que importava era a sorte daquele país como um peão na disputa entre os Estados Unidos e a URSS e o que o desenlace naquele enfrentamento representaria para o realinhamento de forças entre o ocidente e o comunismo.

Tivemos ao longo desse período três ministros de Relações Exteriores de imensa qualidade. Afonso Arinos, Santiago Dantas e Araújo Castro. Os dois primeiros eram juristas e grandes atores na nossa política interna. Araújo Castro vinha da matriz estritamente diplomática e tinha, além de grande capacidade como formulador e analista das situações internacionais, um *wit* tão afiado que quase todos os *bon mots* do Itamaraty desse tempo são atribuídos, com razão ou não, a ele.

Os ministros que se seguiram depois de março de l964 não tinham uma contribuição intelectual a oferecer e sua função essencial era de colocar o Brasil no campo ocidental e será apenas mais tarde, já no fim da gestão de Mario Gibson Barbosa e mais amplamente depois na de Antonio Azeredo da Silveira que Brasil volta a trilhar os caminhos desafiadores de procurar definir, com ampla autonomia, seu próprio destino.

A década dos anos sessenta talvez tenha sido – para nós e para o mundo – o período de mais intensa efervescência política e ideológica desde a década de trinta que nos levou ao início da II Guerra Mundial. Estou convencido de que senão existisse a dissuasão nuclear a intensa rivalidade entre as Superpotências teria levado naturalmente a uma terceira conflagração mundial. Mas a dissuasão nuclear se, por um lado inibia uma nova guerra mundial, criava um outro cenário de riscos incalculáveis; o de por acidente ou desígnio as armas atômicas fossem utilizadas e levassem a um cenário de destruição inimaginável então e agora.

Foram, paradoxalmente, os arsenais nucleares que levaram os grandes rivais e a transferir suas disputas para cenários que não desembocavam necessariamente em conflitos que os engajassem diretamente. Disputava-se o espaço exterior, os fundos dos mares, as alianças militares periféricas, o controle dos recursos naturais e, sobretudo buscava-se conquistar *the hearts and minds* de virtualmente todos os habitantes da terra. Não havia país, por pequeno que fosse, que pudesse ser negligenciado. Não havia situação de instabilidade interna de qualquer país que não devesse ser aproveitada.

Faço esses comentários de natureza tão abrangente para procurar mostrar como naquela época de grande rivalidade ideológica, de teorias que assemelhavam pequenos estados a dominós que cairiam um depois do outro tombando na esfera de influência da superpotência rival e fazia sentido o que hoje nos parece uma preocupação um pouco obsessiva e, no fundo, um pouco irrelevante sobre as escolhas políticas de cada Estado.

O Brasil não escapava desse olhar atento e ansioso das grandes potências. Por isso quando Jânio Quadros renuncia à Presidência em 25 de agosto de 1961 o seu gesto tem uma repercussão internacional bem maior do que teria se fossem outros os tempos e as circunstâncias.

***

Personalidades

Nelson Mandela[1]

Senhor Nelson Mandela,

Devo-lhe uma saudação. Que será breve. Minhas palavras, por mais que as deseje eloquentes, nada acrescentam aos seus méritos, nem somam à sua reputação.

O presidente da República ao impor-lhe, na tarde de hoje, a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, já lhe disse, de forma precisa, aquilo que agora só poderia reiterar.

A hospitalidade, contudo, requer que The diga o essencial: que é, com a Senhora Mandela, bem-vindo ao Brasil, a Brasília e a esta Casa. Sua presença nos honra.

À sua volta estão brasileiros eminentes. Representam a totalidade de nosso povo que desejaria estar agora, aqui, para esta homenagem.

Representam as várias raças que compõem o mosaico rico e harmonioso de nossa nacionalidade. Somos, espero, um prenúncio da África do Sul que nasce, filha de sua visão.

Senhor Nelson Mandela,

Seu nome significa, em todas as línguas, coragem e esperança.

Por muitos e muitos anos, na sua cela, residia a promessa de liberdade de sua gente.

Ao libertá-lo, enfim, a África do Sul começou a libertar-se do passado e dos seus erros.

A poucos homens em época recente coube a recompensa de ver, em vida, seu sacrifício transformar-se em vitória irresistível e em reconhecimento mundial.

---

1 Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado interino, das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, no jantar oferecido ao senhor Nelson Mandela, no Palácio Itamaraty, em 5 de agosto de 1991. Documento digitalizado pela equipe de *Mundorama* – Divulgação Científica em Relações Internacionais <http://www.mundorama.nct>.

Sua causa é a de todos: a luta pela igualdade entre os homens, pela liberdade dos povos, em favor do diálogo político que conduza à livre expressão democrática e à plena soberania nacional.

Senhor Nelson Mandela,

Confiamos em que o Congresso Nacional Africano sob sua condução, levará a África do Sul, no breve prazo, à plenitude do convívio internacional parceiro vocacionado que é, pela geografia e pela história, a ter com o Brasil a mais frutífera cooperação. Esperamos por esse momento, com confiança e certeza.

Nada mais preciso acrescentar. Viemos homenageá-lo. Queremos ouvi-lo. Desta noite, o que ficará registrado em nossa lembrança e em nossa história serão suas palavras.

Senhoras e Senhores.

Peço a todos que se levantem e saúdem, na pessoa de nosso homenageado, aquelas virtudes que ao longo da história, exaltaram o ser humano e o fazem, em alguns momentos memoráveis como o que vivemos agora, digno de nossa reverência e símbolo das nossas mais profundas aspirações.

Merquior: Dois Momentos e Duas Dimensões[1]

O 1º CAE foi um divisor de águas. Refletia alguns impulsos renovadores (timoratos, quando vistos da perspectiva de hoje) e parecia (pensava-se, assim, então) conter alguns riscos para a ordem e a disciplina intelectual do Itamaraty.

Não é fácil recuperar em Brasília, em 1992, o *flavour* de Brasília em 1977. Valorizavam-se então, conceitos como "unidade de doutrina" e a própria noção de uma diplomacia cujos principais futuros agentes escrevessem teses nas quais o conteúdo intelectual fosse, em alguma medida, a expressão de um pensamento individual autônomo parecia potencialmente desestabilizadora de algumas das mais sagradas tradições da Casa.

Não era, então, possível imaginar diplomatas e atores dos cenários acadêmico, jornalístico ou empresarial interagindo, com naturalidade, e dentro de regras do jogo por todos aceitas e que fossem, a um tempo, razoáveis e flexíveis.

Diante dos temores que suscitava a interação "Diplomacia-Academia" – de que Gelson Fonseca se ocuparia na sua brilhante tese de 1981 – encontrou-se uma resultante que hoje seria considerada paradoxal: o Curso de Altos Estudos receberia as teses, que seriam submetidas e depois defendidas em arguições orais, no entendimento de que tudo se processaria sob o manto das mais estritas regras de sigilo.

Confrontado com a opção entre fazer e não fazer, o Itamaraty escolheu fazer, em silêncio, o que talvez constituísse o limite do possível naqueles idos.

Tudo que se produzisse teria o mais protegido acesso e ficaria sob a custódia do Instituto Rio Branco que guardaria os papéis em que se

1 Originalmente publicado em LAFER, Celso *et al. José Guilherme Merquior, Diplomata*. Brasília: FUNAG, 1993.

imaginava pudessem estar os germes do desafio à política externa brasileira, ou quem sabe à própria segurança do Estado.

Ao procurar recordar a atmosfera e as próprias deliberações desse 1º CAE, de que fui examinador, encontrei muito pouco que me pudesse ajudar a reconstituir o clima dos exames e as regras do jogo. Ainda não existiam práticas que depois evoluiriam e em virtude das quais a documentação sobre cursos de safras mais recentes é ampla e de fácil acesso. Tudo o que ficou consignado do primeiro exame está contido em uma brevíssima ata que eu suponho tivesse também, *et pour cause*, caráter confidencial.

José Guilherme Merquior ofereceu-se ao exame como candidato espontâneo. Suas circunstâncias de carreira e os prazos muitos extensos que se ofereciam, até que a aprovação no CAE se fizesse condição *sine qua non* para a ascensão ao posto de ministro de segunda classe, dispensavam José Guilherme dessa obrigação e dessa prova. Lembro, contudo, sua animação ao oferecer-se como candidato para o primeiro teste com aquela alegria que o fazia procurar quaisquer desafios intelectuais; lembro de sua convicção de que o sistema de seleção profissional e intelectual que, então, se implantava seria bom para a instituição e permitiria que através da nova instância qualificadora e com ampla medida de objetividade, o Itamaraty fizesse ainda melhor uma das coisas que sempre fez bem: hierarquizar talentos e pesar merecimentos.

O exame realizou-se no subsolo do Itamaraty e, pelas regras então em vigor, na presença de uma pequena audiência composta (e não seriam mais do que uma meia dúzia) de funcionários de maior antiguidade do que o candidato. O cenário não era prestigioso nem estimulante, mas a arguição de José Guilherme teve o fulgor e o brilho de tudo que ele fazia.

Era evidente que ele conhecia melhor o seu tema do que os seus examinadores e que a própria palavra "exame" não se aplicaria com propriedade à demonstração de virtuosismo que José Guilherme Merquior vinha fazer.

A sua tese – contração de trabalho de maior fôlego que então preparava para julgamento universitário – era sobradamente suficiente para os fins do CAE e seus conhecimentos sobre o tema iam muito além do que o texto escrito demonstrava.

Aqueles que nunca o ouviram falar e que agora só poderão lê-lo não imaginam o que era a vivacidade de seu espírito e como era extrema a felicidade de sua expressão oral. Se a inteligência e a erudição encontraram entre nós algum veículo perfeito para expressar-se, José Guilherme foi esse veículo. Procuro recuperar o José Guilherme daquele momento. Sempre me lembrou um daqueles querubins que nos bordos das antigas cartas náuticas sopravam os ventos e impeliam as naus. Uma outra maneira de dizer a mesma coisa: um duende *mischievous* e *impish* em que as artes e os talentos eram tão naturalmente entrelaçados, que havia sempre a ideia de que o pensar e o saber tinham a mesma surpreendente facilidade.

É curioso que o tema do José Guilherme no Iº CAE, o seu estudo sobre *O Problema da Legitimidade em Política Internacional*, tenha servido a seu modo e ao mesmo tempo para legitimar o curso que então se instalava, para ainda mais legitimar o autor na carreira que ele desejava fosse velozmente ascendente, e para legitimar, enfim, o próprio Itamaraty como corporação de todas a mais aberta aos brilhos da inteligência e da cultura.

Com o seu ensaio para o CAE, José Guilherme Merquior prestou serviço importante a todos nós. A sua tese foi a primeira de uma das duas vertentes em que se dividiu, desde o início, o Curso de Altos Estudos: a das teses de alto conteúdo intelectual e acadêmico, em contraposição a toda a uma linhagem de teses de voo mais curto (embora não menos relevantes) focalizadas em aspectos ou momentos específicos de nosso fazer profissional.

Se nos primeiros anos do CAE tivesse faltado a presença prestigiosa e voluntária daqueles que, a rigor, não precisavam enfrentar a banca, temo que o Curso dos Altos Estudos não tivesse sobrevivido ou se tivesse abastardado, servindo apenas como instância meramente burocrática de qualificação profissional.

A tese de José Guilherme logo no primeiro ano deu um tom e criou um patamar. Não aquele que deveria servir de peso e medida para muitos outros julgamentos nos quais não se poderia pretender a qualidade do papel de Merquior. Mas é evidente que, na demarcação das exigências e expectativas do Curso de Altos Estudos, a contribuição de José Guilherme marcou a altura, por onde deviam passar aqueles outros colegas seus que

esperavam não apenas a aprovação, mas a confirmação pelos seus pares de suas aspirações de serem reconhecidos como estrelas do nosso firmamento.

Salto muitos anos e faço uma ponte entre essas recordações de José Guilherme de 1977 e as últimas que dele tenho, ao longo do ano de 1990.

Devastado pela doença, José Guilherme, com quem falava quase diariamente, conduziu um dos mais extraordinários combates de que fui testemunha. Acredito que ele procurou derrotar um câncer com as armas da razão e da inteligência. Procurava encapsular a enfermidade dentro de parâmetros tão claros, tão perfeitamente definidos, tão exatamente informados sobre as perspectivas boas ou más da evolução de seu mal, que pareceria que a própria doença se veria obrigada a ter um comportamento controlado pela lúcida racionalidade de José Guilherme.

Os amigos – e fui um entre vários – recebiam pelo telefone ou por escrito os boletins de saúde precisos que ele mesmo compunha. Tudo era rigor e método. Não sobrava espaço para a autocomiseração.

Que ele tenha perdido a batalha mostra como foram desiguais os termos da luta e mostra, talvez, como, diante da irracionalidade da doença e do arbítrio dos fados, as armas da inteligência são frágeis e em última análise impotentes.

Uma última recordação: ia para Bruxelas chefiando a Delegação brasileira ao que pretendia ser o encontro conclusivo da Rodada Uruguai do GATT e passei por Paris para estar com José Guilherme. Era dezembro de 1990, veio comigo de Brasília o Celso Amorim e lá se juntaram a nós, entre outros, Rubens Ricupero e Marco César Naslausky.

José Guilherme desculpou-se de não poder receber-me no Aeroporto, e disse-me que estava mobilizando todas as energias para o jantar que ia nos oferecer, à noite, em sua casa.

Nenhum de nós, convivas daquela noite, deixou de sentir estar diante de José Guilherme terminal e que prodigiosamente era capaz de ser, ainda por umas horas, o anfitrião perfeito, um homem com os encantos e sedução do século XVIII, cercado de bons livros e belas coisas, cortês e cortesão, mesmo naquela situação extrema.

Como sempre, falou de livros, leu trechos de livros, foi buscar livros, mostrou livros, citou livros e prometeu livros, sobretudo, aquele seu sobre a evolução das ideias liberais cuja publicação esperava com tanta antecipação.

Não foi uma noite triste. Lembro mesmo que me senti um pouco culpado, por permitir que os prazeres da inteligência e do convívio estivessem mais uma vez encobrindo a tristeza da já então irremediável situação de José Guilherme.

Falamos no telefone ainda várias vezes quase até o fim. Nosso último contato deu-se, curiosamente, depois de sua morte, quando chegou-me um livro seu (que mais poderia ser?) que certamente se extraviara em algum desvão do Serviço das Malas Diplomáticas do Itamaraty. Era a seleção de sua Crítica 1964-1989 e trazia-me votos de Boas Festas e uma dedicatória, retirada de Shakespeare que transcrevo e que serve como expressão literalmente acabada dos sentimentos da amizade que nos unia: "Those friends thou hast [...] Grapple them to thy soul with hoops of steel".

Brasília, abril de 1992.

Freitas-Valle: Despedida do Itamaraty[1]

Há quarenta anos, em agosto de 1961, aposentava-se Cyro de Freitas-Valle. Antes de deixar Nova York de volta ao Rio de Janeiro enviou à Secretaria de Estado uma série de quatorze comunicações sequencialmente numeradas sob o índice geral *Vale Dico*. Do Latim "digo adeus" e também, de maneira mais sutil, um jogo de palavras com seu próprio nome, suprimido apenas um "L" de Freitas-Valle.

Uma explicação inicial. O hífen ligando seus dois sobrenomes não era uma afetação. Apenas cansado de ser apenas Freitas para os *hispanoparlantes* ou apenas Valle para tantos outros estrangeiros decidiu unir os seus dois sobrenomes. Freitas e Valle seriam doravante inseparáveis.

Ao sugerir a edição desta série de textos procurei resgatar a memória de um dos grandes "empregados do Itamaraty", rótulo de que ele mesmo, com frequência, usava para descrever sua condição.

Quis também, por meio dele, prestar uma homenagem àquela geração de embaixadores do Brasil que eu, começando, encontrava quando chegavam eles ao fim de suas carreiras. Cyro de Freitas-Valle foi o meu primeiro chefe no exterior e dele guardo marca duradoura.

Chefe mesmo é o chefe que se tem fora do Brasil. Como comandante é para o marinheiro aquele com quem está embarcado e não as figuras mais ou menos impessoais do almirantado. Assim, Cyro de Freitas-Valle foi para mim, em Nova York, na Missão junto às Nações Unidas, o guia generoso e exigente e que (percebo agora) demonstrava uma indulgência especial para com seu jovem aprendiz.

Não preciso repetir aqui com mais palavras ou palavras menos precisas o que Cyro de Freitas-Valle diz nas suas mensagens de despedida. Nelas registra as etapas principais de seu caminho profissional e o faz, como

1 Originalmente publicado como "Apresentação" em FREITAS-VALLE, Cyro de. *Vale Dico*: despedida do Itamaraty. Brasília: FUNAG, 2001.

era de seu costume, com economia de adjetivos e o pudor das ênfases excessivas.

Trata-se de um exercício intramural. Não se debruçava Cyro sobre o mundo, mas transmitia sua experiência para a audiência restrita e exclusiva de gente do Itamaraty. Falava, literalmente, *pro domo sua*.

Não se encontrarão aqui reflexões sobre o estado do mundo e avaliações sobre o futuro.

São receitas caseiras. São recomendações práticas para que o Itamaraty funcionasse melhor. São recordações pessoais.

Os *Vale Dico* são antes uma longa anotação de pé de página de uma longa vida profissional do que uma coleção de ensaios sobre as relações internacionais.

Acostumado a poupar energia daqueles que cifravam e decifravam suas comunicações no tempo ainda em que o exercício da criptografia era amplamente manual, ele era exemplar na busca da brevidade e da clareza.

A releitura da série *Vale Dico* me faz lamentar que não tivesse escrito suas memórias e nelas ampliado os comentários sobre pessoas e acontecimentos que nesta coleção apenas se limita a esboçar.

Talvez achasse que sua memória profissional era, a rigor, "propriedade intelectual" do Itamaraty e que deveriam permanecer nos arquivos (cercados da confidencialidade quase obsessiva de então) suas apreciações. Hoje, de fato, quando algumas memórias são escritas sobre trajetórias mais pedestres é uma pena que sua batalha contra o "veto" em São Francisco, que os seus enfrentamentos na Argentina de Peron; sua visão da Alemanha de Hitler e sobre o confinamento em Baden-Baden não tenham sido objeto de registro e reflexão organizada.

Tal a disciplina do velho funcionário que mesmo suas mensagens de despedida foram expedientes devidamente numerados e classificados dirigidos ao então ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco.

É pena que suas longas (e às vezes íntimas) relações com boa parte do que o Brasil teve de poderoso ou talentoso na primeira metade do século XX seja apenas objeto de anotações mínimas e que não tenhamos sobre

Getúlio Vargas, Raul Fernandes, Osvaldo Aranha, Otávio Mangabeira, João Neves da Fontoura e tantos outros, sua apreciação, seja da perspectiva da grande história, seja na convivialidade da *petite histoire*.

Da geração de Cyro de Freitas-Valle ficou apenas um memorialismo esparso. Foi preciso esperar uma outra geração para que Mario Gibson Barbosa, Ramiro Saraiva Guerreiro, Manoel Pio Corrêa, escrevessem as suas memórias, ou que outros como Vasco Leitão da Cunha, Antonio Azeredo da Silveira as deixassem gravadas para futuro resgate nos arquivos do Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas.

Mesmo Gilberto Amado, meu *Maître à penser*, encerra os vários volumes das suas memórias antes de que sua presença no Itamaraty seja marcante. Arrisco uma interpretação. Cultivava-se tanto e tão excessivamente no Itamaraty daquele tempo a ideia da discrição e da modéstia formal que qualquer forma de autoapresentação poderia ser mal recebida por aqueles que tinham criado um estilo em que o *self effacement* profissional era de rigor e mesmo um selo de qualidade.

Perdeu-se, assim, toda uma riquíssima safra de recordações e análises e será preciso agora uma minuciosa pesquisa nos arquivos para que naquelas fontes se encontre, de maneira fragmentada, o pensamento dos principais atores daquela geração.

João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha e Afonso Arinos escapam desta categorização, mas os três, embora de brilhante trajetória no Itamaraty, não eram diplomatas profissionais construídos dentro do molde rigoroso da escola que formou Cyro de Freitas-Valle.

Uma outra interpretação menos generosa, mas talvez não menos verdadeira, é que poucos teriam verdadeiramente o que dizer e o que contar.

Prisioneiros das formas e dos regulamentos; observadores marginais dos grandes conflitos do seu tempo; representantes de um país que então pouco contava no cenário mundial guardavam dos grandes acontecimentos uma visão superficial e periférica.

Minha própria recordação confirma em boa medida esta hipótese. Ficou-me a impressão – tendo convivido com vários – de que não tinham vivido com clarividência os grandes momentos e as suas recordações eram,

quase sempre, apenas pitorescas e maliciosas. Não souberam ser – com algumas e brilhantes exceções – testemunhas de seu tempo.

Dois livros talvez resumissem o espírito do Itamaraty de então. Um – o *Anuário* – dizia quem éramos, onde estávamos e o que fazíamos. Era o nosso *Who's who*. O outro, o *Manual de Serviço*, era o nosso *Vade Mecum*, a compilação quase corânica – porque exaustiva e categórica – de como proceder em toda circunstância. Sobre a mesa de cada diplomata brasileiro daquela época estariam, pelo menos, os dois volumes fundamentais. Textos sobre questões internacionais seriam visitantes apenas ocasionais.

Como toda moeda também a nossa, então, tinha duas faces. Por um lado, a adesão rigorosa a procedimentos claros e a preocupação com a organização da memória davam ao Itamaraty coerência de estilo e conduta. Por outro, o ordenamento canônico deixava poucas e estreitas brechas para que o novo se pudesse infiltrar, na forma ou no fundo. Errava-se pouco, mas ousava-se também pouco. Tínhamos as virtudes e as vantagens de um exemplar *esprit de corps*, mas éramos constrangidos por um excessivo formalismo corporativo.

Mesmo os que sabiam escrever – e não eram poucos – produziam literatura ou crítica ou poesia ou história. De diplomacia e relações internacionais os registros são menos significativos.

Volto a Cyro de Freitas-Valle. Sua presença física era maciça. Não era gordo. Era corpulento. Transmitia, sem pedantismos, uma impressão de importância e de *gravitas*. No andar, no gesto, na palavra era pausado. Sua característica física mais notável eram os olhos exorbitados e que algumas vezes, quando tossia, literalmente saltavam de seu encaixe e ele os devolvia ao seu *socle* com um lenço e com infinita dignidade. Tinha, como quase todos de sua geração, uma caligrafia perfeita. Não era um orador inspirado, mas era breve e não dizia bobagens.

Como várias safras de subordinados seus, fiz parte do "Clube Demóstenes", em que ele procurava ensinar os jovens a falar de improviso e com propriedade. Em sua casa, não havia, assim, literalmente, *free lunches*, já que pagávamos com a obrigação da palavra a sua patrícia hospitalidade.

Não se comia mal na casa de Cyro de Freitas-Valle. Também não se comia bem. Bebia-se bastante. Problema ocupacional do ofício – e de sua

geração em particular – o beber muito (o que no caso dele não prejudicou a correção profissional) abreviou vidas e embotou espíritos.

Cyro de Freitas-Valle morava da maneira discreta. Nada mais distante da presença de decoradores do que a sobriedade do ambiente em que o conheci primeiro na Quinta Avenida em Nova York e depois no apartamento do Morro da Viúva, então e agora um dos cemitérios dos nossos elefantes diplomáticos. Coisas de família, objetos adquiridos com frugalidade ao longo da vida, tudo correto, tudo sóbrio. Havia qualidade, sem qualquer ostentação.

Nossa Missão Permanente em Nova York nessa época ocupava um andar de um dos mais prestigiosos edifícios da Park Avenue entre as ruas 55 e 56. Acima e abaixo estavam os escritórios de grandes empresas americanas. Às cinco da tarde esvaziavam-se aqueles escritórios de companhias que controlavam boa parcela dos negócios do mundo. Pulsava apenas, até bem entrada a noite, a nossa Repartição, em azáfama permanente e onde o resultado do esforço de muitos era modesto. Tínhamos mais diligência do que produtividade. Dávamos muita importância ao que tinha pouca, levávamos muitos dias e horas processando minério de baixo teor.

Fica-me como emblema dessa baixa relação custo-benefício o ritual da produção do discurso de abertura da Assembleia Geral, que cabia ao Brasil pronunciar. Quantas idas e vindas, quantas versões, quantas revisões se fazia de um texto que era ouvido com indiferença e que quase nunca tinha qualquer registro da imprensa internacional. Nem – na maior parte das vezes – merecia tê-la.

Essa impressão se confirma quando releio a coleção desses discursos organizados e prefaciados por Luiz Felipe de Seixas Corrêa, muitos anos depois. Há discurso interessante de Augusto Frederico Schmidt, em 1960 (com o registro da Operação Pan-Americana); há os de Afonso Arinos, em 1961 e 1962, refletindo os *winds of change* da descolonização que levaram a ONU a virtualmente dobrar, em poucos anos, sua composição, mas é só em 1963, quando João Augusto de Araújo Castro faz o discurso inaugural que encontro, pela primeira vez, texto com substância conceitual, sentido de oportunidade e propostas claras de política exterior.

Mesmo quando o fundo era raso, justiça é reconhecer que o estilo dos nossos, então, era impecável. Merecíamos, amplamente, a reputação de que éramos os mais profissionais dos latino-americanos. O Itamaraty, de fato, não improvisava.

As coisas se faziam com cuidado. Não servíamos a outros patrões que não fosse o Brasil. A probidade como expressão de uma cultura corporativa era exemplar. O amor pelo Brasil profundo e discreto. Mesmo os que viveram muitos anos fora conservavam o nosso selo de qualidade e de autenticidade. As experiências fora do Brasil nos enriqueciam culturalmente. Mas não nos faziam menos brasileiros.

Volto ao meu enredo. Conheci Cyro de Freitas-Valle vivendo sozinho e tendo no filho distante o objeto de um afeto que era evidentemente sincero. Não falava de sua vida pessoal marcada por não pouco sofrimento. Pelo menos não fazia isto comigo, tão afastado dele pela idade e pela hierarquia. Mas mesmo com contemporâneos não o via derramar-se em confidências ou extravasões.

Levava-se a sério sem pomposidade. Representava o Brasil com imenso sentido da dignidade da sua função. Dava-se ao respeito. Não era homem de intimidades fáceis. Contava que quando Hamarskjöld, então secretário-geral das Nações Unidas, pediu que o tratasse com informalidade: *Please call me Dag*, continuou a chamá-lo de *Mister Secretary General* para marcar distância e formalidade. A pequena estória diz muito sobre ele e sobre seu tempo. Vinte anos depois, Kissinger e Silveira, insistiriam em tratar-se de "Antonio" e "Henry" mostrando como haviam mudado os tempos e os estilos. E como ambos desejavam acentuar a intimidade e a informalidade do seu relacionamento.

Quero lembrar apenas um momento para dizer como era real o prestígio de Cyro de Freitas-Valle. Era ele sócio do *Knickerbocker Club* (então e hoje o círculo mais restrito de Nova York) e um dia ali organizou um pequeno almoço (para o qual levou-me, como seu ajudante de ordens) e que reuniu Thomas Dewey, duas vezes candidato republicano à presidência dos Estados Unidos, Nelson Rokefeller, vice-presidente e governador do Estado de Nova York, e Jim Farley, *Post Master General* e grande coordenador político das campanhas de Franklin Roosevelt. Tratou a todos aqueles "pesos pesados" –

e eles o conheciam bem – com naturalidade. Não queria impressionar, mas também não se intimidava. Era, sem alarde, o embaixador de um grande país. Ficou-me a lição. Visto com a perspectiva de hoje, Cyro Freitas-Valle me parece antes uma personalidade (um *Character*, no sentido inglês) do que um talento realmente maior. Era também – e sobretudo – um homem de caráter no nosso sentido. Mais memorável pela sua maneira de ser do que pela qualidade intrínseca de sua reflexão.

De alguma maneira – e juntamente com Maurício Nabuco – representava o Itamaraty na especificidade de sua maneira de ser e de proceder. Um, Cyro de Freitas-Valle, de São Paulo, o outro, Maurício Nabuco, do Rio de Janeiro, vinham ambos de velhas estirpes brasileiras e ambos tinham pela "Casa" uma devoção exemplar. Ao destacar esses dois nomes faço injustiça, Leão Velloso, Pimentel Brandão e poucos outros não seriam menos representativos do Itamaraty daquela época.

A geração de que Cyro de Freitas-Valle foi emblema maior não chegou a conviver com o Barão do Rio Branco, mas começou a trabalhar logo depois de sua morte. Vivemos, depois de grande ciclo de definição das nossas fronteiras, uma entressafra de ação diplomática. Minha impressão é a de que entre duas grandes vertentes que formam Itamaraty: uma burocrática, representada pelo Visconde de Cabo Frio; e a outra criativa e intelectual, expressa pelo Barão do Rio Branco, a que predominava naqueles anos era a do Visconde. Não creio que, no essencial, isso se tenha alterado.

A herança do Barão do Rio Branco era muito grande para os que vieram depois. Não se lhe negavam as homenagens, mas não havia suficiente talento para copiar-lhe o estilo. As grandes repartições do Estado – e o Itamaraty entre nós é o exemplo maior – precisam da inspiração de homens como Rio Branco, mas só podem funcionar nas trilhas de funcionários como Cabo Frio.

Acrescento umas poucas recordações do velho chefe: presenteava no Natal, coisas de pequeno valor, mas cuidadosamente escolhidas do catálogo de Tiffany's, aos que trabalhavam com ele. Guardo, entre outras lembranças, um objeto de prata feito para que se poupassem os dedos na hora de discar os números de telefone. Sua função seria misteriosa hoje para quem não viveu aquela época. Não se disca mais. Digita-se.

Lembrava, com perfeita pontualidade, as efemérides de cada um de nós. Fazia parte da ordem natural das coisas receber o seu cartão de felicitações de Natal ou aniversário. Quando nasceu meu primeiro filho, em Nova York, chamou-me à sua sala, a sós, para perguntar se eu precisava de alguma ajuda financeira. Não me teria faltado – e ele não tinha muito – se precisasse. Nunca esqueci.

Sua última missão, ao que me recorde, foi a de representar o Brasil, em 1970, no XXV Aniversário da Carta de São Francisco. Acompanhou-o, então, Sérgio Thompson Flores e foi agradável para todos nós, seus amigos, vê-lo ainda uma vez convocado. Pesavam-lhe já as pernas e os anos, mas foi, ainda uma vez, o "empregado" do Itamaraty que fazia já com sacrifício o que sempre fizera com prazer: servir o Brasil.

Cyro de Freitas-Valle recebia sempre com hora marcada para a chegada e a partida de seus convidados. Esgotado o tempo, mandava que se fossem apagando gradualmente as luzes para indicar – sobretudo aos convidados brasileiros para os quais não era habitual aquele costume e para quem a hospitalidade não devia ter limites – que era chegada a hora de partir.

Como é chegado, agora, para mim, o momento de apagar as luzes destas memórias.

Paris, julho de 2001.

José Manuel Durão Barroso[1]

Deverá continuar na Presidência da Comissão Europeia (posição que ocupa desde 2004) até 2014. O seu cargo é o mais importante dentro da estrutura de poder do sistema europeu e o prestígio e a visibilidade da função foram acrescidos por reformas e iniciativas de seus dois mais influentes predecessores: Jacques Delors e Romano Prodi.

Durão Barroso ocupa essas funções mais por suas qualidades pessoais e por suas qualificações acadêmicas, políticas e executivas do que como um representante de Portugal país que não teria estatura, dentro da Europa, para reivindicar e manter posição de tal relevância.

Durão Barroso se fez ainda mais visível em anos recentes como o representante da Europa comunitária nas reuniões do G8 e do G20 e se apresenta como um amigo confiável dos Estados Unidos (impulsionou, naquele momento, o endosso europeu à intervenção no Iraque) e mantém excelentes relações com Washington ao longo de um período em que interessa à Europa reforçar suas relações com o grande parceiro norte-americano.

Durão Barroso tem hoje como suas prioridades: fazer a Europa atravessar sem danos ainda maiores a atual crise financeira e econômica; buscar que os países que integram sistema regional recuperem índices aceitáveis de crescimento; reduzir números inaceitáveis de desemprego; preservar a credibilidade do Euro e impedir que a crise da Grécia contagie outras economias vulneráveis europeias além de administrar o problema dos grandes fluxos migratórios que procuram a Europa e que hoje, em um quadro de recessão, encontram fortes resistências.

Diante da crise as outras preocupações comunitárias (como a ampliação em direção ao Leste; a questão da admissão da Turquia; o avanço na construção constitucional do espaço europeu, etc.) foram, de

1 Data: 2014.

facto, postas de lado até que novas circunstâncias permitam que possam ser retomadas.

Não identifico, no horizonte visível, desafios à posição de Durão Barroso, que parece exercer um controle eficaz sobre os 27 Comissários nacionais que integram a Comissão que preside. Ele tem astucia política, sentido de humor e inteligência superiores aos demais Comissários e, no caso, a relativa irrelevância de Portugal lhe é favorável. Para sua sobrevivência política o que importa é que consiga manter em equilíbrio os interesses da França, da Inglaterra e da Alemanha e que preserve seus títulos como intermediário qualificado entre Bruxelas e Washington.

Os vínculos de Durão Barroso com o Brasil são reais e significativos. Seu Pai nasceu no Rio de Janeiro e aqui viveu por vários anos. Parte de sua família está entre nós. É visitante frequente ao Brasil e aqui tem numerosos amigos, entre os quais me incluo. Acredito (sem ter certeza) que essas circunstâncias lhe dão direito a uma dupla nacionalidade: portuguesa e brasileira.

Esses laços não significam que vá conceder ao Brasil vantagens excepcionais, mas não é menos verdade que a sua intimidade conosco e as afinidades de seu estilo e temperamento com nossa maneira de ser são um ativo que não voltaremos a ter com a alta chefia da União Europeia por longo prazo após a sua partida.

Durão Barroso foi importante para que o Brasil fosse declarado, em 2007, parceiro estratégico da União Europeia, decisão consolidada depois na Primeira Cimeira Brasil – União Europeia que se realizou em Brasília em 2008. Depois disso os contatos entre Brasília e Bruxelas se fizeram mais frequentes e mais eficazes.

Quanto às negociações de acordos entre o Mercosul e a União Europeia pelo que sei os avanços tem sido lentos e não se vislumbra uma conclusão próxima do processo negociador que estaria condicionado ainda pelos resultados da rodada Doha cuja conclusão ainda não se vislumbra.

Em conclusão: Durão Barroso é o nosso melhor interlocutor europeu e como deverá ficar à frente da União pelos próximos quatro anos haverá muito tempo para explorar com ele jogadas de aproximação. A União Europeia em meio à crise – que deve se prolongar por um tempo

considerável – estará mais disposta a conversar e a negociar com o Brasil e com os outros grandes emergentes.

Vem agora ao Brasil receber um Doutorado *honoris causa* da Universidade Estácio de Sá e para conduzir, em Brasília, uma cimeira Brasil-União Europeia.

Há um site a ser visitado: <ec.europa.eu/commission 2010/2014/president>.

Os desafios (e contentamentos) de assessorar Antonio Houaiss[1]

Nos idos de 1960, o destino e o Itamaraty me mandaram servir nas Nações Unidas, em Nova York, quando eu ainda dava os primeiros passos de um percurso profissional que iria se estender por quase cinquenta anos. Foi então que conheci Antonio Houaiss cujo centenário estamos agora celebrando e que foi meu chefe imediato e lúcido companheiro naqueles idos. Houaiss andava então pelos seus quarenta e poucos anos. Era essencialmente magro e sua intensa força e energia vinham mais de nervos e fibras do que de qualquer massa muscular. Seu rosto era acentuadamente triangular e logo abaixo da grande linha da testa ia se estreitando até terminar em um longo e afilado queixo. O cabelo já era escasso e como o dono resistia a se assentar ou se deitar. Os óculos, nas várias configurações da minha memória, eram grandes demais para o conjunto da sua fisionomia e rara vez estavam onde deviam já que se inclinavam ora para um lado ora para o outro ou enfim deslizavam para a ponta do nariz. Habitualmente Houaiss olhava não através deles, mas por cima deles.

Fez comigo, desde o começo, uma troca de posições. Não precisava, a rigor, de assessor. Ou de um *Adviser* que era palavra consagrada na linguagem da ONU. Redigia e produzia papéis de qualidade muito mais depressa do que eu era capaz de fazê-lo. Era datilógrafo de apenas dois, mas velozes dedos. Gostava da interação humana que é tão característica da diplomacia multilateral e do mosaico de origens étnicas e culturais que a ONU representava. A diversidade fosse ela e cultural, gastronômica ou de qualquer outra matriz era um de seus pratos favoritos. Tinha – e isso ficava logo evidente – credibilidade intelectual e integridade pessoal.

Irrequieto movimentava-se entre as delegações, ia falar com as representantes de todos os quadrantes, buscava saber quais eram as

1 Data: 2014.

manobras parlamentares que se urdiam e ia costurar entendimentos e alianças informais, Se perdurasse essa troca de papéis sobraria mim ocupar o lugar de maior visibilidade na nossa bancada e ter apenas o cuidado de manter a pose e a gravitas de estadista e ouvir, sem reveladores cochilos, os intermináveis discursos que eram então como são hoje o mais cruel tributo imposto pelas Nações Unidas aos que participam de suas deliberações. Não era bem o que eu desejava. Sergio também mosqueteiro daquelas lutas e daqueles dias não me deixaria mentir.

A generosidade de Houaiss fez com que encontrássemos logo um modus operandi que me dava mais espaço e que funcionou muito bem durante os vários anos em que trabalhamos em estreita proximidade. A impressão primeira que tivemos, ele e eu, era de que a vasta temática da descolonização – que era o grande assunto da nossa agenda – não deveria causar problemas ao Brasil, país que sofreu longamente as consequências desse processo de subordinação política e econômica e que não tinha colônias nem o objetivo ostensivo ou encoberto de vir a tê-las em algum momento. A intensa mobilização de Portugal que havia disfarçado suas colônias em territórios ultramarinos desfez essas expectativas. Portugal tinha grande influência no Brasil na década de 1960, especialmente na cidade do Rio de Janeiro ainda de fato senão mais de direito a capital da República. Antonio Houaiss que, cumprindo instruções e sem ir além delas, defendeu e tese corretíssima de que os territórios de ultramar não eram mais do que colônias foi vítima, mais uma vez e logo depois, de um processo arbitrário que voltou a afastá-lo do Itamaraty.

Além do grande tema da liquidação dos velhos impérios coloniais o que mudou a composição das Nações Unidas e alterou profundamente o mapa político do mundo e liquidou com aquele imperialismo que remontava aos séculos passados foi o reflexo da emergência das chamadas Superpotências (União Soviética e Estados Unidos) cujo enfrentamento, ideológico e de poder militar na chamada guerra fria iria definir a essência da vida internacional durante quase toda a segunda metade do século XX.

Antônio Houaiss foi logo reconhecido, seja na Quarta Comissão seja na Primeira, onde também atuou também comigo a tiracolo como um ator necessário na formação daqueles grupos menores de influência e ação em

que naturalmente se dividem as grandes assembleias para que o trabalho se faça mais ágil e mais produtivo. Houaiss não era na minha recordação um orador memorável. Faltava-lhe a eloquência do gesto e da palavra e sua influência se fazia sentir, sobretudo, em momentos menos retóricos em que a capacidade influenciar e convencer se fazia, em voz baixa junto aos pequenos grupos de atores qualificados. Era também mestre em produzir em brevíssimo prazo textos que cobriam o essencial do que precisava ser dito. Um pouco mais tarde, na Primeira Comissão, onde fui também seu escudeiro, ele iria dividir esse talento incomum com João Augusto Araujo Castro, que logo depois iria assumir a chefia do Itamaraty e que era como Antonio, formulador emérito e operador de extraordinária perspicácia.

Nessa Primeira Comissão – a que tratava dos grandes temas políticos – vivemos em 1962 dias singulares em que o mundo se aproximou como nunca antes ou depois, de um terrível enfrentamento nuclear. Para os que vivemos aquele período de riscos incomensuráveis ficou a recordação, que acredito é permanente, de como uma catástrofe atômica podia estar próxima e como importa agir para que tais riscos não voltassem a acontecer.

Teve sorte o Brasil. Em Nova York naqueles dias contávamos com Afonso Arinos, com Araujo Castro, com Santiago Dantas – nomeado para chefiar possa Delegação, mas que nunca chegou a tomar posse – e com outros grandes servidores do Itamaraty e vários outros *fuori muri* com muito talento e coragem. Todo o processo que culminou na desnuclearização da América Latina teve seu grande impulso nas angústias e incertezas daqueles dias.

Volto ao Antonio e as vicissitudes daqueles tempos em que na política brasileira os ventos mudavam abruptamente de quadrante e as lideranças políticas se substituíam com velocidade surpreendente. A fidelidade de um momento podia parecer comportamento subversivo aos sucessores imediatos.

Foi uma travessia perigosa e Antonio Houaiss, cassado novamente de exercer a palavra na diplomacia, encontrou novos e brilhantes caminho no emprego da palavra nas suas novas encarnações como lexicógrafo, enciclopedista, tradutor, crítico literário, ensaísta e, *last but not least*, como cozinheiro emérito.

Há na linguagem de tauromaquia de que tanto gostava João Cabral de Melo Neto de uma expressão que poderia aplicar a Antonio ao se afirmar que "el buen toro crece com el castigo". Em quaisquer circunstâncias Antonio teria sido um homem fora da curva, mas foi o castigo repetido e imerecido que revelou sua fibra e o fez extraordinário.

Pepe Mujica e o novo populismo sul-americano

Pepe Mujica – como é chamado e gosta de ser chamado – acaba de encerrar os cinco anos de seu mandato como presidente constitucional do Uruguai e passou o cargo ao seu sucessor que foi também seu predecessor imediato Tabaré Vázquez como ele oriundo da Frente Ampla, terceira força política no país e que rompeu com aquela mais do que secular tradição de alternância no poder entre *blancos* e *colorados* cores e alinhamentos que remontavam a própria origem da nacionalidade quando as divergências entre Fructuoso Rivera e Manuel Oribe traçaram a divisória política do país.

O Uruguai viveu na primeira década do século XXI anos de prosperidade e abundância que trouxeram de volta algumas das esperanças criadas quando o país foi prematura e ingenuamente rotulado como a Suíça sul-americana. O país voltou a crescer; seus produtos se valorizaram nos mercados internacionais; a democracia cumpriu seus ritos; o turismo se fez um fator cada vez importante; e o Uruguai não precisou mais praticar o equilibrismo daquelas décadas em que procurava atuar de forma pendular amortecendo as tensões entre o Brasil e a Argentina e, no processo, procurando definir um espaço próprio para sua atuação internacional.

O período presidencial de Mujica coincidiu com este período de bonança que ajudou a criar em Montevidéu uma sensação de bem estar e otimismo semelhante àquela que acompanhou o ciclo presidencial de Lula no Brasil. Mujica soube navegar nesses mares serenos e deixa o poder com considerável prestígio interno e, sobretudo, cercado pela afetuosa disposição de muitos atores de fora que identificaram nele uma pessoa marcada pela simplicidade, pela frugalidade e por ser a expressão de uma de uma sabedoria caseira que poderia servir como guia para o comportamento de futuros líderes de seu país e como modelo para o desenho de um comportamento público de governantes de outros países vizinhos ou não.

Nas duas margens o Rio de Prata que costuma produzir atores políticos de frondosa gesticulação e veemente retórica. Mujica – sobretudo o dos últimos anos – oferecia um contraponto inesperado e bem-vindo. Nada mais distante como estilo do que ele se comparado a eminentes vizinhos como foram, por exemplo. Domingo e Evita Perón. Não há nele nada que pareça remotamente militar na pompa, na vocação autoritária explícita ou não, na vestimenta ou na palavra. Não resisto à tentação de comparar sua maneira de ser ao comportamento do Papa Francisco, seu ribeirinho na outra margem do Prata e seu virtual contemporâneo e que, em outro contexto, busca a sua maneira trilhar os caminhos da extrema simplicidade.

Não é fácil imaginar o Mujica de hoje como o líder Tupamaro da década de 1970. Mudaram as circunstâncias e mudou ele. No cotejo das fotografias de então com as de agora não há apenas em sua fisionomia e gesto os sinais evidentes do envelhecimento e da passagem do tempo, mas observo também uma suavização dos traços e uma expressão agora mais cordial, risonha e acolhedora.

Visto com a perspectiva do tempo o movimento Tupamaro, resultante das vacas magras da economia uruguaia daquele momento das tendências radicais das esquerdas e das direitas daquela quadra e das propensões autoritárias de seus militares parece um projeto fadado desde o início ao fracasso. Nenhum país da América do Sul seria, *a priori*, tão pouco acolhedor para um movimento de guerrilha urbana e rural quanto o Uruguai de pequena população e dos grandes espaços abertos, sem montanhas desertos ou florestas, com cidades de claro traçado e impróprio para movimentos que reclamam espaço e condições físicas e demográficas que lhes permitam operar e prosperar na clandestinidade. Some-se a isso o fato de que os dois países limítrofes do Uruguai eram então governados por regimes autoritários que não estavam dispostos a dar refúgio e muito menos apoio aos ativistas uruguaios.

Não saberia teorizar (e menos ainda generalizar) sobre os efeitos do cárcere sobre o espírito humano. Observo apenas que em Mujica 14 anos de prisão vários dos quais em confinamento solitário e sujeito a grandes privações e maus tratos, o levaram a uma extraordinária aceitação do

que o destino lhe oferecia e uma ausência quase que incompreensível de amargura e rancor.

Algumas linhas acima fiz um paralelo entre Mujica o e o Papa Francisco na procura por ambos de uma simplificação da vida e de suas formalidades e rotinas. Permito-me fazer outra. Como Nelson Mandela Mujica deixa a prisão um homem melhor do que entrou e com dose mínima de ressentimento e amargura. Não levo adiante os dois paralelismos que só estabeleci no que respeita a circunstâncias limitadas e específicas. Minha afetuosa avaliação de Mujica não o eleva, certamente à importância histórica de Mandela nem o aproxima das imensas responsabilidades que o Papa Bergoglio assumiu em seu desafio de fazer o necessário e urgente *aggiornamento* da Cúria e rever algumas políticas do Vaticano contraproducentes, mas profundamente enraizadas.

Pepe Mujica é uma personalidade reconhecida amplamente menos por uma obra governamental que foi construtiva sem ser notável e que não mereceria por ela mesma maior destaque, mas pela construção de uma imagem política que o fez internacionalmente reconhecido e objeto de uma verdadeira curiosidade e atenção. O que parece atrair leitores e espectadores é menos o jogo da política interna do Uruguai nos últimos anos, mas observar como dessas circunstâncias e embates emerge uma personalidade de extraordinário interesse e que coloca Mujica na *short list* daqueles que podem receber (e merecer) o Prêmio Nobel da Paz.

Vejamos algumas coisas que Pepe Mujica fez durante seu mandato e que lhe trouxeram grande visibilidade sem respeitar uma sequência cronológica rigorosa:

- legalizou, em condições mais controladas do que se supõe, o consumo da maconha no seu país;
- permitiu – dentro de uma normativa razoável – o casamento homossexual;
- legalizou o aborto dentro de regras claramente definidas;
- defendeu o meio ambiente de seu país e de seu entorno e enfrentou grandes interesses econômicos domésticos e internacionais que ameaçavam degradá-lo;

- acolheu uma dezena de prisioneiros da infame prisão de Guantánamo que não tinham para onde ir em um gesto de imensa repercussão que vários países mais favoravelmente situados se negaram a fazer.

Unindo todas essas políticas existe um fio condutor que revela ao mesmo tempo o operador político astuto e afinado com as causas mais liberais de seu tempo, mas também um líder carismático e marcado por convicções que a prisão e a privação refinaram e aprofundaram.

Não terá sido importante o papel de Mujica na história do desenvolvimento das ideias políticas em seu país. Está longe de ser um formulador original de ideias ou de políticas e deverá ser visto, sobretudo, como alguém que soube apresentar com sedutora simplicidade e com maior destreza política do que se imagina algumas causas que não eram, *a priori*, fáceis de tornar vitoriosas no contexto conservador que ainda continua a ser o da sociedade uruguaia.

Como estadistas e formuladores de ideias e políticas foram Júlio Sanguinetti e, no plano interno e Enrique Iglesias, no plano internacional aqueles que mais contribuíram para a redefinição das prioridades uruguaias. Mujica é, contudo, o mais carismático dos líderes e aquele que consegue construir para si uma *persona* capaz de reunir fatores externos e traços interiores que reforçam a sua imagem como alguém autêntico e avesso as exterioridades do poder.

Mujica mora em uma pequena propriedade rural nos subúrbios de Montevidéu, devolve cerca de 90% de seus vencimentos ao Tesouro, dirige um Fusca azul com mais de 20 anos de circulação e é seguido em sua casa por cachorro vira lata que apesar de contar na sua velhice com apenas três patas mostra, como seu dono, uma irreprimível alegria de viver. Vive bem com sua Mulher – hoje senadora e antiga militante – e a relação como quase tudo que diz respeito a Mujica parece verdadeira e autêntica.

Acredito que boa parte da imagem de Mujica é o resultado de uma cuidadosa orquestração de elementos e corresponde a evidentes objetivos políticos. Apesar disso acredito que a *persona* pública está construída sobre uma base real e que Mujica é bem mais do que uma montagem de

marqueteiros, mas sim o resultado do rico e contraditório depósito de uma longa vida intensamente vivida.

Não é fácil prever uma trajetória futura para Mujica. Por temperamento e estilo não deverá atuar no circuito internacional de seminários e palestras fora, talvez, algumas incursões esporádicas. Também não o vejo com um futuro político no Uruguai. Sua idade – (aproxima-se dos 80 anos) é um fator incontornável e ele não me parece ter nem a vontade nem o talento para articular nos bastidores e alguma coisa que se assemelhe a um *shadow cabinet*. Liderou pelo exemplo e embora seja expositor claro e vigoroso não é um formulador de políticas que possam ser continuadas sem sua presença e inspiração.

Ficará assim a marca de sua personalidade e o registro de suas ideias que, espero, serão retomadas por outros governantes que queiram recuperar credibilidade e assegurar prestígio duradouro junto ao povo. Espero que a marca de seu populismo benigno não desapareça e que tenhamos dirigentes que busquem, como ele, recuperar as bases da indispensável relação de confiança entre governantes e governados.

Quatro brasileiros (talvez cinco) de uma nota só

A escolha por mim desses quatro nomes foi desde o princípio arbitrária, mas, acredito, se justificou a medida em que ia sendo feita e ainda se sustenta agora, na minha avaliação, tantos anos depois.

Quis buscar patrícios meus de que eu houvesse sido, em alguma medida, contemporâneo e que no curso de vidas longas se tivessem mantido fiéis a um ponto fixo do compasso e sido inflexíveis exemplos de coerência e fidelidade a uma determinada visão da vida ou a um determinado modelo de organização política. Com o passar dos anos descartei não poucos candidatos que não se tinham mantido exemplarmente fiéis ao seu projeto ou porque tivessem morrido cedo – o que para os fins deste exercício é um defeito – sem que sua fidelidade e constância pudessem ter sido ser postas a prova contra ventos e marés.

O exercício parece mais fácil do que é. Neste Brasil de tantas mudanças e novidades não é fácil encontrar pessoas que sirvam como pontos de referência confiáveis. Ontem ou hoje.

Um dos meus critérios de seleção foi o de me certificar que o candidato devia não hesitar em se repetir quantas vezes achasse necessário e parecesse imune às tentações da renovar seu repertorio e seu ideário e a ajustar-se a novas circunstâncias por mais imperativas que essas pudessem parecer. Usar as mesmas palavras, os mesmos gestos e as mesmas metáforas somavam pontos a favor.

Comecei minha coleção com Heráclito Sobral Pinto o nosso advogado arquetipal e que não só me parecia ter, ao longo de muitos anos, o mesmo discurso como também um mesmo terno e um mesmo chapéu. Sempre que o vi, no sol ou na chuva, parecia estar com a mesma roupa escura (como se fosse uma batina civil) e transmitia, com inúmeras modulações, a mesma e invariável mensagem de respeito a democracia, ao direito, ao Estado de direito e aos direitos humanos.

Depois de reservar seu nome, fui adiante e identifiquei como candidato também irresistível Eugenio Gudin que nunca me pareceu cansar-se de ser liberal e de procurar conduzir o Brasil em direção a um racionalismo esclarecido. Coerência e longevidade pareciam, também, se encontrar nele. Por mais que o Brasil o traísse e enganasse continuava, sem esmorecimento, a fazer a mesma pregação e acreditar que o Brasil, como se fosse um seu aluno obtuso, iria se corrigir e, quem sabe, até mesmo se curar.

Para fazer contraponto a Gudin e possivelmente levá-lo ao desespero encontrei em Luis Carlos Prestes o nome perfeito. Foi comunista e sonhou, sem desfalecimento, com o comunismo para o Brasil ao longo de muitas décadas. Não havia derrota nem castigo que o desencorajasse. Mesmo quando a história parecia ir, como foi, em outra direção Prestes continuava, impávido, na defesa de sua visão. Nele só há visão; nunca revisão.

Barbosa Lima Sobrinho completa o meu naipe de brasileiros exemplarmente consistentes. Entra na lista com dois rótulos que ninguém lhe negaria: o de patriota e o de nacionalista. Como aos três outros não se pode também negar a condição de patriotas é, em última análise, como a encarnação mesma do nacionalista que Barbosa Lima tem o ingresso garantido na relação de nossas grandes coerências. Como viveu até os 103 anos ganha também a medalha de ouro da longevidade. Gudin morto aos 100 anos fica com a de prata e Sobral Pinto, subtraído precocemente ao nosso convívio com 98 completa o pódio. Prestes morreu com 90, mas acho que teria vivido mais se não fossem os longos anos de prisão, os outros de exílio e as agruras de dois anos de marcha à frente de sua Coluna.

Só não construo uma tese de que a coerência propicia a longevidade porque a minha amostra é numericamente modesta. Mas tenho a convicção intima de que a persistência e mesmo a teimosia certamente prolongam a vida embora talvez a façam menos interessante e divertida.

Diante dos quatro sempre esteve o Brasil que cada um deles quis desenhar a seu modo e que, volúvel e inconstante como é decepcionou os quatro e continuou faceiro o seu irresistível caminho.

Como os seus salvadores se renovam e como o Brasil, no fundo, não muda aos meus quatro Quixotes outros virão se somar para nos resgatar e procurar redimir seja pela direita, seja pela esquerda, pela força ou pela

razão, pelos mercados, pelas ruas ou pelos quartéis e tentar consertar tudo aquilo que querem ver reformado, criado ou destruído.

Minha pequena lista está, naturalmente, aberta. Espero mesmo que seja ampliada. Como arrumar o Brasil pode ser, em última análise, uma tarefa para loucos vejo apenas em Artur Bispo do Rosário um candidato natural a se juntar aos meus quatro cavaleiros originais. Esteve internado em um hospício por cinquenta anos e nesse quase meio século de clausura foi fiel a uma mesma visão que o fazia responsável para poder se apresentar com dignidade e eloquência perante Deus no dia do Juízo Final.

Foi o que fez. Deixou o Brasil seguir seu caminho em paz e criou com recursos virtualmente inexistentes uma obra extraordinária de engenho e arte. Que sobreviveu a ele e sobreviverá a nós.

Anotações biográficas:

Heráclito Sobral Pinto (1893-1991) foi Advogado

Eugenio Gudin (1886-1986) foi Engenheiro e Economista

Luis Carlos Prestes (1898-1990) foi militar e líder político

Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000) foi jornalista e homem público

Artur Bispo do Rosário (1909 -1989) foi maluco

***

Evocações (*In memoriam*)

Gilberto Amado e eu[1]

Um amigo argentino me diz que a cada ano que passa Carlos Gardel canta melhor. Como Gardel morreu em 1935 e dele não se conhecem novas gravações, essa enfática afirmação é, ao mesmo tempo, um disparate e, estou convencido, absolutamente verdadeira. Ela me leva também a Gilberto Amado, que morreu em 1976, mas que, quando vou revisitá-lo, o que faço com fiel assiduidade, está cada vez mais relevante e mais inteligente.

Nosso relacionamento não começou bem. Quando me apresentei para ser seu Assessor na Comissão que tratava de assuntos jurídicos nas Nações Unidas em 1961 ele foi, como costumava ser, absolutamente claro: "Em outras sessões da Assembleia Geral fui secretariado por Roberto Campos, por José Sette Câmara Filho e por Ramiro Guerreiro. Agora aparece você. Meu prestígio deve estar muito baixo". Não eram as palavras de boas-vindas que eu esperava. Pior. Eram em boa medida verdadeiras. Com um curso de Direito interrompido, sem virtualmente nenhuma experiência em reuniões internacionais e tendo outras prioridades do que a de me dedicar, acima e além do cumprimento do dever, a um velho ranzinza e, que quando contrariado, podia ser e era certamente muito mal educado, estávamos em uma linha inevitável de colisão.

As colisões aconteceram, como era de se prever, e delas saí mais ou menos estropiado, mas aos poucos fui me deixando seduzir por uma das inteligências mais lúcidas que tive o prazer de encontrar em meus mais de oitenta anos de vida. No grande teatro de Nova York que são as Nações Unidas não havia muitos atores com a força da personalidade daquele improvável sergipano.

No fim dos anos 1950 e começo dos 1960 o belo e recém-inaugurado conjunto de edifícios à margem do East River era onde o poder das nações se encontrava no outono do hemisfério norte para passar em revista como andava o mundo. Era uma *saison* com todo o seu ritual e a sua liturgia. Não

1 Data: 1969.

se conseguia fazer grande coisa, mas ia-se empurrando o que não tinha remédio do jeito que dava e evitava se o pior. Era a diplomacia parlamentar no seu grande espetáculo anual e por sorte (alguma) ou por sabedoria (não pouca) foi possível fugir do cenário catastrófico que, naqueles tempos era o espectro de uma guerra nuclear entre soviéticos e americanos. A guerra definidora daqueles anos continuou a ser apenas fria.

Os tempos não eram mais como os do Congresso de Viena quando o cético príncipe de Ligne, perguntado sobre como andava aquele festeiro Congresso disse: "O Congresso não anda. O Congresso dança". Os tempos eram menos frívolos e mundanos – os atores agora eram mais burocratas do que aristocratas – e o medo de que fossemos envolvidos em uma guerra nuclear terminal era muito verdadeiro.

O Brasil não tinha muito o que dizer. A América Latina era um remanso estratégico (na nossa vizinhança só Cuba então interessava) e nossa voz pesava relativamente pouco. Agíamos de uma maneira prudente e sensata e nos protegíamos atrás de um exemplar profissionalismo. Abríamos o debate geral, como fazemos até hoje, com um pronunciamento cuidadoso e insosso e nos comportávamos de maneira discreta.

Gilberto, que vinha da Comissão de Direito Internacional que se reunia habitualmente em Genebra onde durante muitos anos nos representou, trazia mais do que um saber jurídico que, no seu caso, não era o que mais contava, mas sobretudo um estilo marcado por uma exemplar lucidez e por um invariável realismo político.

O passado diplomático de Gilberto Amado não era seu melhor passaporte. Deixou o Chile com escândalo quando foi nosso embaixador em Santiago. Deixou a Finlândia quando ela foi atacada pela então União Soviética em condições (se o que sempre ouvi é verdade) que não consagram sua bravura.

Gilberto havia sido lá atrás professor de Direito, jornalista influente em vários dos jornais da época e também senador por seu estado natal. Muito disso veio abaixo quando Gilberto Amado foi réu no assassinato do poeta Anibal Teophilo na redação do Jornal do Commercio. Embora inocentado em dois julgamentos, ficou marcado, por muitos anos, por acontecimento que teve amplíssima repercussão na vida política e intelectual

do Rio de Janeiro da época e que certamente merece um relato separado. Para contar esse episódio existe, acredito, um livro esperando um autor.

Getúlio Vargas era seu admirador e isso ajuda a explicar como ele, um remanescente da ordem política "carcomida" – para usar a rotulação consagrada na época – de antes de 1930, conseguiu sobrenadar aquele naufrágio e encontrar um novo destino.

Foi na diplomacia parlamentar e na construção dos cinco volumes de suas Memórias que Gilberto Amado encontrou um caminho diferente. Chegou finalmente em 1963 (tinha sido derrotado em uma outra eleição quase cinquenta anos antes) à Academia Brasileira de Letras. E no grande jantar de seus oitenta anos, no tempo em que chegar lúcido a essa idade era um feito, recebeu nos salões do Copacabana Palace uma consagradora homenagem do nosso *establishment* ao que me lembra orquestrada por Aloísio Salles, Antonio Galotti e Roberto Campos (que fez o discurso de saudação).

Gilberto Amado não era modesto. Dizer isto seria mesmo uma escandalosa mentira. Proclamava que a modéstia era apenas uma astúcia da vaidade. Duvidava também dos limites da gratidão que, para ele, costumava apenas servir para encobrir a expectativa de favores futuros. Se alguém no Brasil encarnou o realismo, o ceticismo e teve um olhar lúcido sobre nossas fragilidades e limitações, essa pessoa foi ele. Imagino seu indizível prazer se soubesse que a mais longa ponte de todo o Nordeste um dia levaria o seu nome.

Costumava dizer que só um brasileiro em mil era capaz de identificar uma simples relação de causa e efeito. Ninguém era mais implacável e divertido ao mostrar a nossa ingenuidade individual e coletiva e sabia perfurar, como poucos, aquelas fábulas que sustentam a autoestima nacional. Uma de suas narrativas favoritas era recordar a imensa festa que se montou no Rio de Janeiro quando aqui chegaram em 1913 os dois encouraçados feitos para nós em estaleiros ingleses. Contava como tinha sido imensa a comemoração de um país ao receber navios que não havia construído, armas que não sabia fabricar e tecnologias cujo emprego ignorava. Comemorava-se apenas, a rigor, o oneroso empréstimo contraído, uma ilusão efêmera de poder e prestígio.

Melhor do que tentar descrevê-lo é deixar que ele mesmo faça o trabalho. Aqui está ele ao se descobrir pela primeira vez em um espelho que o mostrava da cabeça aos pés quando jovem adulto em Recife: "Pela primeira vez me via de corpo inteiro. Até então só tinha me olhado em espelho pequeno, de parede, ou pequeníssimo, de bolso rosto, gravata, pescoço. Jamais assim. Tive um choque. Aí é que tomei conhecimento da minha fealdade... Esse choque iria repetir-se a vida toda. Era ver-me em espelho grande, de frente e, sobretudo de perfil, para ser abalado por uma sensação brusca, quase diria de susto, diante de mim mesmo". Não há hoje em um mundo de infinitos *selfies* indulgentes e auto congratulatórios uma visão mais impiedosa do que esta.

Gilberto tinha um outro problema. Mastigava mal e encará-lo ao longo de toda uma refeição não era a mais agradável das contemplações. Uma vez, exasperado, Oswaldo Aranha lhe disse: "Gilberto porque você não fecha a boca quando come". Gilberto respondeu: "Oswaldo, porque você não fecha a boca sempre". Provocá-lo era correr risco difícil de medir ou prever.

É impossível falar de Gilberto Amado e não citar textual e repetidamente Gilberto Amado. Tinha uma maneira de falar afiada e concisa. Via longe e olhava fundo. Dizia, por exemplo, desconfiar de quem, podendo, não ia à praia. Depois de tantos anos nunca encontrei exceção a essa regra. Achava também que quem fala bem de todo o mundo está zombando da gente. Tinha horror a perfumes fortes, a pessoas resfriadas, mãos suadas, despedidas lentas e frases convencionais. Dizia que viver era difícil, mas conviver um inferno.

Uma vez em uma palestra na Sorbonne, numa manhã cinzenta e chuvosa, começou dizendo que vinha da luminosidade do sol do Rio para a claridade do pensamento francês. As frases eram quase sempre memoráveis. Costumava também dizer que uma rua de Paris era um rio que vinha da Grécia e ameaçou um dia o nosso chanceler de turno que era então José Carlos de Macedo Soares e que a seu ver maltratava injustamente Vinicius de Moraes, de quem Gilberto gostava, de rachá-lo literalmente ao meio: Macedo para um lado Soares para o outro. Sobre

um desafeto, ameaçava dizer dele as maiores calúnias e, o que seria pior, falando simplesmente a verdade.

Vinicius retribuía o afeto e a admiração e seu poema "O homem que pensa" é sobre Gilberto Amado e dedicado a Gilberto Amado. Exatamente como ele gostava.

Risco de vida corria também quem o confundia com Jorge Amado, seu parente distante e bem mais conhecido e aclamado do que ele que era louvado e reconhecido apenas por um grupo muito menor de admiradores. Também era perigoso confundi-lo com Gilberto Freyre. Era importante na conversa escolher o Gilberto certo e o Amado certo.

Ele se auto definia para explicar suas críticas certeiras e cruéis a nós como um detrator público e um adorador secreto do Brasil e tinha uma musa distante no tempo e no espaço e que seria uma mulher – chilena na minha lembrança – que havia povoado suas fantasias (e espero as suas noites) e a quem só se referia como o "ser egrégio" fórmula que nunca ouvi usada antes nem depois para descrever uma namorada.

Uma noite entre as duas grandes guerras estava ele no sul da França – não me lembro bem se a cidade era Nice ou Cannes – quando já se preparava para dormir ouviu do seu quarto de hotel uma banda que tocava em um coreto próximo o hino de Sergipe. Voltou a se vestir, desceu apressado e foi agradecer ao Maestro, maravilhado e surpreso, aquela homenagem a sua terra distante. O músico agradeceu, mas explicou que se tratava apenas de uma peça de Rossini que nada tinha a ver com Sergipe. Naqueles tempos em que a propriedade intelectual era pouco protegida, as viagens e as gravações infrequentes alguém se apropriou da composição do italiano e a transformou em pedaço do hino daquele Estado do nosso nordeste. O hino e o plágio estão lá, suponho, até hoje.

Uma coisa a acrescentar. Gilberto Amado exclamava. Coisa que hoje se faz muito pouco Muitas de suas observações tinham essa qualidade e pareciam ser prefaciadas ou encerradas por um ponto de exclamação. Os Ahs! e os Ohs! eram frequentes na sua fala e costumavam preceder comentários sobre mulheres bonitas, bons vinhos ou perfeitas manhã de primavera.

Contava ter visto um gato se suicidar pulando da ponte do Mont Blanc em Genebra em um fim de tarde de *grisaille* e de começo de inverno. Quando morava ali trocava frequentemente de hotéis e passava de um bom, limpo e confortável para outro com as mesmíssimas qualidades. Dizia-me que não estava mudando de hotel, mas apenas trocando de suíços. Não eram poucos ou silenciosos os seus preconceitos.

Estar com ele era sempre um risco, mas o risco aumentava exponencialmente logo antes das refeições quando a fome e a impaciência o levavam a novos patamares de exasperação. Um médico lhe teria dito um dia que essa fúria seria resultado de sofrer ele de hipoglicemia e recomendou que a ingestão de algum açúcar aliviaria os sintomas e melhoraria seu comportamento. A minha recordação não confirma esse diagnóstico otimista e o açúcar que levava em pequenos envelopes no bolso não adoçava de modo perceptível o seu humor.

Quando alguma coisa que eu tivesse feito ou dito o desagradava, lembrava ter matado um homem quando ainda tinha grandes ambições e expectativas. Dizia que acabar comigo quando já havia dobrado o cabo dos setenta anos era coisa que via com relativa despreocupação. Eu não acreditava literalmente nas ameaças que eram feitas com graça de gesto e de palavra, mas também me parecia imprudente simplesmente ignorá-las.

Não tinha qualquer preocupação em ser politicamente correto. O próprio conceito não existia então e com isso ganhavam relevo, na vivacidade da linguagem daqueles tempos, os efeitos da ironia e do humor. Sinto muita falta hoje dessa incorreção.

Gilberto Amado só amava uma filha, Vera, que vivia em Paris onde morreu ainda jovem casada com Henri Georges Clouzot, que era então um dos grandes diretores do cinema mundial, comparado mesmo a Alfred Hitchcock. Vera tinha três atributos que ele valorizava: sucesso, talento e beleza. O outro filho e a outra filha que moravam no Rio eram quase ausentes na sua conversa. O sucesso de Vera era real e tanto no "Salário do Medo" como em "As Diabólicas" ganhou uma visibilidade que poucas outras atrizes brasileiras conseguiram superar desde então.

Gilberto era, ao mesmo tempo, e nisso residia um dos seus encantos, o homem de Itaporanga e das margens do Vaza Barris e o cidadão

cosmopolita de Paris, Genebra e Nova York. Vestia-se bem e tinha uma aura de inteligência e força que era incontornável. Falava fluentemente o francês, mas sem perder o acento brasileiro e certas palavras com as quais ele tinha se familiarizado primeiro por lá sempre as pronunciava à maneira francesa. Assim taxi trazia o acento sobre a letra "i" e Picasso ganhava um inesperado circunflexo no seu "o" final. Viajava com um grande baú de livros, o que dava para se fazer no tempo das viagens por mar que era como ele, sem falta, ia e vinha. Lia e relia, garanto, os livros que carregava.

Falava mal de quase todos os seus contemporâneos e mesmo dos que falava bem temperava isso com uma nota de realismo crítico. Lembrava João do Rio e de outros cariocas do seu tempo com bastante admiração, mas com grande irreverência. Mesmo Souza Dantas que iria se distinguir na corajosa proteção de emigrados judeus ele tratava com afeto, mas destacava, sobretudo, que o seu objetivo principal era ficar eternamente como embaixador em Paris. Dos homens célebres com quem conviveu os únicos a quem se referia, pelo que me lembro, com invariável respeito e admiração eram Pinheiro Machado e Rio Branco nos quais identificava uma dimensão real de grandeza.

Falava temporária e escandalosamente bem, enquanto duravam seus mandatos, dos nossos Presidentes da República de turno, quaisquer que fossem. Com isso, dizia, comprava indulgências para criticar todo mundo mais e podia falar mal indistintamente de todos os nossos gregos e de todos os nossos troianos.

Falava comovedoramente bem de sua Mãe e do seu Pai e tinha um interesse difuso, mas real por seus muitos e talentosos irmãos que haviam, com ele, colonizado a letra G. Assim tínhamos Gilson, Gildasio, Genolino, Gileno, Gildo, Gennyson, Giuseppe, Gentil *et j'en passe*. Esgotada a letra G a família ampliada migrou para a letra J e assim chegamos aos primos James e Jorge de próxima sonoridade.

De sua obra a parte que mais envelheceu foi a poesia (acho eu) marcada por não poucos maneirismos de seu tempo. Mas mesmo aí há poemas de qualidade nos quais a inspiração e a qualidade da construção perduram. Os ensaios; reunidos em "Grão de Areia" e na "Chave de Salomão", e depois em "Eleição e Representação", continuam lúcidos e com foco preciso.

Não envelheceram, entre outras coisas, porque o Brasil nesse longo intervalo não aprendeu muito e insiste em repetir os mesmos erros ingênuos e cultivar um sempre consolador *wishful thinking*.

Sobre suas Memórias, tivessem ela Sergipe, Recife, o Rio de janeiro ou Paris como pano de fundo bastaria dizer que continua ser um prazer lê-las e que não perderam nada em graça e acuidade.

Faltava, contudo, a Gilberto a determinação de agir de maneira consistente para fazer avançar suas ideias. Havia nele sempre a sedução pela vida sofisticada que o mundo diplomático lhe oferecia e não parecia ter nem a vontade nem a disciplina para aceitar os desafios que a sua visão do Brasil parecia exigir. Preferia fazer de longe antes do que de perto o diagnóstico lúcido dos nossos problemas e evitava ter que enfrentá-los no dia a dia.

Acho, também, que sabia não ter o temperamento para as exigências da vida política e de sua trajetória na velha república lhe havia ficado uma má recordação e a certeza de que não fora feito para aquilo.

Não posso dizer que mesmo no fim o tempo e a vida o tivessem suavizado. Ou corrigido. Parecia sempre o mesmo. Impenitente e lúcido. Apaixonado pelo Brasil e desesperançado do Brasil. O mais clarividente dos homens e o observador mais cruel de nossas coisas e gente.

Já no fim o ritmo de suas viagens diminuía e sua vitalidade, também. Parecia, às vezes, simplesmente cansado. Tinha dito o essencial desse sentir em versos feitos antes, mas que agora definiam perfeitamente o momento:

> Ó minuto eu quero parar.
> Amigos meus, e meus algozes
> Imprevisto, Extraordinário...
> Quero silêncio, quero norma.
> Deixai-me construir a minha casa
> À beira do rio Regular, na rua do Relativo, na vizinhança do Conforme,
> Sobretudo à sombra da árvore plausível "do que se espera".

Não muito tempo antes de sua morte fui visitá-lo um dia em seu apartamento em Laranjeiras, na Rua General Glicério, aonde ia menos vezes

do que devia porque o convívio com Gilberto Amado era, em última análise, dever um pouco exigente pela necessidade de se estar sempre alerta para algum acidente de percurso: a palavra errada, alguma referência julgada inoportuna e imprópria, um resíduo de resfriado mal curado, a escolha de uma água de colônia poderosa demais ou alguma gratuidade afetiva.

Dessa vez tudo foi bem. A bola ia e vinha entre nós com suavidade. Ri com prazer de alguns comentários seus e aplaudi, com palavras que ele achou adequadas, observações suas precisas e maliciosas. Ele me olhou, por uma vez, de uma maneira simplesmente afetuosa e me disse com a alegria de quem decifra finalmente uma questão complicada: "O que nós temos realmente em comum é uma grande admiração por mim". No nosso convívio de não poucos anos e, como devia ser, a primeira e a última palavra foram suas.

Raul de Vincenzi – *In Memoriam*[1]

Sarita me pediu para dizer aqui umas palavras. Não serão muitas. Pesei e medi cada uma e finalmente achei que cabiam e estavam de bom tamanho para o momento que aqui nos reúne.

Quando aceitei falar a vocês, nem refleti nem hesitei. Nada me seria mais natural que homenagear o velho Chefe, o Amigo exemplar, o Companheiro de muitas horas e não poucos desafios.

Logo depois ocorreu-me que eu não seria certamente o mais qualificado para falar aqui e agora. Em tropel me acorreram muitos nomes de outros tempos e que, por um motivo ou outro, eu associo com o Raul e falariam agora certamente com mais autoridade do que eu.

Não penso sequer nos augustos Cardeais que mandavam na Casa quando ele – Raul – então começava. Como chamar de volta Nabuco, Cyro, Raul Fernandes, Leão Velloso e Oswaldo Aranha?

Vieram depois à lembrança os nomes dos seus grandes contemporâneos. Não sobram muitos. Aí estão para alegria nossa Guerreiro, Pio Corrêa, Barbosa da Silva, Calero Rodrigues. Faltam muitos e é preciso chamá-los pelo e-mail da memória para que se juntem a nós novamente: Azeredo da Silveira, Mario Gibson Barbosa, Jorge Carvalho e Silva, Antonio Correa do Lago, Sergio Correa da Costa, José Sette Câmara, Castelito, Wladimir Murtinho, Armando Sergio Frazão, Roberto Campos *et j'en passe*.

Mudo de geração para chegar à minha. Mesmo nela faltam alguns. Para compor um quadro revi Raul em uma grande noite no Itamaraty organizando suas tropas. Ali estavam em suas casacas e com condecorações, muito mais altos, mais elegantes mais bonitos do que eu: Zezinho Bonifácio, Bubi Weinchenk, Gil Ouro Preto, Luiz Carlos Thedim, Zoza Medicis e uma plêiade de outros alguns dos quais, felizmente, estão agora conosco

1 Data: 2010.

nesta Capela. Mesmo nessa tropa de alistamento mais recente faltam hoje alguns soldados.

Revejo Raul como sempre o "árbitro das nossas elegâncias" tomando as providências que cada momento exigia. Com duas qualidades que o acompanhavam sempre: firmeza e autoridade. Fez bem tudo o que foi chamado a fazer ao longo de uma extensa vida profissional.

Foi parte de um memorável triunvirato do Itamaraty com Gibson, e Jorge Carvalho e Silva. Poucas vezes fomos conduzidos por um grupo tão homogêneo de vontades e pensamento.

Foi sólido embaixador do Brasil no Uruguai e no Chile onde não são poucos os desafios de nossa vizinhança e estreito o entrelaçamento de nossas convergências e divergências. E aqueles – vale lembrar – eram anos de acentuada turbulência política. Comemoro assim o grande profissional, o homem de coragem nos momentos difíceis e o homem de sorte ao escolher Sarita para companheira de toda a vida. Que bonito casal eles formavam! Que festa para os olhos e para o coração!

Seu espírito se foi apagando aos poucos e é melhor hoje rememorá-lo na posse de todas suas faculdades: como o grande atleta que havia sido, o ágil, ativo e elegante diplomata de maneiras tão fáceis e simples.

Foi a encarnação mesma do que a diplomacia brasileira de seu tempo queria e sabia produzir.

Pretendia – diante das estrelas intelectuais do Itamaraty – ser menos do que eles em extensão de cultura e brilho da inteligência. Não era bem verdade o que sugeria e mesmo se – em alguma medida – assim fosse sabia tudo compensar com seu sólido bom senso e uma capacidade real para organizar e administrar.

Ficam aqui essas recordações. Vejo Raul como era em seus anos de vigorosa maturidade. Seguro de si. Sóbrio e discreto. Firme quando precisava ser. Brasileiro e carioca no sentido mais legítimo da palavra. Um fidalgo destas terras. Um homem de bem e do bem. Viva Raul Henrique Castro e Silva de Vincenzi!

Mario Gibson Barbosa[1]

Mario Gibson Barbosa teve uma vida longa, sustentado por uma saúde vigorosa que só lhe faltou nestas últimas semanas. Robusto de corpo e de espírito bastava vê-lo para reconhecer como a mistura de uma excelente genética anglo- pernambucana o havia predestinado a percorrer quase nove décadas com aquela autoconfiança que é a companheira confiável de viagem dos marcados para viver muito e para viver bem.

Ia-lhe bem essa dupla herança cultural. De Pernambuco ficou-lhe aquela profunda brasilidade e uma perfeita e íntima sintonia com nossa gente. Até mesmo no falar, mesmo tanto tempo depois de deixar o Recife, ficou-lhe um resíduo dos acentos de sua terra. Dos antepassados ingleses mais do que o claro colorido exterior ficou, imagino, a predisposição para correr e descobrir o mundo e dele se fazer cidadão. Em Mario Gibson Barbosa conviviam em surpreendente e agradável harmonia, o Brasil profundo e as mais cosmopolita e internacional das disposições.

Não foi, assim, à toa que o chamado da diplomacia e a determinação de nela por o traço todo da vida fosse para ele a mais clara e natural das convocações. Iria, nas mais altas funções como secretário-geral, como ministro de Estado e tantas vezes como nosso embaixador representar o Brasil para fora e trazer de fora os impulsos, as experiências e os ensinamentos que permitissem que queimássemos etapas e pudéssemos, finalmente, ocupar o espaço que nos está reservado entre os grandes atores na cena internacional. O depoimento que aqui faço é sobretudo o do amigo. Falar do homem público é tarefa longa e reclama minúcia de análise que aqui não seria o momento de fazer. Evoco apenas Raul Fernandes, Santiago Dantas e Afonso Arinos como alguns dos grandes brasileiros que o tinham na mais alta conta. Inspirava confiança. Era homem de bom conselho.

Basta dizer agora que por cerca de quarenta anos nossos caminhos apontaram na mesma direção. Coube-nos viver quadras difíceis e passagens

1 Data: 2007.

turbulentas. A opção de Mario Gibson Barbosa foi sempre de uma exemplar simplicidade: agir com um sentido do dever claramente definido, preservar sua integridade pessoal e não permitir que as paixões do jogo político turvassem uma visão sempre respeitosa do outro e de outras convicções. Não vou tampouco aqui resumir uma vida pessoal tão ricamente tecida como foi a de quem hoje reverenciamos a memória com a mesmo fraterno afeto com que antes comemorávamos o seu convívio.

Somos muitos hoje na Candelária. Muitos mais em Roma, em Londres, em Viena, em Nova York, em Brasília e por esse mundo afora estarão conosco hoje em espírito e unidos nas cerimônias de despedida de um dos melhores do Itamaraty, de um fidalgo pernambucano e de um incansável servidor do Estado.

Foi Julia, sabedora do muito que me unia a seu Marido, que me encorajou a lhes dizer estas palavras que faço deliberadamente breves. É a ela sobretudo a quem me dirijo e, através do filtro de sua sensibilidade e lealdade a todos os aqui reunidos para recordar o amigo que nos deixou. Espero ter podido expressar sentimentos que nos unem e reavivar em cada um dos presentes memórias que sempre nos hão de acompanhar e enriquecer.

Olavo Setubal: lembranças[1]

Conhecei Olavo Setubal nos idos de 1978. Posso ser preciso porque as circunstâncias de nosso encontro ajudam minha memória.

Visitava o Brasil o príncipe de Gales, solteiro então, e sem imaginar que no seu futuro havia uma Lady Diana Spencer e que ambos viveriam uma história que – desde sua promessa inicial até a tragédia final – marcaria a imaginação e a lembrança de tanta gente.

O príncipe visitava São Paulo e o Itamaraty queria que ele tivesse um encontro com o Prefeito da cidade. Eu que o acompanhava nessa viagem que nos levou, por etapas, do Rio até Manaus disse-lhe que o Prefeito vinha da empresa privada e tinha a reputação de ser administrador moderno e rigoroso.

Guardei o fato e a circunstância porque o *briefing* que Olavo Setubal fez sobre São Paulo e seus desafios foi extraordinário pela precisão dos fatos e dos números utilizados e pelo evidente domínio que o então Prefeito tinha sobre sua missão.

O príncipe Charles falou-me quando deixamos o escritório do Doutor Olavo no Ibirapuera sobre a impressão que a qualidade da apresentação lhe havia causado. Eu, também, fiquei marcado pelo encontro e tenho prazer em recordá-lo agora.

Meu segundo encontro com Olavo Setúbal se deu, em Brasília, dias depois de sua nomeação como nosso ministro das Relações Exteriores. Eu era então um dos subsecretários-gerais do Itamaraty e ele nos convocou, individualmente, para que lhe contássemos quem éramos e o que fazíamos. Ouviu-me com atenção, mas com alguma impaciência. A linguagem diplomática convencional daqueles tempos – com sua retórica e sutilezas de estilo – não era evidentemente do seu gosto. Treinados para falar com certas reservas e cautelas não estava (estávamos) preparado para quem

1 Data: 2008.

queria que se fosse diretamente aos fatos e se deles retirássemos claras e precisas recomendações de ação. Esses encontros iniciais, se tornaram logo reuniões regulares, se bem me lembro matinais e semanais, em que apresentávamos a ele o quadro internacional da perspectiva de nossas responsabilidades. No começo o exercício não era fácil nem para ele nem para nós. Era como se falássemos duas línguas. A dele enfática (às vezes tonitruante) orientada para a busca permanente de resultados. A nossa mais sinuosa e ambígua refletindo mais dúvidas do que certezas.

Com o passar das semanas e dos meses houve uma crescente aproximação. Olavo Setubal não deixou de ser ele mesmo nem nós deixamos de ser os diplomatas de carreira que longos anos haviam moldado. Mas pouco a pouco começamos a reexaminar certas premissas e, provocados por ele, a nos perguntar se o que dizíamos (ou repetíamos) resistia a uma análise mais rigorosa. Ele por seu lado se agradou do convívio com colaboradores que sempre lhe foram leais e que eram estimulados pelo desafio de sua inteligência e que, como ele, buscavam para o Brasil prestígio e credibilidade. Como em toda relação mutuamente enriquecedora fomos encontrando terreno comum e o respeito recíproco só fez aumentar.

Tanto assim que quando ele, atraído por objetivos políticos em São Paulo, se afastou do Itamaraty tomou esse passo contra a vontade de seus principais colaboradores e levou consigo nosso respeito e afeto.

Para confirmar e ampliar o que digo acima, alguns outros depoimentos deveriam ser buscados: o de Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário-geral daquele período; Rubens Barbosa, seu chefe de Gabinete; e Alberto da Costa Silva então também, como eu, subsecretário-geral. Já não estão aqui para trazer suas recordações Paulo Nogueira Batista e Ronaldo Costa convivas também dessas nossas reuniões de Estado-Maior.

Uma pergunta a fazer é identificar as áreas em que Olavo Setúbal deixou sua marca no Itamaraty. Foram várias, mas destaco umas poucas: viu melhor que nós como as negociações comerciais internacionais seriam irresistíveis e cada vez mais importantes e como era inútil o desejo brasileiro àquela época de impedir que serviços e questões de propriedade intelectual estivessem presentes na agenda do então GATT hoje OMC. Defendeu o entendimento com a Argentina e nele via a coluna principal

em torno da qual se organizaria a política da América do Sul. Procurou uma aproximação nossa eficaz e pragmática com a América do Norte, a Europa e a Ásia que eram as regiões que então importavam para a nossa busca de investimentos e a ampliação de nossos mercados. Via com desconfiança os excessos da retórica na aproximação com o chamado Terceiro Mundo em cujo futuro e perspectivas de curto prazo pouco acreditava.

Olavo Setúbal falava alemão e francês, mas entendia mal o espanhol e nas negociações com os latino-americanos era seu amigo Enrique Iglesias, então chanceler do Uruguai e depois presidente do BID, que lhe servia de intérprete. Iglesias também teria histórias a contar.

Nós do Itamaraty procuramos – como é da nossa tradição quando o chanceler não é da "Casa" – moldar o chefe vindo de fora. No caso dele as tentativas foram amplamente inúteis. Ouvia com atenção nossas recomendações, mas, no fim, fazia o que melhor lhe parecia para o Brasil. Em mais de uma oportunidade ele tinha razão e nós não. Ocasionalmente era o contrário o que acontecia. As nossas discussões com ele eram intensas, de lado a lado, mas a confiança recíproca que entre nós se estabeleceu nunca foi quebrada. Sua equipe mais próxima no Ministério continuou ligada a ele depois de sua partida e, a rigor, até o fim. Eram boas as memórias.

Volto a revê-lo. Costumava ser mais alto que seus interlocutores; sua presença física se impunha; o vozeirão dispensava microfones. Era um peso pesado e era levado a sério por seus interlocutores. Os gestos eram desencontrados e enfáticos. O riso espontâneo e contagioso. Era, sobretudo, confiável o que continua a ser melhor qualidade de um negociador.

Foi um dos grandes brasileiros de seu tempo. Depois que deixou o Itamaraty continuei a vê-lo em São Paulo, ocasionalmente no Rio que ele amava (e no Copacabana Palace que era seu pouso aqui) e, depois, em Buenos Aires e Paris Implantou o Itaú na Argentina e hoje a presença do grupo lá é formidável.

O Brasil e os seus rumos eram, com ele, um tema quase inevitável. Seu espírito de engenheiro gostava de alinhar números e fatos e desafiar, no interlocutor, o que lhe parecia pouco fundamentado na realidade. Tinha pouca tolerância com a imprecisão factual e com a conversa fiada.

Era supremamente bem informado e atualizado. Não fugia de uma boa discussão.

Com ele tantas vezes Daisy Setúbal, fábrica incessante de vivacidade e graça e a felicidade de ambos fazia bem à gente. Ele era o mestre do *know--how*, ela do *savoir faire*. As duas expressões, uma em inglês e a outra em francês, parecem sinônimas, mas significam coisas diferentes e requerem diferentes qualidades e estilos.

Termino com uma nota gastronômica. Comemos juntos os quatro – eu com minha mulher Lilianne – em lugares memoráveis, mas para mim era no Taillevent, em Paris, que ele imperava.

Sabia que eu era sócio natural para a boa mesa e para os grandes vinhos. Lembrava-se de mim mesmo quando eu estava ausente. Recordo um telefonema que me fez do excelente Benoit em Paris. Onde um dia almoçava, para dizer que sentia a falta da minha companhia naquele bom momento.

Hoje quem sente sua falta sou eu e espero que ele possa ler estas minhas recordações tão afetuosas em algum perfeito restaurante celestial.

Marcos Castrioto de Azambuja
Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2008

Nelson Mandela (1918 – 2013)[1]

Toda unanimidade é burra. A frase certamente mais espirituosa do que verdadeira é de Nelson Rodrigues. O tributo que o mundo presta nestes dias a Nelson Mandela prova que, muito ocasionalmente, a unanimidade não é só inteligente, mas também o reflexo irresistível de um sentimento universalmente compartilhado de admiração pela vida e pela obra de alguém que transcendeu os limites normalmente impostos por seu tempo e por sua circunstância. Mandela é um símbolo valioso para todos e um herói sob medida para os nossos dias. Depois daquela safra de personalidades de dimensões épicas que lideraram as democracias contra o nazifascismo na II Guerra Mundial – penso em Churchill, Roosevelt e de Gaulle – tivemos alguns grandes líderes que definem a saga da emancipação dos povos antes sob o domínio colonial. Avulta aqui a figura de Gandhi e alguns poucos líderes que conduziram seus povos à tão desejada e tão duramente conquistada independência.

Em muitos casos os chefes dessas lutas saem do conflito (ou do cárcere) marcados por um intenso sectarismo (ou exacerbado tribalismo) e com uma medida de rancor incontornável, no curto e no médio prazos, contra os antigos amos e senhores. Isso é fácil de entender e não muito difícil de perdoar.

O que faz Mandela ainda mais excepcional é que os 27 anos de encarceramento não o fazem nem vingativo nem sectário. Deixa Robben Island inteiro e pronto para levar seu povo e seu país a uma independência que requeria que se estabelecesse um convívio complexo e que funcionasse com os antigos opressores. Dizer que Mandela não conseguiu fazer isso sozinho e que teve em um importante setor da minoria branca aliados valiosos (penso sobretudo em De Klerk) não diminui em nada seus méritos. E difícil lembrar de algum processo conflitivo de emancipação nacional em que opressor e oprimido acabem por compartilhar um Prêmio Nobel da Paz.

1 Data: 2013.

Mandela, também, escapa da geometria rigorosa – e quase obrigatória – dos longos anos de guerra fria. Não é fácil situá-lo em um Sul oposto a um Norte nem em qualquer ponto preciso do ultrapassado eixo Leste-Oeste. Conserva, é verdade, um reconhecimento especial aos países que apoiaram a luta sul-africana pela paridade racial e que apoiaram o ANC nos difíceis anos de travessia do deserto. Mas esse seu reconhecimento não o fazia cego para os novos desafios que o próprio sucesso de sua cruzada criaram. Gosto de estabelecer algum paralelismo entre o estilo generoso e criativo de Mandela e as amarras que mantinham e mantém Robert Mugabe seu vizinho do Zimbabwe atado a fórmulas e desafios já ultrapassados.

Lembro que eu mesmo temia que a experiência Mandela não fosse funcionar e que a África do Sul deslizasse em direção a ruptura racial e, talvez mesmo territorial. Não se pode excluir que isso venha a ocorrer em algum momento e não se pode contar para a condução do dia a dia do governo de Pretória com a presença iluminada de Nelson Mandela. Contudo o que antes aprecia como uma probabilidade hoje é percebida como uma remota possibilidade.

Conheci Mandela quando veio ao Brasil e quando estava eu temporariamente à frente do Itamaraty. Os anos de nossa maior aproximação com a África do Sul ainda estavam por vir. Não tínhamos ainda desenhado modelos eficazes de aproximação e os BRICS e nossa parceria dentro desse esquema ainda estava no futuro distante. A moldura do IBAS ainda não tinha sido montada e a nossa mais estreita cooperação ainda estava por vir.

Em conversas e discursos pude transmitir-lhe admiração e respeito. Não tinha Mandela a exuberância maliciosa do Bipo Desmond Tutu que nessa mesma época nos visitou, mas transmitia uma serena autoconfiança e mostrava o carisma que hoje é por todos reconhecido.

Não me ficou daqueles encontros e conversas a impressão de que o Brasil ocupasse um espaço maior em sua reflexão e prioridades. Isto viria mais tarde, depois da Rio 92 e sobretudo mais tarde quando somos sucessores de África do Sul na organização da Copa do Mundo de Futebol.

No centenário de Azeredo da Silveira[1]

Um dos conselhos que o embaixador Azeredo da Silveira dava, com frequência, àqueles que o ouviam, era o de que cada um cuidasse da sua felicidade. Recomendava que nisso não houvesse negligência ou desatenção. Sabia – e como sabia – como tudo é precário e frágil e uma vida como foi a sua com suas tragédias, perigos, surpresas e não poucas ou pequenas vitórias era a prova mais eloquente do que dizia.

Ele estaria encantado com a homenagem que hoje lhe prestamos embora talvez fizesse alguns reparos à escolha dos oradores – a do meu nome, sem dúvida – e temo que achasse os elogios que lhe fossem dirigidos embora justos e numerosos menos enfáticos do que aquilo de que ele se considerava merecedor. Acho que ele, como Gilberto Amado, gostaria de definir a modéstia como sendo apenas uma astúcia da vaidade.

Dou, assim, desde o começo, o tom do que vou dizer. Aqui não farei o elogio formal do velho chefe e do tão ilustre brasileiro, mas vou tentar trazê-lo de volta em toda a sua vibrante energia e não pequenas contradições. Vejo pelo programa que vários e muito qualificados expositores falarão, com autoridade e intimidade, de Silveira na UNCTAD e no universo multilateral de Genebra; de sua gestão como chanceler e sobre seu desenho do que chamou de pragmatismo responsável como fio condutor da diplomacia brasileira; de suas negociações em Buenos Aires e em Brasília com os nossos vizinhos do Prata sobre os aproveitamentos hidroelétricos do Rio Paraná; de sua atuação em Washington e seu relacionamento com Henry Kissinger; de sua influente e duradoura atuação como arquiteto administrativo do Itamaraty. Fui companheiro menor seu em alguns desses trajetos, mas não é sobre nenhum deles que quero lhes falar hoje.

1 Palestra "Azeredo da Silveira e o Itamaraty". Data: setembro de 2017. Seminário "Centenário de Azeredo da Silveira: O Pragmatismo Ecumênico e Responsável", realizado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) no dia 22 de setembro de 2017 no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, em homenagem ao centenário de nascimento do Ministro das Relações Exteriores Antonio Francisco Azeredo da Silveira (1974 – 1979). Ver: <https://cebri.org/br/evento/470/seminario-centenario-de-azeredo-da-silveira-o-pragmatismo-ecumenico-e-responsavel>.

Sinto-me, pela autoridade dos que vão participar deste seminário, desobrigado de procurar desenhá-lo nessas várias, ricas e densas encarnações. Sei também que mais do que por merecimento estou aqui porque conosco já não estão Luis Felipe Lampreia, Dario de Castro Alves, Expedito Resende, João Hermes Pereira de Araujo, Paulo Cabral de Mello, José Nogueira Filho e vários outros colaboradores mais próximos seus e por mais tempo em etapas diversas de seu percurso. Seus depoimentos teriam sido mais luminosos e mais valiosos do que o meu.

Não posso, também e desde já, deixar de recomendar a leitura de dois textos essenciais. O de Dario Castro Alves ao ser o *keynoter* no décimo aniversário da morte de Silveira em 2000 e o dele próprio no seu discurso de posse como ministro das Relações Exteriores, em 1974. O texto do Dário é uma biografia compacta e lúcida de Silveira e o discurso de posse seria antológico, se ainda houvesse antologias e sua frase em que diz que "a melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se" está gravada no nosso DNA corporativo e também na nossa Biblioteca em Brasília que leva o seu nome.

Tenho uma outra dificuldade e é bom confessá-la logo. Uma comemoração centenária é, de alguma forma, vestir o homenageado de bronze ou mármore ou pelo menos envolvê-lo em algum tipo de toga. Não sei bem como fazer isso e não sei mesmo se ele gostaria de ser tratado assim, Silveira era malicioso, rápido, ágil, afetivo e intuitivo traços todos que não combinam com a imobilidade e a *gravitas* que costumam ter as estátuas.

Se evito a solenização do nosso homenageado fujo também de um excesso de informalidade. Nos muitos anos em que estive próximo muito poucos o chamavam de "Silverinha" que era mais um resíduo afetivo e mesmo talvez um pouco condescendente de sua mocidade do que um modo habitual de alguém a ele se dirigir.

O Itamaraty desde os anos de ouro de JK até o fim do ciclo militar teve uns poucos donos que se sucederam: destaco José Sette Camara, João Augusto Araujo Castro, Manoel Pio Correa, Mario Gibson Barbosa, Antonio Azeredo da Silveira e Ramiro Guerreiro. Quatro deles foram Chanceleres e dois Pio Correa e Sette Camara representaram, cada um a

sua maneira, a expressão real do poder de um dado momento sobre os rumos e prioridades da diplomacia brasileira.

A tendência das forças armadas quando assumiram o poder era a de identificar, no Itamaraty, uma estrutura que reconheciam como semelhante às deles porque estritamente hierárquica e rigorosamente disciplinada (embora com valores e códigos de comportamento bem diferenciados). Ao sublinhar essas afinidades devo logo acentuar as importantes diferenças que existiam e existem entre nós e as corporações militares em substância e estilo. O que talvez se possa afirmar é que durante o ciclo autoritário o Itamaraty preservou, em boa medida, seu autogoverno e uma ampla autonomia operacional, mas sempre dentro de uma moldura de condicionantes políticas e ideológicas de considerável rigidez.

Toda a trajetória de Silveira em sua maturidade profissional transcorreu durante os anos que vão do governo Goulart até o fim do governo Figueiredo vale dizer de 1963 até 1990. Não preciso dizer que existiam então importantes limites e constrangimentos na formulação do nosso pensamento político e na implementação de suas vertentes de ação diplomática. Também no plano externo as décadas da Guerra Fria determinavam importantes cerceamentos de conceituação e de prática. Foram décadas sobre as quais olhando para trás podemos hoje comemorar que um conflito mundial com dimensão nuclear não tivesse acontecido; que o processo da descolonização se tenha completado e trazido mais de cem países à vida independente e um grande ciclo de paz, prosperidade e integração em escala mundial, que até hoje perdura, se tenha instalado. Faço essa ressalva tão abrangente para sugerir que Silveira não teve as mãos livres e que suas escolhas – certas ou erradas – devem ser vistas contra o pano de fundo de um quadro doméstico e internacional complexo e desafiador. Não foram anos fáceis.

Ficou de Silveira – além dos dois textos que recomendei – também e sobretudo o seu extenso depoimento ao CPDOC da Fundação Getulio Vargas onde Maria Regina Soares de Lima e Monica Hirtz foram suas principais entrevistadoras. Como além do texto existe gravação de som a visita a essa memória organizada traz Silveira de volta em um de seus traços mais característicos: sua voz enfática e penetrante e com uma nota

metálica que usávamos todos quando queríamos de alguma maneira fazer, com maior ou menor irreverência e sucesso, a imitação de sua maneira de ser e falar.

Sobre essa gravação um pequeno registro anedótico. Anos depois de ter sido feita com Silveira o mesmo projeto foi estendido a seu sucessor Ramiro Guerreiro e Silveira soube, não sei bem como, que o projeto Guerreiro era um pouco mais extenso do que o seu. Quis remediar isso com algumas revisões e acréscimos que, pelas regras do jogo, não podiam ser feitos. Importava sempre para ele ter mais espaço e prestígio e queria ter certeza de que pelo menos pela extensão das gravações o registro de sua gestão fosse o mais destacado. A rivalidade dele com Guerreiro e com Gibson era muito real. Não significava, de forma alguma, falta de amizade ou admiração pelo seu predecessor imediato ou pelo seu sucessor também imediato na cadeira de Rio Branco. Mas seu ego, afirmativo e competitivo, reclamava que fosse dele a primazia na qualidade e mesmo na extensão do registro do que fora a política exterior do Brasil naqueles idos.

Silveira foi colaborador muito próximo de Mario Gibson Barbosa. Guerreiro foi secretário-geral de Silveira. Os três sabiam que os registros da história os associariam como os condutores sucessivos de um longo e ininterrupto período da diplomacia brasileira. Dezesseis anos para ser exato. De l969 a l985, um longo ciclo portanto, em que apesar de diferenças de prioridades e estilo a história deverá reuni-los como tenores de uma opera em três atos e que guardou, a cada momento, uma certa coerência de forma e de estilo.

Tenho a lembrança clara de que os três tiveram a esperança, até o último momento. de continuar com um novo governo que chegava por mais tempo na chefia do Ministério. Tinham tido sucesso em suas gestões a acharam que podiam ficar mais tempo em funções que amavam exercer.

Vou muito mais longe: a rivalidade de Silveira com todo o mundo era simplesmente verdadeira. Ele se relacionava com os que para ele importavam essencialmente por dois caminhos: ou pela disputa de espaço e poder ou ao estabelecer uma intensa relação afetiva com os que o cercavam e aos quais protegia e amparava e, de quem em troca, recebia fidelidade e lealdade.

Aos observadores de fora o Itamaraty parecia um lugar de intrigas e maledicências o que não deixava de ser verdade na superfície, mas não pressentiam que essa trama encobria uma outra muito mais densa e profunda. Para além da disputa por posições e promoções havia no Itamaraty um sentimento de comunidade – quase de família – e poucas vezes os rivais aplicavam golpes que pudessem ser destruidores dos adversários ou empregavam armas letais. Em mais de uma dimensão eram farinha do mesmo saco. Terminada a corrida das ambições e das vaidades continuavam próximos e até mesmo, muitas vezes próximos amigos.

Silveira me sabia muito amigo de Guerreiro e não me permitia esquecer isso. Desafiava minha lealdade a Guerreiro e sugeria ao falar comigo que ao outro em quem reconhecia grandes qualidades faltavam a energia e vitalidade que nele sobravam. Terminava a conversa quase sempre dizendo sem me dar direito à replica: "Você pelo menos vai admitir que carisma ele não tem".

Entre outras faltas Silveira não me identificava como um dos seus íntimos. Isso para ele que cobrava dos que estavam próximos assídua fidelidade e constante presença era defeito sem remédio. Na sua maturidade Silveira foi abandonando seus interesses intelectuais da mocidade. Lia pouco, ia pouco ao cinema ou ao teatro, ouvia pouca música e viajava pouco e não me parecia seduzido já pelos prazeres da boa comida e da boa bebida. Era só Itamaraty. Era puro interesse nacional.

Quando comecei a conhecê-lo melhor já parecia andar longe o correspondente sensível de Guimarães Rosa e o homem curioso pela produção intelectual de seu tempo. O foco era intenso e preciso: o nosso Ministério e a ocupação dos espaços do poder. Era um brilhante *infighter* burocrático e tinha, como fará Paulo Tarso Flecha de Lima alguns anos depois, a ideia central de que o domínio da máquina administrativa era o caminho certeiro para a conquista de tudo mais.

Quando para meu pasmo fui indicado para chefiar a administração do Itamaraty, no fim da década de 80 e ele já estava de fato aposentado e confinado ao então chamado Quadro Especial espaço que definia de maneira gráfica e veemente apenas como um canil liguei para Silveira para consolo e conselho. Tive ambos com a generosidade que era a sua. Lembrou-me

também que tivesse sempre na mesa de trabalho três gavetas. Uma com o rotulo S.O.T.R; outra com a anotação N.O.T.R. e a terceira com o nome de Lazaro. Na primeira eu deveria guardar assuntos que "Só o tempo resolve"; na segunda assuntos que "Nem o tempo resolve" e na terceira "assuntos mortos, mas que podem um dia renascer".

Para Silveira a sabedoria e a astucia emanavam diretamente dele e em boa parte se dissipavam para quem não se viesse recarregar no seu convívio os tanques e as baterias. Lembro de uma missão para a qual me enviou. Passados alguns dias me disse no telefone que eu tinha começado bem, mas que o correr dos dias e a distância me tinham feito perder foco. A recomendação era clara: eu precisava voltar para ouvi-lo e conversar com ele.

Silveira tinha o que só posso descrever como um talento especial para falar com atores do mundo em desenvolvimento. Era caloroso e espontâneo e tinha uma capacidade extraordinária de empatia e convencimento. Com atores do primeiro mundo a mesma mágica não funcionava. Tinha o que só posso definir como uma atitude inicial de desconfiança e mostrava uma sensibilidade talvez excessiva com o que achava pudesse ser uma atitude condescendente de seus interlocutores que, algumas vezes, estavam apenas surpresos pela veemência de sua presença. Outras vezes simplesmente era ele quem estava certo.

Quando o príncipe Charles veio ao Brasil mandou que eu o acompanhasse durante quase dez dias em uma viagem que se estendeu desde São Paulo até Manaus. Quando chegamos a Brasília recebeu o príncipe de má-vontade. O então jovem Charles quis dizer alguma coisa de amável e elogiou o amplo e arejado gabinete do nosso chanceler em Brasília onde estava sendo recebido como sendo um espaço *expansive*. Silveira entendeu *expensive* e achou que o visitante estava tendo a impertinência de criticar o custo da sala, seus móveis e obras de arte. Sussurrei a ele que o príncipe tinha dito uma outra coisa e Silveira sussurrou de volta que não precisava de aulas minhas de inglês. Pode parecer exagero, mas Silveira sussurrava alto. Enfiei a minha viola no saco.

Tenho quer tomar cuidado se não irei longe em um mar de lembranças. Preciso também, em alguns traços, dizer como via Silveira. E sugerir também

como acho que o Itamaraty o via. Em primeiro lugar era um brasileiro, um patriota um nacionalista e um realista. Ao acentuar sua intensa brasilidade ou brasileirice não sugiro que outros seus contemporâneos as tivessem menos ou de forma mais imperfeita. Sugiro apenas que em Silveira a apresentação da nacionalidade era clara e enfática. Não era um homem do mundo por trajetória, temperamento e convicção. Era daqui. Não era um seduzido como o foram tantos de seus contemporâneos pela Europa e pelos Estados Unidos. Não era atraído pelo canto das sereias da civilização e não vinha da matriz de grandes universidades. Queria um Brasil poderoso e desenvolvido, mas não acho que nos quisesse diferentes, no âmago, daquilo que somos.

O seu nacionalismo era robusto e enraizado. Foi nesse terreno que encontrou campo para manter um diálogo fluido com o poder daquela hora e para ganhar a confiança de Geisel, de Golbery e dos principais atores do nosso *establishment* estratégico e militar e para superar as desconfianças iniciais que cercavam seu nome e provocaram a malograda confirmação de seu nome em l969 como secretário-geral do Ministério.

Não consigo situá-lo com naturalidade em algum ponto do espectro ideológico tradicional que vai da extrema esquerda até a extrema direita. Escolhi, assim, para procurar defini-lo como acabo de fazer palavras de pouco valor acadêmico e de ambíguo e impreciso significado. Talvez ele mesmo sentisse isso e tenha encontrado refúgio na palavra pragmatismo à qual por prudência – ou astúcia – juntou a palavra responsável para com ambas criar um rótulo adequado para o que pretendia fazer, se proteger de eventuais críticas e aumentar a respeitabilidade de seu projeto.

Também não consigo adivinhar como se colocaria frente aos grandes temas da agenda globalizada dos nossos dias. Por temperamento e convicção não teria, suponho, dificuldades com a defesa dos direitos humanos. Quanto ao meio ambiente seria sensível à causa, mas seriamente preocupado que fossem cerceadas expectativas nossas ao desenvolvimento pleno e acelerado. Gostaria de nos ver nos BRICS e no G20 e em todo lugar que nos trouxesse prestígio e visibilidade. Imagino a alegria dele com um brasileiro chefiando a OMC (que ainda chamaria de GATT) e outro na FAO.

Da perspectiva das qualidades mais ornamentais e convencionais que se esperavam dos nossos grandes embaixadores Silveira, Araujo Castro e Roberto Campos – para citar apenas estrelas de primeira grandeza – não se destacam. Sua presença nos postos onde nos representaram não tinha a ressonância social e mundana daqueles nossos outros enviados feitos sob medida para a representação brilhante e prestigiosa.

Eram notáveis agentes dos nossos interesses, analistas argutos e privilegiados da cena internacional e de situações que primeiro no Rio e depois em Brasília compreendíamos mal e eram, enfim, negociadores talentosos para buscar influenciar, em nosso favor, a solução de assuntos encrencados.

Silveira não se organizou para um "*après* Itamaraty". Não fez a ponte para uma associação futura com empresas privadas ou para ser parte de Conselhos ou outros colegiados prestigiosos. Não sofreu felizmente, nos anos finais, qualquer constrangimento financeiro, mas ficou, no apagar das luzes sem rumo e sem projeto. Dos nossos grandes, pelo que recordo, foi o que construiu menos pontes pessoais para o futuro. Guerreiro se ocuparia com a Comissão Jurídica Interamericana. Gibson encontrava alguma atividade e escrevia, como também fazia Guerreiro, as suas Memórias. Baena conquistara a OEA. Os que melhor fizeram então a passagem para uma nova vida foram talvez Sergio Correa da Costa, Roberto Campos, Pio Correa e João Batista Pinheiro com vocações mais claras para agir no mundo empresarial. O Brasil não tinha então um CEBRI, uma FUNAG, um GACINT que como o Council on Foreign Relations ou a Chatham House em Nova York ou em Londres pudesse acolher como sócios e consultores pessoas eminentes que quisessem trazer à sociedade a contribuição de sua experiência. Silveira tanto em Buenos Aires como em Washington não se apresentou ou se ofereceu (e nisso há grande virtude sua) a possíveis grupos que quisessem ter o benefício de seu Conselho.

Acho que não preciso nem devo ir muito além. Evitei, com sacrifício e auto disciplina, dar minha opinião (veemente) sobre Silveira em quatro momentos cruciais de sua gestão e oferecer sobre cada um desses episódios o meu depoimento: a denúncia do acordo militar com os Estados Unidos em 1977; a negociação do Acordo Nuclear com a Alemanha, em 1975; o

voto da resolução 3379 das Nações Unidas, em 1975, sobre o sionismo e os Acordos de Itaipu. Ficarei para os nossos debates e se vocês, por imprudência, me deixarem falar de novo farei então alguns comentários.

Devo concluir. Sob a inspiração de Luis Felipe Lampreia como sempre o seu mais fiel mosqueteiro organizamos, no Clube das Nações, um grande jantar de despedida para Silveira. Ele circulou entre as mesas e confessou que gostaria de ser Frank Sinatra para pôr em música seu reconhecimento... Era um Silveira em estado de graça com May a seu lado. Já deveria ter falado dela e de sua mãe, Dona Dinah pessoas ambas absolutamente encantadoras e universalmente queridas.

Falei a vocês do meu bom amigo e grande chefe Antonio Francisco Azeredo da Silveira até agora com alguma descontração e humor. Termino em tom maior e com a reverencia devida a um grande patrício, a um grande diplomata, a um ser humano fora de série.

Palácio Itamaraty – Rio de Janeiro – 22 de Setembro de 2017

Sobre Helio Jaguaribe[1]

Quando encontrava Helio ao longo de muitos anos – em qualquer circunstância ou latitude – duas coisas sempre me impressionavam.

A sua permanente disponibilidade para pensar e para servir o Brasil e seu interesse, abrangente e organizado, pelas grandes questões mundiais.

Costumava dizer a ele e sobre ele duas coisas que me pareciam, então como agora, verdadeiras. Era um "voluntário da pátria" e representava a mais recente encarnação dos antigos enciclopedistas.

O seu entusiasmo sobre o nosso destino nacional e sua convicção de que a inteligência, a memória e a imaginação podiam e deviam ser mobilizadas para construir um mundo mais civilizado não significavam ingenuidade nem perdoavam ceticismo. Acreditava que o Brasil e o mundo podiam e iam ser melhores.

Sempre identifiquei nele uma alegre e robusta disposição para fazer o que é preciso e para seguir em frente.

Não vou aqui mais longe. Ganhei em conhecê-lo.

1 Data: 2018.

Carlos Castello Branco – 100 anos[1]

Meus dias começavam então, e muitas vezes acabavam, com o Castelinho. Havia o encontro matutino na leitura indispensável da sua coluna. Havia a dose vespertina nos encontros com amigos comuns quando a vida mais do que a política era o prato principal. A sorte lhe reservou papel exigente e rigoroso; o de fazer jornalismo com integridade em tempos perigosos. Dominou também, durante não poucos anos, a mais insidiosa das doenças.

Não há como lembrar aqueles anos sem evocá-lo. Ele era o registro do que acontecia no Brasil e, também, a consciência de nossa civilidade. Embora o jornalismo seja uma arte por definição efêmera, a clareza de sua análise e de sua linguagem perduram.

Termino lembrando que seu livro sobre a renúncia de Janio, acontecimento que mudou o rumo da nossa história, ainda é o depoimento mais confiável que temos sobre esse episódio crucial.

Marcos de Azambuja, 11/06/2020

1 Data: 2020.

Piauí

Casa bem-assombrada
O Itamaraty antes da sua ida para Goiás[1]

O Palácio continua lá, quase no fim (ou quase no começo) da Rua Larga. Vou chamá-la assim, com maiúscula e tudo, apesar de hoje ser outro o seu nome, e de ter sido promovida a avenida. Era, a Rua Larga, uma via de mão dupla em mais de um sentido. Cedinho, e por boa parte da manhã, sua maré entrava, numerosa, da Central do Brasil em direção ao Centro (dizia-se "a Cidade"). E, do meio para o fim da tarde, e à noitinha, o fluxo ia, com a mesma intensidade, no sentido contrário. Era aquela vasta e modesta humanidade dos subúrbios da Central, que vinha para o trabalho muito mais pelos trilhos dos trens e dos bondes do que sobre rodas. Mais avançada a noite, o tráfego de pessoas e veículos era quase nenhum, e indefinido o seu sentido. Lima Barreto teria reconhecido, nesse vaivém, muitos de seus personagens.

A nossa Broadway – fazíamos, às vezes, a tradução literal por graça, e para dar à rua um pouco mais de prestígio – já estava então longamente assentada e arborizada, e fazia ofício de parecer que ali estivera desde sempre. Paralela a ela, parecendo uma imensa e recente cicatriz, ficava a avenida presidente Vargas, que vinha da Igreja da Candelária e continuava em direção à Praça Onze (que já havia acabado, sem que o seu desaparecimento, como temera Herivelto Martins, tivesse levado ao fim as escolas de samba) até chegar à Cidade Nova. Foram-se as polacas do Mangue, com o renascimento administrativo e empresarial dos últimos anos; chegaram, mais numerosos do que elas, funcionários públicos e congêneres. A Rua Larga acabava em frente ao Ministério da Guerra, hoje chamado pelo nome menos ameaçador de Palácio Duque de Caxias.

Os grandes prédios continuam quase todos lá: a Igreja de Santa Rita, o Colégio Pedro II, a antiga sede da Light, chamada, devido à extensão

1 Memórias pouco diplomáticas | Edição 54, março 2011.

e ao poder real e imaginado de seus tentáculos, de "o polvo canadense". E desapareceu, sim, o Dragão, grande loja de coisas de casa, copa e cozinha.

Cyro de Freitas-Valle, que foi secretário-geral do Itamaraty, e fora antes embaixador em Berlim (o nosso último representante a entregar credenciais a Hitler, e cuja missão terminou com sua internação em Baden-Baden, na boa companhia de Guimarães Rosa, cônsul em Hamburgo, e de todo nosso pessoal diplomático na Alemanha; até serem trocados, em Lisboa, pelos alemães que serviam no Brasil), pois Freitas-Valle era conhecido na Casa, por sua severidade, como o "Dragão da Rua Larga". Não só apreciava como não cansava de repetir o apelido, que o fazia passar por muito mais feroz do que de fato era.

Continua a haver hoje, em volta do Itamaraty, o mesmo ruidoso pequeno comércio. E, como insígnias de outros tempos, sobrevivem lojas de chapéus, que vão se adaptando às novas cabeças e aos novos tempos, e, por razões inexplicáveis, várias lojas de velas, prontas a serem acesas, ecumenicamente, nos altares de todos os cultos e na devoção a todos os santos e orixás.

As lojas de então, ao que parece, tinham mais estoque do que espaço. Como o calor fazia com que se procurasse temperaturas mais amenas, mercadorias e vendedores extravasavam para as calçadas, assaltando os transeuntes com o alarido de um assédio ruidoso, cheio de gestos e bordões pitorescos. Diminuíram muito, de lá para cá, os aleijados mais dramáticos, que tinham presos aos andrajos bilhetes de loteria e, com isso, encarnavam o cruel encontro da esperança da sorte com a falta de sorte. Havia também, numa vitrine, uma bota de borracha imersa em um aquário. Lá ficou a bota, por muitos e muitos anos, talvez ainda lá esteja, esverdeada pela presença de fungos, para provar, *urbi et orbi*, a sua robusta impermeabilidade.

Encontrava-se comida farta e barata nas redondezas. Havia o Tim-tim por Tim-tim, na rua do Lavradio, que, em épocas melhores, alimentara Sarah Bernhardt. Havia o Penafiel, com suas grandes panelas já abertas perto da porta, à exposição para a freguesia que chegava. O Cedro do Líbano e o Sentaí. Um pouco mais longe, mas tudo se fazia a pé, o Rio Minho, a Cabaça Grande, o Mosteiro e o Dirty Dick. Vários deles desapareceram, e

os que sobraram gozam de aparelhos de ar-condicionado. Foram-se, exceto por uns bravos e barulhentos remanescentes, os ventiladores de teto. E foram-se de vez os palitos, aos quais dedicávamos, os cariocas, uma paixão incontrolável: mesmo senhoras grã-finíssimas, findo o repasto, estendiam a mão ao paliteiro e punham-se a futucar os dentes com galhardia.

Com a sua fachada neoclássica, a Casa continua virtualmente sem mudanças há mais de 150 anos. Só variou o matiz de sua pintura externa, que ao longo dos anos viajou de um rosa pálido até um siena intenso. Dá ainda para a rua sem recuo, mas tinha, naqueles tempos, o mais democrático dos acessos. Posteriormente, a sua guarda ficou, e perdura até hoje, a cargo dos Fuzileiros Navais – corporações ambas, a deles e a nossa, criadas quando da chegada providencial de dom João VI a estas praias. Não havia, ou não se percebia, ou não ameaçava a gente de boa paz, a violência urbana. Naquele tempo, no Rio, só me assaltavam dúvidas.

Ainda se entra, a pé, pela mesma e longa galeria flanqueada pelos bustos dos heróis da independência das Américas, e os de alguns penetras de outras safras e procedências. Existe outra entrada, só usada em dias de gala. Ela leva ao saguão que se abre para a bela escadaria e conduz ao andar superior. Por ela subiu o Império para comemorar, dançando, o fim da Guerra do Paraguai, na noite em que a princesa Isabel e o conde d'Eu receberam para um grande baile os oficiais que, vitoriosos, voltavam à Corte.

Havia, e há, uma terceira entrada. É a exclusiva para automóveis, que contorna o edifício e leva à garagem, ao estacionamento e aos demais prédios que integram o nosso quadrilátero diplomático. Mas naquele tempo havia pouquíssimos automóveis. Chegávamos quase todos a pé.

Fiz longa essa descrição da Casa e do seu entorno porque acho que uma parte da cultura do Itamaraty derivava de nossa situação na cidade e de nossa planta. Em Brasília, mais tarde, os espaços e as vistas iriam permitir sonhar e antever um novo Brasil. No Rio, estávamos ancorados no âmago mesmo da cidade, e não era possível escapar do que, de fato, éramos e tínhamos sido. A história e o presente, mais do que o futuro, nos definiam. Em Brasília, havia aspirações.

Ser diplomata não é uma vocação primária. Nunca encontrei criança que quisesse ser diplomata ao crescer. Também não é emprego fácil de

definir. David Silveira da Mota, colega que foi um grande profissional, contava que sua filha, no colégio, uma vez foi perguntada sobre o que fazia seu pai. A professora ia repetindo a pergunta a todos os alunos e recebia respostas simples e claras. Quando chegou a vez da menina, ela, hesitante, confessou: "Meu pai é diplomata. Faz discursos em francês". Era o mais perto que ela conseguia chegar dos mistérios da profissão. Chega-se a ela mais por exclusão de alternativas e por avaliação de conveniências do que por uma irresistível convocação.

A liturgia dos exames de admissão ao Instituto Rio Branco era cercada de pompa e circunstância. As vagas anuais não costumavam ultrapassar uma dúzia e meia, e o número de candidatos que se apresentavam beirava o milhar. Havia primeiro os exames psicológicos que, além de excluir os desequilibrados mais evidentes, tinham um objetivo acessório veladamente homofóbico. Não eram muito eficazes nesse objetivo semiclandestino, já que o Itamaraty sempre preservou entre os seus, ao longo dos anos, uma saudável diversidade de preferências sexuais.

A exigência era a de que o candidato já tivesse dois anos de estudos universitários na bagagem. O processo de exames – orais e escritos – se estendia por seis meses, e como o curso de preparação durava dois anos, o candidato deveria prover seus gastos por quase três anos, sem qualquer remuneração, salvo se conseguisse provar à administração estar literalmente à míngua de recursos. Ao contrário das corporações militares, não dispúnhamos de alojamentos, nem de serviços médicos, nem de alimentação regular para os aspirantes, o que tinha o efeito de desencorajar os que temiam não poder arcar com as despesas. A própria carga horária das aulas, e a necessidade de produzir papéis, e de estar preparado para arguições e exames, impedia que um aluno pudesse ter algum emprego complementar. Concluo: a natureza das coisas privilegiava os candidatos de classe média do Rio de Janeiro e, em menor medida, os que vinham de regiões mais próximas da então capital.

Os exames escritos, eliminatórios, se faziam no grande salão de banquetes. Quando, por eliminações sucessivas, chegava-se a um número de candidatos espacialmente mais administrável, passava-se para o salão de leitura da biblioteca, espaço menor, mas ainda assim solene e intimidador.

Os exames orais tinham uma liturgia que os aproximava mais do que havia sido em tempos antigos do que, imagino, acontece hoje. A banca, integrada por três membros, ficava aboletada sobre um estrado; e o candidato, sentado em um plano mais baixo, passava de uma cadeira, onde havia meditado depois de sorteado o seu ponto, para outra, de onde seria arguido.

Lembro duas arguições que enfrentei. A primeira era o exame de português, no qual o principal arguidor foi Aurélio Buarque de Holanda (que o neto de um conhecido sugeriu, faz poucas semanas, que não existiu, e que era, apenas, o nome de um dicionário). Cabia-me falar sobre a crase, assunto que então, como agora, me enche de perplexidade e insegurança. Presidia a banca o embaixador Antônio Camilo de Oliveira, que tinha, por bons modos, o hábito de inclinar ligeiramente a cabeça quando a palavra lhe era dirigida. Respondi às perguntas de Aurélio não a ele, mas diretamente ao embaixador, que parecia concordar com o que eu dizia – o que, como eu sinistramente pretendia, inibia o nosso grande lexicógrafo.

Mais de cinquenta anos depois, dois exemplos que eu devia comentar continuam presentes na minha memória: "Os touros se corriam desembolados à espanhola" e "Os cavalos corriam a toda brida". Um, penso que leva crase. O outro, não. Mas qual?

Acredito hoje, como aquele velho parlamentar nosso que, acusado de usar mal aquele acento, repetiu em plenário o velho adágio: "A crase, senhor presidente, não foi feita para humilhar ninguém". Depois da chamada Guerra da Lagosta, que quase nos engalfinhou com a França, o nosso então embaixador em Paris, Carlos Alves de Souza, escreveu suas memórias do incidente, às quais deu o título de Tempos de Crise. Gilberto Chateaubriand, secretário da embaixada, e desafeto do embaixador, ao apontar no texto vários usos impróprios do cruel acento, sugeriu que o livro se chamasse Tempos de Crase.

O último exame, aquele que encerrava o calvário do acesso à Casa, era o de cultura geral, e o meu arguidor foi Guimarães Rosa, em quem a aparente bonomia escondia, de fato, um imenso saber. Na conversa, chegamos a Florença, que eu havia visitado meses antes. E Rosa perguntou-me se recordava de um grande crucifixo que estava na Basilica di Santa Croce.

Nem Constantino ao ver o sinal das nuvens, nem Dom Afonso Henriques em Ourique, nem Vieira ao ser iluminado pelo celebérrimo estalo tiveram uma epifania tão sublime quanto eu ali, naquela hora grave. Apareceu-me no espírito, sem hesitação, nítida, a grandiosa obra de Cimabue. Ao identificá-la, comecei com aquele homem extraordinário uma amizade que se estendeu pelos anos. Ingressei na carreira sem nenhum chamado claro; e fui aprovado, literalmente, por um milagre. Valeu a pena.

João Augusto de Araújo Castro, que foi ministro das Relações Exteriores, costumava pedir a Ítalo Zappa, seu assessor de imprensa, que espalhasse algum comentário, testasse alguma notícia ou disseminasse um rumor à medida que caminhasse pelos corredores. Zappa saía do gabinete do ministro e ia até o prédio mais distante, definido por suas colunas e pelo seu frontão triangular, onde ficavam o salão de conferências, a biblioteca, a mapoteca e o sempre poderoso Departamento de Administração. Parava aqui e acolá, fumava e conversava com gestos largos, tomava um café no fim de sua linha e voltava pelo mesmo caminho. Falava com um e outro, cravava os olhos cinzentos e buliçosos nos colegas, e recolhia o boato ou o balão de ensaio que ele mesmo havia plantado menos de uma hora antes, agora enriquecido e adornado de comentários, avaliações e especulações que seus interlocutores haviam agregado. Fazia Zappa, assim, o que o Itamaraty sempre fez bem: examinar e contextualizar qualquer fato ou rumor à luz da experiência e da ótica de alguns dos melhores analistas do país.

Era uma maneira barata e artesanal, mas eficaz, de se fazer uma pesquisa de opinião. A geografia do conjunto e as características da grei permitiam que houvesse um acesso fluido a tudo e todos. O velho casarão e os seus anexos tinham uma escala civilizada e humana. Não tínhamos a pretensão à imponência que nos veio da Itália de Mussolini, e que encontra eco nos prédios que acolhiam o Ministério da Fazenda e o do Trabalho, nem certa teatralidade de outros, herdados da Exposição do Centenário de 1922. O Ministério da Educação e da Cultura, este era de outra inspiração. Ele talvez continue a ser o prédio mais bonito do Rio, mas tem mais a ver com as aspirações que nos levaram a Brasília, com a modernidade de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, do que com a história que moldou nossa Casa.

Quando falávamos da Casa, queríamos privilegiar certo intimismo de nosso vínculo com a instituição. Mas também lembrávamos que o Itamaraty havia sido, por várias décadas, apenas a residência de uma família apatacada, cujo chefe recebeu o título primeiro de Barão e depois de Conde de Itamaraty. E fora onde por dez anos viveu e trabalhou o Barão do Rio Branco, que nela morreu em 1912.

Era bom que eu precisasse a moldura do tempo que essas recordações cobrem. Seriam os anos do governo de Juscelino Kubitschek, da sua tumultuada posse (quem se lembra ainda da revolta de Jacareacanga?) até a inauguração de Brasília (que é quando a história, se tivesse mais senso de teatro do que preocupação com o rigor cronológico, faria terminar seu mandato). Os contemporâneos nunca sabem como os enxergará o futuro. Não se sabia no fim do século XIX que aquela seria a Belle Époque; não sabiam os cortesãos de Versalhes, imersos na doçura de viver, que a festa Ancien Régime logo acabaria, nem que acabaria do jeito que acabou.

Não sabíamos que vivíamos anos dourados. Mas sentíamos que eram bons os tempos e os ventos, e o Rio via com indiferença, e mesmo com desdém, os prenúncios de que deixaria de ser a capital. A cidade parecia convencida de que seus encantos e vantagens supririam as eventuais perdas e danos. Não foi bem assim. Também havia, no fundo, dúvidas sobre se a capital iria, de fato, mudar. Predominava aquele risonho ceticismo com que os cariocas costumam receber anúncios de ambiciosos projetos governamentais. Como seria possível imaginar que se deixaria Copacabana para viver em Goiás?

Hoje parece natural que a capital esteja no Planalto Central, que tenhamos um imenso parque industrial e que a nossa energia venha de grandes usinas hidrelétricas. Não só não era assim, em meados dos anos 50, como havia um mar de descrédito cercando nossas pretensões de ocupar lugares e posições que cabiam apenas às grandes potências. Havia uma aceitação generalizada de que não tínhamos nem o talento, nem a vocação, nem a capacidade gerencial, nem os meios, nem o barro humano para sair do âmbito de nossas atividades mineiras e agrárias. O Brasil é um país essencialmente agrícola, dizia-se e repetia-se. Os motivos de nosso orgulho eram consequência de uma natureza generosa e raramente o

resultado do aproveitamento e capacitação de nossos recursos humanos. O Brasil se definia em termos quantitativos e não qualitativos. Aqueles anos marcaram a mudança dessa perspectiva; começávamos a acreditar em nós mesmos.

O Itamaraty teve nesse período três titulares, José Carlos de Macedo Soares, Francisco Negrão de Lima e Horácio Lafer. Cada qual com um traço que fazia a festa dos cartunistas: as fundas olheiras de Macedo Soares; a mecha branca de Negrão de Lima; os chapéus Gelot e a elegância europeia de Horácio Lafer. Além dos três, havia Augusto Frederico Schmidt, agente provocador, poeta e empresário, gordo e desarrumado, que teve um papel importante como conselheiro *ad hoc* para assuntos internacionais de Juscelino. Ele foi o mentor principal da Operação Pan-Americana, o nosso mais ambicioso projeto de política externa. Nas circunstâncias, era um desígnio pouco realista de botar de pé um Plano Marshall para a América Latina. A decisiva adesão política e financeira dos Estados Unidos só viria a se materializar quando a Revolução Cubana alterou a equação estratégica de toda a região.

A polarização mais visível na definição da nossa inserção internacional era a que separava "nacionalistas" e "entreguistas". A clivagem pode parecer simplista e ingênua, mas as duas palavras tinham uma grande capacidade de mobilização. O talento de Juscelino foi o de evitar essa armadilha, e encontrar no "desenvolvimentismo" a síntese que lhe permitiu agradar os que desejavam um Brasil forte em suas indústrias e na sua infraestrutura, mas que, ao mesmo tempo, abria as portas para capitais internacionais que poderiam alavancar as promessas criadas pelo seu Plano de Metas. O gênio de JK foi o de usar as virtudes do otimismo e da esperança (e uma dose caseira de irresponsabilidade), e sugerir que poderíamos progredir em grande velocidade, que o país se tornaria moderno. Mesmo o capital que vinha de fora, ele insinuava, não nos iria dominar: acabaria, como em ampla medida ocorreu, por ser metabolizado e incorporado ao patrimônio nacional.

Há uma tendência hoje a olhar para trás e sugerir que o Itamaraty perdeu, nos últimos anos, influência e boa parte do controle operacional sobre a política exterior do Brasil. Se é verdade que, de um lado, é bem

maior o número de agências públicas e de atores privados (acadêmicos, mediáticos e empresariais) que atuam no campo da política externa, por outro, desde a ditadura militar, os presidentes têm dado ao Itamaraty recursos mais amplos e uma medida de autonomia que antes não existia. O Brasil era mais personalista e menos disciplinado. A ideia de que dispúnhamos de um corpo profissional de agentes treinados especificamente para o exercício de funções diplomáticas só se afirma, em plenitude, depois da criação do Instituto Rio Branco. E só depois se consolida o conceito de que a condução das relações internacionais era assunto para ser tratado, de forma suprapartidária, por um corpo estável de profissionais.

Se a formação profissional e universitária dos novos diplomatas me parece melhor do que era, e a distribuição social e geográfica mais representativa do país grande e diverso que somos, ainda assim sinto falta de certos ingredientes do estilo da Casa, que se perderam com o passar dos anos. Sou ocasionalmente nostálgico, mas não tenho nenhum ânimo restaurador. Sei que o que antes funcionava, e parecia necessário e certo, seria hoje apenas caricatura. Se não quero restaurar, procuro evitar, também, que se esqueçam boas práticas, e que se pretenda julgar aqueles tempos apenas com a ótica e os valores de hoje.

Mudou o Natal e mudamos nós. Éramos, os empregados do Itamaraty, em primeiro lugar, poucos. E tínhamos um acerado *esprit de corps*, que vinha de afinidades de formação, temperamento e origem. Essas afinidades eram reforçadas pela modelagem que, consciente e inconscientemente, o Itamaraty imprimia aos que ingressavam na carreira. Não era, por certo, uma camisa de força, e nem por gestos e palavras se exercia nada que parecesse uma ação autoritária, coercitiva.

Como acontece com outras profissões altamente hierarquizadas, e com formas de proceder longamente incorporadas, o que se buscava na Casa não era reprimir individualidades, mas estimular uma cooperação harmoniosa que parecesse quase natural e pudesse ocorrer sem ruptura do princípio de autoridade. O Manual de Serviço, que era o nosso guia básico, continha uma frase central: "O pedido de um chefe é uma ordem". Assim, tudo entre nós se expressava, na linguagem oral, por pedidos; e na linguagem escrita "rogar" era o verbo apropriado: "Rogo a V. Exa...".

Era na linguagem e no comportamento que o Itamaraty buscava deixar a sua marca. Normas de redação nos empurravam a privilegiar certas expressões e maneiras de dizer, e a evitar outras não porque fossem erradas, mas porque não seriam as de nossa ortodoxia. Tínhamos para a correspondência oficial quase uma dezena de fechos, que iam de uma informalidade muito relativa até a expressão do nosso mais profundo respeito, que era reservado às comunicações dirigidas ao presidente da República.

Os menos graduados se dirigiam aos mais altos na hierarquia com o invariável "Respeitosamente"; e os mais graduados se dirigiam aos subordinados, também sem exceção, com a fórmula "Atenciosamente". Não se impunham regras de convívio de maneira explícita, mas quando um dos nossos cardeais dizia a um grupo de diplomatas que se sentassem "à vontade", todos se sentariam no mais rigoroso respeito ao que determinava a lista de antiguidade. Em outras palavras: todos sabiam o seu lugar. As vantagens de sistemas com códigos de comportamento profundamente enraizados são evidentes. Ganha-se em organicidade e coerência, mas, reconheça-se, perde-se em criatividade e espontaneidade.

Embora errasse pouco, o Itamaraty demorava em acertar. E sua força de arraste inercial era imensa. Ainda que Azeredo da Silveira tivesse consagrado a fórmula "a principal tradição do Itamaraty é saber renovar-se", a renovação costumava ser de incorporação lenta e penosa. Ajudava também a nossa opção preferencial pelo conservadorismo das práticas e das ideias o fato de que não tínhamos um registro preciso das oportunidades perdidas, ou de derrotas que pudessem ser atribuídas a desacertos ou imprudências diplomáticas. Desconfiava-se da pressa; desconfiava-se das heterodoxias; desconfiava-se das novidades; desconfiava-se enfim de tudo aquilo que não encontrasse legitimação nas mais sagradas fontes de nossas ações: os antecedentes e os precedentes.

O que podia parecer novo era a história que a gente não lera. Para toda proposta mais arrojada, ou afoita, recitava-se a frase "é urgente esperar", mantra que, desde Talleyrand, se aplicava a toda tentativa de imprimir uma velocidade imprudente à tramitação dos negócios de Estado. Todos conhecem o Itamaraty do Barão do Rio Branco; poucos, o Itamaraty do

Visconde de Cabo Frio, seu contemporâneo e diretor-geral quase vitalício, patrono das regras de conduta corporativas. Ele encarnava, mesmo bem avançados a República e o século XX, a burocracia imperial, e procurava fazer o que por muitas décadas ninguém logrou conseguir: que o Itamaraty começasse a trabalhar cedo e mantivesse horários regulares e previsíveis. Dizia-se que os militares e os diplomatas nunca faziam nada: mas os militares não faziam nada cedo, e os diplomatas não faziam nada tarde.

Não só eram os diplomatas brasileiros parecidos entre si, como éramos também parecidos com todos os diplomatas do mundo – mas um mundo que consistia em uns quarenta países, dentre os quais talvez uma dúzia ou pouco mais que de fato contassem. Integrávamos uma elite, uma comunidade global que compartilhava estilos e práticas. Essa *crème de la crème* internacional se entendia em francês, a língua diplomática *par excellence*. Compreende-se esse tribalismo elitista. Era prático que agissem todos sob um mesmo código e que, literal e metaforicamente, falassem a mesma língua. Pilotos de aviões comerciais e controladores de voo, no planeta mundializado de hoje, se pautam por procedimentos e códigos parecidos. De outra maneira, sobretudo em emergências, não se poderia contar com o automatismo e a confiabilidade de respostas e reflexos.

Nenhuma palavra nos últimos cinquenta anos sofreu a degradação pela qual passou "elite". Era ela um rótulo que todos buscavam, que servia tanto para situar uma senhora na sociedade e identificar um homem de saber e talento como para enfeitar a fachada de uma padaria ou um açougue. Só tinha conotações favoráveis, mesmo na esquerda: Lênin defendia que o partido revolucionário reunisse a nata da classe operária. Hoje, a palavra sugere uma seletividade pouco democrática e mesmo ilegítima; e "elitismo" quase que se contrapõe diretamente aos conceitos de igualdade de oportunidades e ampla inclusão. O Itamaraty era então – e sobretudo – a Casa da elite. Diria mais: era o lugar que reunia a elite da elite, e sua legitimação derivava de se perceber e de ser percebida como um núcleo de qualidade e excelência. Com a criação do Instituto Rio Branco, deixou de ser uma Casa de elite por seleção aristocrática para ser também uma Casa de elite por seleção intelectual. O conceito de elite não só permaneceu como robusteceu: *We few, we happy few, we band of brothers*.

Não se imagine que a combinação de formalismo e elitismo criasse um lugar solene. Pelo contrário. O sentido do humor, a aceitação risonha da excentricidade dos comportamentos, a autoconfiança que boa parte desses atores trazia do berço faziam com que o lugar fosse, bem mais do que hoje, divertido e pitoresco. É preciso pensar menos em um ministério, como o entendemos hoje, e mais em um clube social, com suas regras e peculiaridades. Um clube que valorizava, de maneira bisonha, certos traços e idiossincrasias que só se explicavam pelo objetivo, ora explícito ora não, de identificar para fora, para a sociedade, uma pequena comunidade que se comprazia na sua singularidade. Era, desse modo, o lugar de pensamento e do comportamento politicamente incorretos: o lugar livre onde não se envergava a camisa de força dos preconceitos e convenções.

Não seria provável, hoje, uma grande figura afirmar, mesmo no círculo restrito da Casa, que a receita da felicidade consiste em viajar à custa do Estado, hospedar-se em casa de amigos e dormir com a mulher do próximo. Nem sobreviveria agora, sem certo escândalo, um notável embaixador, avançado em anos, cuja preferência por namoradas cada vez mais jovens levou a que se sugerisse que seu apartamento fosse decorado por Walt Disney. O controle institucional ou mediático do comportamento era bem menos rigoroso do que hoje, e a ambiguidade de valores era aceita com mais naturalidade do que agora.

A imagem de vários dos nossos Maiores, em vetusto fardão e condecorações engalanadas, perdura nas paredes do palácio que agora é museu. São visitados por frequentes grupos de crianças de várias escolas, levados por suas professoras, e observo seu silêncio respeitoso em torno daquelas figuras augustas. O meu impulso, anárquico, é dizer pelo menos uma pequena parte do que sei a respeito deles. Refreio-me: se isso acontecesse, olharíamos a história com irreverência, que não é o sentimento que os museus procuram incentivar; e não se permitiria que o tempo fosse cobrindo a todos com o manto da respeitabilidade.

Nossos Maiores eram, em bom número, fidalgos. Muitos tinham a autoconfiança que vinha de uma posição social desde sempre segura; de estarem entre pares e iguais; de terem sido preparados para o jogo e para as funções; de estarem imbuídos de um senso de superioridade sobre o

meio no qual se inseriam; de cultivarem sentimentos que, pelos bons modos que então se praticavam, eram mais implícitos do que explícitos, e que vinham da soma desses traços e circunstâncias.

Como selecionar um meio de campo que refletisse a alma da Casa naquele tempo? Nele deveriam figurar Maurício Nabuco, Vasco Leitão da Cunha, Pedro Leão Veloso, Ciro de Freitas-Valle, Décio de Moura, que ainda usava monóculo, como também o fazia Lafayette de Carvalho e Silva. Cada um tinha traços, atitudes e frases que ficaram. No caso de Leão Veloso, a imortalidade veio, sobretudo, por ter dado a receita e o nome de uma sopa que era uma transposição para as águas e os peixes daqui de uma *bouillabaisse* do Mediterrâneo. Só o filé à Oswaldo Aranha seria seu rival.

Vasco Leitão da Cunha, epítome de um cavalheiro conservador, era, ao mesmo tempo e paradoxalmente, amigo de Fidel Castro, de quem ficou próximo quando foi embaixador em Havana, e um vigoroso defensor de princípios democráticos. Foi ministro da Justiça e era homem trabalhador e corajoso. Não se ocupava de punhos de renda. Dizia que, quando trabalhava, arregaçava as mangas.

Como numa boa receita mineira, José Sette Câmara Filho harmonizava todas as qualidades. Nabuco era impagável. À noite, só vestia smoking – alegava que fazia isso por racionalidade e economia: bastavam-lhe dois conjuntos para estar sempre corretamente vestido. Ao voltar ao Rio, aposentado, sumiu. Passados uns dias, os amigos, preocupados, foram procurá-lo. Encontraram-no em sua casa em Botafogo. Explicou, com naturalidade, que a palavra "aposentado" significava ficar confinado aos seus aposentos. Era o que simplesmente estava fazendo.

A Maurício Nabuco devemos um livrinho encantador, Drinkologia dos Estrangeiros, manual do bem beber e cujo título evocava o bar a que estava habituado, no velho Hotel dos Estrangeiros, num dos lados da praça José de Alencar. Foi escrito em Roma, no fim da Segunda Guerra Mundial. As ilustrações eram de Giorgio de Chirico e foi Clarice Lispector, casada com Maury Gurgel Valente, secretário da embaixada, quem jogou no fogo de uma lareira, depois do jantar de lançamento, a matriz da obra, para assegurar para sempre o seu valor bibliográfico. Foi, por sua vez, Antônio

Houaiss quem, muitos anos depois, resgatou e reeditou o livrinho, tendo preparado uma encantadora introdução.

Ao caricaturá-los mansamente, e ao destacar um ou outro traço bizarro de nossos Maiores, poderia ir longe – no que cometeria grave injustiça. Eram mais densos em conteúdo e tinham muito mais estofo do que aqui lhes reconheço. O Itamaraty era um armazém de inteligências. Havia ali, em volta do lago e à vista dos cisnes, alguns dos melhores da nossa literatura (em prosa e verso), da nossa cultura e do nosso direito. A Casa cultivava a diversidade. Roberto Campos não via o mundo com os olhos de João Cabral de Melo Neto. Manoel Pio Corrêa não tinha, absolutamente, a mesma visão de Vinicius de Moraes e Paschoal Carlos Magno.

Ao reclamarem para si mesmos certo tipo de tratamento e deferência, eles agiam em parte por vaidade pessoal. Mas igualmente, e em não menor medida, por acharem que, como representantes do Brasil, não podiam aceitar tratamento displicente, que reduzisse nosso prestígio. Havia, no culto geral ao formalismo e na exigência de que a liturgia das relações entre Estados fosse estritamente cumprida, a preocupação de não permitir que o Brasil, que em muitas dimensões contava pouco, pudesse ser menoscabado. Para eles, o representante e o representado se confundiam. Os vultos itamaratianos eram cosmopolitas que retinham uma brasilidade essencial; eram cidadãos do mundo e patriotas à flor da pele.

Para a maior parte deles, era importante parecer que não estavam se esforçando, mesmo quando, de fato, estivessem suando a camisa. Os mais velhos desejavam passar uma impressão de *nonchalance* que se contrapunha ao excesso de zelo. Não lhes custava muito manter a pose porque, de fato, trabalhar muito não era uma das exigências do ofício. Eram uma versão tropicalizada da maneira de proceder das épocas vitoriana e eduardiana.

A caricatura ganhava contornos mais nítidos quando se pensava no cerimonial e nas regras do protocolo. Como venho da Casa, tenho robusto respeito por essas atividades tão próximas do âmago do saber diplomático. Postas de lado as mesuras e as afetações extravagantes, cerimonial é, na essência, duas coisas de difícil execução: a administração e a conciliação das vaidades pessoais e nacionais; e a montagem de operações diplomáticas como viagens, congressos, conferências e solenidades de todo tipo.

Dá mais trabalho do que parece, e os riscos de um vexame à vista de todos são inúmeros. O erro é risco universal. A gafe é o papelão ou a trapalhada feita por quem é do ramo e tinha a obrigação de fazer melhor.

O Itamaraty era um reduto de personalidades – e excentricidades. Como nas grandes famílias, o comportamento esdrúxulo, quando não biruta, era considerado parte inescapável da variedade da espécie e a sua tolerância como um imperativo do convívio social. Só a extrema desagradabilidade no trato e a improbidade com a coisa pública eram tidas como inaceitáveis. As peculiaridades das opções sexuais, os excessos com a bebida, um comportamento boêmio ou errático, tudo o mais era visto com indulgência civilizada.

Conheciam-se quase todos miudamente, em geral desde a infância. Se o Barão do Rio Branco era Juca Paranhos e Joaquim Nabuco, Quincas, alguns dos grandes chefes mantinham a tradição dos apelidos caseiros: Carlos Silvestre de Ouro Preto era Bubu; Carlos Alfredo Bernardes, Lolô; Antônio Corrêa do Lago, Ton Ton; Martim Francisco Lafayette de Andrada, Tim Tim; Frederico Chermont Lisboa, Fifi; e eu poderia me alongar em exemplos. Uso essa referência anedótica para acentuar o caráter intimista da instituição, e a natureza dos traços de família e de formação que uniam seus membros. Os laços familiares eram densos e cruzados. Os contemporâneos se conheciam de escolas e faculdades. A totalidade do mundo universitário brasileiro seria menor do que o número de alunos hoje de qualquer das nossas maiores universidades.

Além desse grupo intramural de diplomatas, havia um pequeno número de pessoas eminentes que, apesar de não fazerem parte dos quadros do Ministério, eram intimamente associadas à instituição, e ocasionalmente eram chamadas a socorrê-la ou representá-la. Refiro-me a Afonso Arinos de Melo Franco, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Raul Fernandes, Walther Moreira Salles, Gilberto Amado, Oswaldo Aranha e um punhado mais. Eram vistos pela Casa e viam-se a si mesmos, imagino, como membros *fuori muri* da família diplomática com a qual entretinham laços estreitos e fraternos.

Dávamos, para fora, uma impressão de racionalidade e previsibilidade. O presidente John Kennedy – e o presidente Richard Nixon faria depois

a mesma reflexão –, que só conversava com brasileiros que faziam parte desse círculo restrito, dizia de sua surpresa em ver como interlocutores tão qualificados, ao voltar ao Brasil, pareciam outras pessoas e se conduziam de maneira bem diferente da impressão que haviam deixado. Os americanos não levavam em conta que, ao voltar para casa, nossos negociadores tinham que enfrentar a turbulência doméstica das paixões nacionalistas e da exaltação retórica.

Passada a grande fase das negociações de fronteiras e da presença brasileira na 2ª Conferência de Paz de Haia, com Rui Barbosa, e da nossa participação na criação da Liga das Nações, e vencidos os desafios que para nós representaram a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, o Itamaraty vivia como que uma entressafra. Do Pan-americanismo do Barão e de Nabuco sobrara o apoio à Organização dos Estados Americanos, a OEA, e a aceitação da presença influente de Washington no tratamento das questões latino-americanas. A frustração na expectativa de que o Brasil pudesse obter um assento permanente primeiro no Conselho da Liga e, mais tarde, no Conselho de Segurança das Nações Unidas mostrava os limites de nosso poder e influência. A lição aprendida parecia ser a de que o Brasil devia cuidar de seus interesses reais e imediatos na América do Sul e no hemisfério, e não apostar muito na elevação do patamar de sua inserção internacional.

O foco de quase todas as nossas preocupações, pois, era o continente americano. Abro logo um espaço para qualificar e nuançar o que acabo de sustentar. Portugal tinha influência no Brasil, sobretudo na política e no comércio do Rio de Janeiro; a França era o farol de nossas ambições intelectuais e culturais; Londres importava como centro financeiro; como era grande a influência da Igreja Católica, na vida política; o Vaticano, portanto, também importava diplomaticamente. O resto (ou "os demais países", segundo o linguajar da Casa) teria importância ocasional e incidental.

Exceto um punhadinho de exceções, não existia a África independente nem o Caribe anglófilo, e na Ásia o Japão era o único parceiro que para nós existia. A Índia engatinhava e a China vivia ainda o tsunami de sua grande revolução. Com o Oriente Médio petrolífero, falávamos através de intermediários ocidentais. Os contatos com a União Soviética e seus

satélites eram tênues, e as aproximações e os distanciamentos se faziam em função das variações de temperatura da Guerra Fria, e à luz das condicionantes de nossa política interna, com seus laivos estridentes de anticomunismo.

Praticávamos, ao fim e ao cabo, uma política exterior que tinha em Washington e Buenos Aires a sua natural bipolaridade. A Argentina aparecia como um grande rival. Perón, e sua política de restauração da primazia argentina, e mesmo de recriação das divisões administrativas da América espanhola na Bacia do Prata, nos inquietava muito mais do que faz hoje a retórica bolivariana de Hugo Chávez. O Brasil desconfiava de seus vizinhos e guardávamos as distâncias que mantínhamos em relação a eles desde a época colonial. Recorde-se que não éramos uma região de democracias estabilizadas, e sim uma parte remota do mundo ainda sujeita aos arroubos de caudilhos civis ou submetida a pronunciamentos militares. O Brasil, sem capacidade de liderar um processo associativo da América do Sul, temia que essa aglutinação se fizesse sem nós, ou em nosso desfavor. Certo imobilismo regional nos convinha.

Como no tempo do Barão, a aliança com Washington era vista como um escudo e a garantia de que não ficaríamos isolados. A nossa aliança com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial havia reforçado esses laços – e toda uma geração de civis e militares, para a qual a saga da guerra contra os países do Eixo havia sido uma experiência fundamental, encorajava a ligação especial entre o Rio e Washington.

É interessante ver quem nos visitou nesses anos. O presidente Dwight Eisenhower e seu secretário de Estado, John Foster Dulles, pesos-pesados do poder norte-americano absolutamente hegemônico. Portugal e Itália mandaram seus presidentes e mais tarde viria De Gaulle, símbolo maior da tentativa europeia de recuperar o espaço perdido com o desenlace da Segunda Guerra Mundial. Comparado com o ritmo de hoje, o número de viagens presidenciais era irrisório. Cada uma delas devia ser acompanhada de uma parafernália de tratados e atos internacionais, declarações conjuntas e encontros ritualizados. Havia a emissão de selos, a designação de ruas como homenagem ao visitante, a disputa de troféus esportivos – uma azáfama para fazer com que a visita fosse guardada pela história.

Fui convocado para ajudar a organizar a visita do presidente Eisenhower, que, por ser um exercício logístico de certa complexidade, serviria um pouco como ensaio para a inauguração de Brasília, que se daria semanas depois. Meu envolvimento começou no Rio, quando aqui aportou (o que para nós era uma grande novidade) a missão precursora. Chefiada pelo secretário de imprensa da Casa Branca, Jim Hagerty, a missão chegara com uma numerosa equipe multidisciplinar e uma parafernália de equipamentos de transporte, segurança e comunicações como nunca se tinha visto nestas bandas. Ela era operada por funcionários da Casa Branca, das agências de informação e por oficiais do Exército, que se comunicavam desde o Rio com Washington e com todo o mundo na maior velocidade.

Ainda no Rio, no meio de uma reunião na embaixada americana, fiquei incumbido de perguntar ao Itamaraty, distante uns poucos quarteirões, se uma ação que estávamos examinando seria a melhor. Não consegui linha, como era habitual. Tentei uma vez, duas vezes, três vezes. Depois de tentar várias vezes, achei que era humilhação demais admitir que não conseguia falar com um prédio das imediações, e fingi ao telefone uma conversa imaginária com um interlocutor inexistente. Se foi gravado – suponho que possa ter sido –, terá ficado o registro de que eu seria um interlocutor lunático, a ser tratado com cautela.

Conto o episódio como ilustração de como era imensa a distância entre nós e eles em matéria de tecnologia, e como eram precários os recursos próprios de que dispúnhamos. Viajei de Brasília ao Rio no Air Force 2 e o percurso que costumava fazer em mais de duas horas e meia levou pouco mais de uma hora. Para quem pela primeira vez viajava em um avião a jato, o conforto era surpreendente.

Fui recrutado também para fazer parte da equipe que organizou a transferência da capital para Brasília. Ficamos adidos à Casa Civil de JK, chefiada por Oswaldo Penido. Embora a empreitada fosse arriscada, para não pequena surpresa nossa, ela funcionou bem melhor do que era razoável esperar. Tenho alergia à expressão "momento histórico", usada e abusada para rotular qualquer ocasião. Mas acho, com pequeno risco de erro, que se pode usar a expressão para definir aquele dia, 21 de abril de 1960.

Juscelino mantinha no Palácio da Alvorada um livro de honra. Nele os visitantes ilustres – e quase ninguém de interesse passava por aqui naqueles tempos sem ser levado a Brasília – deixavam sua reação à nova capital. Os comentários iam desde a retórica laudatória de André Malraux (*la capitale de l'espoir*) até o ceticismo de Graham Greene (*I have seen the future and I don't like it*).

Havia em JK um entusiasmo com seu projeto que o impelia a correr riscos. Enquanto governava nunca foi tão popular quanto seria depois. Brasília tinha tantos detratores quanto defensores. A direita nunca o aceitou, e o via como um gastador irresponsável. Também a esquerda não se identificava com ele. Foi bem mais tarde, depois do golpe militar, quando foi criada a Frente Ampla reunindo JK, João Goulart e Carlos Lacerda, que o civilismo encontrou em Juscelino, em sua obra e em seu tempo, o melhor símbolo para a reconstrução de uma sociedade democrática.

O Itamaraty não foi logo para Brasília. A cumplicidade entre o corpo diplomático estrangeiro, que não queria ir, e a diplomacia brasileira, que em sua maioria preferia ficar, fez com que se passassem mais de dez anos. Só no verão de 1970 que uma série de caravanas de caminhões e funcionários empreendeu, finalmente, sua marcha para o oeste.

O casarão da Rua Larga ficou com muitos de seus móveis e objetos, que não combinariam com a estética da nova sede. Ficaram os arquivos, a biblioteca e a mapoteca. O edifício passou depois por um longo período de vacas magérrimas. Não por desamor, talvez, mas pela razão oposta: a necessidade de quebrar os laços afetivos entre os lugares, as coisas e as pessoas. Era preciso, pela rejeição do que tinha sido, estabelecer as bases de uma nova fidelidade.

O velho nome do palácio, contudo, não foi abandonado. Não há um Palácio do Catete em Brasília, nem um das Laranjeiras, menos ainda um da Guanabara. O nome Itamaraty não foi descartado – como que para dizer que a trajetória de nosso relacionamento com o mundo é um rio ininterrupto; e que, mesmo em circunstâncias inteiramente diversas, a nossa continua, estamos no mesmo endereço.

Gosto de imaginar que, quando partiu o último comboio, na calçada oposta ao palácio, em frente ao restaurante Galo, um pé-sujo de *mala*

muerte que por muitos anos funcionou ali, estaria aquele Aires a quem não fiz nenhuma referência até agora. Seria o mesmo conselheiro José da Costa Marcondes Aires que, em l887, depois de trinta e tantos anos fora do Brasil, havia regressado a sua terra, a sua língua e ao seu Catete, onde escreveu seu Memorial.

Diz bem do que foi a impressão deixada por aquela gente que o mais civilizado e maduro personagem da literatura brasileira seja um velho diplomata aposentado para quem o mundo terminava no Rio de Janeiro.

Videla é a mãe
A inauguração de Brasília e a missão brasileira na ONU: às vezes, a clareza e a brevidade são absolutamente necessárias[1]

"O Quarto não está mal. Mas ainda estão a construí-lo". Era abril de 1960. Tinha acabado de deixar um eminente membro da delegação portuguesa no apartamento que lhe havia sido reservado para a inauguração de Brasília. Não era uma queixa, apenas a expressão resignada e bem-humorada de quem acabava de entrar de uma longa viagem, com sua bagagem, num quarto onde operários ainda ultimavam as instalações. O comentário ilustra a essência do que foram aqueles dias de corrida contra o relógio.

Foi, sem dúvida, um delírio. Várias dúzias de jovens vindas do Rio de Janeiro ensaiavam um grande espetáculo, no qual dança, canto e música se misturavam, exaltando as capitais que o Brasil teve ao longo de sua história, culminando com Brasília. O texto, acredito, era de Josué Montello; a música, de Villa-Lobos; e a montagem de Chianca de Garcia – uma trinca nunca ou depois reunida em um mesmo projeto, e que utilizava como palco as rampas e as plataformas dos edifícios do Congresso Nacional.

Uma missa campal era ao mesmo tempo montada, ao lado, na grande Praça dos Três Poderes. Holofotes ("refletores", diziam os militares) cruzavam o céu como na preparação de um ataque aéreo que não vinha. A Esquadrilha da Fumaça fazia evoluções. O Palácio do Planalto se preparava para sediar um grande baile de gala para o qual, todavia e simplesmente, não estava preparado. Autoridades em fraque (durante o dia) e casaca (durante a noite) se moviam entre multidões de candangos (a palavra mesma parecia ter sido inventada naqueles dias) que comemoravam sua participação na grande obra. Caravanas chegavam, empoeiradas, de todos

1 Memórias pouco diplomáticas | Edição 55, abril 2011.

os quadrantes. O final de um grande filme de Fellini não teria coroação tão múltipla e vibrante.

À medida que o dia 21 de abril se aproximava, fui sendo degradado de hotel para hotel, cada um mais modesto do que o anterior, para dar espaço aos convidados importantes que chegavam de dentro e de fora do Brasil. Acabei em um barracão na chamada Cidade Livre, que tinha também o nome burocraticamente mais respeitável de Núcleo Bandeirante. Pude, nas vésperas da inauguração, dizer pela primeira e última vez uma frase verdadeiramente papal. Ao convidar, por ordem do presidente Juscelino Kubitschek, os cardeais reunidos para comer alguma coisa, respirei fundo e conclamei: "Vamos almoçar, Eminências?". Fui atendido.

A surpresa maior estava em que o programa se cumpria, em linhas gerais, como previsto, e a atmosfera era a de uma grande festa. Todos pareciam prestar atenção em tudo por suspeitar (como faço agora) que aqueles dias seriam a matéria-prima de memórias e, com o tempo, ganhariam contornos cada vez mais prestigiosos.

Uma de minhas missões era treinar, em vários percursos, uma escolta de motociclistas que havia acabado de chegar de Belo Horizonte. Nunca haviam estado em Brasília os audazes pilotos. Acabei perdendo-os de vista dentro de uma nuvem de poeira vermelha que então envolvia qualquer movimento pelos caminhos ainda não asfaltados do Planalto Central. Não vi mais a escolta antes ou durante os festejos. Nem soube dela depois. Sumiu para todo o sempre.

Um grande diplomata sueco, Jan Mårtenson, que começou sua vida profissional por esses idos no Brasil, disse-me décadas depois que a expressão brasileira da qual mais sentia falta era a palavra "sumiu". Quando dava por falta de alguma coisa em sua casa, nos seus tempos cariocas, a explicação da empregada era sempre a mesma: "Sumiu".

Mårtenson dizia que a palavra explica o inexplicável, encerra o assunto e não o leva a nenhuma consequência policial ou administrativa. Estava nas coisas a faculdade de sumir e, aceita essa premissa, não se falava mais no assunto. As coisas tinham também a faculdade de reaparecer mais tarde, sem maiores explicações. Sumiu. Apareceu.

Com traje de gala, na noite do baile, subi na boleia de um carro-pipa de uma das empreiteiras engajadas na obra e trouxe água para fazer funcionar os banheiros do Palácio do Planalto. Foi comigo nessa expedição Marcio Moreira Alves, que acompanhava o pandemônio como jornalista.

Poucos meses depois, já num posto em Nova York (que tinha a designação augusta de "Assessor da Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas") aquela aventura no pó do cerrado parecia implausível. Os Estados Unidos viviam um momento extraordinário. A então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas havia abalado (um pouco, não muito) a autoconfiança norte-americana com o lançamento ao espaço da cadela Laika e do satélite Sputnik. E os fiascos ianques em Cuba e no Vietnã, que estavam próximos, mas ainda por vir, agravariam um pouco mais a crise de autoestima.

Ainda assim, o país emanava otimismo. Jack e Jackie Kennedy eram a encarnação mesma do sonho americano. Tudo parecia possível. Washington procurava atingir uma dimensão mitológica, à medida que o novo governo parecia disposto a recriar a lenda e o espírito de Camelot, o reino encantado da Távola Redonda que, na forma de um musical, era representado na Broadway por Julie Andrews e Richard Burton. Os anos dourados se prolongavam assim nos Estados Unidos, onde uma grande (mas frágil, como se viu depois) primavera parecia estar em marcha.

Tenho de 1960 as mais persistentes recordações. Os impérios francês e inglês se desfaziam, novos países asiáticos e africanos acediam aos punhados a uma sonhada independência e, para cada um deles, o símbolo mais eloquente do novo *status* era a admissão na ONU. Ser moço é sempre bom. Estar em Nova York também é quase sempre bom. Ser jovem e estar em Nova York, em 1960, era meramente o melhor dos mundos.

A nossa missão junto à ONU ocupava todo um andar de um prédio na Park Avenue, entre as ruas 54 e 55, endereço então, como ainda agora, de grande prestígio. Por ser o mais moço – eu tinha 25 anos –, devia cuidar da copa e da cozinha da delegação. Em vez das grandes negociações internacionais que havia antecipado, e nas quais me via brilhando como protagonista, meu primeiro desafio foi falar com o administrador do prédio. Ele veio nos ver acompanhado de um engenheiro especializado e

com uma grave suspeita. A bateria de elevadores do prédio, numerosos e de última linha, entrara em colapso. Ou bem estavam todos em um determinado andar, ou todos iam juntos subindo ou descendo. Havia se desfeito um sofisticado programa que deveria permitir que subissem ou descessem alternadamente, capazes de dar rápido atendimento, e não ficassem, como acontecia então, retidos em um só andar.

O administrador confessou-me terem feito algumas investigações. E descobriram que éramos nós, brasileiros, a causa de todo o transtorno. Haviam previsto a parada de cada elevador por um número preciso de segundos. Mas no nosso andar a pausa era imprevisível, e muito mais longa. Por causa de uma mistura de gentilezas e respeito a precedências; por esperar algum retardatário para quem mantínhamos a porta aberta; por uma mensagem de última hora que não podia deixar de ser dada; para ajudar alguém a entrar num sobretudo, tínhamos desorganizado todo o sistema.

Diante desse verdadeiro choque de civilizações, pediam-me, o administrador e o engenheiro, que os ajudasse a resolver o imbróglio. Prometi que faria alguma coisa, mas, naturalmente, não mudamos nossos hábitos nem encurtamos as nossas gentilezas. Acredito que os americanos, com sua tecnologia, devam ter encontrado uma nova programação, que ajudou a superar o problema. Ficou-me a constatação, reforçada tantas vezes depois ao longo da vida (em elevadores, no final de almoços, jantares e festas), de que a nossa liturgia de partidas tem um ritmo que não pode ser abreviado. E que, se os franceses saem sem se despedir, os brasileiros se despedem sem sair.

O prédio da ONU era ainda um dos mais modernos de Manhattan. E a Organização guardava ainda, apesar do engessamento da Guerra Fria, muitas das esperanças que cercaram sua criação. No outono, havia a Assembleia Geral, à qual, como hoje, acorriam líderes mundiais em penca, que iam dar seu recado e dizer como viam o estado do mundo. Em 1960, houve um extraordinário comparecimento de novos e velhos timoneiros, vários dos quais fundadores das nações que ali representavam. Lá estavam Nehru, Nkrumah, Sukarno, Fidel, Kruschev, Nasser, Tito, Touré e tantos outros representantes de novos países que se faziam ouvir pela primeira vez.

Dag Hammarskjöld, hoje nome quase mítico, era o secretário-geral da ONU, e a URSS queria diluir sua influência pela criação de um triunvirato, ao qual deram o nome de uma equipagem russa de três cavalos, cuja designação pegou: seria a *troika*, fórmula que, se adotada, levaria a ONU a não ter mais um comando unificado e eficaz. A ideia, felizmente, não prosperou. Hammarskjöld morreu meses depois, em um acidente aéreo na África, onde havia ido tratar de um problema residual do colonialismo – a luta pelo controle da província mineral de Catanga, parte de um Congo onde emergiria Patrice Lumumba, um novo modelo de herói da descolonização.

Se, de fato, todo o mundo é um palco, aquela grande assembleia feita de som e de fúria foi um espetáculo montado às margens do East River, transformado em *el gran teatro del mundo*, como na invenção de Calderón de la Barca. Dois momentos ficaram para mim indeléveis. Kruschev tirando os sapatos e batendo com eles na sua bancada para interromper um orador que o havia desagradado. E Fidel Castro abrindo sua fala com a declaração "Senhor presidente, procurarei ser breve" e começando, com essas palavras trapaceiras, o mais longo discurso que as Nações Unidas haviam até então escutado. As coisas estavam mudando. Depressa.

Não tínhamos, nós os brasileiros, como competir com nada disso. Era nosso privilégio sermos o primeiro orador no debate geral. Direito que se faz tradicional desde os tempos em que Oswaldo Aranha presidiu a primeira sessão. Os Estados Unidos falavam logo depois. Não havia, entretanto, muito a dizer, e éramos ouvidos com polido desinteresse.

Às vezes, o New York Times registrava em uma frase algum ponto da nossa fala. Nem sempre. Era meu dever levar à sala de imprensa da ONU numerosas cópias do nosso texto e deixá-las lá na ilusória esperança de que uma ávida imprensa mundial viria buscá-las e divulgá-las pelo planeta afora. Dias depois, voltava à sala; e lá continuavam empilhadas e intocadas as palavras que haviam sido produzidas com tanto cuidado e madura reflexão. Não tínhamos poder bastante para impressionar; não estávamos envolvidos em nenhuma crise que interessasse ao mundo; nossos agentes não eram nem coloridos nem pitorescos. Fazíamos parte de um coro bem-comportado e isso era naquele tempo o limite da nossa presença.

Os restaurantes em Nova York eram, com poucas exceções, bares cercados por mesas. Na cidade da invenção e consumo de *cocktails* tomar um ou dois (ou mesmo três) martínis antes do almoço era natural. Fumar não era proibido em lugar algum. E era uma atividade quase obrigatória. O cigarro desse tempo ocupava o lugar que o leque havia assegurado gerações antes. Para acender o cigarro de uma mulher bonita, dois ou três isqueiros saltavam de bolsos masculinos com a velocidade e a determinação de revólveres no Velho Oeste. É impossível imaginar hoje uma canção tão ecologicamente incorreta quanto *Smoke Gets in Your Eyes*.

Não seria um paradoxo dizer que foi a partir de Nova York que comecei a ver – e quem sabe entender – melhor o Brasil como um todo. A minha experiência até então havia sido essencialmente municipal. Eu via o Brasil através das lentes da minha carioquice e da minha circunstância. Em termos de padrões de comportamento, estilos de vida, de maneiras de falar e vestir, o Brasil era bem menos homogêneo do que é hoje. No exterior, os brasileiros ainda se cumprimentavam ao se encontrar – éramos poucos, e ouvir alguém falar a nossa língua era razão de prazer e surpresa.

O que fazia a nossa missão junto às Nações Unidas diferente dos outros postos do Itamaraty era o fato de que, durante três meses a cada ano, ela se transformava em um microcosmo do Congresso brasileiro (e, portanto, do Brasil): contava com a presença de um número expressivo de observadores parlamentares, vários dos quais já eram líderes de nossa política e outros que, mais tarde, viriam a sê-lo. Nesse âmbito, fiz amizades que me ficaram para a vida.

Perdeu-se em parte, com o passar dos anos, o nosso forte colorido regionalista. Os homens eram mais típicos das regiões que representavam. Benedito Valadares, Magalhães Pinto e Tancredo Neves eram arquétipos mineiros. Pela palavra, pelo gesto, pela confirmação mesma do espírito, pela maneira de ser, enfim, Daniel Krieger e Flores da Cunha eram gaúchos por todos os costados. Vitorino Freire parecia saído diretamente do sertão nordestino. Carlos Lacerda era inevitavelmente carioca e fluminense. Adhemar de Barros, quase caricaturalmente paulista.

José Sarney e Mário de Souza Martins, no entanto, foram precursores do Brasil mais homogêneo que estava por chegar, embora ainda guardassem

traços de fidelidade às suas terras de origem. Assistimos os três juntos, com Antônio Houaiss, ao debate televisionado entre John Kennedy e Richard Nixon que inaugurou toda uma era de intenso emprego mediático das novas tecnologias no jogo político americano. Prática que, depois, se irradiou pelo mundo afora. Por ser católico e de origem irlandesa – e não um anglo-saxão de confissão protestante – a eleição de Kennedy representou uma ruptura só excedida, décadas depois, pela eleição de Obama.

Quero resgatar duas lembranças mineiras: Benedito Valadares e Magalhães Pinto. Começo por Benedito Valadares, que disfarçava uma aguda e sutil inteligência ao procurar se mostrar um homem simplório, evasivo e de fala mansa. Aprendi muito com ele, embora não tenha podido – por limites da minha personalidade – pôr em prática quase nada do que havia aprendido. Benedito Valadares fingia não ouvir bem e, talvez, no fim da vida isso até fosse verdade. Não era assim quando o conheci: ouvia até murmúrios quando o assunto lhe convinha e interessava. Não ouvia o que lhe aborrecia ou podia comprometer. Era um homem de poucas palavras, ditas mansamente e com muitas pausas. Uma vez, anos depois desses encontros iniciais em Nova York fui buscá-lo em casa para irmos juntos a um jantar no Itamaraty. Estava de casaca e trazia as insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar, idem Naval, idem ibidem a da Aeronáutica e a comenda da Ordem de São Gregório Magno, do Vaticano. Disse a ele do meu assombro por vê-lo totalmente apoiado, ao mesmo tempo, por César e por Deus, e que mais e melhor não se podia fazer. Olhou-me com uma expressão de alguma surpresa e um pouco da desconfiança que era muito sua. Disse-me apenas: "Ah. Não havia reparado".

Teria dele mais episódios, mas este serve para desenhá-lo. De Magalhães Pinto, com quem ele compartilhava algumas afinidades de temperamento e a mesma genealogia política, apesar de adversários políticos, também aprendi bastante. Uma vez, no Catete, estivéramos com o presidente Costa e Silva, de quem ouvimos algumas observações. Ao chegar de volta ao Itamaraty, repeti o que tinha ouvido do presidente. Magalhães Pinto, muito cuidadosamente, me corrigiu: "Não foi exatamente isso o que o presidente disse". E acrescentou: "Eu presto muita atenção no que o presidente diz". A lição era clara. Mais do que procurar parafrasear o

presidente – como eu, afoito, havia feito –, é prudente registrar palavra por palavra o seu pensamento. Por alguma razão, Minas existe.

Outra lição aprendi quando o acompanhei, em Nova York, em entrevistas com líderes que desejavam manter contato conosco. Uma vez, com os israelenses (não me lembro se o interlocutor era Moshe Dayan ou Abba Eban), Magalhães Pinto ouviu sem interrupção por quase meia hora. Pediu-me então que falasse apenas o seguinte: "Diga a ele que o Brasil é a favor da paz". Só isso. Sabia que qualquer palavra ou conceito adicional poderia envolvê-lo em dificuldades com interlocutores com agendas muito precisas, e que sabiam infinitamente mais que nós sobre o que acontecia em seus próprios quintais.

Eram mestres, cada um a sua maneira, na arte do *understatement*, coisa valiosa em política, seja ela nacional ou internacional, e sabiam usar sua mineiridade ou mineirice – vale a pena distinguir as sutilezas de sentido entre essas duas palavras – para camuflar intenções e projetos. Daniel Krieger, Carlos Lacerda e Vitorino Freire, por exemplo, não sabiam manejar esse tipo de jogo que requer, além de grande astúcia, temperamento apropriado.

Eu tinha, como tenho até hoje, gosto pela diplomacia parlamentar. Como no Brasil era ator menor e atuava em picadeiro marginal – como continua a ser a América do Sul –, o nosso acesso aos grandes temas tinha que se fazer por meio dos instrumentos e foros que oferecem o multilateralismo. Era a maneira que então tínhamos – e em parte ainda continuamos a ter – de participar dos grandes temas e debates do nosso tempo.

Os temas mudam, e sua hierarquia também. Naqueles tempos, desarmamento, descolonização e desenvolvimento estavam no alto da agenda. E o chanceler Araújo Castro, sagaz, reuniu-os em uma aliteração, "os três D" que deviam nos ocupar e preocupar. De meio ambiente não se falava; a proteção dos direitos humanos era uma questão virtualmente insuscetível de tratamento internacional, já que a definição então aceita dos limites das soberanias nacionais fazia com que o tema fosse da alçada doméstica. A sua consideração pela comunidade internacional era vista

como intromissão potencial na esfera do que cabia exclusivamente a cada Estado nacional.

O D de desarmamento estava ligado ao inverno nuclear, que fatalmente se seguiria a um conflito com armas atômicas. Temia-se um traumático esfriamento do mundo, produto do levantamento de uma poeira ainda maior que a vista na inauguração de Brasília, e que cobriria o sol por período indefinido. Hoje perdemos o sono com o aquecimento global.

O medo da explosão demográfica (pululavam neomalthusianos de várias dimensões) era muito maior do que o do esgotamento dos recursos minerais não renováveis. A palavra "terrorismo", retirada a sua dimensão nuclear, não fazia sentido. Quando pela primeira vez ouvi a palavra "ecologia" – e isso aconteceu quase no fim da década de 60 –, não tinha ideia do que aquilo pudesse significar.

Se me falassem então de um mundo sem a União Soviética; que a China seria uma imensa potência industrial e comercial, vivendo em simbiose com os Estados Unidos; que um grupo de potências emergentes (entre elas, o Brasil) começaria a encontrar seu espaço; teria considerado tudo isso um desatino.

Já pensei em escrever um livro sobre tudo aquilo que, sendo previsto, não ocorreu na minha vida. E um segundo volume sobre tudo que era imprevisto e que de fato aconteceu. Gosto de pensar que Mark Twain tinha razão quando disse, já na velhice, que ao longo da vida tinha visto um grande número de problemas – a maioria dos quais nunca aconteceu.

Nas nossas reuniões semanais internas de avaliação do que acontecia na Assembleia Geral, os temas eram distribuídos seguindo os temários das grandes comissões e do plenário. O chanceler do dia, quando estava em Nova York, presidia a reunião. Era um luxo termos Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Araújo Castro conduzindo as reuniões, que se faziam em boa ordem e brevidade. Isto até que chegasse a hora de ouvir Gilberto Amado, nosso decano, decano da Sexta Comissão (a que tratava de assuntos jurídicos) e, sem sombra de dúvida, meu *maître à penser*.

Nossa relação começou tempestuosa e, com o tempo, não melhorou. Quando me apresentei, ele me disse que minha indicação para assessorá-lo mostrava como havia diminuído o seu prestígio. Em anos anteriores, havia

sido assessorado por Roberto Campos, por José Sette Câmara, por Ramiro Saraiva Guerreiro e... agora por mim. Não era um começo auspicioso, o que não impediu que eu logo me desse conta do vigor, da extensão e da originalidade de seu espírito. Aceitava minha admiração com completa naturalidade. Achava até pouco. Dizia mesmo que tínhamos um importante ponto em comum... uma imensa admiração por ele.

Gilberto Amado queria mais do que um assessor, no sentido habitual da expressão. Queria alguém que lhe prestasse serviços de toda sorte. Para me massagear o ego, e para me induzir a aceitar tarefas pouquíssimo prestigiosas, identificou em mim talentos especiais: para encontrar táxis, e cruzar ruas dando a ele apoio e segurança. Demoliu em mim convicções que eu carregava desde sempre sem reexame e sem uma reflexão maior. Falava mal do Brasil com graça e precisão, mas era dele mesmo a frase de que se considerava um detrator público e um adorador privado do Brasil. Dizia também, de maneira igualmente memorável: "Eu não gosto de quem não gosta do Brasil".

De seu repertório de maneiras de pensar e dizer podia-se fazer um livro. Explicava sua irascibilidade – e seus maus modos – por uma disfunção hipoglicêmica. Talvez essa explicação, em parte, tivesse fundamento, mas me parece que o motivo central era sua incompatibilidade com os tolos e a tolice, além de várias implicâncias e fobias que hoje, quase com a idade que ele tinha então, descubro que em boa parte herdei.

Detestava os perfumes fortes, a fumaça dos cigarros, os apertos de mão e a proximidade de pessoas resfriadas. Sabia-se feio – há uma página sua, memorável, sobre a primeira vez que se viu, já adulto, de corpo inteiro no espelho de um hotel em Recife – e tinha, por uma conformação defeituosa no maxilar, o hábito de comer fazendo que seu interlocutor assistisse, sem remédio, o processo de mastigação. Há um diálogo seu sobre esse tema com Oswaldo Aranha, que, almoçando com ele, em um determinado momento não se conteve e disse: "Gilberto, por que você não fecha a boca quando come?" Gilberto fulminou: "Oswaldo, por que você não fecha a boca sempre?".

Seus livros de memórias são extraordinários e seus ensaios, lúcidos. Sua poesia, no entanto, com uma ou outra exceção, sofre dos maneirismos

da época em que foi escrita. Há, contudo, um poema, "Minha Vida", que releio com prazer: ele mostra como seu espírito agitado e inquieto queria pausa e norma.

Quando se impacientava comigo, literalmente me ameaçava de morte; e dizia (o que era verdade) que havia matado um homem quando estava em sua plena maturidade e tinha muito a perder. Agora, acrescentava ele, na sua velhice, acabar comigo seria coisa que lhe pesaria pouco na consciência. Não cumpriu a ameaça, mas ela pairava sobre nós. E voltava a ser feita quando alguma palavra desastrada ou desatenção minha o exasperava de forma especial. Nunca acreditei plenamente que levaria a cabo essa intenção. Também nunca fiquei absolutamente tranquilo de que não pudesse acontecer.

Além dos deputados e senadores, nossos companheiros sazonais, havia o núcleo duro dos que estávamos ancorados em Nova York. Faço, mais uma vez, sua chamada: Cyro de Freitas-Valle era o chefe; Mário Gibson Barboza, o seu principal escudeiro; atrás vinham Geraldo de Carvalho Silos, Pedro Braga, Antônio Houaiss, Sergio Paulo Rouanet, Paulo Pires do Rio, Zoza de Médicis e o escriba dessas recordações. Era um bom time, tenho orgulho de ter sido parte dele.

Como acontece com toda missão diplomática, negociávamos para fora e para dentro. Muitas vezes o diálogo com a nossa matriz, na rua Larga, era mais complicado do que a negociação com os interlocutores externos. Era difícil, às vezes, fazer ver ao Itamaraty coisas que para nós, em nossa perspectiva, pareciam evidentes e, a rigor, sequer dignas de discussão. As dificuldades – e elas são intrínsecas ao exercício diplomático – iam das construções mais complexas às evidências mais claras e simples.

É um truísmo dizer que a diplomacia é uma arte e um ofício que requer flexibilidade e capacidade de ver e entender o outro, mesmo se no fim for preciso rejeitar em parte ou no todo os seus argumentos. Como dizia Charlie Chan, aquele falso detetive chinês de tantos filmes ruins dos anos 40 ou 50: "O espírito é como um paraquedas. Só funciona se estiver aberto". Mas há ocasiões – e não são infrequentes – em que o que importa é a firmeza e a clareza dos gestos e das intenções. Em última análise, não

é bom deixar o outro lado no escuro e sem saber o que podemos e o que não podemos aceitar.

Cyro de Freitas-Valle era nosso embaixador no Chile, e preparava-se a visita do presidente Gabriel González Videla ao Brasil. O Itamaraty só se referia a ele, em várias comunicações, como o presidente Videla. Cyro recordou que no Chile, como nos demais países de língua espanhola, a sequência dos sobrenomes era o oposto da nossa. Assim, o sobrenome paterno vinha em primeiro lugar, e o materno depois. Apesar disso, o Itamaraty insistia em só falar da visita do presidente Videla. Cyro novamente corrigiu. Quando isso não surtiu efeito, enviou uma mensagem final que, por sua clareza e brevidade, me parece ainda absolutamente exemplar: "Videla é a mãe".

Estou falando, talvez, bem demais dos mortos. É uma das poucas compensações, e talvez a única vantagem, que eles podem ter sobre os vivos. Lembro que Pedro Nava contava que uma vez foi ao Cemitério de São João Batista. Atrasado, pediu a um funcionário da Santa Casa que o acompanhasse até o ponto, relativamente distante, em que o sepultamento estava sendo feito. Ao caminhar, ia lendo as lápides eloquentes no elogio dos que ali estavam enterrados: só havia bravos soldados, marinheiros resolutos, magistrados impolutos, esposas amantíssimas, mães extremosas, médicos incansáveis, professores desprendidos. Maravilhado diante de tanta e tão unânime virtude, perguntou ao coveiro: "Onde é que vocês enterram gente que não presta neste cemitério?".

Já em 1961, as coisas aqui no Brasil e lá, nos Estados Unidos, começaram a andar pior. Chegavam as contas da Novacap e um longo ciclo de inflação se instalava entre nós. Em Nova York, a malograda e malsinada invasão de Cuba fez Kennedy parecer inepto e, em alguma medida, ingênuo. Os Estados Unidos ampliavam sua presença – ruim desde o início e mais tarde desastrosa – no Vietnã. Os problemas de direitos civis vinham cada vez mais à tona e a resistência racista do sul se fazia mais violenta e estridente. Com a crise dos mísseis em Cuba, chegamos mais perto do que jamais estivemos de uma guerra nuclear.

Isto tudo iria culminar em uma *saison* de assassinatos em que morreram os dois Kennedy e Martin Luther King. Para nós, o desenlace do ciclo seria

a interrupção da vida democrática, em abril de 1964, inaugurando um difícil percurso de quase vinte anos.

Em 1960 eu não via o caminho adiante, como não vejo hoje um palmo na frente do meu nariz. Não sabia ainda que "a função do futuro", como disse Alfred North Whitehead, "é ser perigoso". Perigoso ele continuará a ser. Divertido e surpreendente será também. E o meu único problema com ele é que, para mim, vai ficando curto.

A encrenca
A renúncia de Jânio, o peso do Vietnã e de Cuba na vida brasileira, a Guerra Fria e o golpe militar – os riscos da política externa nos anos 60[1]

Havana tinha, e suponho que continue a ter, um cheiro parecido com o do Rio de Janeiro. Falo do tempo em que a gente descia dos aviões por uma escada precária e caminhava até o terminal com a sensação, sempre agradável, de estar de novo em terra firme. Como a turbulência era a companheira natural das viagens de avião, pousar devolvia ao passageiro a perdida sensação de segurança. Os aeroportos nas duas cidades ficavam perto do mar e, ao cair da tarde, de olhos fechados e respirando a maresia tropical, eu não saberia dizer em que cidade estava.

Chegando da Cidade do México, de perfume e de alma tão diferentes, pousar em Havana era um pouco como voltar para casa. A retórica, tão nossa conhecida, já nos recebia com grandes letras assim que pisávamos em terra, anunciando que havíamos chegado ao Aeropuerto José Marti – Territorio Libre de America. A eloquência prosseguia em uma das ruas da cidade, num mural colorido no qual um guapo cubano anunciava a um Tio Sam medroso e caquético: *Señores Imperialistas: no les tenemos absolutamente ningun miedo*. Note-se que a veemência do desafio revolucionário era temperada pelo formalismo e pela cortesia da expressão *Señores Imperialistas*. A última vez que estive em Cuba o mural continuava lá.

Não estou certo se o que vou contar aconteceu em 1963 ou começos de 1964. Foi no tempo em que ainda mantínhamos relações diplomáticas plenas com o regime de Fidel Castro. Cuidávamos não apenas dos asilados refugiados na nossa embaixada, como de um número bem maior que se havia protegido em representações de países de relações diplomáticas

1 Memórias pouco diplomáticas | Edição 58, julho 2011.

cortadas com o regime cubano, e de cujos interesses tínhamos passado a cuidar.

Vasco Leitão da Cunha e Luís Bastián Pinto foram os nossos embaixadores nesses dias. E depois, como encarregado de negócios, ficou Carlos Jacintho de Barros, homem de bom gosto, de boa paz e incôngrua presença naquela fogueira revolucionária acesa por Fidel Castro.

Eram centenas os asilados e refugiados. Nas viagens que me traziam do México, onde os ventos da profissão me haviam ancorado, trazia comigo imensa bagagem de remédios, alimentos e outras encomendas para suprir as dificuldades que já afligiam o abastecimento em Cuba.

Tínhamos em Havana uma esplêndida chancelaria (na Avenida de los Presidentes) e uma não menos sedutora residência (em endereço do qual não me recordo mais). Perto de vinte anos depois, voltamos a ter relações diplomáticas com Cuba, e o governo de Fidel nos ofereceu a antiga chancelaria. Ela guardava, ainda que bem deteriorada, vestígios de seu antigo esplendor. Depois que a deixamos, ela foi, entre outras coisas, um hospital psiquiátrico – empreendimento talvez mais agitado, mas não tão diferente assim do cotidiano diplomático. Por boas razões, não a quisemos mais: a sua suntuosidade, apesar da degradação, não se coadunava mais com os novos tempos, não só dos cubanos como nossos.

Numa noite de Havana, reparei nos anúncios luminosos que continuavam a alegrar a noite caribenha. Ocorrera, contudo, mudança significativa. O nome dos produtos anunciados desaparecera. Além de não serem mais vendidos na ilha, eram também emblemas do detestado imperialismo ianque. Assim, um *Aféitese todos los días* não era mais acompanhado pelo nome "Gillette". *Beba la alegría de vivir* não precedia "Coca-Cola". *Los mejores coches* não anunciavam, como antes, carros da General Motors.

Os dizeres e as marcas de cada anúncio não seriam exatamente esses. Mas era bem assim o mecanismo de esvaziamento do significado, para que o significante vibrasse sozinho. O que antes era publicidade comercial havia passado a servir apenas como suporte para painéis luminosos que, ao evocar a tradição de vida noturna exuberante, supostamente ajudavam a manter alto o moral da cidade. E, ironicamente, serviam como plataforma

para exortações inúteis, como a do uso de lâminas de barbear naquela cidade de tantas e tão engajadas barbas.

Lembro-me dos shows no Tropicana. A música, como sempre em Cuba, era da melhor qualidade. Já os figurinos, cerzidos e remendados, assim como os cenários precários, mostravam que o desabastecimento havia atingido até o espetáculo mais alegórico da vida noturna. O antes aristocrático Havana Country Club havia sobrevivido, mas reencarnado como um improvável centro artístico cujo nome homenageava Patrice Lumumba. Entendo que voltou hoje a ser o que havia sido em sua origem.

Desse período de frequente ponte aérea entre a Cidade do México e Havana, eu não teria senão boas recordações, para as quais muito contribuíram a Coppelia e seus sorvetes, entre os quais os de morango e chocolate (que deram título a um ótimo filme), e os mojitos de La Bodeguita del Medio, não fosse a encrenca que tudo isso me valeu.

Anos depois, fui indicado para minha primeira chefia no Itamaraty – a da Divisão das Nações Unidas. Fiquei dias e dias sem resposta, até que o nosso chanceler, Azeredo da Silveira, me chamou para dizer que o Serviço Nacional de Informações, o SNI, havia vetado o meu nome. A comunidade militar de espionagem informava que eu, em diversas ocasiões, havia sido treinado em campos de guerrilheiros em Cuba.

Silveira – que havia sido meu embaixador em Buenos Aires, e que também tinha tido problemas com o sistema de inteligência – e eu ficamos perplexos. A suspeita nos parecia um disparate. Durante uma espera, que me pareceu longuíssima, fiquei pendurado, sem atinar o que se passara. Aí as coisas se esclareceram.

Duas companhias faziam a ligação regular entre México e Havana, a Cubana de Aviación e uma empresa aérea mexicana. E os serviços de inteligência lhes compravam, com pequeno gasto, as listas de passageiros desses voos. Nelas, eu aparecia com frequência, em missões entre diplomáticas e humanitárias que os tempos reclamavam. Imagino que, em vários desses voos, viajavam pessoas que, de fato, iam fazer treinamento em Cuba. Sem maiores cerimônias, fui colocado no mesmo saco.

Não é à toa que começo este artigo sobre a diplomacia na década de 60 com recordações de Cuba. É difícil, para um jovem de hoje, imaginar

o papel que Cuba e o Vietnã representaram no imaginário brasileiro naqueles anos.

A União Soviética e os Estados Unidos estavam paralisados pela capacidade nuclear dissuasória do adversário. Com base na certeza de que o antagonista seria capaz de destruir o seu potencial militar e industrial, e provavelmente a sua própria existência, as duas superpotências continuavam a ampliar seus arsenais de mísseis, submarinos e ogivas nucleares.

A escalada desatinada da corrida armamentista nuclear foi retratada num dos grandes filmes de qualquer época: Dr. Fantástico, de Stanley Kubrick. Mas, para além da arte, também há siglas que não só identificam entidades, mas, em certos casos, revelam a insanidade de uma situação histórica. Tanto que, para designar a aniquilação recíproca das superpotências, criou-se então o acrônimo MAD, que correspondia às iniciais em inglês das palavras *mutual assured destruction*. Captura, à perfeição, a loucura subjacente.

No plano geopolítico, União Soviética e Estados Unidos transferiam a rivalidade nuclear para lugares com algum valor estratégico, onde podiam obter dividendos sem o risco de um enfrentamento atômico. Com isso, Cuba e Vietnã viraram símbolos daquilo que estava em jogo, e das apostas que as superpotências faziam para frustrar as ambições hegemônicas do adversário.

Ocorre que nem Cuba nem o Vietnã tinham um relacionamento bilateral significativo conosco, ou eram parte de nosso horizonte geográfico, cultural ou comercial. Não tínhamos fronteiras em comum com eles. Apenas um punhado de brasileiros teria visitado, em algum momento, a Indochina. E algumas centenas, no máximo uns poucos milhares de brasileiros teriam ido a Havana e seus cassinos. Mas o valor simbólico do que acontecia naqueles dois países fez com que se tornassem temas do nosso cotidiano, objetos de discussões extensas e iracundas. Em certos círculos, o Vietnã importava mais que o Sergipe, Cuba valia mais que o Maranhão.

Anos depois, e antes mesmo do fim do ciclo dos governos militares, foi eliminada de nossos passaportes a cláusula que especificava que aquele documento de viagem não era válido para Cuba. Havana passou a ser um destino quase obrigatório dos brasileiros desejosos de prestar

homenagem ao país que, por tantos anos, haviam identificado como modelo, refúgio e aliado. Depois, como quase sempre acontece, o tempo correu, o ímpeto arrefeceu, a moda mudou e a visita a uma Havana cada vez mais empobrecida e irrelevante saiu do nosso roteiro.

Estive com Fidel Castro em várias ocasiões. Duas vezes jantei com ele, em sua casa em Havana. Tive como companheiro de mesa e de conversa Gabriel García Márquez, que mantinha com El Comandante en Jefe íntima amizade. Fidel, como sempre, falou sobre a condição do mundo e, apesar da *longueur* de seus comentários, o que dizia era relevante e perceptivo. Não gostava, pareceu-me, de falar sobre Cuba. As poucas vezes em que Cuba foi assunto – por provocação minha ou de outros convivas – mudou de conversa, e tornou a falar do mundo e dos grandes temas da agenda internacional. É como se achasse que, para um talento e uma ambição como as suas, Cuba fosse um palco insignificante, mais um constrangimento do que uma plataforma digna da sua estatura.

A última vez que o vi – já se vão alguns anos – usava ainda o uniforme de campanha, que começava a parecer uma fantasia imprópria para um senhor de avançada idade. Ao descer do carro, notei que não conseguia mais se inclinar e colocar o elástico das calças sobre os coturnos. Apareciam pedaços pálidos da sua canela, e um ajudante teve de se curvar para completar a operação.

Como Fidel, sua revolução envelhecera. O "homem novo" não surgira. O que parecia sustentar o regime eram os interesses criados por uma nova casta, que emergiu ao longo de quatro décadas. O seu melhor trunfo, a última fonte de legitimidade da revolução, continuava a ser a resistência ao poder norte-americano.

O Vietnã era um símbolo talvez ainda mais poderoso do que Cuba. O fato de que, depois de longos anos de combate, houvesse conseguido derrotar sucessivamente a França e os Estados Unidos havia criado uma mitologia em torno da astúcia e da tenacidade das forças militares vietnamitas e do estoicismo de seu povo. A derrota dos americanos criou a expectativa de que um, dois, três, muitos Vietnãs poderiam ser criados da noite para o dia, que insurreições artificiais seriam vitoriosas. Che Guevara morreu, isolado na Bolívia, por acreditar nessa miragem.

O Brasil não podia escapar das radicalizações e das paixões daqueles tempos. Mas, até a renúncia de Jânio Quadros, conseguira amortecer o impacto das ondas de choque que nos chegavam de todos os lados. De alguma forma, o país era protegido pelo que sobrava do otimismo, da agenda interna e da autoconfiança dos anos JK.

A renúncia de Jânio, em 25 de agosto de 1961, foi um dos gestos mais surpreendentes e mais difíceis de perdoar da nossa história. Jânio não só conseguiu surpreender os adversários, o que costuma ser útil em política, como deixar desarvorados os seus aliados e perplexo o país inteiro, coisa que certamente ninguém recomenda.

No último governo de Getúlio Vargas, assim como no de João Goulart, durante semanas, e mesmo meses antes de seu fim, nuvens pesadas se acumularam sobre a atividade política. Os presságios eram de que os dois ciclos terminariam antes das datas constitucionalmente estabelecidas. No caso da deserção de Jânio, nada disso aconteceu. Tão inesperada foi que não recordo tivesse sido prevista pelos melhores analistas, ou pelos atores, principais ou secundários, da cena política. Não houve PhD, vidente, raposa mineira ou jogador de búzios que profetizasse aquilo.

Durante anos, a motivação da renúncia de Jânio (ou a falta dela) foi tema de discussões e especulações. No mais das vezes, se atribuiu o gesto a um surto de aguda instabilidade emocional, potencializado por ingestão robusta de álcool. Hoje se vê com clareza uma tentativa bisonha e desastrada de golpe político, para reforçar os poderes do presidente.

Um livro pequeno e luminoso, A Renúncia de Jânio Quadros, publicado por Carlos Castello Branco, muitos anos depois, em 1996, oferece uma explicação convincente, e a meu ver definitiva, sobre o que de fato aconteceu. O autor, que era assessor de imprensa do Planalto, esclarece a trama e os motivos de Jânio e de alguns de seus principais colaboradores.

Um recurso retórico dos nossos homens públicos quando renunciam – ou até mesmo quando se despedem da vida, como foi o caso de Getúlio Vargas – é o de não dar nomes aos bois. Preferem referências crípticas a "forças ocultas", como na carta-testamento de Getúlio, ou às "forças terríveis" da carta (na verdade, mais um bilhete) de Jânio.

Talvez essas duas expressões servissem tão somente para identificar Carlos Lacerda, ele, sim, *enfant terrible* da política, flagelo de quem governava o Brasil, mas que, sabendo como ninguém derrubar presidentes, não soube articular sua própria elevação ao cargo que por tanto tempo, e com tanto afã, ambicionou.

Corrijo logo o que acabo de escrever. O fim de Getúlio teve ingredientes de uma verdadeira tragédia. O autogolpe de Jânio foi, a rigor, uma farsa. Mas que abriu um longo ciclo de instabilidade, autoritarismo, sofrimento. Repito: é difícil, senão impossível, perdoá-lo.

Jânio sabia o impacto que sua renúncia provocaria. Para aumentá-lo, escolheu o momento em que o vice-presidente Jango Goulart estava em Pequim. De uns anos para cá, estar em Pequim é coisa inteiramente natural. Costuma indicar a procura de oportunidades de investimento ou a negociação de pontos controvertidos de nossa cada vez mais densa e diversificada agenda bilateral. Ou, ainda, o reforço de nossa crescente aproximação, como sócios que somos – China e Brasil – do pequeno grupo de grandes países emergentes, seja no G20, seja no círculo mais restrito do BRIC.

No início dos anos 60, contudo, estar em Pequim era sintoma de uma temerária identificação ideológica com a cidade que, com Moscou, era polo do comunismo internacional. A circunstância de Jango estar em Pequim o tornava ainda mais suspeito para setores amplos e retrógrados, militares e civis, da sociedade brasileira.

Se a história do Brasil está pontilhada de episódios que evidenciam a mediocridade ou a falta de visão de seus líderes do momento, a renúncia de Jânio é um ato singular nos nossos anais: ela se afasta das práticas habituais do bom-senso, mesmo que pedestre, que são uma constante de nosso comportamento político e diplomático.

É uma questão impossível de responder, e talvez inútil de formular, o que teria acontecido conosco se naqueles idos de agosto Jânio não renunciasse, e tivesse completado o mandato para o qual havia sido eleito com folgada maioria. Por um lado, é difícil conceber que o Brasil pudesse ter escapado da onda de autoritarismos que varreu a América Latina naquela quadra. Por outro, é possível imaginar um cenário menos dramático, com

as nossas contas sendo saneadas (o que era promessa eleitoral de Jânio) e Juscelino Kubitschek regressando, não ao Catete, mas agora ao Planalto, para uma possível continuação dos anos dourados.

Em vez disso, tivemos os anos de chumbo. Pagamos todos pela maquinação de Jânio. Apesar de sua trajetória futura ter resgatado algo de sua credibilidade, continuo a vê-lo como o principal responsável por boa parte de nossos infortúnios. Quase me dei mal, muitos anos depois, quando insinuei que o suicídio de Getúlio, a renúncia de Jânio, a incapacitação de Tancredo Neves e o *impeachment* de Fernando Collor sugeriam que Deus era apenas ocasionalmente brasileiro.

Duas palavras sobre Jango Goulart. Ele não tinha estatura para ser presidente. E, no entanto, coube-lhe navegar em águas agitadas e traiçoeiras, que reclamavam no timão homem com qualidades que, infelizmente, ele não possuía. Seu exílio foi longo, demasiado, cruel. Embora no Uruguai estivesse perto das paisagens dos tempos de sua formação, foram anos de um melancólico decaimento físico e político. Não pôde, como deveria, terminar seus dias em terras brasileiras.

A década de 60 foi o auge da Guerra Fria, impasse que durou quarenta anos, desde o bloqueio de Berlim até a queda – ainda em Berlim – do muro que dividia aquela cidade e servia de fronteira para as duas superpotências. Foi um período em que todas as iniciativas de política externa eram pesadas e analisadas como lances no grande tabuleiro da disputa entre soviéticos e americanos. Quase nada podia ser examinado apenas em seus méritos intrínsecos, nem legitimado à luz apenas de interesses nacionais. Tudo era medido pela sua utilidade para cada um dos lados em luta.

Como a dissuasão nuclear havia proibido, de fato, que se chegasse a uma Terceira Guerra Mundial, os dois gigantes militares brigavam por meio de interpostos países. Promoviam os chamados "conflitos regionais", nome que se dava aos enfrentamentos militares, geralmente de baixa intensidade e em regiões periféricas. A defesa da liberdade era a bandeira dos Estados Unidos, e a causa da paz e do socialismo, o emblema da URSS. Como num monumental jogo do bicho planetário, uns apostavam na águia americana e outros faziam fé no urso soviético.

Era, ao mesmo tempo, mais fácil e mais perigoso do que hoje fazer política externa. Mais fácil porque o mundo estava dividido em quadrantes: o Norte e o Sul, o Leste e o Ocidente. E predominava um considerável imobilismo e previsibilidade no jogo internacional. Perigoso porque todos os países eram enquadrados ao longo desses dois eixos, não havendo espaço para exercícios de autonomia nacional.

Por isso, no começo de 1961, quando o Brasil lançou, pela voz sempre eloquente de Afonso Arinos de Melo Franco, as bases do que viria a ser chamado de "política externa independente", rótulo que hoje parece simplesmente natural, senão banal, o gesto teve grande repercussão externa e interna.

Formular e implementar uma política externa "independente" era um imenso, e talvez impossível, desafio. As duas alianças militares e ideológicas que se enfrentavam exigiam subordinação, cobravam adesão às ideologias que professavam, e reclamavam fidelidade aos modelos de organização econômica que capitalismo e comunismo representavam.

Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Araújo Castro tiveram que se haver com essa situação. Foram três homens públicos extraordinários. Eles formularam conceitos que até hoje me parecem apropriados para definir a inserção internacional do Brasil. Não havia em nenhum dos três (e disso posso dar um testemunho muito enfático, por ter convivido e trabalhado com eles) nada que não fosse a expressão de uma racionalidade desprovida de radicalismos ou simplismos. E essa racionalidade foi o instrumento intelectual de que se serviam para procurar definir um perfil à atuação externa do Brasil.

Não viveram o bastante, os três, para navegar nos mares mais serenos de hoje. Nem puderam ver o Brasil cumprir grande parte do seu projeto de inserção no mundo. Nos tempos tumultuados que foram os seus, essa meta lhes parecia remota e talvez inalcançável. Mas ela lhes serviu de norte. Como escreveu Kaváfis: Honra àqueles que Termópilas fixaram em suas vidas para as defender.

Fomos, desde o início, observadores do Movimento dos Países Não Alinhados. Pelas razões acima expostas, nunca nos oferecemos para ser um membro pleno do Movimento. Desde a reunião de sua criação, em

Bandung, na Indonésia, encontramos na posição de observadores o nicho da nossa conveniência.

Quando chefiei a delegação brasileira durante a Cúpula dos Não Alinhados, em Nova Délhi, em 1983, o ministro das Relações Exteriores da Índia (e depois primeiro-ministro) Narasimha Rao disse-me, com um grão de ironia, que fazia perto de trinta anos que o Brasil observava os não alinhados. E que lhe parecia que já havíamos tido tempo suficiente para *make up our minds* e entrar como membros plenos do Movimento. Disse-lhe que nossa posição não era um ritual de passagem, mesmo que demorado, e que continuaríamos a ser apenas *founding observers* dos não alinhados. Com isso, pareceu dar-se por satisfeito.

O imperativo de pertencer, por convencimento ou coação, a um ou outro campo na Guerra Fria ou a necessidade de buscar no não alinhamento um espaço para respirar – e esse espaço era mais ilusório do que real – fazia com que as questões de política externa se fizessem intensamente presentes nos debates internos do país, e dificultassem que certos temas fossem vistos pelos seus méritos e tratados com o necessário distanciamento e objetividade.

Escolhi dois exemplos que me parecem melhor ilustrar o que procuro dizer, Vietnã e Cuba. Haveria outros, como o conflito entre árabes e Israel, certamente o mais rancoroso e intratável problema desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a batalha pela libertação da Argélia e o processo, ora pacífico ora violento, da liquidação dos antigos impérios coloniais.

Para nós, a questão mais conflituosa e emocional foi o desmonte do império colonial de Portugal. Ficamos por longos anos reféns de uma eficaz manipulação por parte do regime salazarista. Nossa posição foi, por muito tempo, há que reconhecê-lo, simplesmente indecorosa. Para nossa vergonha, também não tivemos política melhor, durante anos, sobre o regime de *apartheid* na África do Sul.

O Brasil procurou, nas décadas subsequentes, quitar a dívida contraída com os africanos e, sobretudo, com os países mais próximos a nós pela vizinhança do Atlântico Sul. Essa correção de rumos e o estabelecimento de uma confiança recíproca foram feitos. Como tantas vezes acontece,

fazer o moral e o politicamente apropriado nos deu, e continua a dar, dividendos econômicos e comerciais.

Depois que Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Araújo Castro saíram de cena, a política externa nacional foi conduzida por pessoas que não tinham a qualidade extraordinária dos nossos triúnviros. Mas apenas em Juraci Magalhães observei uma adesão entusiasta à ideia de um alinhamento automático com os Estados Unidos. Seus sucessores – sobretudo aquele astuto e prudente Magalhães Pinto – sabiam que estávamos um pouco fora de rumo, e nos distanciávamos de teses que nos eram caras. Aquilo não podia durar. E não durou.

Faço esses comentários de natureza abrangente para mostrar como, naqueles tempos de intensa rivalidade ideológica – quando as metáforas dos grandes reduziam os países a dominós que poderiam cair um após o outro, e tombar finalmente na zona de influência da superpotência rival –, a realidade era, no fim das contas, mais rica que os esquemas das chancelarias.

É importante não esquecer que, na expressão que define aqueles tempos, a palavra "fria" apenas qualificava o substantivo "guerra". No grande embate, quase tudo foi negligenciado ou manipulado para que um lado pudesse, no fim do ciclo, declarar-se vencedor e se identificar como o herdeiro da história. Como sempre acontece na lógica das grandes rivalidades e dos grandes conflitos internacionais, depois de certo momento os valores foram postos de lado. E o que se buscou foram alianças ou coligações capazes de alterar em benefício próprio o equilíbrio de forças.

Quando a Revolução Francesa fez 200 anos, Chu En-lai disse que era cedo para se fazer uma avaliação do que aquilo tinha representado na história. É por isso que procuro não fazer julgamentos peremptórios sobre a década de 60. Tenho apenas o impulso de corrigir uma impressão que vai se consolidando. Naquele tempo, no Brasil e no mundo em desenvolvimento, a batalha não me parecia ser entre a democracia e a ditadura. O que havia era uma luta entre dois modelos de autoritarismo: o de inspiração marxista-leninista e o que se concentrava na direita e nas forças militares.

O triunfo da democracia representativa, a defesa dos direitos humanos e a preocupação ambiental viriam anos mais tarde. Espero que, dessa vez, para ficar.

A morte sem os mortos
Onde quer que esteja, descanse em paz Alfredo Carlos Alcoforado[1]

Houve tempo em que, já no apagar das luzes, um homem eminente deixava uma frase ou pensamento que, de alguma forma, resumia sua trajetória, ou então indicava as suas esperanças ou dúvidas sobre o além. Cruzei, faz pouco, com um livro que pretende ser – e provavelmente é – a última palavra em matéria de últimas palavras. O seu autor é William Brahms, que organizou uma verdadeira enciclopédia de frases terminais. Juntou nada menos do que 3 500 delas.

Como sou amigo de listas, catálogos e de quaisquer enumerações longas e minuciosas, me interessei pela obra. E lamentei que a tradição das *famous last words* pareça estar chegando ao fim. Antes, mesmo em situações inesperadas e traumáticas, Júlio César, ao ser apunhalado no Senado, em Roma, pelo que acreditava ser sua base aliada, encontrou coisa memorável a dizer.

Houve ainda o caso daquele almirante holandês que afundava com seu barco ao largo da costa brasileira, no século XVII. Ele não só conseguiu articular palavras, que pretendia duradouras, como, para atender a dúvidas gramaticais, teria voltado à superfície para oferecer alternativa à pronúncia controvertida de uma delas.

Durante a guerra contra os holandeses, o navio do impávido almirante holandês Adrien Pater foi afundado pelos brasileiros na chamada Batalha dos Abrolhos. Conta a lenda que Pater, vendo a belonave ir a pique, atirou-se no mar, bradando: "O oceano é o único túmulo digno de um almirante batavo!". Teria, em seguida, voltado à tona e esclarecido: "Ou bátavo, como dizem alguns", antes de afundar de vez. A frase soa apócrifa. Sempre me foi relatada como tendo sido dita em português, língua que

1 Memórias pouco diplomáticas | Edição 61, outubro 2011.

aquele bravo lobo do mar por certo não dominava, e muito menos saberia das divergências – quanto mais in extremis – entre "bátavo" e "batavo".

Um amigo me disse que o fim das frases terminais seria o resultado de que gente importante agora morre entubada, em centros de tratamento intensivo. Ele acha que pouca gente morre cedo, e mesmo os velhos morrem muito mais velhos do que antes e menos suscetíveis a sucumbir às tentações da retórica. O amigo também pensa que, ao pé de um leito derradeiro, não se reúnem mais, como outrora, companheiros e admiradores. Ele considera, por fim, que não se encontra com naturalidade um anotador de palavras memoráveis de despedida.

Com as palavras finais, foram desaparecendo – ou já desapareceram – as máscaras mortuárias, a oratória na beira da cova, as capelas ardentes, as fotografias no leito fúnebre, as mechas de cabelo, os lenços bordados, as joias oferecidas como mementos e tudo o mais que serviria de lembrança daquele que havia partido, e de consolo para os que ficavam.

Acho que também aqui, na nossa terra, um ciclo se esgotou: a morte, irremediavelmente, tem perdido prestígio. Costuma vir desacompanhada das manifestações mais visíveis e perduráveis de pesar e saudade. Não vejo mais grandes jazigos serem construídos. Faz tempo que não assisto a enterros multitudinários, como era comum. Findou a tradição do luto no vestuário, que se estendia por muitos meses, e mesmo anos, ao longo dos quais se transitava do luto fechado ao luto aliviado, com cada etapa do trajeto definida por um código cromático preciso. O consolo pela partida chega mais depressa para os que ficam.

Só sobrou o hábito muito nosso de publicar na imprensa grandes anúncios funerários, que refletem por seu número e extensão o prestígio do morto. Neles, ocasionalmente, pode a viúva (alegres ou tristes, as viúvas ainda são, estatisticamente, bem mais frequentes que os viúvos) incluir mensagens de adeus e saudades eternas, de cuja sinceridade não tenho por que duvidar, mas que me parecem de gosto duvidoso, pois tornam públicos sentimentos que melhor se expressam em privado. Mesmo isso começa a escassear, na medida em que os anúncios de missas de um mês e de um ano vão se tornando infrequentes. O sétimo dia parece ser hoje o limite da nossa memória.

Faço uma pausa botânica: mesmo uma flor, o cravo, associado a enterros e defuntos, saiu inteiramente de moda; faz anos não vejo um deles sequer em buquê, coroa ou lapela.

Mais do que os grandes símbolos do pesar, o que desaparece em primeiro lugar é o próprio morto, logo incinerado. Essa prática, recente entre nós, desempregaria, se ainda existissem, os guardiães (religiosos e laicos) de relíquias, atividade que já foi extensa, controvertida e, sobretudo, rentável. Os coveiros ficarão, também eles, amplamente desempregados. Foi o que ocorreu com os estivadores, declarados obsoletos pela chegada dos contêineres.

Cada vez mais, *les morts vont vite*, como se a aceleração das coisas entre os vivos acelerasse igualmente o despacho dos mortos. Ainda mais nos trópicos, onde as circunstâncias do clima não permitem uma espera salubre até o sepultamento ou a cremação.

Tais reflexões se me ocorrem sempre nas vésperas do Dia de Finados, que, na minha infância e mocidade, era uma data majestática. Não existiam – e mesmo que já existissem, não tinham a repercussão e visibilidade de hoje – o Dia das Mães, nem o dos Pais, nem o dos Namorados, nem o da Criança, nem o do Amigo, nem o do Índio, nem alguns outros que o comércio inventou. Promotor oculto de tantas de nossas emoções, ao se dar conta de que os defuntos eram homenageados com umas poucas e murchas flores, e que Finados não mobilizava lançamentos ou impulsionava vendas, o comércio criou outros Dias.

Só no México a presença dos mortos continua tão viva como antes. O Dia dos Mortos é talvez a festa maior do calendário de lá. Nos cemitérios, vivos e mortos se reúnem e há comes e bebes, embalados por música contagiante. Essa atitude vem de outra tradição que não a judaico-cristã, e continua vigorosa e intacta. Quando ali servi, aderi à festa. Dei e recebi pequenas caveiras de açúcar. Levavam meu nome quando eram para mim, e colocava o nome daquele ou daquela a quem eu presenteava.

No Itamaraty, para os diplomatas chefes de missão que morriam em posto, fora do Brasil, havia uma segunda cerimônia, com grande pompa, quando os despojos voltavam ao solo pátrio. Eram-lhe prestadas honras militares, equivalentes às que havia recebido antes, no país em que estava

acreditado. Um embaixador, nesses casos, tinha o direito a duas mortes, lá e cá, como aquele boêmio baiano que Jorge Amado inventou e cujo berro ainda ecoa.

A glória póstuma era subtraída, em alguma medida, pela classificação que o corpo recebia para que, embalsamado, pudesse entrar no Brasil devidamente rotulado. Na nossa nomenclatura alfandegária, era chamado de "exemplar de história natural", o que correspondia aos fatos, mas nada acrescentava à reputação.

A pompa e a circunstância que acompanhavam os enterros de personalidades públicas encontram um momento absurdamente majestoso no sepultamento, em 1838, da perna de um presidente do México, o general Antonio de Santa Anna. Em confrontos sucessivos com os Estados Unidos, ele perdeu a metade do território mexicano. E que metade! Perdeu o Texas, o Novo México, a Califórnia, o Arizona, Nevada, o Colorado e alguma coisa mais. Perdeu ele, enfim, em Vera Cruz, a sua perna (nesse caso, em luta com os franceses), que ali mesmo foi enterrada com as honras devidas a um chefe de Estado.

O raciocínio era perfeito. Se o presidente, como um todo, merecia essas honras, uma parte sua não podia receber menos. Assim foi feito. A história não acaba aí. Exumada, a perna seguiu para a Cidade do México, onde mais uma vez foi enterrada, com honras ainda superiores. Há, ainda, uma perna sobressalente do general Santa Anna, feita de cortiça, que está no Museu Militar de Illinois, nos Estados Unidos. O membro foi capturado depois de uma batalha – o chefe mexicano, previdente e escaldado, não queria depender de uma só prótese em meio a tantas derrotas e subtrações.

A morte não tem sido garantia de um pouso final para o corpo de um notável defunto. Visitei, por dever de ofício, e em andanças diplomáticas, dois túmulos de Cristóvão Colombo, que carregava o título singular de almirante maior do Mar Oceano. Um na República Dominicana e outro na Catedral de Sevilha. Deram-me garantias enfáticas, em cada caso, que estava visitando a sepultura certa. Em uma delas hão de estar, espero, seus despojos. Ou, quem sabe, estejam escondidos num terceiro jazigo.

Os soldados brasileiros mortos na Segunda Guerra Mundial foram retirados daquele comovedor cemitério em Pistoia, na vizinhança de Luca

e Pisa, e trazidos para o Brasil. O motivo: o comandante da nossa Força Expedicionária, marechal Mascarenhas de Morais, havia prometido às mães dos pracinhas trazê-los de volta. O nosso único cemitério militar na Europa foi assim desfeito. Enquanto os americanos podem reverenciar seus mortos nas costas da Normandia, e os franceses em Verdun, entre tantos cemitérios de países combatentes, vencedores ou vencidos, o Brasil perdeu o único campo a mostrar que, num grande conflito mundial, combatemos com grande sacrifício do lado certo.

A morte também não trouxe paz nem sossego para o corpo de Eva Perón, que viajou pelo mundo e após vários incidentes terminou, finalmente, em Buenos Aires. Há um fascinante ensaio de V. S. Naipaul, Prêmio Nobel de Literatura, intitulado *The Return of Eva Peron* [A volta de Eva Perón], que deve ser leitura obrigatória para quem, como eu, gosta de peripécias e, sem fazer distinções, se interessa tanto pelas que acontecem aos vivos quanto aos mortos.

Evita jaz hoje no Cemitério da Recoleta, que é pequeno e fica na parte mais elegante da cidade. Para ter a visibilidade de um enterro na Recoleta, a família recorre, às vezes, a uma fraude interessante: aceita que mais tarde o corpo seja trasladado para o grande Cemitério da Chacarita, onde há espaço, mas que não confere ao defunto o prestígio do primeiro endereço.

Servindo em Buenos Aires como primeiro-secretário, no começo da década de 70, quando Juan Domingo Perón retornou à Argentina casado com Isabelita (que havia conhecido como dançarina no Panamá, e que se chamava, de fato, María Estela), vivi anos de não pouco sobressalto. Foi turbulenta a travessia entre a etapa que encerrava um período militar e o novo ciclo de ascendência peronista, que então começava. Não estive lá para assistir à volta do corpo de Evita, que se deu poucos anos depois. Estava lá, sim, para acompanhar o retorno de Perón, recebido com uma verdadeira batalha campal entre facções de seus aliados no trajeto do aeroporto de Ezeiza ao centro de Buenos Aires.

Esses enfrentamentos, conhecidos como a Batalha de Ezeiza, envolviam os peronistas de esquerda (Montoneros e outros) e os peronistas de direita, que se reuniriam mais tarde na Aliança Anticomunista Argentina (a Triple A),

capitaneada por José López Rega, um Rasputin portenho que tinha o apelido merecido de El Brujo.

Na porta de todo grande prédio de Buenos Aires desse tempo, ao se comemorar qualquer data, havia tanto guardas e parafernália de segurança quanto convidados. Um assunto habitual de conversa era saber quem tinha sido sequestrado, como tinha sido o resgate e especulava-se sobre quais haviam sido as condições negociadas.

O palácio que abriga nossa embaixada em Buenos Aires se havia transformado numa espécie de fortaleza. Tínhamos uma lotação com mais agentes da nossa Polícia Federal do que diplomatas – além de importante reforço de seguranças locais – e dispúnhamos, literalmente, de um arsenal com armas e munições. Chegamos mesmo a fazer, nós diplomatas e adidos, alguns exercícios de tiro nos estandes da Polícia Federal argentina. Tivemos resultados bastante modestos.

Obras foram feitas para aumentar a segurança das nossas propriedades. Várias delas desfiguravam a esplêndida arquitetura daquela mansão. As portas da embaixada não eram mais abertas de par em par e sem hesitação, como é o padrão de hospitalidade da função diplomática, mas lenta e cuidadosamente, para diminuir os riscos de uma agressão ou de um sequestro.

Vistas com os olhos de hoje, as precauções parecem excessivas. Um único disparo nos atingiu em todo esse período. E foi causado pelo homem extraordinário que foi Expedito de Freitas Rezende, ministro conselheiro e número dois da nossa representação. Por não ser absolutamente do ramo, ele fez com que sua arma disparasse, de forma involuntária, provocando grande barulho e tropel. Conheci o buraco deixado pela bala de Expedito no teto do quarto onde estava temporariamente hospedado. Como nós, no Itamaraty, gostamos de conservar testemunhos do passado, é possível que o orifício continue lá.

Trago Expedito de Freitas Rezende à tona, em primeiro lugar, porque era do Piauí. Mais precisamente, era de Piripiri, e ouso afirmar – sem medo de contestação – que é o mais ilustre filho da cidade. Foi ele autor de um feito diplomático de quase impossível duplicação: levou até seu estado

natal o papa João Paulo II, que fazia a primeira visita de um pontífice máximo ao Brasil.

Além de grande sagacidade diplomática e um sólido conhecimento da história, sobretudo a da Bacia do Prata, tinha duas características físicas inesquecíveis. Sua cabeça era enorme, abaulada e precedida de uma extensa testa. O conjunto surpreendia pela monumentalidade. E levava os inexperientes a imaginar que fosse anomalia ou doença.

Uma vez, ao desembarcar num aeroporto escandinavo, Expedito foi separado pelo médico de plantão, que, com tato, lhe perguntou sobre a portentosa cabeça. O diplomata, com ânimo de tranquilizar, declarou que na sua terra muitas cabeças eram assim. Por isso, ficou retido até que tudo se esclarecesse. À luz da informação, o serviço médico escandinavo temia que pudesse se tratar de fenômeno não só grave como contagioso.

Sua outra peculiaridade eram os olhos – um deles apontava acentuadamente para um lado. Quando se dava um papel para que Expedito lesse, em vez de colocá-lo de frente, ele colocava as folhas resolutamente ao lado da cabeça. O gesto, imprevisível, causava alarme.

Certa noite, saímos do Colón – então como hoje uma das principais casas de ópera do mundo – e andamos pela *calle* Libertad para cumprir o que era um agradável costume de Buenos Aires: ir comer alguma coisa no vizinho Zum Edelweiss, restaurante que ainda existe, mas vive muito mais da tradição do que de seu acanhado presente.

Não formávamos um grupo compacto, sequer nos conhecíamos todos. Éramos duas dúzias de pessoas de idades salteadas, que iam desde confirmadas senectudes até gente moça, meu caso. Em direção a nós, em sentido contrário, vinha uma manifestação peronista. Ela era fácil de reconhecer, devido à invariável cadência dos bumbos que abrem seu caminho, e pelas palavras de ordem rimadas que servem de fundo sonoro. Mais que isso, o hino do "justicialismo" era o canto dos argentinos dentro ou fora dos estádios, em momentos de vitória ou esperança dela.

Não tínhamos como dela escapar nem como nos esconder. Procuramos nos fazer invisíveis nas sombras e colados às paredes. Mas o contraste era imenso entre o punhado de senhoras de vestidos longos e peles, ladeadas por senhores de *black tie*, e o grupo muito mais numeroso, vigoroso e

barulhento que se aproximava. Era a velha Argentina intimidada e acuada pela emergência de novos, herdeiros dos "descamisados" originais.

Como se fossem mantras, os manifestantes repetiam sem cessar dois estribilhos. O de efeito mais mágico era a invocação, já então ritualizada, ao espírito tutelar de Evita: *Se siente, se siente*, Evita está presente. O canto, reiterado como um lamento, acabava por ter um efeito alarmante: levava a crer que, repetida tantas vezes e por tantas vozes, a convocação acabaria se materializando. O outro era um refrão de apoio a Salvador Allende, naquele momento ameaçado pelas forças opostas ao seu projeto político. Nas duas invocações havia um fervor que costumo associar com o espírito mesmo de Buenos Aires.

Enviamos uma delegação prestigiosa para a posse de Héctor Cámpora como presidente da Argentina. Era ele apenas um preposto de Perón, escolhido por sua fidelidade ao general, e o próprio lema de sua campanha já prenunciava a fragilidade e a brevidade de seu mandato: *Cámpora al gobierno; Perón al poder*.

Foram só dois meses de permanência de Cámpora na Casa Rosada. Terminado o intervalo, Perón voltaria ao governo como cabeça da chapa Perón–Perón, já que Isabelita tinha sido eleita vice-presidente – prenunciando o esquema que seria recriado pelo casal Kirchner mais de trinta anos depois.

O dia da posse foi caótico. Nossa delegação enfarpelada preparou-se para um dia de eventos encadeados, que começaria com uma cerimônia religiosa na Catedral de Buenos Aires (a religião católica era a religião do Estado e, como acontecia com muitos dos nossos vizinhos, a chancelaria era, oficialmente, el Ministério de Relaciones Exteriores y Culto) e se fecharia com uma grande recepção.

Só três presidentes estrangeiros estiveram presentes: Osvaldo Dorticós, de Cuba, Juan Bordaberry, do Uruguai, e Salvador Allende, do Chile. A título de ilustração de como os tempos eram perigosos, vale lembrar que Allende e Dorticós terminaram se suicidando (embora em condições e datas bem diferentes) e Bordaberry morreu em prisão domiciliar.

A ferocidade das clivagens sociais e ideológicas na sociedade argentina era acentuada. O enfrentamento entre o peronismo e as oposições era

profundo e rancoroso. Diante dos distúrbios, nossa delegação foi aconselhada pelas autoridades locais a regressar à embaixada, e ficou acompanhando pelo rádio e pela televisão o que acontecia lá fora.

O Perón que voltou em 1973 era uma sombra do que tinha partido dezoito anos antes. Restava o gesto largo, a astúcia e a ambiguidade no emprego das palavras. Tinha também uma verdadeira sabedoria em falar aos grupos e setores desencontrados que davam forma ao peronismo e que tinham, no culto a ele, um dos poucos, senão o único, sentimento compartilhado. Perón estava cansado. Talvez intuísse que voltara para morrer. Não tinha nada de novo a dizer e cansava-se ao repetir o que dissera.

Mais do que antes, era críptico. Suas palavras eram mais oraculares do que cartesianas. Tudo o que dizia se prestava a uma ciranda de leituras e interpretações bizantinas. Não procurava mais governar ou dirigir. Bastava-lhe ser o símbolo do movimento que levava seu nome. Queria-se como referência na vida política argentina.

Tenho uma pequena história de Perón que gosto de contar e que me parece retratar o temperamento e estilo dos nossos dois países. Deu-se quando ele e o nosso presidente Eurico Gaspar Dutra se encontraram na Ponte da Amizade, que unia Uruguaiana a Paso de los Libres. Perón veio flanqueado de ajudantes de ordens. Vestia o primeiro uniforme do Exército argentino, de túnica branca. Dutra vinha à paisana e com passos miúdos. Os dois se encontrariam no meio da ponte. Ao se aproximarem, e a uma distância suficiente para trocarem palavras, Perón ergueu os braços e saudou teatralmente o "hermano Dutra", que, chegando mais perto, disse em voz mais baixa: "Hermano não. Eurico".

Uma coisa que sempre me impressionou na Argentina foi a diferença de alma entre a cidade e o campo. Nas cidades, os desentendimentos entre grupos e ideias são numerosos, e muitas vezes violentos. No campo – sobretudo no grande pampa – parece haver uma verdadeira harmonia entre patrões e peões, e uma ampla tradição de trabalho compartilhado.

Como a escravidão acabou cedo, e também nunca foi significativa nos pampas, o convívio se deu sempre entre pessoas livres, e muito mais homogêneas em termos de cultura e etnia. Os números eram também

pequenos, o que facilitava um espírito de aproximação e solidariedade naqueles imensos espaços.

Em momento de grande tumulto urbano e de acentuada radicalização política, uma grande senhora argentina teria dito, de forma memorável: *Si viene el comunismo yo me voy a la estancia*. A frase é citada como uma versão gaúcha do comentário atribuído a Maria Antonieta de que, na falta de pão, o populacho deveria se alimentar de brioches. Não creio ter sido exatamente essa a intenção da senhora, embora a ideia de que, num regime comunista, ela pudesse conservar suas terras e seu gado não lhe parecesse inverossímil.

Cheguei a conhecer bastante a suposta autora da frase, Stella de Cárcano. Com o marido, eram donos de uma maravilhosa propriedade na serra de Córdoba, a Estância San Miguel. Os Cárcano são amigos históricos do Brasil. O primeiro da linhagem foi dom Ramon Cárcano, governador de Córdoba e embaixador argentino no Rio de Janeiro, entre 1933 e 1938. O filho, o igualmente eminente Miguel Angel, foi embaixador em Londres, signatário da Carta das Nações Unidas e ministro da Agricultura. O neto, também Miguel, casado com Teresa, era meu amigo, e através dele conheci esses lugares e essas pessoas.

O que acho que estava por trás do comentário atribuído a ela era a improbabilidade de que, naquelas vastidões, pudesse haver um transtorno que abalasse relações tão estáveis e tão tradicionais entre os que cuidavam, como patrões ou como empregados, da terra e da criação do gado.

Bem próxima à Estância San Miguel ficava Las Barrancas, propriedade rural de Eduardo Martínez de Hoz e de sua mulher, a lendária Dulce Liberal, uma brasileira. Dulce – eu quis tratá-la de "senhora" pela distância de nossas idades e ela insistiu no tratamento informal, que a remoçava – fora uma das mulheres mais elegantes de seu tempo. Uma vez, levei vestidos seus, tão clássicos eram, para que integrassem a coleção permanente de moda do Metropolitan Museum de Nova York, organizada por Diana Vreeland, mulher também extraordinária, editora da Vogue, e que foi, talvez, a versão original de uma sucessora sua a quem o diabo vestiu de Prada.

A sede da propriedade dos Martínez de Hoz havia sido projetada por um respeitado arquiteto brasileiro – Wladimir Alves de Souza – e era,

com as naturais adaptações, um edifício que se inspirava nas tradições da arquitetura luso-brasileira. Era surpreendente encontrar naquelas latitudes uma propriedade de caráter tão claramente brasileiro. A construção havia sido o resultado da determinação de Dulce de continuar fiel a suas raízes, que conciliava com um real cosmopolitismo. Foi ela, durante anos e anos, uma das estrelas de Paris e Deauville.

Em todos os grandes postos em que servi, contei com o prestígio dessa legião estrangeira de patrícias que eram, em muitos sentidos, as verdadeiras embaixadoras do Brasil. Já que falei em Dulce Liberal, a justiça e a lembrança me obrigam também a evocar Aimée de Heeren, Silvia Amélia de Waldner e, *last but not least*, dona Isabel de Orleans e Bragança, condessa de Paris, e também princesa nossa e neta de outra Isabel, a regente do Império e filha de Pedro II.

Penso nelas como armas secretas, aliadas confiáveis, boas conselheiras. Aimée, em particular, imperava em Palm Beach, em Nova York, em Biarritz e em Paris. Nesses vários palcos, pude contar com ela, com sua amizade e – por que não usar logo a palavra certa? – com seu patriotismo.

Vários de nossos autores queriam escrever sua biografia. Mas ela sabia que o interesse maior deles residia em obter as confidências de seus amores com Getúlio Vargas e com Assis Chateaubriand. Sobre esses dois *affaires*, e sobre qualquer outro que se insinuasse, ela tinha uma política invariável: nem confirmar nem desmentir nada. E assim foi se consolidando a sua legenda.

Viveu, entendo, até os 103 anos. Com ela já entrada nos 90, eu quis lhe oferecer, em Paris, no final do século passado, um jantar de homenagem. Pedi que escolhesse os nomes dos convidados e chegamos a uma lista com 24 pessoas. Mas, à medida que os dias passavam, um ou dois se desculparam por uma variedade de achaques, e outro veio a falecer. Como todos rondavam ou haviam ultrapassado a casa dos 90, tínhamos dificuldade, ela e eu, em escalar um time completo, e mesmo em encontrar reservas. Acabamos com um número menor do que o inicialmente planejado, mas isso foi o melhor que foi possível fazer, dadas as circunstâncias.

Todas essas lembranças me levam, finalmente, a Alfredo Carlos Alcoforado, diplomata nosso, nos idos de 1918, que faleceu como titular da então legação do Brasil em Havana.

Algum tempo depois de seu falecimento, uma grande casa importadora em Hamburgo abriu uma caixa revestida de chumbo, usada para transporte dos charutos que importava de Cuba. Dentro da caixa – agora ataúde – estava, com espada e condecorações, o corpo de um ilustre desconhecido.

Feitas as averiguações, identificou-se Alfredo Carlos Alcoforado, falecido em 9 de agosto de 1918, na cidade de Havana. Até esse ponto, o que ouvi de meus maiores, e que já é parte da tradição oral do Itamaraty, coincide. A partir daqui as narrativas se bifurcam.

Há os que garantem que uma caixa de charutos foi enterrada, com honras, no Cemitério São João Batista, imaginando-se que continha os despojos de Alcoforado. Lá continua ela. Uma variante sugere que os charutos foram retirados da cova, e Alcoforado foi finalmente enterrado no túmulo que era seu. Dos charutos, recuperados, não há notícia. Outra versão sugere que, para evitar múltiplos constrangimentos, Alcoforado jaz em algum cemitério alemão, e que a guerra e a gripe espanhola e seus imensos estragos foram responsabilizados por tudo.

De certo o que há é que o Brasil e sua diplomacia perderam Alcoforado em 1918, e que estávamos então em guerra com a Alemanha, o que só terminaria com o armistício assinado em 11 de novembro. Foi um ano fatal: a influenza matou entre 20 e 40 milhões de pessoas em todo o mundo, fatalidades bem mais numerosas do que todas as causadas pela Primeira Guerra Mundial.

No meio desses imensos desastres, o destino de Alcoforado perde estatura e significado. Creio que hoje só eu, que não tenho com ele relação de parentesco ou qualquer outro tipo de vínculo, ainda me interesso por episódio tão remoto e, com o passar de tanto tempo, insuscetível de ser esclarecido. E penso: onde quer que esteja, descanse em paz Alfredo Carlos Alcoforado.

Recordações alucinatórias
Se Woodstock, a Conferência de Yalta e o Festival de Cinema de Cannes tivessem acontecido ao mesmo tempo, o conjunto se assemelharia à Rio-92[1]

"Se o Dalai Lama vier ao Rio de Janeiro, a China não participará da Conferência". O recado de Pequim era claríssimo e o golpe abaixo da linha da cintura. De Nova York e de todos os quadrantes o recado das organizações não governamentais e de todos os ativistas era simetricamente oposto. Se ele não pudesse vir até aqui, então seriam elas e eles que provavelmente não viriam.

O então secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali, não mostrava nenhuma disposição para nos ajudar. Sua estratégia para permanecer no cargo exigia que a China o apoiasse quando chegasse a hora de sua reeleição. Dele não nos chegaria socorro, pois não tinha simpatia pelos grupos que projetavam o Dalai Lama como um grande símbolo mundial da luta pela liberdade de culto e de expressão. Era homem de convívio difícil e quando o momento chegou, apesar de tudo, não foi reeleito.

O governo brasileiro foi colocado, mesmo antes de o jogo começar, em uma incômoda posição: não desejava de forma alguma impedir a participação de ninguém na Conferência e ainda menos a do líder religioso – e também grande símbolo político mais pessoalmente identificado com as teses de conservação da natureza e de respeito a todos os seres vivos. Da mesma forma – e naturalmente – não queríamos alienar a China, presença essencial na conferência e parceira indispensável no desenho da nova agenda mundial. Mesmo antes de acontecer, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como a Eco-92, ou ainda como a Cúpula da Terra ou simplesmente como a Rio-92, parecia ameaçada.

1 Memórias pouco diplomáticas | Edição 68, maio 2012.

O Dalai Lama finalmente (e felizmente) veio ao Rio e depois andou pelo Brasil, mas sua presença e sua fala principal se deram aqui no vasto e multitudinário palco paralelo montado no Aterro do Flamengo. Ali reuniu-se a mais diversa convocação de causas, gurus e tribos que estas nossas praias jamais viram e foi o momento que reviveu, desta vez sem derramamento de sangue, as tumultuadas origens históricas do lugar, quando franceses e portugueses, cada um com seus aliados índios, se enfrentavam para saber a quem caberia o controle das terras cariocas.

Guardo de certos momentos no Aterro uma recordação que, sem ter consumido nenhuma droga, só posso chamar de alucinatória. Jane Fonda, Bianca Jagger e Shirley MacLaine estavam próximas a dom Hélder Câmara e a seguidores amazônicos do Santo-Daime. Um grupo de indígenas canadenses, trazidos por Hanne Strong, mulher do secretário-geral da Conferência, mantinha um ritmo constante com seus tambores e invocava os poderes e a proteção de Manitou. Cultores de Iemanjá e talvez duas dúzias de senadores e deputados americanos – entre os quais Al Gore – estavam lado a lado. Xamãs de várias seitas e líderes espirituais da Índia traziam sua mensagem. Por razões que então como agora não consigo alcançar, em certo momento ficaram perto do Grande Lama: Joãozinho Trinta e Pelé, que demonstrava, como sempre, seu inesgotável talento de estar presente e ser altamente visível em qualquer acontecimento de repercussão.

Ali estavam ainda, formando um inesperado dueto, Plácido Domingo e Roger Moore como se o então James Bond tivesse renunciado a sua licença para matar e finalmente sucumbir à irresistível mensagem de paz de Sua Santidade Tenzin Gyatso, que é o nome que trazia do berço o 14º dalai-lama.

Além dos acontecimentos na orla do Flamengo, o Jardim Botânico do Rio viveu grandes momentos. Ocorreu a muitos chefes de delegação, com um olho em seus eleitores que ficaram em casa e conscientes das virtuosas *photo opportunities* que o momento oferecia, a ideia de plantar árvores, o que levou a que se engajassem em um simbólico mas intenso e prestigioso programa de reflorestamento.

Alguém me disse que o conjunto de eventos no Rio, em 1992, fora como se Woodstock, o Festival de Cannes e a Conferência de Yalta tivessem acontecido ao mesmo tempo e em um só lugar. Não é pouca coisa.

Bem antes e depois da Rio-92 foram certamente realizadas imensas conferências com participação universal ou quase universal. Muitas outras virão. O que aconteceu de inédito naquele momento foi sobretudo a emergência, triunfante e ruidosa, de uma vigorosa sociedade civil e das organizações não governamentais que haviam sido criadas por ela. Bem mais do que o mundo oficial, ambas haviam impulsionado a consciência ecológica e proposto uma nova agenda para a sociedade internacional, fazendo com que os grandes e surrados temas das longas décadas da Guerra Fria fossem substituídos pelas preocupações ambientais e pela defesa dos direitos humanos.

A matriz do movimento ecológico e seu principal motor foi sempre o ativismo da sociedade civil que trouxe, a reboque, os governos e as organizações estatais, fossem elas nacionais ou internacionais. A adesão oficial ao temário ambientalista sempre se deu com algum atraso e com uma não pequena dose de relutância. A própria criação por vários governos de ministérios ou outros órgãos equivalentes dedicados ao meio ambiente foi decisão tardia. Com o risco de generalizar, é preciso dizer que os órgãos oficiais de proteção ambiental não costumam fazer parte do núcleo central do processo decisório das grandes potências.

Mesmo nas fotografias oficiais dos membros de um governo é fácil identificar o responsável pelo meio ambiente: costuma ser o de barbas ou cabelos mais longos, vestido de maneira informal e colorida para indicar que são outros os seus modelos e objetivos, e que não quer ser identificado com a matriz burocrática e convencional de seus colegas.

Até três meses antes da abertura da Conferência, o nosso ministro para o Meio Ambiente era um personagem fora do comum, o teuto-gaúcho José Lutzenberger, que ajudou muito para que o Brasil passasse a ser visto como um amigo da natureza e não como seu algoz. Lutzenberger instalou-se para trabalhar em Brasília, não na Esplanada dos Ministérios, mas em um prédio mais rústico em um dos parques da cidade onde era assessorado, acredito que de forma gratuita, por algumas assistentes que

falavam e funcionavam em alemão e que me davam a impressão de ter com a nossa língua e com os nossos hábitos uma relação hesitante e superficial.

José Lutzenberger era uma das luzes da Fundação Gaia, por ele criada, e todos viam a sinceridade de sua paixão pela causa ambiental e seu repúdio às práticas mais grosseiras daquilo que então era aceito como exigências do desenvolvimento. Começou a vida trabalhando para empresas multinacionais no campo da química aplicada à agricultura e mais tarde, convencido de que aquele era um mau caminho, repudiou essas más companhias e converteu-se às práticas que garantiriam sustentabilidade no manejo do solo. Como em um passe de mágica tínhamos passado, em boa hora, de uma grande desconfiança com relação às novas causas ambientais a uma militância ocasionalmente apaixonada por algumas de suas manifestações mais radicais.

Mesmo naquele momento em que o mundo não oficial mostrava seu vigor era necessário reconhecer que os governos, então como agora, não iriam evidentemente desaparecer e seu poder de decidir em nome das nações que representavam permanecia intacto. Contudo não seriam mais os representantes exclusivos das sociedades nacionais e novas vozes encontravam um espaço para se fazer ouvir e reclamavam uma outra, mas não menor, legitimidade. O que aconteceu no Riocentro – onde se reuniu a conferência formal – foi um episódio importante na construção de uma nova agenda internacional. O que aconteceu no Aterro – onde transcorreu o chamado Fórum Global – foi um momento, talvez ainda mais significativo. Aquelas vozes que ali se fizeram ouvir seriam, como se viu, difíceis de silenciar no futuro.

Um enólogo poderia dizer que 1992 havia sido um bom ano. Vivíamos o fim de um ciclo de disputa de poder e de ideologia entre o Leste e o Oeste e mesmo as desigualdades entre o Sul e o Norte pareciam, senão passíveis de serem superadas, capazes de serem atenuadas e trabalhadas. O Muro de Berlim havia caído três anos antes. A União Soviética se desfizera no ano anterior. As ameaças de um enfrentamento nuclear entre as então chamadas superpotências pareciam, se não eliminadas, afastadas do alto de todas as preocupações. Tudo isso acontecia de forma surpreendentemente rápida e imprevisível em seus desdobramentos, e as vítimas mais evidentes

dos novos rumos eram os cientistas e os analistas políticos de todos os matizes, já que nenhum fora capaz de prever o cenário final do colapso da União Soviética e do seu império. Os bruxos, as feiticeiras, os médiuns e os videntes não se saíram melhor.

O terrorismo, nosso fantasma hoje, não existia como uma categoria separada, e entrava-se então em aviões ou países sem sofrer um processo invasivo e embaraçoso de apalpação ou de sensoriamento eletrônico. A ideia de esvaziar bolsos, tirar cinto e sapatos antes de embarcar numa ponte aérea me teria parecido, naquela altura, o mais estapafúrdio procedimento.

Em poucos anos tive que ajustar o termostato de minhas preocupações: passei do medo de um inverno nuclear – que seria uma desastrosa consequência da guerra com armas atômicas entre Rússia e Estados Unidos – para os riscos do aquecimento global, resultado da queima crescente de combustíveis fósseis e das emissões não controladas de gases de efeito estufa na atmosfera. O que impressionava, em ambos os cenários, era a escala global e a dimensão também planetária dos problemas que antevíamos e a capacidade que tínhamos adquirido, como espécie, de alterar os dados da equação que determinava o equilíbrio das forças mais elementares do nosso planeta.

Vinte anos depois venho revisitar minhas lembranças desses dias e, talvez, delas tirar alguma coisa que possa ajudar na reedição dos eventos que o Rio se prepara para acolher no próximo mês de junho. Importa dizer, em primeiro lugar, que as circunstâncias do mundo pareciam ser – e de fato eram – mais fáceis e promissoras em 1992.

O que um dia acontece, depois que acontece, parece ficar investido de uma aura de inevitabilidade. Carrego comigo milhagem bastante para saber que não é bem assim. Por um triz a Conferência de 92 no Rio não aconteceu no Cairo e, mais improvavelmente, em Manaus ou Belém. É bom que me explique.

Fui a Belgrado como chefe da delegação do Brasil à Cúpula dos Países Não Alinhados, em 1989. Éramos um país observador e não tínhamos, portanto, nem o acesso nem a influência de um membro pleno. O Egito, por meio de sua capital, Cairo, se oferecia para sediar a conferência que daria sequência ao que havia acontecido em Estocolmo em 1972. O Brasil

examinava a possibilidade de também se apresentar como candidato e queria dar provas eloquentes de que suas desconfianças com respeito ao movimento ambientalista se haviam, em boa medida, dissipado.

Minhas instruções eram conseguir que os Não Alinhados recomendassem o Brasil como país-sede. Na época, como agora, não foi difícil nos vender como sede de qualquer coisa. Ajudava, ainda, o fato de o Cairo já fazer parte, há tempos, do roteiro daquele movimento. Nós éramos destino não só mais sedutor como, para uma maioria, uma grande novidade. Saí de Belgrado trazendo comigo uma resolução formal dos Não Alinhados para que fôssemos o país-sede. Pela lógica inexorável dos números, obtido esse endosso, tínhamos assegurada uma grande maioria na Assembleia Geral das Nações Unidas, que era o foro onde a decisão final seria tomada.

Que a conferência acontecesse no Brasil, mas sua sede fosse em outra cidade que não o Rio, foi uma hipótese de trabalho explorada na fase inicial de montagem do projeto. O Brasil era então alvo de críticas e ataques dos ambientalistas – como acontece ainda hoje embora em muito menor escala e com muito menor veemência – principalmente por perseguirmos uma política predatória na Amazônia, e corriam então previsões de que daríamos cabo, em alguns poucos anos, da floresta e da extraordinária biodiversidade que ela abriga.

O Palácio do Planalto via com interesse a possibilidade de que Belém ou Manaus pudesse ser sede do evento e gostaria de levar essa proposta adiante. Foram as exigências e as limitações incontornáveis impostas pela logística que derrotaram a ideia. A necessidade de embarcar e desembarcar dezenas de milhares de pessoas a cada dia em portos em que as instalações eram insuficientes, e para onde precisaríamos fretar e depois deslocar muitos navios de cruzeiro (já que a hotelaria disponível ficava muito aquém, em quantidade e qualidade, do necessário), afundou um projeto sedutor e audacioso. Havia também, além de uma miríade de outros desafios, a necessidade de assegurar segurança e boas condições de trabalho aos mais de 100 chefes de Estado ou governo que foram, no fim das contas, os que vieram ao Rio de Janeiro.

De início, os ambientalistas e nós havíamos nos desencontrado e, muitas vezes, até enfrentado. A ideia central do primeiro grande manifesto

ecológico da época – o livro Limites do Crescimento, obra coletiva do Clube de Roma – representava tudo aquilo que o Brasil de então não queria ouvir. A obra de Rachel L. Carson, Primavera Silenciosa, era o outro texto canônico dos ativistas daquela safra. Uma Europa cansada e desencantada com o que o futuro parecia anunciar se chocava diretamente com um Brasil esperançoso que começava a se dotar dos meios para, efetivamente, ocupar seu território e dele extrair as riquezas que seriam nosso passaporte para o sempre sonhado *status* de uma grande potência.

O Brasil – penso no Brasil mais ingênuo daqueles idos – via no movimento ecológico apenas uma reedição dos antigos determinismos malthusianos, só que desta vez não seria o próprio crescimento da população mundial, mas o consumo de bens não renováveis e, sobretudo, a queima de combustíveis fósseis, o que determinaria o desastre no fim da estrada.

Ao nosso otimismo de então, que carregava consigo uma boa medida de ingenuidade e de imprevidência, correspondia uma outra posição igualmente simplista; a dos fiéis do movimento que previam e chegavam mesmo a fixar datas arbitrárias e assustadoramente próximas para que fossem acabando, um a um, os recursos finitos de que dispúnhamos. O Clube de Roma foi, nos primeiros anos, o arauto dessas preocupações e profecias.

Algumas causas adquirem uma dimensão comumente associada ao fenômeno religioso. O meio ambiente é certamente uma delas pelo convite que faz a uma completa rejeição de um estilo de vida (e de consumo), a renúncia a práticas julgadas inaceitáveis de agressão à natureza e de apropriação de seus recursos e a convicção de que se persistir no erro (ou no pecado, se quiserem) a perdição virá rápida e inexorável.

Grandes movimentos sociais ao longo da história tiveram essas características e venceram ou se perderam através do recurso a processos revolucionários, quase sempre violentos, que buscavam criar uma nova sociedade ou desenhar um novo homem.

No caso do meio ambiente nos dias de hoje procura-se fazer uma profunda revolução no comportamento das pessoas, das sociedades e dos governos por meio de um processo de negociação diplomática multilateral baseada em decisões de caráter consensual. Não sei se isso se

pode fazer dessa maneira com a velocidade que se deseja e a abrangência e profundidade que se espera.

A negociação multilateral (que se pode também chamar com propriedade de diplomacia parlamentar) tem compassos naturalmente lentos pela necessidade permanente da acomodação de interesses e busca de compromissos que quase por definição ficam aquém das expectativas maximalistas dos ativistas. É a busca do possível contra as expectativas, quase sempre frustradas, do muito que era sonhado.

Desde 1992 tem havido algum, mas relativamente pouco, progresso na continuação das negociações multilaterais. Não sugiro, de forma alguma, que tenhamos chegado a um muro ou a algum tipo de fronteira permanente ou intransponível. Sugiro apenas que é preciso dar tempo ao tempo e ir juntando as provas para que os fatos e as perspectivas falem por si mesmos até que se tornem simplesmente irrefutáveis.

Trocado em miúdos: o conjunto de compromissos subscritos no Rio, em 1992, era viável e em boa medida continua a ser, até onde foi possível chegar naquele momento especialmente favorável em que antigos problemas e antigos adversários eram absorvidos e os novos desafios não se faziam inteiramente visíveis.

Havia ambições que me pareciam excessivas. O desenho de uma agenda para o século XXI – a Agenda 21 é o título de um dos grandes documentos então negociados dividido em quarenta capítulos e que se estende por quase 800 páginas – continha um elemento de ingenuidade e de ambição excessiva ao presumir que o futuro aceitaria ser definido e programado pelo passado. Não é assim que costuma acontecer. Um dos recursos mais gastos da retórica das relações internacionais é indagar, diante de um fracasso ou de uma visão estreita e de curto prazo, o que dirão de nós os nossos filhos e netos ao verem que não fomos mais longe ou não tomamos o caminho certo. A resposta quase que invariavelmente aplicável é reconhecer que a posteridade simplesmente não dirá nada, ocupada como estará com os desafios de seu próprio tempo sem olhar muito – ou mesmo sem olhar nada – para trás. Tenho andado muito pelo mundo e poucas vezes, se alguma, encontrei alguém falando mal dos avós.

Uma lição de 92 foi a de se procurar chegar ao grande evento com os textos virtualmente negociados e não acreditar na miragem de que seria possível fazer o que meses ou mesmo anos de esforços anteriores não lograram. O importante é evitar a situação, no fim das contas entre ingênua e melancólica, da conferência sobre o clima, em Copenhague – que foi a COP 15, o que se traduz como 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas –, onde, no apagar das luzes, os presidentes dos Estados Unidos e do Brasil, e os primeiros-ministros da China, Índia e África do Sul e os donos da casa se meteram em um impossível exercício de redação e de conciliação.

Se os tempos de 2012 são menos venturosos que os de 1992, o Brasil – e o Rio de Janeiro – vai muito melhor do que ia na época. As preocupações que tínhamos com a segurança dos que vinham nos visitar eram mais do que fundadas. O Rio estava longe de ter os índices de pacificação e segurança de hoje. Os deslocamentos da Zona Sul para a Barra – os dois polos dos acontecimentos – obrigavam a travessia de áreas de considerável risco e complicada topografia. O uso de helicópteros era desaconselhado e os líderes dos países mais significativos preferiam, por recomendação de suas equipes de segurança, o deslocamento por terra às incertezas ainda maiores da travessia aérea.

Fez-se então uma coisa que embora tivesse uma medida de teatralidade me pareceu certa e funcionou. Colocou-se nas ruas uma grande presença de pessoal militar e de equipamento bélico e de apoio, e essa sinalização deve ter contribuído para desestimular atos de agressão e outros tipos de ameaça. Mais do que tudo ajudou o fato de que, para os fins dos eventos de 1992, deu-se uma perfeita convergência entre os então responsáveis pelos governos federal, estadual e municipal de nossa administração. Fernando Collor, Leonel Brizola e Marcello Alencar agiram de forma exemplarmente cooperativa e harmoniosa e dividiram tarefas com propriedade e sensatez.

O que funcionou bem em 1992 deverá funcionar ainda melhor agora. O entendimento entre as várias esferas de poder deverá ser ainda mais fluido e eficaz. Como foi o caso do então chanceler Celso Lafer, o atual chefe do Itamaraty, Antonio Patriota, sabe hoje o que deve fazer. Melhor do que a situação com que nos defrontávamos antes é saber que

dispomos hoje de mais recursos humanos e materiais disponíveis e que nossa influência no processo decisório deverá ser, pela natureza mesma das coisas, maior do que foi então.

Além de Celso Lafer contávamos ainda, no nosso meio de campo, com o talento e credibilidade de José Goldemberg, que sucedeu a Lutzenberger na pasta do Meio Ambiente. Ajudou muito a meteorologia, que, no caso do Rio, costuma ser a mais inconfiável das variáveis. Deve ser um engano da memória, mas ficou apenas o registro de duas semanas amenas e ensolaradas. Também ajudou muito a disposição da gente da terra orgulhosa de ver sua cidade, que ainda atravessava um ciclo de perda de riqueza e de poder, invadida de maneira tão prestigiosa.

Também a mídia desafogou-se na trégua que os acontecimentos permitiram e colocou momentaneamente de lado aquele inexorável encadeamento de fatos que prosseguiria, recém-acabada a Conferência, e que alguns meses mais tarde levaria ao *impeachment* do presidente da República.

Ao tratar primeiro de acontecimentos periféricos à Conferência e sobre as circunstâncias da vida internacional naquela época, deixei de lado o principal. A Conferência de 1992 foi um dos momentos mais importantes da diplomacia depois da Segunda Guerra Mundial e, de fato, alterou os rumos e as prioridades das relações entre os povos.

É preciso voltar atrás e recuar até a década de 40 em San Francisco e logo depois chegar ao grande processo ordenador de Bretton Woods para encontrar processo negociador investido de tantas esperanças e de tanta criatividade. Virtualmente tudo o que então se produziu, se proclamou ou se abriu para assinatura ainda perdura. Faço uma chamada dos grandes textos: a Agenda 21 (de que já falei); a Convenção sobre Diversidade; a Declaração do Rio com seus 27 princípios; a Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas; a Declaração de Princípios sobre Florestas e, enfim, o próprio relatório da Conferência.

A Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas abriu uma das mais intensas controvérsias de que se tenha lembrança na cena internacional, incidindo sobre um conjunto de temas interligados a respeito dos quais

as divergências políticas, econômicas e mesmo científicas são extremas e apaixonadas.

O Rio em 1992 já prenunciava a extensão e a profundidade desse debate, mas foi, a rigor, em Kyoto em 1997, com a adoção do Protocolo que leva o nome daquela cidade e que estabelecia prazos e metas para a redução das emissões de carbono, que o consenso se rompeu e o debate adquiriu os contornos que até agora perduram e que só têm feito crescer em intensidade.

Não se vê ainda, com clareza, o rumo que as coisas possam tomar. O espectro hoje de atitudes vai desde o ecoceticismo – o que significa descrer da origem antropocêntrica das alterações climáticas que se observam e de seu alcance – até a apaixonada convicção de que o tempo que estamos perdendo é irrecuperável e de que nos encaminhamos para uma verdadeira catástrofe ambiental.

O que me parece ser o mais perdurável resultado da Rio-92 foi ter ajudado a colocar, no centro mesmo da agenda mundial, a questão da preservação da qualidade de vida aqui na Terra. Como já se disse, é possível desenhar para quase tudo um plano B. Infelizmente não dispomos de um planeta B e este que ocupamos, com bastante displicência, é tudo o que temos.

O problema das alterações climáticas e o controle dos fatores causados pelo homem absorveram em demasia as atenções e definiram a agenda dos últimos anos. Em contrapartida, muitos resultados importantes na preservação da qualidade de vida na Terra não tiveram a repercussão e o crédito que mereciam.

O buraco na camada de ozônio diminuiu muito de extensão; a chuva ácida – tão presente no alto das preocupações dos anos 80 – deixou de ser uma inquietação prioritária. Mas várias espécies animais ameaçadas foram resgatadas de índices próximos da extinção. Muitos ecossistemas foram, em boa medida, recuperados. O combate aos agrotóxicos mais daninhos e a melhora da qualidade do ar em muitas grandes cidades não podem passar quase despercebidos. O que quero dizer é que, confrontada com desafios mais facilmente definidos e identificáveis, a margem de

sucesso dos esforços realizados tem sido encorajadora. Haveria inúmeros exemplos a dar.

Esse tipo de avanço das negociações ao longo das linhas de menor resistência é o que costuma acontecer. Vai-se resolvendo ou pelo menos equacionando o que era mais fácil. As grandes questões ambientais estão hoje no âmago da agenda mundial, já conquistaram o imaginário das pessoas, seduziram novas gerações, integram a plataforma dos políticos e atraem atenção da mídia.

O Rio de Janeiro agora volta a ser o campo de jogo desse apaixonado debate da humanidade sobre seu próprio destino. A próxima reunião aceitou o mandato de procurar nada mais e nada menos do que desenhar uma nova economia mundial que, na falta de melhor caracterização, é chamada de "economia verde".

Não me sinto confortável com o rótulo pelo que ele parece conter de simplificação de uma realidade infinitamente mais complexa. Minha preferência é por fórmulas menos coloridas, e no seu tempo. Com alguma medida de coerência já não amava as promessas vermelhas do comunismo, nem temia as ameaças amarelas da Ásia. O que importa é desenhar uma economia capaz de inibir as emissões de carbono, de desestimular de maneira radical o emprego do carvão e de privilegiar novas formas de geração de energia limpa.

A Conferência só volta ao Rio em 2012 porque fizemos bem o que se esperava de nós em 1992. Do Brasil de hoje se espera uma posição de liderança que não podíamos exercer na época com o escasso poder que detínhamos. Isso torna a tarefa de nossos negociadores de hoje ainda maior. Fazer isso e ao mesmo tempo hospedar tanta gente e procurar conciliar diferenças que persistem há vinte anos é responsabilidade assustadora. Há que contabilizar sempre uma vantagem imensa de que dispomos: nosso leque de opções energéticas é o maior que conheço. Podemos ter comportamento exemplar sem sofrer grandes prejuízos e ainda obter ganhos substanciais para os nossos interesses. Temos hoje, no caso das questões centrais do meio ambiente, como tínhamos em 1992, as melhores cartas para jogar.

A Eco-92 encerrou seus trabalhos, no Riocentro, no dia 14 de junho, quando os grandes atores do mundo oficial voltaram para suas capitais.

No Aterro e, sobretudo, na aldeia indígena Kari-Oca o embalo precedeu a festança oficial com a assinatura da Declaração dos Povos Indígenas que seria reafirmada em Bali, dez anos depois. O documento tem dois méritos: o de ser curto e o de ser claro.

Em Manaus, faz poucos meses, dois de nossos líderes indígenas – Marcos Terena (do Comitê Intertribal) e Marcos Apurinã (da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) – se reuniram, com outros, e estarão de volta aqui na Rio+20 para continuar sua luta. Os nomes e acrônimos das sociedades que presidem sugerem que a modernidade já chegou às florestas. Espero que a aldeia mude de nome, já que o atual não me parece nem inspirado nem inspirador. Com eles voltarão muitos dos que estiveram aqui em 92, e para quem perdeu aquele momento teremos, vinte anos depois, uma esperada reprise.

Quem não deve voltar ao Rio é o Dalai Lama. Essa seria sua quarta visita ao Brasil e mesmo para aquele invencível otimista os anos já pesam e também os longos anos de exílio.

Disseram-me alguns amigos que ele pensa mesmo em se aposentar, o que é sempre coisa complicada para um líder religioso. Não há previsão para que isso aconteça e há o problema adicional de que o Grande Lama não tem sucessor espiritual.

Depois de sua morte teríamos que esperar a reencarnação da alma de quem o substituiria, processo que, segundo os entendidos, é aleatório e poderá levar algum tempo até se materializar. A China, previdente e temerosa, já adotou formalmente regras para regular a reencarnação de um novo dalai-lama na tentativa de poder controlá-lo e estender seu império sobre o próprio mundo dos espíritos.

Assim, tudo pesado, é melhor cuidarmos do dalai-lama que temos, esperar que dure e que do alto de suas montanhas ele olhe de novo para o Rio e abençoe estas praias amigas.

Obama nas alturas
O Brasil ficou fora do radar da campanha da reeleição do presidente americano, e não é mau que continue assim[1]

A famosa imagem mostra Franklin Roosevelt e Getúlio Vargas em Natal, às margens do rio Potengi, em janeiro de 1943. Os Estados Unidos começavam a ganhar a Segunda Guerra Mundial e a se fazerem senhores do mundo, e o Brasil entrava no conflito do lado certo. Com isso, iria começar a ganhar pontos importantes na busca da elevação de sua inserção internacional, processo longo e exigente no qual estamos ainda metidos.

O que os Estados Unidos queriam era poder dispor de uma grande base de operações no saliente do Nordeste brasileiro, e daí cruzar o Atlântico Sul e transferir tropas e equipamento para a campanha que logo se iniciaria para a conquista de todo o norte da África. Não era objetivo secundário ou acessório, mas parte essencial da própria viabilidade de uma imensa operação militar.

Éramos, assim, o alvo de uma política de contatos intensificados, pressões e seduções por parte do governo de Washington, a que se deu o nome de "Política da Boa Vizinhança". Naqueles idos, Orson Welles veio filmar entre nós, Carmen Miranda foi filmar em Hollywood, o Pato Donald teve uma relação fraterna com o Zé Carioca, e Walt Disney desenhou esse personagem em nossa homenagem para uma de suas grandes produções. Até mesmo Bette Davis e Paul Henreid viviam um dos mais memoráveis romances do cinema americano em um Rio de Janeiro idealizado.

Os dois líderes estão unidos na fotografia – e contagiam os oficiais que os rodeiam – por um riso que parece espontâneo, expressão de um bom humor que era parte da imagem pública de cada um, e chamava a atenção naquela época de semblantes mais sisudos, marcada, no caso

1 Questões pouco diplomáticas | Edição 76, janeiro 2013.

dos fascistas e dos nazistas, por uma teatralização ameaçadora de gestos, falas e uniformes.

Podiam ter saído ambos do set de Casablanca (Roosevelt, aliás, chegava da grande Conferência Internacional naquela cidade), e o que dá contexto adicional à fotografia, além dos ternos brancos e dos chapéus-panamá, é o Jeep (hoje para nós jipe) que lhes servirá de transporte, amável símbolo dos tempos da guerra e que a ela sobreviveu, em múltiplas reencarnações, pacíficas e guerreiras.

A guerra obrigava a um comportamento mais informal e a uma menor pompa e circunstância dos grandes atores políticos e militares, embora estivéssemos então ainda longe de ver nossos líderes abandonarem os carros abertos, que eram, por razões fáceis de entender, os veículos preferidos dos extremistas de todos os matizes para seus atentados, desde Sarajevo até Dallas. O Vaticano buscou encontrar a fórmula salvadora capaz de conciliar transparência e segurança e inventou o Papamóvel, até agora incólume, mercê de Deus, mas que a meus olhos deixa esteticamente a desejar e se assemelha um pouco a um aquário em movimento.

De lá para cá seria fácil encontrar boas imagens que resumiriam importantes etapas do trajeto entrelaçado dos Estados Unidos e do Brasil nos últimos setenta anos: Truman e Dutra; Eisenhower e JK; Geisel e Carter; Collor e Bush *père*; Lula e Bush *fils*; e sobretudo, por ser a relação mais fácil de compreender e a única que continuou e mesmo prosperou depois de terminada a circunstância presidencial de ambos, aquela que até hoje aproxima FHC e Bill Clinton. Chegaríamos, por fim, a Obama e Dilma, dos quais já existe uma ampla iconografia de momentos compartilhados em Brasília, Washington e alhures.

A visita de Obama a Brasília e ao Rio, em março de 2011, com a mulher e as filhas, não pode rivalizar, como registro histórico e como encruzilhada estratégica, com a visita de Roosevelt à futura base aliada de Natal, que seria chamada, com a hipérbole dos tempos de guerra, de "trampolim da vitória". Eram agora outros os tempos, e a visita se enquadrou na já longa tradição de encontros entre os que nos governam e os que governam nossos poderosos vizinhos.

Liguei as duas pontas da história, a primeira e a mais recente visita de um presidente dos Estados Unidos a nós, para mostrar o caminho percorrido e também para acentuar que Roosevelt e Obama foram os únicos presidentes americanos a nos visitar antes que o nosso fizesse o mesmo percurso em sentido contrário para a visita regimental a Washington.

A diplomacia presidencial encontra em nós e nos americanos parceiros quase que ideais. Somos ambos povos e países vocacionados para esse tipo de exercício diplomático, em que líderes em geral carismáticos e com forte capacidade de interação afetiva encontram o terreno para serem eles mesmos, longe dos constrangimentos de uma diplomacia mais convencional controlada por agentes profissionais e submetida a uma coreografia que inibe gestos espontâneos.

Como testemunha de vários desses encontros, pude observar como os líderes, livres dos funcionários que os policiam e cerceiam, têm nesses encontros um quase que recreio e a possibilidade de fazerem aquilo que geralmente sabem fazer muito bem: atrair, seduzir e estimular contatos com intensa carga afetiva. Entre nós e os americanos nem mesmo as dificuldades de comunicação são um fator: George W. Bush e Lula provavelmente não entendiam uma só palavra do que o outro dizia, mas o relacionamento era manifestamente caloroso.

Tenho uma teoria que possivelmente não resistirá a qualquer forma de escrutínio: trata-se de exercícios de liberação de grandes animais políticos, que se reconhecem e que encontram nesse relacionamento informal, no mais alto nível, momentos raros e preciosos que lhes permitem ser eles mesmos.

Barack Hussein Obama – o Hussein costuma ser sublinhado por seus adversários para acentuar o exotismo de seu nome e as suspeitas nunca confirmadas, mas sempre ressuscitadas, sobre sua origem e lugar de nascimento – acaba de ser reeleito para um segundo mandato na Casa Branca, depois de uma campanha eleitoral intensa e acrimoniosa, na qual os dois campos mobilizaram todos os recursos e os eleitores disponíveis.

O processo eleitoral americano em safras recentes tem estado longe de ser exemplar. Os golpes entre os candidatos costumam ser dados abaixo da linha da cintura; a propaganda é, no mais das vezes, malévola e negativa,

e o processo de apuração de votos, em alguns casos, pelo menos duvidoso. Além de não ser modelar, o jogo está cada vez mais caro, e as estimativas são de que esta última eleição custou cerca de 2 bilhões de dólares.

É importante repetir e repetir que o estamento americano absorveu com muita dificuldade a primeira eleição de Obama. O que tornava a pílula talvez um pouco menos difícil de engolir era a esperança de que as circunstâncias daquela hora fossem excepcionais – duas guerras longas e inconclusas e uma crise devastadora no âmago da economia dos Estados Unidos – a ponto de criar condições políticas que seriam seguramente momentâneas. Elas faziam ser possível tolerar – por apenas quatro anos – a vitória de um candidato que, por sua cor, origem e algumas de suas ideias, representava um desafio frontal aos grupos que desde sempre vinham conduzindo a vida dos americanos. Confiavam que, na segunda vez, Obama seria derrotado e a ordem natural das coisas, restabelecida.

Não há como comparar a natureza das reservas e desconfianças que existiam quando Lula foi eleito à rejeição de que foi e é objeto Obama. O Brasil, em termos políticos, não é uma casa dividida. Entre nós não há aquela clivagem com sabor fundamentalista que nos Estados Unidos separa hoje liberais e conservadores, e que está atrás da incapacidade de virtualmente metade dos americanos digerirem e metabolizarem Barack Obama.

Vale a pena ir buscar no fim do primeiro volume daquela obra imensa de Alexis de Tocqueville, A Democracia na América, que é ainda hoje uma luminosa descrição da nação americana, o papel que os negros e os índios representavam na tapeçaria da formação dos Estados Unidos. Excluídos uns, os negros, pela perda absoluta de autonomia e escolha que a escravidão representava, e os outros, os índios, inassimiláveis por uma indômita e desesperada devoção à liberdade, como a entendiam, ficavam ambos – e isso até pouco tempo atrás – fora do grande projeto da construção de uma sociedade democrática, que foi e ainda é a grande contribuição americana à história. A vitória de Obama é um dos mais extraordinários exemplos de inclusão e chegada ao poder de um grupo antes marginalizado.

Apenas uma vez, com Jack Kennedy, os Estados Unidos haviam se afastado da moldura protestante e anglo-saxônica e eleito um católico de

ascendência irlandesa para a Presidência. Havia, assim, para os membros do grupo dominante, como que um direito virtual a ocupar a Casa Branca, e a eleição de Obama foi uma ruptura ainda difícil de avaliar em toda a sua extensão.

A vida política de Washington nos últimos quatro anos deve ser vista como um esforço tenaz e irredutível dos republicanos, hoje amplamente dominados pela extrema direita dentro do partido, para impedir que Obama tivesse sucesso e pudesse continuar na Casa Branca por mais um mandato. As questões que surgiam não costumavam ser julgadas em seus méritos, mas, essencialmente, à luz da avaliação de como seu tratamento poderia aumentar ou comprometer o prestígio de Obama e a sua futura viabilidade eleitoral.

A confiança republicana de que a história não se repetiria e as coisas voltariam a ser como eram antes se fortaleceu na medida em que a gestão Obama teve um êxito apenas moderado em retomar a economia, reduzir o desemprego e restabelecer a vitalidade do mercado imobiliário. Boa parte desse insucesso relativo se deveu à intransigência da oposição republicana e à própria fragilidade e instabilidade da economia internacional, especialmente na Europa.

Depois da empolgação de sua primeira campanha eleitoral, Obama, logo que eleito, pareceu buscar a formação de consensos que simplesmente não existiam, e atrair um segmento moderado do Partido Republicano – que existia, mas não ousava aparecer –, e teve finalmente com os grandes operadores de Wall Street uma política de atração e acomodação que desmotivou e desmobilizou muitos de seus apoiadores iniciais, que esperavam uma ação em alguma medida punitiva contra aqueles que haviam precipitado, por imprevidência e desejo descontrolado de lucro, a maior crise financeira desde a Grande Depressão dos anos 30.

Não é fácil rotular ou estereotipar Obama. É, com certeza, o melhor autor a ocupar a Casa Branca, e seu livro *A origem dos meus sonhos* é muito mais importante como obra do que foi Why England Slept, ensaio de alguma maneira juvenil de Jack Kennedy, só publicado, em tempos menos exigentes, pelo desvelo paterno.

Talvez ninguém tenha chegado à Casa Branca com melhores credenciais acadêmicas do que Obama, com a possível exceção de Woodrow Wilson, quase um século antes. Seus títulos obtidos com louvores nas universidades Columbia e Harvard o colocam na aristocracia intelectual do país. Sua própria escolaridade anterior se deu na melhor escola particular do Havaí, sementeira de parte da elite do arquipélago e, também, alimentadora de talentos para algumas das principais universidades dos Estados Unidos continental.

A formação étnica do Havaí, tão diferente da tradição escravocrata do sul dos Estados Unidos, deve ter feito com que Obama, criado por avós brancos, se sentisse menos discriminado em Honolulu, onde cresceu e onde havia numerosos japoneses e chineses, além dos polinésios nativos daquele e de outros arquipélagos próximos, muito embora o poder residisse no segmento branco da população.

Faltou a Obama o que sobrava a sua futura mulher, Michelle, que tem credenciais universitárias (Princeton e Harvard) tão boas quanto as do marido. Por ter sido criada na margem sul da cidade de Chicago e testemunhado as lutas das comunidades não brancas para obter um lugar ao sol, ela não tinha dúvidas sobre as dificuldades do percurso. De certa forma, foi ao conhecer Michelle e ao se estabelecer em Chicago que Obama teve sua primeira experiência visceral direta dos problemas que deviam e devem enfrentar os negros norte-americanos.

O que procuro dizer é que a identidade negra de Obama não é sua companheira de infância e adolescência, mas uma aquisição consciente e deliberada de sua jovem maturidade, quando, longe do Havaí e da Indonésia (onde viveu com sua mãe por um breve tempo), começou a ter uma experiência direta do que era ser um não branco na América.

Outro grande problema que Obama enfrentou e continua a enfrentar é o de não saber transmitir a convicção – tão importante em qualquer jogo político – de que suas opiniões correspondem a arraigadas experiências e não são, apenas, o resultado de uma avaliação racional e informada do que pareça ser o melhor caminho a seguir.

O que verdadeiramente sensibiliza o eleitor é ver suas paixões e seus preconceitos refletidos no homem público que o vai representar.

Um processo objetivo e informado de tomada de decisões não cria entre o líder e aqueles que o apoiam a confiança que só pode vir de sentimentos intensamente compartilhados. Obama parece incapaz de transmitir aos que o aprovam essa sensação de proximidade e intimidade. Pelo contrário, o seu processo de tomada de decisões se vai fazendo, com o passar do tempo e com o exercício do poder, de alguma forma mais distante e quase arrogante por sua propensão ao isolamento.

No fundo, estou sugerindo que Obama não me parece um político "natural", de aguçados instintos para as relações interpessoais, mas é antes e sobretudo um intelectual e – só o tempo dirá – talvez um importante estadista, que deixará sua marca pela contenção e sobriedade de seus gestos e pela sabedoria e prudência de suas atitudes.

Com a segunda derrota consecutiva na luta pela Casa Branca, a direita americana entrou em um angustiado processo de reexame e autocrítica. Começa a projetar os dados demográficos que já existem e sua provável evolução como indicadores necessariamente desfavoráveis a seus interesses, e, nos piores cenários, como um obstáculo insuperável para uma eventual reconquista do poder. As projeções em política – sejam elas alvissareiras ou catastróficas – têm uma tendência a não se cumprir, e o futuro guarda para si o prazer de desmoralizar os profetas e desorientar os que buscam decifrar suas entranhas.

Esse fator demográfico pode ser descrito em poucas palavras: a premissa central é que os Estados Unidos serão cada vez mais um país em que os afrodescendentes (sejam eles nativos ou imigrantes), somados ao vasto mosaico dos chamados hispânicos e aos representantes cada vez mais numerosos de outras comunidades originárias do Oriente Médio ou do Extremo Oriente, formarão um conjunto de minorias. Somando-se a elas, os segmentos mais jovens e mais educados e uma parte do eleitorado feminino representarão, todos, de agora em diante, uma maioria automática que tenderá a se alinhar com os candidatos mais liberais e progressistas que, quase por definição, saem dos quadros do Partido Democrata.

Olhando para trás, já é possível ver que Obama teve, também, aquela mistura de sorte e virtude sem a qual o jogo político fica difícil de ser jogado. O momento mais emblemático, e seu maior triunfo, foi a operação que

levou à morte de Osama Bin Laden – muito mais do que Saddam Hussein, o inimigo número 1 dos Estados Unidos –, cuja liquidação permite, como efeito secundário, que as tropas americanas possam deixar o Afeganistão de maneira não humilhante.

Logo depois de uma reeleição, o presidente dos Estados Unidos vive um momento mágico: as regras do jogo o libertam de ter de novamente enfrentar as urnas e ele pode governar pensando em seu lugar na história. Por outro lado, não chegou ainda o momento do poder declinante e do fim da festa, que não está longe e costuma se instaurar quando começam as manobras para a escolha de seu sucessor, o que automaticamente transforma o antes grande líder vitorioso naquela figura cruel da política americana: o *lame duck*, ou seja, o pato manco que já não pode voar.

Agora é o momento em que Obama vai procurar deixar sua marca e completar o desenho de sua Presidência. Os contornos do projeto já são fáceis de ver: a grande reforma do sistema de assistência de saúde, que seus adversários chamam de "Obamacare", palavra que, com o tempo, perderá a notação pejorativa que lhe deram os detratores do programa e servirá de passaporte para o reconhecimento de dezenas de milhões de americanos que antes não podiam contar com essa forma de proteção; a liquidação das operações militares de combate no Iraque e no Afeganistão, o que deverá ser uma crescente relutância americana em se envolver em operações militares terrestres em países complexos e remotos; o saneamento das finanças americanas e a consolidação de um ordenamento que procurará evitar, no futuro, crises da extensão daquela que ainda nos afeta; a redução das tensões e dos desníveis de renda e oportunidade na sociedade americana, e algum progresso para diminuir a concentração do poder econômico em grupos muito pequenos da população, tendência que se acentuou muito nos últimos anos e atingiu patamares que são, no curto e no médio prazos, insustentáveis em uma sociedade democrática madura em que certos valores já estão incorporados.

Obama começa seu segundo mandato em uma situação bem mais confortável do que aquela com que se defrontou em 2008. A imensa capacidade de inovação e renovação dos Estados Unidos parece entrar em um novo ciclo que será, em parte, alimentado pela incorporação pela

América do Norte de imensas reservas de gás de xisto, o que reduzirá sua dependência de fornecedores externos e alavancará o país para o que se imagina será uma robusta recuperação. A simbiose com a China deve continuar e o fim desse ciclo até agora virtuoso para ambos, que certamente virá, ainda não aparece na linha do meu horizonte.

O Brasil não figurou na campanha eleitoral, nem sequer no corpo do debate específico sobre política internacional. Nem mesmo como uma nota de pé de página. É natural que seja assim. Não aparecemos no radar das grandes preocupações norte-americanas. Nosso comportamento não nos coloca na lista dos que gravemente ameaçam a paz e a ordem mundiais, o meio ambiente, os direitos humanos ou a estabilidade dos mercados. Já estamos na *short list* dos grandes países emergentes, mas não somos objeto de uma preocupação prioritária de ninguém. Isso me parece bom para nós. Temos, em vários sentidos, amplos terrenos para continuar a crescer sem que nossa trajetória colida com os espaços ou as preocupações vitais de outros países. Temos a mais confortável das situações geoestratégicas.

É bom comemorar sempre a relativa invisibilidade brasileira nos radares de Washington. Quando um país latino-americano aparece com destaque durante uma campanha eleitoral, o contexto em que isso se dá é quase sempre negativo – seja por estar, alegadamente, exportando imigrantes demais, seja por estar queimando árvores demais ou controlando de menos o tráfico de drogas, seja por ter ofendido interesses corporativos ou estratégicos dos Estados Unidos, seja por ter ousado atitudes mais ou menos independentes.

Há dois países da nossa região que costumam ser alvo desse interesse sustentado e minucioso. Cuba e México seguramente teriam preferido manter um perfil mais baixo e nós, certamente, não desejaríamos estar no lugar deles.

O segundo mandato permite que o presidente reeleito assuma alguns riscos que não estaria normalmente disposto a aceitar no primeiro mandato. Pode fazer a depuração de seu primeiro gabinete e trazer sangue novo e ideias novas. Há, diante dele, uma agenda internacional muito sensível. Começa pelas relações tóxicas de Israel com seus vizinhos, passa pelas

ambições nucleares iranianas e coreanas, e pela necessidade de reordenar as regras e prioridades do comércio internacional. Obama agora vai poder enfrentá-la com mais desafogo. É possível que novas prioridades apareçam e mesmo essa agenda do provável possa ser logo alterada. Não faço, assim, nem listas exaustivas nem pretendo ver muito adiante do meu nariz.

As coisas não costumam ser o que parecem e, como dizia meu velho chefe e mestre Guimarães Rosa, "o mundo é mágico". Lembro uma visita que fiz, há anos, ao Sri Lanka – que já foi chamado de Ceilão pelos ingleses, por Camões nomeado de Taprobana, e por Simbad e pelos outros marinheiros árabes do Índico de Serendib –, a um templo na cidade de Kandy, onde se guarda um dente do Buda. Não vi o dente, que não me foi mostrado, mas, segundo me asseguravam, estava lá. Como deve continuar exposto em algum lugar o jipe do encontro Vargas-Roosevelt de 1943, que foi onde comecei a história.

Sei que esse jipe não é mais o mesmo do histórico encontro. Meu pai foi comandar por volta de 1950 a Base de Parnamirim. Naquela época não era a cidade de Natal que tinha uma grande base próxima, mas a base é que tinha anexa a mais encantadora das cidades. Como naquele e em muitos outros momentos que se seguiram, as vacas brasileiras eram magras, a necessidade levou a que o comando da base substituísse o jipe original, então exibido em lugar de prestígio, por outro gasto e rodado. E assim continuou a se fazer. É possível que, nesse processo de sucessivas permutas, o jipe original tenha voltado ao seu lugar de honra. Não é, contudo, provável, como não é provável que o dente guardado em Kandy seja uma relíquia preciosa de Buda. Mas, enfim, quem sabe?

As regras do jogo
Como a Fifa se tornou o novo FMI[1]

"Abajo el Fondo!". A mensagem que vi rabiscada na parede de um banheiro público de Buenos Aires, nos idos de 1970, era compreendida por todos os usuários e só podia ter um destinatário. O Fundo alvo daquela ira era o Fundo Monetário Internacional – filho das históricas negociações de Bretton Woods, sediado em Washington e capitaneado, desde a sua criação, por uma sucessão de europeus então ditos "ocidentais", como era costume nos tempos da Guerra Fria. Tinha como tarefa promover a cooperação monetária global, assegurar a ordem financeira, promover a estabilidade das taxas de câmbio e auxiliar seus membros a enfrentar dificuldades da balança de pagamentos. Finalmente, incumbia ainda ao Fundo estimular o comércio dentro de regras de aceitação mais ou menos geral. Essa declaração de missão era altissonante e virtuosa; a realidade, bem mais modesta e qualificada.

Seu irmão gêmeo era o Banco Mundial, também com sede em Washington, chefiado, desde então, por uma outra linha dinástica: a de eminentes financistas, banqueiros e homens públicos norte-americanos. Como primo dessas duas agências fundamentais, veio pouco depois, temporão, o GATT – hoje transformado na Organização Mundial do Comércio (OMC) e aberto, faz pouco tempo, a uma chefia que, agora pela segunda vez, não se origina em uma das duas margens do Atlântico Norte. Isso permitiu que Roberto Azevêdo, do Brasil, conduza hoje os seus destinos.

Antes, ainda no intervalo entre as duas grandes guerras, foi criado na Basileia o Banco de Compensações Internacionais, com o qual se completa o leque das grandes organizações que atuam no campo das finanças mundiais.

1 Questões diplomático-desportivas | Edição 85, outubro 2013.

As Nações Unidas, elas também, foram o mais abrangente produto da mesma grande fornada que organizou o mundo naquele período de grande redesenho político e econômico das relações internacionais quando terminava a Segunda Guerra Mundial. Embora na ONU o poder resida em uns poucos setores-chave do Secretariado (essencialmente aqueles que decidem para onde vai o dinheiro e quem o controla) e nos cinco países que são membros permanentes e detêm o direito de veto no Conselho de Segurança, que é onde se resolvem as coisas sérias, sobrou do impulso democrático de Woodrow Wilson e da efêmera e malfadada Liga das Nações a paridade do peso dos votos de cada país na Assembleia Geral, sejam eles grandes, médios, pequenos ou minúsculos. Faço essa digressão porque vivemos ainda dentro da moldura do que foi feito no fim da Segunda Guerra Mundial. Mais uma vez, a violência foi a parteira da história e os quase setenta anos de paz desde então não permitiram que se construísse um edifício melhor e mais sólido. Deixo de lado a grande arquitetura diplomática de nosso tempo, hoje desgastada e enferrujada, e peço licença para voltar ao banheiro portenho onde o FMI era vilipendiado.

A pichação de banheiros públicos tem uma longa tradição e mesmo uma certa ortodoxia em sua temática – pornográfica ou não. E isso vem desde a Roma antiga, como se pode ver até hoje em Pompeia. Ataques a organizações financeiras internacionais não costumam enfeitar suas paredes. O sexo e sua oferta, gratuita ou remunerada, é o tema quase exclusivo dessa arte mural. A inscrição sobre o Fundo era o reconhecimento de como sua presença e ação eram influentes e incômodas, e atingiam o que havia de mais sensível à vida política de um país.

De alguma forma, a inscrição era uma forma paradoxal de homenagem. O FMI era visto como o instrumento por excelência de intervenção das grandes potências nas confusas e, em geral, mal administradas economias dos países que a ele recorriam em diferentes estágios de descrédito e aflição. Países que foram sendo promovidos, ao longo dos anos, pelo menos verbalmente, da categoria inicial de atrasados para a de subdesenvolvidos, elevados depois à condição de países em desenvolvimento. Agora, finalmente, vemos que uns poucos, inclusive nós, tiveram seu *status* transposto para a categoria bem mais prestigiosa de países emergentes. A realidade subjacente que separava e separa os pobres dos ricos não mudou tanto ao

longo dos anos, mas os rótulos que descrevem os pobres foram ficando, com o tempo, cada vez mais politicamente corretos.

Naqueles idos, o FMI tinha preceitos categóricos e um conjunto de certezas que, no mais das vezes, ignorava circunstâncias e especificidades locais. Seus enviados ("fiscais" seria talvez a designação mais correta) costumavam ser burocratas de hierarquia intermediária, geralmente sem treinamento ou experiência relevante em negociações internacionais e sem maiores credenciais acadêmicas. Ao chegarem aos seus destinos, eram elevados (e isso é especialmente verdade no caso brasileiro), por uma atenção intensa da mídia local, a uma posição de visibilidade e pretendida influência que nunca imaginaram poder ter em suas bases de origem. Eram, muitos deles, ingenuamente arrogantes.

Naquele tempo costumava ser muito menos comum do que hoje desconfiar da sabedoria e da previdência que se imaginava existir nos países ricos. Aceitava-se, com naturalidade, que entre eles e nós havia um hiato que nos fazia, em qualquer controvérsia e de maneira quase que automática, a parte defeituosa ou culpada. Essa percepção foi se alterando com o passar dos anos, à medida que os países industrializados se metiam em sérias trapalhadas e, para sair delas, passaram a transferir boa parte do ônus de suas correções e o preço de seus desacertos para os ombros dos países mais fracos.

Ao lembrar os agentes do FMI entre nós naqueles dias, a lente reducionista do tempo me faz recordá-los, essencialmente, como burocratas de comportamento essencialmente discreto e, em alguma medida, homogêneo. Não mostravam traços próprios acentuados e eram, certamente, pouco frondosos e coloridos em sua aparência e em vestuário. Muito diferentes eram os representantes dos grandes bancos credores, alguns dos quais tinham exuberância no gesto e uma evidente autoconfiança na fala. Arquétipo foi Tony Gebauer, venezuelano de origem e nova-iorquino por escolha. Tinha nos charutos e nos suspensórios vistosos a marca registrada de sua autoconfiança e de sua autoestima. Foi, por um tempo, o responsável principal pela gerência da nossa dívida. Acabou condenado pela Justiça.

Os charutos estão, de fato e de direito, banidos dos lugares de trabalho e de convívio. Os suspensórios, enfeitados com símbolos do dólar e da libra

esterlina, saíram de moda e não são mais parte do uniforme imaginário dos então donos da verdade e senhores do universo.

Foi em 1971 que os Estados Unidos, pressionados por enormes gastos e não menores derrotas no Vietnã, abandonaram a conversibilidade a taxas fixas entre o dólar e o ouro. Poucos anos depois, no contexto do chamado "choque do petróleo", deu-se a elevação dramática das taxas de juros norte-americanas, levando o Brasil e vários outros países que haviam contraído grandes dívidas em dólares a ingressar num longo ciclo de turbulência e insolvência. As sucessivas crises de pagamento da dívida se estenderam por quase três décadas e deixaram traumatizada mais de uma geração de brasileiros.

O FMI tinha um receituário de aplicação geral. Enganou-se várias vezes não só sobre o remédio a ser empregado, como sobre a dose a ser prescrita. Produziu bons resultados, em alguns casos, menos pelo talento de seus agentes e pela sabedoria de suas receitas do que pelo constrangimento que criava, induzindo os governos monitorados a fazer finalmente e melhor o que deviam ter feito antes, de forma espontânea: adotar políticas sóbrias e sensatas para remediar situações que haviam levado seus países a graus diferentes de ingovernabilidade, quase sempre por causa daquela combinação tóxica, mas demagogicamente irresistível, de populismo, nacionalismo exaltado e desrespeito pelos contratos e compromissos assumidos.

Fui ao Palácio do Planalto em um fim de tarde – já muito distante – para tratar de algum assunto urgente durante a presença de uma das missões de fiscalização do FMI entre nós. Encontrei, instalada em uma sala cuja localização e dimensões indicavam o prestígio que atribuíamos ao ocupante circunstancial, uma representante do Fundo. Operando na própria sede do nosso governo, monitorava dali o que fazíamos. A imagem dessa situação humilhante não é fácil de esquecer.

O FMI, não é preciso dizer, não tem mais o poder que tinha. E a relação do Brasil com ele sofreu uma decisiva modificação. Passamos da condição de país devedor à de credor. Ampliamos nossas contribuições, temos maior peso e qualquer revisão futura de normas e práticas deverá

levar em conta as nossas expectativas, ao lado de um punhado de outros grandes países que estão mudando a repartição do poder mundial.

Não encontrei em safras recentes, em muros e paredes brasileiros, palavras de repúdio ao FMI. Para nós, o Fundo simplesmente importa menos. Sofre ainda as ondas de choque causadas pelo afastamento de seu diretor-geral, Dominique Strauss-Kahn, em circunstâncias vexatórias, e procura agora recuperar o prumo e a credibilidade com a administração de Christine Lagarde.

Teve papel pouco significativo em toda a crise financeira que começou em 2007. Os recursos exigidos para enfrentar os problemas estavam muito acima do seu caixa; suas antigas receitas, testadas nas crises dos países periféricos, encontraram pouco espaço no encaminhamento de uma questão que se originou quase exclusivamente no mundo industrializado de onde nos vinham antes tantos conselhos. O G-20, de invenção muito mais recente, teve que ser chamado e, mais uma vez, foram os Estados Unidos que demonstraram sua posição dominante no cenário financeiro mundial.

Talvez na parede de algum banheiro público grego, espanhol ou português – suas vítimas de hoje –, o FMI seja ainda alvo de uma indignada rejeição. Sua receita de austeridade, formulada com algum simplismo, continua a ser, em muitos casos, inadequada como panaceia e cruel nas doses recomendadas.

Na recente e explosiva mobilização da opinião pública brasileira e no extenso e veemente *cahier de doléances* [lista de reclamações] de nossas insatisfações, o FMI não mais aparece como vilão. Agora, como expressão de um novo poder, ainda menos legítimo e transparente, vamos encontrar a Fifa – Federação Internacional de Futebol, presunçosa e intrometida, transformada em grande estrela no cenário mundial, com direito até a bandeira e hino, coisa que o FMI, mesmo em seus momentos mais afoitos, nunca pretendeu ter. Não ouvi falar ainda de nenhum banheiro nosso pichado com palavras de repúdio à entidade que controla o futebol mundial, mas não duvido nada que esses registros já existam.

Vi nas imagens das muitas manifestações não um, mas muitos cartazes que identificam na Fifa um provedor de circos caros e seletivos,

que desvirtua a sabedoria do Conselho de Roma, segundo a qual ao povo devia ser oferecido pão e circo.

Um desses cartazes de protesto simplesmente dizia: "Eu não votei na Fifa"; outro, ainda mais agressivo e sintético, dizia apenas: "Fifa da Puta" – o que me pareceu transmitir um sentimento difuso, mas muito presente nesta geração que tem desafiado as prioridades e os critérios governamentais no uso de recursos públicos.

Não é fácil saber com clareza como a Fifa opera e quais são seus rendimentos. Com sua sede em Zurique, uma cidade que cultiva a opacidade, e sem os constrangimentos e obrigações a que outras organizações públicas ou privadas são submetidas, a organização controla hoje o mais universal e popular dos esportes, provavelmente a atividade lícita que gera os maiores lucros e as mais poderosas emoções e paixões em todas as partes do mundo.

Um dos grandes talentos da Suíça, ao longo dos anos, tem sido o de acolher organizações desenhadas para procurar controlar, em escala mundial, importantes atividades ou procedimentos. Em uma ponta do espectro estão entidades de manifesto valor humanitário, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Na outra ponta, estariam o Fórum Econômico Mundial, de Davos, a Organização Internacional para Padronização (ISO), em Genebra e em Zurique, e aquilo que aqui nos interessa, a Fifa, que se destaca entre outras poderosas máquinas de ganhar dinheiro.

Valendo-se de uma cultura e de uma tradição que protege o sigilo e resiste a *disclosures* – vale dizer a "revelações embaraçosas" –, a Suíça oferece um hábitat ideal para aquelas atividades que preferem a discrição e a sombra. O objetivo de muitos que ali operam não é fazer alguma coisa melhor do que outros fariam ou com uma melhor relação de custo-benefício, mas, antes, oferecer serviços discretos e confiáveis, sujeitos ao menor número possível de indagações embaraçosas.

Na coluna dos valores positivos, a Suíça tem coisas a oferecer: uma centralidade geográfica quase que ideal na Europa; a beleza de sua paisagem; a segurança e o conforto de suas cidades; o discreto, mas implacável,

controle pelas autoridades policiais sobre quaisquer atividades que possam representar alguma medida de risco ou desordem.

Qualquer país que pretenda receber uma Copa do Mundo tem hoje, cabe reconhecer, uma mão negociadora fraca. A posição de poder da Fifa é tal que ela não se sente obrigada a ceder ou até mesmo a mostrar flexibilidade. Não faltam candidatos para sediar os eventos máximos do futebol mundial. Já estão escolhidos a Rússia para a Copa de 2018 e o Catar para a de 2022. Não foram poucos nem frágeis, em ambos os casos, os candidatos derrotados ou desencorajados a competir. Como todo império em fase de afirmação, a Fifa se expande. Controla hoje as Copas do Mundo de Futebol, masculina e feminina, a Copa das Confederações, a de Futebol de Areia, a Copa do Mundo de Futsal, os campeonatos Sub-20 e Sub-17 dos dois sexos, a Copa do Mundo de Clubes. Faz tudo isso apoiada sobre uma estrutura de poder de dirigentes ("cartolas" seria a palavra datada que melhor os descreve) em boa parte navegando acima dos 70 anos, que mostram uma surpreendente disposição de se perenizar por meio de sucessivas reeleições.

Quem controla uma Copa do Mundo controla – é desnecessário dizer – todas as etapas seletivas que precedem o evento maior. Resumindo: tanto no plano horizontal quanto vertical a Fifa é hoje, em todos os sentidos, a dona da bola.

Também como acontece com os grandes impérios, a Fifa soube se cercar de patrocinadores que são poderosos aliados. Em algum momento, porém, e talvez próximo, a expansão do poder da Fifa e sua apropriação crescente do controle do futebol tenderão a ser desafiadas por alguma estrutura rival ávida de partilhar os lucros e o monopólio. Os escândalos e as denúncias envolvendo a entidade deverão se acumular, tanto em termos corporativos quanto pessoais, de maneira irresistível. Acredito que, em algum momento, a cúpula da Fifa irá receber um previsível cartão vermelho.

Antes que isso aconteça – a julgar pela lição do passado tantas vezes repetida –, será talvez a própria Fifa que perderá a ideia de seus limites. Disso deu sinal seu presidente, Joseph Blatter, na partida inaugural da Copa das Confederações, em Brasília, quando repreendeu em portunhol

o público, pedindo que tivesse respeito e mostrasse fairplay com a presidente Dilma Rousseff. A vaia, que até aquele momento era apenas convencional, tornou-se então uma vaia verdadeiramente digna do nome. Nossa presidente mostrou juízo e sangue-frio. Dispensou a não solicitada mediação helvética e preferiu abreviar o procedimento com uma só frase, pela qual apenas declarava aberto o torneio, ponto final. Escaldada como deve estar, é pouco provável que voltemos a vê-la (ou ouvi-la) em qualquer estádio, até o fim de seu mandato.

Dizia Nelson Rodrigues que no velho Maracanã até minuto de silêncio era vaiado. Não imagino que isso tenha mudado com as reformas. As exortações da Fifa só terão efeito de reforçar um comportamento que, também desde a Antiguidade clássica, faz dos estádios um lugar que os políticos devem usar com extrema moderação e, se possível, de forma não conspícua e silenciosa.

Não estou seguramente informado sobre os custos adicionais, legítimos ou não, que o Estado brasileiro assumiu na construção ou modernização dos doze estádios em que se jogará a Copa de 2014. Esse torneio, disputado nas duas últimas copas em nove locais, será agora, por impulso nosso, ampliado para que seja jogado em doze cidades diferentes. Com isso foram atendidas, suponho, as pressões de governadores, prefeitos e os interesses de construtores e empreiteiros.

É fácil entender, em um país do nosso tamanho, os motivos que levam a essa expansão de sedes e de custos, mas é também fácil entender como essas ambições federativas, regionalistas ou apenas empresariais inflacionaram brutalmente os gastos e tornaram muito mais complexa a logística do evento.

Para pouca sorte dos que conseguiram que a disputa viesse até nós, a etapa final de preparação para o grande evento parece ocorrer em um momento em que no Brasil está acontecendo uma mudança verdadeiramente tectônica. O futebol continua a provocar entre nós o interesse e a adesão entusiasmada de sempre, mas os seus resultados não parecem mais se projetar para além do próprio universo do jogo. As expectativas e emoções ficam como que encapsuladas no terreno da própria disputa esportiva. Minha impressão é que futebol e política tenderão a estar no Brasil, a

partir de agora, desacoplados. Isso, suponho, será bom para o futebol e bom para a política.

Assistimos, na Copa das Confederações, a um novo fenômeno. O Brasil comemorava dentro dos estádios a qualidade e o conforto das instalações, o jogo bonito e, sobretudo, as nossas vitórias. Mas, do lado de fora, uma nova agenda era proposta e defendida. Valores de uma sociedade comprometida com o combate contra a corrupção, com escolas e hospitais de qualidade – no "padrão Fifa", como se viu nos cartazes nas ruas – não foram afetados pelo entusiasmo das arquibancadas. Em outras palavras: o futebol continua a nos divertir e empolgar, embora não baste mais para definir uma sociedade hoje bem mais complexa, mais do que nunca com aspirações de outra natureza.

Num momento em que o crescimento acelerado da nossa economia parecia assegurado, fizemos um intenso lobby para atrair a Copa, os Jogos Olímpicos e um punhado de outros grandes eventos. É lícito supor que os governantes tenham se fiado na convicção de que uma opinião pública entretida nos campos de jogo iria desviar os olhos de todo um processo caro, quando não irregular, utilizado para a montagem desses megaeventos.

Hesito em criticar o que foi feito apenas como expressão de uma vocação para o gigantismo irresponsável. Quase toda obra que vi ser feita no Brasil sofreu no começo a acusação de ser superdimensionada e mesmo desnecessária. Vi depois, como em poucos anos, o que parecia desmesurado ficar pequeno para atender a uma demanda que, entre nós, não para de crescer. Sei, também, como é difícil hierarquizar a importância do lazer nos gastos públicos e como não é fácil inscrevê-lo em qualquer coluna de prioridades.

O sambódromo do Rio talvez seja o exemplo mais eloquente disso. É utilizado apenas algumas poucas noites por ano para o fim a que se destinou quando criado. Entretanto, sua construção inventou uma demanda, criou uma imagem, levou outras cidades a imitarem o modelo – e hoje seria uma heresia e até um disparate demoli-lo. Um velho e austero senador romano no seu tempo teria dito, provavelmente, coisas terríveis sobre os gastos e a inutilidade do Coliseu. E ele, glorioso, continua lá. Mesmo as

pirâmides (digam os egípcios e os mexicanos de hoje) não foram, afinal, uma tão má ideia.

Não vejo como, a esta altura, procurar reverter decisões e procedimentos. Nem como voltar atrás de compromissos formalmente assumidos. Estamos embarcados em um calendário exigente, que impede que se possa pensar em não receber o papa, driblar a Fifa ou fugir do Comitê Olímpico Internacional. Ainda acho que seja possível, no entanto, criar um pequeno grupo de assessoria do ministro do Esporte. Ganharia ele e ganharíamos todos nós se um grupo de provados negociadores com experiência nas transações financeiras e em políticas internacionais estivesse disponível para trazer a ele – mesmo que informalmente – o benefício de seu conselho e de sua experiência.

Fui um dos mais de 150 mil espectadores do fiasco de 1950 no Maracanã. Tinha 15 anos e serei hoje, imagino, um entre alguns poucos milhares de sobreviventes. Nunca participei de uma procissão mais triste do que aquela em que estávamos todos embarcados ao descer as rampas depois da derrota. Desde então vi o Brasil ser campeão cinco vezes. Pessoalmente, estou consolado e vingado, mas não saciado. Uma nova vitória, desta vez em casa e no mesmo lugar, provocaria em mim um prazer inefável.

Reconheço o que a Fifa tem feito para trazer aos estádios pontualidade, conforto e uniformização de práticas e procedimentos. Gostaria que ficassem nisso e que sua autoridade não fosse além de definir a duração de cada hino nacional. Estaria mesmo disposto a aceitar, com algum pesar, que os hinos fossem abandonados (o da Fifa deveria ser o primeiro), como desapareceram as bandas militares que antes os executavam nos estádios.

De tudo o que aconteceu até agora, o que me lavou a alma foi aquele momento triunfal do espírito libertário que vivemos ao ver o nosso hino, depois de esgotado o tempo rigoroso que lhe foi concedido, continuar a ser cantado, como se dizia antigamente, "no gogó" (expressão que parece mais eloquente e apropriada do que a erudita "a capela"), e que, ao fazê-lo, mostrássemos os limites que estamos dispostos a aceitar em nome da organização. Há mesmo um milagroso ganho colateral: que a Fifa nos esteja ajudando a aprender de cor a letra do hino nacional.

Além de um certo ponto, mesmo para a Fifa é temerário esquecer que os estádios são lugares de liberdade onde presidentes são vaiados e o hino é cantado com emocionante fervor. Inventamos um futebol jogado com imensa alegria e criatividade. Não vamos nos afastar desse caminho. Não somos no final das contas a Suíça, onde, como se costumava dizer, tudo o que não era proibido era obrigatório.

Réquiem para um motel
Roberto Carlos e Sonho de Valsa imperavam no VIP's[1]

OVIP's era simplesmente o melhor motel do mundo. Digo isso sem medo de refutação e apoiado no mais confiável registro: o da minha lembrança de noites muito distantes, quando o Rio de Janeiro era também a melhor cidade que podia existir. Esta crônica é escrita para meus contemporâneos e para quem conhece intimamente o Rio. Mas, como pode vir a ser lida por desafortunados que não nasceram nem viveram na cidade durante aqueles anos dourados, devo lhes oferecer algumas ligeiras coordenadas.

No início da década de 70, a memória ainda era fresca de quando o Rio fora a capital vibrante de uma jovem república – que, no entanto, se permitia governar por um gordo e provisório monarca nos cinco dias mais festivos do ano. Naqueles tempos de poder e glamour, nossas rádios coroavam mais rainhas e princesas do que todas as cortes europeias somadas. Havia no Rio mais misses do que em toda a Califórnia.

A violência armada era infrequente e o crime estava longe do anonimato desprestigiado das balas perdidas de hoje. Vítimas e assassinos compartilhavam, então, o palco da história. As vítimas, naturalmente, por serem vítimas, e os homicidas porque, naquela época de crimes ditos passionais, conseguiam ser tratados com alguma comiseração, já que vítimas também de terríveis sentimentos, que não sabiam ou podiam controlar. Os grandes delitos não só tinham nome e endereço como povoavam o imaginário da gente: a absolvição da costureira Araci Abelha no crime da machadinha, o assassinato do Sacopã e o brutal homicídio da adolescente Aída Curi em Copacabana. Nelson Rodrigues não viveu no Rio à toa...

Finalmente, havia os enterros, de que os atuais são pálidas lembranças e que reuniam multidões desoladas ou enfurecidas, mas sempre multidões. À beira de túmulos, quase não vemos mais nem os desmaios nem os discursos de antigamente.

1 Despedida | Edição 155, agosto 2019.

A Europa era menos um lugar para onde se ia do que um lugar de onde se vinha. As cicatrizes da Segunda Guerra ainda perduravam, e nos países atrás da Cortina de Ferro a vida era ruim. Tudo pesado e medido, parecia bom ser brasileiro e melhor ainda morar nestas praias.

Inaugurado em 1971, o VIP's – volto a ele – ficava em posição privilegiada no alto da avenida Niemeyer, que margeia o oceano e liga o Leblon a São Conrado. Como se sabe, o mundo civilizado de então acabava logo depois de São Conrado e, para além, só havia imensos descampados e lagunas de onde provinham informações nunca confirmadas da presença de alguma vida inteligente. A Barra da Tijuca e tudo o que ela representa – para o bem e para o mal – ainda estava escondida no futuro.

A Niemeyer era perfeita. Suas curvas permitiam que ali se fizesse o mais arrojado automobilismo. No tempo em que existiam cartões-postais, a avenida era uma das caras do Rio e sua reputação corria o mundo. Logo abaixo dela, por motivos para mim inexplicáveis, havia (ainda há) uma grande caverna de pedra, como se fosse uma catacumba romana. Conhecida na ocasião, como agora, pelo nome de Gruta da Imprensa, nunca aconteceu nada lá dentro. Estará, acredito, esperando algum evento que finalmente justifique sua existência.

Depois do acerto inicial da construção da Niemeyer, nada mais deveria ter sido feito ali. As intervenções subsequentes revelaram-se todas nefastas, como ficou provado pela malfadada ciclovia que as ondas do mar persistem em derrubar. A ocupação não autorizada das encostas que roçam a avenida levou ao desmatamento, e hoje a Niemeyer está interditada por causa de frequentes deslizamentos. A tênue ocupação irregular dos primeiros anos foi substituída por esses nossos imensos Sowetos à beira-mar.

O VIP's ficava mais ou menos na metade da avenida. O trajeto desde Ipanema era longo o suficiente para criar suspense, mas não tão longo a ponto de fazer as moças pensarem melhor e mudarem de intenção. Na época, e suponho que ainda hoje, só elas pensavam quando se viam nessas situações. Um velho Fusca era o transporte perfeito para as circunstâncias por criar uma intimidade ideal entre as partes.

A arquitetura brasileira tinha no VIP's um florão. A posição do edifício era irretocável. Ficava em frente ao mar e contra a mata, de tal modo que os fregueses não eram vistos nem viam ninguém. O serviço era rápido e também magicamente invisível. Algum impulso romântico levou a direção do motel a cultivar o hábito de colocar pétalas de rosa sobre as camas, alusão talvez a alguma remota e improvável virgindade sacrificada naquele lugar.

Assim como a cidade de Bayreuth está para Wagner e Salzburgo está para Mozart, o VIP's tinha em Roberto Carlos o seu trovador indispensável. Acho mesmo que não poderia haver um sem o outro. Era o mundo dos lençóis macios, travesseiros soltos e roupas pelo chão. Ali também se cultuava outro clássico brasileiro: o bombom com o nome insinuante de Sonho de Valsa. Que Deus os conserve.

Em junho passado, uma notícia breve e seca informava que o VIP's, aonde agora só se poderia chegar de asa-delta ou nas asas da memória, tinha fechado as portas não por falta de fiéis, mas por seu acesso ter sido bloqueado devido à interdição da avenida Niemeyer. Era tão bonita a vista de lá e tão sedutora a situação que um dia, seguramente, o motel será reaberto como templo zen. Ou, então, como uma plataforma de onde poetas ainda por nascer olharão as estrelas e as ilhas fronteiras que, à semelhança das namoradas de outrora, ficam na distância certa para parecerem inatingíveis e ao alcance das mãos.

A geopolítica do "vírus chinês"
A disputa do século entre Washington e Pequim – e o que o Brasil tem a ver com isso[1]

O ofício do futuro é ser perigoso.
– Alfred North Whitehead

É um lugar comum dizer que a história se faz por caminhos complexos e tortuosos, mas não é menos verdade dizer que ela também gosta e precisa de datas e palavras que sirvam como pontos de referência claros para os contemporâneos e para os que virão depois. São inúmeros, no correr dos séculos, os períodos de sinalização incerta e ambígua, mas uma coisa é praticamente certa: os anos de 2017 a 2020 não estarão nessa lista. Poucas vezes um momento histórico indicou, de maneira tão clara, sua intenção de ser lembrado como uma daquelas encruzilhadas em que as coisas deixam de ser o que eram e uma nova realidade aparece com todas as suas promessas e desafios. No caso, e pelo que se vê até agora, com mais desafios do que promessas.

Os Estados Unidos, nesses quatro anos memoráveis, promoveram a desconstrução da ordem internacional que eles próprios, com algumas interrupções e hesitações, vinham desenhando desde o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Enfraqueceram o Tratado do Atlântico Norte, sua principal aliança militar e política com os países da região. Reviram seu apoio ao sistema das Nações Unidas, amplamente construído por mãos norte-americanas, em São Francisco e em Bretton Woods. Saíram da Unesco e do Conselho dos Direitos Humanos, ambos entidades da ONU. Afastaram-se do Acordo de Paris sobre o clima e do acordo de controle nuclear com o Irã. Deixaram o Tratado Transpacífico, um acordo comercial entre países do Oceano Pacífico. Esvaziaram a política de criação de dois Estados em Israel e levaram sua embaixada para Jerusalém, dando reconhecimento formal à cidade como capital israelense. Buscaram aproximação com os

1 Tempos da peste | Edição 165, junho 2020.

regimes fortes da Rússia e da Coreia do Norte. Começaram uma guerra comercial com a China, seu maior parceiro e, depois deles próprios, a mais poderosa economia do mundo. Renegociaram seus tratados com o México e o Canadá que haviam criado a Alca, uma área de livre-comércio da região. Mudaram drasticamente as regras que regulavam o processo migratório para o país, começaram a construir um muro de separação com o México. Finalmente, os Estados Unidos também estão enfrentando agora, como todos nós, a mais agressiva pandemia dos últimos cem anos.

É difícil encontrar nos anais e em tempos de paz um processo de demolição tão abrangente. Como ilustração deste momento, escolho, arbitrariamente, um instante que me parece revelador e que foi capturado pelas implacáveis e onipresentes lentes e câmeras do nosso tempo. O presidente Donald Trump está na Casa Branca, tendo à sua frente um texto que vai ler para a nação. A menção que o texto fazia ao "coronavírus" é riscada e substituída – por sua própria mão – para que o vírus fosse simplesmente rotulado como o "vírus chinês".

As palavras de Trump foram pronunciadas no dia 19 de março, quando a pandemia chegava devastadora à população norte-americana. A tentativa de associação explícita do vírus com a China destinava-se a fazer com que as duas palavras – "vírus" e "chinês" – ficassem ligadas de maneira indelével na memória coletiva. Como Catão, que exibe no Senado de Roma os figos recém-colhidos para mostrar a proximidade e a ameaça de Cartago, Trump procura transformar o novo coronavírus em arma e argumento contra a China. O mero fato de que, mais de 2 mil anos depois, eu ainda recorde aqui o episódio de Roma, em contexto tão diverso, é prova de como as palavras e os gestos podem ser longamente memoráveis e servem para definir momentos cruciais. Em termos puramente retóricos, a mudança intencional do nome do agente responsável pela pandemia era quase – como pretendia ser – uma declaração de guerra.

As palavras Covid-19 e coronavírus parecem ter sido aceitas de forma agora irreversível, mas, para isso, foi preciso que até mesmo os principais aliados dos Estados Unidos se recusassem a subscrever um importante documento do G7 porque incluía a expressão "vírus de Wuhan", uma

fórmula alternativa, e igualmente agressiva, que Washington desejava e promovia.

O que ajuda a entender a animosidade norte-americana é o fato de que a China, bem antes do tempo imaginado, ultrapassou a sua condição de economia complementar à dos Estados Unidos, que fornecia em condições imbatíveis uma enorme gama de bens e serviços, e passou a se apresentar, cada vez com mais credibilidade, como um poderoso rival no terreno que de fato importa e onde se definirá o controle do futuro – as tecnologias de ponta. A controvérsia não irá embora. Ao contrário, deve se agravar cada vez mais daqui para a frente.

A relação entre a China e os Estados Unidos – eixo central do mundo de hoje e, até agora, indispensável e vantajoso para a economia de ambos – vinha se deteriorando ao longo dos últimos meses, talvez um pouco mais. Mas, até então, o terreno principal do enfrentamento entre os dois gigantes era o das trocas comerciais. No centro das discussões, estavam os problemas ligados à propriedade intelectual e à competição desleal. A pandemia serviu para que se subisse o tom e se ampliasse a desconfiança entre os parceiros, que são, agora e cada vez mais claramente, adversários. Elevou-se neste ano, de maneira inquietante, o patamar do crescente antagonismo. Mas, antes de ir adiante e tratar especificamente disso, devo andar um pouco para trás.

Não encontro melhor caminho do que começar no ano de 1945, quando o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da era atômica inauguram um ciclo que se estende até hoje e que, apesar de importantes rupturas, guarda não poucos traços de coerência e continuidade. É um período marcado pela hegemonia dos Estados Unidos – desafiada até 1989 pela rivalidade militar e ideológica com a então União Soviética –, que se define por três parâmetros: a Guerra Fria, o fim dos impérios coloniais clássicos e o aparecimento na cena internacional de quase 150 novos países independentes, antes colônias, fato que mudou de maneira extraordinária o mapa político do mundo.

É, também, o período em que as armas nucleares excluíram, como opção racional, os enfrentamentos diretos entre Estados detentores dessa tecnologia, ainda que um número importante de conflitos periféricos

desafiasse o controle das potências dominantes, interessadas em manter certas áreas sob sua influência. Nesse intervalo, emergem para a vida independente moderna alguns grandes atores, entre eles a Índia, o Paquistão e Israel, além da África do Sul, que se redefine com nova e acrescida legitimidade. E, finalmente, a China sai de um longo período de declínio e fragmentação para, reclamando ser vista como uma única entidade, ocupar seu lugar de direito na vida internacional.

Foi, sobretudo, um extraordinário período de acelerada incorporação científica e tecnológica. Penso que a época que agora está chegando ao fim será lembrada como aquela em que o homem passou, por sua ação ou omissão e pela primeira vez na história, a ter uma influência decisiva na sua própria sobrevivência como espécie. (As inquietações com o clima, com o meio ambiente e com o esgotamento dos recursos naturais, inexistentes ou marginais em 1945, são hoje uma preocupação absolutamente prioritária. A exploração espacial começou, deslanchou e hoje os céus são, literalmente, o limite. O fundo dos mares e dos oceanos oferece uma nova fronteira.)

Neste período, a ordem internacional democrática e liberal emergiu triunfante depois de décadas de desafio e turbulência. Parecia ser uma arquitetura tão estável que alguns até imaginavam que seu advento significava simplesmente o fim da história.

Este é o ciclo que está terminando. Agora, com sobressaltos, num mar de incertezas e enormes indagações, vivemos o que parece ser o nascimento de um outro ciclo no qual o poder dos Estados Unidos – um poder tão dominante que transformou os últimos cem anos no que se pode chamar, apropriadamente, de "século americano" – começa a ser ameaçado por novas formas de governo e de interação social, e pela volta da China ao lugar que o país ocupou, durante milênios, no tabuleiro do poder mundial.

O momento é talvez decisivo para o Ocidente, que terá de enfrentar um desafio direto à sua longa hegemonia, que vinha se estendendo e se consolidando desde que as Grandes Navegações, o Iluminismo e a Revolução Industrial deram à nossa parte do mundo a impressão de que podia exercer um poder duradouro em escala verdadeiramente global. Durante todos esses séculos, o Ocidente foi o centro e o motor da história.

As duas grandes guerras do século XX, que chamamos mundiais, foram a culminância explosiva de crises que o Ocidente criou para si mesmo.

Não quero exagerar nem simplificar demais. Não ignoro o desafio que o Japão procurou oferecer na primeira metade do século XX até sua derrota em 1945 e, depois, seu impressionante renascimento. A própria China, humilhada e fragilizada, não chegou a perder formalmente a sua soberania e conseguiu mesmo, por seu incontornável peso, um lugar privilegiado como membro permanente do Conselho de Segurança da então recém-criada Organização das Nações Unidas. Tampouco estou esquecendo o dinamismo dos chamados "tigres asiáticos" a partir da década de 1970, e também tenho presente que a Coreia e o Vietnã deram a medida de como era caro e perigoso, mesmo para países muito poderosos, meter-se em uma guerra terrestre na Ásia. E a hora e a vez da Índia parecem estar perto de chegar.

Nos mares, a história não foi diferente. Ao longo dos séculos, o Mediterrâneo cedeu sua centralidade e influência ao Atlântico e, agora, o imenso Pacífico reclama sua hegemonia. Tudo parece indicar que iremos viver uma fase de menor fervor ideológico e ainda maior dinamismo tecnológico. A ciência vai tão longe e tão depressa que até a ficção científica parece superada por avanços e conquistas reais. Júlio Verne e H. G. Wells, assim como seus muitos sucessores, podem ser vistos hoje apenas como acanhados precursores. O mundo real, em várias frentes, parece ir mesmo além do que hoje pode ser imaginado.

Observo, naturalmente, com olhos brasileiros o que está acontecendo. O *statu quo* é, certamente, mais confortável para nós do que aquele que agora começa a se desenhar. Temos, por ser parte dele, imensas afinidades com o mundo ocidental e nele estamos em casa. Participamos de sua história, de sua cultura e de sua política, e compartilhamos uma mesma tradição que se estende das práticas religiosas ao pensamento econômico.

A globalização aproximou maneiras de ser e fazer virtualmente em todo o mundo e reduziu diferenças, mas, apesar de tudo, ainda é mais fácil para nós pensar e atuar em algum idioma neolatino ou germânico do que em mandarim ou híndi. É bem mais simples nos orientarmos pelas ruas de Barcelona do que de Karachi. É verdade que o inglês é o novo latim, mas

basta chegar a Cantão ou Bangcoc para descobrir que a chamada língua franca do nosso tempo é menos falada e entendida do que se supõe.

Teremos que nos acostumar a novos hábitos, aprender e decifrar ideogramas e nos familiarizar com tradições e narrativas que não são aquelas que conhecemos. Durante os muitos séculos em que o Ocidente ditou comportamentos e modas, eram elas, as imensas multidões que moravam do lado errado do Canal de Suez, que deviam fazer o esforço de aprender e copiar os estilos ocidentais, muitas vezes emigrar e vir aqui comer o "trigo alheio". Agora, seremos nós a fazer o percurso em sentido contrário em busca de mercados, financiamentos e até mesmo empregos.

Tínhamos a impressão – e não era uma impressão falsa – de sermos o centro do mundo. Entre nós, um navio de longo curso era chamado de transatlântico, como se o nosso mar vizinho fosse o único em que se navegasse. Contávamos as horas pelo meridiano de Greenwich e parecia ser da ordem natural das coisas que fosse assim. O metro original, medida de quase todas as coisas, tinha nascido e morava em Paris. Aceitávamos sem surpresas que quase tudo se medisse por nossas réguas e nossos compassos.

Quando fui à China pela primeira vez, nos idos de 1975, os efeitos cumulativos da Revolução Cultural, do Grande Salto para a Frente e do radicalismo feroz da chamada Gangue dos Quatro ainda estavam dolorosamente presentes. O Brasil, ao contrário, vivia então um ciclo de acelerado crescimento econômico e, apesar do regime ditatorial, havia confiança no futuro. Na época, enquanto nós convivíamos com índices de crescimento aproximados aos da China de hoje, a China de então derrapava em taxas modestas e mesmo negativas de crescimento, como as do Brasil de agora. Em menos de cinquenta anos, tudo mudou.

A diferença de fuso horário entre Brasília e Pequim era e continua sendo de onze horas – e comemoro que, em um mundo em grande transformação, pelo menos isso não tenha mudado. Minha primeira noite no histórico Grand Hôtel de Pékin foi, como aconteceu em várias viagens seguintes, insone. Poucas horas antes, tinha cochilado, confesso, em cima de uma indefinível sopa durante um jantar formal interminável em pratos e brindes. Lá pelas sete da manhã, ou talvez um pouco antes, desisti de

tentar dormir e fui para a minha janela, que dava para uma daquelas larguíssimas avenidas da capital chinesa. Vi então – e a imagem ficou comigo – uma miríade de bicicletas que rolavam em silêncio, pilotadas por muitas dezenas de milhares de chineses, todos vestidos com o que era virtualmente o uniforme do período maoista, e tive uma impressão, que perdura até agora, da imensidão do universo humano chinês e do seu não menor potencial.

Pequim então era cinza – desde a cor do céu até o tijolo das casas – e ainda se escutava o hino "O Oriente É Vermelho", comemorando Mao Tsé-tung e sua obra em termos escandalosamente laudatórios. Na última visita que fiz à China, em 2012, as bicicletas haviam virtualmente desaparecido, o hino estava esquecido e o cinza fora substituído pelas cores reluzentes de uma cidade que parecia ter se reinventado e, magicamente, enriquecido. Do primeiro encontro com a China, lembro ainda que viajar de Cantão a Hong Kong representava muito mais do que atravessar uma fronteira política. Era observar aquela imensa diferença de riqueza e de modo de vida entre dois regimes e duas formas de organização econômica. Na minha visita mais recente, as diferenças eram quase imperceptíveis.

Atribui-se a Napoleão a seguinte frase: "Quando a China despertar, o mundo irá tremer". Ele teria dito isso durante o exílio na ilha britânica de Santa Helena e, embora concorde com a profecia, desconfio da autenticidade da atribuição. (Eu mesmo tenho ocasionalmente usado o imperador para emprestar prestígio e autoridade a frases de origem duvidosa. Sábios chineses não identificados, bem como obscuros provérbios russos, são outros disfarces aos quais eu e outros tantos temos recorrido para dizer coisas às quais desejamos dar uma aura de profundidade ou um selo de autoridade. Os mortos não costumam reclamar.)

O fascínio do Ocidente com a China não é novidade. O nosso maravilhamento começa por volta de 1298, com a publicação do relato das viagens de Marco Polo. O outro momento decisivo de descoberta e contato ocorre na missão de lorde George Macartney, em 1792, a primeira da história. Com essa iniciativa, a Grã-Bretanha queria abrir a China para os seus produtos – e queria que isso acontecesse logo, por bem ou por mal. O imperador Qianlong disse que a China não precisava daquele comércio,

desprezou os presentes que lhe eram oferecidos e não simpatizou com o emissário. O encontro marca também o primeiro choque entre dois impérios: o britânico, que estava em movimento e expansão, e o chinês, que vivia seu declínio. Em dois livros cuja leitura recomendo com entusiasmo, Alain Peyrefitte trata desse episódio crucial.

Com manobras astuciosas e dilatórias no final fadadas ao insucesso, a China procurou resistir ao insaciável apetite do colonialismo e do imperialismo ocidental e, depois, tardiamente, ao imperialismo nipônico. Por isso, foi alvo de ataques de uma violência que excederam mesmo os parâmetros do século XIX e da primeira metade do século XX, uma época especialmente tolerante aos abusos de poder pelas grandes potências. O retalhamento da China em áreas sob virtual jurisdição estrangeira, a ignomínia das guerras do ópio, a ferocidade da Guerra dos Boxers e a barbárie da invasão e ocupação japonesas devem ser vistos como alguns dos momentos mais repugnantes da história moderna. Não quero sugerir aqui que a China tenha sido apenas vítima inocente da violência de terceiros. Muito do que aconteceu na rebelião Taiping, ainda no século XIX, depois no longo enfrentamento entre nacionalistas e comunistas, e durante sua grande revolução, é igualmente terrível e indesculpável.

Como as coisas andam depressa, os novos tempos não têm ainda um nome de aceitação geral e, ao chamá-lo aqui de período pós-americano, tomo emprestada a expressão proposta pelo escritor e colunista Fareed Zakaria para descrever o mundo, como ele hoje se apresenta. Não disponho de outro rótulo melhor. A China, apesar de todo seu impressionante crescimento e projeção, ainda não reúne credenciais para pretender que os novos tempos tenham seu nome. A expressão pós-americano mostra, e isto me parece correto e essencial, que vivemos uma fase de transição que ainda não permite identificar com clareza suas coordenadas principais. Vemos apenas, com nitidez, o que deixou de ser.

Estou convencido de que o mundo, do ponto de vista militar, deverá nos próximos anos continuar com a configuração unipolar que o define. O poder norte-americano não deverá ser desafiado. Os Estados Unidos serão detentores, agora e no futuro previsível, de incontrastáveis meios de dissuasão e pressão. É sempre bom recordar que, além de sua própria

e imensa projeção, os Estados Unidos são herdeiros e sucessores de três grandes impérios: o espanhol, o francês e o britânico, e a dispersão de suas bases e postos avançados corresponde, no Pacífico, no Atlântico e no Caribe, às fronteiras da influência desses impérios anteriores. A recente ampliação da presença chinesa em ilhas no Mar da China, espaço que Pequim prepara e virtualmente cria para seu uso estratégico, é coisa que não pode ser negligenciada, mas que, nem de longe, corresponde à profundidade e extensão da rede de instalações que definem o império norte-americano.

Acho que o desafio chinês aos Estados Unidos não deverá ser, até onde a vista alcança, militar e ideológico, como o que aconteceu com a antiga União Soviética. Será essencialmente comercial e tecnológico. O regime soviético nunca teve condições nem vocação para competir com os Estados Unidos em termos econômicos e comerciais, e o seu desafio se fazia em outros terrenos. A China, por seu turno, vai oferecer, isso sim, um desafio talvez insuperável em termos de produtividade e criatividade no campo da indústria, do comércio e dos serviços. Em um vasto espectro de atividades, a China se faz cada vez mais competitiva, prenunciando que as tensões com os Estados Unidos vão continuar a se agravar.

Quero acentuar – e acho importante repetir isso – a vulnerabilidade estratégica e geográfica da China. Os Estados Unidos nunca precisaram construir uma grande muralha e nunca foram invadidos e ocupados, ao contrário do que aconteceu com a China em mais de uma ocasião. Washington não teme uma agressão canadense ou mexicana (excluídas as preocupações migratórias ou policiais), mas a China tem preocupações reais com poderosos vizinhos: a Rússia, a Coreia, a Índia e o Japão. Isso sem falar no Tibete, que é um problema interno de difícil solução ou absorção. O futuro de Taiwan, por sua vez, é sempre um complexo desafio.

O sentimento de autoconfiança da China parece estar preservado no momento, ainda que o foco inicial da grande pandemia atual tenha sido em uma de suas províncias. A resposta chinesa depois de um breve período de procrastinação e mesmo negação da realidade parece ter sido extraordinária, mas só poderia ser feita na escala e na velocidade em que ocorreu em uma sociedade equipada com abundantes recursos e na qual

o governo dispõe de instrumentos coercitivos extremamente eficazes – e não hesita em utilizá-los. Não subscrevo as teorias de conspiração que, como sempre acontece nessas circunstâncias, pretendem oferecer cenários dramáticos mas de escassa credibilidade para explicar o que ocorreu. O novo coronavírus causou muito sofrimento e prejuízos para a própria China e não vejo, até agora, provas de que tenha havido algum tipo de maquinação para produzir e liberar o vírus do qual o país foi a primeira vítima.

A cultura chinesa não privilegia a transparência. O conceito seria de difícil definição e talvez mesmo incompreensível para um sistema que cultua o sigilo, a disciplina vertical, o respeito pela autoridade e vê com visceral desconfiança os motivos e intenções do mundo exterior. É sempre útil ter em mente que a China, além de ser um grande país com todos os atributos de um Estado moderno, é, sobretudo, uma velha civilização e tem, de seu longo percurso, uma memória ininterrupta de quase 4 mil anos. A própria natureza e identidade do comunismo da China requer hoje qualificações tão profundas e extensas que chego mesmo a me perguntar se ainda serve de uma maneira rigorosa e abrangente para descrever o que a China de fato é e pretende vir a ser.

Ao longo de muitos anos tenho me colocado sempre a mesma pergunta: A China é ainda um país comunista convivendo com uma economia de mercado, ou é de fato um país capitalista governado por um partido formalmente comunista? No decorrer de décadas de observação, minha resposta tem variado. Desde Mao Tsé-tung, passando pelos anos de ascendência de Zhou Enlai e depois de Deng Xiao-ping, tenho oscilado e a mesma hesitação perdura até este momento em que o controle de Xi Jinping sobre o país parece se reforçar na busca de uma duração muito mais longa para seu mandato. Acabo sempre tendo que me refugiar nas palavras de Deng sobre a irrelevância que tem a cor de um gato desde que saiba apanhar ratos.

Há cerca de 50 milhões de pessoas de etnia chinesa que não vivem na China, nem em Hong Kong, nem em Taiwan. Estão espalhadas em um grande número de países (no Brasil, calcula-se que sejam cerca de 450 mil). Em graus diferentes, esses *overseas Chinese*, como são chamados, conservam uma importante fidelidade a suas origens. Ser chinês é mais

do que pertencer a uma nacionalidade. É, também, ser parte de uma civilização profundamente conservadora, cujos membros se identificam pelo culto aos ancestrais e pelo respeito à família e às tradições. Essa grande diáspora chinesa aconteceu em diversas ondas ao longo de mais de mil anos e em muitas dessas comunidades no exterior, mesmo depois de séculos, seus membros ainda se identificam, no todo ou em parte, como chineses. Estou sugerindo aqui que é muito difícil deixar de ser chinês. Quem viaja pela Ásia e, especialmente, pelo sudeste do continente, pode constatar como a presença chinesa é demograficamente importante e, sobretudo, decisiva na economia e na administração de países como Tailândia, Malásia, Cingapura, Vietnã, Mianmar e até a Coreia.

Poderia ir muito além, já que a dispersão e a influência dos chineses são de fato global. Só nos Estados Unidos, segundo o censo de 2010, eram cerca de 3 milhões de sino-americanos, o que lhes confere um importante papel na construção da tapeçaria de raças e culturas que formam os Estados Unidos. A população acadêmica e universitária chinesa nos Estados Unidos é imensa, e seu prestígio intelectual é significativo. Nos negócios, desde os inumeráveis pequenos restaurantes de esquina até as grandes corporações, a presença chinesa é evidente e incontornável. Nas grandes cidades da China, a reciprocidade é visível, e os McDonald's e Starbucks estão em todo lugar. Não preciso falar da atuação das grandes empresas. Minha convicção é que o comércio e os negócios, epicentro das atuais disputas, serão também o caminho para uma futura acomodação de interesses.

Não é fácil prever e desenhar um conflito de civilizações entre a China e o Ocidente, como se considera ser possível acontecer com o Islã. Há nos chineses e no mundo ocidental uma plasticidade e um pragmatismo que faz com que seja bem mais fácil encontrar terreno comum para colaboração e entendimento. Acredito, como dizia Montesquieu, que o "doce comércio" irá nos salvar. Não vejo as atuais e possíveis futuras tensões como uma incompatibilidade irremediável de práticas e valores. Na minha avaliação, estamos diante de grandes problemas e dificuldades, mas que são, por sua própria natureza, suscetíveis de serem quantificados e claramente definidos e, assim sendo, negociáveis.

Apesar de importantes hiatos, as relações entre a China e os Estados Unidos têm um fio condutor de busca de respostas pragmáticas, como deve e costuma acontecer entre duas imensas civilizações comerciais. As iniciativas Nixon-Kissinger junto à dupla Mao-Zhou Enlai, conduzidas em momento tão adverso, mostram o caminho que deverá voltar a ser explorado. O espírito de moderação parece estar temporariamente em falta em Washington, mas é da natureza das coisas que deva logo voltar. A China atravessa um perigoso momento de húbris, mas sua própria história é rica em lições que mostram como a excessiva autoconfiança pode preparar desastres um pouco mais adiante.

Não pretendo ter – depois de muitos anos e de longa reflexão – uma posição neutra sobre as relações entre o Brasil e a China. Sempre identifiquei, sem maiores complicações, o que parece ser a natural complementaridade de interesses econômicos entre os dois países. Somos e seremos cada vez mais produtores daquilo que a China precisa. E a China, cada vez mais, pode e parece querer fazer investimentos de grande importância estratégica para o nosso país. Desejo e espero que a relação se diversifique cada vez mais e nossa pauta de exportações possa ir além dos limites da lista atual.

Em anos recentes, e em mais de uma ocasião, visitei a China quase sempre em algum evento ligado aos Brics, o pequeno clube de cachorros grandes onde, para ser sócio, como costumo dizer, tamanho é documento. A China, a Índia e a Rússia se entendem e se desentendem há muito tempo. Nós e a África do Sul somos os *new kids on the block*, e cabe agora, aos cinco países, de tão díspares destinos, encontrar e definir alguns temas que possam servir como uma agenda comum. Gosto de participar desse exercício e acho que o Brasil deve continuar a ser um país de múltiplos vínculos e associações. Ficaremos desconfortáveis se seguirmos políticas estreitas contando apenas com uns poucos parceiros.

Antes que a diplomacia brasileira tomasse os caminhos erráticos e ingênuos que agora percorre, algumas verdades pareciam ser incontornáveis para nós. Éramos um país destinado a encontrar convergências com muitos – e não com poucos. Éramos naturalmente criadores de amplos consensos – e não parte de alianças sectárias. Usávamos a nosso favor as muitas dimensões da nossa identidade e não excluíamos, *a priori*, nenhum

país ou ideologia idônea do nosso convívio e do nosso diálogo. Parecemos esquecidos de tudo isso.

Temo que o agravamento das tensões e disputas entre os Estados Unidos e a China crie condições que devem nos obrigar a navegar com cuidado em águas que ficarão perigosamente agitadas. Temos que cuidar dos nossos imensos interesses em jogo e agir com racionalidade e lucidez. O falso detetive chinês Charlie Chan, que ficou famoso em filmes de segunda linha nas décadas de 1930-40 e hoje talvez esteja merecidamente esquecido, dizia sempre o seguinte: "O espírito é como um paraquedas. Só funciona bem quando está aberto". Essa é a recomendação que se deve fazer hoje aos que vêm conduzindo, com tanta imprudência, a política exterior do Brasil.

O fim da subordinação
Com derrota de Trump, Brasil precisa fazer correção de rumos sem mais perda de tempo e prestígio[1]

Em 2016, Donald Trump mostrou que era um vencedor mesquinho e rancoroso. Agora, em 2020, mostra que é um perdedor mesquinho e rancoroso. A vitória não lhe inspirou grandeza e generosidade, e a derrota não lhe ensinou humildade e sabedoria. É um homem perigoso e que, por temperamento e convicção, tem uma relação desconfortável e frágil com a verdade, com a decência e com os valores democráticos.

Não causou apenas danos a seu país, cuja estatura internacional diminuiu. Contagiou outros com o vírus de seu populismo autoritário e seu desprezo pelas grandes causas de seu tempo: a proteção do meio ambiente e o reforço dos direitos humanos. Se não tivesse sido agora afastado do poder teria sido possível imaginar que mais quatro anos de sua administração poderiam ter causado danos talvez irreversíveis para uma ordem internacional liberal que procurou, por muitos caminhos, desconstruir.

Não consigo colocá-lo com naturalidade em algum ponto da linha de pensamento político tradicional que se estende da esquerda à direita. Trump não é um conservador de moldes clássicos, e suas posições, impulsivas e teatrais, parecem antes a consequência de considerações táticas do que reflexo de um pensamento estruturado. Não quero conferir a seu oportunismo qualquer rótulo que sugira alguma forma de respeitabilidade intelectual. Isso não o torna menos perigoso como um operador inescrupuloso e audacioso.

A eleição americana que acaba de se realizar mostrou que a democracia norte-americana guarda suficiente vitalidade para afastá-lo legalmente

1 Questões diplomáticas | 10 nov. 2020.

do poder pela força dos votos sem lhe dar a oportunidade de um segundo mandato. A vitória de Biden aconteceu, entretanto, por uma margem mais tênue do que as pesquisas antecipavam, e fica a preocupação de que, apesar de tudo, 71 milhões de eleitores viram em Trump e em sua promessa o caminho a ser seguido. Não é pouca coisa.

Ao fazer sobre ele o mais severo julgamento, não devo também esquecer que seus eleitores tinham muitas e boas razões para se sentirem ignorados ou excluídos. A Guerra Fria terminou sem que aquela brilhante oportunidade histórica fosse bem aproveitada. A derrota do comunismo não levou o campo vitorioso a procurar, com empenho, novos caminhos para aperfeiçoar o desenho das sociedades democráticas. Pelo contrário: valorizou-se o unilateralismo em detrimento do multilateralismo; cresceu a arrogância dos vencedores e a escala da corrupção e acentuaram-se ainda mais as disparidades de renda e oportunidades entre uma pequena minoria e grandes contingentes que se sentiram marginalizados.

A isso se somou, especialmente nos Estados Unidos, mas também na Europa Ocidental, o temor provocado por uma nova dinâmica migratória, a percepção da perda de empregos e competitividade para potências emergentes e o medo de que o eixo do poder se deslocasse, de forma rápida e inexorável, em direção a Ásia e, em particular, em favor da China. Trump soube explorar esses temores e preocupações. Mas foi, finalmente, sua insensibilidade frente à pandemia que deu o empurrão que faltava para que ele perdesse a Casa Branca, contrariando a tendência quase que invariável que favorece o ocupante do cargo na luta por um segundo mandato.

Nos dois meses e pouco em que Trump continuará a ocupar a Casa Branca, haverá espaço e oportunidade para que cause ainda grandes estragos. Pela via judicial no desafio ao resultado das urnas, pela concessão de perdões presidenciais para os seus mais próximos e, talvez, quem sabe até para si mesmo. Não irá respeitar, suspeito, a liturgia da transferência construtiva do poder de uma administração para outra. Vai preferir deixar os ventos da desordem como herança para seu sucessor. Ainda nos reserva surpresas que consigo temer sem conseguir claramente prever.

Deixa órfãos aqueles líderes autoritários que o viam como inspiração. Orbán na Hungria, Kaczynski na Polônia e, sobretudo, Bolsonaro no Brasil.

Erdogan na Turquia e Putin, na Rússia, embora afins em boa medida em estilo e vocação autoritária, tinham outras referências. Netanyahu em Israel mais usou Trump do que foi usado por ele. Não são tantos esses líderes que possam parecer uma tendência inevitável dos novos tempos. Também não são tão poucos que sua influência deva ser ignorada.

Desse grupo, Bolsonaro se destaca como aquele que expressou de forma mais subserviente uma admiração não crítica por Trump e procurou, de forma deliberada, usá-lo como modelo e referência. O Brasil é importante demais para que o governo Biden venha agora a tomar atitudes que causem prejuízo a eles e a nós. Mas creio que a política exterior e a política ambiental do Brasil vão ter que voltar a expressar, não por pressões que caberia resistir, mas levadas pela inexorável natureza das coisas, aquelas posições e discurso de racionalidade construtiva que são as de nosso interesse, cultura e tradição. Com os Estados Unidos regressando ao Acordo de Paris sobre o clima e agindo em questões de direitos humanos em maior sintonia com as forças vitoriosas nas recentes eleições, certas posições recentes brasileiras em foros internacionais ficam ainda mais difíceis de serem defendidas e devem ser abandonadas. O nosso isolamento, tanto no âmbito regional quanto no mundial, ficará ainda mais evidente e oneroso.

A correção de nossos rumos pode e deve ser feita sem mais perda de tempo e prestígio. O nosso discurso deve ser revisto e alguns votos reformulados. Não é trabalho difícil para uma diplomacia profissional e tudo pode ser feito com umas poucas substituições de atores que ficaram comprometidos, de maneira irremediável, com o que está sendo descartado. Para o Brasil, haverá a satisfação do retorno ao que somos, e, para a sociedade internacional, o prazer de nos ter de volta como atores racionais e construtivos. Dessas eleições do dia 3 de novembro nós também podemos sair vencedores ao recuperar uma autonomia comprometida com atitudes de subordinação incompatíveis com o que somos e pretendemos ser.

O crepúsculo do poder costuma ser atenuado por gestos generosos de quem se retira. A perspectiva passa a ser a dos longos prazos da história e do desejo de ser lembrado com afeto e respeito por quem permanece e por quem virá. Não vejo o presidente agora derrotado sabendo ou querendo desempenhar esse papel. Vai continuar a mentir e espernear. A boa notícia é que, com a derrota de Trump, estamos, enfim e simplesmente, chegando ao fim de um turbulento e inglório episódio.

Fragmentos

Uma casa nova para o CEBRI

Depois que deixou de ser a capital do Brasil, o Rio de Janeiro precisou, em alguma medida, se reinventar. Desafiado por Brasília e por São Paulo o Rio foi procurar novos espaços e uma renovada vocação sobretudo em dois imensos campos: o da proteção do meio ambiente e o combate às ameaças criadas por atividades humanas predatórias e na promoção dos nossos valores políticos e culturais e interesses econômicos em suas múltiplas dimensões domésticas e, sobretudo, internacionais. Nossa melhor credencial sempre foi a de sermos a mais cosmopolita cidade do Brasil e sede natural de grandes encontros internacionais, o maior dos quais foi aquela abrangente e seminal ECO 92 que definiu um bom pedaço da agenda que ainda hoje nos ocupa.

Faltavam, contudo, à cidade e ao próprio Brasil algumas ferramentas que já existiam e funcionavam com sucesso, em outros lugares. Entre elas a presença dinâmica de um espaço onde se pudessem debater com racionalidade e ampla informação os grandes problemas mundiais. As relações internacionais entre nós ficaram sempre nas mãos de uma Chancelaria de muito boa tradição. O Itamaraty era e é indispensável, mas já não bastava. A sociedade civil reclamava mais participação e presença e isso leva a criação de numerosos cursos universitários de relações internacionais com seu corpo de qualificados docentes e alunos promissores e em muitas empresas que começavam ou ampliavam sua presença além fronteiras veio a contratação de profissionais qualificados, em todos os níveis para operar as alavancas do nosso comércio e investimentos e defender os interesses cada vez mais diversificados do Brasil pelo mundo afora. Faltava, entretanto, um espaço de reflexão que não fosse, *a priori*, hostil às políticas do governo do momento ou apenas um seu instrumento, mas que guardasse uma saudável autonomia propositiva e a capacidade de refletir os sentimentos e preocupações de uma cada vez mais madura sociedade civil que reclamava audiência e influência.

O CEBRI – o acrônimo identifica o Centro Brasileiro de Relações Internacionais – que agora cresce e muda de endereço é parte desse movimento e resposta a essa demanda. Fazemos parte de um círculo prestigioso de organizações de mesma vocação que nos grandes países democráticos são instrumento necessário na formulação de políticas externas que reflitam o pensamento das sociedades em que se inscrevem. O clube é restrito e estamos em muito boa companhia.

Devemos aos jesuítas que criaram a PUC (nossa vizinha) a criação e a preservação do espaço que agora vamos ocupar. Vamos continuar a cuidar dele. Para os que buscam paz e recolhimento, a bela capela continuará lá; para os que procuram na leitura, informação e conselho a biblioteca e arquivo estarão às ordens. As salas de reunião, maiores ou menores, acolherão sempre palestras e seminários. A parafernália da tecnologia permitirá que o remoto se faça próximo e o acesso a quase toda a informação fácil e rápido. A equipe continuará a mesma.

A nossa nova sede é, também, mais do que um jardim. É uma quase pequena floresta e não se fez ou fará nada que perturbe o equilíbrio que existe entre o construído e o plantado. Fiscalizando este compromisso está ali um imenso jequitibá bicentenário que bem poderá ter assistido Dom João VI trazer os primeiros chineses para plantar chá naquelas paragens.

Quem faz uma apresentação e um anúncio como o que faço aqui deve fazer minimamente duas coisas adicionais: dizer onde e quando será a festa da instalação. O endereço do novo CEBRI é Rua Marquês de São Vicente 389. Anotem. Vamos chegar lá de mala e cuia em algum dia bem próximo e disso daremos ampla e antecipada notícia aos nossos muitos amigos e parceiros.

Cinco frases – cinco anos

As boas frases são o *prêt-à-porter* do pensamento. Leves, fáceis de usar e de lembrar, são capazes de cristalizar o que, de outra forma, teria de ser dito de maneira longa e elaborada. Não saio de casa sem algumas no bolso, como se fossem trocados que em qualquer momento podem ser úteis.

Não é preciso, de forma alguma, concordar com elas. Quando Oscar Wilde (talvez o maior frasista de todos) afirma que: "Quando eu era jovem pensava que o dinheiro era a coisa mais importante do mundo. Hoje, mais velho, tenho certeza", espera-se a indignação dos bem-pensantes. Mas a frase sobrevive.

Groucho Marx (que o tempo talvez prove ter sido uma influência mais duradoura do que Karl) afirma, enfático, no fim de uma discussão: "Estes são os meus princípios. Se você não gostar, posso oferecer outros". Quantas pomposidades são esvaziadas com essa observação.

Mudo de registro. O príncipe Talleyrand pressionado (os idiotas geralmente pressionam) a fazer com urgência isso ou aquilo dizia: "Senhores é urgente esperar".

Também Lampedusa observa, sobre a relatividade das coisas e as ilusões das reformas e das mudanças: "É preciso que as coisas mudem para que as coisas continuem iguais".

As frases acima têm todas mais do que uma pitada de ceticismo. Vamos deixar de lado essa maneira de ver e sentir e citar São Paulo em uma das epístolas aos Romanos quando proclama de forma irrefutável que: "A esperança nunca decepciona". Assim, esperemos.

Casa do Saber – Esboço para uma palestra

Minha experiência como canibal. Uma galinha ao molho pardo em Londres ou os limites da globalização.

Os galinheiros de Ipanema. Galinhas vivas (e no bonde) Galinhas mortas. O frango no futebol. O integralismo e as galinhas verdes.

Onde fica o andar térreo? Os novos símbolos. As dificuldades (talvez insuperáveis) da comunicação. Os novos banheiros: eles, elas, os dois (ou os três). As saudades dos códigos e sinais mais simples.

Os hábitos de cada país. Um, dois ou três beijos. Ou nenhum. Um Aiatolá na Embaixada do Brasil em Roma e a sua traumática partida.

A confirmação da agenda do possível. Tudo o que até agora se fez. Os problemas que desapareceram ou submergiram. A queda do muro de Berlin. Um Papa argentino como exemplo de humildade. Um presidente preto na Casa Branca. Obama e Família em Cuba. Mandela e o fim do *apartheid*.

O aprendizado pelo convívio com os outros. A perda das certezas. O reconhecimento de uma diversidade de escolhas que se manifesta em quase tudo.

Em um mundo globalizado ser um homem do mundo é, de certa forma, uma inevitabilidade.

A velhice ou a arte de desaprender. É mais importante esquecer o que não funciona do que entender e adivinhar o novo. O entulho do conhecimento inútil.

A velhice trazendo sabedoria (que não importa muito) e perdendo velocidade (que é a matéria-prima futuro).

As encrencas do Brasil de agora. A lição da Regência. Bernardo Pereira de Vasconcellos como lição e modelo O que parece novo é a história que a gente não leu. O melhor texto político nosso.

A vida vai depressa. Os mortos mais depressa ainda. De volta ao Conselheiro. Pare no D. Viva aos pastéis de Santa Clara.

Meus livros de cabeceira

Aqui vão os títulos dos cinco livros que hoje ocupam a minha mesa de cabeceira que é, no meu caso, um móvel de alta rotatividade literária.

Os atuais ocupantes não estarão mais lá em poucos dias ou semanas substituídos por outros e, depois, ainda por outros que refletirão os meus interesses do momento.

Nunca soube hierarquizar e categorizar livros e, com eles como em outros terrenos, os meus amores são inconstantes.

Os de hoje são:

Livro 1 – *O Memorial de Aires* – Machado de Assis;

Livro 2 – O *Leopardo* – Giuseppe di Lampedusa; e

Livro 3 – *A Cartuxa de Parma* – Stendhal.

Essas três obras estão juntas porque ando fazendo releituras e notas sobre aqueles momentos da história em que um ciclo de poder e de ordem se esgota e um outro, novo, ainda não acabou de nascer e como certas obras de ficção capturam – melhor talvez do que os livros de história e a crônica jornalística – o sentido mais amplo e mais profundo das grandes mudanças que então acontecem.

No Memorial de Aires o fim do império brasileiro e a abolição da escravatura permeiam a trama e são o pano de fundo para que se compreenda melhor o relato do que acontece com os personagens principais. Nunca ninguém escreveu melhor por aqui.

No Leopardo o fim da monarquia das Duas Sicílias e o *risorgimento* italiano são a moldura dentro da qual se assiste ao nascimento de uma nova classe e de novas regras do jogo.

No livro de Stendhal o fim do ciclo Napoleônico inaugura um longo período em que conservadores e modernizadores irão se enfrentar e esse

enfrentamento definirá, em ampla medida, os rumos violentos da Europa do século XIX.

A palavra clássico se aplica, sem qualificações aos três livros. Mas retire-se do conceito de clássico qualquer conotação que sugira formalismo e solenidade. São três livros adoráveis e fáceis de ler.

Completo a lista:

Livro 4 – *As Memórias de Adriano* – Marguerite Yourcenar; e

Livro 5 – *Ardil 22* – Joseph Heller.

Releio Yourcenar porque acho que em seu livro ela reflete a fragilidade do poder humano mesmo quando o herói é um grande Imperador nos tempos em que o Império Romano não tinha adversários organizados no mundo capazes de desafiar a sua hegemonia. Mas Adriano está velho e cada vez mais vulnerável às enfermidades que costumam acompanhar a velhice.

O livro de Heller é, na minha avaliação, a mais devastadora sátira já escrita sobre a guerra e os motivos que movem aqueles que a comandam. Nunca o humor serviu tão eficazmente para expor a trama de pretensões e vaidades mesquinhas que impelem os que colocam em jogo um número, seja ele pequeno ou imenso, de vidas humanas e como mesmo as melhores causas são desvirtuadas pelo jogo de interesses espúrios.

Os dois voltaram a minha cabeceira neste momento em que o Império americano dá sinais de fragilidade e quando, em vários quadrantes, há guerras inúteis cobrando sua taxa de vidas e de sofrimentos.

Apontamentos

A crise financeira e econômica internacional decorre em boa medida de certas decisões e rumos que acompanharam o fim da Guerra Fria.

Um grande ciclo da vida internacional terminou sem que houvesse um esforço significativo para se organizar uma nova etapa da história.

A vitória naquele momento dos Estados Unidos e das ideias defendidas por Washington foi tão esmagadora que não houve o impulso de, em concerto com sócios e aliados, fixar as bases para o período que então se iniciava.

A I Guerra Mundial se encerra com o Tratado de Versailles, a II com os Acordos de São Francisco e Breton Woods. Mesmo o ciclo Napoleônico se fecha com o reordenamento que representa o Congresso de Viena. Os exemplos desse indispensável impulso organizador são numerosos ao longo da história.

A Guerra Fria termina sem um tal impulso organizador e as ideias neoliberais então em clara ascendência e propagação sugeriam, ao contrário, que tais exercícios eram desnecessários e, possivelmente, perniciosos. Os Estados e os Governos como parte do problema e não da solução. Thatcher e Reagan.

Mais do que recorrer ao estoque de alternativas oferecidas pela diplomacia, bilateral ou multilateral (em todas suas vertentes) os Estados Unidos se inclinaram pelo exercício isolado de um poder incontrastado iniciando-se um período de domínio que se rotulou como o do "unilateralismo".

O colapso da então União Soviética e do chamado socialismo real foi tão abrupto e categórico que o pensamento dominante era de havíamos chegado ao fim da história e de que não era preciso nem rever nem reexaminar métodos e premissas que haviam levado a uma vitória tão completa, sem traumas ou derramamento de sangue.

As intervenções e controle dos Governos sobre o jogo internacional eram vistos como supérfluos e a diplomacia, com seus vagares, complexidades e tradições de imposição de limites, controles e regras do jogo, em boa parte como uma relíquia do passado.

Como a União Soviética e o comunismo haviam sido derrotados, em não pequena medida, por burocracias opressivas e regulamentação excessiva espalhou-se a convicção de que o oposto a isto seria a receita necessária para o sucesso.

A crise de hoje é o reflexo de todas uma série de opções feitas a partir de então e que levaram as economias mais desenvolvidas e privilegiar a liberdade de ação sobre os mecanismos de controle o que vinha acompanhado da convicção de que os mercados seriam capazes de se autorregular e que um espírito de racionalidade e controles espontâneos embutidos no próprio mecanismo dos mercados bastariam para levar a economia mundial a bom porto e a acumular, no trajeto, ganhos extraordinários.

Porque as coisas não aconteceram bem assim ajuda a explicar o transe que vivemos.

Vou me dedicar, a partir deste ponto, e sem notas a procurar identificar o mapa das iniciativas diplomáticas bilaterais e multilaterais que acredito devam ser tomadas para ajudar a superar crise e criar mecanismos para que, no futuro não volte a ocorrer acidente semelhante.

Não vou transformar a diplomacia nem seus métodos em uma receita mágica que nos proteja de forma eficaz de turbulências futuras, mas apenas indicar que, nos últimos quase vinte anos, deixamos de lado todo um arsenal de medidas e métodos que o tempo e a experiência mostraram ser eficazes.

Uma nova diplomacia global e multipolar.

A reforma das instituições.

O G20 e a inclusão de novos grandes atores.

A ampliação da G8 e o papel do BRIC.

O Brasil parte do diretório do poder mundial.

O perigo do excesso na correção de rumos.

O risco da tentação de regular em demasia.

Um novo ciclo de grandes conferências normativas.

O fim do mundo desenhado no fim da II Guerra Mundial.

As oportunidades para o Brasil. A possibilidade de nossa ascensão na hierarquia mundial sem guerra. A melhor das oportunidades para nós.

Negociar – A mais útil das artes

As qualidades que François de Callières busca em seu negociador/diplomata ideal seriam, se escrevesse hoje, as mesmas que ele identificou com tanta acuidade na Europa do século XVIII. A receita ainda serve. Credibilidade, astúcia, coragem e humor e um conhecimento lúcido dos atores e das lições da história. As circunstâncias, essas, em mais de dois séculos mudaram quase que completamente. Se ainda vale hoje a avaliação das qualidades do cozinheiro a cozinha – seu equipamento e entorno – são irreconhecíveis.

O mundo que Callières descreve talvez tenha acabado em 1914, quando a Grande Guerra demoliu as certezas e as esperanças dos que achavam que a racionalidade das elites e de seus agentes mais bem preparados seria suficiente para empurrar os acontecimentos pela via da acomodação realista e construtiva.

O livro de Callières é um clássico. Como são clássicas as obras de Maquiavel e Harold Nicholson que tratam do mesmo tema. É breviário para quem faz diplomacia. Valioso também para quem precisa negociar, por dever ou por prazer, com outros sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, da mesma tribo ou vindos de outras praias. Como os melhores franceses de seu tempo, escreve com graça e extrema clareza. E, sobretudo, não nos faz perder tempo.

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão



Acompanhe nossas redes sociais
@funagbrasil



Impressão: Gráfica e Editora Qualytá Ltda.
Papel da capa: cartão duplex 250g/m2
Papel do miolo: pólen similar 80g/m2

Tive o privilégio de ter Marcos Azambuja como chefe na Embaixada em Paris. Foi um sagaz observador dos assuntos internacionais e também das coisas humanas. O presente volume, que reflete a sua inteligência e o seu espírito, é uma necessária homenagem do Itamaraty na despedida a esse diplomata memorável.

Mauro Vieira
Ministro das Relações Exteriores

ISBN 978-65-5209-006-5

FUNAG

CEBRI